



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
CENTRO DE TECNOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

**EDUARDO ROTTA NEVES**

**AS DINÂMICAS DA MODERNIDADE E DA ITALIANIDADE NA  
REPRESENTAÇÃO CULTURAL DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Tese de Doutorado

Porto Alegre  
2023



**EDUARDO ROTTA NEVES**

**AS DINÂMICAS DA MODERNIDADE E DA ITALIANIDADE NA  
REPRESENTAÇÃO CULTURAL DA REGIÃO COLONIAL ITALIANA DO RIO  
GRANDE DO SUL**

Tese submetida apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Celia Ferraz de Souza

Linha de Pesquisa: Cidade, Cultura e Política.

Porto Alegre

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Neves, Eduardo Rotta  
As dinâmicas da Modernidade e da Italianidade na  
representação cultural da região colonial italiana do  
Rio Grande do Sul / Eduardo Rotta Neves. -- 2023.  
542 f.  
Orientadora: Célia Ferraz de Souza.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de  
Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Porto  
Alegre, BR-RS, 2023.

1. Imigração Italiana. 2. Cultura. 3. Patrimônio.  
4. Italianidade. I. Ferraz de Souza, Célia, orient.  
II. Título.

## DEDICATÓRIA

Aos meus bisavós italianos que, juntamente com os milhares de imigrantes oriundos de inúmeras nacionalidades, contribuíram, com essência, determinação, trabalho e empenho, para compor o grandioso e admirável painel multicultural que define o Brasil como um país diversificado e vibrante.

Aos meus pais, que souberam transmitir aos filhos a cultura dos ascendentes, a admiração e o respeito à genialidade humana, que se traduz na arte de criar e transformar tudo aquilo que nos envolve.



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para a realização deste trabalho. Professores, técnicos, amigos, conhecidos e anônimos, que com empenho e dedicação indicaram os caminhos que deveriam ser trilhados rumo ao objetivo proposto.

Agradeço, de modo especial, à minha querida e estimada orientadora Célia Ferraz de Souza, cuja dedicação e apoio incansáveis foram fundamentais para desenvolvimento e conclusão desta jornada acadêmica.

Agradeço, como forma de homenagem, à saudosa professora Sandra Pesavento, orientadora da minha Dissertação de Mestrado, que infelizmente não mais encontra-se entre nós, cujo legado será sempre fonte de inspiração para aqueles que compartilharam da sua presença.

Agradeço a minha família pelo amor incondicional, incentivo e apoio em todos os momentos. Aos meus amigos, igualmente, pelos valiosos conselhos e por suportar as longas horas de estudo, as noites mal dormidas e as oscilações emocionais que decorreram do cumprimento desta missão.

Agradeço também ao meu sócio Eduardo Baldauf, pelo suporte, auxílio e compreensão quando as ausências do trabalho se fizeram necessárias.

Agradeço, por fim, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelas oportunidades que me foram dadas na obtenção de um ensino exemplar e na produção de conhecimento irrestrito.

Este trabalho testemunha não apenas o meu esforço individual, mas também a colaboração e sinergia recebidos ao longo do caminho.





## RESUMO

Esta Tese tem por objetivo analisar as relações entre a Modernidade e a Italianidade expressa na região colonial italiana do Estado do Rio Grande do Sul, a partir do final do século XIX. A imigração de camponeses italianos veio ocupar as terras devolutas localizadas nas encostas montanhosas da serra gaúcha, concedidas pelo então governo imperial brasileiro para a colonização. Na bagagem, estes camponeses, em sua grande maioria, trouxeram conhecimento, tradições, hábitos, costumes, enfim, valores de uma cultura própria que passou a ser expressa sobre o território, mesclando-se com a cultura do país de destino, transformando o espaço em lugar, e este em referência de pertencimento e identificação. Enquanto se modifica, em função das rápidas mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes dos processos de industrialização e modernização, integrados ao contexto histórico da modernidade, o lugar também se valoriza e se reconhece mediante a preservação de seu patrimônio. É no lugar que a cultura adquire a sua dimensão simbólica e material, que a memória se cristaliza e a identidade se consolida e se reafirma. Única em sua manifestação e representatividade, a italianidade sempre esteve adaptada e integrada ao processo de modernização desta região, podendo ser identificada mediante a análise do seu extenso patrimônio cultural, material e imaterial, onde traços, marcas e símbolos de sua presença nele permanecem inscritos. Conhecer, conceituar e contextualizar a essência da cultura que caracteriza os ambientes urbanos e rurais de uma sociedade, reveste-se de fundamental importância para embasar a produção de estudos, dos mais diversos, nas distintas áreas do conhecimento e, principalmente, para as ações analíticas e propositivas de planejadores urbanos e regionais.

**Palavras-chave:** Imigração Italiana - Cultura – Patrimônio - Italianidade

## **ABSTRACT**

This Thesis aims to analyze the relationships between Modernity and Italianity expressed in the Italian colonial region of the State of Rio Grande do Sul, from the end of the 19th century. The immigration of Italian peasants came to occupy vacant lands located on the mountainous slopes of the Serra Gaucha, granted by the then Brazilian imperial government for colonization. In their luggage, these peasants, the vast majority, brought knowledge, traditions, habits, customs, in short, values of their own culture that began to be expressed over the territory, mixing with the culture of the destination country, transforming the space in place, and this in reference to belonging and identification. While changing, due to the rapid social, economic and cultural changes resulting from the processes of industrialization and modernization, integrated into the historical context of modernity, the place is also valued and recognized through the preservation of its heritage. It is in the place that culture acquires its symbolic and material dimension, memory crystallizes and identity is consolidated and reaffirmed. Unique in its manifestation and representation, Italianity has always been adapted and integrated into the modernization process of this region, and can be identified through the analysis of its extensive cultural, material and immaterial heritage, where traces, marks and symbols of its presence remain inscribed in it. Knowing, conceptualizing and contextualizing the essence of culture that characterizes the urban and rural environments of a society is of fundamental importance to support the production of studies, of the most diverse, in different areas of knowledge and, mainly, for analytical actions and proposals from urban and regional planners.

**Keywords:** Italian Immigration - Culture – Heritage - Italianity

## RIEPILOGO

Questa Tesi si propone di analizzare i rapporti tra Modernità e Italianità espressi nella regione coloniale italiana dello Stato del Rio Grande do Sul, a partire dalla fine del XIX secolo. L'immigrazione di contadini italiani arrivò ad occupare le terre libere situate sui pendii montuosi della Serra Gaucha, concesse dall'allora governo imperiale brasiliano per la colonizzazione. Nel loro bagaglio, questi contadini, la stragrande maggioranza, portarono conoscenze, tradizioni, usi, costumi, insomma valori della propria cultura che cominciarono ad esprimersi sul territorio, mescolandosi con la cultura del paese di destinazione, trasformando lo spazio in luogo e questo in riferimento di appartenenza e di identificazione. Mentre cambia, a causa delle veloci trasformazioni sociali, economici e culturali dovuti ai processi di industrializzazione e modernizzazione, integrati nel contesto storico della modernità, il luogo è allo stesso tempo valorizzato e riconosciuto attraverso la preservazione del suo patrimonio. È nel luogo che la cultura acquista la sua dimensione simbolica e materiale, la memoria si cristallizza e l'identità si consolida e si riafferma. Unica nella sua manifestazione e rappresentazione, l'italianità è sempre stata adattata e integrata nel processo di modernizzazione di questa regione, e può essere individuata attraverso l'analisi del suo vasto patrimonio culturale, materiale e immateriale, dove restano iscritte tracce, segni e simboli della sua presenza. Conoscere, concettualizzare e contestualizzare l'essenza della cultura che caratterizza gli ambienti urbani e rurali di una società è di fondamentale importanza per sostenere la produzione di studi, dei più diversi, in diverse aree di conoscenza e, soprattutto, per le azioni analitiche e proposte da parte di pianificatori urbani e regionali

Parole chiave: Immigrazione italiana - Cultura – Patrimonio - Italianità



## SUMÁRIO

UMA HISTÓRIA PARA INICIAR...	19
INTRODUÇÃO	28
I. UMA JUSTIFICATIVA AO ESTUDO	33
II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA	39
III. O PROBLEMA PROPOSTO	44
IV. A HIPÓTESE QUE SE CONSTRÓI	48
V. O OBJETO DE PESQUISA	50
VI. OS OBJETIVOS QUE SE DESEJAM ATINGIR	55
VII. A METODOLOGIA DE PESQUISA E AS FONTES CONSULTADAS	57
CAPÍTULO 1. MODERNIDADE E ITALIANIDADE: O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DA ITÁLIA E DO BRASIL NO FINAL DO SÉC. XIX E A ORIGEM DE UMA IDENTIDADE ÉTNICA NO RIO GRANDE DO SUL	68
1.1. Modernidade, Modernização e Modernismo: considerações conceituais	70
1.1.2. Modernização e Capitalismo: a visão de Marshall Berman e David Harvey sobre a “Aventura da Modernidade”	71
1.1.3. As grandes transformações urbanas na Paris do final do século XIX e na Nova York da metade do século XX	77
1.2. A Itália na Modernidade: contexto político, econômico e social da “Terra de Partida”	85
1.2.1. Do Império Romano aos Estados Independentes da Península Itálica	85
1.2.2. <i>La Serenissima</i> e o Vêneto	88

1.2.3. A influência das instituições nas conformações urbanas do antigo Vêneto	96
1.2.4. Do campo para a cidade: mudanças sociais e econômicas na “Modernidade Vêneta”	104
1.2.5. A Unificação Italiana através do <i>Risorgimento</i>	106
1.2.6. As principais causas da Grande Imigração	110
<b>1.3. O Brasil na Modernidade: contexto político, econômico e social na “Terra de Chegada”</b>	116
1.3.1. De Colônia a Capital: a transferência administrativa do Reino Português para o Brasil	117
1.3.2. A Proclamação da Independência do Brasil e a Ação Revolucionária Farroupilha	119
1.3.3. Novos caminhos para a colonização	122
1.3.4. Os italianos se estabelecem na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul	126
<b>CAPÍTULO 2. TERRITÓRIO, ESPAÇO E LUGAR: O LÓCUS DE UMA ITALIANIDADE</b>	131
2.1. A ação do homem sobre a natureza: o lugar como espaço de construção social	134
2.2. Marcas, rastros e símbolos de uma cultura peculiar: os “lugares de memória” no “território da imigração italiana na serra gaúcha” no Estado do Rio Grande do Sul	156
2.3. Italianidade: considerações acerca de uma marca identitária em constante transformação	166
2.4. A italianidade não é itolocêntrica: a visão de Piero Bassetti	167
2.5. A italianidade no interior paulista	172
2.6. A italianidade na região central do Estado do Rio Grande do Sul	179

<b>CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO “TERRITÓRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA SERRA GAÚCHA”</b>	194
3.1. A Primeira Geração (1875 e 1914): o início do processo de ocupação do território	199
3.2. A Segunda Geração (1914 a 1945): crescimento econômico, industrialização e modernização da região	243
3.3. A Terceira Geração (1945 a 1975): da Segunda Guerra Mundial ao Centenário da Imigração Italiana	257
3.4. A Quarta Geração e as subsequentes (1975 a 2023): os reflexos da aceleração do tempo na contemporaneidade	273
<b>CAPÍTULO 4. A LITERATURA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL: O IMAGINÁRIO DA VIDA COTIDIANA NA TRILOGIA DE POZENATO</b>	294
4.1. Imaginário, linguagem e representação: a literatura como documento histórico	300
4.2. A travessia rumo ao desconhecido em “ <i>A Cocanha</i> ”	306
4.3. Cartas na mesa e jogos estratégicos em “ <i>O Quatrilho</i> ”	327
4.4. O mundo moderno e os embates ideológicos em “ <i>A Babilônia</i> ”	343
4.5. Considerações sobre a análise	357
<b>CAPÍTULO 5. PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA COLETIVA: MARCAS E SÍMBOLOS DA AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE</b>	363
5.1. Antônio Prado: de <i>Paese Nuovo</i> à Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	368
5.2. Espaços de devoção: igrejas, capelas, ermidas, capitéis, nichos e crucifixos materializam os “lugares de memória” no território	385
5.3. De <i>La Val del Profondo</i> a Museu de Território: Galópolis e a gênese de um patrimônio industrial	401

<b>5.3.1. Instituto Hercules Galló e o Museu de Território</b>	413
<b>5.4. A “materialização” do Patrimônio Imaterial: Festas Populares, Festas Religiosas, Encontros de Parentelas, Pactos de Amizade e Cooperação, Instituições, Associações, Entidades e Cooperativas, Arte, Artesanato e Culinária</b>	420
<b>5.4.1. A Festa da Uva: símbolo dinâmico da cultura da imigração italiana</b>	422
<b>5.4.2. A Romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio: integração, acolhimento e devoção à religião católica</b>	439
<b>5.4.3. Encontros de parentelas: a união familiar em torno dos laços de pertencimento</b>	446
<b>5.4.4. Pactos de Amizade e Cooperação: a integração entre comunidades brasileiras e italianas em benefício das relações socioculturais e econômicas</b>	450
<b>5.4.5. Grupos de amizade, instituições, associações, entidades e cooperativas: o impulso comunitário em prol da preservação e manutenção do patrimônio cultural e a força da união em benefício do crescimento econômico regional</b>	453
<b>5.4.6. Arte, artesanato e culinária: a expressão dos sentidos, dos saberes e dos sabores de uma cultura peculiar</b>	470
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	482
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	511



## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABE – Associação Brasileira de Enologia

ACIRS - Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul

ACP - Associação Caminhos de Pedra

AEFASERRA - Associação da Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha

AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami

AMOG - Associação de Moradores de Galópolis

AMPUH-RS - Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul

APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos

ATUASSERRA - Associação de Turismo da Serra Nordeste

AVRGS - Associação Vêneta do Rio Grande do Sul

CEFFAS - Centros Familiares de Formação por Alternância

CCCG - Centro Comunitário e Cultural Galópolis

CCPS - Centro Cultural Padre Schio

CGIPA - Consolato Generale d'Italia Porto Alegre

CIBRAP - Círculo Cultural Ítalo-brasileiro de Antônio Prado

CIC - Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul

COMPAHC - Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural

COMTUR - Conselho Municipal do Turismo

COOPEG - Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi

COOTEGAL - Cooperativa Têxtil de Galópolis Ltda

COREDE-SERRA - Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social da Serra

CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

DO - Denominação de Origem

DOVV - Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos

ECIRS - Projeto Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul

EFASC - Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul

EFASOL - Escola Família Agrícola do Vale do Sol

EFASSERRA - Escola Familiar Agrícola da Serra Gaúcha

EFASUL - Escola Família Agrícola da Região Sul

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENTRAI - Encontro das Tradições Italianas  
FAINORS - Federação das Associações Italianas do Norte do Rio Grande do Sul  
FIBRA - Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul  
FEE - Fundação de Economia e Estatística  
FENAVINHO - Festa Nacional do Vinho e Exposição Agroindustrial  
FENACHAMP – Festa Nacional do Espumante Brasileiro  
FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória  
FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
GZH - Jornal Digital do Grupo RBS resultante da fusão dos portais digitais da Rádio Gaúcha e Jornal Zero Hora  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IG - Indicação Geográfica  
IGVV - Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos  
IHG - Instituto Hercules Galló  
IHGRGS - Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul  
IMHC - Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul  
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IPHAN/RS - Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul  
IPVV - Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos  
MCS - Microrregião Caxias do Sul  
MinC - Ministério da Cultura  
PIB - Produto Interno Bruto  
PROPUR – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional  
RBS – Rede Brasil Sul, conglomerado de mídia brasileiro  
RMSG - Região Metropolitana da Serra Gaúcha  
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
UCS - Universidade de Caxias do Sul  
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
USP – Universidade de São Paulo

## UMA HISTÓRIA PARA INICIAR...

- “- *Viva la Mérica!*
- *Viva! Viva!, responderam homens, mulheres e crianças.*
- *Viva il paese della cuccagna!*
- *Viva!*” (POZENATO, 2011, p.09).

Viva a América! Viva o *País da Cocanha!*<sup>1</sup> Por muitos anos, essas expressões de enaltecimento ao Novo Mundo, à América e ao Brasil, foram proferidas pelas muitas famílias de camponeses vênnetos, lombardos, piemonteses, friulanos, bergamascos, trentinos, camponeses trabalhadores da terra que viviam nos *paesi*<sup>2</sup> do norte de uma Itália recém unificada. Um período de modernização, ainda insipiente, estava transformando a Itália, detentora de uma economia baseada na agricultura, em um país industrializado. Assolada por problemas de ordem econômica e atrasada em relação a outros países que já estavam implementando mudanças radicais em função da Revolução Industrial, a Itália se inseria no “contexto de transição de um país agrícola e pré-industrial a um estágio de relativa, e totalmente específica, maturidade capitalista” (FRANZINA, 2006, p.34).

---

<sup>1</sup> A América era, à época da emigração, o Novo Mundo, um vasto território, em grande parte ambientado por um clima tropical, ensolarado e coberto por densas florestas. O continente se abria para o Velho Mundo, oferecendo muitas oportunidades, não só de trabalho, mas também de liberdade. A relação desse território com o país utópico da *Cocanha* acabou por se cristalizar no imaginário coletivo dos imigrantes europeus que partiam em busca de melhores condições de vida e liberdade. A esse respeito, citando o escritor e historiador Hilário Franco Júnior, Heloísa Guaracy Machado escreve: “Na segunda metade do século XII, um poeta anônimo do norte da França imaginou um país maravilhoso, cujos componentes foram recolhidos quer da literatura clássica, quer da cultura folclórica e atualizados pelos elementos de sua época. Trata-se da “Cocanha”, uma terra de prazeres e de abundância, de harmonia social e de liberdade sexual, onde não há espaço para o sofrimento, o envelhecimento e o esforço do trabalho. No século XIII, depois de ter circulado oralmente por décadas, essa lenda foi registrada por escrito, em francês arcaico e sob a forma de versos, no *Fabliau de Cogne*, analisado com muita propriedade por Hilário Franco Júnior em *Cocanha: a história de um país imaginário*” (MACHADO, 1999, p.43).

<sup>2</sup> Segundo Roberto Revelino Fogaça do Nascimento, “esses *paesi* eram pequenos burgos, com denso casario. Repetiam, no plano urbano, a irregularidade encontrada nas cidades medievais, (...)” (NASCIMENTO, 2009, 42-43). Estes antigos núcleos urbanos, que sempre possuíram nomes próprios, eram, ou melhor, ainda são, bastante numerosos ao longo de toda a península itálica. Mantiveram, apesar do passar do tempo, quase que inalterada a sua configuração urbana original. O substantivo *paese* (no singular), segue sendo uma denominação comumente utilizada em toda a Itália como referência às localidades de origem de muitos cidadãos italianos, uma expressão muitas vezes carregada de nostalgia.

Muitos camponeses italianos (mas não só os trabalhadores da terra) erguiam a bandeira com o mote “onde há trabalho, lá é a pátria!” (LUALDI apud. FRANZINA, 2006, p.40). Imbuídos por esse espírito, resolveram acatar os acordos dos governos que ofereciam oportunidade de trabalho fora da Itália e emigrar para o estrangeiro em busca de uma vida melhor. O Novo Mundo abria suas portas para o desembarque desses emigrantes, oferecendo muitos benefícios propagandeados de tal forma que pareceriam dignos do mítico “País da Cocanha”. A lenda deste país utópico, rico em abundância, fazia parte do imaginário coletivo daqueles que sonhavam com um dia alcançar as benesses de uma terra que lhes pudesse prover as condições de uma vida melhor.

Ao partir, milhares de emigrantes que deixavam a Itália, buscavam o sonho de refazer suas vidas em um país que prometia muitas possibilidades. No entanto, ao chegar em terras de além-mar, a realidade desfazia a utopia de forma rápida e dura, mostrando que as possibilidades, sim, existiam, porém, para conquistá-las, muitas dificuldades deveriam ser transpostas.

Foi assim também para um jovem artesão que, em 1902, partiu de Roma com destino ao Brasil. Vinha ao Rio Grande do Sul à procura de parentes que moravam na linha Jansen, localidade de Bento Gonçalves. Seu nome era Luigi Ferrazzi, meu bisavô. Diferentemente da grande maioria dos imigrantes italianos que deixavam sua pátria com destino à América, impulsionados principalmente pelas condições econômicas não satisfatórias, para Luigi questões de cunho pessoal foram determinantes na sua decisão de partida. A desilusão e o descontentamento enfrentados com a decisão contrária de seu pai em relação a um relacionamento amoroso, o levaram a deixar para trás uma vida até então tranquila e feliz na cidade que amava, uma noiva resignada e o núcleo familiar, tão caros para ele, rumo a um país distante e desconhecido. Àquela época, vivia-se ainda sob um regime fortemente patriarcal, principalmente na rígida sociedade italiana, onde as deliberações paternas não eram passíveis de questionamento e deviam simplesmente serem obedecidas. Roma, que pensara sempre ser o seu lugar no mundo, dava espaço a um horizonte de novas possibilidades. Na juventude de seus 22 anos, sentindo-se capaz de conduzir as rédeas de seu destino, partia com a certeza de que somente a distância lhe faria esquecer Priscila, seu grande amor, mas também com a vontade de desbravar e conquistar o mundo, de encontrar o seu

novo lugar, e de construir uma vida nova em acordo com suas convicções e discernimento. A escolha pelo Brasil ocorreu-lhe de forma natural, tendo em vista que sua tia Tereza e o marido haviam emigrado para esse país alguns anos antes. Era uma referência para a aventura que havia se proposto.

Após uma longa viagem, que lhe pareceu interminável, desembarcou finalmente em Porto Alegre e daquela cidade se dirigiu para São João de Montenegro, ponto de partida para a subida da serra em direção à Conde D'Eu, àquela época recém elevada à categoria de município com o nome de Garibaldi, próximo à linha onde, segundo informações, seus parentes residiam. Ao desembarcar do navio que lhe havia sido lar por quase 30 dias, tudo lhe pareceu muito diferente da sua Itália e de Roma (D'APREMONT; GILLONNAY, 1976). Acostumado a residir no conforto de uma cidade que tudo lhe oferecia, rodeado de inegável patrimônio histórico e da efervescência artística e cultural de suas esquinas, o contato com as pequenas comunidades, os grandes espaços pouco habitados, as estradas de chão batido, e muito, muito verde ao redor, representou para Luigi um grande choque entre realidades tão opostas. Após dias e noites, nas quais seguiu sozinho por caminhos tortuosos dormindo ao relento e temendo pela sua saúde, conseguiu, finalmente, chegar às terras de sua tia Tereza.

A colônia, uma porção generosa de terras rodeadas de mata nativa, apresentou-se a ele de forma clara, apressando-se em desfazer o que havia anteriormente imaginado. Assim como a maioria das habitações dos imigrantes italianos na região, a casa de seus tios era uma construção de madeira, muito simples e singela, sem luz elétrica e desprovida de maiores confortos. As dificuldades de adaptação foram muitas, mas ao longo do tempo Luigi passou a se interessar pelos serviços do campo e enamorou-se da prima Perfeta, à qual, juntamente com seu irmão mais velho João, lhes ensinava a ler e escrever em italiano. O dialeto que falavam não era o mesmo que conhecia, pois na Itália unificada do início do século XIX, já havia se consolidado um movimento em prol da difusão do italiano fiorentino como língua oficial. Apesar da pouca idade, Luigi possuía uma educação muito superior àquela recebida por seus primos, que refletia a total carência de educadores e espaços destinados ao ensino, uma realidade comum à praticamente todos os imigrantes da região, devido ao isolamento em que se encontravam.

As lições se sucediam à noite, à luz de velas, momento que a família se reunia a casa após o longo dia de trabalho na lavoura. Além de artesão em marcenaria, profissão que aprendeu e exerceu na Itália, havia também estudado música clássica, uma de suas paixões prediletas. Sendo tenor, apresentava-se em família aos finais de semana cantando árias de suas óperas preferidas, um momento para recordar e enaltecer a sua cultura, de que tanto se orgulhava, costume este que prevaleceu ao longo do tempo.

Após o casamento, decidiu que era hora de partir em busca de maior rentabilidade nos negócios e da possibilidade de exercer novamente sua profissão. Foram morar em Nova Trento onde Luigi havia conquistado, através dos padres capuchinhos, um trabalho na sua área. Apesar de se sentir cada vez mais adaptado ao novo país, tendo nele já constituído uma família, e contente por trabalhar naquilo que sempre gostara, a saudade de sua terra natal e de Roma não o abandonava, deixando-o sempre muito inquieto. Por isso, passado algum tempo, decidiu então que ele, sua esposa, prestes a se tornar mãe novamente, e os três primeiros filhos do casal deveriam retornar à Itália para se estabelecerem na capital. A viagem novamente foi longa e difícil para todos. Ao chegarem a Roma, sua família não aceitou Perfeta como sua esposa e as dificuldades de adaptação e de comunicação entre eles ficava cada dia mais evidente. Ela adoeceu e foi diagnosticada com o “mal de melancolia” provocado pela saudade de sua família, deixando-a profundamente deprimida. Além disso, encontrou muitas dificuldades de se colocar profissionalmente. Roma não havia mudado tanto assim, mas Luigi, definitivamente, não era mais o mesmo. O seu lugar no mundo não era mais ali, havia se transportado para bem longe, em um país que havia aprendido a amar. Acabou por se dar conta de que era lá, ao sul daquele país continental, que se encontravam as oportunidades, e bastava apenas administrar suas fraquezas para poder abraçá-las. Meses depois de Perfeta dar à luz à Tereza, nome que homenageava a sua mãe, Luigi decide que era o momento de retornar definitivamente ao Brasil. A família passou a residir em várias cidades da região de colonização italiana, em função de sua profissão, como Flores da Cunha (antiga vila de Nova Trento), para onde retornou primeiramente, Bento Gonçalves e Vacaria, estabelecendo-se nesta última por muitos anos, local onde Luigi montou, com a colaboração de alguns funcionários, uma marcenaria (Imagem 01).



**Imagem 01** – Marcenaria de Luigi Ferrazzi, localizada na Rua Inácia Vieira, esquina com a Avenida Moreira Paz na cidade de Vacaria, em um registro fotográfico com data aproximada do ano de 1930. A marcenaria não mais existe. Ao fundo e ao centro da fotografia, se encontra Luigi, vestindo um terno de cor escura.

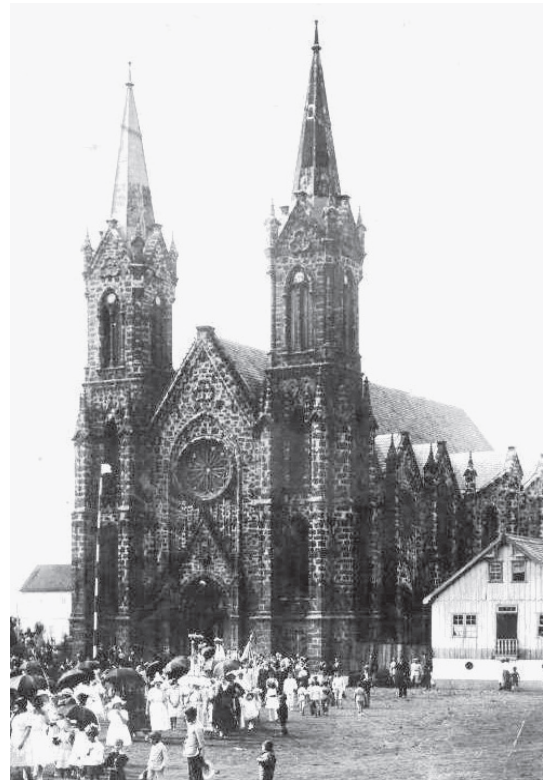
**Fonte:** PINOTTI, 2011, p. 143.

Durante toda a sua vida trabalhou com o beneficiamento da madeira, tendo dado a sua contribuição para a construção de inúmeras igrejas e capelas, entre elas a Catedral de Nossa Senhora da Oliveira (Imagens 02 e 03), na cidade de Vacaria, onde coordenou uma grande equipe responsável pelos trabalhos artesanais em marcenaria, além de outras obras. Luigi construiu com Perfeta uma família bastante numerosa, baseada nos valores e costumes de uma cultura recriada e cultivada pelos emigrantes italianos que, assim como ele, foram os responsáveis pela transformação de um território praticamente desabitado em uma região próspera, que viu nascer grandes e importantes cidades. Passou seus últimos anos na companhia de sua esposa e de familiares em Porto Alegre, cidade onde finalizou sua longa trajetória de vida.



**Imagem 02** – Fotografia captada no interior da Catedral Nossa Senhora da Oliveira na cidade de Vacaria, Rio Grande do Sul, com data aproximada de 1931. Nela se encontram em pé, da direita para a esquerda, os responsáveis Giovanni Luigi Toigo, construtor e idealizador das alvenarias de pedra e Antônio Cremonesi, pelas pinturas artísticas. Sentados, no mesmo sentido, os responsáveis Mário Zambelli, pelas esculturas em gesso e cimento, Padre Ephrén de Bellevaux, pelo empreendimento à época e Luigi Ferrazzi, pela marcenaria das portas, mobiliário, batistério e demais elementos escultóricos.

**Fonte:** Acervo do autor



**Imagem 03** – Festividade religiosa em frente à Catedral Nossa Senhora da Oliveira, em registro fotográfico com data aproximada de meados da década de 1930.

**Fonte:** PINOTTI, 2011, p. 311.

Boa parte da sua história encontra-se narrada nos relatos do Frei Bruno de Gillonnay<sup>3</sup> (D'APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 7), e se confunde com a de

---

<sup>3</sup> “Frei Bruno de Gillonnay (...) nasceu em Isère, na França, em 1859, e faleceu na França em 1938. Era professor de Teologia em Ghazir, Líbano, quando foi enviado a Portugal a fim de aprender o português e preparar-se para iniciar a Missão Capuchinha no Rio Grande do Sul. Estudou português com os Padres do Espírito Santo, em Formiga, e chegou ao porto da cidade de Rio Grande aos 2 dias de janeiro de 1896 e em Conde d’Eu, Garibaldi de hoje, objetivo final de sua viagem, aos 18 dias de janeiro de 1896. (...) Superior da Missão Capuchinha, professor de Teologia e acompanhante do Bispo Dom Cláudio Ponce de Leão nas visitas pastorais às colônias italianas (...). Em 1910 assumiu a reitoria do Seminário Diocesano Mãe de Deus, de Porto Alegre (...). Ao serem dispensados os Capuchinhos (...) a maior parte deles retornou à França. Frei Bruno, no entanto, continuou lecionando Teologia aos estudantes, em Conde d’Eu, exercendo, ao mesmo tempo, a capelania no Colégio Sevigné em Porto Alegre (...). Frei Bruno de Gillonnay regressando à França, em outubro de 1924,



muitos outros imigrantes que partiam da Itália com o mesmo destino e os mesmos sonhos, em direção aos novos horizontes que o Novo Mundo descortinava. Frei Bruno integrava a Missão Capuchinha no Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo exercer atividades pastorais, apostólicas, missionárias e educacionais na área de colonização italiana no Estado, bem como providenciar a formação de clero nativo, em solo riograndense. Ocupava-se também da promoção da vinda de religiosos para que estes pudessem assumir a coordenação de escolas católicas junto aos locais de assentamento de colonos italianos, pois nos primeiros anos da imigração, estes encontravam-se desassistidos da orientação religiosa à qual estavam acostumados

Luigi Ferrazzi foi mais um, entre tantos outros imigrantes que reconstruíram suas vidas em terras distantes, longe de seus países de origem, mas mantendo sempre presente as memórias de seu passado e a importância da preservação dos seus costumes, práticas e crenças. Adotaram o Brasil como sua nova pátria e construíram aqui casas, comércios, propriedades rurais, fábricas, cidades. Construíram aqui um novo lugar, o seu lugar no mundo.

A história da família sempre se fez presente através da memória oral dos meus avós e tios, segunda e terceira geração já nascida em território brasileiro, recontada em detalhes nos muitos encontros familiares onde a tradição da cultura dos antepassados era enaltecida. Lembro-me de minha avó relatando os alegres encontros familiares do domingo, que sempre renderam a ela as melhores lembranças: a reunião dominical da família para juntos comparecerem a missa, o compromisso de fé compartilhado por gerações, para logo após reunirem-se ao redor da mesa farta para o almoço, onde as muitas histórias eram lembradas, entre um gole e outro de vinho, entremeadas pelo entoar das árias preferidas, através da voz marcante de seu pai, um tenor dileitante apaixonado pela lírica. Da mesma forma recordava com muita felicidade dos momentos da vindima, onde ela e suas irmãs, de pés descalços, pisavam sobre os cachos de uva para realizar a prensa, uma das etapas mais importantes da fabricação do vinho. Repetia um dito

---

desempenhou diversos cargos, inclusive o de Provincial. Todos os admiravam no seu costume de tomar chimarrão diariamente no Convento de Annecy. Era um hábito singular que havia adquirido em sua inesquecível Missão do Rio Grande do Sul” (MARCON, in: D’APREMONT; GILLONNAY, 1976, p. 07).

popular que dizia que se as uvas fossem esmagadas com pés femininos tornariam o vinho mais suave. Dentro da simplicidade em que viviam, Luigi e Perfeta transmitiram aos filhos, e estes aos seus descendentes, a melhor educação que podiam oferecer, complementada aos valores de uma cultura que se fazia presente no valor do trabalho, na união familiar, nos hábitos religiosos e nos costumes do cotidiano.

É certo que, ao longo do tempo e com o passar dos anos, parte desses ensinamentos que constituíram um modo particular de vida em família e em sociedade foram sendo parcialmente obliterados, modificados, ressignificados, mas de forma alguma, esquecidos. As novas gerações, mais identificadas com um país multicultural no qual se transformou o Brasil, refletem as ações provocadas pela modernização que tudo transforma, altera e modifica. Vivem em uma era onde a tecnologia e a informação circulam de maneira cada vez mais veloz, implacáveis, transformando o dia a dia local em notícia global em instantes, contribuindo assim para a sensação de que o tempo é um lapso, um bem sempre escasso.

Porém, justamente em função desse turbilhão de ideias, modismos, oportunidades, dúvidas e, porque não dizer, também medos, ao qual todos estão submetidos, é que se percebe, não somente entre os descendentes de imigrantes italianos e daqueles que juntos compartilham de sua cultura, um movimento contínuo de resgate e valorização de uma alteridade. Um interesse cada vez maior pela história transcorrida ao longo de um tempo que não mais está presente, na tentativa de promover um “retorno” às origens que despertam as mais tenras lembranças, vem servindo de base sólida para alimentar e sustentar a memória das gerações que se sucederam. Mas não somente. O conhecimento do passado, que embasa e ajuda a promover o que aqui se consideraria uma possibilidade ou uma tentativa de “retorno”, de forma conceitual, a um tempo não experimentado, está cada vez mais impulsionando um movimento que procura, na reinvenção de sua trajetória - a de indivíduos ligados à uma coletividade - dar novo ânimo e sentido à continuidade de sua própria história. O sentimento que permeia a certeza de pertencer a um determinado grupo social e com ele compartilhar um imaginário coletivo, tão necessário de ser enaltecido como também preservado, parece estar cada vez mais fortalecido diante do “torvelinho” da modernidade. Um modo de promover a distinção entre “o eu e os outros”, mas também uma possibilidade de alavancar novas

perspectivas de desenvolvimento social, econômico e, principalmente, novas formas de se pensar a cidade.

Reside aí, latente talvez em um desejo pessoal, ou em um estímulo, instigado pelo sentimento de uma italianidade e de tudo o que ela representa, o despertar de interesse pelo estudo das relações que envolvem a história da imigração, a cultura e o patrimônio na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul. Os processos migratórios, constantes ao longo da história da humanidade, deslocam culturas, costumes, crenças, práticas e saberes em direções múltiplas e, por isso mesmo, o seu conhecimento é de fundamental importância para a compreensão de suas influências na formação de países multiculturais, como é o caso do Brasil. As reflexões sobre as migrações e suas consequências sociais, culturais e econômicas para a sociedade, sempre se constituirão em um tema de atualidade, pois caracterizam-se como movimentos inerentes aos seres humanos. A modernização das sociedades, que pode ser atestada, entre outros fatores, pelo surgimento e desenvolvimento de novas tecnologias, propicia cada vez mais a mobilidade humana através das regiões do globo. Tais processos renovam, diversificam e transformam as sociedades.

## INTRODUÇÃO

Esta Tese trata do processo de urbanização e modernização da região de colonização italiana localizada no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, que engloba as cidades criadas a partir dos primeiros núcleos de ocupação territorial decorrentes do movimento migratório entre a Itália e o Brasil ocorrido a partir do final do século XIX, e o conceito de italianidade a ela vinculado. Conceito esse que, através do estudo de diversos autores, vem adquirindo inúmeras contribuições baseadas em análises internacionais, relacionadas à história da diáspora italiana em âmbito mundial (BASSETTI, 2015), (BECHELLONI, 2007), (CHOATE, 2023), bem como mediante perspectivas locais (COLOGNESE, 2011), (TRUZZI, 2016), (ZANINI, 2006), contextualizadas com as nações e os lugares que receberam grande parte do contingente de trabalhadores, em sua grande maioria camponeses, provenientes daquele país.

O “acelerar” do tempo, efeito decorrente da modernidade que, como uma “experiência vital” (BERMAN, 1986) a todos submete, traz consigo rápidas mudanças sociais, econômicas e culturais (HARVEY, 2017) nos ambientes e nas diversas esferas do convívio humano. As incertezas com relação aos avanços nas diferentes áreas do conhecimento e fatores como a globalização, impulsionados pelo crescente desenvolvimento tecnológico, preconizavam a homogeneização das sociedades e suas distintas culturas. Essa equalização, prevista para ocorrer mediante a padronização dos modos de ser e agir dos indivíduos, com base em uma referência dominante, faria com que os valores locais e tradicionais sucumbissem pouco a pouco. O que vem se observando, ao longo dos anos, porém, são reações cada vez mais constantes à essa tentativa de uniformidade, com o intuito de valorização das culturas locais, reivindicadas por diferentes setores da sociedade preocupados em conservar suas identidades, através do reconhecimento e manutenção do seu patrimônio cultural (EISENSTADT, 1968; STELLO, 2013; SCHWERS, 2017).

O sociólogo Shmuel Eisenstadt (EISENSTADT, 1968) defende, como uma das características peculiares das sociedades modernizadas, justamente o seu

caráter diferencial, demonstrando que a aproximação de mercados globais ao intentar promover a igualdade, acaba por diferenciá-los ainda mais. À medida que os sistemas de comunicação, informação e transporte vão elevando a sua capacidade de disseminação, tornando o conhecimento cada vez mais acessível a todos, se observa que costumes e valores locais, característicos de pequenas comunidades<sup>4</sup>, se interpõem aos globais. Isso ocorre a partir do momento em que estas coletividades conseguem, impulsionadas propriamente pelos avanços tecnológicos, expandir e divulgar, para além de suas fronteiras, a sua cultura.

Milton Santos (SANTOS, 2014a p. 339) alinha-se a esse pensamento desacreditando em uma cultura homogeneizada a partir da globalização pois, como afirma, “cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente”. Para o autor, o estudo destes espaços propicia captar seus elementos essenciais, suas características fundamentais, para compreender melhor suas possibilidades de interação com as ações globalizadas. É no “lugar” que a cultura adquire sua dimensão simbólica e material, através da combinação de matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

O avanço tecnológico que dissemina informações em tempo real para todos os confins do planeta proporciona as condições necessárias para que se estabeleça uma convergência comum mediante as inúmeras conexões a partir de dispositivos interligados em rede, ante a impossibilidade física da presença de todos em um único lugar sem fronteiras. O acesso às plataformas de informação mais básicas, como jornais, revistas, livros, infelizmente ainda não possível a todos, propicia a absorção do conhecimento que se amplia, de forma cada vez mais surpreendente e veloz, quando se faz uso de novos, e cada vez mais interativos, dispositivos conectados à rede mundial de computadores. Porém, a união que se observa é, de certa forma, uma “unidade paradoxal, uma unidade de desunidade” (BERMAN,

---

<sup>4</sup> O termo comunidade está aqui empregado conforme a definição dada pela museóloga Maria Lourdes Parreiras Horta, que o entende como sendo “um grupo de pessoas que têm em comum o sentido de identidade, de identificação uns com os outros, o que dá origem ao sentimento de solidariedade, de agregação, de pertencimento a um grupo”. Do mesmo modo, conforme a autora, “esse sentimento explica a reação a qualquer coisa que venha a ameaçar a integridade desta comunidade – a começar pelo plano físico, do território e dos espaços comuns do vivenciamento, até o plano social, do conjunto de indivíduos que constituem o grupo e que assim se auto identificam no plano moral e espiritual dos valores consagrados e reconhecidos pelo grupo, cuja perda abalará as estruturas do sentimento de auto estima e da própria identidade desta “comunidade” (HORTA, in: BATISTA, 1979, p. 29).

1986, p. 15) pois coloca muitos indivíduos frente à uma realidade de permanente transformação e mudança, de certezas que rapidamente cedem lugar às incertezas, de ambiguidades e de angústias que necessitam ser absorvidas, compreendidas e superadas para que se continue a avançar na construção do futuro.

O conhecimento do mundo globalizado se adquire, em um primeiro momento, a partir da compreensão que se constrói do lugar onde se vive. É preciso conhecer a si próprio, para depois conhecer aos outros, e é exatamente esta relação, a do eu com o outro, necessariamente estabelecida em um ambiente de sociabilidades, que estrutura o lugar, palco de histórias e memórias. A soma de experiências, sensações e sentimentos resultante da relação temporal que se estabelece entre o indivíduo e o seu espaço, contribuem para o entendimento dos aspectos históricos, culturais e simbólicos que conferem singularidade ao lugar e identidade para quem nele habita.

Ao longo de todo o “território da imigração italiana na serra gaúcha”, como é comumente conhecida a região nordeste do Estado, onde a ação do homem sobre a natureza transformou o espaço em lugar, encontram-se as permanências materiais<sup>5</sup> e imateriais<sup>6</sup> que expressam a cultura dos primeiros imigrantes e seus descendentes. A representatividade desses elementos, correspondentes a determinadas épocas e contextos, e a sua manutenção ao longo do tempo, de geração a geração, alimentam a memória desta coletividade e determinam características singulares relacionadas com a sua identidade. Fruto da interação do indivíduo com o mundo cultural que o cerca (HALL, 2005), ela está, portanto,

---

<sup>5</sup> Os bens culturais de natureza material dizem respeito conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza, conforme os quatro Livros do Tombo: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e das artes aplicadas. A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. **Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 18 mar. 2019.

<sup>6</sup> Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares, como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas. **Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 18 mar. 2019.

ancorada aos costumes, valores e práticas sociais que permeiam a memória coletiva daquele determinado grupo social.

É notório, ademais, que sobre esse território se estabelece hoje uma diversidade populacional muito grande, composta por muitas etnias, resultante da integração de imigrantes de diversos países e migrantes de diferentes regiões brasileiras. Apesar disso, ainda predominam, em relação ao todo, os descendentes dos primeiros italianos que deram início à colonização daquelas terras. Importante ressaltar que bem antes deles já circulavam e se estabeleciam, por períodos intermitentes na região, povos indígenas de origem caingangue que, por expulsão, acabariam cedendo seu lugar aos europeus. Por esse motivo, foram esses últimos, os principais responsáveis pela base da organização social, econômica e, sob muitos aspectos, política, estabelecendo, ao longo dos anos, a consolidação de sociedades, associações, entidades, que determinaram o surgimento de uma elite com força suficiente para estruturar e sistematizar todas as relações que se expressam decorrentes de uma cultura e de uma identidade peculiar.

Esta identificação encontra-se vinculada ao grupo de italianos e seus descendentes, agregando também a ele simpatizantes e “adotantes” espontâneos das práticas, dos costumes e das tradições representadas por essa “cultura da imigração”, revelando-se como resultado de um longo processo de integração entre os povos que lá se encontram estabelecidos, com uma certa predominância da cultura já mencionada, por ser ela ainda muito presente, forte e representativa, cultuada e praticada pela maioria da população. Indicativa da referência de origem, do ponto de ancoragem das memórias coletivas, dos padrões de comportamento social, do conhecimento dos processos produtivos, da vinculação com a terra, das sociabilidades, este conjunto de conhecimentos e saberes confronta-se constantemente com as permanências, tangíveis e intangíveis, que se encontram presentes e ininterruptamente sendo produzidas no território.

O arquiteto italiano Aldo Rossi entende a cidade como sendo “a própria memória coletiva dos povos; e como esta memória está ligada a fatos e lugares, a cidade é o *“locus”* da memória coletiva” (ROSSI, 1998, p. 198). O *locus*, portanto, está intimamente condicionado à ação do homem com o seu ambiente. O campo e, especialmente, a cidade, lugares de materialidade e representação de sua cultura,

são os espelhos que refletem essa realização e, igualmente, os repositórios de sua memória. A integração do homem com o meio em que vive transforma seus hábitos e mescla seus costumes. Quando os italianos partiram do norte da Itália, deixaram para trás o seu lugar e o seu território, com a esperança e o objetivo de construir em terras distantes uma nova pátria, um novo lugar para se viver dentro de uma perspectiva que lhes proporcionassem melhores condições, principalmente de trabalho. A transformação do espaço natural encontrado, quando da chegada ao destino, em ambientes rurais e urbanos adequados às suas necessidades de produção e habitação, ocorreu paulatinamente, impulsionada pelas memórias, práticas e costumes de uma cultura milenar, adaptados à nova realidade e aos recursos encontrados. Ao longo dos anos, a experiência e a vivência para com o lugar habitado, reflexo de sua cultura em simbiose com as culturas locais, passaram a reforçar os laços cada vez mais identificados com esse ambiente, formando assim uma identidade peculiar, predominante sobre outras, que, neste estudo, denomina-se de “uma italianidade”. Ela está intimamente ligada à memória coletiva e à cultura de origem, mas também, de igual forma, relacionada ao *locus* e ao que dele se depreende. Por isso mesmo, se manifesta diferentemente no tempo e no espaço sendo, ela própria, uma forma de representação dessa sociedade. Tempo e espaço são fatores imprescindíveis para o estudo do território e de suas relações identitárias.

Fruto da expressão cultural de indivíduos unidos através de uma identidade étnica que tem no passado, o lugar de origem e os alicerces de sua construção, o patrimônio cultural de uma comunidade é também um dos símbolos que a representa. A italianidade, como marca identitária forjada pelos primeiros imigrantes italianos, encontra-se inserida neste contexto, sendo continuamente transmitida aos seus descendentes e às novas gerações, através da perpetuação da memória e do imaginário coletivo, construída, assim como este último, a partir das representações dessa cultura que se manifestam no tempo presente. É a partir da imaginação que os grupos sociais constroem a narrativa de seu passado, permeada pelo conjunto de representações que dão corpo ao imaginário, como ritos, hinos, imagens de heróis, datas comemorativas, hábitos e costumes. Da mesma forma, é a partir dela que projetam as expectativas de seu futuro.



Através do imaginário, uma coletividade representa-se a si mesma, consolida suas referências e legitima seu poder. Mediante o seu compartilhamento se constrói um verdadeiro vocabulário interpretativo que é assimilado por todos aqueles que estão inseridos neste processo, sejam eles emissores ou receptores. Assim, ele transforma-se em uma ferramenta de “leitura” das experiências daquele grupo de indivíduos, de suas condutas e de seus comportamentos. Pode-se inferir, portanto, que o imaginário congrega em sua definição uma dimensão simbólica permeada pelo que é pensado e pelo que é vivido, experienciado. Individual ou coletivo, o imaginário sofre a influência de todos os elementos constitutivos de uma sociedade, sendo possível perceber nele ideias, símbolos e representações reconhecidos e perpetuados por todos aqueles que daquela coletividade fazem parte ao longo de sua existência. O imaginário não é estanque. Ele vai sendo moldado e construído no tempo e no espaço.

De maneira semelhante, a italianidade também se insere em um contexto global e assume variadas formas de expressão, sempre relacionadas com um tempo e espaço definidos, sem, no entanto, se desvincular de costumes, práticas e valores culturais bastante específicos. Ela se integra e se adapta ao processo de modernização que a região colonial italiana vem sofrendo ao longo de quase 150 anos de história decorridos desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos, onde as práticas culturais imprimiram marcas indeléveis na transformação do “território da imigração italiana na serra gaúcha”. E, igualmente, também se revigora, vinculando-se às ações de valorização e preservação patrimonial e ao crescimento econômico da região.

## **I. UMA JUSTIFICATIVA AO ESTUDO**

O conhecimento da história é o ponto de partida para toda e qualquer análise que se pretenda fazer de um território, de uma região, de uma cidade ou localidade. Aprender e compreender como ocorreu, no tempo e espaço, a sua

transformação são fatores imprescindíveis para referendar a valoração de tudo aquilo que foi construído pela ação humana desde os primeiros anos até os dias atuais. Assim, a importância da história, que se entrelaça com os próprios valores cultivados pelas comunidades que naqueles locais habitam, e os justifica, adquire maior relevância a partir do momento que fundamenta e faz compreender as práticas, os costumes, as crenças, partilhadas pelos indivíduos que convivem socialmente. O conjunto patrimonial, composto pelos bens materiais e imateriais, construído e perpetuado através das gerações que se sucedem, precisa também ser valorizado, reconhecido e salvaguardado, porque é testemunho dos saberes e alimento da memória coletiva. É também referência de uma cultura que tem nele os seus símbolos impressos e que, a partir dele, se expressa. A sua permanência e transcendência no tempo e espaço, atrai, aproxima, resgata, revela e ratifica a identidade de quem o produziu. Razão pela qual, em primeiro lugar, é preciso reconhecê-lo, identificá-lo, captá-lo e entendê-lo dentro de uma perspectiva de valorização de sua importância ao longo do tempo, da inerente relevância da própria história e da referência cultural que desta completude se origina, para somente após, a partir desta compreensão, pensar em planejar ou idealizar o futuro.

Compreender a história do planejamento urbano no Brasil também se faz necessário para entender o caminho percorrido até os dias atuais, o qual tem levado às várias mudanças na forma de abordar as ações propositivas e interventivas sobre os espaços urbanos e rurais. A modernização também trouxe consigo novos modos de pensamento e de ações para confrontar as atuais problemáticas sociais, econômicas e políticas que dela advieram. Assim, o planejamento urbano igualmente tem enfrentado o “turbilhão de desorientação e de possibilidades, de aventura e de transformação” (BERMAN, 1986) que desfaz certezas e refaz teorias. Ao longo do caminho pelo qual percorreram as sociedades em conjunto com o avanço da modernidade, observou-se o crescimento populacional, principalmente com a migração do campo para a cidade, cujas consequências foram traduzidas em problemas de todas as ordens. E no Brasil não foi diferente.

A partir dos anos de 1950 até 1970, o país apresentou um elevado e contínuo crescimento demográfico, com expressivo aumento da população urbana em detrimento da rural, ocasionado por uma contínua migração do campo em direção às cidades (Tabela 01). O intenso processo de industrialização que passou a

ocorrer principalmente a partir da metade dos anos de 1950 e que culminou no período denominado “milagre econômico brasileiro”, compreendido entre os anos de 1968 a 1973, durante o governo militar, foi um dos importantes fatores que vieram a provocar uma grande mudança no perfil das cidades, as quais passaram a apresentar uma maior densificação, expandindo-se horizontalmente e verticalmente. O aumento do uso do automóvel e o conseqüente enfrentamento da falta de estrutura e infraestrutura, a informalização das atividades econômicas e problemas de natureza econômico-social ficaram mais evidentes (SERRA. In: FRANCISCONI, CORDEIRO, 2021, pág. 16).

ANOS	POPULAÇÃO (em milhões de habitantes)		TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)
	TOTAL	URBANA	
1872	10,1	0,6	5,9
1890	14,3	1,0	6,8
1900	18,8	1,7	9,4
1920	30,6	3,1	10,0
1940	41,3	10,9	26,4
1950	51,9	18,8	36,2
1960	71,0	32,0	45,1
1970	93,1	52,9	56,8
1980	119,1	82,0	68,9
1991	150,4	115,7	75,5
2000	169,6	137,8	77,1
2010	190,8	161,0	84,4

**Tabela 01** - Tabela indicativa da população total e população urbana no Brasil.

**Fonte:** SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1996. Recenseamento do Brasil 1872-1920. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística 1872-1930. IBGE Censos Demográficos 1940-2010, apud: FRANCISCONI, CORDEIRO, 2021, p. 65.

A modernização constante das sociedades e a globalização das comunicações possibilitaram, entre outras questões, que postos de trabalho pudessem ser localizados fora dos domínios físicos das organizações, o que passou a estimular ainda mais a migração constante de trabalhadores para outras regiões e países. O incremento populacional acaba por gerar demandas de todas as ordens nos espaços urbanos, sejam por melhores níveis de desenvolvimento humano e de qualidade de vida urbana, sejam por melhores condições de infraestrutura e organização dos espaços das cidades. Ao mesmo tempo, as cidades e regiões metropolitanas que conseguem resolver essas reivindicações, acabam por se tornarem mais atrativas aos negócios, aos investimentos e ao turismo.

Em decorrência dos novos desafios que o planejamento urbano vem exigindo, se executado de forma cada vez mais integrada e em sintonia com as necessidades locais e regionais, é mister que o planejador urbano possua conhecimento profundo do lugar onde serão formuladas e implantadas as ideias para a resolução dos problemas territoriais. Razão pela qual, conforme orienta o arquiteto e planejador urbano Jorge Guilherme Francisconi (FRANCISCONI, CORDEIRO, 2021, p. 43), para a escolha dos instrumentos adequados para a implementação de planos e projetos urbanos, assim como para a avaliação de seus futuros impactos e resultados, é imprescindível identificar *onde*, em que território, e *como*, em que atividades e setores, tais soluções produziram resultados positivos, negativos ou neutros. A cidade, e em uma dimensão maior, o território, portanto, são produtos do conhecimento e do pensamento humano em determinado espaço e tempo. Sofrem alterações constantes devido às mudanças de todas as ordens que a sociedade, como um todo, está sujeita. Mudanças estas muitas vezes impossíveis de serem previstas, mas que podem e precisam ser identificadas como possibilidades latentes. Para que isso seja possível, contudo, é necessário o conhecimento da história, dos fatos e acontecimentos do passado que acabaram por moldar e conformar um lugar, um território. Concorda-se aqui com o autor quando este afirma que

(...) tal como as pessoas, cada cidade tem suas características e peculiaridades próprias, como se fosse o seu código genético ou seu DNA, a partir do qual devem ser identificadas as vocações locais e como parte integrante de um contexto (micro) regional, que permitirão construir a sua história (...) (FRANCISCONI, CORDEIRO, 2021, p. 261).

O conhecimento do passado, da gênese daqueles que transformaram o espaço em lugar, das relações identitárias que conformaram e continuaram a moldar a economia, a política, os costumes, as sociabilidades, enfim, as características culturais que estão expressas no território através do conjunto patrimonial material e imaterial, são importantes para a análise e fundamentais para a construção de cenários futuros que indiquem os caminhos a serem percorridos para a implementação de um planejamento integrado, sistêmico e articulado.

O passado deve nos servir como orientador desses exercícios, porque se reflete na própria atualidade, na qual convivem o arcaico e o inovador, o saudosismo e o eterno devir. Olhar o futuro significa ter visão crítica do passado e da contemporaneidade. Como cada Município e cidade tem peculiaridades próprias decorrentes da sua localização, recursos naturais, aspectos geomorfológicos, ambientais, socioculturais e econômicos, assim como desempenham um papel específico na região na qual se inserem (...) é fundamental um perfeito entendimento de todos esses fatores para se conhecer, de fato, a realidade municipal e urbana, a partir do qual será possível definir uma visão de futuro (FRANCISCONI, CORDEIRO, 2021, p. 272).

O planejamento urbano precisa levar em consideração não apenas os exemplos de amplo espectro, ou seja, aqueles moldados a partir das ideias e teorias amplamente conhecidas, já implementados e experimentados em muitas cidades e metrópoles, mas também exercer a capacidade de focar sua atenção nas especificidades do lugar onde será implantado. Por isso as ações propositivas do planejamento urbano devem ser intensificadas de forma a dar uma resposta aos problemas das grandes e pequenas cidades, e não isoladamente. Como bem afirma Francisconi:

(...) a solução das questões urbanas implica na reestruturação de uma rede articulada de cidades, pequenas, médias e grandes, que possibilite uma distribuição adequada da população capaz de provocar e produzir a desconcentração demográfica e de atividades econômicas de forma equilibrada e contemporânea (FRANCISCONI, CORDEIRO, 2021, p. 48).

Argumentações estas, referentes ao conhecimento, análise e abordagem integrados das demandas regionais, que podem e devem ser aplicadas ao “território da imigração italiana na serra gaúcha”, pois o mesmo se encontra organizado conectando pequenas, médias e grandes cidades, não só através de caminhos físicos, mas, principalmente, mediante laços culturais e identitários inerentes a todas as comunidades que nele se localizam. Possui, portanto um “DNA” específico e visivelmente destacado, muito ainda vinculado às suas origens culturais e étnicas: uma italianidade, ou seja, uma marca de sua identidade.

Entende-se, por conseguinte, considerando-se principalmente a região de análise, que para a proposição de um planejamento territorial eficiente e integrado, e, igualmente, mais efetivo, é necessário que os gestores considerem, para além

das demandas, todas as demais questões e peculiaridades a ela relacionadas, muitas das quais que, ao longo deste estudo, serão abordadas. Especificidades que se encontram entrelaçadas ao cotidiano dos cidadãos, descendentes dos primeiros colonizadores italianos e também daqueles que, mesmo não sendo pertencentes à mesma origem comum, acabaram agregados, acolhidos e inseridos em uma mesma comunidade, compartilhando e perpetuando para as novas gerações a memória e a cultura próprias de uma identidade e de um pertencimento próprios.

Alinhando-se a esse pensamento, esta Tese deseja contribuir de maneira a somar informações para o conjunto de saberes interdisciplinares que fornece suporte ao planejamento urbano e regional e a outras áreas do conhecimento, do qual todos aqueles profissionais que ensejarem envolvimento com o tema da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul necessitarão dominar. Especificamente os planejadores urbanos e regionais que dele retirarão as bases e os fundamentos que propiciarão a análise das proposições e decisões que envolvem as boas práticas do planejamento integrado, aquele não apenas voltado a um município específico, mas sim a todos que, juntos, compõem um território, uma região.

Desde muito tempo no Brasil já se verificam a presença de grandes regiões metropolitanas formadas não somente por capitais, mas por municípios, cidades e localidades conectadas, sejam fisicamente, politicamente, culturalmente, economicamente, ou, como na grande maioria dos casos, mediante a união de todos estes fatores. A maioria das regiões metropolitanas está organizada mediante uma rede interconectada por cidades que, muitas vezes, como é o caso dos municípios de colonização italiana que compõem a região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, se beneficiam mutuamente das atividades econômicas, culturais, sociais e turísticas por elas promovidas. Funcionam como um grande mecanismo onde cada peça desempenha uma importante função para o conjunto. Os diversos agentes que compõem o núcleo decisório que coordenará as ações do planejamento urbano ou regional, as quais serão implementadas para manter, aprimorar ou corrigir o seu funcionamento devem promover, como regra de procedimento, um estudo criterioso que se inicia a partir da análise de todos os momentos de sua formação, incluindo aí as questões sociais, culturais, políticas e econômicas. Assim, o entendimento e a contextualização das representações e expressões culturais, das marcas que identificam aquelas comunidades, juntamente com a compreensão e o conhecimento

do passado do território que as contém, se revestem de fundamental importância para o alinhamento das proposições e decisões futuras.

## II. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

As grandes levadas migratórias que deslocaram milhares de italianos a partir de um país recém unificado e, portanto, carente de símbolos nacionais, fixando-os em diversas nações ao redor do globo, contribuíram, de certa forma, para a construção da Itália como a pátria que hoje se conhece. Pensar naqueles imigrantes que, no final do século XIX, partidos daquele jovem país, desembarcaram em muitas nações, incluindo a brasileira, como cidadãos não totalmente identificados com aquela realidade, portanto portadores de culturas muito amalgamadas às origens camponesas de grande parte da península itálica, mas que, mesmo assim, constituíram-se em uma extensão da nação italiana no exterior é o que propõe o historiador americano, doutor em história europeia, Mark Irvan Choate. Em *“Italianos no mundo: uma nação emigrante”*, publicação recentemente traduzida para a língua portuguesa e disponibilizada no Brasil, o autor reconhece a importância desse processo para a formação e consolidação do Estado italiano. Contando com as “tênuas redes de correspondência transatlântica, interesses econômicos, laços culturais e associações” (CHOATE, 2023, p. 173) que conduziam relações de proximidade com estes cidadãos, a Itália, como pátria nacional e como referência de origem e pertencimento, passou a se consolidar. Segundo o autor,

(...) nenhuma comunidade expatriada italiana seria identificável sem uma nacionalidade comum, mas os emigrantes eram obrigados a construí-la a partir do zero. A cultura emigrada italiana teve que ser inventada imediatamente, sem a possibilidade de esperar uma sociedade italiana unificada se desenvolver. Com extenso apoio público, privado e eclesiástico da Itália, essa frágil expansão cultural se desenvolveu em uma *italianità* internacional, frequentemente mais convincente e persuasiva no exterior do que em casa. O nacionalismo transnacional, transplantado em vários contextos diferentes, se tornou a espinha dorsal da Grande Itália e encontrou o desenvolvimento de uma unidade nacional em casa (CHOATE, 2023, p. 173).

A “italianidade internacional”, a qual Choate se refere em sua obra, passou a ser reconhecida como uma marca da cultura italiana, representativa dos imigrantes italianos e de seus descendentes, em todos as nações onde cidadãos daquele país priorizaram se estabelecer. Porém, através desta alcunha, ou melhor, desta denominação mais ampla, congregam-se muitas e diferentes formas de expressão desta italianidade, que está intimamente relacionada com a cultura, com as práticas sociais e costumes exercitados ao longo de gerações, com as representações sociais que evocam aqueles que as criaram e com a memória coletiva que se forma e se consolida através do tempo. Possui, desta forma, raízes no lugar de nascimento, a Itália, berço da cultura original que a caracteriza, mas encontra-se, da mesma forma, vinculada e conectada ao lugar onde se manifesta e à comunidade que nele habita e com ele se identifica. Se vale do mito<sup>7</sup> de origem, construído simbolicamente através das narrativas que enalteceram as virtudes e qualidades dos primeiros imigrantes italianos, como ocupantes e construtores de um “novo mundo”. São eles os trabalhadores do campo, defensores da família que os agregam à terra, devotos e praticantes de uma religião que, através de seu exercício, uniu-os fortemente mediante laços comuns compartilhados ainda hoje com seus descendentes que possuem na fé em Deus e nos santos padroeiros, a certeza do zelo das comunidades por eles formadas. A italianidade se vale ainda das práticas sociais, das festas, das comemorações, das tradições, da memória e também dos aspectos econômicos e políticos que determinaram os caminhos do crescimento da região, sustentando-se, ainda hoje, “pela tríade: trabalho, família e religião” (ZANINI, 2006, p. 212). Portanto, é possível inferir que ela se encontra, desta forma, inserida no processo de modernização e urbanização dos assentamentos coloniais de origem italiana no Estado, decorrente da modernidade, sendo, ela própria, resultado desta contínua transformação.

A história é responsável por descortinar os caminhos pelos quais se ousam percorrer na constante busca pelo conhecimento e compreensão das questões propostas pelo estudo das transformações urbanas e sociais frente à modernização

---

<sup>7</sup> Segundo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, mito significa o “1. Relato sobre seres e acontecimentos imaginários (...). 2. Narrativa de significação simbólica, transmitida de geração a geração dentro de determinado grupo e considerada verdadeira por ele” (FERREIRA, 2008 p. 340), porém seu significado também pode compreender “3. Ideia falsa que distorce a realidade ou não corresponde a ela. 4. Pessoa, fato ou coisa real valorizados pela imaginação pela imaginação popular, pela tradição” (FERREIRA, 2008, p. 340).



das sociedades ao longo dos tempos. Porém, não somente as fontes oficiais por ela apresentadas possuem o conjunto de informações do qual se necessita para a reconstrução de um tempo que não mais existe, mas que se quer recriar, como uma espécie de estratégia de conhecimento e busca pela obtenção de respostas aos muitos questionamentos que se apresentam no tempo presente, mas que, muitas vezes, surgem como consequência daquele passado que não mais se pode acessar. A ciência, aliada as artes em geral, à pintura, à fotografia, à poesia e outras formas de manifestação, podem trazer luzes sobre o passado, iluminando-o de forma a percebê-lo em todos os seus meandros e detalhes. A literatura, em sua forma histórica, também se constitui em uma importante fonte de pesquisa por se constituir em uma forma de representação de um tempo, baseada em momentos vividos e experimentados por seus autores na época em que as obras foram escritas, ou mesmo recriados, a partir da pesquisa documental e de memória oral em um período posterior àquele relatado pelos escritores.

Na incessante busca por respostas aos questionamentos acerca da modernidade e às transformações provocadas pela modernização, que destrói e reconstrói constantemente as cidades e os espaços habitados, alterando espaços de sociabilidade, suscitando modificações nas relações sociais e econômicas dos cidadãos que neles habitam, autores como o filósofo americano Marshall Berman e o geógrafo britânico David Harvey, recorreram, como auxílio para esta missão, às fontes oficiais e à literatura de relevo de importantes escritores que, contemporâneos daquele período histórico que se deseja compreender, produziram obras relatando as pressões e experiências vivenciadas em um tempo e espaço definido.

Em *“Paris: capital da modernidade”*, Harvey (HARVEY, 2015) apresenta uma visão sobre as mudanças provocadas pela modernidade na cidade e na sociedade parisiense do final do séc. XIX, em relação ao passado. Segundo o autor, a modernidade rompe com as estruturas até então consolidadas, em um determinado tempo e espaço, para transformá-las em outras, que serão novamente consolidadas até sofrerem novas modificações, em um sentido contínuo de inovações. O autor recorre à literatura de época, representada por seus principais expoentes, como Balzac, Flaubert, Baudelaire, entre outros, para descortinar os acontecimentos ocorridos em Paris a partir do movimento revolucionário de 1848, e mesmo antes deles ocorrerem.

Assim também o faz Berman (BERMAN, 1986) em *“Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”*, obra que teve por intuito construir uma visão da sociedade ocidental e de sua cultura no período compreendido entre os séculos XIX e XX, com o objetivo de que isso levasse às respostas que o consumiam sobre os sentidos possíveis da modernidade. Ao analisar obras universais, como *“Fausto”* de Goethe, *“Notas do Subterrâneo”* de Dostoievsky, *“Os olhos dos Pobres”* de Baudelaire, entre tantas outras, e a história dos personagens por ela criados, retirou delas os indícios que corroboraram para a justificativa e a análise de suas indagações acerca do tema proposto. Explorando cronologicamente o processo de modernização pelo qual a sociedade ocidental passou - e continua a passar – contextualizando-o à sucessão de acontecimentos históricos e tendo como foco a crítica da literatura e dos espaços públicos a ela relacionados, Berman apresenta uma interpretação do que é ser moderno, construindo, desta forma, a sua visão sobre a modernidade. Em suas obras, Berman (BERMAN 1986) e Harvey (Harvey 2015) tentam compreender, a partir de uma análise espaço-temporal, o processo de transformação da sociedade e de seus ambientes urbanos, em uma relação de causa e efeito, provocada pela modernidade e impulsionada pela circulação de ideais moldados a partir das novas realidades sociais e econômicas que se apresentavam àquele momento.

As indagações propostas por Berman e Harvey, expostas através da leitura de suas obras, bem como a análise das transformações sociais, econômicas e culturais, ocorridas nas cidades ocidentais europeias e americanas sob a ótica da modernidade, instigaram a presente pesquisa que propõe um olhar sobre o processo de modernização ao qual as cidades de colonização italiana localizadas na região nordeste do Rio Grande do Sul foram submetidas. Desejou-se compreender as transformações que, parafraseando Berman, a “aventura da modernidade” causou nas relações sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade estabelecida na região de estudo e que tiveram como consequência grandes modificações no ambiente urbano.

As representações desta sociedade, formada ao longo do tempo, materializadas ao longo do “território da imigração italiana na serra gaúcha”, também

se fizeram presentes nas obras do escritor gaúcho José Clemente Pozenato<sup>8</sup> que abordam, de forma ficcional, o processo imigratório italiano vivido por três gerações que se sucederam ao longo do tempo sobre esse território. Três romances compõem o conjunto de narrativas que se iniciam no final do século XIX, com a chegada dos primeiros imigrantes partidos da Itália, e finalizam-se nos incertos tempos que antecedem a Segunda Guerra Mundial. Destes, o mais representativo é “*O Quatrilho*”, o primeiro a ser escrito e o que alcançou maior destaque regional e nacional, transformando-se em roteiro para um filme homônimo, devido ao fato de apresentar, ao longo de sua narrativa, um retrato social, econômico e cultural bastante abrangente do ambiente onde estavam inseridos os imigrantes e seus descendentes, a partir dos seus personagens principais idealizados pelo autor, partícipes das duas primeiras gerações que ali se estabeleceram. Foram eles, representantes ficcionais dos milhares de indivíduos reais, que vieram a formar, a partir de uma proposta de ocupação de terras praticamente intocadas, comunidades comprometidas com a construção de um novo lugar para se viver.

A análise deste conjunto de obras, observada em concomitância com a história “oficial” destacada através das informações obtidas pelas fontes primárias, tornou-se enriquecedora para a compreensão de como a modernização daquele território, através de constantes e ininterruptas modificações econômicas, sociais e populacionais, transformou a sociedade e os espaços urbanos e rurais ao longo do tempo, imprimindo novas demandas e criando novas expectativas e realidades, sempre permeadas pela presença de uma cultura peculiar, oriunda do processo migratório que encontra-se na sua gênese. De certa forma, apesar das alterações constantes, referências importantes daquele passado ainda permanecem presentes. O que permite retomar aqui o pensamento de Berman (1986, p. 329) acerca da

---

<sup>8</sup> José Clemente Pozenato é natural de Santa Tereza, município de São Francisco de Paula, mas foi na cidade de Caxias do Sul, onde iniciou os estudos secundários e onde vive até hoje, que conheceu e começou a se interessar pela cultura italiana. Formou-se bacharel em Filosofia, mestre em Estudos de Literatura Brasileira pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e doutor em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Lecionou literatura na Universidade de Caxias do Sul (UCS), onde foi pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Na cidade também foi secretário municipal de Cultura e membro do Conselho Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. Pozenato é escritor, poeta e ensaísta, sendo autor da trilogia de romances históricos sobre o tema da cultura da imigração italiana no estado. **Fonte:** ARL – Academia Rio-Grandense de Letras. **Site institucional.** Porto Alegre: 2000b. Disponível em: <http://www.arl.org.br/academicos/quadro-de-emeritos/jose-clemente-pozenato>. Acesso em: 19 fev. 2019.

necessidade do homem moderno de não romper com o seu passado, mas sim, de continuar constantemente “assaltado” por ele.

### **III. O PROBLEMA PROPOSTO**

A problemática que propõe neste estudo está em tecer relações entre a italianidade e o considerável patrimônio cultural encontrado na região, procurando responder aos questionamentos acerca das potencialidades que as permanências patrimoniais – materiais e imateriais - oferecem à investigação da identidade étnica de indivíduos que, partícipes incontestes e indissociáveis de sua produção, tem nelas expresso os símbolos de sua cultura e com elas convivem e se identificam. Impõe-se, portanto, descobrir de que forma é possível utilizar as permanências patrimoniais para se trabalhar com a italianidade. As permanências e os elementos que as constituem, podem conter indícios dessa identidade? E ao conter indícios dessa identidade, como estes podem ser considerados como importantes ferramentas para as análises referentes ao processo de Planejamento Urbano?

As indagações acerca da italianidade e da sua relação com os traços, as marcas e os símbolos representativos da presença dos imigrantes italianos e de seus descendentes, gravados na região ao longo dos quase 150 anos de fundação das primeiras colônias em meio a montanhas e florestas, podem conduzir a um olhar mais criterioso e a uma análise mais profunda no sentido da compreensão desta construção como marca identitária presente, identificável, sentida. Nesta geografia, que congrega uma pequena, mas importante parcela de um todo que compõe o Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se um território repleto de elementos que refletem a expressão cultural de um povo que transformou um espaço em um lugar. E é a partir da condição de nele se estar presente, que é possível perceber toda a força da peculiar cultura que dele é emanada.

Muitos são os exemplos que levam a refletir sobre a conexão entre a italianidade e a herança cultural transmitida através de gerações. Como

pressupostos pode-se pensar sobre a sua presença nas ações de preservação patrimonial, quando pode justificar a salvaguarda de um bem edificado para resguardá-lo em sua autenticidade e integridade ou, da mesma forma, impulsionar o desejo de reciclá-lo para novos usos ou atividades, como por exemplo a transformação de residências centenárias em restaurantes, pousadas, vinícolas, espaços culturais ou comerciais. Ou também relacioná-la com o resguardo, a renovação e a transmissão de costumes, hábitos, modos de expressão, músicas e festividades que, em conjunto, compõem o importante acervo de bens de natureza imaterial da região.

O processo de modernização não ocorre de modo uniforme em todos os núcleos habitados que compõem uma região, sendo assim, alguns se desenvolvem de forma mais rápida e outros de maneira mais lenta. Esses núcleos, que geralmente integram uma articulada rede urbana<sup>9</sup>, apesar de diferenciados no crescimento, mantêm entre si, estreitas relações comerciais, político-administrativas, sociais e, principalmente, culturais. O crescimento das cidades, principalmente aquelas que experimentaram um acentuado incremento populacional em decorrência do desenvolvimento industrial, um dos principais símbolos da modernidade, provocou a descaracterização dos espaços originalmente construídos pelos primeiros imigrantes italianos que aportaram no Estado. Por outro lado, nas cidades menores, ou mesmo nas localidades rurais, onde o avanço da modernização foi mais lento e o crescimento populacional não ocorreu de forma exponencial, observa-se uma menor transformação dos espaços urbanos. São nesses núcleos, portanto, que se concentram o maior número de edificações representativas do patrimônio cultural da região.

A produção e a permanência de referenciais imagéticos no tecido urbano como consequência desse processo, que, para o caso dessa análise, conforme

---

<sup>9</sup> Segundo o geógrafo Roberto Lobato Corrêa, “a rede urbana, entendida como um conjunto de centros funcionalmente articulados, constitui-se em um reflexo social, resultado de complexos e mutáveis processos engendrados por diversos agentes sociais. Desta complexidade emerge uma variedade de tipos de redes urbanas, variadas de acordo com combinações de características, como o tamanho dos centros, a densidade deles no espaço regional, as funções que desempenham, a natureza, intensidade, periodicidade e alcance espacial das interações e a forma da rede. Reflexo social, a rede urbana constitui-se, também, como qualquer materialidade social em uma condição; uma das matizes em que é forjada a reprodução da existência social envolvendo as condições de produção, as relações sociais e os traços culturais” (CORRÊA, 2006, p. 311).

mencionado anteriormente, podem ser os indicadores de uma italianidade, são de fundamental importância para a manutenção da memória coletiva de uma comunidade. Este procedimento é defendido por diversos autores (HALBWACHS, 1990; NORA, 1993; REIS FILHO, 1991; PESAVENTO, 1999, BRESCIANI, 2018) que se dedicam ao estudo da cidade e da memória. A historiadora Sandra Jatayh Pesavento (PESAVENTO, 1999, p. 16.), afirma que “o espaço urbano, na sua materialidade imagética, torna-se, assim, um dos suportes da memória social da cidade”. Portanto, a continuidade destes elementos, sejam eles preservados no espaço urbano ou rural, referenciam o indivíduo às suas origens, permitindo manter viva e presente a memória destas comunidades. Sua permanência ao longo do tempo, portanto, transforma-se em um dos fatores responsáveis pela formação e referência da identidade destes indivíduos.

À medida que as cidades crescem e se expandem, emergem condições econômicas favoráveis para a valorização do seu patrimônio. O conceito do imigrante humilde, que partiu de sua terra natal para tentar construir vida nova em outro país, passa a ser modificado à medida que ele consegue vencer os obstáculos e contribuir com o seu trabalho para o crescimento da região onde vive. De uma visão pouco valorizada do colono que trabalhava a terra, se origina, neste âmbito evidenciado pelo desenvolvimento econômico, como atestam alguns autores, “o mito do imigrante” (ZANINI, 2006), do indivíduo portador de uma história de superação focada no trabalho, tornando-se um modelo a ser seguido. E isso é de fundamental importância para a compreensão de como a sua construção ao longo do tempo, proporcionou condições para a consolidação do sentimento de pertencimento a um determinado lugar e a um determinado grupo social. Mas não só o mito do imigrante responde por todos os fatores referentes a isso. Também, conforme já mencionado, todo um conjunto de elementos, composto pelos bens materiais e imateriais, pela memória e pelos costumes, entram em acordo para a formação da identidade que se constitui, em última análise, na representação da cultura dessa sociedade ao longo do tempo.

Harvey (2015) considera um “desafio intimidante” enxergar a cidade e tentar representá-la em fases de intensa mudança. Propôs e logrou êxito ao experimentar realizar tal façanha na reconstrução do funcionamento da Paris do Segundo Império, onde, de acordo com o autor, “capital e modernidade se uniram em determinado

local e época” (HARVEY, 2015, p.35), na promoção de intensas transformações sociais e urbanas, mas não somente isso. Integradas a esse processo, analisou também como as relações sociais e os ideais políticos foram afetados por esse encontro. Para Harvey, um estudo que se propõe a “enxergar a cidade”, como um modelo a ser seguido, é aquele que consegue “transmitir uma ideia da totalidade do que era a cidade mediante várias perspectivas sobre a vida material, as atividades culturais, os padrões de pensamento dentro da cidade” (HARVEY, 2015, p. 35). A dificuldade reside em enxergar tanto a sua totalidade quanto as partes em um escrito urbano. Complementa a sua visão, com a qual também aqui se concorda, acrescentando:

Temos muitas teorias com relação ao que acontece na cidade, mas uma singular ausência de teoria da cidade; e as teorias que temos da cidade com frequência parecem tão unidimensionais e mecânicas que extirpam a riqueza e a complexidade da experiência urbana. Por isso, não se pode facilmente tratar a cidade e a experiência urbana de maneira unidimensional (HARVEY, 2015, p. 34).

Este estudo também será um desafio intimidante, pois pretende responder a uma lacuna de conhecimento não só sobre uma cidade, mas sobre toda uma região, a de colonização italiana do nordeste do Rio Grande do Sul, este lugar especial e singular, no que se refere à italianidade e às “teorias da cidade”, assim denominadas por Harvey. Teorias estas que, especificamente, atuam na formação e construção do conhecimento sobre o espaço urbano, cuja abordagem encontra-se amplamente de acordo com os conceitos preconizados pela história cultural. Se a italianidade pode vir a ser uma representação dessa sociedade formada com base na cultura da colonização italiana, como tal, poderá ser desvelada e analisada no decorrer do tempo, tendo em vista que sua manifestação não ocorre igualmente em todas as fases históricas. Do passado não se faz o presente, mas é nele que se concentra a busca pela origem das práticas e das representações realizadas no presente. E é somente através do seu conhecimento que é possível compreendê-las efetivamente. Os costumes e as práticas sociais são, portanto, representações construídas no presente que tem no mito passado a sua origem. Entender de que forma elas foram incorporadas à cultura da imigração, como foram sendo adaptadas, de que forma se apresentam na contemporaneidade e como se mantêm como algo importante para

as gerações que se sucederam e se sucedem, é o desafio que se propõe com esse estudo.

#### **IV. A HIPÓTESE QUE SE CONSTRÓI**

Esta Tese parte do entendimento de que a italianidade é um fato da modernidade das sociedades ocidentais a partir do século XIX, e está constituída com base nas transformações sociais, econômicas, políticas e espaciais que dela são resultantes. Decorre então que a italianidade se encontraria integrada e adaptada ao processo de modernização experimentado, ao longo do tempo, no lugar onde se estabelecem as comunidades que integram a região de colonização italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. Tais condições contribuiriam para que diferentes enfoques sejam a ela associados, a causa dos variados momentos e períodos históricos por ela perpassados, bem como do lugar específico onde ela se manifesta. Desta forma a hipótese que se quer comprovar é que nas permanências materiais e imateriais que, ao longo do tempo, expressam a cultura decorrente do processo de ocupação e urbanização desta região, se encontrariam os traços, as marcas e os símbolos de uma italianidade que delas fez parte, constituindo-se, portanto, em um fator de afirmação da identidade de seus habitantes. Justamente por sua relevância, tais elementos deveriam, reiteradamente, ser considerados na implantação dos processos de planejamento urbano e regional.

Diante disso, e por essa razão, essa italianidade é compreendida neste estudo, como representativa dessa sociedade e de sua identidade, sendo parte fundamental do processo de construção, formação e desenvolvimento dos núcleos urbanos da região, envolvendo seus aspectos sócio culturais, políticos administrativos, econômicos e locacionais. Tal hipótese encontra-se calcada na questão de que o avanço da modernidade transforma continuamente o espaço geográfico, provocando ações de construção, destruição e reconstrução, procedimentos típicos do sistema capitalista no qual o Brasil, como um todo, está



inserido. Esse processo, ao qual Harvey denomina de “destruição criativa” (HARVEY, 2015), configura e reconfigura as malhas urbanas e rurais, seus equipamentos e serviços, implementando continuamente o novo sem, no entanto, eliminar totalmente o “velho”, fruto da construção e evolução de um tempo passado que ainda se mantém, em grande parte, presente.

Passado que, no decorrer dos anos, é alçado à condição de patrimônio cultural por sua representatividade enquanto expressão cultural, e permanece preservado no território consubstanciando, com sua força e presença, um cenário real, onde as relações sociais e práticas culturais dos imigrantes e seus descendentes tem lugar. Por isso mesmo converte-se em alimento para a memória daqueles que ali interagem na convivência cotidiana, em centelha que inflama o imaginário e em elemento fundamental para a referência de origem, demonstrando, assim, as relações com a história e com a identidade destes descendentes que parecem cultivar a sua italianidade de maneira ampla na região.

Mais precisamente, como recorte espacial e material, no campo de análise das cidades que compõem a região, fundamentado pelas considerações destacadas em estudos já realizados, a italianidade se expressaria na alusão ao lugar de proveniência daqueles imigrantes que deixaram para trás a vida cotidiana em seus pequenos povoados quando decidiram rumar para o Brasil. Após o seu estabelecimento no lugar de destino, essas referências teriam sido modificadas com a inclusão de novas advindas da cultura local, passando a se relacionarem mais diretamente com o processo de crescimento da região e com as transformações das cidades e do campo, promovidos pela industrialização em todas as suas fases.

No momento atual, ou seja, na contemporaneidade destas interações, as referências dessa italianidade, possivelmente seriam influenciadas pelas ações que visam a preservação do conjunto de bens materiais e imateriais que incorpora saberes, costumes, tradições, práticas sociais, enfim, todos os elementos constituintes de uma cultura que se mantém e se transforma.

## V. O OBJETO DE PESQUISA

A região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, esse “lugar” hoje considerado privilegiado por congregar municípios com um ótimo padrão de desenvolvimento econômico e social, se destaca não só em nível regional, mas também nacional, tanto por sua história, legada às tradições da cultura da imigração italiana, como também pelas ações que possibilitaram o seu crescimento e o qualificaram como uma das mais importantes regiões metropolitanas brasileiras. Ao longo dos quase 150 anos de história, esse lugar, de características peculiares, que vem sendo construído pela ação dos imigrantes italianos e seus descendentes ali estabelecidos desde o final do século XIX e que também vem adquirindo, por atribuição de seus moradores, cada vez mais valor e sentido, transformou-se em um importante polo industrial, onde encontram-se concentradas algumas das mais destacadas empresas do país nos segmentos metal mecânico, alimentício e moveleiro do país. Reconhecimento este que passou a ser mais efetivo a partir do rápido processo de industrialização, que teve início já nos primeiros anos do século passado.

O objeto de pesquisa desta Tese é, portanto, o “território da imigração italiana na serra gaúcha” e seus principais municípios, que está localizado em uma grande parcela da área geográfica atualmente denominada Região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, cujo polo principal é a cidade de Caxias do Sul. De forma mais específica, o objeto compreende a área geográfica cujos limites foram sendo definidos a partir da implementação das três primeiras colônias que deram origem aos principais municípios daquela região, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Garibaldi, e, posteriormente, ampliados com o acréscimo em áreas contíguas ou limítrofes dos demais municípios que a compõe. Recentemente essa porção territorial passou a conformar a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG)<sup>10</sup>,

---

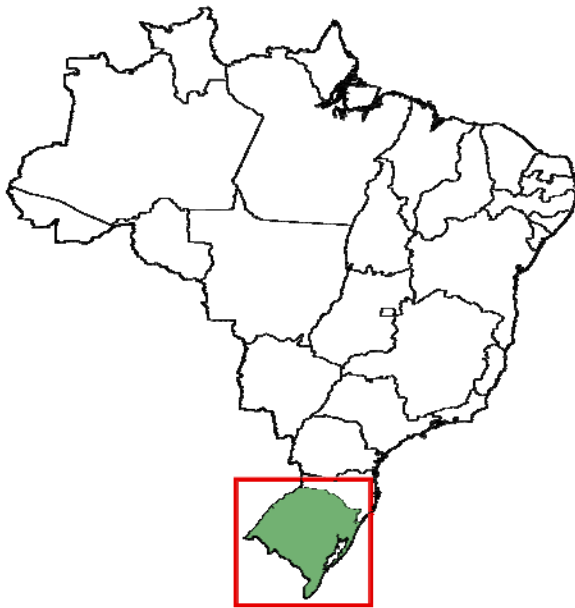
<sup>10</sup> A criação de Regiões Metropolitanas no Brasil, deve ser compreendida como decorrência dos processos de regulamentação dos pressupostos da política de desenvolvimento urbano, previstos na Constituição de 1988. Um dos primeiros instrumentos resultantes destes movimentos foi a elaboração e instauração do Estatuto da Cidade, no ano de 2001, um importante documento regulador das atividades e da política urbana praticada pelos municípios. Conforme informa Francisconi, o Estatuto “introduziu novos instrumentos jurídicos para possibilitar uma intervenção mais efetiva do poder público no meio urbano e reafirmou o Plano Diretor como instrumento básico da política de

criada e denominada através da publicação da Lei Complementar nº 14.293, datada de agosto de 2013, que se apresenta atualmente constituída por 14 municípios, descritos em ordem alfabética, a saber: Antônio Prado, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Ipê, Monte Belo do Sul, Nova Pádua, Nova Roma do Sul, Pinto Bandeira, Santa Tereza e São Marcos (Imagens 04, 05 e 06). O município de Nova Roma do Sul foi o último a ser inserido na RMSG, no ano de 2018. Juntos, os municípios participantes contam com uma população de 864.018 habitantes, segundo dados da pesquisa de Estimativa de População, realizada pelo IBGE no ano de 2020<sup>11</sup>. O município de Caxias do Sul, já mencionado como maior centro urbano da região, é também um dos mais importantes em termos econômicos, congregando uma população total, entre urbana e rural, de mais de 520.000 habitantes, que o habilita ao posto de segundo município mais populoso do Estado do Rio Grande do Sul (Tabela 02). A RMSG também se insere no Conselho Regional de Desenvolvimento Econômico e Social da Serra (COREDE-SERRA) que está formado por 32 municípios todos eles localizados na região geográfica da assim denominada Serra Gaúcha.

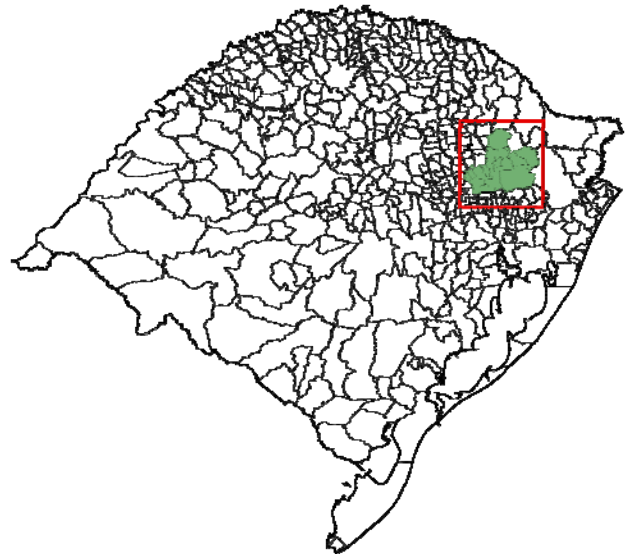
---

desenvolvimento e expansão urbana” (FRANCISCONI, CORDEIRO, 2021, p. 216). A criação do Ministério das Cidades (MCidades) no ano de 2003, proporcionou a ampliação dos investimentos na área do desenvolvimento urbano no Brasil e a adoção de políticas que previram novas formas de integração e a coordenação dos investimentos e das ações, baseadas no diálogo entre os municípios e os cidadãos. Mais recentemente, no ano de 2015, um outro importante documento, o Estatuto da Metrópole foi estabelecido, com o objetivo de normatizar as obrigações do Estado na instituição de Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. A ele cabe, em linhas gerais, fornecer aos Estados as diretrizes para a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum para aqueles territórios. A Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), objeto de estudo desta Tese foi criada em 2013, a partir das regulamentações do Estatuto da Cidade e hoje sua gestão obedece também aos preceitos definidos pelo Estatuto da Metrópole, assim como todas as demais regiões estabelecidas desde então. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), datados de 2020, o Brasil conta com 74 Regiões Metropolitanas, um número que vem sendo constantemente incrementado, o que denota o crescimento da população urbana e a expansão das cidades. Para maiores informações acessar RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-da-serra-gaucha> Acesso em: 15 nov. 2020.

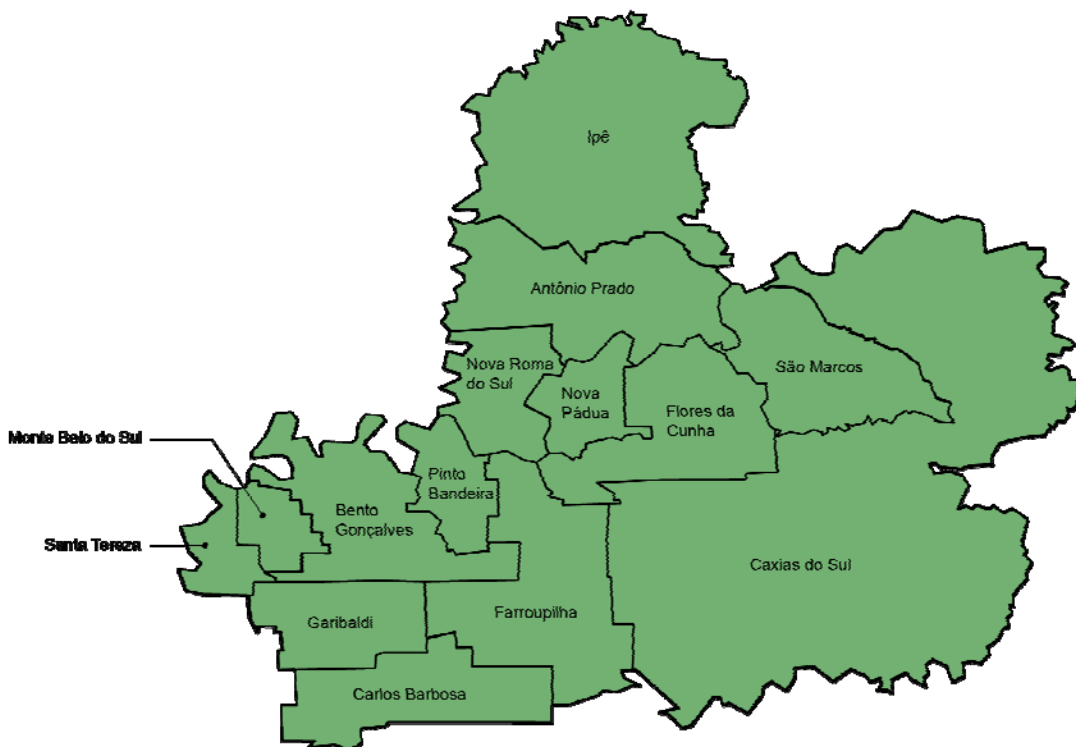
<sup>11</sup> Para maiores informações acessar IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População**. Brasília, DF: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 nov. 2020.



**Imagem 04** - Mapa do Brasil assinalando em destaque o Estado do Rio Grande do Sul.  
**Fonte:** Adaptação do autor



**Imagem 05** – Municípios de colonização italiana da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul que compõem a Região Metropolitana da Serra Gaúcha.  
**Fonte:** Adaptação do autor



**Imagem 06** – Municípios que integram a Região Metropolitana da Serra Gaúcha, área territorial escolhida como objeto de pesquisa desta Tese. Todos os 14 municípios tiveram sua origem vinculada ao processo de ocupação do território, iniciado no final do século XIX, por imigrantes italianos.

**Fonte:** Adaptação do autor

Parte dos municípios que a constituem, integram a também chamada Microrregião Caxias do Sul (MCS), identificada pela Fundação de Economia e Estatística (FEE)<sup>12</sup>, que, em sua totalidade, agrega 19 municípios integrantes da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. A menção a essa outra denominação se faz importante aqui, como informação complementar, tendo em vista que também é possível encontrá-la em muitas publicações e sites de pesquisa. Além disso, as especificações utilizadas pela FEE para a definição da microrregião, vem ao encontro dos demais conceitos que serão posteriormente apresentados e discutidos, como forma de se estabelecer uma melhor compreensão da RMSG e o porquê de sua escolha.

ANO DE INCLUSÃO NA RMSG	MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL 2020 (1) (habitantes)	ÁREA 2019 (2) (Km <sup>2</sup> )	DENSIDADE DEMOGRÁFICA 2020 (habitantes/Km <sup>2</sup> )	TAXA DE URBANIZAÇÃO 2020 (3) (%)
	<b>RMSG</b>	<b>864.018</b>	<b>4.663,7</b>	<b>185,3</b>	<b>91,62</b>
2013	Antônio Prado	13.045	348,2	37,5	72,00
2013	Bento Gonçalves	121.803	273,6	445,2	92,30
2013	Carlos Barbosa	30.241	230,7	131,1	79,36
2013	Caxias do Sul	517.451	1.652,4	313,2	96,30
2013	Farroupilha	73.061	361,5	202,1	86,50
2013	Flores da Cunha	31.063	273,6	113,5	76,88
2013	Garibaldi	35.440	167,6	211,5	88,67
2013	Ipê	6.689	599,4	11,2	51,58
2013	Monte Belo do Sul	2.530	69,7	36,3	28,84
2013	Nova Pádua	2.568	102,7	24,9	29,88
2018	Nova Roma do Sul	3.717	149,1	24,9	47,41
2013	Pinto Bandeira	3.036	104,8	29,0	
2013	Santa Tereza	1.726	74,1	23,3	36,50
2013	São Marcos	21.658	256,4	84,5	87,54

**Tabela 02** – Tabela indicativa dos seguintes dados: Ano de Inclusão, População, Área, Densidade Demográfica e Taxa de Urbanização da Região Metropolitana da Serra Gaúcha – RS. Tabela adaptada pelo autor.

(1) Estimativas de População 2020

(2) Áreas Territoriais 2019

(3) Não existem dados disponíveis para população urbana nas Estimativas de População de 2020

**Fonte:** RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP). *Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-da-serra-gaucha> Acesso em: 15 nov. 2020.

<sup>12</sup> Para maiores informações acessar: FEE. Fundação Economia e Estatística. Unidades geográficas. **Portal DEEDADOS**. Brasília. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!home/unidadesgeograficas/microrregioes/12>. Acesso em 15 nov. 2020.

Uma microrregião, segundo a FEE, é definida como parte das mesorregiões que apresentam especificidades quanto à organização do espaço. Essas especificidades referem-se à estrutura de produção, agropecuária, industrial, extrativismo mineral ou pesca. A organização do espaço microrregional é também identificada pela vida de relações em nível local, isto é, pela interação entre as áreas de produção e locais de beneficiamento e pela distribuição de bens e serviços de consumo frequente. Assim, a estrutura da produção para identificação das microrregiões é considerada em sentido totalizante, envolvendo a produção propriamente dita, distribuição, troca e consumo, incluindo atividades urbanas e rurais. Estas relações caracterizam, portanto, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha. Historicamente, como já mencionado, sua origem encontra-se diretamente vinculada à implantação das três primeiras colônias, demarcadas pela Comissão de Terras ao final do século XIX, para receber os primeiros imigrantes que chegavam ao Brasil provenientes do norte da Itália. Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias deram origem, respectivamente, aos atuais municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul. As características históricas, físicas e espaciais, que fundamentam a integração e conformação da RMSG, motivaram a escolha desta área como objeto de pesquisa desta Tese, que igualmente se justifica pelo entendimento de que nela estão reunidos municípios interligados, não só fisicamente, mas também por importantes elos culturais, econômicos e sociais.

Como recorte espaço-temporal definido para a análise do problema proposto, relaciona-se o espaço de tempo compreendido entre o final do século XIX, quando teve início o processo de ocupação dos primeiros lotes coloniais na RMSG até os dias atuais. Entretanto, esse espaço temporal foi dividido por uma periodização baseada nas normativas metodológicas escolhidas para o desenvolvimento desta Tese, para possibilitar uma melhor compreensão das transformações ocorridas ao longo do tempo.

## VI. OS OBJETIVOS QUE SE DESEJAM ATINGIR

Esta Tese procura entender como os processos de industrialização e modernização, integrados ao contexto histórico da modernidade, se processaram, transformando fisicamente a região objeto de pesquisa deste estudo, sem, no entanto, obliterar totalmente as marcas e símbolos de seu passado. Neste sentido, este estudo se propõe a analisar as permanências que foram sendo deixadas no território, e que agora se pretende revelá-las e estudá-las, demonstrando a importância de sua presença como representação desta sociedade ao longo do tempo.

Como objetivo principal, reforça-se o desejo de:

*Buscar e compreender as formas de representação social, cultural, econômicas, políticas, institucionais e espaciais por intermédio das permanências, materiais e imateriais, presentes na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, ao longo de sua história e da modernização de seus espaços urbanos e rurais, para avaliar como essas representariam a expressão de uma identidade étnica, ou seja, de “uma italianidade”, que marcou e continua a marcar esse processo.*

Como objetivos específicos se almeja:

*1- Compreender como os ideais da modernidade, representados pelo modernismo do final do século XIX que difundiu pelo mundo ideias e conceitos, se estabeleceram também sobre o “território da imigração italiana na serra gaúcha”, induzindo a novas formas de pensamento e ações que provocaram, com o passar dos anos, mudanças econômicas, políticas e sociais em todas as comunidades que nele se inserem;*

*2- Compreender o processo de imigração italiana no Rio Grande do Sul para entender as dinâmicas territoriais no sentido de possibilitar a identificação das suas vocações e características peculiares, para que estas sejam consideradas em estudos e ações propositivas do planejamento urbano;*

*3- Verificar e selecionar as permanências, materiais e imateriais, que continuam presentes e salvaguardadas no território, apesar do contínuo processo de industrialização e modernização que a região, como um todo, tem sofrido ao longo dos anos e identificar quais marcas e símbolos dessa cultura singular podem ser encontrados nesse patrimônio;*

*4- Analisar as formas de representação social dessa cultura nas práticas sociais, nos costumes, nos hábitos, na religiosidade, que caracterizam essas comunidades, bem como entendê-las a partir da literatura e do romance histórico, onde as narrativas servem de base para as discussões acerca das sensibilidades e do imaginário coletivo suscitadas através desta análise e que vão auxiliar na compreensão dos aspectos socioculturais que atuaram no processo de crescimento da região;*

As permanências urbanas espalhadas ao longo de toda essa região, que formam um importante legado histórico e cultural mantido preservado e constantemente revivido através das práticas sócio culturais, refletem a expressão de uma cultura peculiar que a imigração italiana imprimiu em solo gaúcho, mesclando, absorvendo e integrando elementos de culturas distintas em sua formação. Como resultado desta ação do homem sobre esse território, foi sendo construído, mediante o conjunto de atributos que caracterizaram desde sempre esses indivíduos e dos vínculos por eles formados com o lugar de vivência, um sentimento de pertencimento e identificação como grupo social, que se reflete até os dias atuais. Esse sentimento, que em um aparente paradoxo, assegura a continuidade do indivíduo e da própria sociedade vinculando-os ao seu lugar de vivência, modifica-se constantemente através de um percurso existencial de permanente mudança, onde rupturas, crises, novas adaptações e até mesmo reinvenção de tradições provocam um constante questionamento, sem, no entanto, deixar de se constituir em uma referência para esses italianos e seus descendentes.



## VII. A METODOLOGIA DE PESQUISA E AS FONTES CONSULTADAS

Esta Tese constitui-se em um estudo de amplo espectro desenvolvido com base nos preceitos metodológicos da História Cultural, da Antropologia, das Ciências Sociais, das Ciências Econômicas que complementam a análise do espaço nos campos da Arquitetura, do Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional. A Literatura, especialmente aquela produzida na região, traz luz ao contexto histórico no qual se insere o objeto de pesquisa em suas diversas fases, por intermédio da revelação da vida cotidiana dos personagens e da sociedade ao longo do tempo. Embora não se pretenda promover aqui uma nova análise do processo migratório italiano no Estado, considera-se que para a investigação do tema proposto, o entendimento do mesmo, como um todo, desde a sua origem até os dias atuais, seja de fundamental importância para o desenvolvimento e contextualização deste estudo, que examinará, através de um olhar focado no espaço urbano e nas suas representações, materiais e imateriais, como se processaram ao longo do tempo o crescimento e a industrialização dos primeiros núcleos coloniais italianos que transformaram alguns deles em grandes e importantes cidades, mantendo outros pouco alterados.

Para a sua realização foi necessário estabelecer uma periodização histórica buscando-se compreender, mediante a análise do contexto de determinados períodos distintos, como a região e seus núcleos urbanos se configuraram e se transformaram, pensando as cidades não só em termos locais, exclusivos, mas também, em sintonia com as suas relações em âmbito regional e inter-regional. Procedimentos que fazem parte da metodologia desenvolvida pelas professoras, arquitetas e urbanistas, Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller (SOUZA; MÜLLER, 2007), para a análise da evolução urbana na cidade de Porto Alegre no que diz respeito aos fatores que atuaram no seu processo de crescimento e desenvolvimento. As autoras utilizaram para a realização de sua pesquisa, uma divisão baseada em marcos temporais vinculados ao contexto do estudo, visando a caracterização das funções urbanas em cada período, através do cruzamento dos fatores urbanos e regionais que atuam no processo de evolução urbana, ou seja, fatores populacionais, econômicos, socioculturais, políticos, institucionais e

locacionais. Da mesma forma, portanto, buscou-se nesta Tese identificá-los e relacioná-los à área, objeto de pesquisa, levando em consideração o tempo histórico do recorte espaço-temporal definido para a análise, que delimitou a sucessão dos eventos ocorridos, mencionados e dispostos ao longo deste trabalho.

Uma contribuição importante ao estudo da italianidade pode ser encontrada em *“Gerações, fronteiras e italianidade no sul do Brasil”*, artigo de autoria do filósofo e sociólogo Silvio Antônio Colognese (2011) que aborda as questões relativas a importância de se analisar os desdobramentos referentes aos fenômenos aos quais denomina de “efervescência étnica”, através das “fronteiras geracionais” identificadas entre os descendentes de italianos. No caso específico do estudo desse autor, as fronteiras geracionais estão consideradas como demarcações de limites não estanques entre uma geração e outra, o que possibilita o contato e a relação entre elas. Estas relações, conforme aponta Colognese “são simétricas, mas marcadas por fragilidades e poder, resistência e passagens, bloqueios e rupturas, movimentos e estagnações, permissões e proibições, estigmatizações e encontros, enfim, conflito e integração” (COLOGNESE, 2011, p.140). Segundo o autor, a problemática geracional tem se mostrado decisiva para a compreensão das transformações sociais que reconduzem à recuperação da importância das questões étnicas, onde os papéis sociais das gerações precisam ser verificados e avaliados. Reconhece que as discussões étnicas não são fenômenos isolados, mas sim globais, em resposta a uma possível tendência a uma homogeneização cultural que não se consolidou e que tem, como contraponto, o fortalecimento das identidades étnicas (HALL, 2005, p. 95). Nesse sentido suas considerações vêm ao encontro das observadas pela cientista social Maria Catarina Chitolina Zanini, quando esta afirma que

(...) elaborar e experimentar a italianidade não é um processo unívoco, há recortes de classe, status e prestígio locais, trata-se, antes, de uma experiência que se desdobra de acordo com as formas de convívio social dos descendentes (ZANINI, 2006, p. 70).

Para Colognese (COLOGNESE, 2011, p. 142), portanto, o processo de construção identitária “não é homogêneo, mas se desenvolve em um ambiente de relações de disputa e de conflitos entre os diferentes segmentos geracionais do

grupo étnico”. Por esse motivo sugere a fronteira geracional como unidade de análise para o entendimento dos conflitos entre os diferentes grupos geracionais. Cada um desses grupos possui características bastante específicas, em função de suas relações de tempo e espaço, as quais imprimem distinções em suas trajetórias, pensamentos e atitudes, como reflexos dos estímulos recebidos ao longo de determinados períodos históricos.

Como primeira coletividade geracional, o autor indica aquela composta pelos primeiros imigrantes e seus descendentes, que se estabeleceram na região durante o período compreendido entre os anos de 1875 e 1914. As dificuldades de adaptação e o isolamento possibilitaram que “a construção de uma solidariedade étnica” (COLOGNESE, 2011, p. 144) como condição de sobrevivência fosse estabelecida. Desta forma foi possível que esse grupo se identificasse como italianos, de maneira semelhante como também afirma Choate (2023), demarcando o seu território étnico, em oposição aos demais grupos percebidos como não italianos. Segundo o autor, os indivíduos que compõem essa coletividade possuem “suas experiências e valores (...) afirmados como os símbolos da identidade étnica dos descendentes de italianos: trabalho duro, valorização da família, forte religiosidade católica e solidariedade étnica” (COLOGNESE, 2011, p. 144).

Uma segunda coletividade é constituída pelos descendentes daquela primeira já nascidos no Brasil e que possuíram uma infância marcada pela vivência em famílias numerosas e comunidades étnicas relativamente homogêneas. Aprenderam o dialeto e estudaram em escolas comunitárias, tendo participado da consolidação e expansão dos domínios coloniais sobre o território destinado à imigração e além dele. Essa coletividade também se encontra “amparada no trabalho como fator de crescimento, na família e na comunidade da capela como valores inquestionáveis, residência no meio rural e com trajetórias ascendentes em termos sócio econômicos” (COLOGNESE, 2011, p. 144). Foi marcada sensivelmente pelo Estado Novo e pelo trauma da Segunda Guerra Mundial, que trouxeram incertezas quanto ao futuro, fazendo com que temessem pelo ensino do dialeto italiano e pela integração dos filhos à sociedade nacional.

A terceira coletividade geracional é formada pelos descendentes de italianos cujo contato com famílias e comunidades rurais de predomínio étnico italiano foi

limitado. Migraram para o meio urbano e passaram a ter cada vez menos contato com o meio rural. Em função dos temores e preocupações da geração que a precedeu, foram desestimulados a cultivar a identidade étnica. Nas cidades vivem em ambientes heterogêneos, e muitos isoladamente, o que despertou nestes “o sentimento de saudosismo em relação ao passado” (COLOGNESE, 2011, p. 145). Conforme as observações do autor, “é a coletividade geracional responsável pela efervescência étnica atual. São pessoas bem-sucedidas, urbanizadas e que identificam o fator étnico como uma forma de valorização e prestígio social” (COLOGNESE, 2011, p. 145).

Por fim, a quarta coletividade geracional está composta por descendentes que nasceram a partir dos anos de 1980, que vivem no meio urbano e pouco ou nenhum contato tiveram com as famílias e comunidades típicas do meio rural. Foram socializados em ambientes heterogêneos em termos étnicos e, por isso, pouco ou nada conhecem da trajetória das gerações que os precederam, motivo pelo qual “não são portadores de um sentimento de pertencimento étnico e não manifestam interesse pela identidade étnica específica (COLOGNESE, 2011, p. 145). Foi para esse grupo que as ações de resgate da italianidade, que no caso da RMSG, foram intensificadas a partir dos anos que antecederam a comemoração do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, acabaram sendo direcionadas. A extensa catalogação de elementos e documentos referentes à imigração, as pesquisas que levaram à produção de muitos trabalhos científicos sobre o tema, a preocupação com a salvaguarda do patrimônio material e imaterial presente no território e as ações relacionadas com a valorização da cultura da imigração, implementadas por diversas entidades e organizações governamentais e comunitárias, reestabeleceram novos parâmetros para o despertar da italianidade entre esta geração e as demais que vêm se sucedendo.

Assim sendo, Colognese reforça a observação de que a identidade étnica está em constante modificação e sofre a influência de fatores externos e internos ao grupo. Portanto, é possível inferir que para melhor entendê-la é preciso analisá-la de forma a periodizá-la no espaço e tempo onde tem lugar as representações sociais que dela são resultantes. Importante destacar aqui que o autor não delimita datas específicas para a definição de cada um dos períodos geracionais por ele propostos, até porque uma sequência geracional não ocorre exatamente de forma homogênea.

Salvo a exceção do primeiro período, apenas sugere, em sua análise, alguns momentos históricos importantes com os quais é possível estabelecer relações. Por esse motivo, nesta análise, decidiu-se por associá-los aos principais períodos históricos que marcaram o crescimento da RMSG, considerando-se uma temporalidade média de 30 a 40 anos para cada uma das “fronteiras geracionais” identificadas, estabelecendo, desta forma, uma melhor compreensão.

Tendo em vista as questões metodológicas propostas por Souza e Müller (2007), associadas às observações realizadas por Colognese (2011), foi possível, como resultado, definir quatro grandes períodos históricos vinculados aos diferentes grupos geracionais identificados por esse último autor, que se sucederam a partir da chegada dos primeiros imigrantes italianos à região, dando origem aos inúmeros descendentes que habitam aquele território. Percebeu-se, da mesma forma, que tanto a literatura, quando os estudos históricos, antropológicos e sociais que se debruçam sobre o tema da imigração, além dos próprios cidadãos quando a ele se referenciam mediante suas memórias, buscam fazê-lo utilizando comumente o termo que corresponde à linhagem, genealogia e ascendência de um grupo de indivíduos nascidos em uma mesma época, que convivem em um mesmo espaço e tempo, e que se sucedem continuamente, ao qual denomina-se gerações.

O primeiro período de análise compreende os anos iniciais do processo de imigração até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, que abrange os anos de 1875 a 1914. Corresponde à primeira geração que deu origem ao processo migratório e de ocupação do solo na RMSG, englobando aqueles imigrantes e suas famílias já constituídas, as famílias que se formaram no território já ocupado e a primeira geração de descendentes ali nascida. Como enfoque principal deste espaço temporal encontra-se a análise da criação dos principais núcleos urbanos e os primeiros movimentos em relação ao crescimento comercial e industrial, a partir de uma produção inicial baseada na agricultura de subsistência, que promoveriam a consolidação destes e os transformariam em grandes e importantes cidades.

O segundo período de análise corresponde à segunda geração de descendentes nascida na RMSG, abrangendo temporalmente o intervalo entre os anos de 1914 e 1945, quando ocorre o início da Segunda Guerra Mundial. Estudou-se a região, a partir de seu crescimento em torno da industrialização e do impulso

promovido pela chegada dos modernos meios de transporte, como o trem, que em 1910 conectaria Caxias do Sul e alguns outros municípios à capital do Estado, Porto Alegre, e às demais capitais brasileiras. Bem como a formação das primeiras cooperativas, especialmente as de produtores de vinho, a partir dos anos de 1929. Durante os anos correspondentes a esse período verificou-se a intensificação das trocas comerciais com outras regiões e até mesmo com outros países, fator que estimulou um crescimento acelerado de algumas cidades. Característica esta que se manteve constante mesmo durante os anos conflituosos da Segunda Guerra que, sob outra ótica, a política e social, causou desconforto entre “brasileiros” e “italianos” e “brasileiros” e “alemães”, e seus descendentes, em função das políticas do Estado Novo e da posição do Brasil contrária aos países aliados à Alemanha, como a Itália. Em meados de 1950, após o término conflito, algumas indústrias com base tradicional sofreriam uma transformação para indústrias com base metal mecânica, o que acabaria por consolidar uma nova matriz industrial na região, impulsionando ainda mais o seu crescimento econômico.

O terceiro período de análise corresponde à terceira geração, abrangendo temporalmente o intervalo entre os anos de 1945 a 1975, momento de especial distinção na história da RMSG, em razão das comemorações alusivas ao Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. Durante esse período, processou-se a criação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que buscou incorporar em suas bases o estudo da imigração italiana e a divulgação da cultura local, presente e vibrante ainda hoje em todos os municípios que compõem a RMSG. Em paralelo, desenvolveram-se políticas públicas de valorização patrimonial e estimulou-se a criação de “lugares de memória” que, em conjunto com a participação de diversos setores da sociedade, proporcionariam uma retomada da história dos italianos na região, particularmente a partir do ano do Centenário, evento que promoveria também um despertar do interesse regional pela cultura da imigração.

O quarto e último período de análise corresponde à quarta geração e as subsequentes, abrangendo temporalmente o intervalo entre os anos de 1975 até os dias atuais, em um momento em que a grande rede mundial de computadores, que conectou e aproximou pessoas em todas as partes do mundo, propaga e dissemina informações e conhecimento a todos aqueles que a ela tem acesso, propiciando e facilitando, desta forma, as relações comerciais entre cidades, Estados e países.

Praticamente todos os municípios da RMSG, em maior ou menor escala, encontram-se inseridos e integrados ao mercado global, promovendo trocas comerciais, culturais e de cooperação com diversos países, em especial com a Itália. Durante esse período verificou-se o incremento das políticas públicas de preservação patrimonial e das ações individuais em torno da valorização dos bens tangíveis e intangíveis espalhados pela região. Em consonância a esses movimentos, observou-se um incremento do turismo cultural e de experiência, em especial àquele relacionado ao enoturismo.

Em paralelo a análise da região através da periodização histórica, este estudo aborda conceitos teóricos relevantes e que estão relacionados ao tema em quatro principais focos: Modernidade, Modernização e Modernismo; Italianidade e Identidade; Território, Espaço e Lugar; Memória e Patrimônio Cultural. Com relação aos conceitos de Modernidade, Modernização e Modernismo, utilizados nesta Tese, uma vez que a RMSG se insere naturalmente neste contexto, foram escolhidos para a análise autores como Berman e Harvey que se debruçaram longamente sobre o tema. Conforme referenciado anteriormente, para obter as respostas aos seus questionamentos acerca do avanço da modernidade sobre a sociedade ocidental, Berman utilizou-se de uma experiência pessoal, a de ter sido, ele próprio, testemunha ocular das transformações sofridas no bairro onde morava, acrescido do estudo crítico de uma seleção de obras literárias de relevo histórico, para buscar os indícios que corroborariam para a justificativa de seus questionamentos. Tal procedimento recebeu, durante o desenvolvimento de sua análise, uma organização cronológica, onde a crítica das obras escolhidas, foram contextualizadas ao momento histórico correspondente, da mesma maneira como também foi proposto realizar aqui nesse estudo, com a inserção do conjunto de romances históricos escritos por Pozenato, ao qual já foi feito referimento, e que aborda o tema da imigração italiana no Rio Grande do Sul, tendo como lugar dos acontecimentos especificamente a RMSG, objeto de pesquisa desta Tese. Nele, o autor recria o contexto histórico da região através das histórias ficcionais de seus personagens, ao longo de três gerações.

Em pesquisa acerca da produção científica realizada ao longo dos anos sobre o tema da imigração italiana na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, destacam-se as frequentes menções, em grande parte das publicações, aos

valores humanos que sustentaram a obra da colonização, como o amor à família, o respeito ao trabalho, o culto à propriedade e o sentimento religioso, e que se mantiveram presentes na cultura da região como princípios básicos da vida em comunidade (HERÉDIA; PAVIANI, 2003). Valores estes, representados também através da literatura local (BERNARDI, 1937; LORENZONI, 1975; POZENATO, 1993, 2006, 2011), que se preservam através da manutenção de hábitos, costumes e práticas sociais que compõem o imaginário social, construído a partir dos primeiros imigrantes e que foram sendo paulatinamente transmitido aos seus descendentes. Por esse motivo, também para o estudo da etnicidade, é relevante que sejam analisadas as memórias, coletivas e individuais, orais e escritas, pois, através delas, é possível observar “como o passado sobrevive, interage e interfere no presente e qual o seu peso simbólico” (ZANINI, 2006, p. 23) quando relacionado aos integrantes de determinado grupo social.

Como forma de verificação das questões relacionadas no decorrer deste estudo, visando a complementação da análise proposta, foram escolhidos, dentre os muitos existentes na RMSG, alguns exemplos patrimoniais importantes, onde a italianidade se encontra inserida e presente, em localidades que compõem o ambiente urbano e rural das cidades da região, para uma abordagem analítica mais específica relacionada à história, à evolução urbana, às práticas e costumes, às políticas públicas e privadas. Tais exemplares também foram analisados sob o olhar das ações contemporâneas, que muitas vezes acabam por induzir e justificar a implementação das regulamentações específicas que visam salvaguardar e preservar o conjunto de bens materiais e imateriais considerados de grande valor cultural.

Para a elaboração e desenvolvimento desta Tese foi necessário proceder à busca, catalogação, leitura e análise de uma extensa bibliografia, que foi pensada e organizada para abranger as grandes áreas do conhecimento relacionadas ao tema. Iniciou-se com a investigação das fontes históricas referentes à área objeto de pesquisa. Como fontes primárias foram selecionados documentos, mapas, plantas, fotografias, relatórios, dados estatísticos, jornais e publicações históricas. Como fontes secundárias, publicações técnicas, monografias, dissertações, teses, romances históricos, filmes e documentários. Após a compilação e exame detalhado destes documentos, procederam-se às observações *in loco* da área objeto de



pesquisa, através de viagens de estudo às cidades e localidades nela inseridas, para avaliar a sua organização territorial, a estrutura de seus núcleos urbanos e rurais, bem como verificar e identificar grande parte de seu conjunto patrimonial. Tais deslocamentos também permitiram a visitação de empresas, estabelecimentos comerciais, entidades e instituições, além de possibilitarem uma rica experiência de convivência no cotidiano destas comunidades. Promoveram-se, desta forma, encontros com autoridades, técnicos, empresários de diversos setores econômicos, empreendedores, estudantes, professores, escritores e moradores locais, para reuniões e conversas informais acerca do tema proposto para essa Tese, que propiciaram a obtenção e assimilação de um grande volume de informações bem como o entendimento acerca das concordantes e dissonantes percepções a ele relacionadas. Outras viagens de estudo também foram realizadas, durante o processo de elaboração desta Tese, à Itália, onde foi possível estabelecer contatos com profissionais da área do planejamento urbano e da arquitetura, com estudiosos e professores que se ocupam do tema aqui tratado, o que possibilitou um intercâmbio, muito importante e enriquecedor, de ideias e conhecimento.

Como principais locais de pesquisa, arrolam-se as seguintes instituições: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (AMPUH-RS), Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio Grande do Sul (IPHAN/RS), Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul (IMHC), Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA) localizado na cidade de Caxias do Sul, Arquivo Público e Histórico Municipal da cidade de Bento Gonçalves, Museu Arquivo Histórico Municipal de Garibaldi e demais Arquivos Públicos, Museus e Espaços de Memória das principais cidades da região objeto de pesquisa. Para complementar a análise foram utilizados dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e, em âmbito regional, de Associações Comunitárias, Instituições de Ensino, Pesquisa e Memória, Entidades e Cooperativas.

Esta Tese encontra-se organizada em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentam-se e discutem-se os conceitos referentes à modernidade, modernização e modernismo, que permitem esclarecer o entendimento acerca dos mesmos,

situando o leitor no contexto no qual serão abordados ao longo do trabalho. Em sequência enfoca-se a situação política, econômica e social da Itália e do Brasil Imperial e o contexto histórico no qual se encontravam inseridos no momento em que o fluxo migratório, que transferiu milhares de camponeses do norte da Itália para o sul do Brasil, teve início. Tal processo, que seria estimulado e capitaneado pelo governo imperial, viria suprir as demandas do país para a obtenção de mão-de-obra assalariada e qualificada para o trabalho nas plantações de café, além das necessidades de ocupação e desenvolvimento de regiões pouco ou nada habitadas, como era o caso das terras devolutas localizadas na encosta superior da serra nordeste da então Província de São Pedro, hoje Estado do Rio Grande do Sul. Após esta análise, elabora-se um panorama da formação deste território a partir da chegada dos primeiros imigrantes italianos, das primeiras ocupações e das primeiras providências.

No segundo capítulo discorrem-se sobre os conceitos referentes à Território, Espaço e Lugar, buscando o entendimento das relações que se estabelecem ao longo do tempo entre o indivíduo e o seu habitat, dentro de uma visão contemporânea baseada geografia cultural. É no lugar, espaço criado e modificado pela constante ação do homem, que se estabelecem as relações de sociabilidade, de trabalho, de reconhecimento e de pertencimento daqueles que ali habitam. Nele se encontram impressos, nas materialidades e imaterialidades, as expressões de uma cultura singular. Neste sentido se observa como a Italianidade, marca identitária em constante transformação, dos imigrantes italianos e seus descendentes, a qual encontra-se conceituada através da visão de autores italianos e brasileiros que abordam este tema, na intenção de oferecer ao leitor um panorama de sua origem e desenvolvimento ao longo do tempo e espaço correspondente ao recorte temporal definido para a realização desta Tese. É no lugar que ela se manifesta, se transforma e se perpetua.

No terceiro capítulo analisam-se o processo de ocupação do solo, a estrutura urbana dos primeiros núcleos e a organização das primeiras cidades, que deram origem às demais que hoje se estabelecem na RMSG, bem como o arranjo físico-espacial das atividades econômicas ali iniciadas e desenvolvidas e suas relações regionais. A partir de uma periodização histórica baseada nas gerações que se sucederam, iniciando-se com a chegada dos primeiros imigrantes italianos e

posteriormente com as de seus descendentes, examina-se, tendo como base de análise a cidade de Caxias do Sul, o crescimento econômico, social e político dos principais municípios e suas relações regionais e inter-regionais. O estudo concentra-se no processo de industrialização e modernização das cidades, compondo um retrato social de seus habitantes ao longo dos anos e destacando-se suas formas de representação, impressas nos costumes, na cultura e no patrimônio material e imaterial.

No quarto capítulo apresenta-se um estudo teórico baseado no procedimento de análise desenvolvido por Berman em *“Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”* sobre os sentidos possíveis da modernidade, aplicado aos romances históricos de Pozenato - *“A Cocanha”*, *“O Quatrilho”* e *“A Babilônia”* - e complementada com o acréscimo de informações obtidas em outras fontes, como documentos, textos e publicações pertinentes, contextualizando-se, desta forma, a história da imigração italiana no Rio Grande do Sul através de três gerações de descendentes. Mediante a investigação dos romances históricos, protagonizados por personagens ficcionais, porém baseados em fatos reais, foi possível verificar como a ação da modernidade alterou as estruturas urbanas e os espaços de sociabilidade da região objeto de pesquisa, e como a italianidade se insere nesse contexto. Ao final do capítulo, apresentam-se considerações referentes ao procedimento realizado, demonstrando-se como memória coletiva e realidade podem se mesclar, auxiliando a compor conceitos, representações e referências que contribuem para a compreensão dos fenômenos que constroem e consolidam o imaginário social de determinada comunidade.

No quinto e último capítulo, selecionam-se, dentro de um rol de exemplares do patrimônio cultural, material e imaterial, existente na RMSG, alguns considerados significativos para uma análise mais específica, discutindo-se a importância da preservação dos mesmos no sentido da manutenção da memória e da cultura dos imigrantes e de seus descendentes, bem como a necessária participação das comunidades e dos poderes público e privado nas ações a ela referentes. Neste sentido, percebem-se que muitas destas condutas e procedimentos tiveram e tem, como base, certos desejos e vontades dos cidadãos, o que pode demonstrar que a italianidade, como marca identitária, continua presente e atuante no cotidiano dessas comunidades.

## **CAPÍTULO 1. MODERNIDADE E ITALIANIDADE: O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DA ITÁLIA E DO BRASIL NO FINAL DO SÉC. XIX E A ORIGEM DE UMA IDENTIDADE ÉTNICA NO RIO GRANDE DO SUL**

Este Capítulo tem como objetivo apresentar um panorama bastante genérico sobre o contexto político, econômico e social no qual as sociedades ocidentais do século XIX estavam inseridas, um contexto de muitas transformações que lança as bases para a criação de Estados Nacionais, ao mesmo tempo que contestava as antigas relações e tradições.

Este importante período histórico, que refletiu e reverberou as mudanças preconizadas pelos relevantes acontecimentos do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, que tiveram lugar na Europa do século XVII, foi marcado por alterações profundas nas sociedades daquela época. Dentre as muitas consequências que foram observadas, pode-se destacar o fenômeno das grandes migrações, que alterou o destino de inúmeros cidadãos. Originado principalmente a partir dos países do continente europeu, que estavam enfrentando grandes transformações em um ritmo cada vez mais acelerado, a modernização daquelas sociedades, que promovia a expulsão de boa parte da mão-de-obra excedente, também proporcionava condições, por vezes bastante precárias, para a busca por melhores oportunidades de vida e trabalho para muitos imigrantes. Estes deslocamentos levaram milhares de pessoas a enfrentar longas viagens, que, apesar de todas as dificuldades individuais, representaram para a história da humanidade, uma conquista coletiva, um importante fator para a miscigenação de povos e culturas. Estas transposições, além de pessoas, também conduziram memórias, costumes, práticas e muito conhecimento.

Isso só foi possível porque os tradicionais meios de transporte também se atualizaram, e novos surgiram, permitindo assim que grandes deslocamentos fossem realizados com maior velocidade e rapidez. Paradoxalmente, conforme a observação da historiadora Loraine Slomp Giron (GIRON, 1992, p. 49), “a mesma expansão técnica que expulsava os homens garantia seu transporte para outras terras, através de navios a vapor”, ou seja, o mesmo movimento que transformava

drasticamente as relações pessoais e as relações entre elas e o seu ambiente, possibilitava os meios necessários para a resolução da complexa situação em que estavam inseridas. Desta forma, grandes fluxos migratórios ocorreram por toda a Europa, com destino também para países de outros continentes, como é o caso daqueles que se localizavam no chamado Novo Mundo. O Brasil foi um dos principais destinos de imigrantes europeus que, a partir da metade do século XIX, se lançaram em maior número em sua direção.

O sul do país acabou por receber grandes levadas migratórias compostas majoritariamente por cidadãos provenientes principalmente de países como a Alemanha e Itália. A decisão de oportunizar a vinda de europeus, não portugueses, para o país não pode ser considerada como algo fortuito ou ocasional. O então Império do Brasil também se modernizava, principalmente após a repentina transferência da Corte Real Portuguesa para a cidade do Rio de Janeiro, no início do século XIX. O Brasil atravessava um período de crise econômica provocado principalmente pela queda de produção do cultivo do algodão, em função da ascensão da produção americana, e também pela queda de valor do açúcar no mercado internacional (DE BONI, 1979, p. 31). Aliadas a esses fatores, a necessidade de substituição de um sistema escravocrata, ainda vigente, por um outro que previa a contratação de uma mão de obra remunerada e, da mesma forma, qualificada para o trabalho no campo, principalmente aquele realizado nas lavouras de café, vieram a se somar às razões para a deliberação em prol da imigração de europeus. Outros motivos foram a vontade do governo imperial de ocupar terras cultiváveis no sul do país com a intenção de fomentar a prática da agricultura através do regime de pequenas propriedades, implantadas em um sistema de colônias (SOUZA, 2000, p. 34) e o desejo do “branqueamento”<sup>13</sup> da população.

Assolada por problemas de ordem econômica e em defasagem em relação a outros países que já estavam implementando mudanças radicais em função do processo de industrialização, a Itália, se inseria em um “contexto de transição de um

---

<sup>13</sup> Segundo a historiadora Giralda Seyferth (SEYFERTH, in: MAIO; SANTOS, 1998, p.43), “a miscigenação se transformou em assunto privilegiado no discurso nacionalista brasileiro após 1850, vista como mecanismo de formação da nação desde os tempos coloniais e base de uma futura raça histórica brasileira, de um tipo nacional, resultante de um processo seletivo direcionado para o branqueamento da população”.

país agrícola e pré-industrial a um estágio de relativa, e totalmente específica, maturidade capitalista” (FRANZINA, 2006, p. 34). Os italianos que partiam, deixavam para trás uma Itália recém unificada e convulsionada por muitos problemas econômicos e sociais, almejando construir uma nova vida, baseada na promessa de novas oportunidades. Muitos camponeses do norte, mas não só os trabalhadores da terra, erguiam a bandeira com o mote “onde há trabalho, lá é a pátria!” (LUALDI, apud: FRANZINA, 2006, p. 40), decidindo emigrar para outros países em busca de melhores condições de trabalho. Foi exatamente isso que ocorreu com os milhares de imigrantes que, principalmente a partir do ano de 1875, vieram a se localizar na encosta superior da serra nordeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, transformando para sempre aquela região.

### **1.1. Modernidade, Modernização e Modernismo: considerações conceituais**

Segundo o filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas (HABERMAS, 2000), o conceito de modernidade se desenvolveu, sobretudo, a partir do século XVIII com os pensadores iluministas, que buscaram refletir sobre a emancipação humana, o enriquecimento da vida cotidiana e o domínio científico da natureza. Consolida-se com a Revolução Industrial e como decorrência do Capitalismo, como sistema econômico. A introdução da palavra modernização como termo técnico ocorreu somente nos anos 1950, quando, segundo aquele autor, ela foi separada da palavra modernidade e conseqüentemente de suas origens, a Europa da era moderna, que surge com a descoberta do Novo Mundo, com o Renascimento e a Reforma (séculos XV e XVI), para torná-la um padrão de processos de desenvolvimento social:

(...) o conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: à formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado

e à formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas (HABERMAS, 2000, p.5).

Esse cenário, que configurava a vida urbana e rural europeia no final do século XIX, responsável por uma “sensação avassaladora de fragmentação, efemeridade e mudança caótica” (HARVEY, 1992, p.21), provocou a reação de diversos artistas, escritores e filósofos na tentativa de entender esse processo que avançava sobre a sociedade como decorrência dos “novos tempos” aos quais todos, sem exceção, estavam sendo submetidos. Desde o advento do Iluminismo, a ciência e a racionalidade ganharam destaque sobre as formas dogmáticas de se pensar e entender o mundo, transformando toda a maneira de pensar e agir das sociedades. A partir do desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, da tecnologia e dos meios de produção, a transformação dos ambientes urbanos também se fez tornar mais veloz. O êxodo rural em direção às cidades que se industrializavam cresceu de maneira muito rápida, provocando um aumento excessivo e não suportado – em função das estruturas urbanas existentes - de indivíduos que a elas recorriam em busca de melhores condições de vida e trabalho. Desta forma, as velhas cidades precisaram rapidamente se transformar na busca por soluções que sustentassem tal aumento demográfico.

### **1.1.2. Modernização e Capitalismo: a visão de Marshall Berman e David Harvey sobre a “Aventura da modernidade”**

Modernização e Capitalismo, apesar de independentes, trilham em conjunto um mesmo caminho. O sociólogo francês Alain Touraine (TOURAINÉ, 1998) reforça esta visão quando, ao se referir às ideias que condicionam o pensamento e dão forma ao processo de modernização, afirma que

(...) a ideologia modernista, que corresponde à forma, historicamente particular, da modernização ocidental, não triunfou apenas no domínio das ideias com a filosofia das luzes. Ela dominou também no mundo econômico, onde tomou a forma do capitalismo (TOURAINÉ, 1998, p. 32).

Ainda na esfera dos conceitos, encontram-se nas afirmações de Harvey (HARVEY, 1992, p.97), a importante contribuição de Karl Marx (1818-1883). Para o autor, Marx “oferece uma das primeiras e mais completas definições da modernização capitalista”. O *“Manifesto Comunista”*, escrito em 1848, apresentava ao mundo uma nova visão das relações político-sociais e econômicas que o sistema capitalista estava impondo à sociedade com o surgimento de novas relações de trabalho e, conseqüentemente, novas classes sociais:

(...) a burguesia não pode existir sem revolucionar incessantemente os instrumentos de produção, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. A conservação inalterada do antigo modo de produção era, pelo contrário, a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. Essa subversão contínua da produção, esse abalo constante de todo o sistema social, essa agitação permanente e essa falta de segurança distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Dissolvem-se todas as relações sociais antigas e cristalizadas, com seu cortejo de concepções e de ideias secularmente veneradas; as relações que as substituem tornam-se antiquadas antes de se consolidarem. Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e suas relações com os outros homens (MARX, in: PINNA, 2005, p.43).

Berman (BERMAN, 1986, p.101) também reconhece a inquestionável importância de Marx. Ao situá-lo em relação à literatura mundial, aponta que seus escritos comparecem em larga escala nas obras que se referem à modernização. Afirma que, mesmo os pensadores que admitem rejeitar suas ideias, no geral o escolhem como fonte primária e ponto de referência obrigatório para compor os seus próprios pensamentos. Considera ainda o *“Manifesto Comunista”* como a primeira grande obra de arte modernista, tanto que se apropria da sua célebre frase para nominar o projeto de cunho pessoal sobre o tema da modernidade. Como já mencionado na Introdução desse estudo, *“Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”*, apresenta a sua definição de modernidade, entendendo-a como uma experiência que engloba a todos em um turbilhão de desorientação e de possibilidades, de aventuras e de transformação, ao mesmo tempo que ameaça



destruir tudo o que se tem, se acredita ou se sabe. Esse torvelinho, ao qual todos estão submetidos, define, como já mencionado na Introdução deste estudo, “um tipo de experiência vital – experiência de espaço e tempo, de si mesmo e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é compartilhada por homens e mulheres em todo o mundo, hoje” (BERMAN, 1986, p. 15).

A modernidade, segundo Berman, tem o poder de desfazer o que até então era considerado eterno. Ela se nutre de uma força dialética que a impulsiona constantemente destruindo e construindo cidades, tradições e culturas. As relações sociais são fruto desta força que arremessa o homem dentro de um “vórtice” em constante movimento, que o confunde e o maravilha, que o faz perder e encontrar novas e já ultrapassadas referências. Por isso mesmo afirma ser contraditório o ambiente moderno: ao mesmo tempo que une o homem em torno de novas ideias, o coloca em um universo de constante desintegração e mudança, onde se experimenta a ambiguidade e a angústia. Nesse mesmo sentido, a historiadora Maria Stella Bresciani (BRESCIANI, in: SOUZA; PESAVENTO, 1997, p. 16), define a “condição do homem moderno”, como sendo aquele indivíduo “que vive o impacto da fragmentação, do efêmero e das mudanças caóticas e forma sua sensibilidade no centro da experiência de tempo, espaço e casualidade sentidos e equacionados como transitórios, fortuitos e arbitrários”. Tradições são desfeitas, relações sociais são alteradas, cidades são transformadas, destruídas e reconstruídas, o cotidiano se altera, em função de um progresso que não pode mais ser estagnado, mas retorna na forma de memória, identidade, recordação.

A transformações das cidades ao longo do tempo são temas que despertam o interesse de muitos estudiosos. Harvey (HARVEY, 2015), na já citada obra *“Paris: capital da modernidade”*, aborda no capítulo introdutório, as modificações de diversas ordens ocorridas na capital francesa decorrentes dos processos sociais que se encontravam latentes na sociedade parisiense no século XIX e que contribuíram para a deflagração da Revolução de 1848, considerada por muitos autores como um marco de ruptura com as ordens sociais até então vigentes. A partir daquele momento, foram se delineando cenários de conversões que alavancaram a modernização das estruturas urbanas da capital e, conseqüentemente, da sociedade como um todo. Para o autor, porém, essa brusca interrupção que modifica e altera os rumos trilhados até então por uma sociedade, representa sim uma mudança, mas

não totalmente inesperada, pois considera essa ruptura como parte de um processo de “destruição criativa”, que destrói algo para depois construí-lo novamente, com uma nova forma, com um novo conceito. Esse processo atua constantemente vinculado ao tempo e espaço, e possui origens fortemente ligadas às inquietações latentes na própria sociedade. O autor refere-se à modernidade como exemplo dessa dinâmica, a ação necessária para se criar o novo, suplantando ou mesmo desmantelando as configurações sociais ultrapassadas. Porém, em sua visão, isso não significa obliterar o passado. Harvey opõe-se ao que denomina de um dos “mitos da modernidade”, ou melhor, contrapõe-se à ideia de ruptura radical com o passado. Tais “mitos”, ao longo de sua análise, são por ele identificados, com a intenção de interpretá-los e também desfazê-los:

(...) um dos mitos da modernidade é que ela constitui uma ruptura radical com o passado. A ruptura é supostamente de tal ordem que possibilita enxergar o mundo como uma tabula rasa, sobre a qual o novo pode ser inscrito sem referência ao passado – ou, se o passado ficar no caminho, mediante sua obliteração. Assim, a modernidade diz respeito à “destruição criativa”, quer do tipo pacífico e democrático, quer do tipo revolucionário, traumático e autoritário (HARVEY, 2015, p. 11).

A modernidade, portanto, segundo o autor, rompe com as estruturas até então consolidadas, em um determinado tempo e espaço, para transformá-las em outras, que serão novamente solidificadas até sofrerem novas modificações, em um sentido contínuo de inovações que não rompem totalmente com a ordenação do mundo que se conhece. Mas reitera que tais desuniões somente podem ocorrer se houverem, previamente latentes na sociedade, as condições necessárias a partir das quais elas serão então impulsionadas. Um outro “mito da modernidade” tende para a interpretação de que os deslocamentos provocados pela ruptura radical no estilo de fazer ou representar elementos, objetos, produtos, instrumentos, enfim, em diferentes setores (literatura e artes, planejamento urbano e organização industrial, política, estilo de vida, etc.) “se concentram em alguns locais e épocas fundamentalmente importantes, de onde as forças agregadas da modernidade se expandem para fora, engolfando o resto do mundo” (HARVEY, 2015, p.11). Essa expansão ocorre, segundo o autor, particularmente por meio dos termos cognatos da modernidade, quais sejam modernização e desenvolvimento, provocando

transformações de ordem econômica, social e cultural em qualquer sociedade que por ela estiver envolvida. Modernização e desenvolvimento podem ser compreendidos, portanto, como processos físicos, que provocam mudanças de toda ordem, induzidos pela modernidade. Para Berman, esses termos possuem uma clara definição. Segundo o autor, a visão da vida moderna tende a se bifurcar em dois níveis, o material e o espiritual:

(...) algumas pessoas se dedicam ao “modernismo”, encarado como uma espécie de puro espírito, que se desenvolve em função de imperativos artísticos e intelectuais autônomos; outras se situam na órbita da “modernização”, um complexo de estruturas e processos materiais – políticos, econômicos, sociais – que, em princípio, uma vez encetados, se desenvolvem por conta própria, com pouca ou nenhuma interferência dos espíritos e da alma humana (BERMAN, 1986, p. 129)

Materialidade e espiritualidade, um dualismo que encerra em sua fusão, uma das características mais marcantes da vida moderna, ou seja, a interdependência entre o indivíduo e o seu ambiente. Sendo isso uma verdade para Berman, entende-se por que Harvey chama de “mito” essa ideia de modernidade. Este autor admite que a noção de ruptura radical, na realidade, não ocorre, nem poderia ocorrer totalmente. Como teoria alternativa da modernização, relaciona os conceitos devidos inicialmente a Saint-Simon (1760-1825), que acreditava na fundamentalidade da ciência, e, posteriormente, a Marx, de que nenhuma ordem social pode conseguir mudanças que já não estejam latentes dentro de sua condição existente. Ambos autores negam a questão da “ruptura radical” apesar de defenderem, como lembra Harvey, a importância da mudança revolucionária. Entretanto as opiniões de Saint Simon e Marx convergem em torno da centralidade da “destruição criativa”, que implica na impossibilidade de criar novas configurações sociais sem que, de alguma forma, sejam suplantadas as velhas formas, ou mesmo destruídas. Desta forma, completa Harvey, “se a modernidade existe como um termo significativo, ela assinala alguns momentos decisivos de destruição criativa” (HARVEY, 2015, p. 13).

Essa imagem de “destruição criativa”, que Harvey faz visualizar, exemplificando-a a partir da conhecida citação de Joseph Stalin (1878-1953) que ensina que “simplesmente não se pode fazer uma omelete sem quebrar os ovos” (HARVEY, 2017, p.26), é, segundo o autor, importante para compreensão da

modernidade. De certa forma, em todos os processos de transformação, alguns elementos precisam ser destruídos, ou alterados, para posteriormente ser reconstruídos, ou complementados, mediante um rearranjo que objetive um “progresso” ou ganho econômico.

O economista austríaco Joseph Schumpeter utilizou esse conceito em sua obra *“Capitalismo, Socialismo e Democracia”* escrita em 1942, considerando a figura do empreendedor capitalista o próprio “destruidor criativo” por excelência. Como afirma Harvey, esta consideração é devida porque este “estava preparado para levar a extremos vitais as consequências da inovação técnica e social” (HARVEY, 2017, p. 26), garantindo, desta forma, as condições necessárias para o progresso humano. Na visão de Touraine (TOURAINÉ, 1998), conforme observado anteriormente, o capitalismo decorre das ideologias que modificaram sobretudo o sistema econômico mundial. E isso também se deve à vitória da racionalidade sobre um pensamento que antes do Iluminismo encontrava-se diretamente vinculado ao finalismo religioso, ou seja, à solidez e invariabilidade das orientações e valores clericais. Para o autor, a razão científica, uma das características da modernidade, rompe com essas amarras, substituindo “Deus do centro da sociedade pela ciência, deixando as crenças religiosas para a vida privada” (TOURAINÉ, 1998, p. 18). A modernidade passa a ser não mais uma “pura mudança ou sucessão de acontecimentos” para tornar-se a própria “difusão dos produtos de atividade racional, científica, tecnológica, administrativa” (TOURAINÉ, 1998, p. 17).

Estas afirmações vêm ao encontro do pensamento de Harvey e Berman, para os quais cientificidade e tecnologia estão intimamente vinculadas ao processo de modernização. Como se sabe, a razão científica proporciona um desenvolvimento cada vez maior da tecnologia, que, entre tantas outras consequências, possibilita a elaboração de novos produtos e materiais, permitindo a implementação de novas e arrojadas aplicações que, por consequência, propiciam uma ampliação das escalas construtivas.

### **1.1.3. As grandes transformações urbanas na Paris do final do século XIX e na Nova York da metade do século XX**

No âmbito da produção e transformação dos espaços urbanos e sociais, figuras modernas como George-Eugènes Haussmann (1809-1891) e Robert Moses (1888-1981), que propuseram e implementaram radicais mudanças respectivamente em Paris, no final do século XIX e em Nova York, após a Segunda Guerra Mundial, são exemplos de “destruidores criativos”, ou “empreendedores capitalistas”, que transformaram os seus mundos, instaurando novas regras e modelos.

No final do século XIX, a Europa encontrava-se mergulhada em uma crise que atingia praticamente todos os países do continente. As cidades europeias estavam inchadas com uma população que migrara do campo para a cidade em busca de trabalho e sustento. Paris, em particular, acabou sendo palco de seus piores efeitos, protagonizados por uma revolução “deflagrada por operários desempregados e pelos utopistas burgueses para os quais uma república social seria um antídoto contra a ganância e a desigualdade capitalistas” (HARVEY, 2014, p.33). Era fevereiro de 1848 e uma pequena manifestação em frente ao Ministério das Relações Exteriores saiu do controle e tropas reais mataram alguns manifestantes. Nos dias que se seguiram, o rei abdicou em favor de seu neto e fugiu para a Inglaterra, deixando a cidade nas mãos dos revolucionários. Um golpe de estado em 1851 fez com que Charles-Louis Napoléon Bonaparte (1808-1873), chegasse ao poder proclamando-se imperador em 1852, com o título de Napoleão III.

Os acontecimentos deflagrados pela já mencionada Revolução de 1848 indicam, conforme as ideias em torno do conceito de “ruptura radical”, que as causas que levaram a esse fim já se encontravam presentes há anos, pelo menos desde 1840, quando greves, manifestações de rua e levantes conspiratórios, que haviam sido naquela época contidos (HARVEY, 2015), permaneciam ainda latentes. Mas é inegável que as transformações ocorridas nos anos que se seguiram à revolução modificaram sobremaneira a sociedade parisiense, principalmente após a posse de Haussmann como prefeito de Paris, em 1853, quando este deu início ao seu grande

processo de “destruição criativa”. Harvey sintetiza de maneira clara e contrastante, as transformações sociais, econômicas e culturais que a capital francesa, objeto de seu estudo, e, em uma escala mais abrangente, a própria França, foram submetidas a partir de 1848:

(...) antes havia uma visão urbana que no máximo arranhava os problemas da infraestrutura urbana medieval; depois veio Haussmann, que coagiu a cidade a assumir a modernidade. Antes havia os classicistas, como Ingres e David, e os coloristas, como Delacroix; depois vieram o realismo de Courbet e o impressionismo de Manet. Antes havia os poetas e os romancistas românticos (Lamartine, Hugo, Musset e George Sand); depois vieram a prosa e a poesia tensas, descentradas e bem afiadas de Flaubert e Baudelaire. Antes havia indústrias manufatureiras dispersas, organizadas de forma artesanal; grande parte delas, então, abriu caminho para o maquinário e a indústria modernos. Antes havia pequenas lojas ao longo de ruas estreitas e tortuosas ou em galerias; depois vieram as imensas lojas de departamentos que tomaram conta dos bulevares. Antes havia o utopismo e o romantismo, depois vieram o gerencialismo prático e o socialismo científico. Antes ser carregador de água era uma ocupação importante; mas, em 1870, já havia praticamente desaparecido, com a disponibilidade de água encanada. Em todos esses aspectos – e em outros mais –, 1848 parecia ser um momento decisivo em que grande parte disso era o novo consolidado sem o velho” (HARVEY, 2015, p. 13).

As intervenções urbanas impetradas por Haussmann são exemplos da força que destrói e reconstrói a cidade, modificando suas estruturas urbanas, sem, no entanto, obliterar totalmente a sua história. Durante a segunda metade do século XIX, muitas foram as obras que alteraram suas estruturas, promovendo uma espécie de política de “terra arrasada em vários bairros com o duplo objetivo de desfazer amontoamentos de edificações e de pessoas” (BRESCIANI, in: FERNANDES; GOMES, 1990, p. 16). As ações procuravam, entre outros propósitos, “sanear” moradias, ruas e avenidas, principalmente nos bairros operários, dentro de uma visão que convertia o espaço urbano, segundo Bresciani, em um “grande laboratório”. Novas ideias, novas necessidades, novos conceitos impeliam o “homem moderno” às práticas radicais de transformação e mudança, em um ambiente altamente dinâmico.

Tais mudanças tornaram a capital francesa em um paradigma para muitas intervenções urbanas que se seguiram ao longo dos anos em diversas outras cidades do planeta, justificando, de certa forma, a noção do mito, já mencionado anteriormente e indicado por Harvey (HARVEY, 2015), o de que a modernidade se

concentra em épocas e locais específicos para depois se expandir por outras localidades. Ela pode não ocorrer de forma idêntica em outras épocas e lugares, mas a difusão do modelo de urbanização realizado em Paris – resultante, para se reforçar novamente, da “experiência vital” de espaço e tempo, compartilhada por todos em todo o mundo, como Berman define a modernidade – e posto em prática através do poder econômico e decisório conferido a Haussmann pelo Imperador francês, não pode ser negada.

Em um paralelo às mudanças impostas por Haussman na Paris do século XIX, Berman, como testemunha ocular dos acontecimentos, destaca as que Robert Moses imputou à cidade de Nova York, especificamente ao Bairro do Bronx, exatamente um século depois. Inserido em semelhante cenário – o das transformações urbanas que, na segunda metade do século XX, alteraram a conformação do lugar de nascimento do autor – Berman (BERMAN, 1986), teve como objetivo, em sua obra já anteriormente citada, avaliar os acontecimentos que deram início e mantiveram constante o processo de modernização que a sociedade ocidental experimentou e continua a experimentar. Nela o autor procura demonstrar que este processo é fruto dos movimentos sociais e econômicos que tiveram início já no século XVI, sendo mais contundentes nos séculos XVIII e XIX. Para tanto, buscou nas tradições geradas pela modernidade, compreender de que modo elas podem nutrir e enriquecer a nossa própria modernidade. Ao mesmo tempo, investigou se estas tradições poderiam empobrecer ou obscurecer o senso do que seja, ou do que possa ser, a modernidade. Tentou resgatar a perspectiva dinâmica e dialética que, segundo ele, seria a principal característica do pensamento moderno do século XIX; e que, no entanto, havia se perdido ao longo da tradição da modernidade no século XX.

Em outras palavras, o autor logrou atestar a capacidade de se pensar a modernidade remetendo-se ao conhecimento do passado e às experiências vividas, sem descartá-las como antiquadas ou equivocadas, na intenção de que esse “resgate” impulse a condição perdida no decorrer dos anos, no sentido de recriá-la, revigorá-la e aprimorá-la. Berman (BERMAN, 1986, p. 14) defende que para ser “inteiramente moderno é preciso ser anti moderno”, ou seja, para que se possa enfrentar os desafios que os avanços sociais, econômicos e culturais impõem ao indivíduo – mantendo sempre vivo o vigor, a primazia do diálogo, a direção e as

soluções para as transformações como respostas a tais demandas - é necessário que os modernistas, e por que não também os cidadãos de hoje, na contemporaneidade das sociedades atuais, jamais rompam com o seu passado. Conforme já indicado na Introdução deste estudo, eles “precisam continuar para sempre assaltados por ele, desenterrando seus fantasmas, recriando-o à medida que refazem seu mundo e a si próprios” (BERMAN, 1996, p. 329). Ao longo de sua narrativa, questiona sobre quais lições a vivência da modernidade pode ensinar aos cidadãos no sentido de tornar essa experiência que, segundo seu pensamento, nunca será interrompida, tornando-se cada vez mais vigorosa e dinâmica, sempre conectada a um passado que não deve ser negado ou simplesmente apagado.

O cotidiano pacato e tranquilo do tradicional bairro nova-iorquino passou a ser alterado quando, no ano de 1953, as ações de Moses se direcionaram para a abertura de uma imensa via expressa que cortaria o coração do bairro, destruindo dezenas de quarteirões consolidados, alterando para sempre a vida de seus moradores e expulsando um enorme contingente da vizinhança para outras localidades. “Por dez anos, do final dos anos 50 ao início dos anos 60, o centro do Bronx foi martelado, dinamitado e derrubado” (BERMAN, 1986, p. 277). Estas mudanças tiveram enormes consequências econômicas e sociais para aquela comunidade: muitos perderam seus empregos, muitos perderam os seus lares, muitas empresas faliram e a criminalidade aumentou de maneira exponencial. Segundo o autor,

(...) a queda de Moses para a crueldade extravagante, ao lado de seu brilho visionário, sua energia obsessiva e ambição megalômana, o capacitaram a erigir, através dos anos, uma reputação quase mitológica. Ele parecia como o último de uma longa linhagem de construtores e demolidores titânicos, na história e na mitologia cultural: Luis XIV, Pedro o Grande, o barão Hausmann, Joseph Stalin (...) Bugsy Siegel (...) Huey “Mandachuva” Long, o Tarmelão de Marlowe, o Fausto de Goethe, o capitão Ahab, Mr. Kurtz, Cidadão Kane (BERMAN, 1986, p. 278).

A especial comparação com Hausmann coloca Moses em certa igualdade com relação às ações e o posicionamento frente às necessidades que a cidade estava apresentando. Notadamente o assunto relacionado à mobilidade urbana tinha a primazia sobre as ações. Assim como Paris, só que em uma escala muitíssimo



maior, Nova York necessitava de grandes vias para a circulação de sua crescente frota de automóveis. E para dar lugar a elas, grandes aberturas no tecido urbano precisavam ser realizadas a qualquer custo.

Segundo Berman, criava-se aí um paradoxo: enquanto Moses parecia comandar as transformações que os nova-iorquinos, assim como ele, desejavam, por serem identificados há mais de um século, segundo suas palavras, “com o progresso, com a renovação e a reforma, com a perpétua transformação do nosso mundo e de nós mesmos” (BERMAN, 1986, p. 279), o mundo em que viviam era destruído em nome dos valores que naquele momento abraçavam. Essa experiência fez o autor refletir sobre o preço a ser pago pelo avanço da modernidade:

(...) com demasiada frequência, o preço da modernidade crescente e em constante avanço é a destruição não apenas das instituições e ambientes “tradicionais” e “pré-modernos”, mas também – e aqui está a verdadeira tragédia – de tudo o que há de mais vital e belo no próprio mundo moderno. Aqui no Bronx, graças a Robert Moses, a modernidade do bulevar urbano era condenada como obsoleta e feita em pedaços pela modernidade da rodovia interestadual (BERMAN, 1986, p. 280).

A noção de espaço-tempo se faz aqui presente, e demonstra claramente como os ideais modernistas sofreram modificações radicais frente à aceleração do tempo, que é implacável. O modelo urbano moderno do século XIX, do qual Hausmann é um dos principais expoentes, tornara-se, no exemplo do Bronx de Berman, obsoleto. Mas isso não significa dizer que ele ainda não possa mais ser um paradigma mundial, pelo contrário.

Pelo menos em uma característica o modelo urbano hausmaniano se destacava e se distanciava do de Moses: a busca do novo nas características do velho. A ruptura no tecido urbano e a inovação em termos construtivos e morfológicos na Paris do Segundo Império aconteceram de forma integrada e não totalmente desvinculadas do passado. Nem mesmo tiveram, conforme Harvey observa em sua análise, a radicalidade alegada por Haussmann na tentativa de não desmerecer, ou colocar em dúvida, a sua visionária percepção dos novos tempos. Prova disso são seus próprios escritos. Em uma troca de cartas com o imperador, reconhece que “o mais notável das tendências modernas é buscar no passado uma

explicação do presente e uma preparação para o futuro” (HARVEY, 2015, p. 25). Segundo o autor:

(...) se a ruptura que Haussmann supostamente realizou não chegou nem perto de ter a radicalidade que ele alegava, então devemos buscar (como insistem Saint-Simon e Marx) o novo nas características do velho. Mas a emergência do novo (como também insistem Saint-Simon e Marx) pode ter ainda uma importância revolucionária impossível de ser negada (HARVEY, 2015, p. 25).

“Buscar o novo nas características do velho” é uma das afirmações mais importantes para se compreender a ideia de modernidade que Harvey quer defender contra o mito da ruptura radical, a mesma ideia que Berman procurou demonstrar em sua análise: a que para se perceber verdadeiramente modernos, é necessário que jamais se rompa com o passado. Como elemento de ligação entre ambas as intervenções, em Paris ou Nova York, está o fator da escala. A escala se amplia conforme a ciência e as novas conquistas tecnológicas avançam, permitindo a definição de novos parâmetros.

Na análise que Harvey faz do período em que o prefeito Haussmann esteve à frente das transformações urbanas de Paris, é justamente o fato de que o fator de grandeza dos novos projetos sofreu uma ampliação jamais vista. Para a abertura de uma nova avenida, que ligaria o Arco do Triunfo ao parque Bois de Boulogne, a largura sugerida inicialmente pelo arquiteto Jacques Ignace Hittorff (1792-1867), um dos principais profissionais que trabalharam naquele período, foi triplicada. De acordo com Harvey, sua atitude rompeu com paradigmas até então aceitos, provocando a mudança da escala espacial “tanto do pensamento quanto da ação” (HARVEY, 2015, p. 25).

Um século mais tarde, conforme já observado, Moses, ao projetar a via expressa sobre o Bronx, ampliou ainda mais a dimensão das rodovias que costumavam ser construídas nas cercanias da cidade, transformando-a, segundo a percepção de Berman, em uma obra “de escala sem precedentes, custos e dificuldades de construção inéditos” (BERNAM, 1986, p. 276). De certa forma a mesma visão que tanto Haussmann como Moses lançaram sobre os problemas de suas cidades, de forma a compreendê-las como um organismo único e dependente

de um funcionamento global foram decorrentes dos avanços proporcionados pelas novas tecnologias e facilitado pelas novas formas organizacionais. Ainda no século XIX, em Paris, Hausmann inaugurava a mudança radical de escala para projetos urbanos, o que, segundo Harvey, “lhe permitiu pensar a cidade (e até seus subúrbios) como uma totalidade, em vez de um caos de projetos particulares (HARVEY, 2015, p. 27).

Possivelmente resida também aí, na condição de se pensar a cidade como um todo e não somente em partes, pois, o reconhecimento que o processo das reformas implementadas em Paris, no período de Napoleão III, obteve, e que acabou alcançando-o na condição de um paradigma a ser seguido na execução de transformações urbanas empreendidas em muitas cidades ao redor do globo, conforme sublinhou Berman:

(...) por volta de 1880, os padrões de Haussmann foram universalmente aclamados como verdadeiro modelo do urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon (BERMAN, 1986, p. 147).

As ações de “destruição criativa”, que promovem a demolição e a reconstrução das cidades, são típicas da modernidade e do avanço da modernização sobre os seus domínios, de forma que elas também submetem a todos que ali estão estabelecidos. Com o passar dos anos a reivindicação sobre esses efeitos tem ganhado cada vez uma maior voz, seja através das leis que regulamentam a participação popular nas decisões governamentais, seja através das práticas que levam às ruas o protesto dos diretamente atingidos e dos simpatizantes pela causa destes desfavorecidos.

Em “*Cidades rebeldes*” Harvey (HARVEY, 2014) aborda exatamente o direito à cidade como uma condição essencial do cidadão que nela habita, e que pode ser expressado em forma de reivindicação de um certo poder configurador sobre os processos de urbanização que atuam na destruição e produção da urbe. Nas materialidades da cidade, estão os reflexos da representação cultural daqueles que constantemente a constroem. É, portanto, inegável que as cidades e a região que as congrega, sejam o espelho de um mundo particularmente condicionado aos fatores

locais, que atuam fortemente na construção de uma identificação entre os cidadãos e seu meio, mas também aos fatores globais, que determinam outras formas de relação entre o seu meio e o mundo. Para o sociólogo Robert Park, citado por Harvey naquela publicação, a cidade é

(...) a tentativa mais coerente e, em termos gerais, mais bem-sucedida de refazer o mundo em que vive, e de fazê-lo de acordo com seus mais profundos desejos. Porém, se a cidade é o mundo criado pelo homem, segue-se que também é o mundo em que ele está condenado a viver. Assim, indiretamente e sem nenhuma consciência bem definida da natureza de sua tarefa, ao criar a cidade o homem recriou a si mesmo” (PARK, 1967, apud: HARVEY, 2014, p. 28).

As grandes migrações tiveram o poder de disseminar culturas e também de fundar e recriar cidades a partir do processo de colonização de territórios, ocorrido ao longo do tempo nas diversas partes do globo. Processo esse que não se estancou, e talvez nunca se estanque, provocado por diversos motivos e viabilizado pelo desejo constante de mudança.

O século XIX, em particular, foi especialmente notável em transformações que, como se viu, provocaram mudanças radicais em sociedades que há séculos viviam sob um sistema de regras, costumes e leis que permaneceram imutáveis, assim como aparentemente imutável também era a percepção de continuidade da vida que levavam. Mas o Iluminismo veio a lançar uma diferente intensidade de luz à essas sociedades, despertando em seus cidadãos o desejo de identificação com novos ideais, de trilhar novos caminhos, de perseguir novas experiências. Estas transformações provocaram uma revolução tecnológica que alterou para sempre o sistema de produção mundial, causaram muitas revoltas armadas, criaram Estados Nacionais e despertaram para a emergência da valorização individual do ser humano como partícipe de um mundo da qual ele também poderia assumir a condição de ser dono seu próprio destino. Brasil e Itália se inserem nesse momento como também partícipes deste processo de mudanças que provocou a modernização de suas estruturas políticas econômicas e sociais, enquanto, ao mesmo tempo, entrelaçavam o destino daqueles indivíduos que buscavam novas possibilidades de vida e trabalho, como se verá a seguir.

## **1.2. A Itália na Modernidade: contexto político, econômico e social da “Terra de Partida”**

A história da Itália se confunde com a história da civilização ocidental. A expansão colonial europeia, ocorrida entre os séculos XV e XX, difundiu a cultura romana em uma escala mundial, contribuindo e desempenhando um papel significativo na construção do mundo contemporâneo. Em uma menor escala, mas com tamanha, ou até mesmo redobrada importância, as migrações italianas ocorridas a partir do final do século XIX, grande parte delas em direção ao Brasil, alicerçam ainda mais essa influência. A transposição de práticas sociais, culturais e religiosas, aliadas às vivências e também dos modos de produção e trabalho com a terra, das técnicas e do conhecimento em diversas atividades artesanais, contribuiu para disseminar e fortalecer ainda mais a cultura da península itálica. Por isso é importante lembrar, mesmo que em pouquíssimas linhas e principalmente a partir da consolidação do Império Romano, a milenar história da formação social, econômica e cultural da península itálica, permeada por invasões e ocupações de diversos povos e etnias ao longo do tempo, que contribuíram para a formação de um território que hoje se apresenta como resultado da sucessão de muitos outros e de culturas, por vezes similares ou distintas, que se mesclaram.

### **1.2.1. Do Império Romano aos Estados Independentes da Península Itálica**

Durante muitos séculos, a península itálica, foi o centro de um vasto império que estendeu seus domínios para muito além do continente europeu, disseminando, entre os povos conquistados, a sua cultura. Tendo Roma como capital, centro do poder político e administrativo de uma imensa rede de cidades, o Império Romano se consolidou com um dos maiores de todos os tempos, sendo considerado o maior de toda a antiguidade clássica. Sua força militar, política e econômica foi

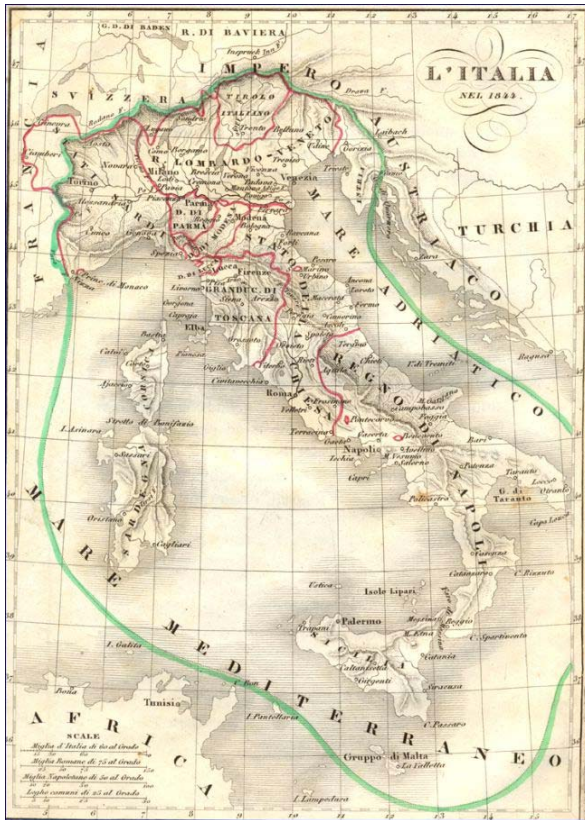
responsável pela conquista de incontáveis territórios, que no apogeu de sua unidade, durante o reinado do imperador Trajano (98-117) no século I, dominava sob o seu controle, um território de mais de cinco milhões de quilômetros quadrados que se estendia por entre três continentes distintos: grande parte da Europa, parte da Ásia e parte da África. Esta imensa área geográfica congregava, àquela época, uma população estimada de aproximadamente setenta milhões de pessoas que, devido à longevidade e extensão do império, permaneceram por muito tempo submetidas à sua grande influência cultural que se expressava através da língua, da religião, das técnicas construtivas, da arquitetura, da filosofia, das leis e das formas de governo dos estados que se sucederam.

Após a queda do império romano do ocidente, após um longo processo de declínio de seu poder, oficialmente datada no ano de 476, o território peninsular se esfacelou. Sua unidade, construída, mantida e admirada durante séculos, cedeu lugar à formação de diversos estados independentes, conquistados através de guerras entre aqueles povos que chegavam para ocupar as áreas antes controladas pelos imperadores romanos. Durante muitos séculos a península italiana permaneceu dividida entre famílias oriundas dos impérios austríaco e francês, cujos territórios dinásticos eram limítrofes ao norte, e influentes famílias nobres italianas espalhadas por toda a região. Encontrava-se ainda ocupada, na sua porção central, pelo Estados Papais, onde a igreja exercia o controle comandada pelo poder soberano do Papa, e ao sul pelo Reino da Sicília sob o comando da casa de Savóia (Imagens 07 e 08). Desta forma, o território que hoje congrega a República Italiana enfrentava problemas sociais e econômicos decorrentes das sucessivas dominações estrangeiras e, como decorrência desta desunião, não era possível pensar em uma identidade comum aos povos que nele habitavam.

Em cada região existiam leis próprias, idiomas e dialetos se mesclavam, sistemas financeiros e políticos divergentes. Por outro lado, cidades importantes como Veneza, Pisa, Gênova, Milão e Florença se destacavam como grandes centros comerciais e econômicos e que, da mesma forma, se evidenciavam pelo desenvolvimento de técnicas de manufatura e promotoras das artes e da cultura. Em função disso, importantes famílias, como a Casa dos Médici em Florença e a Casa de Sforza em Milão, tornaram-se ainda mais poderosas, expandindo seus domínios e sua influência por toda a Europa, o que acirrava as disputas pelo poder e pelo

controle territorial da península. A futura Itália era um mosaico com distintas culturas vinculadas mais especificamente às cidades e aos pequenos *paesi*, portanto distintos também o eram os sentimentos de pertencimento e vínculos identitários.

Ao longo dos anos, inúmeros conflitos ocorreram entre os diversos Reinos, Ducados e Grã Ducados que disputavam o poder e o domínio sobre o território. Em especial no Reino Lombardo-Vêneto, onde eram constantes as lutas contra os invasores que tentavam ultrapassar as linhas de fronteiras do norte da península, onde os impérios austríaco e francês disputavam seus domínios.



**Imagem 07** – Mapa da península italiana datado do ano de 1843 indicando os diferentes reinos governados por importantes famílias que compunham a península itálica.

**Fonte:** Da "Geografia Politica dell'Italia" (volume originale) Tip. Le Monnier, Firenze, 1844. In: CRONOLOGIA. Regni d'Italia nel 1843. **Sito informativo.** Itália. Disponível em: <https://www.cronologia.it/storia/regno01.htm>. Acesso em: 05 mai. 2020.



**Imagem 08** – A península italiana e sua conformação política no ano de 1848, durante o processo do Risorgimento. Nesta representação é possível observar como estavam distribuídos sobre o território os diversos Reinos, Ducados, Grã Ducados e os Estados Pontifícios que a compunham.

**Fonte:** Da "Geografia Politica dell'Italia" (volume originale) Tip. Le Monnier, Firenze, 1844. In: CRONOLOGIA. Regni d'Italia nel 1843. **Sito informativo.** Itália. Disponível em: <https://www.cronologia.it/storia/regno01.htm>. Acesso em: 05 mai. 2020.

A região do Vêneto, de onde partiram boa parte dos imigrantes italianos que no final do século XIX e início do século XX rumaram para o sul Brasil em busca de melhores condições de vida e trabalho, reconstruindo suas vidas em um lugar tão distante de suas origens, possui uma história peculiar dentre as diversas regiões que estavam estabelecidas na península itálica antes de sua unificação.

### **1.2.2. *La Serenissima* e o Vêneto**

A República de Veneza reinou soberana entre os séculos XV e XVII, estendendo seus domínios sobre parte importante do norte da península itálica. O leão alado, o *Leone di San Marco*<sup>14</sup>, que na iconografia cristã é atribuído ao evangelista Marcos, simbolizou o controle, a força e o poder, principalmente o econômico, exercidos por esta República cuja influência também estava baseada na fé e na devoção cristãs. Suas asas douradas simbolicamente se alçavam por toda a região do Vêneto, englobando no apogeu de seus voos, as províncias de Treviso, Pádua, Verona, Belluno, Vicenza e Rovigo, que atualmente compõem a região do Vêneto, Bérgamo, Bréscia e Mântua, na Lombardia, e Udine, no Friuli (BENEDUZI, 2011, p.33).

Por muitos séculos a cidade de Veneza, que majestosamente se estende sobre um arquipélago lagunar com mais de uma centena de pequenas ilhas ao nordeste do Mar Adriático, permaneceu como grande potência naval e comercial no mediterrâneo, promovendo trocas comerciais entre o Oriente e o Ocidente. Mas não somente pelo seu domínio econômico ela era reconhecida. Veneza também havia se tornado uma referência cultural, influenciando as artes, a literatura e a arquitetura, que ao longo dos inúmeros canais se exprimia em diferentes formas e estilos, e religiosa, onde a igreja dividia o poder com semelhante força ao exercido pelos *Dodges*, os dirigentes vitalícios que comandavam a república.

---

<sup>14</sup> O Leão de São Marcos, em uma tradução para a língua portuguesa, simbolizava a República de Veneza. Após a sua extinção, o leão alado permaneceu como símbolo da cidade de Veneza.



Mesmo com todo o poder que emanava do *Campanile di San Marco*<sup>15</sup>, símbolo de uma Veneza economicamente influente, “o território veneziano não constituía de fato uma região econômica coesa nem mesmo antes da queda da República”<sup>16</sup> (FAVERO, 2012, p. 152). Muitas localidades que o integravam apresentavam níveis bastante desiguais no tocante às condições econômicas e sociais, como é o caso das grandes áreas rurais que se estendiam ao norte da laguna até os alpes. Estas eram constituídas por inúmeras pequenas aglomerações urbanas, localizadas muitas vezes em propriedades de famílias nobiliárias, cujas relações de trabalho, e também cotidianas, entre os trabalhadores do campo e os donos da terra, continuavam a apresentar ainda as mesmas condições que caracterizaram, por um longo período histórico, o feudalismo<sup>17</sup>.

Segundo Giovanni Favero (FAVERO, 2012), a característica peculiar do território veneziano possui origem na constituição de seus domínios, como resultado das conquistas Venezianas do início do século XV, que ao longo dos anos passaram a definir fronteiras que permaneceram inalteradas até 1797, quando as tropas de Napoleão Bonaparte invadem a cidade de Veneza, dividindo o território antes sob o seu domínio, entre franceses e austríacos. O Vêneto torna-se província austríaca e

---

<sup>15</sup> O Campanário de São Marcos é uma estrutura vertical, em forma de torre, que abriga os cinco sinos da Basílica de São Marcos e está localizado em um dos cantos da praça de mesmo nome, na região central da cidade de Veneza. Sua construção original data do século IX. Porém a forma arquitetônica com a qual ele se tornou reconhecido, data do início do século XVI. O campanário que hoje se observa é uma reconstrução deste que, em razão de um colapso ocorrido em 1902, foi reconstruído à sua imagem e semelhança e teve suas obras finalizadas no ano de 1912. É ainda hoje a construção mais elevada da cidade, atingindo 98,6 metros de altura e um dos seus principais marcos arquitetônicos. Também simboliza a devoção dos venezianos à religião católica.

<sup>16</sup> FAVERO, 2012, p. 152 - “La Terraferma veneta non costituiva di fatto una “regione economica” coesa nemmeno prima della caduta della Repubblica”.

<sup>17</sup> O período histórico conhecido como feudalismo caracterizou-se por um conjunto de práticas envolvendo questões de ordem econômica, social e política. Entre os séculos V e X, a Europa Ocidental sofreu uma série de transformações que possibilitaram o surgimento dessas novas maneiras de se pensar, agir e relacionar. De modo geral, a configuração do mundo feudal vinculou-se a duas experiências históricas concomitantes: a crise do Império Romano e as Invasões Bárbaras. A economia sofreu uma retração das atividades comerciais, as moedas perderam seu espaço de circulação e a produção agrícola ganhou caráter subsistente. Nesse período, a crise do Império Romano favoreceu um processo de ruralização das populações, que não mais podiam empreender atividades comerciais. Isso ocorreu em razão das constantes guerras promovidas pelas invasões bárbaras e a crise dos centros urbanos constituídos durante o auge da civilização clássica.

as províncias lombardas formam a República Cisalpina<sup>18</sup>, sob o domínio francês (BENEDUZI, 2011, p. 35). As guerras napoleônicas e a posterior dominação austríaca tiveram o efeito de transformar paulatinamente a organização territorial estabelecida por séculos, fazendo com que as principais cidades da região conquistassem uma autonomia persistente. As áreas rurais, porém, apesar de sofrerem com um processo de substituição de proprietários, ainda mantiveram as relações de trabalho praticamente inalteradas.

A estrutura institucional em que assentava a economia da República foi minada na raiz da abolição de todo um sistema de garantias sociais, das empresas fornecedoras de alimento, e da abolição dos privilégios nobres e eclesiásticos, que obrigava a todos os proprietários de terras a confrontarem a produtividade de suas terras com o constante aumento da pressão fiscal, determinando uma rápida mudança de propriedade das terras, que se tornaram alienáveis, da nobreza veneziana a novos proprietários, a maioria residentes nas cidades do território e que ali gastavam o dinheiro acumulado<sup>19</sup> (FAVERO, 2012, p. 155).

A transferência das famílias nobres do campo para a cidade indicava uma mudança de comportamento que só tendeu a crescer em toda a Europa, principalmente após o início do período compreendido pelo processo de transformação, provocado pela Revolução Industrial a partir da segunda metade do século XVIII. As rápidas mudanças que se sucederam à invasão francesa, provocando a queda da *Sereníssima* também foram responsáveis, segundo o historiador Luís Fernando Beneduzi (BENEDUZI, 2011, p. 35), por causar “um vazio de poder, um *não-saber* como serão conduzidas as províncias, ou quais serão os novos rumos políticos e sociais”. As incertezas traziam consigo um sentimento de perda e de ruptura com as tradições que até então alicerçavam a vida de toda a comunidade. O governo invasor que agora se instalava, rompia com as relações sociais estabelecidas ao longo de séculos.

---

<sup>18</sup> A República Cisalpina foi um Estado, fundado pelos exércitos revolucionários franceses no norte da Península Itálica, que existiu entre 1797 e 1802, com capital em Milão, abrangendo principalmente as atuais regiões italianas da Lombardia, Emília-Romanha e marginalmente Vêneto e Toscana.

<sup>19</sup> FAVERO, 2012, p. 155 – “La struttura istituzionale su cui si reggeva l’economia della Repubblica fu minata alla radice dall’abolizione di tutto un sistema di garanzie sociali, dalle corporazioni all’annona, e dalla soppressione dei privilegi nobiliari ed ecclesiastici, che obbligò tutti i proprietari terrieri a confrontare la produttività delle loro aziende con l’aumentata pressione fiscale, determinando un

Pela tradição presente no imaginário social, construiu-se uma situação de normalidade nas relações estabelecidas entre a Sereníssima e seus súditos, a qual, especialmente no mundo rural, criou raízes. Principalmente para as populações que viviam distantes de um mundo urbano e eram pouco afeitas à política, a mudança não representava algo positivo, pois indicava a perda de certezas já estabelecidas e de uma realidade já conhecida (BENEDUZI, 2011, p. 36).

Também a igreja, como instituição, se ressentia das constantes incertezas e procurava enfrentar o inimigo francês como forma de garantir a manutenção de suas tradições. No meio rural, o apego à terra e à tradição católica eram características que consolidavam uma estreita relação entre os camponeses e a igreja, associação esta que balizava a vida em família e em comunidade. Por esse motivo, conforme afirma Beneduzi (BENEDUZI, 2011, p. 37), “em um mundo campesino vêneto marcado pelo catolicismo intransigente, a própria ideia de mudança na religião produzia uma sensação de destruição da vida”. Essa relação entre o campesino, a terra e a igreja, construída ao longo dos séculos, marcou de forma importante os primeiros anos de adaptação às terras colonizadas no sul do Brasil e caracterizou, juntamente com a instituição familiar, a base de identificação étnica dos primeiros imigrantes que se estabeleceram no estado do Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX, reunidos nas novas comunidades que se formavam.

Em 1801, através do Tratado de Lunéville, firmado entre a República Francesa e o Sacro Império Romano-Germânico, algumas possessões austríacas passaram a ser novamente francesas, ratificando as condições do Tratado de Campoformio que havia sido assinado em 1797, quando da dissolução da República de Veneza. Durante este período, as hostilidades entre franceses e austríacos foi cessada, porém em 1805 um novo acordo entre os estados foi firmado, o assim denominado Paz de Presburgo, que dissolveu efetivamente o Sacro Império Romano e devolveu para a França toda a região do Vêneto. A partir dessa nova realidade, muitas mudanças foram implementadas, como a troca das tradicionais denominações departamentais por novas que remetiam às antigas designações romanas, o que provocou muitos problemas de compreensão entre as comunidades rurais, rompendo com os tradicionais laços de significados construídos por estas ao longo da história (BENEDUZI, 2011, p.40).

Os constantes embates pelo domínio da região trouxeram como consequência um longo e progressivo empobrecimento da população, principalmente aquela ligada à terra, decorrente da falta de investimentos, da subvalorização da produção, das altas taxas impostas e da falta de um projeto de reestruturação da região após a queda da República de Veneza. Também entre as nobres famílias vênetas essas mudanças são sentidas. De acordo com Beneduzi, “antes dos franceses o mundo *contadino*<sup>20</sup>, compreendendo também os senhores nobres, era marcado pelo binômio *honra e família*, sendo alterado para uma significação meramente econômica da terra” (BENEDUZI, 2011, p. 41). Um aumento significativo da mobilidade social ao longo do século XIX marca o declínio destas tradicionais famílias e a ascensão de uma nova classe social, a de empresários ligados principalmente ao setor têxtil, como decorrência dos primeiros movimentos de uma Itália que rumava ainda a passos lentos para o capitalismo.

A promoção de uma série de modificações na estrutura social e cultural da região é iniciada a partir desse período, incluindo alterações no sistema de ensino, que privilegiaram o aprendizado da língua italiana em detrimento, e até proibição, do uso do dialeto, tão comum entre os camponeses. Conforme assinala o autor:

(...) a decadência econômica, as novas estruturas políticas, os golpes contra esse universo afetivo da expressividade dialetal, os estrangeirismos trazidos pelos invasores trazem ao mesmo tempo um efeito de transformação e de retorno à tradição. (...) Como efeito contrário, inclusive ao projeto francês, desenvolve-se um retorno às raízes e uma percepção positiva do passado vinculado à Veneza e aos próprios costumes ancestrais da comunidade. A rigor, ao buscar-se construir um mundo marcado pela luz do saber científico e pela nova racionalidade pós-revolucionária francesa, elaborou-se também um efeito oposto de volta às “trevas” do saber empírico da experiência e das relações afetivas (BENEDUZI, 2011, p. 42).

Marcada pela disputa constante entre potências invasoras sobre o território e a consequente imposição de novas formas de pensar e agir que conduziam a implementação de rápidas mudanças em um mundo que continuava ainda muito amalgamado aos costumes, hábitos, expressões e representações de uma cultura

---

per lo più residenti nelle città di terraferma e che lì spendevano il denaro accumulato”.

<sup>20</sup> *Contadino* é um adjetivo e também substantivo masculino da língua italiana. No dicionário da língua italiana Zanichelli, encontram-se as seguintes definições: 1. Típico de quem vive no campo; rústico. 2. Quem trabalha com a terra, agricultor, colono (CATTANA; NESCI, 2010, p. 178).

tradicional e milenar, esta situação acabou por promover, ao invés de uma renovação cultural, a conservação dos elementos formadores e tradicionais justamente devido ao risco premente de desaparecimento.

A cultura campesina e de forte apelo religioso, que mesmo na Itália de hoje é considerada peculiar dentre as regiões do país, permaneceu presente e pouco alterada mesmo após o Vêneto ser finalmente anexado ao Reino da Itália, no ano de 1866 após um longo processo de unificação. Dentre os motivos que contribuíram para a perpetuação dessa cultura ao longo de gerações, podem ser encontrados alguns fundamentais, descritos nas palavras do poeta e pensador italiano Flaminio De Poli quando este faz referência à relação entre venezianos e religião:

(...) no Veneto, o catolicismo cresceu junto com os venezianos e com a República dos Doges. Entre povo e Cristianismo houve, desde o início, uma interação contínua. Isso o distraiu das heresias e das lutas entre o estado e a igreja. O povo veneziano (campo, montanhas, cidade) é instintivamente simples, trabalhador, construtivo, alheio à histeria cultural. É pragmático. Não aprecia tudo o que é cerebral. É historicamente comprovada suas posições antirrevolucionárias. Deve essa predisposição ao seu apego à terra e à propriedade pessoal dos meios de produção. Por isso também é um povo moderado, socialmente diverso, engajado na produção e na poupança. Possui necessidades éticas que precedem as legais. Às vezes, também em desacordo com estas. Fortemente ligado à natureza, é naturalmente cristão. Por civilização, organização do Espírito e escolhas, é católico. Povo e classe dominante tinham um profundo sentido litúrgico da vida<sup>21</sup> (DE POLI, apud: CASELLATO, 2002, p. 100).

Tais caracterizações de ordem social, econômica e religiosa acerca da população do Vêneto *ottocentesco*, ficarão ainda mais evidentes nos resultados da pesquisa ordenada por Napoleão Bonaparte ao Conde Giovanni Scopoli, em 1811. O objetivo da *Inchiesta Scopoli*, como ficou popularmente conhecida, era a de ampliar o conhecimento sobre esta região. É importante que se faça aqui o

---

<sup>21</sup> DE POLI, apud: CASELLATO, 2002, p. 100 – “Nel Veneto il cattolicesimo è cresciuto insieme con i Veneti, e con la Repubblica dei Dogi. Tra popolo e cristianesimo c'è stato, fin dalle origini, un'interazione continua. Questa lo ha distolto dalle eresie, e dalle lotte tra Stato e Chiesa. Il popolo veneto (campagna, montagna, città) è istintivamente semplice, laborioso, costruttivo, alieno da isterismi culturali. È pragmatico. Non apprezza tutto ciò che è cerebrale. È storicamente attestato su posizioni antirivoluzionarie. Deve questa sua predisposizione al suo attaccamento alla terra, e alla proprietà personale dei mezzi di produzione. Per questa ragione è anche un popolo moderato, socialmente vario, impegnato nella produzione e nel risparmio. Ha esigenze etiche che precedono quelle giuridiche. Talvolta sono anche in antitesi con queste. Fortemente legato alla natura è naturalmente cristiano. Per civiltà, organizzazione dello Spirito, e scelte interiori è cattolico. Popolo e classe dirigente ebbero un profondo senso litúrgico della vita”.

referimento a essa pesquisa porque muitos dos elementos destacados nela, incluindo os costumes e hábitos tradicionais dos camponeses da *terraferma*<sup>22</sup> vêneta foram trazidos na memória pelos primeiros imigrantes que partiram desta região em direção ao Brasil e praticados por eles e por seus descendentes nas colônias italianas estabelecidas no Rio Grande do Sul

Utilizando-se das citações de autoria do escritor italiano Ulderico Bernardi, Beneduzi apresenta um panorama de pontos de interesse importantes sobre os costumes, a tradição e a superstição que compunham a cultura veneta daquele período. Como primeiro ponto destacado pelo autor, estão as práticas relacionadas ao que denomina ciclo da vida do camponês, onde encontram-se aquelas “relativas às sociabilidades no momento do nascimento, (que) fazem perceber a relação do *contadino* com a natureza (o ovo, a galinha – como símbolos da vida) e com a religião (o santo do dia – elementos de proteção)” (BENEDUZI, 2011, p. 44). Era o costume denominar os recém-nascidos por nomes santos relacionados às datas coincidentes ao calendário católico em demonstração à devoção e respeito à igreja. O casamento, sempre celebrado pela manhã, era seguido de almoço e baile e em uma sequência, praticava-se o costume deixar uma vassoura na soleira da porta de entrada da casa dos noivos que, ao ser recolhida pela esposa, acabaria por demonstrar a sua solicitude para os afazeres domésticos. Conforme o autor, “em um mundo camponês, no qual o trabalho árduo e a necessidade de braços constantes, a escolha de esposa é fundamental pois nela está depositado o peso da fecundidade e a manutenção da casa como sua segunda jornada de trabalho” (BENEDUZI, 2011, p. 45). Ao fim da vida, observam-se os costumes relacionados ao funeral, onde se destaca a importância do encontro coletivo após o sepultamento com o oferecimento pelos familiares de um almoço ou jantar. O momento da morte, segundo o autor, constitui-se no “*locus* de rememoração da comunidade” (BENEDUZI, 2011, p. 45).

É importante destacar o que o autor denominou de ciclo da natureza, onde as práticas relacionadas com as estações do ano e suas correspondências com as

---

<sup>22</sup> *Terraferma* é uma expressão da língua italiana que caracteriza as antigas possessões territoriais vênetas na porção de seu território continental. No dicionário da língua italiana Zanichelli, encontra-se a seguinte definição: junto com as terras continentais, ditas sobretudo em contraste com as ilhas: *finalmente chegamos ao continente – “finalmente giungemmo sulla terraferma”*. (CATTANA; NESCI, 2010, p. 880).

datas do calendário cristão suscitavam as mais diversas comemorações comunitárias e familiares. O frio do inverno despertava o momento de maior convívio em família, de recolhimento, o que proporcionava a produção da culinária tradicional, mas, por outro lado, a tradição das comemorações pagãs, como o período do carnaval, era festejado em reuniões populares e em bailes como uso de fantasias e máscaras. Na primavera celebrava-se a páscoa, com a tradição de encenação da Paixão de Cristo, o hábito de recolher e pintar os ovos que seriam consumidos no domingo e a promoção das peregrinações que também tinham espaço nesse período. Segundo Beneduzi (BENEDUZI, 2011, p. 46), “viam-se nas estradas os *“pellegrini delle rogazioni”*. Entestados pelos sacerdotes, esses *contadini* percorriam os espaços da comunidade agrária, fazendo momentos de pausa nos limites do território, em frente aos capitéis e às cruzes de agradecimento”. O costume de demarcar pontos sobre o solo e assinalar a localização de propriedades com símbolos que remetem à devoção católica, como pequenos templos, nichos com imagens sagradas e crucifixos, tinham como objetivo o desejo de agradecimento e também de proteção divina.

Ao mesmo tempo que se destacam os aspectos religiosos de um povo extremamente vinculado à religião, não se pode esquecer que no cotidiano dos camponeses, as superstições também faziam parte. Costumes como amarrar indivíduos em condição febril a ramos de árvore para que a temperatura baixasse, visualizar talheres cruzados sobre a mesa ou derramar um saleiro eram vistos como sinais de mau presságio e encontrar com um padre ou frei no primeiro dia do ano era sinal de que se poderia esperar que alguém viesse a falecer. Além disso, o aparecimento de inúmeras criaturas sobrenaturais era relatado, não sendo raro, as narrativas daqueles “que dizem ter visto esses seres do mundo espiritual e a comunicação entre dois mundos (...). Os personagens das lendas e fábulas assumem poderes de possessão, como o *sanguanello* ou *mazzariollo* – um pequeno jovem todo vestido de vermelho” (BENEDUZI, 2011, p. 47). Por último, é feita referência aos inúmeros dialetos regionais que eram praticados no início do século XIX, ressaltando diferenças frasais e formais de pronúncias específicas para cada região, distinguindo ainda as diferenças existentes entre falas dialetais praticadas nas áreas urbanas e nas áreas rurais. Segundo Beneduzi,

(...) essa radiografia de estudo do passado, levada a cabo pela autoridade política, dá-se em um momento de mudança nos hábitos políticos, sociais e culturais, conduzindo ao crescimento de uma nostalgia do passado e, conseqüentemente, a um esforço de manutenção e ressurreição de costumes ancestrais das comunidades (BENEDUZI, 2011, p. 48).

Após um novo período de conflitos que resultaram em sucessivas derrotas dos franceses, no ano de 1814, uma vez mais o Vêneto retornava para a possessão austríaca para em 1866 ser definitivamente integrado ao recém-formado Reino da Itália. Como visto, por um longo momento histórico, esta região permaneceu sob a disputa de impérios que se revezaram em suas investidas de controle e administração, provocando em sua população a sensação de estar vivendo em um estado de permanente fragmentação e efemeridade, decorrente das muitas tentativas de mudança de uma cultura tradicional. Pode-se traçar aqui um paralelo ao que estava para acontecer, ao final deste mesmo século, em diferentes locais de vida urbana e rural de uma Europa que se modernizava: um cenário de intensa mudança e transformação, um “cenário caótico”, assim denominado por Harvey (HARVEY, 1992), em decorrência dos povos que reivindicavam sua identidade e sua unidade nacional.

### **1.2.3. A influência das instituições nas conformações urbanas do antigo Vêneto**

Em toda a Europa Ocidental, após a queda do império romano, a igreja passou a exercer, de forma paulatina, a sua autoridade e domínio, tornando-se a única instituição, em termos da civilização ocidental, imbuída de poder universal. Participar efetivamente dessa associação significava prestígio, distinção e respeito à liturgia católica, constituindo-se mais que somente um desejo para todos aqueles que viviam sob sua influência, mas praticamente uma obrigação. Mesmo para os reis e senhores feudais que também exerciam o seu poder sobre seus súditos e comandados, mas igualmente a temiam ante as ameaças de excomunhão



(MUMFORD, 1965). Mosteiros e igrejas passaram a reunir, sob seus domínios e estruturas, a maior parte do conhecimento até então produzido, traduzido em obras de arte e nas muitas escrituras armazenadas em suas bibliotecas. Também serviam de referência a uma nova cultura religiosa, que reunia indiscriminadamente todos os povos em torno de uma imaginária “cidade celestial”, onde reinavam “a paz e a ordem, a tranquilidade e a vida interior, amadas pelos homens cristãos” (MUMFORD, 1965, p. 323) em oposição às constantes mudanças que ocorriam fora de seus domínios. A estrutura das cidades medievais foi determinantemente influenciada pela presença da Igreja. Seus templos, oratórios e lugares de devoção, permaneceram presentes ao longo de todos esses séculos como elementos fundamentais na conformação urbana, o que pode ser verificado principalmente nas cidades mantidas ou criadas pelos povos de cultura ocidental.

Da menor das aldeias, com sua igreja paroquial, à maior das cidades, com sua catedral, suas numerosas igrejas, seus mosteiros e santuários, a Igreja estava visivelmente presente em todas as comunidades: suas torres eram o primeiro objeto que o viajante divisava no horizonte e sua cruz era o último símbolo levado adiante dos olhos do agonizante” (MUMFORD, 1965, p. 346).

A descrição do historiador Lewis Mumford (1895-1990) se refere às muitas comunidades europeias que se desenvolveram a partir de pequenos assentamentos urbanos originados espontaneamente ou, na maioria das vezes, como decorrência de uma relação de dependência entre os senhores donos da terra e os trabalhadores do campo que lhe prestavam serviço. Estes orbitavam à sombra das fortalezas de seus patrões onde a igreja também encontrava o seu lugar de destaque em uma estrutura feudal responsável pela organização desses núcleos. Diversos povos com culturas muito distintas espalhavam-se pelos territórios que ainda não estavam constituídos por uma unidade instituída, da forma que se conhece hoje os países que conformam os diversos estados nacionais soberanos. Tradições, línguas, costumes, práticas sociais e culturais formavam uma imensa Babel onde somente a Igreja proporcionava guarida mediante uma só concepção baseada na fé e na devoção centralizadas na figura de Jesus Cristo, filho de Deus, o criador do universo. Em um momento onde se assinalavam, segundo o autor,

(...) espantosas diversidades de dialeto, direito, culinária, pesos e medidas, cunhagem, a Igreja oferecia uma morada comum, na verdade um abrigo universal: o mesmo credo, os mesmos ofícios, as mesmas missas, realizadas com os mesmos gestos, na mesma ordem, para o mesmo fim, de um a outro extremo da Europa” (MUMFORD, 1965, p. 346).

As particularidades destacadas por este autor, no que se refere à presença marcante da igreja, com seu templo e sua torre campanário ao redor do qual os demais equipamentos e moradias se sucediam, formando núcleos urbanos localizados geograficamente, via de regra, em topografias mais elevadas, servem de igual forma para caracterizar os pequenos vilarejos existentes no norte italiano, especialmente aqueles localizados na região do Vêneto. Estas peculiares estruturas urbanas, muitas delas de origem medieval, são conhecidas em toda a península itálica pela denominação de *paesi*, cuja definição encontra-se imbuída de um grande significado simbólico (Imagens 09 e 10).



**Imagem 09** – Panorama de Rolle, localidade pertencente a Cison di Valmarino, na da região do Vêneto, localizada na província de Treviso. Circundada por bosques e colinas cultivadas, mantém preservados os mesmos elementos particulares que caracterizam, em sua origem, os antigos *paesi* vênnetos. Ainda hoje, como em um lapso de tempo, muitos *paesi* encontram-se perfeitamente conservados ao longo do território italiano.

**Fonte:** ANDREETTA. Ristorane Da Andreetta. **Sito institucional.** Rolle di Cison di Valmarino: Anna Maria Andreetta & C Snc, 2022. Disponível em. <https://www.andreetta.it/>. Acesso em: 08 jun. 2022.

O filósofo e antropólogo italiano Pietro Clemente (CLEMENTE, in: ISNENGI, 1997), em um artigo intitulado *Paese/Paesi*, publicado em um dos volumes da trilogia organizada pelo historiador italiano Mário Isnenghi denominada *I luoghi della memoria*, demonstra a importância que essa palavra possui para a memória dos cidadãos que nasceram, viveram ou ainda vivem vinculados a essas pequenas localidades cheias de significado.

Na língua italiana, *paese* (no singular *paese* e no plural *paesi*), significa “1. Pequeno lugar habitado que não atinge grandes dimensões: *deixou o paese para vir morar na cidade (...)*. Sinônimo: burgo, aldeia” (CATTANA; NESCI, 2010, p. 575). Indica, portanto, uma localidade habitada que não possui a mesma dimensão de uma cidade. Porém esses pequenos *paesi* se constituem em um microcosmo da vida cotidiana onde se encontram as tradições, os costumes, as práticas, enfim, a cultura daqueles que neles habitam, como indica o provérbio que complementa essa mesma definição: “*paese que se vai, costume que encontras, cada lugar tem suas próprias tradições: o mundo inteiro é um paese, em todos os lugares se encontrarão certos defeitos ou comportamentos*” (CATTANA; NESCI, 2010, p. 575). Ao mesmo tempo, *Paese* também significa “2. (Normalmente grafado com a letra inicial maiúscula) Estado, nação (...)”<sup>23</sup> (CATTANA; NESCI, 2010, p. 575). Por esse motivo, em sua análise, Clemente chama a atenção para o fato de que, em um contexto atual, onde a vinculação pública de um cidadão ao seu país passa obrigatoriamente pela indicação de seu local de nascimento, para posteriormente informar a pátria a qual pertence, “a noção de *paese* possui duas especificidades principais: aquela de indicar genericamente um território, aquela de indicar uma pequena comunidade. Por extensão o termo indica também a população que o habita”<sup>24</sup> (CLEMENTE, in: ISNENGI, 1997, p. 5). Conforme o autor, a força do termo *paese* para os indivíduos que nele habitam ou que nele nasceram, está diretamente ligada aos valores

---

<sup>23</sup> CATTANA; NESCI, 2010, p. 575 – “1. Piccolo luogo abitato che non raggiunge grosse dimensioni: ha lasciato il paese per venire a vivere in città (...). Sinonimo: borgo, villaggio. (...) *paese che vai, usanza che trovi, ogni posto ha tradizioni proprie: tutto il mondo è paese, dappertutto si trovano certi difetti o comportamenti*. 2. (spesso con l'iniziale maiuscola) Stato, nazione (...).”

<sup>24</sup> CLEMENTE, in: ISNENGI, 1997, p.5 – “(...) la nozione di *paese* ha due principali specificità: quella di indicare genericamente un territorio, quella di indicare una piccola comunità. Per estensione il termine indica anche la popolazione che lo abita”.

emocionais e relativos à memória pessoal, o que faz desta uma vinculação afetiva e não necessariamente política.



**Imagem 10** – Panorama de Soave, comuna italiana da região do Vêneto, localizada na província de Verona, com cerca de 6.450 habitantes.

**Fonte:** E-BORGHI. Soave. *Sito istituzionale*. Milano: 3S Comunicazione, 2019. Disponível em: <https://www.e-borghi.com/en/village/Verona/566/soave>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Em um contexto de uma Itália ainda não unificada, a pequeno burgo adquiria significado de pátria, de lugar de nascimento, de raízes, de tradições e de costumes. Pertencer a esse universo tão familiar, formado por estruturas físicas tão representativas de uma cultura tradicional, onde as sociabilidades cotidianas, os ritos de fé e devoção tinham espaço, circundado por uma natureza de forças conhecidas sobre a qual, através das ações de fadiga se retirava o sustento, era como fazer parte indissociável de um todo, de um mundo somente seu, de um lugar com o qual se mantém uma relação de identidade.

Ao se observar ao largo do espaço territorial que abriga um típico *paese* do norte italiano, logo se percebe a imagem do conjunto de estruturas representativas que o compõe. Em geral, a primeira edificação que se destaca é a igreja e a sua torre campanário, geralmente construída em posição destacada em relação ao corpo principal do templo. Este conjunto emblemático conforma a sua área central, muito frequentemente associado a um espaço aberto de dimensões irregulares que

compõe a praça, “*locus* privilegiado da memória *paesana*” (BENEDUZI, 2011, p. 91). É nesse espaço que se vinculam e se complementam as relações sociais e religiosas, comandadas pelo ecoar do sino que anuncia e interrompe celebrações, comandando a vida cotidiana da comunidade.

A praça, nas sociedades ocidentais, sempre foi um dos principais elementos formais que estruturam e identificam um núcleo urbano. Está presente na quase totalidade das cidades, principalmente em sua área central, frequentemente associada aos principais equipamentos urbanos que delimitam seu perímetro e contribuem para composição de sua materialidade. Os monumentos que a rodeiam e também nela se inserem, lhe determinam características de convergência e centralidade, fazendo com que ela se constitua também em um espaço evocativo da memória da sociedade que ali se estabelece. É por definição um espaço de representação, de expressão cultural, que incentiva as práticas de sociabilidades e, portanto, contribui para o fortalecimento do senso de identidade e pertencimento dos cidadãos que habitam em seu entorno.

Glauco Sanga (SANGA, in: ISNENGHI, 2010), linguista e antropólogo italiano, reproduz no início de um artigo dedicado ao poder simbólico e imagético do campanário, as palavras de Dom Antonio Rossaro, jornalista, escritor e religioso italiano, para quem:

(...) o sino é o companheiro da humanidade: com ele geme, canta, reza, chora. Ele eleva os espíritos e abençoa o trabalho humano; alegra os nascimentos, propicia casamentos, conforta agonias, acompanha funerais, convoca às assembleias, incentiva a batalha, comemora vitórias. Para cada ação do homem, para cada acontecimento do povo, o sino tem sua palavra. Por isso existe o sino da tempestade, do fogo, da proibição de sair de casa, do dilúvio; o sino que toca "como um anjo" para a morte de crianças, "apreensivo" para tempestades, "fúnebre" para funerais; há o sino das horas<sup>25</sup> (ROSSARO, apud: SANGA, in: ISNENGHI, 2010, p. 77).

---

<sup>25</sup> ROSSARO, apud: SANGA, in: ISNENGHI, 2010, p. 77 - La campana è la compagna dell'umanità: con essa vagisce, canta, prega, piange. Solleva gli animi e benedice le fatiche umane; rallegra le culle, propizia le nozze, conforta le agonie, accompagna i funerali, chiama a parlamento, incita alla battaglia, celebra le vittorie. Per ogni azione dell'uomo, per ogni avvenimento del popolo, la campana ha la sua parola. Per questo c'è la campana della tempesta, dell'incendio, del copri- fuoco, dell'inondazione; la campana che suona «ad angelo» per la morte dei bimbi, a «mal'acqua» per le tempeste, a «mortorio» per i funerali; c'è la campana delle ore.

Enquanto elemento simbólico, o sino encontra-se vinculado à identidade daqueles indivíduos que convivem em um lugar singular, onde a percepção constante de sua presença se faz sentir a cada badalada. O escutar da sonoridade de suas vibrações determina, virtualmente, uma delimitação espacial dentro da qual o território se constituía e ao qual o indivíduo fazia parte. Quando combinado ao campanário, a estrutura que em geral se eleva verticalmente em relação às demais construções, sino e campanário adquirem, juntos, um maior valor de representatividade e de reconhecimento. O campanário é o primeiro ou o último elemento visual a se avistar para aqueles que chegam ou partem do *paese* (Imagem 11).



**Imagem 11** – Panorama de Arquà Petrarca, comuna italiana da região do Vêneto, localizada na província de Pádua, com cerca de 1.876 habitantes. Ao centro de sua estrutura urbana, destaca-se a *Chiesa di Santa Maria Assunta* (datada do século XI) com o seu campanário. Tanto para quem chega ou para quem parte de e para outros destinos, o *campanille*, ou a torre sineira, que se eleva ao alto é ainda o primeiro e o último elemento de sua estrutura que será visível a partir dos caminhos que lhe dão acesso.

**Fonte:** ARQUÀ PETRARCA. *Sito istituzionale*. Arquà Petrarca: Pro Loco, 2017. Disponível em. <https://www.arquapetrarca.com/en/home-page/>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Segundo Sanga, sua importância simbólica também pode ser verificada ao longo na história italiana, onde se encontram presentes inúmeros casos de apropriação por parte de manifestantes ou invasores do sino e da torre sineira de determinadas comunidades, instituições ou mesmo entidades como forma de demonstração de controle e subordinação. Casos como esses esclarecem e confirmam que

(...) o valor simbólico do sino não se refere a uma comunidade genérica, mas àquela comunidade específica (...) a que se pertence e à qual estamos vinculados por laços emocionais de fidelidade, quer seja o município (comunidade civil), a paróquia (comunidade religiosa), a universidade (comunidade acadêmica)<sup>26</sup> (SANGA, in: ISNENGHI, 2010, p. 79).

O sino e o campanário são elementos únicos de representação que estão vinculados, de forma indissociável ao lugar onde se inserem e lhe conferem identidade e à comunidade a eles conectada, combinando em conjunto os símbolos da fé e da ordem, mas também da arte e da técnica empregadas em sua construção. Para Beneduzi (BENEDUZI, 2011, p. 95), o sino “historiciza o humano, coloca-o em um conjunto temporal marcado por um antes e um depois. Portanto narra a trajetória da comunidade de pertencimento, a história da conservação de um grupo social que transcende o indivíduo”. Sua relação imagética, quando associado ao campanário adquire maior força e essa relação é destacada pelo autor:

(...) embora o sino seja elemento de construção identitária e de memória, e levando em consideração todo o seu sentido magico religioso, ele só adquire seu valor de lugar do reconhecimento de uma presença, ao se combinar com o campanário. Na cultura italiana, será a expressão *campanilismo*, vinculada a *campanario*, que identificará esse espírito de apego e afeição, as vezes excessiva, pelo lugar de nascimento (BENEDUZI, 2011, p. 95).

Essas referências imagéticas frutos da representação de um cotidiano camponês vivido em pequenas comunidades, marcado pela tradição, pelo trabalho e pela fé, ficarão gravados na memória daqueles que iriam emigrar para o Novo Mundo em busca de oportunidades. Tornar-se-ão também em suas primeiras referências na construção de uma nova vida em família e em comunidade, em uma região desconhecida onde tudo ainda estava por ser feito.

---

<sup>26</sup> SANGA, in: ISNENGHI, 2010, p. 79 - “(...) il valore simbolico della campana si riferisce non a una comunità generica, ma a quella specifica comunità (...) cui si appartiene, e a cui ci legano vincoli emotivi di fedeltà, si tratti del comune (comunità civile), della parrocchia (comunità religiosa), dell'università (comunità accademica)”.

#### **1.2.4. Do campo para a cidade: mudanças sociais e econômicas na “Modernidade Vêneta”**

O impulso desenvolvimentista causado pela Revolução Industrial nos finais do século XVIII, que teve a Inglaterra como precursora, e a ascensão do capitalismo como sistema econômico, provocavam em todo o continente europeu o êxodo rural em direção às cidades que, ao mesmo tempo em que se modernizavam e ofereciam aos seus cidadãos maior acesso à cultura, ao consumo e à sociabilidade, procuravam combater a aglomeração desordenada causada pelos enormes contingentes de trabalhadores que a elas afluíam em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Segundo o economista e escritor brasileiro Constantino Ianni, foi principalmente neste século que se intensifica a transferência da nobreza, proprietária da maior parte das terras italianas, para as cidades grandes, a fim de cultivar o ócio e disfrutar do bem-estar que as posses familiares permitiam, entre iguais, em uma sociedade que se organizava em torno das novas relações sociais, políticas e econômicas, resultantes das modificações provocadas pela modernidade.

Estabelecer-se em centros urbanos que se expandiam se tornara o desejo de muitas famílias tradicionais, principalmente aquelas que viviam no campo e, por esse motivo, sentiam-se privadas de um maior acesso às benesses urbanas. Como decorrência desta mudança e da conseqüente ausência de comando do proprietário sobre suas terras, passou a se verificar na área rural italiana uma proliferação de intermediários, muitas vezes sem formação para exercer a tarefa de controle sobre o trabalhador que se ocupava do cultivo da terra. Para ampliar os rendimentos necessários ao pagamento dos altos custos de manutenção de uma vida luxuosa de seus patrões nas cidades, constantes sobrecargas de afazeres foram impostas aos colonos (IANNI, 1963, p.61), muitas vezes sem complementação de rendimentos, o que causava indignação e descrédito a essa grande parcela da população.

A abolição das práticas feudais em uma Europa que se modernizava rapidamente não influenciou de imediato uma mudança significativa no caráter das relações sociais entre patrões e empregados até então vigentes na Itália que recém



se unificava. Em muitos contratos agrícolas continuavam em vigor práticas que se mantinham ao longo dos anos inalteradas e que denotavam traços de uma relação de abuso por parte do proprietário, dono das terras, em relação aos trabalhadores rurais. Dentre elas, aquelas que excediam do seu direito de rescisão, mantendo os colonos sobre condições extremamente desfavoráveis, comprometendo sua dignidade e também os seus rendimentos (IANNI, 1963, p. 62).

Por esses e outros motivos, como a demora na implementação de condições favoráveis ao desenvolvimento da indústria, enquanto diversos países se inseriam em um contexto de grandes transformações sócio econômicas como decorrência dos reflexos da industrialização, com a implementação de novas formas e técnicas de trabalho e com a introdução de máquinas em substituição ao modo de produção artesanal, a Itália seguia sendo um país atrasado em relação aos seus vizinhos. Economias como a inglesa, a francesa e a alemã avançavam em etapas aceleradas na formação de potentes aparatos industriais formando bases sólidas e se estabelecendo com preponderância no cenário mundial. Em termos comparativos, a renda dos italianos em 1861, ano em que o Reino da Itália foi criado, correspondia, segundo Villa, a uma quarta parte da dos ingleses e a um terço das dos franceses (VILLA, 202, p. 22). A Itália era

(...) em grande parte agreste, antigo e imóvel. De aproximadamente 22 milhões de habitantes, pelo menos 16 milhões era camponeses. Moviam-se nos campos com o gesto lento dos antepassados: tanto na Sicília quanto no Vêneto, muitos ainda utilizavam um arado muito rudimentar (...). A grande massa populacional dos italianos nascia, vivia e morria num mesmo lugar, à sombra de um mesmo campanário, ligada à costumes, tradições ancestrais, a duras privações, a raras festas animadas” (VILLA, 2002, p. 21-22)

Em termos gerais, este era o panorama de um território dividido e atrasado em termos sociais e econômicos que retrata de forma clara as condições e a realidade também de um Vêneto fragilizado e em permanente conflito decorrente das longas e constantes disputas pelo seu controle. Apesar disso, foi a partir do norte da península que teve início um lento processo de industrialização, porém a sua economia ainda se encontrava muito dependente da exploração de uma mão-de-obra vinculada ao campo, como assim também se verificava na região sul, cuja base econômica era majoritariamente agrária. O fortalecimento econômico,

proporcionado pela industrialização, impulsionou o norte a reorganizar a península “abolindo fronteiras, suprimindo tradições, a fim de abrir caminho para a implantação de um estado moderno” (DE BONI; COSTA, 1979, p. 61).

### **1.2.5. A Unificação Italiana através do *Risorgimento***

O *Risorgimento*<sup>27</sup> foi um movimento de bases ideológicas claras, que veio a se incorporar às ideias de liberdade, identidade e ascensão da razão sobre o obscurantismo, propagadas a partir do Iluminismo em todo o continente europeu. Insere-se em um contexto histórico de transformação dos estados nacionais europeus e de consolidação do capitalismo como modelo econômico que, por sua vez, encontra-se diretamente relacionado à industrialização nascente em um período de modernização das sociedades ocidentais. Portanto, o *Risorgimento* deve ser entendido também como decorrência da passagem de uma sociedade basicamente rural para uma sociedade cada vez mais urbana e industrial.

Impulsionado também por literatos que promoveram, a partir da primeira metade do século XIX, uma narrativa nacionalista contra os povos saxões germânicos, cuja raiz se referia aos bárbaros invasores que, desde o esfacelamento do Império Romano, disputavam o controle das regiões da península itálica (BENEDUZI, 2011). Fruto do envolvimento de políticos, pensadores, burgueses e latifundiários, esse processo que culminou, em 1861, com a unificação das diversas regiões que compunham a península itálica em um só Estado, o Reino da Itália, acabou por seguir o caminho de constituição de uma monarquia liberal, e foi efetivamente finalizado com a anexação do Vêneto em 1866 e da região do Lácio e de Roma, através de um plebiscito, em 1870. A redefinição do mapa político do

---

<sup>27</sup> “(...) o termo *Risorgimento* nasceu da ideia de que a nação italiana deveria reerguer-se do estado de decadência e de servidão em que se encontrava para retomar seu caminho de progresso. Esta ideia, que teve uma notável eficácia propagandista durante o movimento, responde somente em parte pela efetiva realidade histórica que o precedeu (...) o processo de formação da nação italiana foi (...) lento, penoso e incompleto, e a consciência nacional manifestou-se sobretudo sob a forma literária” (CANDELORO, apud: IOTTI, 2011a, p. 29).

continente europeu, a partir do Congresso de Viena, em 1815, colocou sob o controle da Áustria a maioria dos pequenos estados que compunham o território itálico. Se politicamente a península não se encontrava coesa, do ponto de vista de uma cultura comum às diversas regiões, mantinha uma identidade considerada bastante expressiva. Ao longo dos séculos, personalidades como Dante (1265-1321), Petrarca (1304-1374), Maquiavel (1469—1527), Guicciardini (1483-1540) entre outros, mantiveram viva em suas obras a ideia de uma Itália unida, como havia sido à época da antiga civilização romana, ideia essa que foi reforçada com a difusão do pensamento filosófico do “Século das Luzes” (século XVIII) e transformada em uma aspiração política concreta e de renovação. Segundo a historiadora Luiza Horn Iotti:

(...) o nascimento do Estado unitário italiano ocorreu tardiamente, entre os anos de 1815 e 1870 e abriu um novo período na história da península. Nesta época teve início o processo de formação do mercado nacional, de transformação nas reações de produção de separação entre atividade agrícola e industrial e de diferenciação no desenvolvimento econômico entre o Norte e o Sul da Itália (IOTTI, 2001a, p.28).

Assim, conforme analisa a autora, “o movimento pela independência e unificação dos Estados italianos, abriu as portas para o capitalismo. Ao mesmo tempo, estabeleceu as bases e os limites para o desenvolvimento do mesmo” (IOTTI, 2001a, p. 29). A classe burguesa, que estava emergindo nesse momento, desejava a unificação como forma de ampliar o mercado consumidor sem, no entanto, indispor-se com a oligarquia dos grandes proprietários de latifúndios que se opunham às possíveis mudanças na estrutura socioeconômica existente mantendo-os, desta forma, como os únicos agentes de controle sobre os camponeses.

Desde o início todos aqueles que desejavam uma Itália unida dividiram-se em duas correntes políticas: o Partido Moderado e o Partido de Ação. Conhecidos simplesmente como *Moderados*, o partido reunia a burguesia e os grandes latifundiários, entre eles administradores, empresários e industriais, comandados pelo Conde Camillo Benso di Cavour (1810-1861), “um autêntico homem de estado” (VILLA, 2002, p. 26). Do outro lado encontravam-se os *Democratas* que integravam o Partido de Ação, reunindo intelectuais, pequenos burgueses, estudantes, artesãos

e alguns operários. Eram comandados por Giuseppe Mazzini (1805-1872) e Giuseppe Garibaldi (1807-1882), que coincidentemente havia lutado pela independência e constituição da República Rio-Grandense durante o período de intensos conflitos daquela região contra o Império do Brasil. Garibaldi acabará por se tornar um “herói dos dois mundos” (VILLA, 2002, p. 131), Brasil e Itália, e para ambos, personagem símbolo de heroísmo, patriotismo e liberdade. Mazzini defendia a propriedade privada e as reformas sociais. Era a favor da organização de uma Itália republicana e independente, porém sem nenhum compromisso com as monarquias. Para ele, a ampla educação, sem distinção de classes, era a chave para a insurreição de seus compatriotas, que tornaria a república definitivamente independente. Apesar da participação dos *Democratas* ter sido fundamental na luta pela unificação italiana, principalmente pelos episódios protagonizados por Garibaldi, como a *Spedizione dei Mille* que conquistou em favor da união, o Reino das Duas Sicílias pertencentes à casa real dos Bourbons, foram os *Moderados* que se tornaram os protagonistas do processo de unificação da Itália (VILLA, 2002, p. 27).

Segundo Deliso Villa (VILLA, 2002, p. 27-29), o êxito do Partido de Ação deveu-se ao fato de possuírem, em sua retaguarda, o Piemonte, “um Estado fortemente centralizado, segundo um modelo tomado emprestado da França (...) com um exército valente e uma diplomacia eficiente. Possuíam, além do mais, uma coesão social: reuniam os nobres, os burgueses grandes e médios”. Contudo, foi a Sardenha, na figura de Vittorio Emanuele II (1820-1878), o “Pai da Pátria”, coroado Rei do Reino da Itália em 1861, que assumiu o protagonismo político da unificação italiana. Conforme Iotti:

(...) o modelo político-administrativo adotado para o estabelecimento do projeto liberal italiano foi o do Reino da Sardenha, que apresentava características centralizadoras e excludentes. Através dele, a Itália tornou-se uma monarquia parlamentar, regida por um sistema bicameral e encabeçada por um rei, procedente da dinastia dos Savóia que ocupava o trono da Sardenha (IOTTI, 2001a, p.32).

Desta forma, o processo de unificação italiana afastou-se definitivamente da grande massa de camponeses, que permaneceu à margem de todos os seus desdobramentos. Por esse motivo, e tendo em vista as precárias condições em que

se encontravam já há muitas décadas, acabou por continuar a sofrer suas consequências mais nefastas.

A economia era dependente de poucos industriais e de muitos latifundiários ainda afetos a esquemas econômicos medievais de feudalismo e de exploração da força operária e agrícola. A unificação política não destituíra o fenômeno escravista de uma economia tradicional e ultrapassada. A formação da nova Itália, como Reino, não abria perspectivas propícias à revogação dos esquemas antiquados de grandes proprietários feudais com títulos hereditários de posse de terras e do elemento humano que as trabalhavam (FROSI; MIORANZA, 2009, p. 20).

A jovem Itália pós-unificação, encontrava-se imersa em muitos problemas de ordem política, mas principalmente de ordem social e econômica. Muito estava por se fazer em relação à infraestrutura do novo país: escolas, estradas, hospitais, saneamento. Além disso era preciso unificar também a língua, a moeda, o exército e as leis (VILLA, 202, p.20). Problemas de toda a ordem atingiam principalmente ao menos favorecidos que não encontravam postos suficientes de trabalho nas cidades, que ainda não apresentavam condições para absorver a grande massa de trabalhadores que para lá se dirigiam. Eram obrigados a permanecer no campo para continuar tirando dele o seu sustento e o de sua família em precárias condições de trabalho que ainda estavam submetidas a uma relação de dominação e controle centralizada nos donos da terra. A possibilidade de ascensão social, seja através do trabalho ou do desejo de se tornar proprietário de seu próprio negócio, era ainda um sonho distante de ser realizado.

Além das muitas doenças que preocupavam a saúde dos cidadãos, muitos também eram os impostos e as taxas infligidos à população como forma de captar recursos para a efetiva construção do novo país que estava surgindo. A Itália encontrava-se atrasada também no setor de obras públicas que precisava administrar uma precária infraestrutura. Segundo os historiadores Luís Alberto De Boni e Rovílio Costa (DE BONI; COSTA, 1979, p. 62), com o slogan de *“economia fino all’osso”*<sup>28</sup>, todos os cidadãos foram convocados a dar sua contribuição de sacrifício para o bem do país, “mas de fato apenas os pobres foram duramente

atingidos, principalmente devido ao (...) imposto sobre a farinha (...) quando, na realidade, criavam-se facilidades para os latifundiários e empresários” Os ajustes nas taxas alfandegárias, restringindo facilidades até então existentes alavancaram a produção do trigo para o mercado interno, beneficiando os grandes produtores em detrimento dos pequenos. Porém essas medidas conduziram outros países a responder da igual forma, levando à ruína muitos dos pequenos negócios que necessitavam da exportação como, por exemplo, a indústria vinícola. Segundo os autores:

(...) com a destruição da pequena indústria de tipo artesanal – cujo produto complementava a renda familiar do agricultor -, a elevação dos impostos, acompanhados pela redução da quantidade e do preço dos produtos agrícolas, houve uma rápida deterioração da situação no campo, com sinais evidentes de estagnação e até mesmo de regressão sócio-econômica (DE BONI; COSTA, 1979, p. 63).

Essa situação acabava por reforçar uma das características do povo italiano, principalmente dos camponeses do norte da península, que durante muitas décadas tinham o costume de emigrar para outros destinos, geralmente nas entressafras agrícolas, permanecendo um período longe de suas famílias, executando serviços artesanais, muitas vezes não necessariamente ligados ao manejo da terra, como forma de complementar a renda de seus familiares.

### **1.2.6. As principais causas da Grande Emigração**

A grande emigração que, ao final do século XIX, impulsionou milhares de indivíduos para fora da Itália encontra-se vinculada ao processo de unificação da península que resultou na formação de um estado independente. Insere-se neste

---

<sup>28</sup> Em uma livre tradução, a expressão italiana significa “economia até o osso”, fazendo referência à necessidade de proceder a um esforço econômico de privações e muito sacrifício para todos os cidadãos italianos.

contexto, como “produto da ação política e econômica dos grupos dirigentes, preocupados em empurrar a sociedade italiana na direção de formas capitalistas mais avançadas” (IOTTI, 2001a, p. 40). Constituiu-se em uma verdadeira ruptura para um antigo e arcaico mundo camponês que, a partir daquele momento, vislumbrava nas terras do Novo Mundo uma real possibilidade de renovação.

O professor e historiador italiano Emílio Franzina (FRANZINA, 2006) enfrenta esse tema dedicando-se em “*A Grande Emigração*” à análise dos fatores que provocaram o grande êxodo populacional verificado na península italiana ao longo de parte de sua história. Fatores estes que, na análise desse autor, bem como de outros (DE BONI; COSTA, 1979; IANNI, 1963; IOTTI, 2001a; VILLA, 2002;) não devem e nem podem ser considerados individualmente sob pena da incompreensão de tal fenômeno, principalmente este que foi considerado um dos maiores, em volume de indivíduos, em direção à América. A partida para o Novo Mundo, assim denominado em opositiva comparação ao Velho Mundo, terra natal dos emigrados, representava, para muitos, a única opção contra a difícil situação em que se encontravam naquele momento. Era uma escolha, difícil de ser tomada, em direção às possibilidades que se descortinavam em um outro horizonte, no sentido da conquista de uma nova vida para si e para seus familiares, baseada em novas experiências e oportunidades de trabalho. Conforme o autor, a emigração representa um fenômeno demográfico, mas também econômico, caracterizado por estímulos expulsivos, internos na terra de partida, e atratores, externos na terra de chegada:

(...) são os pequenos proprietários e os meeiros que partem primeiro, sofrendo os efeitos de um processo de expulsão-atração ainda não bem articulado e distinto. A emigração era favorecida nessa fase sobretudo pelos expoentes do mundo liberal dos armadores de Gênova (...) e pela existência de uma disposição evidente de alguns governos sul-americanos (...) (FRANZINA, 2006, p. 36).

Interesses econômicos de toda a ordem movimentavam o jovem Reino da Itália, promovendo, como anteriormente mencionado, acirrada disputa pelos poucos recursos existentes, ações e decretos que tentavam corrigir problemas administrativos e alfandegários. Com relação ao campo, as mesmas dificuldades já

enfrentadas pelos camponeses, que se manifestavam há muitos anos, continuavam a ocorrer sem que houvessem expectativas de mudança.

Sobre esse assunto, em especial, Franzina cita as observações de Giacomo Zambelli, colaborador do jornal friulano *L'Amico del Contadino* em diversas publicações do periódico no ano de 1846, que relacionavam o surgimento dos êxodos rurais na região do Vêneto, à miséria provocada pela brutal concorrência dos grandes proprietários de terras contra os pequenos. Segundo Zambelli (ZAMBELLI, apud: FRANZINA, 2006, p. 209), tinha nascido ali “uma guerra entre aqueles que nada possuem contra aqueles que possuem”, o que manifestava, em parte, o problema que se apresentava como decorrência do processo de transformação capitalista que, aos poucos, dominava os campos europeus. De resto, os camponeses também queriam acabar com a prática da usura que iria os libertar do domínio dos grandes latifundiários:

(...) nos camponeses, existe um vivo desejo de possuir um terreno de sua propriedade, para que possa trabalhar, estudá-lo, melhorá-lo como eles quiserem e para eles. Nos outros trabalhadores toda a esperança, todo o desejo é voltado para tornarem-se “patrões”, escaparem da dependência de outras pessoas. Oras terras tão sonhadas, esse poder tão desejado, convém oferecer a eles de algum modo. Se, portanto, os camponeses pudessem adquirir algum terreno, ou tornar-se arrendatários não precários, mas seguros, não sairiam certamente dos seus vilarejos, pois o desejo final do trabalhador que emigra é o de adquirir o que lhe falta no próprio país: o seu bem-estar. Acontentemo-los e façamos com que o seu destino seja menos infeliz e mais seguro, ofereçamos a eles um trabalho contínuo e variado (ZAMBELLI, apud: FRANZINA, 2006, p. 212).

Além do desejo de ter um pedaço de terra, outros fatores expulsos também contribuíram para o êxodo. A região vêneta atravessava um período de mudanças climáticas<sup>29</sup>, acompanhadas da incidência de inúmeras pragas nas

---

<sup>29</sup> “Pelo menos durante todo o primeiro período da imigração transoceânica, a tendência de distribuição cronológica e geográfica dos fluxos (...) registra de fato grandes altas que parecem depender também de certas conjunturas climático-ambientais (...). É o caso dos “granizos, a seca e outros fenômenos atmosféricos e fatores negativos”, postos na base do incremento migratório em 1877, na província de Udine (...); assim é também para os “anos de má colheita”, ligados ao êxodo em direção à Argentina e ao Brasil na estatística oficial de 1878 para quase todo o Vêneto; e ainda para a emigração provocada pelas graves inundações que, no outono de 1882, causaram danos não só à agricultura, mas também a outras atividades econômicas muito diversas, como as serralherias na província de Belluno, que foram todas destruídas (...) como foi também para as más colheitas causadas em 1884 pelas chuvas de granizo em Lentiai (Belluno), pela seca em Molvena (Vicenza) e pelas inundações em Piove di Sacco (Pádua), (...)” (FRANZINA, 2006, p. 75).



lavouras, fatores que determinavam longos períodos de escassas colheitas, além das já citadas doenças “que decorriam basicamente do nível higiênico e alimentar das populações rurais” (FRANZINA, 2006, p.77) que causavam muitas mortes, em especial na região do norte italiano.

Do outro lado do oceano, economias ascendentes promoviam políticas imigrantistas de atração, não somente focadas na mão-de-obra necessária aos trabalhos nos campos e nas cidades, mas também intencionadas na colonização de áreas devolutas. Propagandas de toda a ordem enalteciam os benefícios de emigrar para o Novo Mundo, terra de oportunidade e fartura, onde o trabalhador teria a possibilidade de adquirir a tão desejada propriedade. Até mesmo a Igreja, que se sentia ameaçada pela tomada do poder de Roma pela Casa de Savóia, através de seus sacerdotes e párocos, estimulava os integrantes de suas comunidades a partir, pensando na possibilidade da fundação de novos postos de afirmação e poder. E assim, a grande emigração acabou por expulsar milhares de cidadãos de sua pátria. Ao mesmo tempo que é profundamente lamentada, como uma triste consequência de um momento político, econômico e social bastante difícil na história de uma Itália recém unida, é reconhecida por estudiosos do tema como um dos fatores de grande efeito positivo sobre a fragilizada economia daquele período.

Em sua fase inicial, a emigração foi tratada com certa indiferença pelas autoridades italianas como denota a declaração de Agostino Depretis<sup>30</sup>, para quem a emigração se apresentava “como resultado de uma lei natural, contra a qual o Estado não poderia nem opor obstáculos legais, nem promovê-la” (IOTTI, 2010, p.25). Porém, com a ascensão de Francesco Crispi<sup>31</sup>, foi implantada uma nova política emigrantista que ocasionou uma radical mudança com relação à postura do Estado. Foi pelas mãos de Crispi que a Itália sancionou, em 1887, a primeira lei

---

<sup>30</sup> Agostino Depretis nasceu em Stradella, em 31 de janeiro de 1813 e faleceu na mesma cidade, em 29 de junho de 1887. Foi um destacado político italiano que ocupou o cargo de Primeiro Ministro da Itália em três períodos distintos entre os anos de 1876 a 1887. Breve histórico baseado em informações retiradas da Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Agostino\\_Depretis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Agostino_Depretis). Acesso em: 20 mai. 2019.

<sup>31</sup> Francesco Crispi nasceu em Ribera em 04 de outubro de 1819 e faleceu em Nápoles, em 12 de agosto de 1901. Foi um destacado político italiano que ocupou o cargo de Primeiro Ministro da Itália em dois períodos distintos entre os anos de 1887 a 1896, sucedendo Agostino Depretis. Breve histórico baseado em informações retiradas da Wikipedia, a enciclopédia livre. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Francesco\\_Crispi](https://pt.wikipedia.org/wiki/Francesco_Crispi). Acesso em: 20 mai. 2019.

sobre a emigração. Em seu governo, segundo Iotti, “ele se preocupou intensamente com a formação de um império colonial (...) que elevaria a Itália ao nível das principais nações europeias e favoreceria o desenvolvimento do incipiente capitalismo italiano” (IOTTI, 2010, p. 26). Assim, o processo migratório passou a adquirir importância como partícipe do comércio internacional italiano: “os emigrantes precisavam deixar de ser vistos com indiferença, ou como um problema, eles agora representavam uma possibilidade de solução para as dificuldades econômicas que o país atravessava” (IOTTI, 2010, p. 29). A emigração transformou-se em um instrumento oportuno para o desenvolvimento econômico da Itália, convertendo-se em importante fonte de divisas através das contínuas remessas que os emigrados enviavam para parentes e familiares que haviam permanecido no país, tornando-se, desta forma, um importante componente da renda nacional (IANNI, 1963, p. 26). A esse respeito, o historiador Giustino Fortunato (1848-1932), citado por Constantino Ianni em “*Homens sem paz*”, reconhece a importância desse processo para a economia:

(...) o singular fenômeno de uma mudança tão rápida das nossas condições econômicas e financeiras seria, porém, inexplicável se prescindíssemos de um fato verdadeiramente grandioso, do qual com razão se orgulha o novo povo da Itália: falo da emigração, especialmente da que se dirige para além do Oceano, que sempre considerei como é, um elemento incalculável de civilização e de bem-estar para o nosso país (FORTUNATO, apud: IANNI, 1963, p. 18)

Contudo, porém, Fortunato (FORTUNATO, apud: IANNI, 1963. p.18) conclui o seu pensamento manifestando também o seu lamento pela ausência de tantos cidadãos italianos que poderiam ter permanecido no país: “mandamos para o lado de lá dos mares a única mercadoria de que temos em abundância: o homem; e ao longo dos mares nos tem vindo, em troca, e nos vem, uma larga faixa de ouro que não ignoramos não, de que lágrimas e de que sangue seja feita...”. Os efeitos benéficos do impulso migratório sobre a economia italiana foram sentidos de maneira positiva também em outras áreas do novo reino que se formava, auxiliando na direção de promover a sua normalização após as muitas crises sociais e políticas decorrentes da unificação. A emigração para outro país era uma tentativa de resolver problemas econômicos individuais ou familiares, porém, indiretamente,

acabava por contribuir coletivamente para aqueles que na Itália permaneciam. Conforme adquiria proporções cada vez mais elevadas,

(..) a saída dos italianos tornou-se um empreendimento altamente rentável para o Reino. A cobrança de passagem e, mais tarde, a remessa de lucros dos emigrantes para seus parentes italianos, forneceram um movimento de capital, que não pode ser deixado de lado, nem ser desvinculado do progresso econômico apresentado pelo país na última década do século XIX (GIRON, 1980, p.52).

Sem dúvida, a moderna marinha mercante italiana deve à imigração o seu impulso e crescimento, movimentando um grande comércio internacional entre diversos países, não só no transporte de indivíduos, como também de mercadorias, que passaram a ser cada vez mais constantes. As relações externas italianas também foram beneficiadas, mesmo que indiretamente, através de uma “visão romântica da Itália criada pela nostalgia e pela necessidade de autovalorização dos emigrados” (IANNI, 1963, p.19) o que proporcionava um sentimento de unidade moral e política, que ainda não existia na Itália recém unificada, mas mesmo assim beneficiava “o jogo diplomático dos governos e dos grandes grupos econômicos italianos” (IANNI, 1963, p. 19). Com o passar do tempo, as relações consulares entre a Itália e os países de destino se fortaleceram, impulsionadas também pela disseminação, além-fronteiras, de uma cultura itálica que os emigrados portaram consigo, fazendo dela a sua base identitária.

Os emigrados, marcados ainda pelo forte sentimento de pertencimento aos seus pequenos países de nascimento e adoção e não a um Estado único, partiam com muitas dúvidas, mas talvez com uma única certeza: a de que no território de destino precisariam necessariamente ressignificar esse sentimento vinculando-o à uma nova pátria, aquela que iriam construir, que lhes daria um novo sentido identitário, ou apenas lhes devolveria um pouco das tenras lembranças guardadas na memória e deixadas para trás, espalhadas pelas colinas e planícies de sua terra natal.

### **1.3. O Brasil na Modernidade: contexto político, econômico e social na “Terra de Chegada”**

O Brasil, país continental que se estende por mais de oito mil e quinhentos quilômetros quadrados abrange, em área territorial, quase que a metade do continente sul-americano. Desde a descoberta pelos portugueses, no ano de 1500, suas terras tem sido o destino de muitos imigrantes que decidem partir de seus países de origem para recomeçar suas vidas sob novos horizontes.

As primeiras ocupações tiveram lugar nas áreas litorâneas para, posteriormente, avançar para o interior do território (HOLANDA, 1995, p. 102), em um processo lento e gradual que se estendeu ao longo de todos esses anos atravessando muitas fases. Inicialmente a divisão administrativa se deu através do sistema de capitanias hereditárias, que dividiram a vasta região colonial em apenas 15 lotes entregues à donatários ligados à coroa portuguesa com o objetivo de facilitar sua administração e desenvolvimento. Este esforço não obteve os resultados esperados, mas historicamente, acabou preconizando um modelo de ocupação, com claros reflexos sócio econômicos, que se manteve operante durante todo o período colonial (1530-1822), baseado no latifúndio das grandes extensões de terras, na monocultura e na mão-de-obra escrava. Desta forma, por muitos anos, a economia brasileira esteve dependente do extrativismo, da pecuária e do modelo de exploração do solo baseado em cultivos individuais, onde a produção do café e da cana de açúcar tiveram preponderância. Todas essas atividades estavam inteiramente vinculadas ao trabalho forçado, que se manteve operante por muitos séculos na história do país, inclusive no período do Brasil Império (1822-1889), até ser finalmente extinto com a abolição da escravatura em 1888.

### **1.3.1. De Colônia a Capital: a transferência administrativa do Reino Português para o Brasil**

A chegada de Dom João VI e da corte portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, expulsos de Portugal pelo avanço das tropas de Napoleão Bonaparte e a iminente invasão ao final do ano de 1807, teve como principal objetivo assegurar a independência daquele país. Tal fato ocasionou profundas transformações políticas, econômicas e sociais em ambos os destinos, mas principalmente com consequências importantes para o Brasil.

A acanhada cidade colonial do Rio de Janeiro, com suas ruas estreitas e casarios de poucos pavimentos, espremida entre o mar e as montanhas, passa a sofrer um “impulso urbano” (PESAVENTO, 1999, p. 165), um processo de desenvolvimento que se iniciaria, de certa forma, tardiamente se comparado às outras cidades coloniais da América Latina, como Buenos Aires. Maior cidade colonial do Brasil e agora também sede do Império Português e de sua corte, o Rio de Janeiro tornara-se também, segundo as observações de Pesavento, “a porta de entrada às ideias novas, concebidas no bojo do processo de renovação urbana que acompanhou a emergência da modernidade” (PESAVENTO, 1999, p. 165). Emergência esta que se irradiaria também para as demais localidades da colônia, fundamentada em novas decisões, novos conceitos e novos posicionamentos frente às arcaicas oligarquias dominantes e mais alinhada aos novos ideais que o Século das Luzes acabara de preconizar.

A abertura dos portos nacionais às nações amigas de Portugal inaugurou a internacionalização da economia brasileira, permitindo, a partir daquele momento, o estabelecimento de relações comerciais com países europeus e americanos. Medida esta que foi ratificada e ampliada a partir da assinatura, em 1810, do Tratado de Cooperação e Amizade entre nações, o que sinalizou uma grande mudança em direção a uma doutrina econômica com viés mais liberal. Neste sentido, outras providências de igual importância também foram implementadas, como a revogação do Alvará de 1785 que proibia a instalação de manufaturas na colônia possibilitando o estabelecimento dos primeiros núcleos fabris e a fundação do primeiro banco

brasileiro, o Banco do Brasil, que vieram complementar o conjunto de ações que dariam impulso ao desenvolvimento e dinamização econômicos.

Não somente a economia acabou sendo beneficiada com a transferência do comando real de Lisboa para o Rio de Janeiro. Também na área cultural verificaram-se várias novidades como a criação de jornais, tipografias, escolas, entre elas a Academia de Belas Artes, fundada no ano de 1816, e bibliotecas, como a Real Biblioteca, com a transferência da maioria dos volumes do grande acervo real português.

A mudança repentina de possessão colonial para sede do Império Português, como um “sopro de modernidade”, alterou drasticamente a administração da colônia, lançando definitivamente as bases para a sua independência e intensificando o processo de ocupação do território. Isso não significa dizer que até então não houvesse preocupação com relação a esse assunto. Mesmo antes da transferência da Família Real, a coroa portuguesa já se ocupava em organizar e estimular a colonização das terras brasileiras. O domínio sobre o território, que lhe outorga soberania, só pode ser alcançado tendo como princípios básicos a segurança e defesa de suas fronteiras. O despacho do *Conselho Ultramarino* datado de 22 de junho de 1729 já dispunha sobre esse assunto, como informa o historiador e economista Ernesto Pellanda (PELLANDA, 1950), ao se referir, mais especificamente, às origens da colonização das terras ao sul do Brasil realizada por açorianos, alemães e italianos:

(...) conveniente que, se não instalando no sul, nas povoações da Colônia e outras, casais de ilhéus, e quando estes forem insuficientes, se poderiam conseguir casais estrangeiros, sendo alemães ou italianos e de outras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses” (PELLANDA, in: BERTASO; LIMA, 1950, p. 44)

Notadamente se percebe nesta resolução, uma clara preferência por etnias de nações europeias que não estivessem tradicionalmente associadas às disputas territoriais e políticas com Portugal, como era o caso da Espanha, da Inglaterra, da Holanda e da França, que poderiam ameaçar a soberania lusa no Brasil (AZEVEDO, 1982, p. 55). A introdução de imigrantes com o objetivo de colonizar o país ganhou

maior celeridade a partir do estabelecimento do governo português no Brasil. O regime da pequena propriedade, em oposição ao latifúndio, foi definido como modelo e conforme informa José Fernando Carneiro, “a Carta Régia de 2 de maio de 1818, autorizando o estabelecimento de algumas famílias suíças no Brasil, assinalou o início da imigração planejada, escolhida e subsidiada pelo Estado” (CARNEIRO, 1950, p. 10).

Ao substituir Dom João VI em seu retorno a Portugal em 1820, seu filho, aclamado como Dom Pedro I, deu prosseguimento à tarefa de estabelecer novas colônias e introduzir imigrantes europeus no território colonial, mantendo a continuidade da política adotada por seu pai que estava baseada no estabelecimento de colonos em núcleos de pequena propriedade e na destinação de mão-de-obra livre para a substituição da escrava nas lavouras, especialmente as de produção do café (IOTTI, 2010, p.42).

### **1.3.2. A Proclamação da Independência do Brasil e a Ação Revolucionária Farroupilha**

Com a proclamação da independência do Brasil em 1822, o país entra em uma nova etapa marcada pelo embate entre os defensores do liberalismo e as elites oligárquicas, representantes do conservadorismo, e que se opunham a toda e qualquer mudança que ameaçasse suas esferas econômica e de poder. Apoiado pela Constituição de 1824, o imperador Dom Pedro I assume pessoalmente a tarefa de estabelecer em novas áreas do país, o povoamento e a exploração do solo por imigrantes “brancos não-portugueses” (IOTTI, 2010, p.43), lançando assim as bases para o surgimento de um novo sistema de estratificação social. Segundo o historiador Thales de Azevedo:

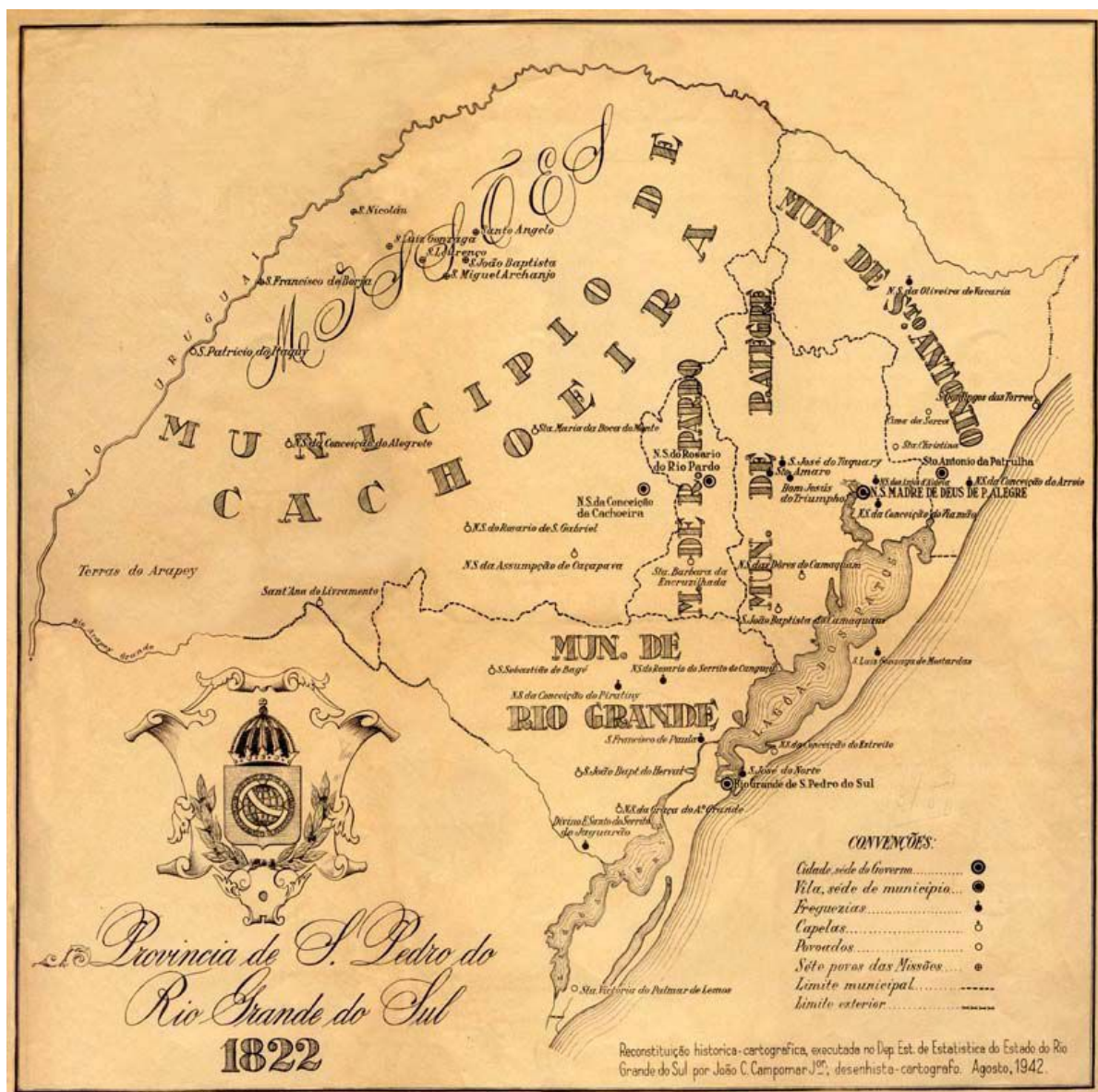
(...) o governo imperial, cumprindo o plano de criar uma classe média rural, proprietária e adiantada, que se iniciaria em 1818 nas Matas do Jequitinhonha na Bahia, e continuava, além do Rio Grande, em Nova

Friburgo, em Pernambuco e no Espírito Santo, toma a iniciativa de introduzir colonos alemães no Rio Grande, fundando o primeiro estabelecimento, a Colônia de São Leopoldo, à margem do Rio dos Sinos, em terras da malograda Real Feitoria do Linho Cânhamo (AZEVEDO, 1982, p. 45).

Muitos autores (ROCHE, 1969; IOTTI, 2010) consideram esse acontecimento como o marco inicial do processo de colonização com a introdução de etnias não portuguesas no Rio Grande do Sul. Com essa decisão, pensava-se também em desenvolver o potencial agrícola que as terras sulinas ofereciam, diversificando assim a sua economia, ainda totalmente baseada na pecuária extensiva (Imagem 12). Este processo se manteve constante, apesar das muitas críticas dos conservadores, durante o período em que Don Pedro I governou o Império. Com a abdicação ao trono brasileiro em favor de seu filho, ato que deu início ao período regencial (1831-1840), os recursos destinados ao subsídio da imigração estrangeira para o país foram suspensos e essa política abandonada, o que representou uma vitória dos latifundiários que se opunham a ela por considerá-la desinteressante aos brasileiros (LAZZARI, 1980, p.33).

Outro fator que veio contribuir, e muito, para a descontinuidade das iniciativas de ocupação do solo na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi o advento da Revolução Farroupilha (1835-1845), que, ao longo de dez anos de conflito, colocou os sulinos, capitaneados pela elite dos estancieiros gaúchos, em oposição ao governo centralizador do Império. A disputa que inicialmente se estabeleceu por contrariedade à política fiscal do Império que impunha pesadas taxações e impostos sobre o principal produto da região, o charque, acabou sendo conduzida para uma tentativa de separação do território. De fato, em 1836, os rebeldes comandados pelo general Bento Gonçalves (1788-1847), um de seus principais líderes, proclamaram a República de Piratini, que também ficou conhecida como República Rio-Grandense, mas que oficialmente nunca foi reconhecida pelo governo imperial e acabou dissolvida ao final do conflito pelo Tratado de Poncho Verde, em 1845. Em 1839, em uma tentativa de expansão do conflito, um grupo liderado pelo general David Canabarro (1796-1867) com a ajuda do italiano Giuseppe Garibaldi, funda a República Juliana na então Província de Santa Catharina, que teve curta duração e logo foi retomada pelas tropas imperiais.





**Imagem 12** – Cartografia datada do ano de 1942, que identifica a área territorial da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no ano de 1822, formada, à época, por 8.204 léguas divididas entre cinco municípios: Cachoeira, o maior, Rio Grande, Porto Alegre, Rio Pardo e Santo Antônio. A ocupação inicial se deu por intermédio de portugueses com o acréscimo de Açorianos, que aportaram em Rio Grande a partir do ano de 1751. A ocupação, com o objetivo de colonização, visava desenvolver o enorme potencial agrícola e pecuário que as vastas terras ao sul, no pampa rio-grandense, ofereciam. A Real Resolução de 27 de abril de 1809 estabeleceu as então povoações de Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio como Vilas da Capitania de São Pedro, portanto sedes dos primeiros municípios do Estado. Com o decorrer do tempo, estes tornar-se-iam os centros urbanos mais importantes na Província (RIO GRANDE DO SUL, 2002).

**Fonte:** IHGRGS - Instituto Histórico Geográfico Rio Grande do Sul.

A figura emblemática e a história das lutas e dos ideais revolucionários do italiano Giuseppe Garibaldi, como já mencionado anteriormente, permaneceram conectadas, de certa forma, à história dos imigrantes italianos que posteriormente vieram a se estabelecer naquelas terras, contribuindo para que fosse estabelecida

uma conexão entre o mito aventureiro, desbravador e revolucionário, do italiano Garibaldi, e o mito fundador, do imigrante, símbolos de uma comunidade etnicamente identificada. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, contrários ao poder absoluto dos impérios, preconizados pelo Iluminismo (à luz da razão e do conhecimento) e pela Revolução Francesa, se espalhavam por todos os continentes, provocando muitos conflitos em diversas nações. Também foram esses os ideais que embasaram o movimento revolucionário farroupilha cujo lema era composto pelas mesmas aspirações.

### **1.3.3. Novos caminhos para a política de colonização**

A partir de 1848 tem início uma nova fase do processo de colonização das terras nacionais, com a retomada pelo governo imperial da política de ocupação do solo. Desta vez as decisões permaneciam vinculadas diretamente à análise do Parlamento, estabelecido por Dom Pedro II através do Decreto nº 523 de 20 de julho de 1847, o que determinou uma nova visão sobre o processo imigratório, mais democrática e em acordo com a realidade econômica nacional. Foram revistas as questões relativas aos custos desse processo, anteriormente bancados inteiramente pelos cofres imperiais. Desta forma foi proposta pela Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848, que as províncias assumissem também, dividindo com o império, a tarefa da colonização das áreas de terras devolutas e a inserção de mão-de-obra não escrava nas lavouras de café. Através desta legislação, o governo imperial “concedeu às províncias as terras necessárias à colonização” (MANFROI, 2001, p. 36), cedendo, a cada uma delas, trinta e seis léguas quadradas de terras devolutas.

Conforme informa Iotti (IOTTI, 2010, p. 46), “a falta de recursos dos governos provinciais fez com que se associassem à iniciativa privada, estimulando a criação e a atuação de companhias de colonização”, interessadas nos benefícios dessa atividade. Muitas dessas que, mais adiante, seriam responsáveis por campanhas internacionais de propaganda enaltecendo, muitas vezes de forma

enganosa, as facilidades, oportunidades e benesses do país em terras italianas, o que muito contribuiu para a decisão de milhares de colonos de partir da Itália para se estabelecerem no Brasil, considerado por eles (e alimentado pela ação publicitária) o “País da Cocanha”<sup>32</sup>. É claro que o Brasil, apesar de enfrentar diversos problemas administrativos decorrentes, muitas vezes, das próprias dificuldades de gerenciamento de tão vasto território, possuía, justamente por sua extensão territorial, muitas oportunidades que careciam de quem as quisessem explorar. A escolha de emigrar para esse destino era, de certa forma, compreensível, pois, segundo Villa,

(...) o território brasileiro apresentava, desde sempre, um contraste extraordinário. Por um lado, as grandes riquezas naturais (ouro, diamantes, minerais em quantidade colossal); por outro, uma extrema pobreza de mão-de-obra, suficiente apenas para dar conta das necessidades primárias. Um espaço tão grande quanto a Europa, com a população concentrada em dois centros urbanos, distribuída ao longo de costas e rios intermináveis, com regiões vastíssimas completamente desabitadas” (VILLA, 2002, p. 119).

A essa realidade geográfica e social, e estabelecidas as ações provinciais através do auxílio das companhias de colonização, dois outros fatores vieram a se somar aos esforços de atração de imigrantes: a promulgação da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, proibindo definitivamente o tráfico e a entrada de escravos no território nacional e da Lei nº 601, de 18 de setembro do mesmo ano, denominada Lei de Terras, que criou a Repartição Geral das Terras Públicas com o objetivo de se ocupar de todas as questões legais referentes à imigração. Regulamentada para execução somente quatro anos após ser redigida, através do Decreto nº 1318, de 30 de janeiro de 1854<sup>33</sup>, a Lei de Terras

---

<sup>32</sup> Sobre esta denominação e assunto, é possível verificar maiores informações que se encontram pontuadas ao longo das primeiras páginas deste estudo.

<sup>33</sup> O Decreto nº 1318 datado de 30 de janeiro de 1854 dispõe sobre a regulamentação da Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850, a chamada Lei de Terras, determinando sua imediata execução. Tal decreto vem assinado por Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, então Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, sob o qual a Repartição Geral das Terras Públicas ficaria subordinada. Esta repartição tinha como objetivo organizar, dirigir a medição, divisão e descrição das terras devolutas, bem como tratar da conservação, fiscalização, venda e distribuição dessas terras, além de propor e executar medidas relativas à colonização. (BRASIL, 1854).

(...) definiu a significação de terras devolutas, suprimiu a gratuidade de lotes aos colonos, estabelecendo como único título de posse a compra. Criou a Repartição Geral das Terras Públicas que teria a seu cargo a delimitação, divisão e proteção das terras devolutas e a promoção da colonização nacional e estrangeira. Conferiu aos colonos estrangeiros, proprietários de terras, a naturalização de direito, após certo tempo de residência, e a dispensa do serviço militar (LAZZARI, 1980, p.34).

O estabelecimento desta Lei, conforme observa Iotti (IOTTI, 2010, p. 48), trouxe benefícios entre os quais o fim da apropriação privada das terras públicas tendo em vista que a partir daquele momento elas seriam comercializadas e não mais distribuídas, porém intensificou o processo de “rapinagem do patrimônio fundiário nacional, já que permitia o reconhecimento da posse da terra, brecha por onde penetravam os grandes proprietários, para reconhecer terras que se apresentavam como pretensamente ocupadas”. Por outro lado, permitia a continuidade das ações colonizadoras iniciadas por D. João VI e da política de ação dos grandes fazendeiros, com a facilitação do acesso dos mesmos à contratação de mão-de-obra para as lavouras. Apesar dos esforços realizados no sentido de atrair um número maior de imigrantes para o território nacional, os índices permaneciam abaixo do esperado. Por esse motivo, através do Decreto nº 3.784 de 19 de janeiro de 1867, outros benefícios foram criados, conferindo inúmeras vantagens aos colonos europeus como “a compra a crédito do lote rural em um prazo de 10 anos, viagem gratuita até a colônia, ajuda em espécie e em material durante os primeiros tempos, assistência médica e religiosa” (MANFROI, 2001, p.37). A atração de imigrantes também era, para a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um desejo que se expressava como uma aposta no sentido do encontro de soluções para intenções diversas. A imigração viria atender, conforme informa Pesavento,

(...) os interesses relacionados com o povoamento e colonização de áreas ainda virgens e com a possibilidade de que núcleos de pequenos proprietários agrícolas pudessem vir a neutralizar, pelo seu peso, o poder da oligarquia regional; (...) a perspectiva da diversificação da estrutura produtora, contribuindo para o abastecimento interno do país e amenizando o desnível da balança comercial causado pelo grande peso das importações de alimentícios (PESAVENTO, 1994, p. 25).

Duas empresas foram contratadas no ano de 1872 pela Província para a introdução de quarenta mil imigrantes em um prazo de dez anos em suas terras, a

Caetano Pinto & Irmãos e a Holzweissig & Cia. Tendo em vista o êxito obtido em decorrência do estabelecimento de imigrantes predominantemente alemães durante a primeira fase imigrantista para a Província, procuraram seguir a orientação de continuar a capitanear cidadãos alemães para a ocupação das áreas coloniais. Porém as dificuldades impostas pelo governo Alemão, que não concordava com a continuidade do tráfico de escravos para o Brasil e outras dificuldades legais como o não reconhecimento pelas leis brasileiras do matrimônio entre protestantes e as dificuldades para a obtenção da naturalização, dificultaram esse processo (AZEVEDO, 1982, p. 56). Mesmo cedendo às pressões populares contra a continuidade do tráfico de escravos para o Brasil e promulgando, em 1871, a Lei do Ventre Livre, o governo imperial continuava a fechar os olhos para os desembarques, ainda constantes, de africanos escravizados nos portos do Rio de Janeiro. Muitos dos imigrantes que entraram no Brasil durante essa fase vieram por iniciativa da propaganda realizada pelo próprio governo provincial e não propriamente pelas firmas contratadas pelas províncias. Mesmo assim, em um decreto governamental de 1874, o império aprovou um novo contrato com a Caetano Pinto & Irmãos para a introdução de um total de cem mil imigrantes europeus no país, o maior número esperado até então, desde que fossem “agricultores sadios, laboriosos e moralizados” (AZEVEDO, 1982, p. 57). Em um momento em que o Brasil se organizava para a promoção de importantes mudanças que visavam à sua modernização, “era opinião largamente seguida em todo o País que o Brasil necessitava, para o seu progresso, do concurso de “mão-de-obra livre”, o que significava moderna, civilizada, europeia e acima de tudo branca e não escrava” (AZEVEDO, 1982, p. 51-52). Segundo as considerações de Azevedo,

(...) obedecia esse plano ao que parece, à idéia de que os trabalhadores de “origem germânica” ou de cultura dessa orientação – daí a menção de italianos do norte que haviam estado sob dominação e influência austríaca – seriam, por vários motivos, os mais convenientes. Desse modo se explica, sobretudo no caso do Rio Grande, que já tinha a frutuosa experiência da colonização alemã, a vinda de italianos das províncias setentrionais” (AZEVEDO, 1982, p. 57).

Com o aumento significativo na corrente migratória para o país e o seu conseqüente fortalecimento, fatores verificados a partir do ano de 1874, a maioria

das prerrogativas do decreto anterior foram extintas em 1879. De todos os privilégios prometidos aos colonos, conforme observa o filósofo e sociólogo Olívio Manfroi, o governo geral

(...) só conservou a venda do lote à crédito e substituiu o pagamento de subsídios para alimentação dos colonos no primeiro ano do seu estabelecimento pelo trabalho remunerado, 15 dias por mês, na construção de estradas. A concessão de sementes e instrumentos agrícolas foi suprimida, retomada, modificada, continuou sempre incerta. Em todas as colônias, conservou-se uma comissão encarregada da divisão e distribuição dos lotes aos colonos. Foi esse o regime de abandono que conheceu a maioria dos imigrantes italianos, enviados pelo governo geral e acolhidos pelas autoridades provinciais (MANFROI, 2001, p. 57-58).

Mesmo diante da supressão de diversos benefícios, o fluxo de imigrantes permaneceu constante e fortalecido, principalmente para o sul do Brasil, onde, até meados de 1889, é verificada uma maciça presença de italianos (IOTTI, 2010, p. 52) procedentes sobretudo da região do Vêneto italiano. Esses imigrantes passaram a ser acomodados no território cedido à Província que incluía “duas glebas de quatro léguas quadradas cada uma, em que foram logo criadas as Colônias de Conde d’Eu e Dona Isabel (...) de acordo com um informe de 1873” (AZEVEDO, 1982, p. 49). No ano de 1875, o governo geral cria um novo núcleo colonial com cerca de quinze léguas quadradas ao leste daquelas primeiras colônias e a denomina Fundos de Nova Palmira, a qual foi rebatizada, em 1877, Colônia Caxias, “destinada a tornar-se o centro da colonização italiana (MANFROI, 2001, p. 56) naquela região.

#### **1.3.4. Os italianos se estabelecem na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**

Cronologicamente os alemães foram os primeiros europeus a imigrarem para o sul do Brasil para se estabelecerem na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um território geograficamente dividido entre os extensos latifúndios

localizados ao sul, na campanha, florescentes cidades ao centro-leste, junto à bacia hidrográfica que compõem o Guaíba, densas matas subtropicais que cobriam os contrafortes do planalto ao nordeste e os campos de cima da serra, também povoados por grandes propriedades rurais. Conforme as observações de Manfroi (MANFROI, 2001, p. 51), àquela época, “as melhores terras (...) estavam ocupadas pela população luso-brasileira e pelos colonos de origem alemã”, que começaram a chegar a partir do ano de 1824.

A população luso-brasileira se estabeleceu, de preferência, na capital na campanha meridional. A defesa do território contra as incursões espanholas, a facilidade de comunicação e a riqueza natural dos pampas determinaram essa ocupação. O Território das Missões, como os Campos de Cima da Serra foram também ocupados por essa população, cuja principal atividade era a criação de gado. A colonização alemã ocupou toda a planície dos vales do rio Caí e dos Sinos, parando nos primeiros contrafortes da Serra em Nova Petrópolis e Feliz, Santa Maria da Soledade e Maratá, tendo como principais centros São Leopoldo, Novo Hamburgo e Montenegro. Espalhou-se rapidamente ao longo dos rios navegáveis em direção ao Oeste, evitando a escalada abrupta da Encosta da Serra. A parte superior (...), situada entre os Campos de Cima da Serra, ao norte, e as colônias alemãs do sul, estava ainda deserta em 1870. Os colonos alemães tinham chegado somente até os primeiros contrafortes da serra, a 300 metros de altitude. Além, dominava a floresta virgem, densa e impenetrável, a serra abrupta que cortava o Rio Grande do Sul de leste a oeste, em dois territórios distintos (MANFROI, 2001, p. 53).

Aos germânicos, como informado, foram destinadas áreas mais próximas aos núcleos urbanos já consolidados, acessíveis através dos rios que compõem a bacia hidrográfica do Guaíba e que configuravam as principais vias de transporte utilizadas na época. Essa proximidade locacional fez com que estes colonos, preservando sua língua e cultura próprias, tivessem a oportunidade de experimentar maior interação com os habitantes locais, diferentemente do que ocorreu, em um primeiro momento, com os imigrantes italianos, aos quais foram destinadas terras de difícil acesso e pouco ou quase nada povoadas, em localização “isolada do Rio Grande do Sul real” (MANFROI, 2001, p. 51). Manfroi refere-se aqui a uma parte territorial da Província que ainda não possuía ligação franca com os demais núcleos urbanos existentes, na qual estava idealizada a ocupação baseada em pequenas propriedades e na agricultura familiar (Imagem 13).



**Imagem 13** – Cartografia datada do ano de 1950 que localiza geograficamente, em parte do território do Rio Grande do Sul, as áreas de colonização Açoriana, Alemã e Italiana, com a indicação de suas principais cidades. Por ordem cronológica, as primeiras ocupações do solo se deram pelos açorianos, posteriormente os alemães e, por último, os italianos. Isso também se torna mais claro de observar se for levado em consideração as distâncias relativas à Capital da Província. Aos primeiros ocupantes foram sendo destinadas as terras mais próximas.

**Fonte:** PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (Org.). *Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Revista O Globo, 1950.

Importante ressaltar, conforme já mencionado na Introdução deste estudo, que o ano de 1875 é considerado o marco inicial e oficial da colonização italiana no Estado do Rio Grande do Sul. Porém alguns autores (PELLANDA, 1950; BACCA, 2019; DE BONI; COSTA, 1979) consideram o ano de 1870 como a data mais correta



para o início desta contagem, tendo em vista que alguns núcleos, como mencionado anteriormente, já se encontravam demarcados e oficialmente fundados - Colônias de Conde d'Eu e Dona Isabel – recebendo um pequeno, mas inicial, fluxo de imigrantes. Segundo informa a socióloga e historiadora Vânia Beatriz Merlotti Herédia:

(...) o núcleo de Conde D' Eu e de Dona Isabel foram as primeiras colônias provinciais a serem organizadas no ano de 1870, criadas pelo Ato de 24/05 daquele ano pelo presidente da Província João Sertório. Essas colônias apresentaram uma série de dificuldades para serem povoadas. Em 1871, os sintomas do fracasso da ocupação dessas terras era visível, pois apenas 37 lotes haviam sido ocupados em Conde D' Eu e nenhum em Dona Isabel (HERÉDIA, 2011, s/p).

Reforçando a tese de que a histórica data considerada inicial para a chegada de imigrantes italianos ao estado poderia não ser 1875, o antropólogo e historiador Thales de Azevedo (AZEVEDO, 1982, p.107) acredita “não haver dúvida quanto à presença de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul antes de 1875”. Efetivamente, porém, a chegada dos primeiros colonos italianos àquelas e outras localidades ocorreria com intensidade a partir do ano de 1875, quando então também é demarcada, em terras limítrofes à Conde D'Eu e Dona Isabel, a primeira das dezessete léguas quadradas que seriam destinadas à terceira Colônia fundada na região, a Colônia Caxias. Na Primeira Léguas, na localidade conhecida como Nova Milano, hoje distrito pertencente ao município de Farroupilha, foi estabelecida a sede da Diretoria da Colônia e o primeiro alojamento provisório onde os imigrantes permaneciam o tempo necessário para serem encaminhados aos seus lotes.

Durante o longo período de adaptação experimentado pelos imigrantes e por seus descendentes, ocorreu paulatinamente a interação entre culturas distintas, entre elas aquelas representadas pelos povos portugueses, alemães e indígenas, e a assimilação de costumes, tradições e práticas diferentes daqueles trazidos da Itália e os aqui encontrados. Como resultado, formaram-se na região nordeste do Estado, comunidades de cidadãos identificados com sua origem italiana, mas também com a cultura do país que os acolheu. A propriedade da terra, objetivo que muitos desses imigrantes almejava conquistar no país onde recomeçariam suas vidas foi um dos

principais fatores para o sucesso alcançado pelo projeto imigrantista imperial. Pode-se afirmar ainda, conforme Herédia, que

(...) o resultado do processo de colonização foi extremamente original, uma vez que os italianos trouxeram de seu país uma soma de experiências que permitiu a construção da nova sociedade, baseada nas condições naturais encontradas e no forte desejo de vencer. A posse da terra foi o grande estímulo do querer progredir e a luta pela manutenção da propriedade, sustentada pela força familiar, permitiu a esse imigrante transformar o núcleo colonial numa zona de comércio e indústria. (...) A identidade enfraquecida pelo abandono da pátria renasce como reprodutora de uma cultura a ser valorizada nas gerações subsequentes (HERÉDIA, 1997, p.50).

E é esse “renascimento cultural”, ocorrido a partir da reterritorialização desses imigrantes ainda identificados com o lugar de partida, que acabou por expressar, em solo brasileiro, os traços e as marcas de uma cultura milenar, mesclada com os acréscimos dos novos elementos locais e que foi sendo paulatinamente construída e transmitida aos seus descendentes.

## **CAPÍTULO 2. TERRITÓRIO, ESPAÇO E LUGAR: O LÓCUS DE UMA ITALIANIDADE**

Este Capítulo tem como objetivo apresentar as conceituações acerca do “lugar”, aqui definido como o ambiente modificado a partir da interação do homem com o espaço, materializado pelas atividades por ele impostas à natureza, ao longo do tempo, demonstrando como este meio físico e social se torna elemento indissociável da expressão cultural daqueles que nele habitam, sendo, portanto, referência de pertencimento, de memória e do imaginário individual e coletivo. Da mesma forma situar, dentro de um contexto histórico que considera o espaço e o tempo como fatores preponderantes, a italianidade como marca identitária vinculada às comunidades formadas por italianos e seus descendentes. Essa marca, que também incorpora em sua definição o sentimento de pertencimento de um indivíduo, ou grupo de indivíduos, para com a sociedade da qual faz parte, está diretamente e intrinsecamente, vinculada às práticas, aos costumes, às sociabilidades, às representações sociais que tem no lugar, o espaço físico, o ambiente real onde todos estes se processam, como decorrência de um conjunto de expressões de uma cultura peculiar.

O espaço é geográfico, composto por atributos físicos e espaciais, representados pelos elementos que a natureza lhe confere e as características morfológicas que a ele são peculiares, como forma, textura, volumes. Porém, para que um espaço se constitua em lugar, é preciso que nele ocorra a inserção de um componente, o mais importante, representado pelo ser humano. A presença do homem e a interação com os seus pares, atributos da sociabilidade, transforma o espaço em lugar. E esta construção, que literalmente acontece em paralelo com a materialização deste ambiente, através da urbanização e da produção arquitetural, ocorre naturalmente ao longo do tempo, proporcionando que com isso sejam criados os laços de vinculação necessários para que o lugar adquira um “caráter” próprio daqueles indivíduos que ali habitam.

A urbanização está aqui entendida como um processo econômico, social, político e cultural, que induz a criação de cidades como uma forma de representação dos interesses coletivos, “expressos pelo poder, pela classe dominante ou ainda

pelas crenças e mitos, enfim, pela própria sociedade” (SOUZA, in: SOUZA; PESAVENTO, 2008, p. 108). Ela não reflete somente técnica e cientificidade, o avanço e o progresso, a industrialização, a infraestrutura, mas a cultura e os costumes de uma determinada sociedade em seu território. Ao colocar o Urbanismo no campo de discussões relacionadas à representação social, Souza salienta ser necessário, para tanto, estabelecer algumas aproximações conceituais interdisciplinares com a história, a filosofia, a antropologia e a geografia, apenas para citar alguns exemplos.

A filosofia auxilia na compreensão de como uma sociedade se imagina e se representa através de códigos sociais e expressões culturais próprias. Estes códigos e expressões são compartilhados, de forma imaterial e sensível, por uma grande parte dos indivíduos que a compõem, de forma a estabelecer certas condutas de comportamento que conformam e alimentam o seu imaginário como coletividade, ou seja, o seu imaginário social. Mas que também expressam, de forma material e concreta, na construção das cidades e dos seus espaços de sociabilidade. Cada coletividade, em um espaço e tempo determinados, constrói para si um sistema de representações que as identifica e que regula a vida em sociedade. Essas representações se alteram ao longo dos anos, pois, se o passado não muda, o presente modifica, a cada geração, a forma como ele é visto. Pesavento complementa, neste sentido, o entendimento de que

(...) todas as sociedades, ao longo de sua história, elaboram para si um sistema articulado de ideias e imagens de representação coletiva, através do qual constroem sua identidade. Articula-se assim todo um imaginário social que inclui uma visão sobre o passado, a construção de personagens-símbolos e a atribuição de valores, características e hábitos a povos que habitam uma determinada região (PESAVENTO, in: KERN, 1993, p.17).

A construção das identidades individual ou coletiva, portanto, perpassa por esse sistema articulado de ideias e imagens de representação, inserindo-se neste contexto, também como fruto do conjunto de representações decorrentes do imaginário social que encontram na cidade, e também no território, um lugar de excelência, “que melhores condições tem de produzir um ambiente fértil para o

desenvolvimento das ideias, imagens e das representações” (SOUZA, in: SOUZA, PESAVENTO, 2008, p. 109).

Através dos diversos olhares com que a sociedade a vê, das múltiplas opiniões que ocorrem no seu meio, dos vários conceitos e preconceitos que se estabelecem, dos símbolos que se criam, e também por ser o *locus* do poder, é que a cidade é a projeção no espaço físico, do *imaginário social* (SOUZA, in: SOUZA; PESAVENTO, 2008, p. 109).

É possível “ler” a cidade, da mesma forma que também é factível a “leitura” do lugar, entendendo suas formas e conteúdo, mas esse ato, como afirma Souza, não deve ficar apenas na superficialidade de sua materialidade. É preciso aprofundar o olhar para compreender, através da associação e do desvelo, o pensamento que está por trás de suas representações. A “leitura” atenta da cidade, e aqui ampliada também para o território, principalmente aquela que se faz através do patrimônio cultural neles preservado, orienta a compreensão das características sócio culturais da sociedade que os produziu, remetendo o pensamento a um tempo que não mais existe, mas que se encontra, de certa forma, presentificado em suas materialidades e através da sua manutenção. Mediante essa análise se descortinam as diversas relações que podem ser produzidas entre o homem e o seu lugar, como os sentimentos e vínculos de pertencimento e de identificação do cidadão para com o seu ambiente, determinados, em grande parte, pela materialidade da urbe, dos vilarejos e povoados e pela sociabilidade neles praticada, ambas vinculadas à memória e ao imaginário.

A modernização que transforma e altera constantemente o acervo edificado dos lugares, em ações constantes de construção e demolição, é responsável pela eliminação de muitas das referências ali existentes, mas também é igualmente responsável pela alteração de outras tantas. Portanto, a salvaguarda do patrimônio cultural que se refere a um passado e a uma cultura específicos, se faz necessária para que os elos de ligação entre os indivíduos e o “seu lugar” não sejam rompidos, permitindo que sua manutenção e presença continue reforçando e alimentando a memória coletiva.

O entendimento de uma identidade étnica, no caso aqui, de uma italianidade vinculada à cultura da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul, que pode se manifestar e se apresentar de diferentes maneiras em razão das relações estabelecidas com o ambiente onde se revela, logra, da mesma forma, perpassar pela preservação de um conjunto de referenciais existentes dentro de um espaço social, cenário de sociabilidades, e pela criação de “lugares de memória”, guardiões das lembranças e dos objetos comuns a todos os indivíduos pertencentes àquele grupo. A eminência da perda desses importantes elementos que compõem o lugar, faz com que sejam intensificadas, em determinados períodos, as ações de proteção patrimonial.

## **2.1. A ação do homem sobre a natureza: o lugar como espaço de construção social**

*“Qual é o meu lugar? É o endereço das minhas contas? O que está marcado nas minhas fotos? Ou é o mundo inteiro? É o meu mundo particular? É onde vive quem eu amo? Ou onde eu mais amo viver? É exatamente onde eu estou agora? Ou onde estão meus sonhos? Meu lugar não é um número, um nome de rua ou uma coordenada. Meu lugar é onde eu sinto que faço parte. Quando falam do meu jeito, eu estou no meu lugar. Quando eu revisito e reinvento tradições, eu estou no meu lugar. Quando eu participo da conversa, eu estou no meu lugar. Quando eu acompanho minhas paixões, eu estou no meu lugar. Quando eu vivo os meus rituais, eu estou no meu lugar. Quando eu me conecto com todos os assuntos que fazem a diferença na minha vida, eu estou no meu lugar”<sup>34</sup>*

A campanha publicitária intitulada “Qual é o meu lugar?”, e veiculada pelo Grupo RBS, empresa brasileira de comunicação multimídia, em setembro de 2020, comemorava os três anos do lançamento de sua plataforma digital e que, a partir daquela data, passaria a ser denominada com a sigla GZH, correspondente à fusão dos portais digitais da Rádio Gaúcha e Jornal Zero Hora. Como justificativa, segundo

---

<sup>34</sup> Campanha publicitária intitulada “Qual é o meu lugar?”, realizada pela agência EscalaCity+ para o Grupo RBS, Rede Brasil Sul de Comunicação, no mês de setembro de 2020, em comemoração aos três anos de aniversário da plataforma digital GZH, antiga Gaúcha ZH. Disponível em: <http://www.gruporbs.com.br/noticias/2020/09/04/gzh-o-meu-lugar-em-qualquer-lugar-a-partir-de-um-novo-posicionamento-gauchazh-traduz-conexao-com-o-publico/>. Acesso em: 10 out. 2020.

o comunicado do grupo, estava o desejo de implementar uma forma mais simples e digital de comunicação com os seus clientes. Baseada no conceito “GZH. O meu lugar. Em qualquer lugar” e materializada através de elementos de identidade visual recriados em imagens captadas no Rio Grande do Sul e no exterior, a peça publicitária explorava a questão da facilidade com que os meios de comunicação digitais se oferecem cada vez mais aos usuários, desconstruindo o sentido de lugar como uma condição meramente geográfica. A plataforma, para quem dela uso fizesse, transformava-se no lugar da comunicação de seu interesse, independente do lugar onde estivesse, sendo que para isso somente era preciso acessá-la de um dispositivo qualquer conectado à rede mundial de computadores. Desta forma, através dela, o “seu lugar” e o mundo, passavam a estar em suas mãos.

Este conceito, conforme a definição de seus idealizadores, que pretendeu transmitir e reforçar a tendência de constante inovação nos meios de comunicação, vem ao encontro do atual momento histórico que permite a todas as pessoas, mediante dispositivos conectados à rede mundial de computadores, um rápido e facilitado acesso a qualquer tipo de comunicação ou serviço *on line*. Cenário este que se concretiza como decorrência da globalização que impulsiona e é impulsionada pelos constantes avanços tecnológicos. O sociólogo Stuart Hall (HALL, 2005, p.67) a identifica e a sintetiza sob a alcunha de “um complexo de processos e forças de mudança”. Citando Anthony McGrew, cientista político de origem britânica, Hall complementa esta conceituação, indicando que o termo Globalização

(...) se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL, 2005, p.67).

Cada vez mais o mundo vem se transformando virtualmente em um lugar sem fronteiras, pelo menos no que se refere ao compartilhamento de dados, informação, conhecimento e difusão cultural. A velocidade com que são realimentados e disseminados os conteúdos, gera uma multiplicação praticamente infinita, de acesso imediato e de rápida absorção.

A peça publicitária, porém, suscita outras indagações e questionamentos, razão pela qual aparece aqui mencionada. Questões como o motivo pelo qual se deveria utilizar aquela plataforma específica e não de outra para o acesso à informação, a importância do lugar de onde o usuário a acessa e, conseqüentemente, de onde está sendo produzida ou gerada a informação por ela divulgada, levando-se em consideração que hoje, virtualmente é possível conectar-se ao mundo através de diferentes lugares, de diferentes dispositivos e de diferentes facilidades digitais que assim o permita e, por último, qual seria mesmo esse lugar tão singular do qual se estaria falando. Todas essas questões, quando analisadas sob a ótica da identificação social e do pertencimento, contribuem para o entendimento acerca dos questionamentos propostos para a discussão nesse trabalho.

Importante considerar aqui que a conceituação de “lugar” vem adquirindo, ao longo dos anos, contribuições cada vez mais elaboradas no sentido de complementar o seu entendimento. São elas frutos da multiplicidade de elementos e do diversificado número de disciplinas que concorrem para a sua melhor compreensão, pois para esse conceito, como afirma o arquiteto Lineu Castello (CASTELLO, 2005 p.2), “não há uma definição única com a qual *definir* lugar: lugar é daqueles conceitos que, como “paixão”, tem sua definição prejudicada quando posto em palavras”. A paixão, esse sentimento avassalador para o qual não se encontra facilmente uma definição textual, talvez possa ser a mais adequada, entre as muitas manifestações de caráter sensível ao qual se poderia recorrer, para designar o lugar onde se vive, onde se habita e onde se praticam as relações sociais em comunidade, desde que corroborado pela condição de plena satisfação e felicidade por sentir-se dele parte integrante, ou mesmo partícipe.

Lugar pressupõe, portanto, espaço habitado, ou seja, transformado ou criado pela ação do homem, ao passo que espaço, em oposição, pode ser definido como a “distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados” (CUNHA, 1982, p.320), excetuando-se, portanto, a presença humana. A inclusão do fator humano na conceituação de lugar, determina que sejam levadas em consideração as muitas relações que, a partir dessa integração, são passíveis de estímulo. Entre elas a sua valoração, como fator determinante de identidade, através das muitas percepções que, individual ou coletivamente, as pessoas têm, ou virão a



ter dele. A presença de impulsos ambientais, segundo Castello, é que irá fornecer as bases para o desenvolvimento dessa percepção:

(...) estímulos das mais diversas naturezas, emitidos a partir de fatos ambientais que guardam relação não só com a natureza objetiva e material dos elementos do ambiente, como igualmente com a sua natureza subjetiva – imaterial e imponderável. E – substancialmente – expressos como produto das interações entre as pessoas e o ambiente (CASTELLO, 2005, p.15).

Fruto da ação do homem sobre o território e da contínua relação estabelecida entre ambos, o lugar congrega sob o seu manto as múltiplas expressões culturais, materiais e imateriais, resultantes dessa interação e que se fazem presente, de maneira muito clara, na sua identificação e conceituação. Lugar, portanto, é um espaço de construção social (HARVEY, 1996) e deve, portanto, ser entendido tanto como localização quanto como configuração de permanências, fruto das diferenças históricas e geográficas socialmente construídas ao longo do tempo, mediante processos dinâmicos específicos, contidos e expressos dentro de um processo global.

Marc Augé (AUGÉ, 2012, p. 31), antropólogo francês, traz à conceituação de Lugar uma relevante contribuição: a definição dos “não lugares”, também estes criados pela ação e presença do homem, mas que podem possibilitar a sensação da individualidade e da não sociabilidade entre aqueles que neles se encontram presentes. Estes, conforme o autor, são lugares “não antropológicos”, em clara oposição aos “lugares antropológicos”<sup>35</sup>, desprovidos, desconsideradas opiniões e considerações contrárias, de uma relação simbólica com quem ali se encontra. São ambientes resultantes da simples necessidade da criação de grandes estruturas, própria do mundo contemporâneo e da “aceleração” da história, que preconiza constantes transformações espaciais, gerando as necessidades de mobilidade social, de trocas de bens e serviços, de grande fluxo de informações e do “excesso” de espaço para comportar tais atividades. Segundo o autor,

---

<sup>35</sup> Segundo as considerações do autor, o termo “lugar antropológico” fica reservado “àquela construção concreta e simbólica do espaço que não poderia dar conta, somente por ela, das vicissitudes e contradições da vida social, mas a qual se referem todos aqueles a quem ela designa um lugar, por mais humilde e modesto que seja (...) tem escala variável (...) tantos lugares cuja análise faz sentido, porque foram investidos de sentido, e porque cada novo percurso, cada reiteração trivial, conforta-os e confirma sua necessidade” (AUGÉ, 2012, p. 51)

(...) os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são alojados ou refugiados do planeta. (AUGÉ, 2012, p.36).

Porém, ao mesmo tempo que tais espaços possam, de certa forma, não apresentar sentido para alguns, proporcionando a quem neles circulam uma sensação de anonimato e solidão, de presença em um mero ambiente de passagem, para outros, segundo admite o autor, eles possuirão todo um significado, tendo em vista que são nestes ambientes que eles desempenham suas atividades cotidianas e essenciais. Neste sentido, segundo Augé (AUGÉ, 2006, p. 116), pode-se admitir que “o não lugar de uns (...) seja o lugar de outros”.

Neste estudo, contudo, o olhar sobre o espaço está voltado para aquele que foi convertido em “lugar antropológico”, que pressupõe, portanto, que sobre ele esteja estabelecida a presença do homem, mediante sua ocupação, sociabilidade e consequente transformação do que antes se constituía em um ambiente natural desabitado. Está associado à ideia de região ou de localização geográfica, mas sua compreensão vai muito além da possibilidade de considerá-lo apenas como uma soma de objetos conectados aleatoriamente. Espaço e lugar são termos cognatos que possuem definições semelhantes e uma diferença fundamental: a presença do homem. Etmologicamente, espaço (do latim *spātium*), significa “distância entre dois pontos, ou a área ou o volume entre limites determinados” (CUNHA, 1997, p. 320). Lugar (do latim *locālis*, de *locus*), é “o espaço ocupado, localidade, cargo, posição” (CUNHA, 1997, p. 482), definição que Ferreira amplia para “1. Espaço ocupado; sítio. 2. Espaço. 3. Sítio ou ponto referido a um fato. 4. Ambiente. 5. Povoação, localidade, região ou país” (FERREIRA, 2008, p. 319). Analisando-se a relação entre os dois conceitos, compreende-se que lugar, assim como Harvey o identifica, é o espaço ocupado pela presença do homem, no qual ele decide habitar, construir o seu espaço de abrigo, o seu lar, e de sua família, e realizar a prática de suas atividades.

Na língua portuguesa habitar significa “1. Ocupar como residência, residir. 2. Tornar habitado” (FERREIRA, 2008, p. 273), indicando, portanto, a escolha por um local de moradia e o desejo de apropriação daquele espaço para o desempenho de

atividades essenciais, incluindo aí as sociabilidades. A arquitetura, como já mencionado, desempenha um papel fundamental na ocupação territorial. Através do conhecimento e da sua prática, o homem consegue obter proteção contra as forças da natureza que sobre ele atuam, estabelecendo com isso a construção de uma sequência de espaços, fechados ou abertos, que lhe permite viver em segurança ao mesmo tempo que executa suas tarefas cotidianas relacionadas ao trabalho e ao sustento. Ao escolher determinado local para se estabelecer, o homem passa a fazer parte deste ambiente, como elemento indissociável.

O arquiteto e teórico norueguês Christian Norberg-Schulz (NESBITT, 2006, p.433) identifica, através de estudos baseados na corrente filosófica da fenomenologia<sup>36</sup>, “o potencial fenomenológico na arquitetura como a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos”. Sendo uma expressão da cultura e do conhecimento humanos na construção de espaços adequados às funções e necessidades do habitar e conviver, a arquitetura se reveste de símbolos e técnicas impressas na sua materialidade, como resultado de uma totalidade de capacidades e competências apreendidas ao longo do tempo. Em conjunto, essa materialidade dá forma ao ambiente urbano, criando espaços, abertos ou fechados, que provocam as mais diversas sensações aos usuários que nele se encontram. A presença do homem e a percepção que dele é feita, transformam esses espaços em lugares. Ao demonstrar essa relação, o autor complementa o seu pensamento lembrando que o mundo cotidiano que se estabelece para o viver fundamenta-se em fenômenos concretos, compostos por elementos como “pessoas, animais, flores, árvores e florestas, pedra, terra, madeira e água, cidades, ruas e casas, portas, janelas e mobílias” (NORBERG-SCHULZ, in: NESBITT, 2006, p. 444). Além destes, o autor também destaca os elementos menos tangíveis, mas nem por isso menos importantes, como os sentimentos e todas as relações de sensibilidade que se constroem cotidianamente.

---

<sup>36</sup> A Fenomenologia é um modo de pensamento filosófico que se ocupa dos fenômenos que são experimentados pelos seres humanos ao longo de suas vidas. Através da observação e estudo destes fenômenos é possível aproximar-se das verdades que cercam um determinado objeto. “Portanto o que a Fenomenologia mostra é aquilo que, acima de tudo e na maior parte dos casos, não se manifesta, o que está escondido, mas é capaz de expressar o sentido e o fundamento daquilo que, acima de tudo, e na maior parte dos casos, se manifesta” (ABBAGNANO, 2007, p. 439).

Compartilhando dos mesmos pressupostos considerados por Harvey, Norberg-Schulz define, então, lugar, como o ambiente onde os acontecimentos humanos se processam, evidenciando este como integrante da própria existência do homem. Para o autor, não faz sentido algum imaginar um acontecimento sem que a ele esteja relacionada uma referência física, locacional. Mas a sua compreensão vai muito além de uma totalidade construída de elementos concretos, incluindo em sua definição, como parte fundamental, também os elementos abstratos, como o sentido, a percepção, as relações emocionais, enfim, as interações emocionais entre o homem e o ambiente, que, relacionados, constroem juntos o sentido de lugar.

De acordo com o arquiteto finlandês Juhani Pallasmaa (PALLASMAA, 2017), que em seus estudos relacionados à vida nas cidades compartilha desse mesmo pensamento, a ação do homem sobre o território, através da prática da arquitetura, que promove a construção dos elementos necessários à proteção e às práticas sociais, tem o poder de conferir a um determinado espaço por ela transformado, a categoria de lugar:

(...) é sabido, de modo geral, que a arquitetura domestica o espaço natural ilimitado e uniforme para os propósitos do habitar humano. Edificações, vilarejos e cidades conferem significados experienciais e existenciais aos espaços sem sentido ao convertê-los em espaços específicos, que coreografam e ressoam juntamente com nossas ações e reações mentais (PALLASMAA, 2017, p. 113).

E, segundo esse autor, em um sentido mais amplo, a arquitetura vai além de prover, como finalidade, o habitar humano. Sua expressão é composta sim pela materialidade, mas também o é pelas representações nela ocultas, que decorrem da intencionalidade de exprimir, através desta criação, a cultura, o conhecimento, os costumes e a memória:

(...) de fato, a arquitetura é uma extensão funcional tanto de nossas faculdades físicas quanto mentais. E, acima de tudo, é também uma extensão e uma externalização da memória. Ao fazer uma mediação entre nós mesmos e o mundo, a arquitetura configura horizontes distintos e molduras para a experiência, a cognição e o significado. A visão prevalente que considera a arquitetura como meras estruturas e objetos visuais estetizados está, portanto, crucialmente equivocada (PALLASMAA, 2017, p. 113).

Povoados, vilarejos e cidades, em diferentes escalas, são frutos de uma sucessão de edificações materializadas através da arquitetura e constituem-se no *lócus* do habitar humano. Entre o homem e o seu lugar se estabelece então uma relação de extrema reciprocidade, pois é em seus domínios que muitas vezes nasce, cresce, torna-se adulto, desempenha suas atividades, contrai matrimônio, envelhece e morre, tornando-se assim indissociável de seu contexto, seja ele social, cultural, familiar ou espacial. Estes laços que amarram o indivíduo ao seu habitat conferem a ele uma de suas categorias de análise mais importantes, a qual Norberg-Schulz denomina de “caráter” do lugar, ou “DNA”, se aqui for considerada a expressão de Francisconi. Para o primeiro autor, “caráter é um conceito ao mesmo tempo mais geral e mais concreto do que espaço. Por um lado, indica uma atmosfera geral e abrangente, e por outro, a forma e a substância concreta dos elementos que definem o espaço” (NORBERG-SCHULZ, in: NESBITT, 2006, p. 451), ou seja, sua constituição material e formal. Segundo ele, o “espaço indica a organização tridimensional dos elementos que formam um lugar” (NORBERG-SCHULZ in NESBITT, 2006, p. 449) enquanto o caráter, a atmosfera que o cerca.

Essas considerações adquirem uma maior compreensão quando complementadas com o conceito de “*genius loci*”, cuja importância para os estudos do espaço e do lugar é fundamental. Expressão da língua latina, também conhecida como o “espírito do lugar”, de acordo com a sua tradução para o português, indica a ele uma qualificação única e de caráter místico. *Genius loci* é um conceito legado à cultura romana, mas possui raízes na Grécia antiga. Na antiguidade, acreditava-se que todos os seres vivos possuíam um *genius*, um espírito guardião, que os acompanhava desde o nascimento até a sua morte, a quem se legava respeito e devoção (NORBERG-SCHULZ, in: NESBITT, 2006). Os antigos não concebiam as divindades como protetoras de todos os homens, mas acreditavam que cada uma, individualmente, pertencesse a um determinado grupo e localidade. A religiosidade contribuía para fixar os indivíduos ao lugar de forma que as divindades por eles veneradas também permaneciam a ele vinculadas, assumindo, de certa forma, suas características ao mesmo tempo que lhe conferiam personalidade.

Aldo Rossi (ROSSI, 1995, p.147) dedica um capítulo de sua obra “*A arquitetura da cidade*” para destacar a importância do lugar nos estudos urbanos. Para esse autor, o valor do *lócus* encontra-se definido através da “relação singular

mas universal que existe entre certa situação local e as construções que se concentram naquele lugar”, lembrando ainda que a escolha deste, “tanto para uma construção como para uma cidade tinha valor preeminente no mundo clássico”. Isso porque, continua o autor, para os antigos, “a “situação”, o sítio, escolhido era governado pelo “*genius loci*”, a divindade local, uma divindade de tipo intermediário, que presidia tudo o que ocorria naquele lugar” (ROSSI, 1995, p.147). Rossi, assim como Norberg-Schulz, percebeu a importância desse conceito para o entendimento das relações entre o homem e o seu ambiente. Em essência, o “*genius loci*” pode ser compreendido como a personificação de todas as coisas materiais, por meio de uma entidade, cuja influência nelas se expressa. Norberg-Schulz argumenta que, para viver, o homem precisa sentir seguro e dentre as primeiras ações que irão permitir a ele vivenciar essa sensação, estão o de orientar-se e identificar-se em um lugar. Estas ações são a base para o despertar do sentimento de pertencimento ao lugar, e por isso mesmo encontram-se identificadas com as suas principais categorias de análise: a tridimensionalidade do espaço, no sentido da compreensão deste ambiente, para que dele possa afastar-se e para ele retornar, e o seu caráter, o reconhecimento da atmosfera que o cerca, e da qual faz parte, para que nele possa se sentir protegido (NORBERG-SCHULZ, in: NESBITT, 2006).

Para o geógrafo Yu Fu Tuan (TUAN, 1983), que analisa o espaço através de uma visão baseada no transcender do tempo, o espaço se transforma em lugar, na medida em que lhe são atribuídos valor e significação, não podendo, desta forma, ser compreendido sem ser “experenciado”. Isso significa dizer que a capacidade de entendimento de um lugar é construída a partir da experiência de interação, individual e coletiva, daqueles que nele habitam. Ela se constrói com o conhecimento adquirido, no decurso do tempo, através da utilização dos sentidos e, segundo esse autor, “implica na capacidade de aprender a partir da própria vivência” e, por isso mesmo, “tem uma conotação de passividade” pois “é constituída de pensamento e sentimento” (TUAN, 1983, p. 10-11). O tempo, conforme mencionado anteriormente, é, portanto, o fator determinante para que a experiência para com o lugar seja cada vez mais completa, possibilitando assim, a construção de um entendimento cada vez maior e o desenvolvimento de laços afetivos que despertam e reforçam o sentimento de pertencimento a ele.

O arquiteto Bruno Zevi (ZEVI, 1992) lembra ainda que para captar integralmente um objeto, não basta dominar apenas as três dimensões visíveis que ele possui: altura, largura e profundidade. Através delas, quando se faz necessário, é possível descrevê-lo ou mesmo reproduzi-lo, seja ele produto da razão humana ou proveniente da natureza. Desde o século XV, mais especificamente no período do Renascimento, quando o homem desenvolveu a técnica da perspectiva, com suas leis ainda hoje conhecidas, a representação visual dos objetos experimentou um grande salto de qualidade, o que proporcionou importantes avanços tecnológicos. Mas o conhecimento da perspectiva não foi suficiente para responder ao desejo de compreensão integral do objeto que se procura definir. Utilizando-se como exemplo os elementos construídos a partir da arquitetura, o autor introduz o fator tempo, como a quarta dimensão, afirmando que a partir da utilização dele, é possível complementar e apreender totalmente, o que define por realidade do objeto. Em suas palavras,

(...) a realidade do objeto não se esgota nas três dimensões da perspectiva; para possuí-la integralmente eu deveria fazer um número infinito de perspectivas dos infinitos pontos de vista. Existe, pois, outro elemento além das três dimensões tradicionais, e é precisamente o deslocamento sucessivo do ângulo visual. Assim designou-se o tempo, "a quarta dimensão". (...) todas as obras de arquitetura para serem compreendidas e vividas, requerem o tempo da nossa caminhada, a quarta dimensão. (ZEVI, 1992, pág. 21-22).

O tempo permite a percepção da tridimensionalidade do espaço e de todos os seus infinitos ângulos. Ao se deslocar pela cidade, por entre ruas, avenidas, parques e praças, por entre construções e monumentos, o observador, através do olhar, vai captando e apreendendo os limites daquele espaço, transformando essas informações no seu reconhecimento. Isso não ocorre apenas nos ambientes criados pelo homem, mas em todos os lugares por onde é possível esse deslocamento, como nos ambientes onde a natureza ainda se encontra preservada, e que ainda não sofreram com a ação humana. Desta forma, através do tempo, como também afirma Tuan, é possível experienciar os espaços, conceder-lhes valor e significado, guardá-los na memória e captar a sua atmosfera, seu "espírito", identificando-os então como lugares particularmente únicos.

Todos os indivíduos habitam no espaço e no tempo. E são as construções erguidas com o propósito do habitar humano que desempenham papel fundamental na mediação da relação que se estabelece entre o homem e o curso do tempo, passado, presente e futuro, conferindo a ele uma “medida humana”. A arquitetura, nas palavras de Pallasmaa (PALLASMAA, 2017, p.114), “ajuda a conferir escala a essa assustadora amplitude (...). Uma das tarefas mentais essenciais das construções, estruturas e artefatos é criar uma escala temporal”. Ao criar lugares distintos, únicos, através do tempo, a arquitetura concretiza a continuidade cultural e salvaguarda a experiência do passado. Sua presença é uma possível garantia de que esta conexão entre o homem e os objetos que constrói continue preservada mesmo com a continuidade e as transformações decorrentes do avanço da cultura e da vida. Esse autor lembra ainda que a arquitetura possui

(...) a capacidade de reestruturar e alterar nossa experiência temporal: pode diminuir, deter, acelerar ou inverter o fluxo do tempo experiencial. É sobretudo por meio das camadas temporais de nossos cenários construídos que apreendemos o passado e o fluxo do tempo cultural (PALLASMAA, 2017, p.114)

Pensa-se, assim, que a ação do homem sobre o território é a responsável pela criação destes múltiplos cenários que, com o passar dos anos, vão sendo constantemente alterados em decorrência das transformações pelas quais qualquer sociedade sofre ao longo do tempo, as quais, direta ou indiretamente, se refletem na conformação do espaço habitado, seja ele urbano ou rural. O contínuo processo de demolição e construção do ambiente vivido, a “destruição criativa” denominada por Harvey (HARVEY, 2014), impõe a todos uma convivência dinâmica com esses múltiplos cenários que pouco a pouco vão sendo descortinados. Em momentos de constante transformação, as referências materiais e imateriais se fazem ainda mais importantes, pois são elas que, por estarem presentes de forma física ou memorial, promovem a ligação, mesmo que de forma não imediata, com um passado e uma cultura específicos, que são a base da construção de uma identidade e do sentimento de pertencimento do indivíduo para com um lugar, o “seu” lugar.

Assim, o lugar escolhido para se estabelecer a vida em comunidade, ou mesmo, eventualmente, uma vida isolada, fora de um grupo com interesses ou



objetivos em comum, congrega e encerra em seus domínios, justamente por esse motivo, a obra humana. Em seu sentido mais amplo, o lugar é, em si, criação, produção, representação cultural e social, que tem por base a tradição, os costumes, as práticas e o aprendizado, o grande conjunto de conhecimento adquirido e estabelecido ao longo do tempo, por aqueles que ali habitam. Para o filósofo, político e escritor italiano Carlo Cattaneo (CATTANEO, apud: ROSSI, 1998), o lugar é um imenso “depósito de fadigas”, termo por ele cunhado, ao qual Rossi recorre para também demonstrar a sua visão em alinhamento com a de seu conterrâneo. Para Rossi e Cattaneo, todos os espaços habitados passam a ser obra do homem, definindo lugares à medida que são ocupados e transformados pelo seu trabalho. Esses se distinguem das regiões por ele consideradas “selvagens”, justamente por serem um grande ambiente transformado, onde a “terra, portanto, em nove décimos não é obra da natureza, é obra das nossas mãos, é uma pátria artificial” (CATTANEO, apud: ROSSI, 1998, p. 22).

Ao considerar todo e qualquer espaço habitado como sendo obra do ser humano, sem fazer uma distinção entre campo e cidade, Rossi alinha o seu pensamento a autores como Harvey (HARVEY, 2014), Pallasmaa (PALLASMAA, 2017), Tuan (TUAN, 1983) e Santos (SANTOS, 2014), e preconiza que a expressão humana, caracterizada pela constante interação do homem sobre o seu local de vivência ao longo do tempo, materializa-se na arquitetura desses espaços, como representação de sua própria condição humana, o que a torna, ela própria, referência do “lugar” deste indivíduo no mundo. A presença humana, através da produção da arquitetura, conforma o ambiente no qual são efetivadas as relações sociais, culturais e econômicas de um determinado grupo social, e, portanto, transforma o seu espaço físico em seu lugar de referência, sua “pátria artificial”. Importante ressaltar aqui que este termo, cunhado por Cattaneo, engloba também, em um sentido mais amplo, o sentimento de ligação e pertencimento do homem para com o ambiente por ele criado.

Por “artificial” pode-se compreender aquilo que é produzido pela mão do homem, não pela natureza; “1. Produzido pela arte ou pela indústria. 2. Que não é espontâneo; forçado” (FERREIRA, 2008, p. 91), enquanto “pátria” é “o torrão natal” (FERREIRA, 2008, p. 374), a terra de nascimento ou adotiva de qualquer ser humano, à qual se sente vinculado por afetividade, cultura, valores, história e

memória. Com o passar dos anos, esse vínculo tende a ficar cada vez mais forte e presente, pois o tempo possibilita a “experienciação” pelo homem de seu ambiente cotidiano, o que determina a construção de um poderoso elo de ligação, uma identificação que para sempre se fará presente na memória. A “pátria artificial” é, portanto, o lugar construído pelo homem através do tempo e da sua produção arquitetônica, que geram as cidades e seus complexos sistemas urbanos, os quais encerram a história e a cultura de quem os produz. Nas palavras de Rossi:

(...) a cidade e a região, a terra agrícola e os bosques tornam-se coisa humana porque são um imenso depósito de fadigas, são obra das nossas mãos; mas, enquanto pátria artificial e coisa construída, também são testemunhos de valores, são permanência e memória. A cidade é na sua história. (ROSSI, 1998, p. 22).

“Ser na sua história” significa, em outras palavras, que o conjunto de fatores que constituem a história da cidade engloba seus conteúdos espacial, temporal, material e teórico. O autor a compreende como uma grande representação da condição humana materializada através da arquitetura, também produto dessa mesma condição, “que forma a realidade e conforma a matéria de acordo com uma concepção estética” (ROSSI, 1998, p. 23), e que encerra em si a cena fixa e mais profunda das vicissitudes do homem. Sentimentos de gerações, acontecimentos públicos, tragédias privadas, fatos novos e antigos estão ali representados através de sua concretude. Inseridos em um todo que reúne inúmeras e particulares partes, “o elemento coletivo e o elemento privado, sociedade e indivíduo, contrapõem-se e confundem-se na cidade” (ROSSI, 1998, p. 03). A condição humana transforma o espaço em lugar, a partir do momento em que sua ação legítima e atribui a ele, o sentido de sua existência. O trabalho na terra, a transformação do solo, a produção do alimento, a edificação do primeiro abrigo, a abertura de caminhos e estradas, a construção de vilas e cidades. Um processo dinâmico que ocorre através do tempo.

Foi assim que, paulatinamente, se processou a ocupação do extenso espaço natural destinado à colonização de imigrantes italianos no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul ocorreu, como se verá em maiores detalhes ao longo do próximo Capítulo. A cobertura natural, praticamente intocada, foi cedendo espaço para áreas agriculturáveis, primeiramente para o cultivo de subsistência, e que hoje se apresentam com grande diversidade de culturas e produtividade. Caminhos e

estradas foram abertas por entre a floresta ligando as pequenas comunidades que foram sendo formadas. Com o trabalho constante ao longo dos anos, os imigrantes e seus descendentes foram transformando o espaço em lugar, criando um ambiente urbanizado, que hoje abriga sob seus domínios, comunidades, cidades, indústrias. Uma grande “pátria artificial” surgiu através das construções que materializaram o desejo, a partir também da necessidade, da construção de um novo lugar para se viver. Espaços de moradia, devoção, trabalho e sociabilidade foram edificados e sistematizados, criando o ambiente propício para o desenvolvimento das relações sociais, políticas e econômicas que conecta comunidades identificadas com a cultura da imigração. Vínculos estes que, através da experientiação de seus indivíduos para com o seu lugar, contribuem para a criação e o desenvolvimento de um imaginário coletivo, comum a todos, conforme já comentado na Introdução deste estudo.

O poder simbólico do imaginário age com grande força na criação e na transformação das realidades sociais, constituindo-se em importante instrumento para a formação de uma comunidade. Por se constituir em um conjunto de relações imagéticas e simbólicas vinculadas à memória afetiva e cultural é resultado de uma elaboração coletiva, baseado nas relações que se estabelecem entre o indivíduo e seus pares em um determinado lugar ao longo do tempo. É, portanto, depositário da memória coletiva que ao longo dos anos vai se acumulando, agregada destas relações e da própria experientiação do indivíduo com o lugar onde vive, por vezes, adquirindo uma dimensão simbólica que permite estabelecer “um real mais real” do que as condições concretas da existência, mobilizando as ações dos indivíduos, motivando práticas sociais e legitimando situações. (PESAVENTO, 1995b). Isso ocorre porque, como afirma Pesavento, “o imaginário, como sistema de ideias e imagens de representação coletiva, teria a capacidade de criar o real” (PESAVENTO, 1999). Segundo Lucrécia D’Alessio Ferrara, o imaginário corresponde

(...) à necessidade do homem de produzir conhecimento pela multiplicação do significado, atribuir significados a significados; suas produções não são únicas, mas se acumulam e passam a significar mais por um processo associativo onde um significado dá origem a um segundo ou terceiro, e assim, sucessivamente. Pelo imaginário, a imagem urbana de locais, monumentos, emblemas, espaços públicos ou privados passa a significar

mais pela incorporação de significados extras e autônomos em relação à imagem básica que lhes deu origem” (FERRARA, 2000, p. 118).

Este processo associativo de conceitos, de atribuição de sentido, de relevância que se confere a algo ou a alguém, e que com o passar do tempo sofrem complementações e modificações, só é possível quando ocorre a preservação dos objetos, símbolos, narrativas ou de suas memórias. O imaginário “refere-se à capacidade associativa de produzir imagens a partir da imagem concreta” (FERRARA, 2000, p. 119) decorrente de um referencial contextualizado. Portanto, está diretamente relacionado à manutenção de elementos importantes que atuam na sua consolidação, como o patrimônio material, caracterizado pelas construções que perduram no tempo e no espaço, assim como o patrimônio imaterial, simbolizado pela língua, costumes e práticas sociais. São estes que, juntos, constituem-se no conjunto de bens representativos da cultura singular daqueles que ali habitam.

A preservação deste legado, desta herança, que referencia o cidadão ao seu lugar e às suas origens é, em uma análise mais ampla, responsável pelo alimento da memória, pelo fortalecimento das tradições e reforço dos laços sociais, que em conjunto, contribuem para a formação e fundamentação de sua identidade. Elementos estes aos quais, como anteriormente mencionado, a comunidade recorre em tempos de mudanças e transformações como forma de manutenção dos seus elos culturais. Quando se revisita e se reinventa tradições, quando se participa de conversas ou discussões, de forma clara e com o seu jeito de falar, quando se acompanha e se convive com as mesmas paixões (CASTELLO, 2005), quando se vive e se compartilha dos mesmos rituais, quando se sintoniza com os assuntos que fazem a diferença e são importantes para a vida, se está no “seu lugar”. Lugar este que abriga, apaixona, envolve e acolhe todos os momentos de uma vida que ali encontra o ambiente propício para o seu desenrolar.

Retornando à peça publicitária do Grupo RBS, que ensejou a discussão inicial desse Capítulo, percebe-se que ela se apropriou do sentido mais característico desta ligação entre o indivíduo e seu ambiente, o sentido mais profundo de lugar. Sua principal intenção era a de divulgar para o usuário que ao acessar aquela plataforma de informação *on line*, automaticamente ele se conectaria com o mundo através de uma linguagem, sonora, gráfica e visual, que remeteria a

sua tradição e cultura, passando, desta forma, a ter contato com a informação local e global, através de um modo particular de expressão, de comunicação e de interesses, que o remeteriam ao “seu lugar” no mundo. A ideia por detrás desse conceito, alude, de certa maneira, a uma realidade: a de que todos, sem exceção, carregam consigo, em pensamento, em sentimento, em práticas, costumes e atitudes, o “seu lugar” aonde quer que estejam. Segundo Santos, “a cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio” (SANTOS, 2014a, p. 326). Relações essas que dependem também do tempo para se estabelecerem.

Como indivíduo e cidadão, a identidade e o sentimento de pertencimento a uma comunidade, são despertados inicialmente pelos vínculos basais gerados no núcleo familiar e fortalecidos ao longo de toda a vida pelas relações sociais estabelecidas entre ele e seus pares. Esses vínculos, que contribuem no processo de formação individual, jamais deixarão de fazer parte de sua vida, sendo, portanto, elementos integrantes dela e de sua cultura, continuamente alimentados pela memória. A globalização que através dos avanços tecnológicos, disseminou a informação e o acesso a ela, não para todos, infelizmente, vem contribuindo de forma expressiva para que o conhecimento se ofereça ao alcance de um grande grupo de indivíduos, de muitas e diversas formas, disponível para aqueles que desejarem absorvê-lo. Como resultado, podem ser observados pelo menos dois possíveis caminhos: um desejável, que leva ao fortalecimento dos laços afetivos com a história, pessoal e de seus antepassados, promovendo uma maior compreensão, entendimento e conseqüente integração a uma cultura que é somente sua, contribuindo, desta forma, para alimentar e revigorar a memória coletiva da comunidade da qual faz parte. E outro, indesejável e preocupante, que pode indicar uma via pela qual essa conexão apenas sirva para vincular o indivíduo cada vez mais à sua própria “bolha”, tornando-o impassível de interação com o mundo que o cerca.

Conhecer o seu lugar é também conhecer o mundo. Através da experiência que as tradições, costumes, maneiras de expressão, enfim, todas as mais variadas maneiras de ligação entre o desenrolar contínuo da relação entre o indivíduo e a sua história, aprende-se a reconhecer e dar valor e importância para objetos, pessoas e

práticas. A partir deste conhecimento, se interpreta com mais propriedade, outras culturas, outras tradições, outras formas de visualizar o mundo e os lugares. Santos afirma que “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (SANTOS, 2014b, p.161).

O avanço da ciência, da tecnologia e conseqüentemente do conhecimento, a disseminação cada vez mais rápida da informação se tornou possível, bem como o acesso a ela. Os avanços tecnológicos impulsionam a busca incessante de respostas a questionamentos cada vez mais complexos e qualificam, no campo do urbanismo, saberes e técnicas construtivas, que promovem a constante requalificação, muitas vezes equivocada, das cidades através da “destruição criativa”. Os lugares mundializam-se através da modernização contemporânea e se tornam cada vez mais globais, à medida que o conhecimento e o acúmulo do capital encontram ambientes propícios para a expressão do poder na tentativa de qualificar os lugares para a atração de mais negócios e investimentos. Ocorre que muitas vezes, os possíveis benefícios que essas ações poderiam trazer para os indivíduos que neles habitam, como principais objetivos, não conseguem lograr êxito. Santos lembra que a globalização não ocorre homoganeamente entre todos os lugares, e nem mesmo dentro de um mesmo lugar, como por exemplo a RMSG, objeto de pesquisa desse estudo. Entre o campo e a cidade, a velocidade das transformações é bastante diversa. Cidades com maior densidade populacional, como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, possuem uma velocidade de crescimento físico, de construção e reconstrução dos elementos que compõem o tecido urbano muito maior se comparado com outras cidades como, por exemplo, Garibaldi, Antônio Prado e Santa Tereza, onde, nestas duas últimas, a vida parece transcorrer de forma mais lenta. A essas localidades diversas, onde também a globalização parece ocorrer de forma desigual, Santos denomina lugares globais simples e complexos. Os complexos, em geral coincidem com as metrópoles, onde o fluxo populacional, o acúmulo de capital e a velocidade de disseminação de informação é mais rápida e onde a lógica hegemônica convive com a que dela quer se afastar. Por isso o autor afirma que estes são ambientes propícios para que “todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar” (SANTOS, 2014a, p. 322). Porém também chama atenção para o fato de que “o capital novo se difunde mais largamente, mais profundamente, e mais

rapidamente, no campo do que na cidade” (SANTOS, 2014a, p.322). O “capital novo” talvez se faça presente de variadas formas, em diversos setores econômicos e em múltiplos investimentos, como, por exemplo, naqueles que estão sendo feitos para alavancar e qualificar a produção vitivinícola, e que trazem consigo, como um dos desdobramentos, o incremento do turismo cultural. Neste caso um turismo especificamente rural e de experiência, que tem como foco o conhecimento da produção do vinho e de seus derivados, e das muitas atividades que a partir dele orbitam, como a culinária, os cursos, os eventos e a sensação de fazer parte, nem que seja por breves momentos, do dia a dia de quem o produz. Para alicerçar essas ações, são necessários constantes investimentos em construção e qualificação de novos e antigos equipamentos. O despertar para as questões ambientais e o interesse cada vez maior pelo contato com a natureza, um movimento que cresce em escala global, tem impulsionado esta forma particular de se fazer turismo.

Retornando ao tema da identidade, no campo sociológico Hall, em sua obra *“A identidade cultural na pós-modernidade”*, a distingue através de três concepções diversas: a identidade do sujeito do Iluminismo, a do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. Para cada uma delas, apresenta características distintas, sendo o primeiro aquele “totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação (...). O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa” (HALL, 2006, p. 10-11). O segundo representaria “a crescente complexidade do mundo moderno” sendo suscetível, por não ser autônomo e autossuficiente às influências advindas de relações interpessoais, que “mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – do mundo que ele/ela habitava” (HALL, 2005, p. 11). Desta forma, a identidade do sujeito sociológico seria formada através da interação entre o “eu” e a sociedade na qual está inserido. O seu “eu real” seria construído e modificado através do contínuo trato com o mundo cultural que o cerca e as identidades que esse mundo oferece.

A identidade, nesta concepção (...), preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade então, costura o sujeito à estrutura (HALL, 2005, p. 11-12).

Por fim, o sujeito pós-moderno seria a representação de um contexto vivenciado como fragmentado em suas experiências sociais e culturais, as quais fariam incidir sobre ele um excesso de estímulos, internos e externos, descaracterizando-o de ser portador de uma identidade unificada e estável, para portar uma pluralidade de identidades, “algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas (...) O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente” (HALL, 2005, p.13).

Neste contexto de rápidas mudanças sociais, econômicas e culturais a partir das fragmentações provocadas com o avanço da modernidade, seria coerente pensar que também o “eu” e a identidade sofreriam desse processo de desintegração e constante reconstrução. A globalização tende a enfraquecer o discurso que apregoava a formação de uma identidade nacional, fortemente atrelada à construção do Estado e concorrendo paralelamente a este processo, com o objetivo de fortalecer a ideia de nação, através do reforço das forças de coesão advindas da formatação do território, da imposição da língua, do sistema de leis, do sistema educacional, do sistema financeiro, enfim, de uma série de elementos que formalizariam essa unidade (GASTAL; SALES, 2012). Em simultâneo, o descrédito de uma cultura homogeneizada (SANTOS, 2014a) passa a ser mais evidente, dando espaço à valorização das demandas étnicas pela construção e reconstrução de suas identidades culturais. No Brasil, como exemplo, “afrodescendentes, italianos do sul do Brasil, franco-brasileiros (...) irão ganhar apoio para resgatar suas histórias e para ocupar espaços públicos onde as culturas, a si inerentes, possam ser expressas” (GASTAL; SALES, 2012, p.25).

Em função de todas essas questões, se tem percebido um crescente interesse pela valorização cultural dessas etnias e de suas alteridades, que é promovida por ações institucionalizadas ou de caráter comunitário, visando enaltecer as manifestações inerentes aos seus cotidianos. Aprofunda-se, desta forma, o “sentimento de pertencimento” àquele lugar e àquela cultura, que possui raízes fortemente vinculadas à memória, aos costumes, às práticas sociais e à interação cotidiana em torno do conjunto patrimonial, material e imaterial, construído ao longo do tempo por essas comunidades.



Reforça-se, portanto, que a noção de identidade está diretamente ligada à preservação de determinados referenciais dentro de um espaço social, pois ela também tem no passado o seu lugar de construção. A preservação da memória da cidade e, por consequência, do território da qual ela também é parte indissociável, impõe-se como uma realidade necessária para a consolidação do sentimento de pertencimento do cidadão para com o seu meio. O processo de formação da identidade ocorre gradualmente ao longo do tempo, através de processos inconscientes que ocorrem a partir do momento que o indivíduo inicia o seu relacionamento com o meio em que vive. Desta forma, existe sempre algo imaginado ou fantasiado sobre sua integralidade, que é acrescentado através desse processo contínuo, que faz com que ela permaneça sempre incompleta, sempre sendo formada (HALL, 2005).

O processo de modernização das cidades e, conseqüentemente, dos indivíduos que nela habitam, tem provocado tais discussões. A modernização também pode ser compreendida como sendo fruto de um processo mais amplo de modificação que tem transformado as sociedades modernas em termos globais, rompendo com estruturas anteriormente estáveis e definidas para uma transnacionalização da vida econômica e cultural (ROBINS, in: DU GAY, 1997). Este movimento dinâmico e contínuo, segundo Hall (HALL, 2005, p. 07), “está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social”. Ele igualmente opera modificações significativas na ordenação das cidades, desconstruindo-as e reconstruindo-as a todo o tempo, promovendo, desta forma, uma sucessão de espaços em constante transformação que alteram, a todo o momento, as referências que os indivíduos têm de seu ambiente social.

A construção do indivíduo e, conseqüentemente, de sua identidade, está, portanto, intimamente condicionada ao ambiente e, em sentido mais amplo, ao território no qual se desenvolvem e se processam todas as relações sensíveis que nele tem espaço. As representações sociais, que delas advém, contribuem para a consolidação da imagem que um grupo ou sociedade tem de si mesmos, constituindo o seu imaginário social que, como conceito, pode ser compreendido, segundo as definições do filósofo e historiador polonês Bronislaw Baczko, como

“uma das forças reguladoras da vida coletiva” (BACZKO, 1985, p. 309). Segundo este autor,

(...) cada geração traz consigo uma certa definição do homem, simultaneamente descritiva e normativa, ao mesmo tempo que se dota, a partir dela, de uma determinada idéia de imaginação, daquilo que ela é ou daquilo que deveria ser. (...) É assim que, através dos seus imaginários sociais, uma coletividade designa a sua identidade; elabora uma certa representação de si; estabelece a distribuição de papéis e das posições sociais; exprime e impõe crenças comuns; constrói uma espécie de código de “bom comportamento”, designadamente através da instalação de modelos formadores tais como o do “chefe”, o “bom súdito”, o “guerreiro corajoso”, etc. Assim é produzida, em especial, uma representação global e totalizante da sociedade como uma “ordem” em que cada elemento encontra o seu “lugar”, a sua identidade e a sua razão de ser (BACZKO, 1985, p. 309).

São estes “códigos”, elaborados por uma coletividade, que, invariavelmente, acabam por determinar um certo “modo de vida coletivo”, moldado e definido mediante um processo contínuo de construção que tem como alicerces a memória e os elementos que compõem o conjunto de representações pelos quais um grupo de indivíduos se reconhece e se identifica. Ele se impõe como elemento determinante nas relações sociais, indicando hábitos, práticas, direitos e deveres. Porém não se constitui em uma normatização imutável, nem mesmo definitiva, pois encontra-se relacionado a um sistema dinâmico e em constante transformação que tem lugar naquele território específico.

Cada sociedade se torna responsável pela construção de seu ambiente de vivência com base nos conceitos por ela estabelecidos, nos símbolos por ela criados, nas crenças e costumes por ela mantidos, baseados na cultura, na memória e no imaginário cultivados e perpetuados ao longo do tempo. Na materialidade da cidade e das construções sobre o território encontram-se “traduzidos” esse sistema complexo de ideias, imagens e conceitos que definem fisicamente a sua representação, delineando e transformando, em tempo e espaço definidos, a cidade ideal em cidade real. Neste sentido, o imaginário urbano

(...) atua como referencial constante para a construção da cidade real, para a percepção e a conseqüente formulação de imagens e conceitos de seus habitantes, num processo interativo em que cidade e cidadão se moldam. A

cidade real pode ser considerada, portanto, como a materialização de uma condição imaginária, que se transforma e a transforma continuamente. O reconhecimento deste imaginário contribui para a legibilidade da cidade, dos processos que geraram seus signos e da sua própria identidade. Esta identidade é reforçada pelos referenciais que, materializados nas edificações da cidade, são as representações físicas do imaginário social e, portanto, constituem-se em elementos fundamentais para a compreensão de sua construção, ao mesmo tempo que reforçam e remetem, para as gerações futuras, esta representação (NEVES, 2003, p. 51).

É a condição humana, sem nenhuma dúvida, com todas as suas características e especificidades, que transforma espaço em lugar e lugar em território. Estes últimos se constituem como tal quando ao primeiro lhe são atribuídos valor e sentido, legitimando-o com ações que se traduzem em um ambiente propício para expressar necessidades, possibilidades e expectativas para o desenvolver das atividades relacionadas com a vida em comunidade. O conjunto dessas representações sociais, materiais ou imateriais, expresso no território e preservado no tempo e espaço, contribui promovendo continuamente a conexão do indivíduo para com o seu lugar, fortalecendo, sobremaneira, um senso de inerência àquele ambiente e reforçando a sua identidade como ente partícipe deste processo.

Sendo assim, o “território da imigração italiana na serra gaúcha”, poderia ser considerado o *lócus* de uma italianidade única, forjada e compreendida como marca identitária, mas também como sentimento de pertencimento, ao longo dos quase 150 anos de uma história marcada por rupturas e integração, utopia e realidade, dificuldades e superação. Para uma grande parcela das muitas famílias de descendentes dos pioneiros italianos o “seu lugar” neste mundo pode existir sim, ser real e possuir endereços possíveis: as cidades, localidades, vilarejos e aglomerações urbanas e rurais construídas sobre o solo montanhoso da encosta superior da serra do nordeste do Estado do Rio Grande do Sul.

## **2.2. Marcas, rastros e símbolos de uma cultura peculiar: os “lugares de memória” no “território da imigração italiana na serra gaúcha” no Estado do Rio Grande do Sul**

*(...) a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras (CALVINO, 1990, p. 14-15).*

As cidades, assim como todas as construções que, estabelecidas sobre o território, formam um conjunto de elementos físicos que denotam a existência do trabalho do homem a partir da conquista e da ocupação do solo, podem ser entendidas simplesmente como “uma arquitetura” (ROSSI, 1988, p. 01), observável como resultado da vida em coletividade, ou seja, da “criação do ambiente em que esta vive” (ROSSI, 1988, p. 01). A cidade é, portanto, a própria arquitetura, a representação coletiva daqueles que a produzem, indissociável da vida civil e da sociedade na qual se revela, fruto de uma contínua manifestação de natureza coletiva. Mais que isso, a cidade também é “centro e expressão de domínio sobre um território, sede do poder e da administração, lugar da produção de mitos e símbolos” (ROLNIK, 1988, p.09).

Sendo assim, as relações sociais, a cultura, as crenças, os costumes, que estão suscetíveis às constantes modificações determinadas por novas realidades, muitas vezes estas induzidas pelos avanços tecnológicos, constituem-se em fatores preponderantes ao atuar diretamente na construção de uma imagem reconhecível ao longo do tempo e de um imaginário perpetuado e alimentado por mitos e símbolos. No contínuo embate entre modernização e tradição, muitos elementos edificados nas cidades permanecem intocados, evocando o passado e influenciando, muitas vezes, diretrizes de planejamento a partir de seus domínios. Conforme observa o arquiteto e urbanista italiano Carlo Aymonimo (AYMONIMO, 1981), a perenidade destes elementos configura, assim,

*(...) uma espécie de herança, de permanência, cuja finalidade é apresentar um testemunho de ambições e aspirações determinadas, tanto de caráter*

pessoal como coletivo, através de instrumentos perenes: os monumentos construídos em pedra, em mármore, em ferro, em concreto (AYMONIMO, 1981, p. 25).

Permanecendo como pontos fixos, considerando a sua efetiva manutenção na estrutura física, se comparados às dinâmicas transformações urbanas que ocorrem em seus entornos ao longo do tempo, esses referenciais constroem, e ao mesmo tempo atribuem, identidade às cidades. Importante ponderar aqui que a decisão pelas suas permanências emana de questões que perpassam por diversas esferas políticas, econômicas e culturais, e pela ação de diferentes atores ligados a essas competências. Os planejadores urbanos possuem grande autonomia nessas decisões, por isso reafirma-se aqui a importância do conhecimento da história como um dos fundamentos essenciais para qualquer análise que venha a ser realizada sobre o território. Através da observação de suas materialidades, juntamente com a consideração das demais edificações que compõem a estrutura urbana, proporcionam as condições necessárias para que seja estabelecida uma espécie de leitura da história das urbes no tempo e no espaço. Cidades são depósitos de “fadiga” e de memória. Um conjunto de elementos construídos, integrantes de um patrimônio material, que somados àqueles que compõem o patrimônio imaterial, sustentam e alimentam a memória, fazendo-se presentes neste palimpsesto urbano<sup>37</sup>, como frases de um texto escrito e reescrito muitas vezes. Analogia, esta, também utilizada pela arquiteta e urbanista Raquel Rolnik, quando esta autora faz referimento às cidades como sendo “um registro, uma escrita, materialização de sua própria história” (ROLNIK, 1988, p. 15-16). Rossi propõe o seu estudo como suporte

---

<sup>37</sup> O palimpsesto como metáfora aplicada à arquitetura e ao urbanismo indica a possibilidade da leitura das intervenções sobre uma edificação, sobre o tecido urbano da cidade ou, de maneira mais ampla, sobre o território. No artigo “*Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto*”, Pesavento parte da imagem e do conceito do palimpsesto para a produção de seu texto, tratando-o justamente como uma figura de linguagem onde ocorre uma transferência do significado de uma palavra para outra, por meio de uma comparação não explícita para se propor “uma abordagem sobre o passado da cidade. Esta análise se desenvolve no cruzamento entre História e Memória, no resgate de uma paisagem urbana que se realiza, acumula, superpõe e troca significados no espaço e no tempo” (PESAVENTO, 2004, p. 25). Complementando suas observações, a autora informa ainda que “o palimpsesto é uma imagem arquetípica para a leitura do mundo. Palavra grega surgida no século V a.c., depois da adoção do pergaminho para o uso da escrita, palimpsesto veio a significar um pergaminho do qual se apagou a primeira escritura para reaproveitamento por outro texto. A escassez de pergaminhos os séculos de VII a IX generalizou os palimpsestos, que se apresentavam como os pergaminhos nos quais se apresentava a escrita sucessiva de textos superpostos, mas onde a raspagem de um não conseguia apagar todos os caracteres antigos dos outros precedentes, que se mostravam, por vezes, ainda visíveis, possibilitando uma recuperação” (PESAVENTO, 2004, p. 26).

da vida em comunidade e como representação simbólica de uma determinada sociedade, cuja história conduziria os processos de formação identitária e revelaria a importância dos elementos fixos nos espaços construídos, as permanências urbanas, como referenciais fundamentais da vivência social e das sociabilidades (ROSSI, 1988, p. 58). Associadas à tradição e à memória de um lugar, as permanências segundo este autor adquirem o status de monumentos, peças importantes dentro da dinâmica urbana, justamente por suas características peculiares e pelo valor simbólico a elas conferidos, mantendo-as praticamente inalterados ao longo do tempo. Constituem assim uma das dimensões essenciais da arquitetura e o seu caráter específico que somente é possível devido a sua capacidade de transcendência. Desta forma a cidade cresce entre a dialética da tradição e da modernidade, da preservação e da destruição, sendo “escrita” diversas vezes, nos diversos tempos, convivendo nos mesmos limites geográficos.

A noção de preservação, tal como hoje se conhece, possui base em conceitos definidos no final do século XVIII, como decorrência das grandes mudanças pelas quais as sociedades europeias estavam passando. Em nome do interesse público, o Estado assumiu a proteção de determinados bens que passariam a representar simbolicamente, a partir daquele momento, a cultura nacional. Segundo a professora e socióloga Maria Cecília Londres Fonseca (FONSECA, 1997), esses procedimentos, que foram mais tímidos e ocasionais durante a primeira metade daquele século, vinculados basicamente a ações promovidas pelos principais segmentos sociais dominantes como a Igreja e a Aristocracia, passaram a se intensificar nos anos posteriores. Na França, influenciado pelos ideais iluministas, o *Ancien Régime* promoveu iniciativas no sentido de facilitar o acesso popular aos seus acervos, através da criação de museus, e evitar a destruição de edificações identificadas à fisionomia tradicional da capital Paris. Esses bens passaram, pois, a ter valor como documentos da nação e se converteram em objetos de interesse não apenas cultural, mas também político. Conforme a autora,

(...) a ideia de posse coletiva como parte do exercício da cidadania inspirou a utilização do termo patrimônio para designar o conjunto de bens de valor cultural que passaram a ser propriedade da nação, ou seja, do conjunto de todos os cidadãos (FONSECA, 1997, p. 58).

Sob a égide de Patrimônio Nacional, inúmeros bens, de diferentes procedências, foram simbolicamente instituídos como de interesse coletivo, através de medidas administrativas e jurídicas que promoveram a criação de leis, decretos e prescrições, bem como da elaboração de práticas inventariais de classificação, conservação e proteção, definidas por comissões específicas para este fim e que desempenhariam suas funções dentro de um campo de atuação política. Desta forma, a noção de patrimônio e a importância de sua manutenção passou a ser vinculada a um projeto mais amplo, o de construção de identidades nacionais, visando a consolidação dos Estados modernos. A constituição de patrimônios culturais<sup>38</sup>, históricos e artísticos, torna-se, portanto, uma prática característica de suas políticas públicas que, assim, conforme observa Fonseca,

(...) através de determinados agentes, recrutados entre os intelectuais, e com base em instrumentos jurídicos específicos, delimitam um conjunto de bens no espaço público. Pelo valor que a eles é atribuído, enquanto manifestações culturais e enquanto símbolos da nação, esses bens passam a ser merecedores de proteção, visando a sua transmissão para as gerações futuras (FONSECA, 1997, p. 11).

A preservação desses bens, como atividade sistemática, só se tornou possível porque “ao interesse cultural, se acrescentou um interesse político e uma justificativa ideológica” (FONSECA, 1997, p. 60). No Brasil, os ideais acerca da preservação dos monumentos passaram a circular mais fortemente a partir da segunda década do século XX, quando foi realizada em São Paulo a Semana de Arte Moderna de 1922. Intelectuais que integravam o movimento modernista no país, como Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade e Lucio Costa, davam voz de alerta contra a perda irreparável dos monumentos de arte colonial, considerados

---

<sup>38</sup> O patrimônio cultural, segundo a museóloga Maria de Lourdes Parreiras Horta, “se manifesta (...) como um conjunto de bens e valores, tangíveis e intangíveis, expressos em palavras, imagens, objetos, monumentos e sítios, ritos e celebrações, hábitos e atitudes, cuja manifestação é percebida por uma coletividade como marca que a identifica, que adquire um sentido comum e compartilhado por toda uma comunidade: um grupo de pessoas que têm em comum o sentido de identidade, de identificação uns com os outros, o que gera o sentimento de solidariedade, de agregação, de pertencimento a um grupo; do mesmo modo, este sentimento explica a reação a qualquer coisa que venha a ameaçar a integridade desta comunidade – a começar pelo plano físico, do território e dos espaços comuns de vivenciamento, até o plano social, do conjunto de indivíduos que constituem o grupo e que assim se auto-identificam no plano moral e espiritual dos valores consagrados e reconhecidos pelo grupo, cuja perda abalará as estruturas do sentimento de auto-estima e da própria identidade desta comunidade” (HORTA, in: BATISTA, 1979, p. 25).

por eles marcos referenciais da memória, da cultura e da identidade brasileira. Paralelamente, no Congresso Nacional vinham sendo apresentados projetos com o objetivo de criar mecanismos para a proteção legal do patrimônio. A nova era política instaurada no Brasil por Getúlio Vargas, trouxe novas perspectivas às discussões em torno do patrimônio. Segundo Fonseca,

(...) a partir da revolução de 1930, com a instalação, mais que de um novo governo, de uma nova ordem política, econômica e social, o ideário do patrimônio passou a ser integrado ao projeto de construção da nação pelo Estado (FONSECA, 1997, p. 103).

A necessidade da criação de um órgão que coordenasse as ações em torno da preservação do patrimônio histórico e artístico nacional era premente. Mário de Andrade foi quem primeiramente lançou as bases necessárias para a criação deste organismo, conforme indica o arquiteto Luiz Fernando Rhoden:

(...) o projeto de criação de um órgão especificamente voltado para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, apresentado em uma primeira versão no anteprojeto de Mário de Andrade e formulado de modo definitivo no Decreto-lei 25, de autoria basicamente de Rodrigo Mello Franco de Andrade, apresentava algumas peculiaridades em relação às experiências européias já em curso (RHODEN, 1999, p. 194).

Sob a direção de Rodrigo Mello Franco de Andrade, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como era inicialmente conhecido, começou a funcionar experimentalmente no ano de 1936, passando a integrar oficialmente a estrutura do Ministério da Educação e Saúde a partir da publicação da Lei 378, de 13 de janeiro de 1937, quando também foi criado o seu Conselho Consultivo (RHODEN, 1999, p. 195). Desde a sua criação, a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), como hoje é denominado, vem sofrendo mudanças de enfoque e abrangência, sempre em consonância com as principais deliberações que se transcorreram e se sucedem em âmbito mundial. A Carta de Veneza<sup>39</sup> é um desses muitos exemplos. Documento resultante do IIº Congresso

---

<sup>39</sup> Carta Internacional sobre a Conservação e a Restauração dos Monumentos e Sítios. IIº Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza: ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, 1964. Disponível em: IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto



Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos, ocorrido em 1964 na cidade italiana de Veneza, ampliou e consolidou os princípios fundamentais para a conservação e o restauro dos bens culturais, inserindo-os em um contexto mais amplo e extensivo.

Na década de 1970, a autarquia nacional passou por transformações importantes que lhe conferiram um caráter mais dinâmico a partir da ampliação do número de diretorias regionais. Com isso, o Estado do Rio Grande do Sul veio a sediar, na cidade de Porto Alegre, uma destas. Porém uma das alterações fundamentais foi aquela que determinou uma nova visão sobre os elementos que deveriam ser considerados patrimônio nacional. Passou-se a considerar como tal, não somente aqueles edifícios que possuíam uma ligação mais direta com a história “oficial” ou com os movimentos artísticos mundiais refletidos na arquitetura, mas também, e principalmente, os conjuntos urbanos e as manifestações culturais, integrantes do patrimônio imaterial, representativos das diferentes etnias formadoras da nacionalidade brasileira. Esses novos conceitos dinamizaram a proteção legal e trouxeram ao conhecimento da imensa maioria da população brasileira magníficos exemplares e conjuntos arquitetônicos da colonização italiana, como os existentes nas cidades de Antônio Prado e Santa Tereza, analisados posteriormente no Capítulo 5, das colonizações japonesa e alemã e da contribuição da cultura negra, antes pouco valorizados (RHODEN, 1999, p. 197).

Em um amplo aspecto global, nesta mesma década, foram realizadas muitas discussões acerca do reconhecimento e valorização das culturas étnicas, como uma decorrência do processo de modernização no qual todos os cidadãos estavam envolvidos. Berman, em suas análises relacionadas ao assunto, retoma essa questão destacando a sua importância para as sociedades modernas:

(...) um dos temas centrais na cultura dos anos 70 foi a reabilitação da história e da memória étnicas, como parte vital da identidade pessoal. Trata-se de um processo marcante na história da modernidade. Os modernistas de hoje não mais insistem, como faziam com frequência os modernistas do passado, em que precisamos deixar de ser judeus, negros, italianos, ou qualquer outra coisa, a fim de sermos modernos. Se é possível afirmar que

as sociedades em seu conjunto aprendem alguma coisa, as sociedades modernas dos anos 70 parecem ter aprendido que a identidade étnica – não apenas a própria mas a de todos – é essencial à profundidade e à plenitude próprias que a vida moderna proporciona e promete a todas as pessoas (BERMAN, 1986, p. 316).

E é exatamente a partir deste novo olhar sobre as identidades étnicas e, especialmente, sobre a relevância de seu valor e do valor de sua herança patrimonial, que foram implementadas novas regulamentações e incentivos à sua preservação. Neste sentido, e em um especial momento, suscitado pelos preparativos acerca da comemoração do Centenário da Imigração Italiana no Estado do Rio Grande do Sul, que a arquitetura dos imigrantes italianos adquire em toda a RMSG uma importância ainda mais relevante. As construções de madeira, ainda remanescentes sobre o território alcançam, por suas características e peculiaridades, um novo status de representação social, mediante a chancela de sua importância como elementos referenciais de uma cultura peculiar, legitimando sua originalidade e intensificando ainda mais os esforços pela sua preservação.

O processo de construção do patrimônio histórico e artístico, além de se constituir como prática inserida dentro de uma determinada concepção de modernidade, deve também ser compreendido enquanto prática social produtiva, conforme teoriza o antropólogo e cientista social Antônio Augusto Arantes, atribuidora de valor em diferentes esferas:

(...) de valor econômico e que pode ser aumentado ou diminuído, dependendo do tratamento que se dê aos bens preservados; de valor simbólico, constitutivos da memória, da territorialidade e da identidade nacional, além de outras identidades mais específicas e locais; e de valor político, levando ao aspecto da hegemonia e ao dos direitos culturais (ARANTES, apud: FONSECA, 1997, p. 19).

Neste sentido, ressalta-se a importância de que a atribuição de valor aos bens preservados seja feita mediante a atuação não apenas dos agentes institucionais, mas também de toda a sociedade, atuando, direta ou indiretamente, para esta construção. É preciso que as vozes dos diferentes grupos sociais que compõem aquela determinada comunidade sejam ouvidas, propiciando uma interação entre os anseios e desejos de ambas as partes, o que possibilitará em um

adequado entendimento e uma melhor aceitação destas práticas de política pública.

A um determinado bem ou conjunto de bens pode ser atribuído um valor correspondente às suas características físicas, qualidades construtivas e excepcionalidades, enquanto representativo de uma comunidade, o que fundamenta a sua relação com o processo de pertencimento desta para com o seu ambiente, tornando-se assim, conforme já mencionado, parte fundamental na produção do seu imaginário coletivo. Desta forma, o valor atribuído também se encontra intimamente ligado à memória coletiva desta mesma comunidade, que remete às lembranças de um passado que deixou marcas e rastros, e que produziu referenciais concretos. A experiencição constante em torno desses elementos revive naqueles que dela compartilham, as tradições e costumes que ainda se fazem presentes no dia a dia coletivo, como frequentar as celebrações na igreja, escutar o badalar do sino no alto de seu campanário, passear pelas praças, participar das celebrações que são promovidas em seu entorno. Situações corriqueiras que definem uma identidade e o sentimento de pertencimento a uma comunidade, a uma cidade, a um território, a uma nação.

Todos os indivíduos possuem memória. Ao utilizar-se desta capacidade eles se tornam aptos a recordar, relembrar, reviver, representar coisas, lugares, pessoas, fatos. São instigados a experimentar novamente situações de um passado em tempo presente, reexpor tudo aquilo pelo qual já passaram ou pelo qual outros experimentaram ao longo de uma vida e que são do seu domínio. A cidade e o território também possuem memória. Ela é a base do conhecimento que permite a formulação e disseminação de ideais, ideologias e cultura, o alicerce para a construção e manutenção das tradições e dos costumes, portanto da identidade de uma comunidade. A memória se nutre nos valores do passado, nas representações sociais, nas produções intelectuais e materiais, que tem na cidade e, de forma mais abrangente, no território, o seu lugar por excelência. A preservação deste ambiente de valores atribuídos é, portanto, o seu fundamento. Segundo o arquiteto Roberto Segre,

(...) o desaparecimento dos símbolos referentes de uma cultura herdada cuja existência é negada pela 'estética' da exploração e da miséria gera uma amnésia permanente no âmbito urbano (...). É necessário resgatar a participação e a memória na escala de toda a comunidade (SEGRE, 1991, p. 101).

No campo do planejamento urbano é imprescindível dispor do conhecimento do passado, pois ele deve estar sempre presente para que as novas ações implementadas sejam também balizadas pelas experiências do passado. Cada vez mais o surgimento, desenvolvimento e oferta de novos instrumentos decorrentes dos avanços tecnológicos contribuem para a catalogação, registro e preservação da memória. Se a aceleração do tempo, por um lado, amplia a necessidade da preservação dos patrimônios materiais e imateriais e da memória, o aprimoramento da tecnologia, decorrente desses novos e dinâmicos tempos, pode contribuir para a disseminação dos fatos e do conhecimento que alimentarão a memória ao mesmo tempo que concorrem para a sua própria manutenção. De qualquer forma, independente dos avanços científicos globalizados, a preservação patrimonial que, conforme já exposto, referencia o cidadão às suas origens, se torna indispensável frente ao processo de “destruição criativa” que se impõe na modernidade. A existência do patrimônio, em todas as suas formas de representação, é, e continuará a ser, um dos principais responsáveis pela formação da memória e da identidade do indivíduo para com o seu meio, mediante o fortalecimento dos laços sociais que os conectam e, principalmente, o fundamento sólido a partir do qual será alicerçada a construção do seu futuro. A este respeito teoriza o arquiteto Nestor Goulart Reis Filho:

(...) para que possamos realizar nossos projetos é essencial mantermos a memória da nossa identidade, pois ninguém pode planejar prescindindo de suas experiências anteriores, de suas referências. É exatamente aí que reside a questão da preservação do patrimônio cultural (REIS FILHO, in: CUNHA, 1991, p.167).

Na interdisciplinaridade que se impõem às questões relativas à memória, muitos dos estudos realizados na área das ciências sociais procuraram demonstrar a sua emergência como um fator social, onde a noção de pertencimento é dada pela presença do semelhante e reforçada através da memória coletiva. Memória esta que, evocada continuamente através das lembranças individuais, sobrevaloriza o espaço social relacionando, portanto, o viver em sociedade como função vital na construção da memória (HALBWACHS, 1990). É exatamente sobre este espaço, onde as sociabilidades têm lugar, que o sociólogo francês Maurice Halbwachs volta as suas atenções. Segundo o autor, é neste ambiente denominado “quadro espacial”

onde a sociedade está envolvida em uma relação de causa e efeito, ou seja, o lugar recebe a marca do grupo ao mesmo tempo que a imprime a ele, que a memória coletiva encontra as condições necessárias para o seu desenvolvimento e difusão.

Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre o espaço, sobre o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças (HALBWACHS, 1990, p. 143).

A ameaça de perda de identidade de um grupo está aí colocada, relacionada com o desaparecimento da memória coletiva, que possui no patrimônio cultural os seus referencias. As cidades e, em um sentido mais amplo, o território no qual elas se encontram estabelecidas, são o espelho da cultura e da memória dos cidadãos que nela habitam. Preservar a memória da cidade se impõe como uma realidade necessária para a sua própria existência, para manter vivos os elos de ligação desta com os seus cidadãos e destes para com o “seu lugar” no mundo.

A aceleração do tempo (HARVEY, 2015) ou “aceleração da história”, como denomina o historiador francês Pierre Nora, provoca sobre os territórios um processo de ruptura com o passado, onde as edificações são permanentemente destruídas e reconstruídas. Segundo este autor, este processo se confunde com o sentimento de uma “memória esfacelada” criando uma descontinuidade dos elementos que alimentam a memória coletiva de uma comunidade. Isso faz com que ocorra uma busca pelos vestígios do passado, procura esta que encontra, em determinados lugares, os ambientes ideais para o refúgio e cristalização da memória. A preservação destes lugares, onde se estabelece a conexão entre um tempo passado e o tempo presente, são denominados por Nora de “lugares de memória”<sup>40</sup>,

---

<sup>40</sup> A expressão *Lugar de memória* é utilizada por Pierre Nora para denominar aqueles locais onde se cristaliza e se refugia a memória. Segundo o autor, são lugares criados em função da aceleração da história, em meio aos fenômenos do mundo contemporâneo como a mundialização, a massificação, à mediatização. Os lugares de memória materialmente se apresentam como vestígios, restos, testemunhos do que já passou. Segundo Nora: “Os lugares da memória nascem e vivem do

imprescindíveis para a continuidade de um ato que não é espontâneo e necessita ser estimulado. Ainda conforme indica, estes são simultaneamente, mas em graus diferentes lugares de materialidade, na medida em que são elementos concretos, lugares simbólicos, pois carregam neles significados diversos e lugares funcionais, espaços “vivos” e com atuação no presente (NORA, 1993, p.21). Monumentos históricos, arquivos documentais, santuários, capelas, igrejas, museus, cemitérios, enfim, edificações e espaços comuns a uma comunidade que investidos como tal, de forma espontânea ou institucionalizada, abrigam e desempenham estes papéis. Porém, para que estes locais sejam respaldados, precisam necessariamente serem investidos de uma aura simbólica no imaginário daquele determinado grupo social.

### **2.3. Italianidade: considerações acerca de uma marca identitária em constante transformação**

Conforme já mencionado na Introdução deste estudo, a italianidade encontra-se em permanente construção, sendo reforçada, ressignificada ou mesmo readaptada ao longo do tempo, em decorrência das transformações que a modernidade impõe sobre as sociedades. Também se insere em um contexto global, assumindo diferentes formas de expressão, porém sem, no entanto, perder a sua essência e as suas raízes, que a remetem ao seu lugar de origem, a península itálica (CHOATE, 2023), à sua milenar e diversificada cultura, e, contemporaneamente, à Itália, como Estado independente. Justamente por estar vinculada à cultura dos povos que de lá partiram, mas igualmente conectada à cultura recriada no país de destino, ela se expressa em diferentes formas, nos diferentes territórios construídos por estes indivíduos, através de suas memórias e de seu imaginário.

---

sentimento que não há memória e espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque estas operações não são naturais". Os lugares da memória se caracterizam como o movimento que articula a memória e a história, pois intencionalmente se busca preservar os vestígios, impedindo a ação do esquecimento. Ao interpretá-los e devolvê-los à sociedade, a história os institui simbolicamente (NORA, 1993).

A italianidade, como se verá a seguir, é, pois, uma manifestação identitária que se expressa através de características globais, mas, ao mesmo tempo, locais. Por isso, neste estudo, é feita a referência a “uma italianidade”, identificada com a região objeto de análise e que emerge da cultura da imigração italiana no nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, como resultado de uma interação entre o homem e o seu lugar, ao longo do tempo.

#### **2.4. A italianidade não é italo-cêntrica: a visão de Piero Bassetti**

A italianidade não é italo-cêntrica. Para defini-la da melhor maneira possível deve-se encará-la como uma manifestação que é global (o conjunto das comunidades italianas no âmbito global) e, ao mesmo tempo, local (as inúmeras ramificações ou subconjuntos de italianos itálicos, italianos suíços, italianos da Dalmácia, ítalo-americanos, ítalo-argentinos, etc., aos quais devem acrescentar-se todos os que apreciam o modo de vida italiano, um estilo de vida e uma cultura muito típicos e fáceis de se reconhecer). A italianidade está presente em todo o mundo e ligada por fortes correntes compartilhadas. Os itálicos se identificam, pelo seu modo de ser itálico, com uma cultura, economia, divertimentos, moda e cozinha de origem itálica... (BASSETTI, apud: BECHELLONI, 2007, p. 102).

A definição de italianidade acima descrita, de autoria do cientista italiano Piero Bassetti<sup>41</sup>, exemplifica, de maneira sintética, a visão de uma “identidade

---

<sup>41</sup> Piero Bassetti é um cientista econômico, empreendedor e político italiano. Natural da cidade de Milão, onde nasceu em 20 de dezembro de 1928, é graduado em Economia e Comércio pela Universidade Luigi Bocconi, localizada naquela cidade e especialista em Ciências Econômicas pela London School of Economics, tendo desenvolvido especialização na área acadêmica também na Cornell University nos Estados Unidos da América. Na política, cumpriu mandatos como Presidente da Região da Lombardia, no período compreendido entre os anos de 1970 a 1974, e como Deputado da República Italiana em duas legislaturas consecutivas, entre os anos de 1976 a 1983. De 1983 a 1992 foi simultaneamente presidente da União das Câmaras de Comércio da Itália, a Unioncamere, e, posteriormente, entre os anos de 1993 a 1999, foi Presidente da Associação das Câmaras de Comércio Italianas no Exterior (CCIE). Bassetti também foi membro do V conselho do CNEL, entre os anos de 1989 a 1995, na qualidade de perito, nomeado pelo Presidente do Conselho de Ministros. Entre os anos de 1999 a 2003 foi eleito presidente da *Assoconsulenza*, uma organização autorregulada pela categoria de Consultores de Investimento. Em 1997, Bassetti funda a *Globus et Locus*, um observatório político sobre a glocalização e os italianos no mundo, que congrega vários órgãos funcionais e territoriais importantes (fundações bancárias, autoridades locais, universidades, câmaras de comércio) e se dedica à pesquisa e projetos sobre os principais aspectos da globalização. Em 1998 funda a Fundação Giannino Bassetti, da qual ainda é Presidente. Uma de

italiana” que é compartilhada pelos “itálicos” no mundo todo, ou seja, por todas aquelas pessoas que, por motivações mais diversas, se identificam com a cultura milenar e com o “*modo de viver*” dos habitantes da península itálica. Para o autor a italianidade é um fenômeno glocal, ou seja, uma marca identitária construída mediante o intercâmbio de valores culturais identificados simultaneamente com aqueles criados ou desenvolvidos nos diversos países onde os imigrantes italianos se estabeleceram, com aqueles que são universalmente conhecidos e que remetem à Itália. Desta forma os valores locais e globais acabam por gerar, como resultado desta interação, um terceiro valor que, como consequência, termina por enfatizar ainda mais os dois primeiros. Tudo isso se torna cada vez mais perceptível, porque no mundo globalizado de hoje o mercado, assim como a informação, está cada vez mais conectado e digital.

A compreensão que se faz da italianidade, para o fim de análise desta tese, vem ao encontro do pensamento de Bassetti, e em consonância ao de Choate (CHOATE, 2023), exteriorizado na Introdução deste estudo, por entender que como marca identitária ela se encontra intimamente ligada aos valores culturais italianos, mas, da mesma forma, relacionada de maneira intrínseca com a experiencição que os indivíduos estão submetidos, a partir da relação de espaço e tempo que se processa no lugar escolhido para o desempenho de suas atividades essenciais. Por esse motivo, a italianidade também é plena de sentimento de pertencimento ao lugar onde se revela e encontra-se em constante transformação, não sendo, portanto, manifestada de forma homogênea nos diversos lugares onde é verificada, sendo, por esse motivo, não italcêntrica.

Segundo o sociólogo Giovanni Bechelloni (BECELLONI, 2007), deve-se a Bassetti a criação da conceituação da italianidade, ampliando o seu entendimento, e também da iniciativa de tê-la colocado em circulação, tanto na língua italiana (“*L’italianità*”) bem como na língua inglesa (“*italianity*”). Bassetti tornou-se o seu teórico, enriquecendo-a no seu significado e introduzindo-a no debate italiano e internacional que estava ocorrendo em vários centros internacionais como Milão, Viena e, em especial, em Washington, onde os debates tiveram lugar no ano de 2002. Como presidente da Câmara de Comércio de Milão, da União das Câmaras de

---

suas frases mais famosas é: “feitas as regiões, agora precisamos fazer os regionalismos” (BASSETTI, 2015).



Comércio Italianas e da União das Câmaras de Comércio Italianas no mundo, foi nesse último papel que, segundo Bechelloni, Bassetti

(...) elaborou suas ideias a respeito das múltiplas virtudes dos italianos e dos itálicos que são ativos em tantos lugares e desempenham tantos papéis, impelidos por seus empreendimentos e por outras qualidades e atributos culturais que derivam do legado de milhares de anos de civilização itálica. Qualidades e atributos que são, por assim dizer, contagiosos, por serem adquiridos, no todo ou em parte, por outras pessoas em todo o mundo que não são etnicamente italianas, nem descendem de italianos (BECHELLONI, 2007, p. 105).

A palavra “itálico” tem origem na Roma antiga, e designa, como informa Bachelloni, três tipos diferentes de indivíduos: os verdadeiros italianos, aqueles que vivem na Itália ou no estrangeiro e o são perante a lei, os de origem italiana por descendência materna ou paterna que, tendo adquirido a nacionalidade e a língua de outros países, ainda mantém, em todo ou em parte, a marca das características culturais originárias, e os demais que, embora não possuam laços de parentesco com nenhuma das duas anteriores, nem descendam delas, adotaram, no todo ou em parte, os traços culturais dos italianos (BECHELLONI, 2007). Seria perfeitamente possível acrescentar ainda, nessa abordagem, uma quarta categoria de “itálicos”: aquelas pessoas que contraíram matrimônio com italianos e seus descendentes e que, por associação, participam ativamente da vida e dos costumes ditos italianos. Todos, de algum modo, estão ligados culturalmente à Itália, seja pelo estilo de vida, pelo domínio da língua, ou por uma afeição a um ou outro aspecto da vida italiana, como a ópera, a culinária, a arte, a moda, a literatura, ou mesmo, a religião católica.

Os itálicos, portanto, são os três grupos dimensionáveis de homens e mulheres que se encontram vinculados de várias maneiras com coisas que estão presentes e vivas no mundo ainda hoje – assim como traços históricos e individuais visíveis, memórias coletivas, práticas, rituais, estilos de vida, tradições que se mantiveram através da comunicação por várias gerações, novas invenções, tudo isso remontando de várias maneiras às origens da civilização italiana (BECHELLONI, 2007, p. 105).

Em decorrência da compreensão de que os “itálicos” se encontram ligados mediante aos vínculos que se formam em torno da cultura de origem italiana, da memória, das tradições herdadas e transmitidas, que Bechelloni conclui que são

eles, “os criadores sociais da italianidade” (BECHELLONI, 2007, p.105). É importante destacar neste estudo, de forma complementar, que o conceito que distingue os “povos itálicos” dos “italianos”, para Bassetti, autor no qual Bechelloni afirma ter se baseado para a construção de suas próprias ideias acerca da italianidade, não encontra uma resposta “literária” precisa, originária, portanto, em descobertas e pesquisas feitas através de uma produção literária específica, mas sim resultante de percepções “existenciais”,

(...) originadas de longa experiência em diferentes papéis institucionais de todo o mundo, em reuniões e contato com comunidades, instituições e pessoas, nos relacionamentos e experiências compartilhadas (planejamento) com as comunidades empresariais "Itálicas" proeminentes em todos os lugares (mas especialmente aqui nas Américas) (BASSETTI, in: JANNI; McLEAN, 2002, p. 13)<sup>42</sup>.

A italianidade, segundo ambos os autores, está certamente ligada ao caráter italiano, mas não se confunde com ele, por não carregar consigo conotações nacionalistas e por não se identificar de forma direta ao Estado italiano ou à Nação italiana. Ela possui uma gama mais ampla, uma importância universal, porque possui raízes no Mundo Antigo, na religião e na cultura que se originou da miscigenação de povos que deram vida à grande civilização greco-romana. Esta visão que amplia os horizontes da italianidade se propõe à conectá-la aos processos expansionistas promovidos pelas repúblicas e cidades marítimas italianas que durante muitos séculos cruzaram os oceanos, ampliando fronteiras, e carregando consigo um certo “algo” que “foi infundido, não com o desejo de poder, mas sim com valores universais conectados ao conceito do indivíduo humano, valores de origem romana e católica, que transcenderam qualquer tipo de conotação étnica ou objetivo hegemônico” (BECHELLONI, 2007, p. 106).

De maneira complementar, a italianidade se conecta à grande onda de migrações que foi uma das características marcantes da demografia do recém-formado reino italiano, a partir dos anos finais do século XIX, e que perdurou, de

---

<sup>42</sup> BASSETTI, in: JANNI; McLEAN, 2002, p. 13 – “(...) originating from long experience in different institutional roles of throughout the world, in meetings and contact with communities, institutions, and people, in relationships and shared (planning) experiences with the preeminent "Italic" business communities everywhere (but especially here in the Americas)”.

maneira intermitente, até a década de 1960. Esse movimento, ao qual aderiram milhares de italianos, foi denominado por muitos autores de “diáspora italiana” (BASSETTI, 2002; BECHELLONI, 2007; FRANZINA, 2006; VILLA, 2002). Como principais destinos desta migração destacavam-se países europeus e os países que se apresentavam, naquele período, como os componentes do Novo Mundo: Canadá, Estados Unidos, Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguai e Austrália. Esses encontravam-se em franco desenvolvimento e necessitavam, como no caso do Brasil, de mão de obra de trabalho nas lavouras, principalmente as de café localizadas no interior de São Paulo, e de cidadãos que se dispusessem a colonizar áreas desabitadas do território, como as terras devolutas nos estados do sul. Através de acordos governamentais e da oferta de toda a ordem de incentivos, esses países procuraram atrair imigrantes europeus para postos trabalho em seus territórios.

Mais recentemente, segundo as considerações de Bassetti e Bechelloni, duas outras características importantes conectam à italianidade aos tempos atuais: o denominado “mantra” *made in Italy*, que encontrou nessa italianidade sua origem e razão de ser, tornando-se também ele um ativador da italianidade e o movimento das novas migrações para a Itália nas últimas décadas, onde é possível encontrar “itálicos” que são cidadãos italianos e imigrantes ilegais, advindos de países da China, do Japão, do continente Africano e da Europa Oriental. Todos esses fatores contribuem para que o conceito de italianidade seja definido, conforme as colocações de Bassetti, como uma manifestação que é, ao mesmo tempo global e local, em função das inúmeras ramificações de “itálicos” no mundo hoje. Por esse motivo, ao concluir sua discussão em torno da italianidade, Bechelloni afirma que ela

(...) origina-se coerentemente de uma pluralidade de fontes e é um produto típico da interação e da comunicação que estão sendo construídas por movimentos da população (os inúmeros grupos de migrantes que entram na Itália e dela saem) e por movimentações de bens e dinheiro, de ideias e obras da mente humana. Isso, visto da minha perspectiva de sociólogo que estuda comunicação, é um produto da inteligência e das habilidades de comunicação de italianos, itálicos e seres humanos (BECHELLONI, 2007, p. 107).

A essa visão global, menos hegemônica e mais ampla, a respeito da italianidade que provém da análise e observação de pesquisadores e estudiosos

italianos, vem somar-se aquelas concentradas em esferas mais locais, propostas por pesquisadores e estudiosos brasileiros, que a conceituam a partir do período que se inicia com a chegada dos primeiros imigrantes italianos ao Brasil.

## **2.5. A italianidade no interior paulista**

As diversas comunidades no país foram formadas, no final do século XIX, a partir de sucessivas levas de imigrantes italianos que tiveram como destino principalmente as regiões sul e sudeste brasileiras. Estabelecidos e integrados à nova realidade, estes imigrantes absorveram paulatinamente parte da cultura local, porém sem deixar de manter e cultivar as suas tradições e costumes, transmitindo-os para seus descendentes. Objeto constante de pesquisas, principalmente relacionadas às Ciências Sociais, o tema da italianidade tem despertado o interesse de historiadores cientistas sociais e urbanistas.

A italianidade, em termos antropológicos, encontra-se estreitamente relacionada a uma “identidade étnica” (TUZZI, 2016; ZANINI, 2006), no caso aqui os italianos, que diferencia um determinado grupo de indivíduos identificados entre si através da cultura, das práticas sociais, da língua, quando contraposto a outro grupo com características distintas, ou, em outras palavras, corresponde essencialmente a “uma fronteira social interposta entre um determinado grupo e “os outros” (TRUZZI, 2016, p.15).

Em “*A italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)*”, Oswaldo Truzzi (TRUZZI, 2016) discute o tema da identidade étnica italiana no contexto específico do interior do Estado de São Paulo, destino para o qual rumou a maior parcela de imigrantes italianos provenientes das mais diversas regiões italianas que chegaram ao Brasil. Argumenta, ao longo do seu estudo, como, em conjunturas históricas distintas, processos de afirmação da identidade e processos de assimilação marcaram a trajetória de italianos na região onde predominou a economia cafeeira, demonstrando que a questão da afirmação

étnica de um grupo pressupõe estratégias variadas, ora de aceitação, ora de resistência, ao processo de assimilação. O autor afirma que

(...) em um processo migratório, é obvio que culturas tradicionais de origem não se mantenham inalteradas, mas também é evidente que os caminhos que conduziram à plena integração, num trabalho que o tempo realiza ao longo de gerações, podem variar muito. O desafio é, portanto, empreender uma narrativa sensível desse processo, sem abastardá-lo segundo um padrão preconcebido e invariável para quaisquer grupos. Deste modo abandona-se a noção de identidade étnica como a-histórica, para entendê-la como “construção cultural historicamente determinada e iterativamente renegociada, por solicitações tanto internas ao próprio grupo, quanto externas da sociedade mais ampla” (TRUZZI, 2016, p. 17).

Truzzi compreende a italianidade como um processo histórico que vem sendo construído no Brasil desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos no país e alterado através da história e das gerações de descendentes que se sobrepõem, mediante estímulos sociais, culturais e econômicos, que tanto partem de dentro como também de fora de seu meio. A italianidade, segundo o autor, “não pode ser encarada como categoria fixa e já previamente estabelecida, devendo ser vista como uma forma de identificação construída a partir da experiência social heterogênea daqueles denominados como italianos” (TRUZZI, 2016, p. 18), em sintonia com as afirmações de Bassetti e Bechelloni. Importante destacar a questão da heterogeneidade das experiências sociais, as quais, Truzzi se refere. O contato dos emigrados italianos com outros grupos étnicos que já se encontravam estabelecidos nas fazendas e nas cidades paulistas foi bem mais rápido e direto, incluindo aí a relação entre eles próprios, italianos nortistas e sulistas, identificados por diferenças culturais marcantes. Fatores que acabaram por delimitar fronteiras étnicas entre o “nós e os outros”, o que possibilitou também a condução, de maneira lenta, do reconhecimento desses grupos de imigrantes italianos distintos como um só grupo étnico. Tal processo, como afirma Truzzi, “trouxo consequências sobre a formação de uma identidade comum, na medida em que falar e designar significa classificar, qualificar e, portanto, instaurar uma identidade” (TRUZZI, 2016, p. 37).

O fato destes grupos de imigrantes terem convivido por alguns anos trabalhando lado a lado com trabalhadores negros ainda escravizados e, posteriormente à abolição da escravidão, com muitos que ainda permaneceram

libertos, nas propriedades, fez com que, junto aos imigrantes, fosse despertada a necessidade de autoafirmação através da diferenciação racial entre brancos e negros. Este foi, segundo o autor, um importante elemento que veio a contribuir para essa identidade que se encontrava em formação. Endossavam essa ideia fatores ideológicos que circulavam entre as elites naquele período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, que julgavam que grande parte dos males da nação tinham como causa o contingente cada vez maior de descendentes de escravos. Portanto, a imigração de europeus serviria como uma redenção, tendo em vista que, àquela época, esses imigrantes eram vistos como mais eficientes e mais qualificados para o trabalho, fato que foi assimilado por grande parte deste grupo. Importante destacar aqui que a visão do trabalho, para a sociedade brasileira do final do séc. XIX, não era ideologicamente positiva (KOWARICK, 1987) tendo em vista que a maior parte dele estava ao encargo de escravos que o realizavam em condição de extrema submissão. Essa realidade será paulatinamente transformada, antes mesmo da abolição da escravatura, com a chegada dos movimentos migratórios ao Brasil. “O imigrante italiano, em particular, “possuía uma relação positiva com o trabalho, considerando-o uma forma de dignificação e uma possibilidade de ascensão social” (ZANINI, 2006, p.49). Dentro de um processo de modernização, estes foram vistos como elementos relevantes para a formação de um mercado interno que antes era praticamente inexistente (TRUZZI, 2016).

A valorização do trabalho e a construção de uma visão ética sobre a sua importância como formador de uma nova classe consumidora de bens e serviços, de cidadãos que, através dele, poderiam conquistar independência e ascensão social é assinalada por Truzzi como um outro elemento que contribuiu de maneira efetiva para fortalecer a identidade que se encontrava em formação. Segundo o autor, os imigrantes italianos no interior paulista “ajudaram a fundar uma ética do trabalho, mesmo que pouco coletivista e essencialmente individualista” (TRUZZI, 2016, p. 41). Na continuidade de sua análise, aponta certas diferenças entre as identidades em formação que tiveram lugar no meio rural e no meio urbano.

Séculos de autoritarismo instaurado contra uma numerosa população de trabalhadores escravos não poderiam deixar de influenciar as relações de trabalho entre patrões e empregados nas propriedades rurais onde a imensa maioria dos imigrantes chegados à São Paulo iniciaram suas atividades. O controle quase

absoluto e a prepotência dos fazendeiros sobre a organização do trabalho e as atividades de lazer fizeram com que fosse solapado o potencial fortalecimento de uma identidade italiana. Mantidos sob quase total dependência econômica de estabelecimentos mantidos para o abastecimento de subsistência dentro das fazendas, onde eram obrigados a consumir, não possuíam assistência médica nem religiosa, situação que acabou provocando duras críticas por parte da imprensa italiana que chegou a desaconselhar a emigração para o Brasil. As relações de apoio e congregação, bem como as possíveis mobilizações entre grupos de imigrantes localizados em uma mesma região eram pouco frequentes, o que inibia as formas de organização política ou mesmo étnica entre os colonos, bem como as possibilidades de mobilidade social e de postos de trabalho (TRUZZI, 2016, p. 44-46), que na época eram intensas, principalmente no meio urbano. Isso contribuiu para que a o sentimento de uma identidade étnica se manifestasse, de forma mais evidente, no núcleo familiar, impondo uma sociabilidade restrita apenas às famílias da própria fazenda ou das vizinhanças mais próximas. Isso acarretou, segundo Truzzi, “padrões conjugais fortemente endogâmicos, não apenas à nacionalidade, mas também em relação às macrorregiões (Norte e Sul) e mesmo regiões (Vêneto, Calábria, Campania, Lombardia, Abruzzo etc.) da Itália” (TRUZZI, 2016, p. 49). Fato que de certa forma reconstruiria em território brasileiro “as condições de estruturação da família múltipla<sup>43</sup>, principal forma de organização social da península itálica, como de resto ocorreu em todo o mediterrâneo” (DI GIANNI, apud: TRUZZI, 2016, p. 54-55).

O núcleo familiar exerceu, sem dúvida alguma, a força de coesão necessária que possibilitou a união e o sentimento de pertencimento a uma origem comum, constituindo-se em um dos principais sustentáculos da identidade étnica entre esses

---

<sup>43</sup> Oswaldo Truzzi cita aqui o historiador Tercio Di Gianni, que na sua obra *“Italianos em Franca”* se apoia no conceito de família múltipla utilizado por Fernand Braudel em *“Os homens e a herança no Mediterrâneo”*, publicado no Brasil pela Editora Martins Fontes em 1988, onde esse autor a caracteriza através de cinco particularidades principais: 1. Tende a assimilar um número crescente de consanguíneos vivos, segundo uma linha de descendência masculina depositária da autoridade; 2. Seu patrimônio compreende idealmente a terra, a casa, os instrumentos agrícolas e o gado; 3. Constitui-se como uma unidade de produção e consumo, tendendo à autossuficiência; 4. Sua estrutura tende a se reproduzir a cada geração, mas o ciclo familiar pode atingir até três gerações, quando normalmente se concluem os processos de segmentação que dão origem a uma nova unidade; 5. Sua perpetuação fica condicionada à possibilidade de desmembramento da unidade social de produção original, ou à aquisição de um novo território em propriedade ou usufruto (TRUZZI, 2016, p. 55).

imigrantes. A terra e o trabalho exercido sobre ela também foram igualmente importantes, como atesta o fato de que muitas famílias conseguiram conquistar suas posses, um dos maiores desejos dos imigrantes que para cá rumaram, após muitos anos de trabalho, geralmente adquirindo propriedades próximas às fazendas onde trabalhavam. Muitos experimentaram uma grande mobilidade social, passando do campo ao pequeno comércio e deste a um maior, da pequena à grande indústria e destes novamente ao campo, agora não mais como empregados humildes, mas como ricos fazendeiros (DE LUCA, apud: TRUZZI, 2016, p. 57).

A análise de Truzzi acerca da italianidade no interior paulista contempla também a situação daqueles imigrantes que se estabeleceram no meio urbano onde, segundo o autor, a discussão “se coloca sob outros moldes, porque o associativismo étnico quanto as oportunidades para a mobilidade socioeconômica foram mais relevantes nesse contexto” (TRUZZI, 2016, p. 61). Aqueles imigrantes que possuíam certas habilidades técnicas e conhecimento, mesmo que insipiente, na área comercial, permaneceram nas cidades e passaram praticamente a dominar o comércio e os ofícios, além de terem sido responsáveis também pelo crescimento e ampliação das incipientes indústrias locais. A economia cafeeira possibilitava o crescimento de diversas atividades comerciais onde, segundo o autor, a presença dos italianos era cada vez maior. É, portanto, correto afirmar, que a vinda dos imigrantes italianos para o país impulsionou o processo de modernização das regiões onde se estabeleceram. Além do envolvimento nas atividades econômicas, os italianos também foram responsáveis pela criação de grupos musicais e bandas, geralmente vinculadas às associações mutualistas também por eles criadas, que contribuíram para o incremento da vida social e a sua efetiva inserção neste contexto, o que não ocorreu no meio rural.

Isso favoreceu o surgimento de uma elite étnica local (TRUZZI, 2016, p. 77), formada por italianos e descendentes, que passou a ser paulatinamente reconhecida pelas tradicionais elites já estabelecidas. A união civil entre italianos e representantes da oligarquia tornaram-se frequentes, proporcionando que esses imigrantes tivessem voz e se tornassem, politicamente, representantes de seus conterrâneos.



As associações italianas passaram a surgir em maior número, sobretudo a partir da última década do século XIX e, segundo Truzzi, “representaram, pois, uma instância significativa da italianidade” (TRUZZI, 2016, p.83) que difundiam entre seus associados a cultura desses imigrantes. Muitas atividades assistenciais e recreativas em paralelo com aquelas que comemoravam as datas patrióticas italianas contribuíram para que uma “consciência de italianidade” (DURHAM, apud: TRUZZI, 2016, p. 83) fosse formada e manifestada. Além do mais ofereciam atendimento assistencial beneficente que, apesar dos percalços financeiros, constituiu-se, segundo o autor, em elemento importante de reforço desta identificação enquanto grupo étnico. Apesar da integração que estas associações promoviam, problemas de convivência detectados no meio rural, entre sulistas e nortistas da península italiana, também foram manifestados no meio urbano<sup>44</sup>. Os laços identitários dos imigrantes tinham origem, como não poderia deixar de ser, em seus *paesi* locais, em um território recém unificado do qual ainda não se tinha a consciência de um Estado Nação como veio a se tornar, ou melhor, se consolidar, a Itália como um país unido. O descaso e a falta de assistência aos emigrados por parte do Estado italiano, observado durante as primeiras décadas após o início do processo migratório foi um dos fatores que também contribuiu para que a identificação com a Itália ficasse prejudicada, dificultando o reforço de uma identidade étnica vinculada àquele país que, conforme comentado anteriormente, ainda carecia de uma unidade de representação simbólica como nação. É importante lembrar que também com relação aos emigrados que tiveram como destino o sul do país, a incúria das autoridades italianas ocorreu da mesma forma (TRUZZI, 2016; MANFROI, 2001; ARDUINI, 1925; AZEVEDO, 1982).

Com a ascensão de Benito Mussolini, a partir de 1922, a Itália, e especificamente o Partido Nacional Fascista do qual era o representante máximo, passou a enxergar com outros olhos o processo migratório de italianos para as Américas. Um ingrediente político que passou a ser essencial para o fortalecimento

---

<sup>44</sup> Tais problemas de convivência, mencionados por Truzzi em seu estudo, encontram-se comprovados em uma citação destacada pelo autor, de Alfredo Farina, diretor do periódico *Lo Scudiscio* que era publicado na cidade de Ribeirão Preto, onde se lia: (...) nós aqui, não somos todos da Itália; nós aqui, não nos sentimos italianos, mas piemonteses, calabreses, sicilianos, vênnetos, toscanos, etc., etc., segundo a região na qual nascemos. O regionalismo, do qual se ouvem os tristes efeitos mesmo na Itália, aqui se desenvolve em grau maior; parece que se volta aos tempos medievais” (FARINA, apud: TRUZZI, 2016, p. 89).

das relações identitárias entre os emigrados e o seu país de origem, tendo em vista que o governo fascista passou a apoiar cada vez mais estas relações de contato, “tendendo a ver os imigrantes como representantes e propagandistas potenciais dos interesses econômicos e políticos de uma nova Itália, que redefinia positivamente seu papel no cenário das nações” (TRUZZI, 2016, p. 101). Os ideais fascistas acabaram tendo maior penetração entre as classes mais abastadas do meio urbano, principalmente entre os italianos da primeira geração que haviam partido da Itália. Segundo Truzzi, entre os descendentes já nascidos em solo brasileiro, houve uma predileção pelas ideias propagadas pelo Integralismo Nacionalista<sup>45</sup>. No meio rural, em contrapartida, segundo o autor, a influência do fascismo teve pouca abrangência, fato esse que talvez tenha ocorrido em função de um certo isolamento dos centros urbanos. Assistiu-se, a partir desse período, um progressivo aparelhamento das associações com a clara intenção de se promover, entre os imigrantes italianos, uma identidade entre um regime político e uma nação. O autor afirma que apesar de terem ocorrido desconfianças em relação às doutrinas e ao novo regime, de modo geral consulados, escolas, associações e imprensa comungaram dos ideais fascistas, o que acabou por consolidar a italianidade, “reforçando, pelo menos até o final da década de 1930, o sentido de pertencimento à nação de origem” (TRUZZI, 2016, p. 105).

Com a decretação do Estado Novo, estabelecido entre os anos de 1937 e 1945, pelo governo de Getúlio Vargas, um novo período iniciou-se no Brasil, preconizado por uma política ideologicamente nacionalista e de forte expressão, que acabou por limitar as atividades de associações estrangeiras em solo nacional, impedindo, em muitos casos, o seu funcionamento, o que decretou a impossibilidade dos imigrantes italianos e seus descendentes de cultivarem a sua italianidade. Em 1938 também as atividades de partidos políticos foram suspensas e a representatividade e influência conquistadas pelos descendentes de italianos ficou abalada. Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em 1942, contra os

---

<sup>45</sup> Movimento político brasileiro considerado de extrema-direita que surgiu no Brasil na década de 1930 e deu origem a um partido político influenciado por ideais e práticas fascistas. Fundado com o nome de Ação Integralista Brasileira (AIB), possuía como lema “Deus, pátria e família”, o que indicava a forte influência religiosa cristã que tinha na figura divina a representante absoluta em termos de estrutura hierárquica. Preconizava a criação de um Estado Integral, que uniria a população brasileira em torno de um único lar, representado pela pátria e que possuiria na família sua menor unidade de

países do Eixo, dos quais a Itália era aliada, essa situação foi agravada. Com o término da guerra, e a Itália tendo sido derrotada, “a evocação de uma italianidade carecia de sentido e, ademais, tornara-se imprópria no contexto político” (TRUZZI, 2016, p. 120). Em suas conclusões Truzzi afirma que, ao final estes aproximadamente setenta anos que se transcorreram desde o início das imigrações de italianos para o interior de São Paulo, período que compreende o recorte temporal proposto,

(...) assiste-se ao coroamento do processo de “des-etnização: o reduto da italianidade se circunscreveu ao campo delimitado pelo que o sociólogo americano Herbert Gans denominou “etnicidade simbólica”: uma forma de etnicidade vivenciada por indivíduos que podem “se sentir étnicos” ocasionalmente em família, cultivando tradições alimentares ressignificadas, ou atividades de lazer e religiosas, mas que implica poucos compromissos na vida social do dia a dia” (TRUZZI, 2016, p. 126).

Os descendentes de famílias italianas tornaram-se definitivamente, segundo o autor, brasileiros e desapegados de suas origens e antepassados, indiferentes à sua história. Porém reconhece que a partir dos anos 1980 uma revalorização da italianidade passou a ocorrer entre os oriundos de gerações posteriores com o intuito de associar essa questão com vistas à obtenção de alguma vantagem econômica ou mesmo de conquistar o prestígio de ser possuidor de um passaporte que lhes permitisse transitar livremente pela União Europeia, processo que se disseminou entre todos os descendentes italianos que vivem em solo brasileiro.

## **2.6. A italianidade na região central do Estado do Rio Grande do Sul**

A italianidade, como marca identitária, consolida-se entre os descendentes dos primeiros imigrantes italianos que por aqui aportaram, como resultado de um longo processo histórico de experientiação e vivência como grupo social, a partir do

---

organização social. Considerada o “início e fim de tudo” a família garantiria a manutenção e transmissão das tradições para as gerações futuras. Foi extinto em 1937.

vínculo com o lugar de origem, determinante de uma primeira bagagem cultural, e o lugar de destino, escolhido para o desenrolar de uma vida plena. Ações externas ao grupo, e também internas, propiciam toda uma série de impulsos de ordem social, cultural e econômica que moldam, ao longo do tempo, a construção contínua, ora descontínua, dessa identidade étnica, que também sofre a influência do imaginário coletivo, alimentado por símbolos, conceitos e memórias, como contribuição formativa.

Esta teoria, também é defendida pela cientista social Maria Catarina Chitolina Zanini (ZANINI, 2006), em *“Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria-RS”*, publicação fruto de sua tese de doutorado em Antropologia Social. De forma semelhante ao estudo desenvolvido por Truzzi, a pesquisa realizada por Zanini teve como objetivo a análise da construção da italianidade, a partir de uma perspectiva antropológica, focada em um contexto específico: o dos descendentes de imigrantes italianos nos municípios de Santa Maria e Silveira Martins, ambos localizados na região central do Estado do Rio Grande do Sul, estabelecida em uma localização próxima à RMSG, objeto de análise desta Tese, a qual possui, com aquela região, laços culturais de muita proximidade.

Silveira Martins é conhecida ainda hoje como o “Berço da Quarta Colônia” por ter dado início ao Quarto Núcleo de Imigração Italiana em terras riograndenses. Foi fundada no ano de 1887 pelo governo imperial, na localidade conhecida como *Val de Buia*, entre os municípios de Santa Maria e Cachoeira (MANFROI, 2001), para dar continuidade ao processo de colonização que havia sido iniciado na região nordeste, após o estabelecimento das três primeiras colônias: Conde d’Eu, Dona Isabel e Campo dos Bugres, respectivamente os atuais municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias do Sul, conforme já mencionado. No ano de 1987, Silveira Martins foi emancipada do município de Santa Maria e hoje compõe, juntamente com Nova Palma, Faxinal do Soturno, Ivorá, Dona Francisca, Pinhal Grande, Agudo e Restinga Seca, os chamados municípios da Quarta Colônia.

As entrevistas e encontros junto às famílias silveiramartinenses e santamarienses, demonstraram que muitos de seus descendentes pouco sabiam da história de seus ascendentes no período anterior à imigração, mas possuíam como referência a origem italiana e, desta forma, julgavam-se portadores de uma distinção

perante a sociedade local (ZANINI, 2006, p.13). A busca pelas origens transformava a história familiar em um patrimônio que se desejava delegar às gerações futuras. A autora aponta a identificação de uma característica importante, a qual denomina de “recriação de tradições”, que consiste no fato de que muitas famílias, ao descobrir suas cidades de origem na Itália, passavam a pesquisar sobre elas e adotar como seus os costumes dos habitantes daquela região. Algo como a “evocação de uma italianidade” a qual Truzzi se referia anteriormente em relação às famílias do interior paulista.

As memórias cultivadas entre os descendentes incluíam sempre as lembranças da longa viagem protagonizada pelos antepassados, os primeiros anos de enormes dificuldades enfrentadas em solo gaúcho e a passagem, experimentada por muitas famílias, do mundo rural para o mundo urbano. Essas memórias acabavam por se constituírem em características que identificavam formalmente esses descendentes na constituição de uma comunidade, levando-os a criação de uma espécie de “identidade italiana” como referência de si mesmos. Esta identidade também foi verificada como sendo uma característica vinculada ao local onde viviam e desempenhavam suas atividades cotidianas. O que chamava atenção para Zanini

(...) era a visibilidade maior que muitos descendentes reivindicavam para os *italianos em Santa Maria* como um todo, propagandeando sua importância para o desenvolvimento e progresso locais e trabalhando para construir a imagem de Santa Maria como uma cidade de colonização italiana também (ZANINI, 2006, p. 17-18).

A imagem de progresso econômico e social, a partir do trabalho de determinado grupo étnico, mesmo que esse hoje, em função da agregação de outros grupos, não se apresente mais tão homogêneo, parece indicar ainda uma reivindicação a partir da construção de uma identidade baseada nos já mencionados pilares trabalho, família e religião e que, segundo a autora, também são o fundamento de sua sustentação. Estas afirmações se encontram em sintonia com o pensamento de diversos estudiosos que se dedicam à investigação do processo de imigração italiana não somente no Rio Grande do Sul (MANFROI, 1975; BAO, 2015), mas também em outros estados brasileiros (COLOGNESE, 2004; TRUZZI, 2016).

Em sua Tese, Zanini identifica quais foram os momentos marcantes na história do grupo, etnicamente reconhecido e identificado, e como estes se fizeram presentes nas memórias das famílias por ela pesquisadas, propondo uma reflexão sobre o significado da identidade étnica do italiano hoje. Para a autora,

(...) a noção de afiliação a uma Itália imaginada geraria uma espécie de vínculo de pertencimento que promoveria a criação de uma rede de *italiani nel mondo*, na qual a Itália concreta se torna apenas um ponto de referência, não o destino final do “ser italiano”. Não é da Itália real que a italianidade retira a sua força. Sua força advém da atualização do mito de origem e de partilha deste nos domínios familiares e nas entidades associativas nos Estados nacionais nos quais estão enraizados. A Itália é um fio condutor numa rede simbólica maior que ela própria. Ela é imaginada. (ZANINI, 2006, p. 203)

Essa noção de que existe hoje uma rede de “italianos no mundo” que compartilham entre si, como características étnicas, o gosto pela cultura, pelos costumes, pela culinária, pelo modo de “ser italiano”, tem naquele país uma referência, por outro lado contribui para a elaboração e consolidação de uma ideia de Itália, uma Itália que se estabelece no imaginário coletivo. Através dessa afirmação Zanini se posiciona de forma muito semelhante ao pensamento que os autores italianos como Choate (CHOATE, 2023), Bassetti (BASSETTI, 2015) e Bechelloni (BECELLONI, 2007) expõem, de maneira clara, em seus estudos. A italianidade, desta forma, é construída localmente, a partir do “mito de origem”, que pode ser definido culturalmente em função das experiências vividas pelos grupos de imigrantes em vários destinos, e transforma-se ao longo das gerações, agregando e fragmentando elementos, através do compartilhamento de memórias familiares, estímulos externos e estímulos internos, como os proporcionados pelas diversas entidades promotoras da cultura italiana nos locais, ou melhor, nos lugares onde essa comunidade convive. Portanto, a construção deste mito perpassa também pelo imaginário coletivo daquela sociedade que o cria e o recria ao longo dos tempos.

A travessia, como a autora denomina a longa viagem entre Itália e Brasil, transformou-se em um marco fundamental na vida destes imigrantes. Foi também, e não seria diferente, um fator preponderante para o desenvolvimento de um elo de união entre eles, as comunidades por eles criadas e seus descendentes. As experiências vivenciadas durante a longa viagem concorreram indubitavelmente

para o desenvolvimento dos vínculos necessários para fortalecer, ainda mais, o sentimento de coletividade, que os impulsionou, como grupo étnico e coeso, no desbravamento de um mundo novo e desconhecido. Por vezes difíceis e traumáticas, essas experiências ficaram gravadas na memória de cada um desses indivíduos como lembranças indissociáveis das suas referências de origem, recordações de uma história de vida muito particular e rica em experiências, mas absolutamente comum a todos aqueles que as partilharam individual ou coletivamente. Assim, conforme teoriza Zanini,

(...) a *travessia*, em especial, tornara-se uma passagem mitológica na construção do grupo enquanto coletividade possuidora de uma história comum e partilhada, ou seja, de uma *origem* comum. A travessia passou a representar um momento ritual de passagem para a construção de suas próprias auto-imagens enquanto descendentes de imigrantes italianos que, por linha de descendência, atribuíam a si mesmos determinados valores, gostos e comportamentos (ZANINI, 2006, p.15).

Essa experiência, compartilhada pelos primeiros imigrantes e, ao longo do tempo constantemente transmitida a seus descendentes, contribuiu para a fundação e difusão do “mito de origem”. Em complemento à sua construção, Zanini observa que algumas características relacionadas aos primeiros imigrantes, movidas por tipificações constantemente negociadas ao longo da vida social daquele determinado grupo, as quais, juntamente com os padrões recorrentes de interação estabelecidos por elas, se tornam parte de sua estrutura social (BERGER; LUCKMANN, apud: ZANINI, 2006), deveriam ser acrescentadas. São elas atributos como “pioneirismo, audácia, coragem, abnegação, força de trabalho, espírito religioso, apego à terra e à família (...) que embora sejam de natureza mítica, impregnam a vida cotidiana com uma série de expectativas de comportamento” (ZANINI, 2006, p. 68). Essas tipificações se fazem presentes através do compartilhamento de histórias e se tornam institucionalizadas com o passar do tempo, cristalizando-se também no imaginário coletivo dos descendentes, o que possibilita com que ações e comportamentos sejam esperados e atribuídos a elas. A concepção do mito de origem se completa, simbolicamente, levando-se em consideração que através da origem europeia esse grupo se considerava portador de cultura e valores diferenciados em relação aos verificados entre os indivíduos da

sociedade local, o que, de certa maneira, contribuía para potencializar um capital simbólico, que agregava valor aos imigrantes e seus descendentes.

Segundo a autora, é correto afirmar que nos anos iniciais, os valores culturais relacionados com a ascendência italiana eram compartilhados somente entre o grupo familiar e as comunidades por eles formadas, pois durante muitos anos o fato de serem considerados trabalhadores braçais, desconhecedores da língua portuguesa, economicamente vulneráveis e desprovidos de recursos financeiros, fazia com que muitos não tivessem orgulho de suas origens (ZANINI, 2006, p.229). Com o passar do tempo, à medida que a integração com as demais culturas existentes na região central do Estado ocorre e os frutos do seu trabalho impulsionavam um constante crescimento econômico, essa percepção foi se modificando paulatinamente, contribuindo para que houvesse uma revalorização de suas trajetórias que mais uma vez passou a dominar o imaginário coletivo. Porém também é correto afirmar, complementa Zanini, que a partir do momento que a adaptação ao território se consolidava, e a “nova pátria” se transformava no lugar da fatura, onde o desejo de prosperidade se realizava, a nostalgia da Itália, a *pátria lontana*, distante, tornava-se cada vez menos frequente, permanecendo no pensamento como “um lugar de beleza, mas uma beleza restrita a poucos e que (...) só podiam contemplar nos intervalos de uma vida sem direitos” (ZANINI, 2006, p. 121). Pois, no Brasil, ao contrário, estes imigrantes podiam ser os senhores de suas próprias terras que, independentes de constituírem minifúndios que, muitas vezes, eram insuficientes para promover o estabelecimento e o sustento de toda a família, estavam asseguradas pela legislação que lhes outorgava esse direito.

Um modelo de “comunidade italiana” foi implantado no território de colonização, mas não exatamente, segundo a autora, com a mesma estruturação geográfica que era comumente verificada nos *paesi* de origem, os quais apresentavam, em sua maioria quase absoluta, um traçado orgânico, não planejado, muitas vezes decorrente das fundações que se remetiam aos “muitos séculos formadores da estrutura organizativa do espaço peninsular” (BENEDUZI, 2008, p.59). Nas terras colonizadas, o traçado ortogonal, composto por linhas e travessões, dividia as propriedades e determinavam a ocupação. Mesmo assim “cada linha construiu o seu capitel, sua capela e, posteriormente, seu salão de festas, escola e cemitério” (ZANINI, 2006, p.125) possibilitando assim que as



celebrações religiosas ocorressem, congregando as famílias que se localizavam próximas. O mundo do qual esses imigrantes provinham era condicionado às crenças e práticas religiosas da igreja católica e construção desses elementos possibilitava a todos a manutenção dessas práticas e a vivência religiosa, contribuindo para a constituição de um “território simbólico de segurança e estabilidade” (ZANINI, 2006, p. 138) que os mantinham espacialmente integrados, despertando neles o sentimento de pertencimento ao lugar onde reconstruíam suas vidas. A esse respeito a autora observa que

(...) a familiaridade proporcionada pela imagem espacial das coisas se traduz também em pertencimento. E essa é uma das características mais surpreendentes que o trabalho de campo (...) revelou: a observância de como os imigrantes trouxeram da Itália para cá uma forma de disposição espacial e como esta foi sendo repassada às gerações sucessivas e é contemporaneamente reproduzida em formas miniaturizadas. O pertencimento se revela também por meio do domínio espacial das imagens, seja na disposição arquitetônica, paisagística ou dos objetos” (ZANINI, 2006, p.75).

Por formas miniaturizadas, Zanini se refere às reproduções contemporâneas observadas nas oportunidades em que teve contato com as formas organizacionais presentes nas residências de descendentes italianos que migraram do campo para a cidade. Em espaços considerados pequenos, se comparados à uma colônia no interior do território, os moradores possuíam uma relação praticamente autossuficiente de produção de bens e produtos atrelados ao trabalho na terra. Muitos possuíam em seus pátios ou jardins, plantações de frutas e verduras cuidadas por eles próprios em uma relação prazerosa com aquela porção de solo. Quando não tinham condições de cultivar suas próprias videiras, tratavam de encomendar as frutas de outros produtores para então confeccionar o seu próprio vinho. A confecção de produtos artesanais também feitos em casa, serviam de lembranças ou agrado às visitas. Zanini se refere à essas práticas como uma certa “ordem estética” que esses descendentes almejam ver reproduzidas na cidade, em uma determinada concepção espaço-temporal (ZANINI, 2006, p. 225-226), observação que vem ao encontro do pensamento de Cattaneo (CATTANEO, apud: ROSSI, 1998, p. 22), anteriormente citado, quando este autor faz menção à criação de uma “pátria artificial”, que se origina da transformação do espaço físico em lugar de referência da cultura e identidade das comunidades que as concebem.

As organizações espaciais observadas na região central do Rio Grande do Sul, segundo Zanini, trazem traços, marcas e símbolos dessa referência cultural, a da cultura da imigração, na representação de seus ambientes de convívio e sociabilidades, que podem ser verificados através do patrimônio construído, como também, daquele de caráter sensível, imaterial.

A partir dos estudos dos autores Truzzi (TRUZZI, 2016) e Zanini (ZANINI, 2006), podem ser estabelecidas algumas relações de interação e proximidade, bem como de distinção, com a RMSG, região de análise desta tese. Diferentemente do que ocorreu no interior paulista, onde a imigração de italianos preconizou a substituição de uma mão de obra escrava por trabalhadores assalariados que se estabeleceram em terras de propriedade privada, na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a grande maioria destes se estabeleceu em um região previamente delimitada pelo governo imperial, praticamente desabitada, com o objetivo de colonizá-la a partir do benefício da aquisição de suas próprias terras, em regime de pequena propriedade. Portanto, a imigração italiana para o sul do Brasil se constituiu em um processo com importantes diferenças se relacionado àquele ocorrido no sudeste do país.

Em São Paulo, a maioria dos imigrantes tinham como destino as fazendas cafeeiras no interior, recebendo de seus empregadores moradia e salário para o desempenho de suas atividades. Eram, portanto, trabalhadores, que mais adiante, poderiam adquirir suas propriedades, dependendo de suas intenções. Já ao sul o imigrante se tornava imediatamente proprietário, através da aquisição de lotes em regime de pequena propriedade. Mas, da mesma forma, dependia tão somente do seu trabalho, individual ou coletivo, para além do próprio sustento, seu e de sua família, produzir o excedente necessário de forma a possibilitar a quitação de sua dívida contraída com o governo. Como diferença, todo o empenho realizado para suas necessidades era efetuado sobre as terras de sua posse. As dificuldades de adaptação à nova realidade econômica, social e política foram muitas em ambas as experiências. Enquanto no interior paulista, o julgo dos cafeicultores foi uma das principais barreiras, ao sul o completo isolamento assistencial e a necessidade de sobrevivência nos primeiros anos em um território praticamente desabitado e desprovido de qualquer infraestrutura, foram obstáculos que proporcionaram uma

diferente forma de interação com o território, o que faz pensar em diferenças estruturais na construção de uma identidade étnica.

Nem todos os imigrantes optavam por permanecer no campo. Muitos deles, possuidores de habilidades específicas e experiência com pequenos negócios, optaram por rumar para os núcleos urbanos já estabelecidos. Esta experiência também viria a se mostrar bastante diversa se comparadas as duas realidades aqui analisadas. Excetuando-se as capitais regionais, São Paulo e Porto Alegre, àqueles que se dirigiam ao interior de São Paulo encontravam cidades minimamente organizadas e dotadas de certa infraestrutura urbana, enquanto que àqueles que se destinavam ao sul, estavam resignados a erguer, com suas próprias mãos, as cidades que ainda eram uma mera promessa assinalada nos mapas que continham o traçado determinado por linhas e travessões, que demarcava o território.

Entre os anos de 1886 e 1900, foi verificado o período de maior concentração de chegadas de italianos ao Estado de São Paulo (TRUZZI, 2016, p. 21), coincidindo, da mesma forma, com o identificado no sul do país (MANFROI, 2001, p. 75), porém em menor quantidade, tendo em vista que São Paulo concentrou aproximadamente 70% do total de emigrados nesse período. Diferentemente do que ocorreu no sul do Brasil, onde a grande maioria tinha como procedência o norte da Itália, mais precisamente a região do Vêneto, para São Paulo, além destes, expressivas e mais numerosas levas de italianos tiveram como procedência a região da Campânia e da Calábria, ao sul daquele país, e que possuíam hábitos e costumes bastante diversos dos italianos ao norte. Lembra-se aqui que o processo de unificação italiana à época das grandes levas migratórias do final do século XIX, havia ocorrido muito recentemente. Em um território onde as influências regionais eram marcantes e apresentavam desenvolvimentos muito distintos, com a presença de inúmeros dialetos e diferenças culturais acentuadas, o senso de identificação e pertencimento destes italianos para com um Estado Nacional ainda estava em curso e, portanto, não consolidado. Isso contribuiu para que uma certa “heterogeneidade” social e cultural, referida por Truzzi (TRUZZI, 2016, p.89) ali se estabelecesse nos primeiros anos, a qual não foi exatamente verificada no Estado do Rio Grande do Sul, onde uma aparente “homogeneidade” social e cultural acabou predominando, como consequência do fato de que a maior parte dos emigrados provinham, conforme já informado, de uma mesma região da

Itália. Fator que de certa forma, propiciou e contribuiu para uma maior integração destes imigrantes como grupo étnico.

Essa característica, aliada ao fato de que, por muitos anos, os imigrantes que se estabeleceram na região sul do país viveram praticamente em situação de quase total isolamento, pode ter influenciado para que o processo de construção da italianidade se processasse de forma distinta ao verificado no interior paulista. Por outro lado, a tríade família, trabalho e religião se mostraram igualmente importantes nas regiões de estudo, como pilares da identificação étnica (BAO, 2015; COLOGNESE, 2004; MANFROI, 1975; TRUZZI, 2016; ZANINI, 2006), sendo ela, muitas vezes confundida, nos primeiros tempos, com a própria devoção católica. A igreja exerceu papel fundamental no processo de adaptação dos primeiros imigrantes, sendo a ela delegada a “missão de manter a moral, os costumes e o amor à pátria de origem” (ZANINI, 2006, p. 125). A proveniência do Vêneto manifestava entre os imigrados a expressão de uma religiosidade que, na terra de origem, era muito hierarquizada, fazendo com que a observância aos dogmas da igreja católica, a obediência aos seus representantes e a aceitação de suas pregações, fossem incontestavelmente cumpridas e incorporadas aos seus cotidianos.

Com relação ao núcleo familiar, também o conceito da “família múltipla” (DI GIANNI, apud: TRUZZI, 2006, p. 54-55) indicado por Truzzi, caracterizou a maioria dos núcleos familiares das primeiras gerações de imigrantes italianos no Rio Grande do Sul. O trabalho familiar e remunerado nas fazendas, que possibilitou as condições necessárias para que os colonos italianos no interior paulista adquirissem suas tão almeçadas posses particulares e promovessem sua mobilidade social, consolidou, segundo o autor, a conexão entre eles e a terra. Característica esta que também ocorreu na região colonial italiana do Rio Grande do Sul, onde a ligação das famílias dos descendentes dos primeiros imigrantes italianos com a terra ainda é muito presente. Muitas famílias mantiveram e ainda mantêm suas antigas propriedades, mesmo não sendo mais delas que atualmente retiram o seu sustento, porém, a partir das mesmas, expandiram os seus domínios adquirindo posses em outras localidades. A aquisição de novas terras continua sendo uma prática comum entre os descendentes italianos que procuram aplicar os recursos excedentes de seu trabalho em novos investimentos, propiciando novas oportunidades de negócios.

A ação do colono italiano sobre a terra possibilitou a transformação do espaço em lugar, as primeiras vilas em cidades, as linhas e travessões em vias de ligação, as antigas construções remanescentes em patrimônio. E desta forma, segundo Zanini, “os símbolos daquela cultura de além-mar puderam repousar, criar laços, reproduzirem-se, expandirem-se, legitimarem-se e serem compartilhados” (ZANINI, 2006, p. 143). Ao sul do Brasil, a força do trabalho familiar, aliada à posse da pequena propriedade, foi um dos fatores mais importantes para a fixação do imigrante ao lugar onde se encontrava estabelecido e do qual retirava o seu sustento e o sustento de sua família. Quanto mais se trabalhava, mais se produzia e melhores condições de vida eram proporcionadas, alavancando o crescimento da região e conduzindo ações sobre o território, que adquiria cada vez mais valor e significado ao ser experienciado (TUAN, 1983). Viviam, desta forma, segundo Zanini, em uma

(...) cultura de origem que se mesclava a novas formas culturais circundantes, regionais e nacionais. Reproduziam, desta forma, o universo italiano de origem, no que lhes era possível e se adaptavam ao que era considerado, no conjunto de seus interesses, necessário (ZANINI, 2006, p. 144).

A ligação que se estabelecia entre o indivíduo e o “seu “lugar” no mundo, pode ter sido bem mais marcante e profunda, se comparada àquela de quem faz parte de um lugar que ainda não é seu, caso dos imigrantes italianos do interior paulista. A condição de proprietário conecta mais fortemente o cidadão ao território, pois a criação e consolidação deste depende diretamente do trabalho, da condução e das decisões do outro. Mas para que essa conexão seja mantida e consolidada, muitos outros fatores, das quais é dependente, precisam se fazer presentes, como as narrativas de origem. São muitas as que cercam os princípios das famílias de descendência italiana, que possuem sua gênese vinculada à história dos primeiros imigrantes – compostos tanto por núcleos inteiros ou indivíduos que teriam partido do norte italiano sozinhos para posteriormente constituir família em solo brasileiro - passaram a fazer parte do acervo memorial daqueles descendentes que durante toda uma vida, com raras exceções, cultivam com respeito, orgulho e carinho a memória de seus antepassados (ZANINI, 2006). Nos diversos momentos em família, nas conversas ao redor da mesa, nos ensinamentos aos mais novos no que diz

respeito aos valores morais e de trabalho, em festas e encontros de parentelas<sup>46</sup>, as histórias acerca de uma origem comum encontravam o ambiente propício para a continuidade de sua propagação, geração após geração, muitas vezes complementada com a adição de novos episódios e novas descobertas. Essas, de tanto serem repetidas e retransmitidas ao longo dos anos, sedimentadas também pela difusão de extensa produção literária e científica acerca do tema, acabaram por se consolidar primeiramente como uma realidade construída no imaginário de cada indivíduo, para posteriormente, “a partir de uma interação entre as estimulações exteriores e uma sedimentação cultural anterior” (MANZINI, apud: PESAVENTO, 1999, p. 8) passarem a fazer parte do imaginário coletivo das comunidades das quais aqueles indivíduos são partícipes.

O compartilhamento dessas memórias em família e em comunidade, reforçam a construção de mito de origem que, segundo observa Zanini, possui raízes no processo de transposição físico e cultural protagonizado pela navegação oceânica entre dois mundos distintos. A renúncia de toda uma vida que era deixada para trás na busca por novos horizontes representou para a maioria dos imigrantes, senão para a totalidade deles, uma ruptura radical que deixou marcas profundas em suas existências, ao mesmo tempo que se constituiu em um acontecimento imbuído de grande valor simbólico. A viagem para um mundo desconhecido, acompanhada de todas as incertezas, dificuldades e privações contribuiu para que essa experiência jamais tenha sido esquecida. Da mesma forma, as qualidades do imigrante italiano, responsável pela transformação do ambiente, destacadas nessas ações, como trabalhador, corajoso, poupador, religioso, temente a Deus, foram somadas às demais já salientadas a partir do mito de origem, que sempre permeou o imaginário coletivo no complexo processo de construção identitária que se consolidava. Nesse sentido, é importante destacar aqui a afirmação de Hall sobre a

---

<sup>46</sup> Os encontros de parentelas podem ser definidos como eventos de curta duração que reúnem, em determinadas datas, os núcleos familiares de descendentes de italianos com laços de parentesco entre si e que, por diversos motivos, se encontram separados pela distância em função da residência em outras cidades, localidades ou mesmo em outros estados brasileiros ou países. Esses eventos, cujo fenômeno é particularmente notado a partir dos anos 1980, tornaram-se cada vez mais frequentes, sendo realizados pelas famílias geralmente a cada dois anos. Possuem como objetivo oferecer a oportunidade do encontro, reencontro e apresentação de parentes e novos integrantes, bem como rememorar as histórias dos antepassados comuns e celebrar a trajetória social, geralmente ascendente, dos familiares. Através da prática desses eventos, os descendentes de italianos reconstróem e reafirmam publicamente as suas origens comuns, trajetórias de sucesso e características distintivas enquanto grupo étnico (COLOGNESE; ROSSI, 2007, p. 11).

influência que o tempo e o imaginário exercem sobre esse processo. Em suas palavras,

(...) a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo nato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade (HALL, 2005, p. 38).

Um ponto importante a ser destacado na pesquisa realizada por Zanini, é aquele que se refere à identificação de que o processo de construção da italianidade ocorre atrelado ao tempo e, principalmente, aos estímulos, internos e externos ao grupo étnico, recebidos em função das modificações promovidas ao longo de determinados períodos históricos importantes, que acabaram se tornando pontos de ruptura e mudança também com o pensamento até então vigente. Conforme Truzzi também já havia destacado em seus estudos realizados no interior paulista, o período representado pelo Estado Novo, que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, assim como, da mesma forma, todos aqueles anos conflituosos, vieram a se refletir de maneira repressiva também no sul do país, contra aquelas manifestações culturais que não correspondessem ao projeto de nacionalização que preconizava. Segundo o autor, a Segunda Guerra acirrou ainda mais a repressão contra as manifestações identitárias dos descendentes de italianos, mesmo que muitos deles, talvez uma grande maioria, não comungassem das ideias supremacistas de Mussolini. Alinhada a esse pensamento, Zanini (ZANINI, 2006, p. 12), observa que durante esse período “os italianos, antes considerados construtores da nação, passaram a ser vistos como “quistos”, tumores malignos a comprometer a saúde da nação”. A ligação entre a cultura italiana e o Fascismo, em ascensão na Itália àquele momento, preocupava o governo brasileiro também de outras formas, pois admitia-se contrário a qualquer divulgação de movimentos que pudessem abalar a soberania nacional. Por isso, escolas que ensinavam a língua italiana, bem como associações culturais e instituições vinculadas a cultura italiana, foram fechadas ou obrigadas, para se manterem abertas, no caso das instituições de ensino, a admitir apenas o português como língua oficial. Segundo Zanini (ZANINI, 2006, p. 157), foi a partir desse momento que o Estado efetivamente assumiu a educação nas colônias, pois entender que “as escolas dos imigrantes poderiam representar um perigo à

segurança nacional”. E acrescenta também que, apesar da transmissão da cultura italiana através do ensino da língua, as escolas, muitas delas mantida pelo poder eclesiástico, estavam na verdade interessadas na formação de sacerdotes para dar continuidade à expansão da igreja católica. Assim como na Itália, muitas famílias descendentes de imigrantes italianos apoiavam a escolha do celibato como uma verdadeira benção, uma honrosa distinção, para todos os seus integrantes.

Todos esses fatores contribuíram, conforme observa Zanini (ZANINI, 2006, p. 186), para o fato de que, por longos anos “a sociabilidade dos descendentes esteve ameaçada e se enfraqueceu bastante”. Como consequência criou-se a visão de que o colono, trabalhador da terra de pouca instrução, assumia menor importância em um cenário de modernização constante, onde a industrialização e a urbanização das cidades adquiria primazia, de forma que “os descendentes de italianos das colônias eram, assim, duplamente inferiorizados: por serem considerados estrangeiros e trabalhadores da terra” (ZANINI, 2006, p.186). Contudo, segundo Zanini,

(...) a italianidade preservada pelos descendentes, em especial os colonos, não era necessariamente a italianidade propagada pelo fascismo. Aspecto que as diretrizes estadonovistas não compreenderam e tentaram modificar, com um custo que perdurou por entre gerações de descendentes (ZANINI, 2006, p. 158).

A italianidade, construída em solo brasileiro, não estava diretamente vinculada à Itália e aos valores do Estado italiano. Ao contrário, partia de um contínuo processo que tinha como base o país de origem, mas também o encontro entre culturas distintas que se fundiam para formar uma só identidade, aquela atrelada ao lugar e ao território que todos os imigrantes e descendentes ajudaram a construir. Assim como afirmam Bassetti (BASSETTI, 2015) e Bechelloni (BECELLONI, 2007), para os quais a italianidade se conecta ao caráter italiano, mas não se consubstancia com ele, justamente por não estar propriamente identificada, fora do território italiano, com os valores e símbolos daquela nação.

Espaço e tempo têm importância fundamental na produção de um imaginário coletivo que se traduz em uma forma de representação dos indivíduos como



portadores de determinadas características construídas a partir das relações sociais que se estabelecem ao longo do tempo. A memória, posteriormente se vale dessas recordações, alimentando com elas o sentimento de pertencimento do grupo para com uma origem comum. A italianidade, segundo Zanini a define, apresenta-se como “um sentimento de pertencimento” derivado do encontro entre iguais, porém, de certa forma expressa-se de maneira variável, muito em função da posição social de quem compartilha deste mesmo sentimento. Complementa seu pensamento, neste sentido, indicando que

(...) a forma como ela é expressa, buscada e alimentada depende de como o indivíduo percebe a si mesmo num contexto social e, igualmente, de como é percebido pelos demais. A italianidade se transforma numa linguagem instrumental ativada quando necessário e que possibilita a expansão do convívio social e a disputa por valor num mercado de bens simbólicos (ZANINI, 2006, p. 200).

Assim como Zanini (ZANINI, 2009), muitos outros autores (CERVO, 2011; IOTTI, 2010), incluindo Truzzi (TRUZZI, 2016), utilizam-se do substantivo “sentimento” para referirem-se à identificação de um indivíduo para com a sua origem comum, no sentido da percepção de algo que se vivencia ou que é revivido por meio de lembranças que são ativadas pela memória. Italianidade é uma representação social, uma identidade étnica e também um sentimento comum que envolve os imigrantes e seus descendentes, vivenciado e revivido continuamente por eles através das memórias, da relação com o patrimônio material e imaterial e do imaginário.

### **CAPÍTULO 3. A CONSTRUÇÃO DE UMA HISTÓRIA: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO “TERRITÓRIO DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NA SERRA GAÚCHA”**

Este Capítulo tem por objetivo analisar, de forma mais ampla e genérica, os principais fatores que contribuíram e condicionaram, no tempo e no espaço, o crescimento da RMSG. O olhar estará voltado principalmente às áreas centrais das principais cidades que a compõem, ambientes que desde sempre vem sendo constantemente transformados, mas que ainda carregam consigo as marcas do tempo expressas em edificações, praças e avenidas, formando importantes conjuntos patrimoniais de referência e valor simbólico para os cidadãos que neles habitam. Da mesma forma, outros núcleos, onde a expressão da cultura da imigração também se faz presente, com igual ou até mesmo maior importância, serão integrados à análise.

Conforme já observado no Capítulo 1, na metade norte do Estado do Rio Grande do Sul, onde predominam as serras e montanhas, foram as pequenas propriedades que vieram a determinar a divisão e o uso do solo, sendo responsáveis pelo desenvolvimento de uma agricultura familiar alicerçada na colonização europeia. Com relação à organização dos núcleos urbanos, também ao norte as pequenas colônias transformaram-se em cidades que se organizaram como centros de trocas comerciais e atração de negócios, o que proporcionou, mediante o somatório de outros fatores, um rápido processo de industrialização, cujo alcance irradiou-se por toda aquela região. (SOUZA, 2000). Em face à estas questões, as cidades da região norte, principalmente as de colonização alemã e italiana, experimentaram uma modernização bastante rápida.

Em termos urbanos, o processo de crescimento de uma região, decorre da inter-relação de diferentes fatores<sup>47</sup> quais sejam econômicos, populacionais, sócio culturais, político-institucionais e locacionais. Fatores estes que atuam conjuntamente ao longo do tempo, transformando espaço em lugar e alterando o

---

<sup>47</sup> Todos os fatores indicados atuam, na realidade, em simultaneidade sobre o território. Porém, por questões metodológicas de análise, devem ser estudados separadamente, considerando-se sempre o tempo e o espaço onde se manifestam.

território, moldando-o, ajustando-o e organizando-o, em um contínuo suceder de modificações interligadas. É exatamente assim que a RMSG vem sendo transformada. Em termos cronológicos, a constante evolução verificada nesta área territorial teve início, mais expressivamente, a partir do terceiro quarto dos anos finais do século XIX, quando o movimento incessante da complexa engrenagem composta pelo conjunto de fatores por ela responsável, foi acionado com a chegada dos primeiros imigrantes italianos que vieram para colonizá-la.

Como primeiro fator a atuar em todo esse longo processo destaca-se o populacional, que se estabeleceu através da decisão de buscar no continente europeu indivíduos que se dispusessem a recomeçar suas vidas em um outro país, carente de um contingente de trabalhadores que viesse a suprir a demanda por uma mão-de-obra livre e assalariada, em substituição àquela escrava que estava por ser extinta. Além disso, o Império também visava a vinda de camponeses com o objetivo de colonizar áreas devolutas no sul do Brasil, especialmente aquelas localizadas nas serras do nordeste da Província de São Pedro, dando assim, continuidade à colonização por brancos europeus. Iniciada pelos portugueses açorianos e, posteriormente, acrescida com a chegada, principalmente, de etnias alemãs e italianas ao longo dos séculos XVIII e XIX, quando estas últimas se dirigiram em grande número para aquela região oriundas do norte italiano, principalmente das regiões do Vêneto e da Lombardia.

O segundo fator, que se estabeleceu diretamente conectado ao primeiro, foi o político-institucional, cujas ações encontram-se divididas em dois momentos distintos: em um primeiro momento, a partir de uma esfera centralizada no núcleo de comando do Império, portanto fora do domínio do futuro território que viria a ser formado, o que acabou também por determinar o fator locacional, e, em um segundo momento, transferidas para uma administração de âmbito local e implementadas a partir dos núcleos coloniais implantados. Fruto de um processo político centralizado no poder imperial, mas executado pelo governo regional, essa ocupação se deu a partir da determinação de áreas geográficas destinadas aos assentamentos que passaram a ser previamente organizadas em termos físicos e legais. Um traçado ortogonal pré-definido foi implementado sobre o solo, mediante a atuação de agrimensores vinculados à Comissão de Terras, órgão responsável pela

demarcação das áreas destinadas às colônias e das reservadas aos núcleos urbanos.

No início, existiam poucas ruas traçadas assim como também eram poucas, quase inexistentes, as construções sobre os lotes. Todos os imigrantes que vinham para a Província possuíam como destino um polo determinado, constituído por uma das três primeiras sedes coloniais, e, a partir deste, irradiavam-se para outras áreas. Dentre eles, os mais preparados em termos do domínio de ofícios técnicos e comerciais, optavam por permanecer nos núcleos urbanos, proporcionando assim a fundação dos primeiros estabelecimentos, o início da produção de manufaturas e, por conseguinte, das primeiras transações comerciais. A grande maioria desta população imigratória se estabeleceu nas áreas rurais, pois eram agricultores que se relacionavam efetivamente com os trabalhos da terra. Em função das crescentes relações comerciais entre os agricultores e o crescimento de alguns núcleos, novos caminhos foram previstos no sentido de facilitar o comércio, os serviços e a circulação de informações. Essa integração deu origem à formação de uma primeira rede urbana que interligou inicialmente os núcleos originais.

O terceiro fator que atuou nesse processo, decorrente do segundo, conforme apontado, foi o locacional. A escolha do local de ação do homem sobre o território é, em geral, o fator prioritário, salvo quando determinado por outro(s) preponderante(s), exatamente como ocorreu no estudo de caso aqui apresentado. A localização constitui-se em uma questão básica de sobrevivência inicial, pois é a partir dela que se determinam os recursos e as condições necessárias para que efetivamente a vida comece a se estabelecer. Tomar posse do terreno, demarcá-lo ou conferir seus limites, edificar sobre ele o seu lar e protegê-lo com toda a segurança e integrá-lo à região, consistem nas primeiras ações sobre o espaço.

O quarto fator foi o econômico. Como forma de sobrevivência e promoção do próprio sustento e subsistência da família, era necessário trabalhar a terra. O solo fértil, preparado para o plantio após a derrubada da mata, propiciava o cultivo de diversificadas espécies, como o milho, o trigo, a uva e diversas hortaliças. As sementes inicialmente eram distribuídas pelo governo provincial, a partir das sedes coloniais (LORENZONI, 1975), que já havia realizado estudos sobre as culturas que se adaptariam melhor ao solo da região. O processo de plantio ocorreu baseado

nestes indicativos, mas também na cultura, no conhecimento e na tradição que acompanhava os colonos italianos. Este trabalho era necessário para as primeiras trocas comerciais que permitiriam a acumulação do capital necessário para a quitação das dívidas contraídas para a aquisição das terras. As atividades agrícolas, os pequenos comércios e as pequenas manufaturas contribuíram para o fortalecimento dos núcleos urbanos através da acumulação do capital excedente de tais atividades. Em poucos anos, as colônias passariam a se tornar freguesias, vinculadas a municípios que centralizavam os atos administrativos, para, posteriormente, serem elas também elevadas à condição de municípios independentes.

O conjunto de características sócio culturais destes imigrantes compõem o quinto fator partícipe desse processo. Em função destas serem comuns à maioria dos colonizadores, formou-se, nas terras ocupadas, um ambiente favorável à integração. Grandes levas de italianos, em um relativo curto espaço de tempo, aportaram sucessivamente a essa região. Apesar de fazerem parte de distintas comunidades em sua grande maioria provenientes do norte italiano, possuíam uma mesma formação, como assinalado anteriormente, no que tange aos aspectos relativos aos costumes e à cultura, bem como à religião e às crenças, onde a igreja católica exercia uma influência muito importante (BATTISTEL, 1981; BENEDUZZI, 2008; DE BONI; COSTA, 1979). Nas dificuldades enfrentadas nas novas terras, a fé, representada pela devoção e calcada nos ensinamentos da instituição religiosa, passou a ser determinante no sentido de prover o alimento para a alma, um bem tão necessário para a sobrevivência destas comunidades, da mesma forma que a questão econômica, representada pelo trabalho e a necessidade dele para o crescimento financeiro. Isolados em núcleos distantes uns dos outros, e em meio à floresta, possuíam pouco contato com parentes e amigos, principalmente nos primeiros anos, dependendo basicamente de seu núcleo familiar mais próximo para se sentirem coesos. Segundo De Boni e Costa, “o fator que lhes permitiu a reconstrução de seu mundo, cultural, devidamente adaptado, foi a religião” (DE BONI; COSTA, 1979, p. 129-130). A construção de igrejas, capitéis e oratórios, em sinal de devoção e apoio à manifestação da fé, constituiu-se em uma questão fundamental para a organização social, para a difusão dos costumes formando a base necessária para prosseguirem adiante.

Dito desta forma, o processo de ocupação do território, através da imigração italiana, preenche todos os fatores fundamentais que caracterizam o modelo de análise do crescimento, desenvolvido por Souza e Müller (SOUZA; MÜLLER, 1997), já citado na Introdução deste trabalho, e utilizado aqui, de maneira simplificada, na avaliação dos primeiros núcleos coloniais, que mais adiante se irradiaram e urbanizaram toda a região. A atuação sistêmica de todos os fatores mencionados, se traduz no espaço como representações através da arquitetura e do urbanismo: edificação de equipamentos administrativos, institucionais e religiosos, construção de residências unifamiliares, moinhos, galpões enfim, uma série de construções que, ao longo dos anos, foram responsáveis pela morfologia das cidades de origem na colonização italiana no Rio Grande do Sul.

Os núcleos coloniais, desde muito cedo, passaram a apresentar funções diferenciadas, tendo em vista que o crescimento, apesar de acelerado, não se dava de forma igualitária. Alguns destes núcleos começaram a produzir uma economia de subsistência enquanto outros, precocemente, já praticavam uma economia de trocas comerciais, o que acabou dando início a formas incipientes de industrialização. A partir da chegada dos imigrantes italianos, em 1875, até a inauguração da estrada de ferro que ligaria algumas de suas principais cidades como Caxias do Sul, em 1910, a Porto Alegre, capital do Estado, passaram-se somente 35 anos. Dentro deste curto período de tempo, diversas associações de trabalhadores e cidadãos foram criadas com o objetivo de organizar e implementar o crescimento das pequenas indústrias e dos diversos estabelecimentos comerciais que se formavam, além de promover auxílio social e educacional para a população. Muitas destas associações ainda se encontram operantes hoje em dia, como é o caso da centenária da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, e algumas delas transformaram-se na semente de muitas outras que foram surgindo com o passar dos anos, o que demonstra o interesse das próprias comunidades na manutenção do associativismo como uma de suas principais características, seja para realimentar, conservar e transmitir para as novas gerações os costumes e tradições referentes à origem comum, seja para auxiliar a promover o contínuo crescimento das atividades comerciais. Com a força do trabalho e o desejo de crescer, diversas empresas se tornariam modelo de desenvolvimento econômico e industrial, até mesmo em termos nacionais e internacionais. Muitas destas

originárias exclusivamente do envolvimento familiar, fundadas e mantidas pelo empenho de muitas gerações. Muitas famílias como a Eberle, a Gallò, a Bellini, a Randon, a Peterlongo, a Salton, a Tramontina, entre tantas outras, foram responsáveis pela transformação de toda a região, impondo a ela um status de desenvolvimento econômico e social que rapidamente se tornou destacado no Estado. Algumas delas continuam, ainda hoje, a exaltar, em sua excelência, os valores que deram origem e sustento às ações que exponenciaram suas atividades.

O turismo também vem se destacando como uma atividade economicamente importante na região e tem se valido para o seu crescimento do rico patrimônio cultural expresso sobre o território, que lhe confere alteridade e identidade. Em contrapartida, as atividades turísticas, quando bem direcionadas, promovem a valorização e a ressignificação deste patrimônio.

### **3.1. A Primeira Geração (1875 e 1914): o início do processo de ocupação do território**

Sobre um território acidentado, cortado por sinuosos cursos de águas cristalinas entre vales delimitados por altas montanhas e coberto por uma densa floresta subtropical, um improvável traçado ortogonal formado por linhas paralelas e perpendiculares foi estabelecido, determinando a localização de inúmeros lotes coloniais e das futuras sedes das três primeiras colônias destinadas ao estabelecimento de imigrantes italianos na região nordeste da Província. A demarcação das terras devolutas seguiu as orientações e determinações constantes na Lei de Terras de 1850 e no Regulamento Colonial de 1867<sup>48</sup>, cumpridas *in loco*

---

<sup>48</sup> O Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867 aprovou o Regulamento para as colônias do Estado que estabeleceu as diretrizes segundo as quais as colônias seriam criadas, nominadas e implementadas em áreas de terras devolutas, estabelecidas por decisão do governo central do Império do Brasil. A criação se daria por Decreto Imperial e a demarcação das terras seria feita por engenheiros do governo que seriam também responsáveis pela escolha dos locais para o estabelecimento das sedes coloniais e pela divisão dos lotes, categorizados em rurais e urbanos. Também ficava ao encargo destes profissionais proceder ao mapeamento topográfico e hidrográfico da região para estabelecer, juntamente com a anuência do Diretor da Colônia, a demarcação de ruas e praças, bem como dos

pelos engenheiros agrimensores responsáveis por circunscrever no território, avançando em meio à densa floresta mediante a abertura de picadas e trilhas, os limites das parcelas de solo destinadas ao estabelecimento dos imigrantes.

Para o historiador Roberto Revelino Fogaça do Nascimento, que, em sua obra *“A formação urbana de Caxias do Sul”*, se dedica a analisar o processo de implementação e crescimento urbano daquele município, a escolha do traçado retilíneo e ortogonal para a demarcação do território colonial, utilizado tanto para os lotes urbanos como para os lotes agrícolas, e que desconsiderava as peculiaridades do solo irregular, expressava as diretrizes de um modelo urbano baseado em rígidos critérios econômicos. Segundo o autor,

(...) a cidade planejada e executada como um tabuleiro de xadrez (...) fora, como já descrito por Munford, uma ferramenta para o colonizador. Melhor disse Goitia: se para os gregos, romanos e espanhóis o tabuleiro de xadrez continha significados não econômicos, para o urbanismo do capitalismo ela significava a expansão do lucro, com rapidez, simplicidade e segurança (NASCIMENTO, 2009, p. 39).

A racionalidade da modernidade se expressava nesse modelo proposto pelos agentes da imigração e pelas companhias de colonização, no sentido de permitir uma maior velocidade na sua implementação, a garantia do cumprimento dos rígidos prazos de entrega da empreitada, aliado à economia e lucratividade imediatas. Prático e de rápida marcação sobre o território, permitia ainda que o quarteirão pudesse ser dividido em lotes iguais, o que facilitava também a sua distribuição.

---

locais de construção dos principais equipamentos administrativos e institucionais, como a casa de administração, a cadeia, as escolas e a igreja. Para os lotes urbanos, o decreto permitia a divisão dos mesmos em diferentes categorias, podendo variar de acordo com o relevo do local escolhido para o núcleo dos assentamentos. Para os lotes rurais, a regra determinava a divisão dos mesmos em três categorias de tamanho conforme as seguintes dimensões em metros quadrados: lotes com 605.000, com 302.000 e com 212.000 metros quadrados. Os colonos teriam liberdade de escolha dos mesmos, porém para a comercialização se daria preferência ao imigrante que negociasse suas terras mediante pagamento à vista. Os preços seriam fixados pelo Diretor da Colônia, que utilizaria como base de valor as condições geográficas das terras escolhidas. O decreto também regulamentava as condições de posse e eventual quebras de contrato, as questões administrativas, as questões de acolhimento e auxílio e demais determinações que constituíam o conjunto de direitos e deveres dos imigrantes em relação às terras coloniais e às leis do Império brasileiro (BRASIL, 1867, p. 31).



Desta forma, ao longo da margem esquerda de uma antiga estrada de tropeiros aberta em meio à mata fechada que fazia a ligação dos Campos de Vacaria, localizados no altiplano nordeste da Província, às planícies de São João do Montenegro, às margens do Rio Caí, foram demarcadas as duas primeiras colônias para as quais seriam destinados os imigrantes italianos que começariam a se estabelecer na região em maior número a partir do ano de 1875. Conde D'Eu (atual município de Garibaldi) e Dona Isabel (atual município de Bento Gonçalves) foram estabelecidas através do Ato de 24 de maio de 1870, pelo então Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Sertório (PELLANDA, 1950, p. 36), a partir da sessão pelo governo imperial de duas glebas de dezesseis léguas quadradas<sup>49</sup> cada uma, que foram divididas segundo as premissas constantes da Lei de Terras de 1850. Em seu Artigo 14, que discorria sobre o sistema de negociação das terras devolutas e também sobre as regras para a demarcação das mesmas, a divisão seria feita “por linhas que corram de norte ao sul conforme o verdadeiro meridiano, e por outras que as cortem em ângulos rectos, de maneira que formem lotes ou quadrados de 500 braças por lado demarcados convenientemente” (BRASIL, 1850, p. 307).

Na cartografia reproduzida na página seguinte (Imagem 14), é possível distinguir os limites das 16 léguas quadradas que conformavam cada um dos núcleos, limitados pelas margens dos rios das Antas e Prata, bem como o traçado sinuoso do antigo caminho de tropeiros, que delimitava à esquerda, essas terras, a localização de São João do Montenegro, às margens do Rio Caí e de Porto Alegre, a capital da Província, às margens do Guaíba. De São João do Montenegro partiam a pé ou no lombo de burros os primeiros imigrantes italianos, após o desembarque dos vapores que os traziam da Capital, para então percorrerem o longo caminho que os separava de suas definitivas colônias. Nela também é possível distinguir o sistema de parcelamento de solo que se estabelecia através de linhas e travessões, em um traçado ortogonal, que delimitavam os lotes urbanos e rurais.

---

<sup>49</sup> A légua quadrada era a maior unidade de área do sistema de medidas utilizado pelo Império do Brasil para a determinação das divisões territoriais e suas demarcações. Equivalia à área representada pela figura geométrica de um quadrado com aproximadamente 6.000 metros lineares de face ou 6 quilômetros. Sua multiplicação, portanto, determinava uma área de 36.000 metros quadrados ou 36 quilômetros quadrados.



Essas terras, mais especificamente, conforme Herédia,

(...) situavam-se na região da Encosta Superior da Serra do Nordeste da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, localizada entre as bacias dos rios Caí, Antas e Taquari, com os limites geográficos em São João do Montenegro, São Sebastião do Caí, Taquara do Mundo Novo e São Francisco de Paula de Cima da Serra (HERÉDIA, 1997, p. 35).

A implantação destas colônias agrícolas naquela região também propiciaria, conforme intenção do Governo Provincial, a abertura de novos caminhos e estradas, que permitiriam a ligação da região do altiplano com a depressão central, onde se encontrava a capital, procurando dinamizar, desta forma, a precária estrutura de conexões existentes entre as diversas regiões da Província, bem como promover um incremento populacional.

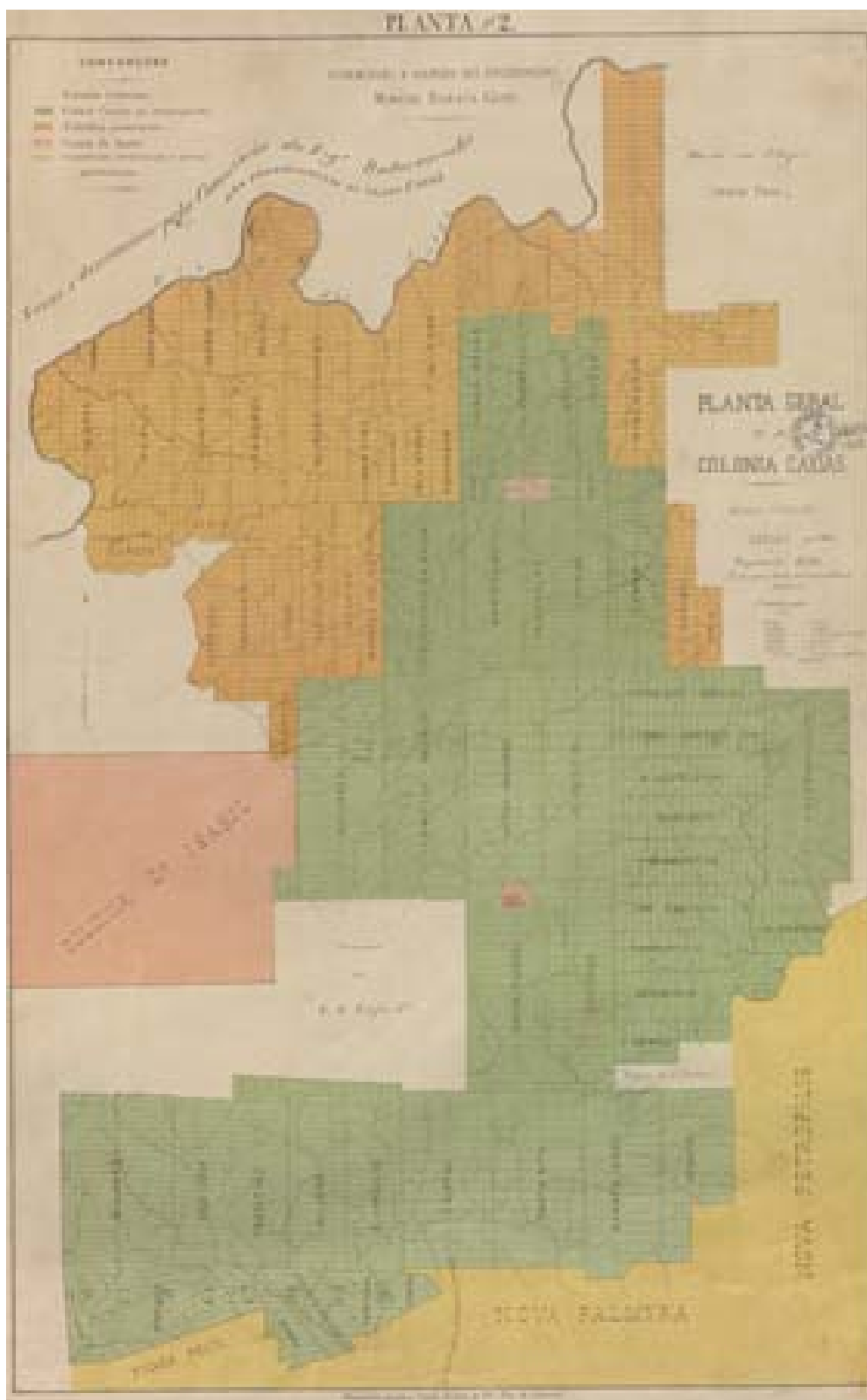
Segundo o historiador francês Jean Roche, baseado nos dados fornecidos pelo Recenseamento Geral do Rio Grande do Sul, datado do ano de 1872, à época da imigração italiana, o Estado contava com uma população de 434.813 habitantes geograficamente espalhados em regiões que compunham um vasto território de aproximadamente 280.000 km<sup>2</sup>, de acordo com as seguintes proporcionalidades: Campanha Meridional 43%, Depressão Central 33%, Planalto 9%, Litoral 8%, Colônias 7% (ROCHE, apud: MANFROI, 1975, p. 234). A grande maioria da população estava concentrada na região dos grandes latifúndios e da Capital. A região colonial, cujo início do povoamento se deu a partir de 1824 com a chegada dos primeiros imigrantes alemães, apresentava ainda o menor número de habitantes, situação que iria se modificar a partir da chegada de novas levas de estrangeiros provenientes, desta vez, da Itália. Em ato contínuo ao início do grande fluxo de imigrantes italianos, no ano de 1875, foi estabelecida em terras contíguas às das colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, localizadas ao sul da antiga estrada que as ligava a São João de Montenegro, passando por Maratá, as dezessete léguas quadradas que formariam a Colônia Caxias (Imagens 15 e 16). Tendo como limites os Campos de Cima da Serra, ao norte, e as colônias alemãs de Nova Petrópolis, Nova Palmira e Picada Feliz, ao sul (GIRON; HERÉDIA, 2007; MANFROI, 2001), recebeu a denominação de Colônia dos Fundos de Nova Palmira.

Na cartografia reproduzida na próxima página (Imagem 15), é possível verificar o posicionamento das léguas destinadas à colonização e distinguir os limites das dezessete léguas quadradas que conformavam a área de terras designadas à localização da Colônia Caxias, representadas no mapa pela cor verde. As primeiras léguas foram demarcadas a partir dos limites das colônias alemãs de Nova Petrópolis, Nova Palmira e Picada Feliz, representadas no mapa pela cor amarela, o que justificou, inicialmente, a sua denominação como Colônia dos Fundos de Nova Palmira. À esquerda da área da Colônia Caxias, representada pela cor rosa, encontra-se a área limítrofe com a Colônia Dona Isabel, e mais acima, representada pela cor laranja, as áreas destinadas à expansão da colônia e aos trabalhos previstos para realização posterior. Nela também é possível distinguir o sistema de parcelamento de solo que se estabelecia através de linhas e travessões, em um traçado ortogonal, que delimitavam os lotes urbanos e rurais, e a demarcação da Sede Dante, que viria ser a sede da colônia, hoje área central da cidade de Caxias do Sul.

A ocupação iniciou-se na Primeira Léngua, no local denominado de *Barraccone* pelos imigrantes pioneiros que para lá se dirigiram, em função da existência de uma construção simples em madeira que lhes servia de abrigo provisório, impondo o mesmo padrão dos demais núcleos de acolhimento espalhados pela região de colonização italiana<sup>50</sup>. Posteriormente, aquela localidade ficou conhecida como *Nuova Milano*, área que hoje corresponde ao distrito farroupilhense de Nova Milano (MANFROI, 2001 p. 62).

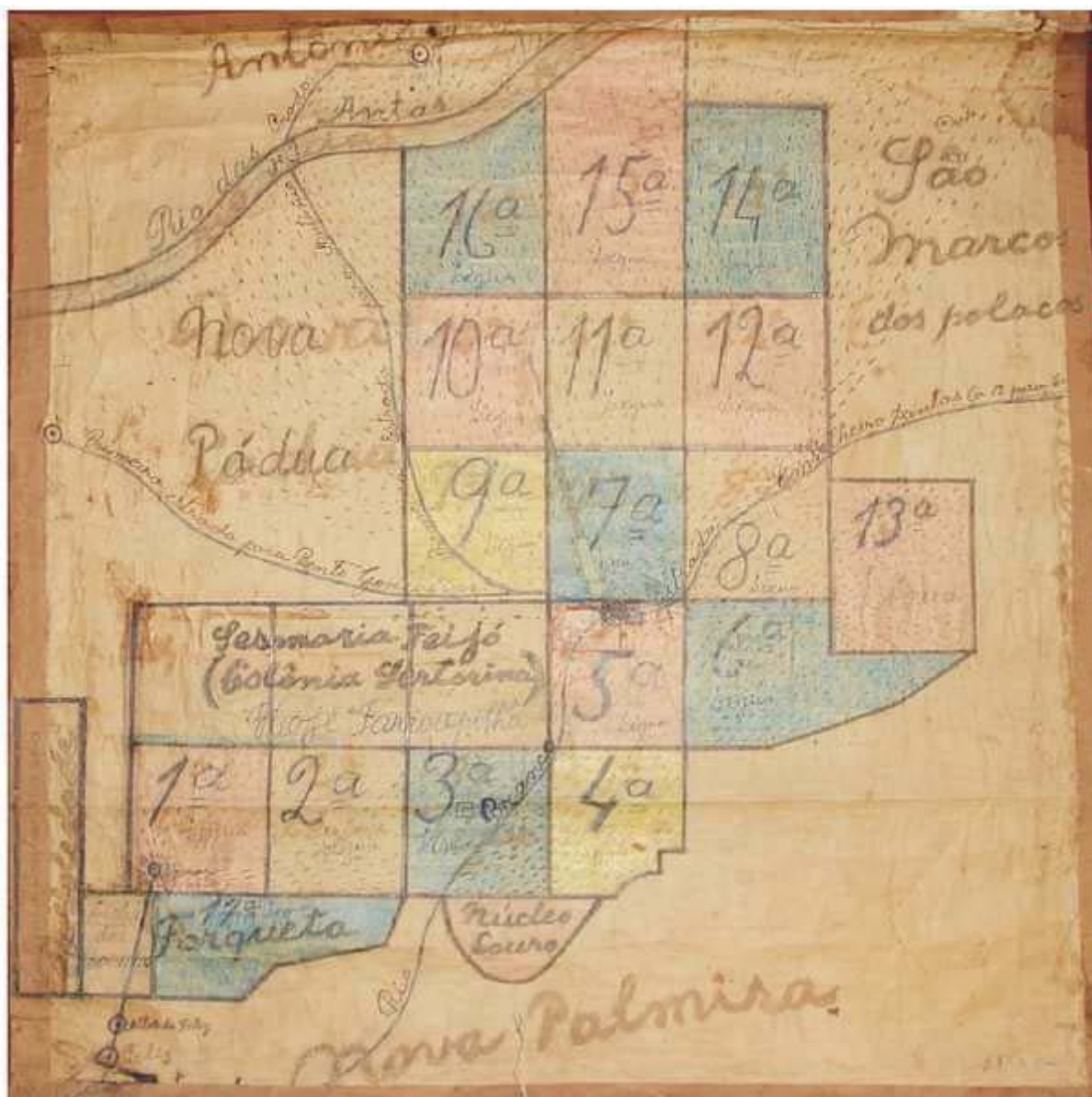
---

<sup>50</sup> Estas construções provisórias em meio à mata, geralmente instaladas em locais onde parte da vegetação existente já havia sido desmatada ou em áreas de campo limpo, eram conhecidas como barracões e faziam parte integrante de uma espécie de acampamento ou posto avançado para o acolhimento e abrigo, por um determinado período de tempo, dos recém-chegados imigrantes e suas famílias à região de onde, posteriormente, partiriam para construir com seus próprios esforços, as primeiras habitações nos lotes coloniais a eles destinados. Segundo o relato do pioneiro Júlio Lorenzoni que imigrou juntamente com a sua família para a Província no ano de 1878 com destino à recém-criada Colônia Silveira Martins, o Barracão, abrigo que lhe deu guarida “tinha mais de quarenta metros de comprimento e seis de largura. A cobertura era de folhas de zinco e internamente havia três ordens de estrados de madeira, onde cada família se instalava, ficando com dois, três e até quatro metros, o necessário para estender seus colchões, acolchoados, etc. e poder dormir à noite. Atrás do barracão achava-se o armazém, cujo encarregado distribuía, diariamente, o pão, o feijão, o arroz e outros gêneros alimentícios de primeira necessidade, para nosso sustento (...). A cozinha das famílias ficou instalada do lado de fora, tendo cada qual de procurar, no mato, a provisão de lenha necessária. Mais tarde, improvisaram a construção de cabanas de todos os tamanhos, cobertas de folhas de palmeiras, arbustos estes que existiam em quantidade nas proximidades, e dos quais, o tronco escavado, servia também como telhas, para cobrir as cabanas e evitar o perigo de incêndios (LORENZONI, 1975, p.49).



**Imagem 15** – Cartografia produzida pelo Eng. Manoel Barata Góes, Engenheiro-Chefe da Diretoria da Colônia Caxias, datada do ano de 1885, impressa no Rio de Janeiro, pela Photolithographia Paulo Robin & Cia, que identifica a Planta Geral da Colônia Caxias à época de sua emancipação (1884), representada no mapa pela cor verde.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.. Disponível em: <https://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/planta-geral-da-ex-colonia-conde-deu-e-dona-isabel-e-novo-nucleo-de-alfredo-cahves>. Acesso em: 17 dez. 2020.



**Imagem 16** – Cartografia produzida por historiador João Spadari Adami, datada de 04 de julho de 1962, que reproduz em desenho feito à mão e sem escala, a localização das dezessete léguas quadradas e suas localizações dentro das terras destinadas à implantação da Colônia Caxias.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Disponível em: <https://arquivomunicipal.caxias.rs.gov/index.php/planta-geral-da-colonia-caxias>. Acesso em: 17 dez. 2020..

O avanço da colonização ocorreu em direção às léguas subsequentes e, no ano de 1876, a ocupação chegou à Quinta Léguas, ao lugar denominado Campo dos Bugres<sup>51</sup>, devido a existência de uma grande clareira aberta na mata, onde índios de

<sup>51</sup> No ano de 1924, José Cândido de Campos Netto, então secretário da Intendência de Montenegro durante o governo de Maximiliano Schmitz, publica a obra “Montenegro” onde narra parte da história daquele município e de São Sebastião do Caí, um relato importante da formação da região do Vale do Caí. Em um dos capítulos, intitulado “Novos Bandeirantes” o autor narra a história de Antônio Machado de Souza, morador de Montenegro que, em 1864, em viagens exploratórias entre aquela

origem caingangue tinham anteriormente uma aldeia (VALVERDE, 1950, p. 266). Em função de sua posição central em relação aos limites da colônia, nas proximidades desse local, foi estabelecida a nova sede que passou então a ser conhecida como Sede Dante. No ano de 1876, em homenagem ao militar e político monarquista Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, a colônia passa a ser denominada de Colônia Caxias. Conde D'Eu, Dona Isabel e Caxias, foram, portanto, nesta ordem, conforme já informado na Introdução deste estudo, os três primeiros núcleos de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

A divisão das terras em léguas quadradas, linhas e travessões, nos territórios coloniais, muitas vezes não seguiu um padrão perfeitamente regular em sua implantação. Em virtude das condições geográficas específicas do local de demarcação, que muitas vezes apresentava grandes acidentes no relevo dos terrenos, o número de travessões não pode ser sempre respeitado em todas as léguas. Conforme informa Giron (GIRON, in: DE BONI, 1987, p. 274), esse sistema sofreu alterações parciais, sendo os travessões substituídos por linhas numeradas e as léguas, por secções. Em cada légua, o número médio de lotes era de 132, enquanto o de travessões, ou linhas, era de 32. Nesse sentido, em suas observações, Azevedo (AZEVEDO, 1982) chama a atenção para a questão da configuração dos mesmos, que podiam variar também de dimensão, em função da qualidade do solo onde estavam implantados. Sendo assim, uma linha poderia conter 32 lotes dispostos em 16 a cada lado da estrada, ou até 114, como apresentava a Linha Thompson Flores, na 9ª légua da Colônia Caxias, onde as terras, por terem sido consideradas melhores, foram fracionadas em unidades menores, mantendo o mesmo comprimento, porém mais estreitas. Por esse motivo, “num mesmo núcleo colonial os lotes variavam de tamanho ou superfície”

---

região e os Campos de Cima da Serra, descreveu pela primeira vez um campestre, no alto de uma colina e aberto dentro da mata fechada, que julgou ser um acampamento de indígenas, pois também ali se estabeleciam ranchos construídos de palha de taquara. O local foi denominado “Campo dos Bugres” (BERTASO; LIMA, 1950, p. 171). Conforme Nascimento, “era uma clareira na mata, aberta pelos índios que habitavam a região. No local eles permaneciam durante o dia, se recolhendo à noite para ocas e buracos que faziam no mato, próximos à clareira. O descampado era bem servido de água, com córregos que o cruzavam, garantindo abastecimento para os indígenas” (NASCIMENTO, 2009, p. 111). O Campo dos Bugres acabou por ficar a oeste da nova sede da Colônia, a Sede Dante, implantada em 1876. Segundo Silva, os índios, possíveis habitantes nativos da região, já não estavam mais presentes quando ocorreu a colonização daquela área, não existindo relatos do paradeiro de tais tribos (SILVA, 2018, p. 37).

(AZEVEDO, 1982, p. 181). Estas especificidades se faziam também sentir no preço de comercialização dos mesmos.

Apesar do Regulamento de 1867 definir as condições e valores para as negociações das terras, as Diretorias de Colônia, que se localizavam, de forma independente, uma em cada sede colonial, podiam determinar algumas alterações. Assim, lotes mais próximos à sede ou que apresentassem melhores condições naturais, como a presença de rios ou córregos, poderiam ser comercializados com um valor mais expressivo. Em geral o lote possuía sua valoração através de suas dimensões, conferidas pelo sistema de medição de braças quadradas, o que resultava em áreas variadas de aproximadamente 20 a 30 hectares, que corresponderiam aproximadamente 46.000 a 69.000 braças quadradas, respectivamente. Cada braça quadrada poderia ser negociada para os lotes rústicos, aqueles localizados nas linhas ou travessões, com uma variação de valores entre 2<sup>52</sup> a 8 réis e, para os lotes urbanos, entre 10 a 80 réis, montante que deveria, após ser aprovado pelo Presidente da Província, constar na planta de cada colônia<sup>53</sup>. O imigrante poderia escolher como modalidade de pagamento à vista ou parcelado, com acréscimo de 20% em seu valor e com prazo para o pagamento de cinco anos. De maneira geral, conforme indica Herédia, o processo de escolha e distribuição dos lotes ocorria da seguinte maneira:

(...) após a matrícula dos interessados, eram os mesmos entrevistados, verificando os locais de interesse devido à proximidade de parentes e amigos da localidade do assentamento. Em segundo lugar, recebiam as linhas e os travessões onde haviam os lotes devolutos seguindo com um guia da Direção da Colônia para o exame do lote e aprovação. Se o lote lhe agradasse, seguiam para o Barracão mais próximo referente àquela linha. Recebiam uma *declaração* da concessão feita (HERÉDIA, 1997, p. 40).

---

<sup>52</sup> Laurentino Gomes, em seu livro “1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil”, apresenta para o leitor uma fórmula de conversão de Réis em Real, a atual moeda brasileira, baseando-se em estudos de outros autores que se empenharam para torná-la o mais próxima do valor atual, levando em consideração os valores da inflação. Importante lembrar que tal conversão, mesmo próxima, não poderia ser considerada exata. Gomes, portanto, considera em sua obra que 1 Real (Réis) em valores atuais equivaleria a R\$ 0,123 reais atualmente (GOMES, 2007).

<sup>53</sup> Para maiores informações consultar o Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867 que aprovou o Regulamento para as colônias do Estado (BRASIL, 1867).



Um dos critérios importantes que os imigrantes consideravam para a escolha dos lotes era, portanto, além da localização e das características naturais, a possibilidade de se estabelecerem em vizinhanças próximas, formadas entre pessoas ou famílias conhecidas, parentes ou conterrâneos de uma mesma localidade de procedência na Itália, permitindo assim que fosse organizada uma certa rede de apoio que contribuía para auxiliar na segurança e na adaptação ao novo território. Esta situação acabou por determinar, conforme assinala Azevedo,

(...) a formação de núcleos mais ou menos homogêneos segundo as origens dos seus ocupantes e os dialetos que falavam. A dificuldade de comunicação linguística com pessoas de outras procedências teria tido certa influência no sistema espontâneo de agrupamento e deve ter concorrido para a persistência do idioma e das tradições, ao mesmo tempo que robustecia a solidariedade interna em cada núcleo (AZEVEDO, 1982 p. 171).

Importante destacar que o sistema de parcelamento do solo que definia a pequena propriedade agrícola, bem como os lotes urbanos da sede colonial, estabelecido a partir de travessões ou linhas, delimitou inicialmente os limites territoriais de cada colônia, possibilitando, desta forma, uma melhor coordenação de todo o processo migratório e de ocupação do solo por parte do governo provincial e também da diretoria das colônias. Conforme registra Azevedo, “os travessões constituíam o polo imediato de convergência e de coordenação da vila nos lotes, a unidade de referência para indicar a localização e as distâncias das colônias e o grupo primário de integração étnica e familiar” (AZEVEDO, 1975, p. 179).

Sem dúvida alguma a língua foi um dos principais fatores que contribuíram para que os imigrantes se mantivessem unidos como grupo social, uma característica que os diferenciava dos demais moradores da Província, preservando sua identidade, seus costumes e a sua cultura. À época da imigração, a Itália encontrava-se recém unificada e nem todos os seus cidadãos falavam o italiano oficial. Os diversos vilarejos do qual a grande maioria dos imigrados provinha, possuíam dialetos particulares, mas com uma raiz linguística comum. Conforme observam De Boni e Costa:

(...) a convivência entre imigrantes de várias proveniências, numa situação de isolamento, com poucas escolas fundadas por eles próprios, onde se ensinava mais dialeto que italiano ou português, com pregações religiosas em italiano, com autoridades brasileiras que, seguido, procuravam expressar-se na língua deles: tudo isso levou a um processo de fusão entre os diversos dialetos, criando-se uma língua comum, à qual se acrescentaram palavras de proveniência portuguesa. Trata-se de um dialeto novo, semelhante, mas não idêntico aos dialetos trivênetos e lombardos, e que seguiu uma evolução própria, na medida em que se estancou a vinda de novos imigrantes e a comunicação com a Itália. No decorrer dos anos, enquanto o italiano oficial perdia ainda mais a importância no ensino e na pregação, o dialeto ia ocupando novos espaços, tornando-se a língua franca, na qual se redigiam jornais, pregava-se, negociava-se (DE BONI; COSTA, in: CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONI ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD: 1875-1925, 2000, p. XIV).

Desta forma, portanto, principalmente durante a primeira geração de descendentes, os dialetos praticados no norte da península italiana, mesclados entre si e com o acréscimo de alguns vocábulos do idioma local, deram origem à uma nova língua desenvolvida e praticada em toda a região colonial italiana. Não somente a língua, mas também a religiosidade, representada através da fé e da devoção católicas, a união familiar, a crença na força do trabalho e “um forte espírito de adaptação” (ALFANI, in: RIGATTI; TRUSIANI, 2017, p. 38), somar-se-iam ao conjunto de elementos que contribuiria para o fortalecimento dos laços de pertencimento e identificação como grupo étnico. Além disso, e talvez mais importante, seriam indispensáveis para a superação das muitas dificuldades que viriam a enfrentar na reconstrução de suas vidas e na adaptação à nova realidade. A adequação ao novo território, no que se refere às formações dos assentamentos e dos grupos familiares exigiu, segundo afirmam os pesquisadores Décio Rigatti e Elio Trusiani,

(...) um esforço grande de adaptação do conhecimento proveniente de uma organização espacial orgânica (experimentada nas terras de origem) que precisava encaixar-se na geometria ortogonal (das linhas e travessões, no traçado promovido pelas regras da colonização brasileira) (RIGATTI; TRUSIANI, in: RIGATTI; TRUSIANI, 2017, p. 110).

Esta forma de estruturação espacial condicionada ao modelo ortogonal previamente definido se apresentou como regra na grande maioria dos casos, porém deixou de ser rígida em alguns núcleos que acabaram por se originar de vizinhanças estabelecidas ao longo de caminhos mais irregulares, como é o caso de Galópolis,

hoje uma região administrativa do município de Caxias do Sul. A implantação do traçado regular nem sempre ocorria com sucesso. Muitas vezes, em função da geografia dos terrenos, pontuada por aclives e declives acentuados, era necessário que o mesmo fosse interrompido, ou continuado de forma irregular ou espontânea.

A regularidade também não é verificada no interior dos lotes rurais, conforme informam os pesquisadores. Apesar das regras e normas de organização interna terem sido definidas pelas autoridades imperiais a implantação dos mesmos, em relação às necessidades do cotidiano, ao detalhe da paisagem, bem como a adequação às formas de estruturação social, tanto pelas funções desenvolvidas quanto na utilização dos espaços criados, foram determinadas pelos moradores. Ainda, segundo os autores, devido ao fato do lote colonial ter sido “estabelecido com base na propriedade individual e nas dimensões da pequena propriedade” (RIGATTI; TRUSIANI, in: RIGATTI; TRUSIANI, 2017, p. 110), se comparado às grandes extensões de terras existentes nas propriedades do sul do Estado, e associado às formas de utilização e manutenção do solo, é possível afirmar que este sistema foi o responsável pela preservação e conservação da paisagem até os dias atuais.

Após a escolha do lote e o recebimento do título que certificava a posse da tão almejada propriedade, os imigrantes que se destinavam àqueles localizados na área rural edificavam uma pequena construção, geralmente em madeira, material abundante na região, que lhes serviria como abrigo para os primeiros tempos até que alcançassem condições que lhes permitissem ampliar ou construir nova moradia. Procuravam se estabelecer próximos aos cursos d’água e aos caminhos ou estradas, que eram limitadas e muito precárias. Segundo Herédia, neste período inicial de consolidação das Colônias, os imigrantes

(...) prestavam serviços na abertura de estradas, na construção de barracões, na abertura de picadas, em troca de somas que eram investidas em terras. Era uma forma de trabalho assalariado que lhes permitia ganhar dinheiro para pagar as dívidas existentes (HERÉDIA, 1997, p. 53).

Os materiais utilizados para a construção dos primeiros abrigos, assim como das primeiras casas, eram os mais naturais possíveis: pedra, barro, madeira. Em

função de ser abundante, a madeira, principalmente aquela proveniente da Araucária, foi o material mais utilizado nas primeiras edificações. Executada basicamente com o seu beneficiamento, a arquitetura de casas, galpões, moinhos e capelas, desenvolvida na região de colonização italiana do Rio Grande do Sul é considerada única em suas características (POSENATO, 1983; TRUSIANI; RIGATTI; PICCININI, 2015).

É importante que se ressalte aqui o papel do pinheiro (*Araucária angustifolia*), como um dos elementos construtivos mais importantes da arquitetura colonial do período inicial da imigração: abundante, de porte elevado, com diâmetro médio entre 60cm e um metro e meio, pode produzir entre quatro e seis toras com cinco metros e meio de comprimento, de madeira macia e fácil de trabalhar. A utilização da madeira na construção de moradia foi uma criação dos primeiros imigrantes no Brasil, pois esse tipo de construção não havia na Itália (TRUSIANI; RIGATTI; PICCININI, 2015, p. 24).

Em “*Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul: assim vivem os italianos*”, o arquiteto e pesquisador Júlio Posenato (POSENATO, 1983), considera que em função de sua plasticidade, escala e soluções técnicas adotadas, a arquitetura produzida durante os primeiros anos de colonização é única e considerada como o melhor exemplo de arquitetura popular já produzida no Brasil. Este reconhecimento, segundo o autor, muito se deve ao fato desta ter sido executada por homens livres, não escravos, que eram pequenos agricultores não assalariados, e que, por isso mesmo, contavam unicamente com o seu conhecimento e esforço pessoal, erigindo “moradias de até quatro pavimentos, com alta qualidade construtiva e plástica” (POSENATO, 1983, p. 70). Em algumas propriedades familiares, incluindo as edificações complementares, a área edificada se aproximava de mil metros quadrados. Um grande feito para quem dispunha somente de materiais brutos e, na maior parte das vezes, trabalhados no próprio local de construção.

Tanto Posenato, como também Piccinini, Rigatti e Trusiani, consideram que a arquitetura aqui realizada, do ponto de vista construtivo, guarda uma relação com aquela praticada no norte italiano à época da imigração, e não uma transposição inequívoca. Ambos os autores estudados afirmam, por outro lado, que em relação à organização dos espaços verificam-se grandes diferenças: “na Itália, geralmente

todas as funções aglomeravam-se numa só edificação, em aldeias rurais, e no Brasil, a cada atividade corresponde sua própria construção, no próprio lote de cada colono” (POSENTO, 1983, p. 74). Uma das razões para isso seriam as dimensões significativas dos lotes rurais em comparação com o país de origem, permitindo a eles implantarem “seu programa de necessidades, ou seja, as diferentes edificações, de maneira disseminada, no lote” (PICCININI, in: RIGATTI; TRUSIANI, 2017, p. 65). Assim, foram construídos sobre a área disponível, de maneira independente e em períodos geralmente distintos, a casa propriamente dita, com espaço destinado a dormitórios e sala de estar, sótão e, porão, a cozinha, um pouco mais distante da casa, os galpões de ferramentas e armazenamento de grãos e alguns animais, e, em algumas situações, um moinho para o beneficiamento do trigo. Uma das razões para a cozinha ficar destacada do corpo principal da casa, no período inicial da colonização, era pelo receio de incêndios, já que o *focolare*<sup>54</sup> era construído de forma rudimentar.

Devido à riqueza de soluções encontradas na observação dos inúmeros exemplos da arquitetura construída pela imigração italiana no Rio Grande do Sul que ainda permanecem sobre o território, Posenato determina quatro períodos principais, discriminados segundo características comuns a cada um deles: Construções Provisórias, Primitivo, Apogeu e Tardio. A divisão em períodos, segundo o autor, baseia-se também na expectativa de durabilidade das edificações entre provisórias e permanentes. Portanto, como permanentes, classifica os três períodos posteriores às edificações provisórias explicando que as divisões, apesar de não conterem datas definidas, devido ao seu caráter dinâmico, se deram em função do fenômeno próprio de evolução gradual da arquitetura e das demais manifestações artísticas que refletem a própria sociedade. Nas palavras do autor:

(...) como de resto verifica-se em todos os ciclos arquitetônicos, a evolução das construções acompanha as mutações de sentimentos das sociedades

---

<sup>54</sup> Segundo o dicionário da língua italiana Zanichelli, o termo *focolare* designa: 1. A parte inferior da chaminé. 2. A parte de um aparelho de aquecimento onde o combustível é queimado. 3. A casa, a família: o *focolare* doméstico. (CATTANA; NESCI, 2010, p. 304). O *focolare* era, portanto, uma espécie de fogão primitivo onde se fazia o fogo propriamente dito. No período inicial da imigração, assemelhava-se a uma espécie de fogo de chão, ao redor do qual as famílias se reuniam. A cozinha, para os imigrantes italianos, era, além do espaço de preparação dos alimentos, um lugar de encontro, rememoração e partilha.

que as erigem, compreendendo um momento de sedimentação, seguido de uma fase de euforia, à qual sucede o arrefecimento, que por sua vez desemboca na decadência. Na imigração italiana, a cada momento psicológico, corresponde um período distinto de arquitetura (POSENATO, 1983, p. 76).

De qualquer forma, pode-se considerar que os dois primeiros períodos descritos por Posenato se estabeleceram sucessivamente dentro do primeiro marco temporal adotado nesse estudo, ao qual Colognese denominou de Primeira Geração. O terceiro período, denominado Apogeu, situa-se entre os finais dos anos de 1890 e a década de 1930, correspondendo, portanto, a parte do marco temporal compreendido entre a Primeira e a Segunda Gerações, um momento de expansão econômica representado pelo início da industrialização da região. Por último, o período Tardio, que se insere entre a Segunda e Terceira Gerações, manifestando-se, segundo Posenato, até meados dos anos de 1960.

Sendo a arquitetura uma forma de expressão e representação de uma cultura, é natural que ela acompanhe não somente o desenvolvimento das tecnologias, fruto da modernização das sociedades, que impactam diretamente no processo de sua execução, mas também a relação entre o indivíduo e o seu meio, e todas as demandas que dela se depreendem, e que se expressam naquilo que é produzido, criado ou recriado para a satisfação das mesmas. Por esse motivo, julga-se apropriado relacionar as principais características construtivas da produção desses imigrantes com o momento econômico e social no qual se encontravam, o que sobremaneira auxilia na compreensão dos motivos de determinadas soluções e simbolismos, justificando, portanto, o seu valor patrimonial. A análise das construções através da consideração dos períodos destacados pelo autor pode, igualmente, ser utilizada para os núcleos rurais e urbanos, levando-se em consideração as diferenças de escala dos lotes e atividades.

Desta forma, como período Primitivo, Posenato (POSENATO, 1983) determina aquele correspondente às edificações que se sucederam imediatamente às do período Provisório, erguidas em uma época “em que o ritmo de vida, já estabelecido, permitiu mais dedicação ao conforto de habitar. As safras abundantes logo fizeram esquecer o sacrifício dos tempos iniciais (...). No lugar dos momentos de tristeza, já passados, surgia o contentamento e a expectativa de fartura”

(POSENATO, 1983, p. 77). Segundo as observações do autor, a área construída das edificações identificadas neste período, aumentou consideravelmente em relação às construções provisórias e diferenciavam-se através de características peculiares:

(...) as residências, com cozinha separada, normalmente apresentavam o porão, semi-escavado ou em alpendre, o pavimento residencial e, aproveitando a água-furtada, o sótão, para cereais. As coberturas, geralmente de quatro águas, se faziam com tabuinhas. Os materiais se preparavam a domicílio, artesanalmente. Não havia vidros. A expressão plástica baseou-se no despojamento, e também simplificadas foram as estruturas, de modo especial de cobertura (POSENATO, 1983, p. 77).

Portanto, passados os difíceis anos iniciais de instalação efetiva em seus domínios e de organização do trabalho na terra, a produção de excedentes permitiu que aos poucos as famílias construíssem residências mais definitivas, com a utilização de materiais mais nobres e duradouros, como a pedra, madeiras de lei e alvenaria. Semelhante processo, como informado, também foi verificado entre aqueles imigrantes que se destinavam aos lotes urbanos, geralmente os que possuíam um saber técnico, como artesãos, charuteiros, pedreiros, marceneiros, ferreiros ou experiência nas atividades comerciais, “que tiveram espaço e espírito empreendedor para fazer de seus conhecimentos atividades lucrativas que garantiram o sustento para suas famílias” (PICCININI, in: RIGATTI; TRUSIANI, 2017, p. 57).

A grande maioria dos imigrantes, senão a sua totalidade, possuía raízes fortemente ligadas à religião católica. E neste sentido, é natural que a sua influência tenha exercido também um papel fundamental para a organização dos imigrados em comunidade, conforme relata De Boni:

(...) a religião atuou como elo de união entre eles: a quase totalidade confessava-se católica, e a fé católica forneceu-lhes os subsídios indispensáveis para reiniciar, individualmente e coletivamente a existência (DE BONI, 1992, p. 235).

A força da religiosidade se fez presente desde o início na conformação das primeiras comunidades, organizadas em linhas ou travessões, na área rural, bem

como, em torno dos primeiros núcleos coloniais. A prática do catolicismo foi um dos principais elementos aglutinadores das diferenças culturais trazidas por esses europeus, na medida em que aqui procuraram manter seus costumes e tradições. A união da comunidade pela fé ficou demonstrada, primeiramente em torno dos capitéis e capelas, que começaram a ser construídos como sinal de devoção e agradecimento pelas famílias em suas terras e ao longo dos principais caminhos, estradas e picadas, principalmente nos cruzamentos entre linhas e travessões, que ainda hoje encontram-se espalhados por toda a região (Imagens 17 e 18). Promoviam assim a convivência social através do encontro, mas a sua disseminação se deve, segundo a análise dos professores e pesquisadores Vitalina Maria Frosi e Ciro Mioranza (FROSI; MIORANZA, 2009, p. 61), “à possibilidade de poder transformar o pequeno núcleo inicial em aglomerado que, no futuro, poderia ser um centro sócio econômico de projeção”



**Imagem 17** – Capitel Santo Antônio, datado do ano de 1892, localizado nas margens da Estrada do Imigrante em São Pedro da Terceira Léguas, no município de Caxias do Sul.  
**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 18** – Capitel São José, sem data, localizado na área rural do município de Santa Tereza.  
**Fonte:** Acervo do autor.



Posteriormente, à medida que as sedes das Colônias cresciam, reuniam-se em torno das igrejas e paróquias, também por elas edificadas, o que denota que possuíam, desde os primeiros momentos, um espírito associativista<sup>55</sup>, que encontrava na força desta união, as melhores condições para a realização de seus objetivos, e aplacar, de certa forma, a situação de isolamento em que se encontravam. Buscavam na fé e na união, a força para enfrentar as dificuldades e os obstáculos existentes na construção da nova pátria (GIRON; HERÉDIA, 2007), o que reforçou o senso comunitário mantendo-o presente, ainda hoje, como elemento característico dessas comunidades. Frei Arlindo Battistel, ao se referir a essas questões, pondera que,

(...) o sistema religioso, como o sistema doméstico, ressentiu-se, também, da situação de isolamento cultural primitivo. Neste contexto, a experiência religiosa vivida na Itália passou a ser uma opção pessoal-familiar. Pessoas, famílias, sentiam a necessidade de expressar-se religiosamente e o fizeram através de quadros, estátuas, rosários, capitéis e capelas, por ocasião dos dias santos, enterros e das grandes comemorações religiosas. Foi, de início, uma experiência religiosa nascida da soma dos sujeitos que se associavam, por exemplo, a uma capela (BATTISTEL, 1981, p.07).

A construção dos espaços de devoção foi, portanto, uma das primeiras iniciativas de ordem coletiva. Eram nestes locais, investidos de sacralidade, que todos se reuniam em torno da fé para rezar o terço, participar das liturgias, das ladainhas, agradecer pelas conquistas e pregar pelo futuro. O momento de oração era também o instante da celebração dos seus costumes e hábitos, trazidos na memória de uma Itália distante, que desejavam continuar a praticar e cultivar no novo mundo que por eles se estabelecia. Esses espaços eram dedicados aos santos de devoção de cada família ou escolhidos pelo grupo. Muitas vezes as imagens, quadros ou relíquias que adornavam esses ambientes haviam sido trazidos da Itália juntamente com os pertences pessoais, como sinal de devoção e fé, para acompanhá-los e protegê-los durante a longa viagem. As localidades que ainda não

---

<sup>55</sup>. O termo associativismo deriva da palavra associação. Segundo Ferreira, associação significa: “1. Ato ou efeito de associar (-se). 2. Combinação, união. 3. Sociedade” (FERREIRA, 2008 p. 94). O associativismo é uma iniciativa formal ou informal que consiste na constituição de grupos de pessoas ou de organizações que se reúnem com o objetivo de gerar soluções, bem como superar desafios e dificuldades nos mais variados âmbitos — sociais, culturais, políticos, econômicos, científicos, entre outros.

havia sido nomeadas pelo programa de imigração, passaram a ser denominadas por referências ligadas à origem e tradição desses imigrantes, como cidades, localidades, personagens, e muitas vezes com os nomes dos próprios santos, a partir da construção dos espaços sacros<sup>56</sup>. As sedes das Colônias passaram a ser o foco da vida em comunidade, congregando, para celebrações, negócios, comércio e lazer, a maioria dos seus habitantes. Segundo relata Azevedo,

(...) nelas há igrejas, casas comerciais, oficinas de ferragens, repartições da Administração, de maneira que nos domingos atraem grande número de colonos das circunvizinhanças. São o lugar da missa, da confissão e das consultas ao padre, dos batizados, dos casamentos, dos funerais, das procissões, dos entendimentos com as autoridades, do acerto dos negócios, das compras e trocas na feira, do encontro com amigos e compatriotas, dos divertimentos coletivos, da escola...; da consulta ao médico, das transações com a sociedade de socorro mútuo (AZEVEDO, 1982 p. 192).

De maneira geral, o templo católico era normalmente edificado no entorno da praça principal, espaço onde tinham palco a maior parte da convivência social. A sua arquitetura, desde os primeiros anos, seguiu o padrão das construções do norte da Itália, nas quais o campanário era construído como um elemento separado do corpo principal para abrigar o sino. Este conjunto, campanário e sino, constitui, um importante referencial imagético e simbólico, principalmente quando analisado a partir dos locais de origem, ou seja, as pequenas comunidades de onde partiram a maioria dos imigrantes que para cá vieram, trazendo consigo, gravadas na memória, as imagens que as representavam. Junto à Igreja, normalmente era edificada, em terreno contíguo, a Casa Canônica, local que abrigava a administração paroquial, situação que pode ser verificada, ainda hoje, em cidades como Caxias do Sul e Bento Gonçalves. Demais equipamentos como hospedarias, sedes administrativas,

---

<sup>56</sup> Muitos estudos sobre a origem da denominação de ruas, praças, bairros, localidades, cidades, escolas, enfim, dos locais que de alguma forma sofreram a influência em suas nomações por intermédio da cultura da imigração italiana na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, foram e continuam sendo realizados com o intuito de desvelá-las e quantificá-las. Um artigo sobre esse tema, de autoria de Kleber Eckert, doutor em Letras pela Universidade de Caxias do Sul, aborda os estudos toponímicos da região com o objetivo de apresentar, em uma perspectiva comparativa, todas as pesquisas já realizadas sobre a região em nível de pós-graduação, dentro do período de 2010 a 2018. Segundo o autor, “o que mais se destaca a partir da análise empreendida, é a relação entre os topônimos e as marcas culturais da imigração italiana, que foi o principal grupo étnico-linguístico a colonizar os atuais 58 municípios da RCI” (ECKERT, 2020, p. 20).

cantinas, lojas, sedes sociais, escolas, foram sendo edificadas paulatinamente com o passar do tempo.

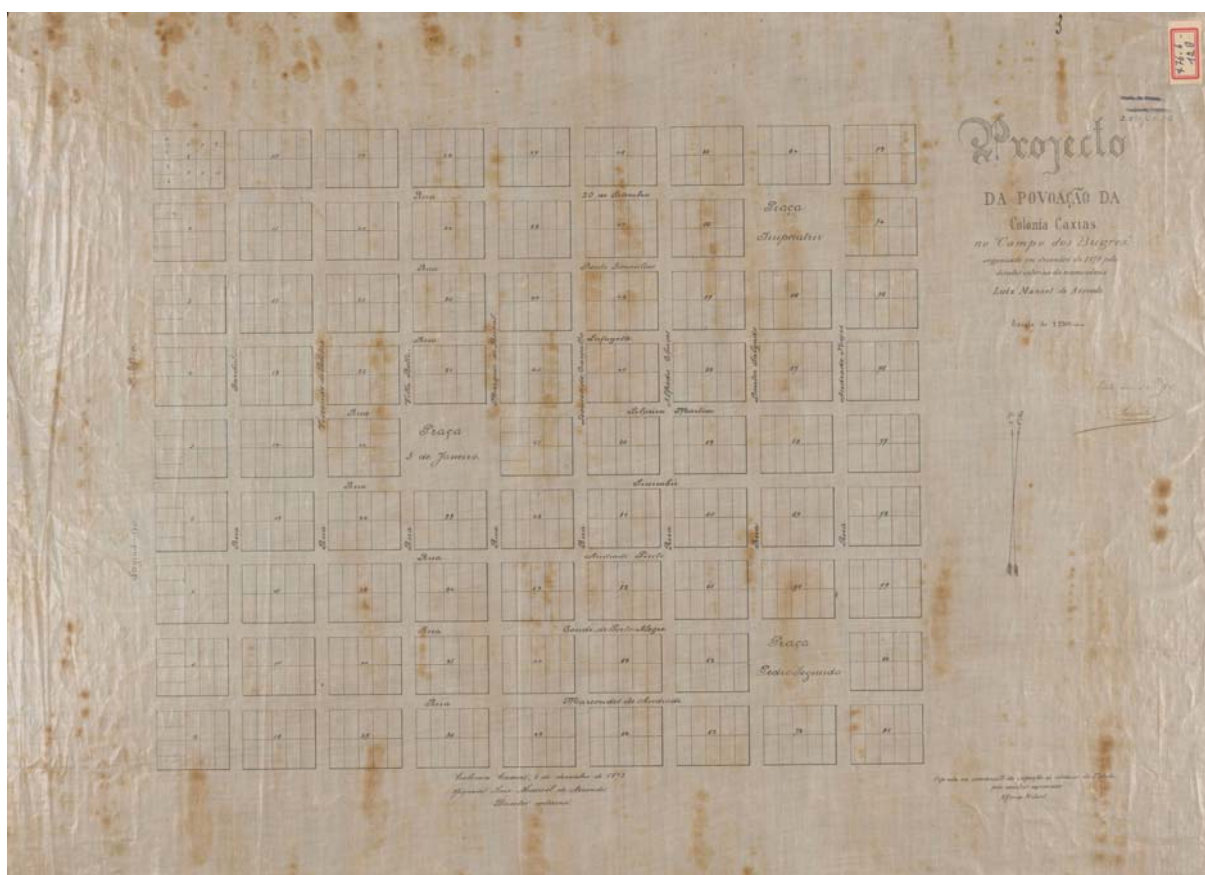
As primeiras edificações sobre os terrenos urbanos, respeitando a função para as quais seriam destinadas, seguiram a mesma lógica dos lotes rurais no que tange à utilização dos materiais disponíveis, sendo também a madeira, a mais abundante, utilizada nos primeiros momentos da implantação. As ruas foram abertas segundo as diretrizes do plano de ocupação e permaneceram por muitos anos sem pavimentação. As praças constituíam-se em meros espaços abertos, ainda sem benfeitorias. Cabe ressaltar aqui que o processo de urbanização das sedes coloniais, conforme observa Nascimento, ocorreram em “tempos” diferentes, ocasionando desenvolvimentos desiguais:

(...) a sede da Colônia Conde D’Eu foi medida e demarcada pelo agrimensor Alfredo Augusto de Azevedo em 1876. A Colônia Dona Isabel, em 1879, ainda não tinha sua sede com planta. E a Colônia Caxias recebera o projeto que norteou a ocupação definitiva de sua sede no final de 1878 (NASCIMENTO, 2009, p. 110).

Desta forma, as emancipações das antigas colônias também ocorrem em momentos históricos diferentes. Devido ao rápido crescimento da região, a Colônia Caxias foi dividida, no ano de 1880, em três diferentes sedes: Caxias (Imagem 19), Nova Milano e Nova Trento. O chamado Campo dos Bugres, abrigava a Diretoria da Colônia e a Comissão de Terras que, a partir dessa divisão, passa a ser conhecida como Sede Dante (GIRON; HERÉDIA, 2007, p.51). Ao abrigar o novo centro administrativo da colônia, o núcleo passou a ser destino de grande movimentação e de destino do comércio de produtos produzidos na região, que passaram a ser vendidos no local. Em função disso, houve também um incremento da comercialização de outros gêneros alimentícios e produtos de toda a ordem para consumo da família, como também de equipamentos necessários para o trabalho no campo (ONZI, 2012, p.12), o que possibilitou o crescimento das pequenas manufaturas, como ferrarias, funilarias, marcenarias, etc.

Em 1884, Caxias é emancipada do regime colonial e passa a pertencer ao município de São Sebastião do Caí, tornando-se o seu quinto distrito, momento no

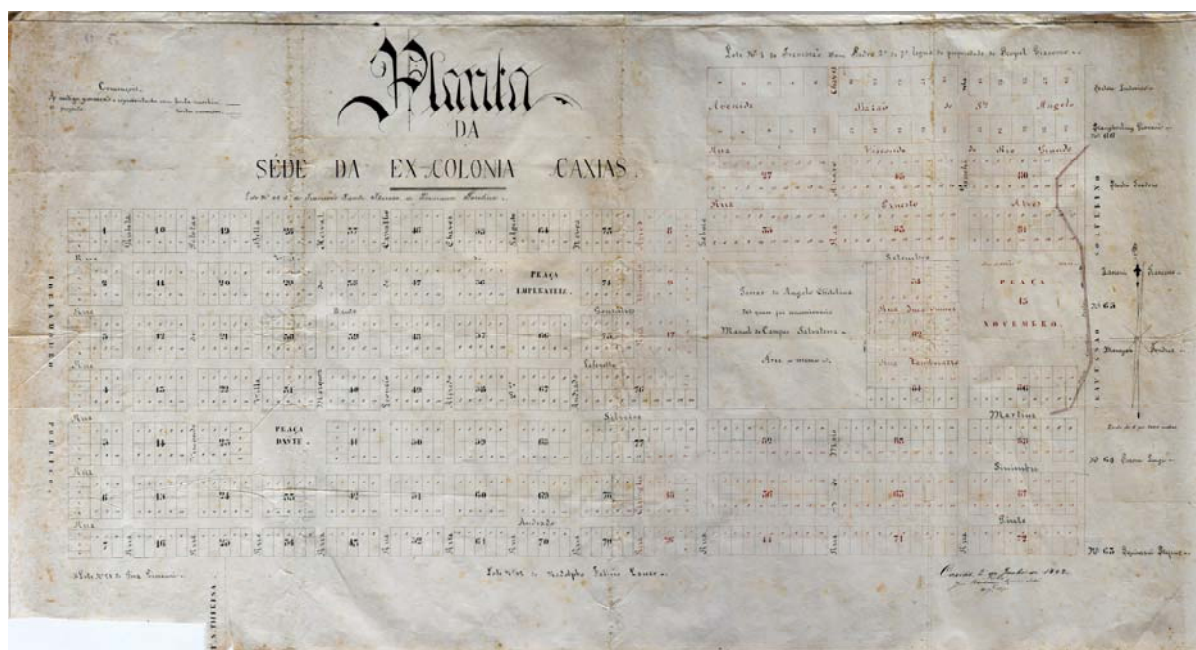
qual é denominada Freguesia de Santa Tereza de Caxias. Em 1890 é finalmente elevada à Categoria de município (Imagem 20) passando a se chamar Vila de Santa Tereza de Caxias (MANFROI, 2001, p. 63-64). Com a inauguração da linha férrea, no ano de 1910, que dinamizou a sua ligação com Porto Alegre e com o centro do país, é elevada à condição de cidade, assumindo o nome de Caxias. Somente no ano de 1944 a cidade recebe a designação de Caxias do Sul, diferenciando-a da centenária cidade de Caxias, no Estado do Maranhão (KIRST, 20016). Das dezessete léguas que a compunham inicialmente, apenas oito fazem parte hoje do território compreendido pelo município de Caxias do Sul, sendo que as demais integram hoje outros municípios da região, como Flores da Cunha, Farroupilha e São Marcos.



**Imagem 19** – Projeto da Povoação da Colônia Caxias no espaço geográfico denominado "Campo dos Bugres", organizado por Luiz Manoel de Azevedo - Diretor Interino da Colônia Caxias e copiado por Affonso Mebert - Auxiliar agrimensor na Comissão de Inspeção às Colônias do Estado, datado do ano de 1878.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Disponível em: <https://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/planta-2>. Acesso em: 05 jun. 2019.

No mesmo ano em que a Colônia Caxias foi emancipada, também as Colônias Conde D'Eu e Dona Isabel, através da Lei nº 1455, datada de 26 de abril de 1884<sup>57</sup>, foram desmembradas do Município de Montenegro e elevadas à categoria de Freguesia, passando, a partir desse momento, a serem denominadas, respectivamente, Santo Antônio de Dona Isabel e São Pedro de Conde D'Eu.



**Imagem 20** – Planta da Sede da ex-Colônia Caxias de autoria do Eng. José Montaury Aguiar Leitão, Engenheiro Chefe da Comissão de Terras e Medição dos Lotes de Caxias, datada do ano de 1892. Nesta imagem é possível distinguir à esquerda o primeiro traçado da sede colonial já com a denominação de Praça Dante substituindo a antiga Praça 3 de Janeiro. À direita se verifica a rápida expansão da área urbana em direção à Estrada Conselheiro Dantas, dando prosseguimento ao traçado ortogonal existente. A antiga Rua Silveira Martins passou a se chamar Rua Júlio de Castilho, em 1893 e, posteriormente, em função de um plano de reurbanização e pavimentação em 1939, passou a se chamar Avenida Júlio de Castilhos.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. Disponível em: <https://arquivomunicipal.caxias.rs.gov.br/index.php/planta>. Acesso em: 05 jun. 2019.

Durante um curto período de tempo, a contar do início da imigração italiana para a região nordeste da Província, a ocupação do território estendeu-se para outras localidades próximas que foram então demarcadas com a fundação de novas colônias na região e também para outras províncias, como Santa Catarina e Paraná (FROSI; MIORANZA, 2009). Próximo à Colônia Caxias, foram demarcadas as

<sup>57</sup> Além de Conde D'Eu e Dona Isabel, também a colônia de Silveira Martins, fundada em no ano de 1877 foi elevada à categoria de Freguesia. (IOTTI, 2001b, p. 687)

colônias: Nova Pádua (1884), Alfredo Chaves (1884) e São Marcos (1885). Em 1877, foi criada, em direção ao centro da província, a Colônia de Silveira Martins (1877), também denominada de Quarta Colônia, além de outras, que se expandiram para o norte e para o sul, como Antônio Prado (1886), Ernesto Alves (1890) e Guaporé (1892).

Em relatório de 31 de março do ano de 1886, produzido pelo engenheiro Manoel Maria de Carvalho, então ajudante da Inspetoria Geral das Terras e Colonização<sup>58</sup>, e apresentado ao Conselheiro Antônio da Silva Prado<sup>59</sup>, podem ser encontradas as justificativas para esta rápida expansão. Nele são enaltecidas as peculiaridades geográficas da Província, localizada ao sul do Brasil, razão pelas quais tantos imigrantes europeus eram atraídos para aquela região: “excelente qualidade de suas terras, magnífica distribuição de águas, amenidade de seu clima” (CARVALHO, 1886, p.05). O que justificaria, naquele período, a verificação do encaminhamento “de uma corrente de imigração espontânea” (CARVALHO, 1886, p. 06) com um número elevado de imigrantes italianos, o que não se verificava em outras regiões do Brasil (Tabela 03), à exceção de São Paulo, que concentrava, conforme já informado, aproximadamente 70% do total de emigrados no período compreendido entre os anos de 1886 a 1900.

O principal destino continuava a ser as terras disponíveis nas colônias de Caxias, Conde D’Eu e Dona Isabel (Tabela 04), sendo que a grande maioria dos imigrantes continuava a ser composta por agricultores que vinham acompanhados de suas famílias, indicando, segundo as observações de Carvalho, o firme propósito de se fixarem definitivamente nos lotes rurais ofertados, em detrimento à permanência nos núcleos urbanos (Tabela 05).

---

<sup>58</sup> Contratados pelo governo imperial, os inspetores da colonização relatavam frequentemente ao Imperador, todas as atividades e características referentes ao processo de imigração europeia em andamento no Brasil, sem deixar de apontar as dificuldades e deficiências enfrentadas pelos imigrantes desde o seu desembarque em solo brasileiro.

<sup>59</sup> O nome do Conselheiro Antônio da Silva Prado, à época ministro e secretário de Estado dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, foi posteriormente sugerido como forma de homenagear o seu empenho e dedicação pelos trabalhos executados à época, para nomear a nova colônia que estava sendo demarcada em terras próximas às margens direita do Rio das Antas que passou, desta forma, a receber a denominação de Colônia Antônio Prado.

PROVÍNCIAS	1894	1895	TOTAL
Rio Grande do Sul	2.548	7.317	9.865
Santa Catarina	132	581	713
Paraná	385	429	814
Espírito Santo	33	167	200

**Tabela 03** - Tabela indicativa do número total de imigrantes europeus que chegaram ao Brasil nos anos de 1884 e 1885 e seus principais destinos provinciais. Em números absolutos, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul recebeu seis vezes mais imigrantes que a soma das demais províncias no mesmo período.

**Fonte:** BRASIL. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul, 1886, p. 07. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ENTRADAS		DESTINOS											
NACIONALIDADE	Número de Imigrantes	Colônia Silveira Martins	Colônia Caxias	Conde D'Eu e Dona Isabel	Teotônia	São Leopoldo	Taquary	Santa Cruz e Mont'Alverne	Santo Ângelo	Pelotas	Rio Grande	Porto Alegre	TOTAL
Alemã	704	689	1.525	3.849	49	27	26	87	188	377	233	267	7.317
Francesa	22												
Italiana	6.520												
Espanhola	14												
Portuguesa	57												
TOTAL	7.317												

**Tabela 04** - Tabela indicativa das nacionalidades de imigrantes europeus e seus principais destinos na Província do Rio Grande do Sul entre os anos de 1884 e 1885.

**Fonte:** BRASIL. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul, 1886, p. 08. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Por muitos anos ainda, a densidade populacional das áreas rurais das colônias permaneceu bem mais elevada se comparado às áreas urbanas. Com o crescimento das manufaturas especializadas e o início da industrialização, verificado a partir dos anos finais do século XIX, nota-se uma alteração nos números absolutos indicando a tendência de migração populacional da área rural com destino às áreas urbanas. Algumas delas, como Caxias, Bento Gonçalves e Farroupilha, acabariam por apresentar um crescimento acelerado.

COLÔNIAS AGRÍCOLAS								Cidades de Pelotas Rio Grande e Porto Alegre	TOTAL		SOMA
Silveira Martins	Colônia Caxias	Conde D'Eu e Dona Isabel	Santo Ângelo	Santa Cruz e Mont'Alverne	São Leopoldo	Teotônia	Taquary		Das Colônias	Das Cidades	
689	1.525	3.849	188	87	27	49	26	877	6.440	877	7.317

**Tabela 05** - Tabela indicativa dos principais destinos de imigrantes europeus na Província do Rio Grande do Sul entre os anos de 1884 e 1885.

**Fonte:** BRASIL. Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul, 1886, p. 07. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>. Acesso em: 18 nov. 2019.

Um retrato das relações que se estabeleceram a partir do crescimento da região, alguns anos após o início das ocupações, pode ser consultado a partir do relato de um imigrante que, assim como muitos, partiu em companhia de seus familiares, deixando para trás a terra natal com o intuito de construir uma nova vida em um outro país, localizado em um outro continente, há milhares de quilômetros de distância da Itália. A obra *“Memórias de um imigrante italiano”*, escrita pelo pioneiro Júlio Lorenzoni<sup>60</sup> no final do século XIX e publicada muitos anos depois, por ocasião do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul em 1975, por intermédio do historiador Itálico Marcon<sup>61</sup> (MARCON. In LORENZONI, 1975), relata, sob uma

<sup>60</sup> Júlio Lorenzoni nasceu em 23 de março de 1863, em Villaraspa, comuna do Mason Vêneto no distrito de Maróstica, Província de Vicenza, na Itália, tendo imigrado para o Brasil, em companhia de seus pais e irmãos, em meados de 1878. Segundo Ítalo Marcon “nos últimos dias de abril de 1878, a sua família acampava ao pé dos montes que mais tarde constituiriam o núcleo colonial de Silveira Martins. Ali trabalhou na empreitada da Ferrovia Taquari-Santa Maria e, em 1884, já casado com a senhora Josefina Righesso, mudou-se para a Colônia Dona Isabel, atual Bento Gonçalves, nascendo do seu matrimônio 12 filhos. (...) foi professor de italiano na escola elementar que então funcionava sob os auspícios da Sociedade Italiana de M. S. Regina Margherita. Em 1888 foi nomeado agente do Correio, sendo, mais tarde, sucessivamente, escrivão do Cível e Crime, oficial do Registro Civil, escrivão da Provedoria e Casamentos e do Cartório de Órfãos. Foi, também, conselheiro municipal, presidente da Sociedade Italiana de M. S. Regina Margherita, agente consular do Reino da Itália e, a partir de 1928, Coletor Estadual. Militou intensamente na imprensa local, tendo fundado os jornais *Bento Gonçalves* (1910) e *O Estado* (1915). Faleceu em Bento Gonçalves a 22 de maio de 1934, deixando uma seleta biblioteca, jurídica e literária” (MARCON. In LORENZONI, 1975, p. 10).

<sup>61</sup> Itálico Marcon nasceu em Garibaldi, no ano de 1938 e desde muito cedo tem se dedicado à pesquisa da imigração e colonização italiana no Rio Grande do Sul. Segundo Antônio Mottin, Marcon por ter descendência italiana sempre se preocupou com as suas origens e com o processo que resultou na entrada de milhares de italianos no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, dentro de um contexto de perfeita integração na comunidade sul-riograndense. Aproveitando a data do Centenário da Imigração Italiana no estado, comemorada em 1975, elaborou um plano de publicações, dentre elas o livro *“Memórias de um Imigrante Italiano”* de autoria de Júlio Lorenzoni com tradução para o português do texto originalmente escrito em italiano a cargo de Armida Lorenzoni



ótica pessoal, a sua trajetória de vida e os aspetos sociais, políticos e econômicos das colônias da Província, em seus anos iniciais.

Sua família estabeleceu-se primeiramente na Colônia Silveira Martins. Anos mais tarde, ao final de 1883, já casado e pai de um filho, decidiu migrar com a sua família para Dona Isabel, onde residiam os parentes de sua esposa. Partindo de Montenegro, enfrentaram o longo caminho de subida por entre a densa mata que fazia a ligação com aquela localidade e Dona Isabel, um percurso de aproximadamente 90 quilômetros. A Estrada Geral, assim denominada, estava sendo pavimentada em seu trecho mais próximo às colônias, através da mão-de-obra dos colonos italianos. Ao longo da estrada, encontraram muitos alemães, os ocupantes daquelas terras e algumas casas de comércio, todas administradas por eles. Foram os alemães que, em um primeiro momento, se responsabilizaram pelo comércio entre as colônias italianas e a Capital, a partir de uma rede de distribuição já bem organizada. Por outro lado, é notório uma certa animosidade entre esses dois grupos étnicos, muito em função da histórica disputa por territórios, já mencionada no Capítulo 1, ocorrida ao longo da história do norte italiano em relação ao Império Austro-Húngaro. A dificuldade de comunicação entre os povos também se constituía em um grande empecilho, pois os alemães “não entendiam uma palavra do que falávamos, pois eles, mesmo depois de cinquenta anos, não falavam português, só se expressando em alemão” (LORENZONI, 1975, p. 111). O reconhecimento como italianos, pertencentes a um grupo de indivíduos culturalmente identificados, assegurava a união entre eles, como pode ser verificado através da exclamação de Lorenzoni ao adentrarem finalmente nos domínios italianos:

(...) chegados, por isso, à entrada da colônia italiana, uma sensação de alegria apoderou-se de todos, elevando nosso moral, primeiro por estarmos próximos de nosso destino, e, depois, por sabermos que a uma necessidade, no meio de italianos, sempre teríamos acolhida e pronto atendimento.

---

Parreira, filha do memorialista, e que foi acolhido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Deste projeto surgiu a Estante do Centenário da Imigração Italiana, da qual fazem parte inúmeras publicações (MOTTIN. In LORENZONI, 1975, p.7).

A viagem relatada pelo autor continuou no dia seguinte, passando por Conde D'Eu, que foi por ele descrito como

(...) um lugarzinho bem simpático, situado no declive de um morro e dividido por um riacho que brotava dos montes vizinhos. O local já possuía diversas casas. Algumas de material<sup>62</sup> e outras de madeira, uma igrejinha, também de madeira, construída sobre uma colina próxima e contava com várias sapatarias, padarias, marcenarias, ferrarias, alguns hotezinhos e casas de negócios (como chamavam naquela época as lojas-armazéns) (LORENZONI, 1975, p. 112).

A família de Lorenzoni estabeleceu-se na Linha Leopoldina, uma das primeiras a serem demarcadas em Dona Isabel, que já nesta época encontrava-se toda ocupada por cerca de 180 famílias em “lotes rurais de duzentos e vinte metros de frente por um mil e cem de comprimento” (LORENZONI, 1975, p. 113). A linha iniciava-se no final da Estrada Geral Oeste e estendia-se até a localidade de Santa Tereza, à margem esquerda do Rio das Antas. Uma segunda linha. A Linha Palmeiro, partia do lado Leste em direção ao confim de Dona Isabel com a Colônia Caxias.

Em sua primeira visita à sede Dona Isabel, Lorenzoni (LORENZONI, 1975) relata que a vila, localizada na base de um declive, encontrava-se estabelecida com pouco mais de uma centena de casas, algumas edificadas em material e outras em madeira. Por entre as residências, pequenos albergues, casas de comércio, ferrarias, alguns restaurantes e, em sua área mais central, um único hotel, a agência postal e o chalé onde localizava-se o escritório da Direção da Colônia, todos estes estabelecidos na rua principal à direita de quem se dirigia à igreja. Segundo descrição de Lorenzoni, a igrejinha era uma construção muito modesta ao lado da qual, fora edificada a Casa Canônica (LORENZONI, 1975, p. 118). Em termos comparativos, nesta mesma época, a freguesia de Santa Tereza de Caxias contava com aproximadamente quatrocentas casas entre estabelecimentos comerciais e residenciais, 73 moinhos, quatro escolas com professores imigrantes uma capela e duas farmácias (NASCIMENTO, 2009, p.136), o que já expressava o grande

---

<sup>62</sup> O termo “material” aqui utilizado em referência ao tipo de construção existente na época, refere-se a uma residência construída, em sua maior parte, por alvenarias de tijolos. “Casa de material” tornou-

crescimento daquele núcleo. Outros equipamentos estabelecidos em Dona Isabel acabaram por surpreendê-lo. Em suas palavras:

(...) soube então que, há cerca de dois anos, funcionava na vila a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, contando com cinquenta sócios (...) e que essa sociedade tomara a deliberação de fundar uma escola italiana. Existia também na vila uma Sociedade Filarmônica, intitulada José Verdi (...) e vários outros empreendimentos que me entusiasmaram, notando como tudo era índice de progresso para a nossa colônia italiana (LORENZONI, 1975, p. 119).

Apesar de previstas no Regulamento Colonial de 1867, o governo imperial enfrentava dificuldades para a criação de escolas na área colonial, principalmente de encontrar professores que compreendessem o dialeto falado pelos imigrantes para promover o ensino. Por esse motivo também, muitas escolas foram criadas através da iniciativa dos próprios imigrantes que, entre os que dominavam a língua italiana, eram convidados a lecionar por intermédio daquelas associações. Além disso, conforme observa Costa,

(...) mandar os filhos à escola era um peso para a economia da família. Em primeiro lugar, era necessário comprar o material escolar, o vestuário que representava elevada despesa, visto as poucas fontes de renda. Muitos pagavam os estudos com produtos da lavoura: arroz, batata, feijão... A perda da mão-de-obra era outra razão que impedia os pais de enviarem os filhos à escola. A experiência ensinara que a vida era possível, mesmo sem estudo. Compreende-se o pouco apreço pelo estudo que não se apresentava como instrumento de solução imediata de problemas; nem como meio para um futuro feliz da família dos imigrantes. A autêntica segurança era a terra, pois dela, podia-se obter a produção necessária à própria sobrevivência (COSTA, 1974, p. 76).

A pouca adesão à escola se deviam também às dificuldades de locomoção, principalmente entre aquelas famílias que se estabeleceram nas áreas rurais, onde as escolas eram ainda inexistentes. De qualquer forma, as escolas acabariam se disseminando por toda a região, inclusive nas áreas rurais, principalmente após a chegada das congregações religiosas, como os freis capuchinhos, que, juntamente

---

se uma expressão popular, ainda hoje comumente utilizada na região colonial do Estado do Rio Grande do Sul.

com as associações italianas, promoveram a abertura de muitas escolas, porém na grande maioria ainda em língua italiana.

Nas áreas rurais, ao contrário das urbanas, as construções eram, em sua imensa maioria, em madeira, inclusive sendo também estas cobertas com pequenas tabuinhas retangulares que desempenhavam o papel das telhas de barro, as chamadas *scandole*. A produção agrícola desses colonos já se apresentava farta, assim como também o era o vinho produzido no local. Costumes como o de rezar o terço em agradecimento ao que haviam recebido da terra e em sinal de devoção eram mantidos por todos, e geralmente realizados em grupos de parentes e amigos. Segundo Lorenzoni, a visível fartura se devia à dificuldade de comercializar os excedentes, muito em função das precárias vias de comunicação e ao comércio local ainda inexistente. Para ele, fica a seguinte constatação:

(...) bem tinham razão aqueles pioneiros que, impávidos, haviam afrontado (...) a floresta virgem, de estarem contentes com a nova Pátria que os havia hospedado, onde tinham conseguido tornarem-se pequenos proprietários, sem patrões às suas costas, cheios de toda graça de Deus, o que nunca teriam conseguido no Velho Mundo, e gozando, por acréscimo, de uma liberdade absoluta (LORENZONI, 1975, p. 115).

É neste contexto, de liberdade, abundância e fartura, que Posenato (POSENATO, 1993) contextualiza o surgimento do terceiro período da arquitetura da imigração italiana, verificado principalmente, nas áreas não urbanas. O período denominado de Apogeu, reflete o esplendor de uma arquitetura que se apresenta com o maior porte deste ciclo. Segundo o autor, “mais que a necessidade de dimensionamento, a escala mostra a arquitetura como monumento à autoafirmação do indivíduo como ser livre e realizado” (POSENATO, 1993, p. 83). Como principais características das construções produzidas nesse período, o autor destaca:

(...) os materiais tanto provêm do artesanato familiar como de beneficiamento industrial. As residências, comumente de três ou quatro pavimentos e telhado em quatro ou duas águas e cobertura em tabuinhas, telhas de barro ou ferro galvanizado, têm cozinha separada ou anexa, como volume menor. As janelas só eventualmente são envidraçadas. Há dois critérios: *expressão austera* – os elementos construtivos limitados ao essencial, sem ornamentação, e *linguagem decorativa* – riqueza de ornatos singelos. Evidentemente, essa ornamentação aparece com graus diferentes

de intensidade, predominando, porém, a expressão austera (POSENATO, 1993, p. 83).

A pequena propriedade possibilitou que os imigrantes se tornassem pequenos produtores. Extraíram de suas terras, em um primeiro momento, uma produção para a sobrevivência, sem características de cultivo de permanência, situação alterada com o passar dos anos quando tornou-se mais específica e direcionada para as necessidades que o mercado, a partir do comércio que pouco a pouco era estabelecido, exigia. O cultivo de diversas culturas como o milho, o trigo, a cevada, o centeio, o feijão, a batata, a cana doce e a mandioca, se dava através do sistema de rotação de terras, em locais definidos dentro dos limites da unidade colonial. Segundo Herédia, nesta fase inicial,

(...) foi o milho a cultura de sustentação da colônia italiana, visto que a base de toda a alimentação do colono era a polenta. Das três refeições que o colono fazia ao dia, estava sempre presente sendo o elemento principal durante muitos anos (...). Traziam esse costume da Velha Itália, por ter sido a polenta a base da alimentação da classe agrícola italiana (...). Na nova terra, essa refeição era muitas vezes acrescida de folhas de salada, um copo de vinho e, quando possível de complementos como o queijo, ovos, salame, etc. Além de alimento para o homem, o milho era utilizado também como fonte de criação de animais como aves, porcos, etc. (HERÉDIA, 1997, p. 55).

A escolha dos alimentos, a sua maneira de produção e de preparo para o consumo, constituem-se em importantes hábitos transmitidos por gerações e integram o conjunto de costumes e práticas que fazem parte da cultura de um povo, reforçando, portanto, também a sua identidade, traduzida nos costume e hábitos que conduzem à ideia de que a italianidade, como marca identitária, está conectada à memória, à cultura e ao lugar onde se manifesta. O plantio da videira, que tanto caracteriza hoje a paisagem rural da região, principalmente aquela em torno dos atuais municípios de Bento Gonçalves e Garibaldi, cujo traço, conforme afirma Marilei Elisabete Piana Giordani, “transformou o território em um espaço social, fazendo com que seus moradores se reconhecessem dentro de uma produção vinícola e (...) de competição entre produtores” (PIANA GIORDANI, 2013, p. 96) para então aflorar como uma marca cultural, também teve o seu início já nos primeiros

anos da colonização. Citando os relatos de Celeste Gobatto<sup>63</sup> (1890-1958), Pellanda afirma que:

(...) desde os primeiros anos, o imigrante italiano procurou adaptar à nova terra os bacelos que trouxera da Europa. Preocupado com o insucesso que, e geral, experimentos, não sabia como dar-lhe remédio. Mas, descendo de suas montanhas com os primeiros produtos para venda no Caí, depara nas imediações de Feliz as belas latadas de Isabel do colono germânico e desta entrou a fazer a base da vinicultura rio-grandense, dada a sua robustez e grande resistência mesmo às geadas tardias, visto que rebrota carregada de cachos (PELLANDA, in: BERTASO; LIMA, 1950, p. 53).

Apesar do quase total isolamento ao qual os primeiros imigrantes foram submetidos, muito em função das dificuldades de acesso às terras coloniais que careciam de novas e melhores estradas, como também pela falta de assistência por parte do governo imperial, o contato entre as diferentes culturas estabelecidas na região acontecia de forma espontânea, guardadas algumas pequenas dificuldades iniciais, como relatadas por Lorenzoni. Fato esse que acabou trazendo como resultado trocas de experiências e aprendizado, principalmente sobre as condições físicas e geográficas do novo território, o que foi fundamental para a melhor adaptação do colono ao seu meio, bem como das variedades possíveis para o melhor cultivo. Por muitos anos a produção da varietal Isabel foi predominante na RMSG, sendo responsável por quase que a totalidade das uvas produzidas na região em levantamento datado do ano de 1913<sup>64</sup>.

---

<sup>63</sup> Celeste Alexandre Gobatto nasceu em *Volpago del Montello*, na Itália, em 26 de maio de 1890 e faleceu em Porto Alegre, em 06 de novembro de 1958. Foi agrônomo, enólogo, professor, político, escritor e cientista. Considerado o grande pioneiro da vitivinicultura moderna no Brasil, deixou notável contribuição ao estudo e ao aperfeiçoamento da produção da uva e do vinho, dando aulas, prestando assessorias técnicas, dirigindo instituições e escrevendo obras de referência neste campo que em seu tempo tiveram larga circulação. Também fez carreira política, sendo intendente de Caxias do Sul e deputado estadual do Rio Grande do Sul. Como governante de Caxias realizou obras importantes, apesar de administrar entre grandes disputas e controvérsias, e na Assembleia Legislativa foi um defensor dos agricultores (MONTEIRO, 2011).

<sup>64</sup> Conforme relata João Carlos Taffarel, analista da EMBRAPA, a uva Isabel é ainda a espécie mais cultivada no Rio Grande do Sul. Chegou à região entre os anos de 1839 e 1842, originária da América do Norte. Por esse motivo é também conhecida como uva americana e desde sempre foi muito utilizada na produção de sucos e vinhos de mesa, menos elaborados. Com o passar dos anos e a introdução de novos varietais, essa variedade vem sucumbindo aos problemas fisiológicos ocasionados pelo desgaste do tempo, porém, segundo Taffarel, a empresa está empenhada em levar ao produtor informação e tecnologia para que ele siga produzindo esta que se tornou a uva mais tradicional da região. Segundo depoimento do enólogo e pesquisador Firmino Splendor, fundador e primeiro presidente da Associação Brasileira de Enologia (ABE), quando introduzida no Brasil, a

O vinho sempre fez parte da cultura mediterrânea, principalmente daquela desenvolvida por milênios na península itálica. Mais do que uma simples bebida, do que um hábito, o costume de beber o vinho transcende o cotidiano para se estabelecer também em um terreno sagrado: o da fé e da devoção. O ritual católico reproduz, na cena da última ceia, a transmutação do sangue de Cristo no vinho sagrado que é ingerido em respeito à sua memória. A implantação das videiras alavancou o progresso na viticultura, o que acabou por caracterizar a economia local e uma de suas principais culturas permanentes, perpassando do mero consumo doméstico para se tornar um dos principais produtos comerciais da região.

O comércio de produtos coloniais nesta época estava ainda muito dependente de intermediários, no caso os comerciantes alemães que faziam a comercialização dos mesmos entre os Campos de Cima da Serra e a Capital, principal mercado consumidor, e mesmo de alguns comerciantes italianos, o que acabava por onerar o preço final desses produtos. Apesar disso, segundo Pellanda, alguns imigrantes conseguiram penetrar, nos finais dos anos de 1890, diretamente nos maiores mercados nacionais, como São Paulo. Foi o caso de Antônio Pieruccini (1851-1938) e Abramo Eberle (1880-1945)<sup>65</sup>, conhecidos personagens caxienses, agricultores e produtores, nessa época, de vinho e grapa, que, em lombo de burros, levaram seus produtos até àquele grande mercado, recebendo enorme aceitação (PELLANDA, 1950 p.54). Segundo o economista Paul Singer,

---

variedade tornou-se a melhor alternativa às cepas europeias em função das condições de adaptação ao clima. Cultivada primeiramente nas colônias alemãs, foi posteriormente introduzida nas colônias italianas e amplamente produzida, fato que muito contribuiu, segundo Splendor, para tornar o então agricultor italiano em um viticultor de fato. Em um levantamento de dados realizado no ano de 1913, a variedade Isabel representava 96% do total da produção de uvas no Rio Grande do Sul, tendo, atualmente, este percentual se reduzido para 32%. O Brasil é considerado hoje o quinto maior produtor vitivinícola do Hemisfério Sul (MU, 2019).

<sup>65</sup> Abramo Eberle nasceu em 02 de abril de 1880, na comuna de Monte Magré, jurisdição do distrito de Schio, localizada na província de Vicenza, no vêneto italiano. Segundo filho do casal José e Luiza Eberle, componentes de uma tradicional família de agricultores daquela região, Abramo fez parte da primeira geração de imigrantes que partira da Itália rumo ao sul do Brasil. Tinha apenas quatro anos de idade quando sua família decidiu emigrar. Veio acompanhando de seus pais, sua avó e mais três irmãos, para se estabelecerem na Colônia Caxias, onde seu pai desempenhou as atividades de funileiro e, posteriormente, de agricultor em uma propriedade rural adquirida na Linha Feijó, na Sétima Léguas. Durante anos aprendeu igualmente os dois ofícios ensinados pelo seu pai, mas encontrou nas atividades desempenhadas na pequena funilaria a sua vocação para o empresariado. A antiga oficina de Francisco Rossi, adquirida por seu pai em 1886 e mantida em funcionamento por sua mãe, acabou por se transformar em poucos anos em um grande complexo metalúrgico por seu intermédio (FRANCO, 1943). Abramo Eberle é considerado um dos pioneiros da industrialização do Rio Grande do Sul. Faleceu em Caxias do Sul em 13 de janeiro de 1945.

(...) com o desenvolvimento da agricultura comercial, os colonos passam a possuir capacidade aquisitiva externa, sob a forma de recursos monetários. O escambo cede lugar à compra e venda e a economia das colônias se monetariza, na medida que ela se liga ao mercado nacional. A mais importante consequência disto, (...) é que o colono pode, a partir deste momento, adquirir produtos manufaturados no exterior.

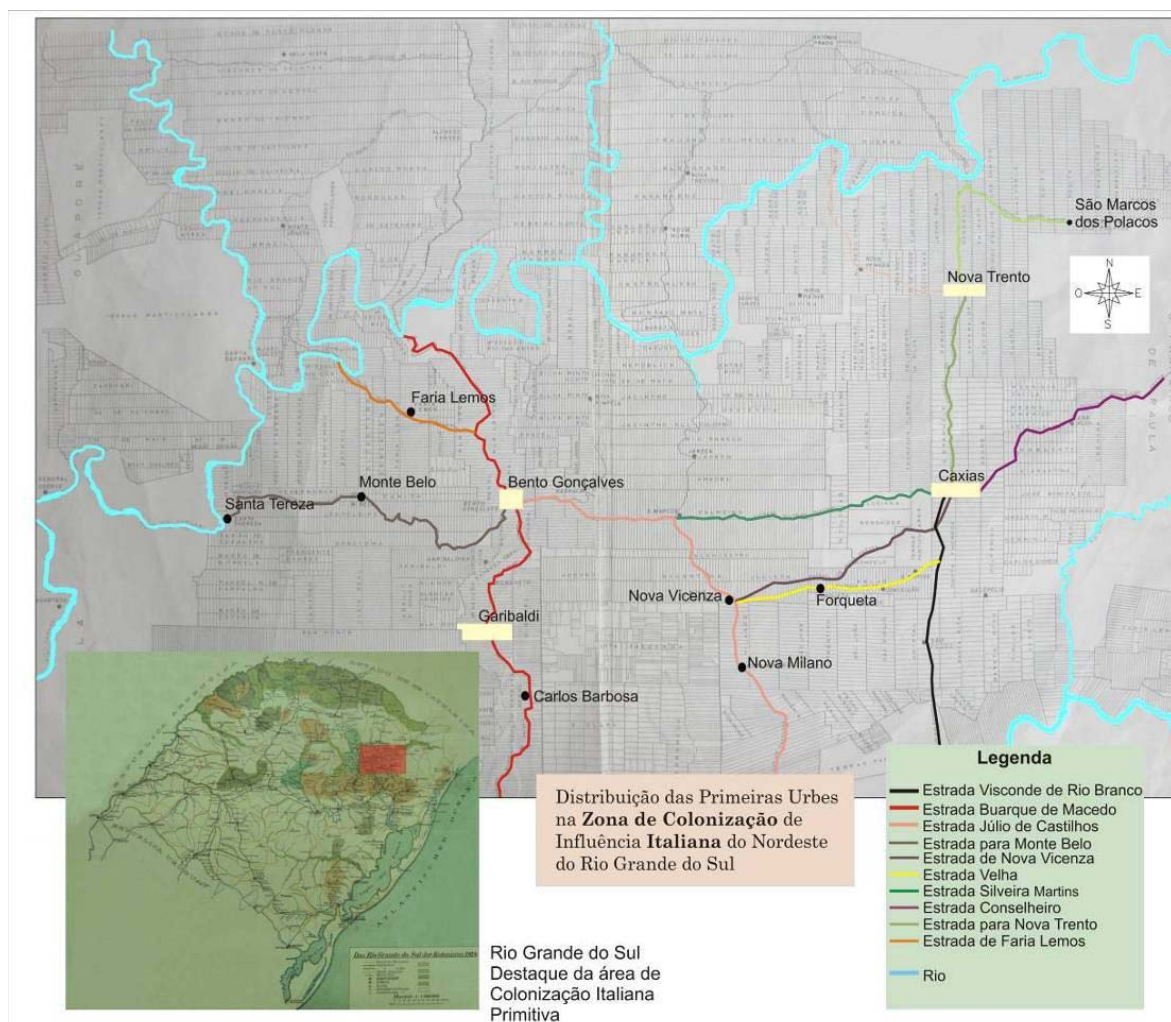
A proclamação da República em 15 de novembro de 1889, transformou o Império do Brasil em uma república presidencialista, destituindo o imperador Dom Pedro II, que parte para exílio em Portugal e fazendo ascender ao cargo de presidente o marechal Manuel Deodoro da Fonseca. Como consequências imediatas desse ato, a então Província de São Pedro, torna-se o atual Estado do Rio Grande do Sul e as antigas colônias de Santa Tereza de Caxias, Santo Antônio de Dona Isabel e São Pedro do Conde D'Eu são emancipados, tornando-se respectivamente os municípios de Santa Tereza de Caxias e Bento Gonçalves. Em um primeiro momento a atual cidade de Garibaldi (antigo núcleo de Conde D'Eu) pertenceu a Bento Gonçalves, tornando-se município independente em 31 de outubro de 1900, portanto dez anos após a fusão, em termos administrativos, das duas colônias.

Referindo-se especificamente à Bento Gonçalves, Piana Giordani observa que “a emancipação trouxe para o município a contribuição das zonas rural e urbana com o pagamento de impostos oriundos do comércio, de pequenas indústrias e da produção agrícola” (PIANA GIORDANI, 2013, p. 94). Com isso algumas melhorias passaram a ser executadas nas cidades, com a construção de novos prédios administrativos, e na área rural, principalmente nas estradas que conectavam as diversas localidades (LORENZONI, 1975, p. 207), como a estrada Buarque de Macedo. Inaugurada oficialmente em 1888, era por ela que a maior parte do transporte de produtos como trigo, milho, feijão, carne de porco, banha, vinho e outras mercadorias era feito, em trânsito contínuo até o porto de Montenegro, de onde, em navios a vapor, eram levados para Porto Alegre. No outro sentido, cruzava em direção aos Campos de Cima da Serra.

Da mesma forma Caxias foi beneficiada com a ascensão à categoria de município. As três principais estradas que faziam a ligação de Caxias com as demais cidades e com outros pontos do Estado receberam incentivos para os melhoramentos necessários. Eram elas a estrada Rio Branco, a Conselheiro Dantas e a Silveira Martins, que em continuidade com a estrada Júlio de Castilhos, fazia a



união com Bento Gonçalves (Imagem 21). A estrada Rio Branco era a mais importante entre elas, pois conectava Caxias a São Sebastião do Caí e seguia em direção à Capital.



**Imagem 21** – Infográfico que relaciona as principais localidades e estradas existentes no período colonial provincial, antes da promulgação da República, em 1889. Nele também é possível observar o traçado reticular que determinou a implantação das três primeiras colônias e as suas sedes, bem como os principais rios que delimitavam suas áreas.

**Fonte:** CÉSAR, VIANNA, LORENCET, NUNES, 2012, p.07. Disponível em: [https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_7/gt07](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt07). Acesso em: 18 dez. 2020.

A expansão da produção agrícola, aliado a um intenso comércio, fez crescer algumas cidades como Bento Gonçalves e Caxias. Esta última transformou-se em um importante centro, uma referência para a região colonial. A vila contava, em 1892 com diversos estabelecimentos comerciais e pequenas indústrias, que iam se formando a partir das pequenas manufaturas localizadas nos limites urbanos. Essa

foi uma característica, não exclusiva somente da região de colonização italiana, verificada também em outros núcleos urbanos como Bento Gonçalves, Farroupilha, Antônio Prado, e que determinou o estabelecimento de diversas estruturas de beneficiamento de matérias primas no coração das cidades. A medida que as manufaturas adquiriam o porte de pequenas indústrias e estas iam crescendo, a expansão se dava através da aquisição de terrenos contíguos, formando pequenos parques industriais.

Algumas localidades, como é o caso de Galópolis, bairro da municipalidade de Caxias do Sul que possui sua denominação em homenagem ao pioneiro Hercules Galló<sup>66</sup>, cresceram e adquiriram importância a partir do estabelecimento de pequenas indústrias que, a partir de suas expansões, foram responsáveis por consolidar esses aglomerados urbanos em pequenas, porém coesas comunidades cujas trajetórias de seus habitantes se confundem com a história e a evolução dos parques fabris. Apesar da grande maioria desses estabelecimentos não mais funcionarem nas estruturas originalmente construídas para o fim que se propunham, em razão do deslocamento de suas atividades para outras regiões, ainda hoje é possível encontrar muitas destas construções recicladas para o desempenho de novas funções, outras em situação de abandono, disputando atenção e interesse público e privado. As marcas e os rastros deixados por essas edificações, materializados em fragmentos de fachadas, telheiros e chaminés ainda hoje presentes no tecido urbano das cidades são inegáveis testemunhos de sua história.

Ao mesmo tempo que cresciam e se desenvolviam, as cidades também se modernizavam, com o acréscimo de novas ruas, novas praças e novas construções. A utilização de materiais mais duradouros e de procedência manufaturada nas

---

<sup>66</sup> Hercules Galló nasceu em Biella, na região italiana de Piemonte em 26 de junho de 1869. Filho de industriais do ramo têxtil, sua formação sempre esteve ligada aos negócios da família, tendo passando sua infância e adolescência em uma região, assim descrita por Herédia, “caracterizada por essas atividades artesanais e industriais, rodeado entre teares manuais e mecânicos e marcado pela forte experiência do pai nessa atividade” (HERÉDIA, 2003, p. 35). Com a morte do pai e as dificuldades enfrentadas pelo setor no final do século XIX, Galló decide emigrar para o Brasil com o desejo de empreender novos rumos profissionais e pessoais. Ao contrário de muitos de seus conterrâneos italianos, Galló não imigrou devido às poucas condições financeiras, mas sim por vislumbrar na América novas oportunidades de negócios e de crescimento profissional e pessoal. Administrou por muitos anos uma das maiores tecelagens da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, ainda em funcionamento. Em reconhecimento à importância dos seus feitos para aquela comunidade, que se formou e cresceu ao redor da fábrica que ele ajudou a construir e consolidar, a localidade caxiense passou a ser conhecida e denominada como Galópolis, a “cidade” de Hercules Galló. Faleceu em Porto Alegre em 9 de maio de 1921.

construções era visível, e mesmo estimulado. Os principais prédios públicos e institucionais, como igrejas, intendências municipais, sedes de sociedades de Mútuo Socorro, algumas escolas e a cadeia, passaram a ser edificados em alvenaria de pedras ou tijolos, assim como ocorria em outras localidades, à medida que os recursos necessários à implementação dessas obras eram alocados. O mesmo ocorria com algumas propriedades privadas e lojas comerciais. Datam desse período a construção da nova igreja em alvenaria da Paróquia de Santo Antônio, iniciada em 1890 e da nova Igreja Matriz de Caxias, a Paróquia de Santa Tereza, iniciada no ano de 1893, também em pedra e alvenaria, ambas em substituição dos templos anteriores edificados em madeira. Para essas obras, em sua grande maioria, os recursos provinham de doações da própria comunidade.

O período revolucionário pelo qual o Rio Grande do Sul foi acometido entre os anos de 1893 a 1895, e que ficou conhecido como Revolução Federalista, originou-se anos após a proclamação da República comandado por opositores do governo do então presidente do Estado Júlio de Castilhos paralisou muitas das atividades comerciais já em franco desenvolvimento no Estado. Os conflitos atingiram mais notadamente o sul do estado, principalmente os municípios da fronteira com a República Oriental do Uruguai e a Argentina, onde as forças revolucionárias comandadas por Gumercindo Saraiva (1852-1894) entraram em conflito com as comandadas pelo General Pinheiro Machado (1851 – 1915), deixando, segundo os relatos de Lorenzoni, “famílias inteiras destruídas, ricos fazendeiros (...) na miséria, e as hordas revolucionárias, qual língua de fogo, tudo destruindo em sua passagem” (LORENZONI, 1975, p. 192). Segundo o autor, as colônias sofreram um pouco menos com o conflito, tendo sido verificada somente a perda de alguns animais requisitados para as tropas. O que chama a atenção em suas memórias a respeito desse acontecimento é o fato de que ao se lamentar pelas perdas sofridas pelo povo rio-grandense, do qual efetivamente fazia parte por estar aqui estabelecido, não se considerava a si e aos seus como integrantes de uma mesma comunidade étnica. Eram italianos e não rio-grandenses ou brasileiros. Em suas palavras:

(...) quem não viveu naquela época, realmente calamitosa, não pode avaliar o que seja uma guerra civil, onde combatem irmão conta irmão, causando

um dano irreparável ao país. Nós, italianos, habitando essa vasta zona colonial, estranhos totalmente à política, podíamos considerar-nos felizes, porque muito leves foram os prejuízos sofridos em relação ao que sofreram outros municípios da campanha (LORENZONI, 1975, p. 202).

Efetivamente os primeiros imigrantes italianos e a primeira geração de descendentes, ainda estavam muito ligados às suas origens na Itália. Era perfeitamente compreensível que, após todas as dificuldades e a situação de isolamento social que enfrentaram, e ainda enfrentavam, naqueles primeiros anos, fizesse com que se sentissem, como grupo étnico, diferentes dos demais povos que habitavam o Estado do qual faziam parte. À medida que a região se expandia, também se verificava o acréscimo populacional. Segundo De Boni e Costa (DE BONI; COSTA, 1979), entre os anos de 1875 e 1914, entraram no Rio Grande do Sul entre 80 mil e 100 mil imigrantes italianos. Esse número não é preciso porque as estatísticas do período inicial também não o eram. Men de Sá, ao analisar os aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul apresenta um quadro comparativo do total de imigrantes entrados no Estado (Tabela 06), a partir de 1882, onde é possível observar que o grande fluxo de chegadas permaneceu constante até o início dos anos de 1900, decrescendo a partir dessa data. A imensa maioria destes se destinavam principalmente à colonização das terras demarcadas na região nordeste do Estado, que passaram a receber um número cada vez maior de habitantes (Tabela 07).

Os principais núcleos urbanos, ainda durante esse período, apresentavam um número bem menor de moradores, se comparado àqueles que estavam estabelecidos na área rural. Isso não significa dizer que as cidades não estavam crescendo, muito pelo contrário. Notadamente essa característica começará a se inverter a partir dos os anos de 1950, quando a migração do campo para a cidade tornou-se mais constante fazendo com que a grande maioria delas passasse a receber um número cada vez maior de habitantes. De acordo com o crescimento e o surgimento de um número maior de indústrias na região, principalmente localizadas no município de Caxias, notava-se, conforme observa Herédia, uma “desvalorização da produção agrícola, e da subordinação do colono ao capital” (HERÉDIA, 1997. p. 62), o que acabou por refletir, naquele momento, no fracionamento da propriedade, na queda de preços dos produtos agrícolas e no início do êxodo rural. A mão de

obra para a indústria, nesse primeiro momento, provinha das colônias agrícolas que passaram a não mais sustentar todos os integrantes de uma mesma família. Os filhos mais velhos precisavam partir para a conquista de novas terras ou se estabelecer nas cidades e no trabalho das indústrias. Esses fatores possibilitaram também que uma rápida expansão ocorresse em direção a outras localidades onde haviam terras disponíveis.

ANOS	TOTAL	ITALIANOS	% DE ITALIANOS
1882	3.549	3.205	90,30
1883	4.402	3.735	84,89
1884	1.985	1.345	67,75
1885	8.286	7.600	91,72
1886	3.354	2.352	70,12
1887	5.326	4.362	81,90
1888	4.927	4.241	86,07
1889	9.787	7.578	77,42
1890	19.485	2.701	13,86
1891	20.739	9.440	45,51
1892	8.526	7.523	38,23
1893	2.795	1.503	53,77
1894	855	424	49,59
1895	2.329	947	40,36
1896	3.095	917	29,32
1897	1.431	690	48,21
1898	1.613	989	61,31
1899	2.556	1.070	41,86
1900	1.503	745	49,56
1901	1.315	631	47,98
1902	847	359	42,38
1903	743	305	41,04
1904	837	296	35,36
1905	963	247	25,64
1906	1.013	449	44,32
1907	754	239	31,69
1908	4.117	355	8,62
1909	5.955	397	6,66
1910	3.583	425	11,86
1911	7.790	657	8,43
1912	7.700	467	6,06
1913	9.890	477	4,82
1914	2.632	230	8,73
	<b>154.682</b>	<b>66.901</b>	<b>43,25</b>

**Tabela 06** – Quadro comparativo dos imigrantes entrados no Estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1882 a 1914, com o percentual de italianos que se destinavam, em sua grande maioria, à colonização das colônias demarcadas na região nordeste.

**Fonte:** SÁ, in: BERTASO, 1950, p. 76.

COLÔNIA CAXIAS Atual município de Caxias do Sul	
ANOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
1878	3.581
1885	13.818
1900	25.000
1920	33.773

COLÔNIA DONA ISABEL Atual município de Bento Gonçalves	
ANOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
1876	248
1878	2.431
1884	9.604
1900	17.920
1920	22.072

COLÔNIA CONDE D'EU Atual município de Garibaldi	
ANOS	POPULAÇÃO ESTIMADA
1875	870
1878	2.500
1884	6.306
1900	12.178
1920	15.875

**Tabela 07** – Distribuição estimada da população de imigrantes, por data de medição, nos domínios das três principais Colônias do Estado do Rio Grande do Sul.

**Fonte:** DE BONI; COSTA, 1979, p. 79-82.

Apesar das melhorias nas estradas, as dificuldades de comercialização dos produtos agrícolas, cada vez em maior volume, continuavam. Seria preciso que outros meios de transporte, mais modernos e eficientes chegassem à região. O trem foi uma dessas promessas. No ano de 1897, Júlio de Castilhos, em visita a vila de Santa Tereza de Caxias, comunica que uma linha ferroviária já estaria sendo projetada para em breve chegar à cidade. Na mesma ocasião, teria denominado Caxias de “Pérola das Colônias” em função de seu crescimento. Associações de comerciantes e industrialistas, como a Associação dos Comerciantes do Município de Caxias, fundada em 1901, foram criadas nos moldes de outras surgidas em Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro, voltadas para a defesa dos interesses dos setores produtivos. Além das associações, a criação dos primeiros sindicatos agrícolas, como os de Bento Gonçalves e de Garibaldi, ambos fundados no ano de 1906, refletiam a força do comércio e da produção rural na região.

Viajantes, comerciantes e aventureiros passaram cada vez mais a visitar a região em busca de oportunidades de negócios. A grande maioria dos imigrantes que se estabeleciam na área colonial italiana chegava ao Brasil desprovida de muitos recursos financeiros, porém uma pequena, mas considerável parcela destes era composta por indivíduos e famílias mais abastadas, que vinham em busca de novos mercados e novas oportunidades para seus investimentos.

Assim como Lorenzoni, que em formato de um diário escreveu suas memórias de vida em Bento Gonçalves, também Vittorio Buccelli (1861-1929)<sup>67</sup>,

---

<sup>67</sup> Segundo João Carlos Tedesco e Giovani Balbinot, a referida obra de Vittorio Buccelli, publicada em Milão no ano de 1906, no âmbito da Exposição Internacional que ocorreu no mesmo ano naquela cidade, teve como principal propósito uma descrição da conjuntura recente do Estado do Rio Grande do Sul, avaliando a produção agrícola e manufatureira, as características geográficas e urbanísticas, a conjuntura política e as circunstâncias culturais e de instrução relativas à imigração italiana, com o objetivo final da promoção do fluxo de imigrantes para as áreas destinadas à colonização. Sobre a trajetória do autor, Buccelli esteve à frente do poder executivo da cidade de Nizza Monferrato, na província de Asti, na região de Piemonte antes de ser eleito, em 1904, para a Câmara dos Deputados italiana, onde foi reconduzido ao cargo por três legislaturas. Suas principais preocupações estavam relacionadas com as questões agrárias, o que, de certa forma, justificaria suas motivações para envolver-se de maneira específica sobre a realidade da imigração sul-riograndense e colonização baseada no sistema de pequenas propriedades (TEDESCO: BALBINOT, 2016). Em contrapartida, Luís Fernando Beneduzzi considera Buccelli um propagandista a serviço da divulgação de uma imagem positiva do Brasil na Europa. Segundo o autor, os relatos de Buccelli se estabelecem em um momento histórico marcado pela política expansionista italiana da virada dos séculos XIX-XX e pela propaganda do PRR, a obra procura enaltecer o Rio Grande do Sul como espaço imigratório, com grandes condições para a ascensão social do imigrante (BENEDUZZI, 2015, p. 117). Originalmente publicada em língua italiana, a obra foi editada na língua portuguesa, com tradução de Rubem Amaral Jr., e impressa pelo Conselho Editorial do Senado Federal no ano de 2016.

deputado italiano que visitou o Estado a convite do PRR - Partido Republicano Riograndense em 1904, deixou suas impressões e relatos sobre a região de colonização italiana na publicação intitulada *“Un viaggio a Rio Grande del Sud”*, impressa na Itália dois anos após o seu retorno àquele país.

Os deslocamentos de navio entre Brasil e Itália eram bastante comuns desde os finais do século XIX, tanto entre os italianos que aqui se encontravam e partiam para visitar parentes e amigos, fazer negócios ou mesmo turismo naquele país, ou aqueles que de lá partiam com os mesmos objetivos, incluindo, obviamente, os que continuavam a imigrar para o país. Após chegar ao Rio de Janeiro, Buccelli empreendeu nova viagem para Porto Alegre, capital do Estado de seu destino. Durante a viagem, conforme relata o autor, em contato com um grupo de italianos que viria a saber mais tarde estavam estabelecidos em Alfredo Chaves e retornavam de viagem à Itália, Buccelli, ao se apresentar, perguntou a um deles se ele era italiano, obtendo uma dúbia resposta: sim e não. Ao tentar se explicar, o italiano interveio:

(...) quando tiverem visto as nossas colônias convencer-se-ão de que não podia responder diferentemente... veja: deste grupo só eu e aquele outro ancião, que é meu irmão, somos em tudo por tudo cidadãos italianos, e todavia havendo abraçado o nosso belo Rio Grande (...) como segunda pátria, depois de trinta anos de Brasil, apegamo-nos ainda mais à nossa nacionalidade; mas esses jovens, agora homens maduros, lá chegaram mamando ainda, os outros nasceram lá definitivamente, e são italianos por escolha, por tradição de família, mas a sua pátria é o Rio Grande (...). A Itália sim, é bela e boa, mas a pátria é onde se está bem (BUCCELLI, 2016, p. 57-58).

Esse era o sentimento dos imigrantes italianos, colonizadores do Rio Grande do Sul, muito próximo ao que também Lorenzoni havia expressado ao se referir à Revolução Federalista, o de se pertencer a um grupo étnico que possuía raízes fortemente vinculadas ao seu lugar de partida, mas que também se identificava, cada vez mais, com a terra de chegada. É notável em seus relatos as observações sobre os detalhes da arquitetura e do urbanismo que se estabeleciam sobre as terras ocupadas por seus conterrâneos e as sociabilidades entre eles, expressadas através dos costumes, festas e tradições. Ao chegar nos arredores de Caxias, observa a grande quantidade de moinhos de madeira executados próximos de aos

cursos d'água e cascatas, das quais sabiamente retiravam a força necessária para a movimentação das engrenagens. Sobre Caxias, observou que era “apenas o princípio duma cidade, cujas ruas principais ainda não estavam nem sequer calçadas. Há ali poucas casas de construção regular, na maioria de dois andares, raramente de três” (BUCCELLI, 2016, p. 277). Porém entusiasma-se com o nome dado pelos habitantes à pequena praça central, a Praça Dante, “o nome do nosso máximo poeta (...) que nos faz estremecer de orgulho cada vez que o ouvimos pronunciar” (BUCCELLI, 2016, p. 277). Apesar de àquela época Caxias se apresentar como um núcleo urbano bastante acanhado se comparado às demais cidades do estado, Buccelli vislumbra, com relação aos estabelecimentos industriais, um futuro promissor:

(...) as indústrias locais são na maioria destinadas às necessidades da população do município e dignas de menção são as fábricas de tecidos de lã e de seda, as quais tendem a libertar a região da dependência das importações no que respeita a artigos de primeira necessidade (...). Mas a indústria generalizada é a do vinho, à qual não só os italianos, mas até mesmo os nativos são afeiçoados como uma instituição nacional, ao ponto de celebrá-la no tempo da vindima com festas características (...). O desenvolvimento experimentado pela indústria de Caxias, o progresso que, apesar das crises gerais destes últimos anos, nunca estancou, dão o direito de afirmar que para o futuro esta região tornar-se-á um precioso centro de atração para os europeus (...) (BUCCELLI, 2016, p. 279-280).

O cultivo da uva e a fabricação do vinho eram, àquela época, os principais produtos de destaque. Anos mais tarde, a Festa da Uva, importante evento do calendário de Caxias e de toda a região se consolidaria nos moldes que atualmente se apresenta, porém é bom lembrar que ela teve início a partir de feiras agroindustriais organizadas anualmente desde 1881. A primeira destas feiras nasceu da necessidade de selecionar os produtos agrícolas da região para o envio à capital por ocasião da Exposição Brasileira-Alemã, que lá teve lugar naquele mesmo ano (ADAMI, 1971), onde os produtos coloniais italianos tiveram também lugar.

Costumes e tradições são também destacados nas observações do autor, que não deixa de mencionar a catolicidade dos habitantes, apontando que “no domingo a igreja é frequentadíssima, como nas aldeias da Itália, ocorrendo para ali os colonos em várias maneiras de trajes festivos, que tantas vezes mantêm os costumes tradicionais das regiões natais” (BUCCELLI, 2016, p. 280). As celebrações



em família ou em comunidade, mesmo as religiosas, marca da alegria e da união daqueles colonos italianos, também são mencionadas pelo autor quando em visita à Bento Gonçalves:

(...) não se dá, nessas colônias, uma festa íntima, uma reunião de uma dúzia de pessoas, sem o indispensável acompanhamento do concerto musical; mas grandes solenidades, nas procissões, está a banda inteira com quinze ou vinte figuras (...); nas reuniões mais modestas, basta um quinteto: clarim, flauta, trompa, trombeta e trombone, e isto é o suficiente para manter alegre um grupo de gente sadia, robusta, na qual a vida necessita expansões rumorosas e cordiais (BUCCELLI, 2016, p. 295).

A educação, bastante precária nos primeiros anos, agora se mostrava acessível a um número maior de cidadãos. As escolas, antes vinculadas às Sociedades de Mútuo Socorro e às congregações religiosas, passaram a dividir a atenção do Estado e das municipalidades que se organizavam na tarefa de implementá-las.

Em Garibaldi, por exemplo, se estabeleceram, em 18 de janeiro de 1896, a missão dos Padres Capuchinhos, dirigida pelos Freis Rafael De La Roche, Bruno de Gillonnay e Leão de Montsapeu, com a intenção de atender às necessidades espirituais dos numerosos imigrantes dispersos pelos núcleos coloniais da região, bem como a missão das Irmãs de São José de Moutiers, que desembarcaram na então Conde D'Eu dois anos mais tarde, em 23 de dezembro de 1898, e estavam dedicadas à oferecer educação e cuidados de saúde à população (CLEMENTE; UNGARETTI, 1993). As primeiras escolas, como aquela fundada pelas Irmãs em 1899, possuíam aulas ministradas em língua italiana, uma vez que a quase totalidade dos habitantes eram originários da Itália.

Em Caxias, o Estado mantinha 24 escolas e a municipalidade 8, sendo esse número não inferior às das escolas particulares, quase todas italianas, pois, segundo Buccelli, tanto o Estado como a Intendência “favorecem as escolas livres mesmo estrangeiras, ao contrário do que ocorre em outros estados, onde se teme uma imaginária *deminutio capitis*<sup>68</sup> de caráter nacional” (BUCCELLI, 2016, p. 281). Em

---

<sup>68</sup> *Deminutio capitis* é um termo formado por duas palavras da língua latina utilizado no Direito Romano, para referir-se à extinção, no todo ou em parte, do status anterior e da capacidade legal de

Bento Gonçalves, na mesma época, existiam 18 escolas mantidas pelo Estado. 4 pelo município e 16 particulares, sendo destacada por aquele autor, a administrada pelo maestro Luigi Petrocchi, “um benemérito instrutor, que há seis anos presta os mais relevantes serviços à italianidade e às colônias (...), aconselhando os colonos a instruírem-se (...), tornando-se um precioso auxiliar das autoridades consulares italianas de toda a região” (BUCCELLI, 2016, p. 296).

Apesar disso, o dialeto vênето mesclado com expressões locais, era mantido entre a grande maioria dos moradores, como também observou o viajante ao tentar travar comunicação com um cidadão que ao recordar certo período de sua vida o fez “numa linguagem quase incompreensível, uma estranha mescla de português e de italiano com frequentíssimas irrupções de frases e de palavras do patoá milanês (BUCCELLI, 2016, p. 288). Cabe observar que esse dialeto único, hoje reconhecido com a denominação de *Talian*<sup>69</sup>, continua a vigorar pelas muitas comunidades da região cotidianamente, sendo expresso na oralidade de conversas, transmitido por meios radiofônicos e televisivos e também presente em diversas publicações na sua forma escrita. A viagem de conhecimento às colônias italianas da região nordeste do Rio Grande do Sul prossegue ainda por Antônio Prado, Alfredo Chaves e Garibaldi, descortinando para Buccelli, um amplo panorama da situação e das condições de vida que se encontravam nessas terras os seus conterrâneos, após quase trinta anos de um longo processo migratório.

Mais alguns anos se passaram após a partida e o retorno daquele viajante para a Itália até que o trem, o tão prometido meio de transporte, chegasse à cidade, inaugurando uma nova era no crescimento de toda a região. A inauguração da estação ferroviária, em 1º de junho de 1910, coincidiu com a data da elevação,

---

uma pessoa. Em outras palavras, o termo significa uma diminuição ou perda da capacidade civil do indivíduo.

<sup>69</sup> Idioma praticado ainda hoje por grande parte da comunidade italiana, descendente dos primeiros imigrantes que chegaram ao país no final do século XIX, o Talian é o resultado de uma fusão de dialetos do norte da Itália com expressões da língua portuguesa. Segundo informações constantes no site do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), “Talian é uma das autodenominações para a língua de imigração falada no Brasil na região de ocupação italiana direta e seus desdobramentos desde 1875, em especial no nordeste do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Espírito Santo. Sua origem linguística é o italiano e os dialetos falados, principalmente, nas regiões do Vêneto, Trentino-Alto e Friuli-Veneza Giulia e Piemonte, Emilia-Romagna e Ligúria. (BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Idioma Talian**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183>. Acesso em: 19 mai. 2019).

através da publicação da Lei Estadual nº 1607 (RIO GRANDE DO SUL, 1910), da Vila de Santa Tereza de Caxias à condição de cidade, simplificando o seu nome para Caxias. Nesta data, a cidade já contava com 235 indústrias e 186 casas comerciais (HERÉDIA, 1997, p. 69). Três anos após à ferrovia, em 1913, passou também a ser iluminada pela chegada da energia elétrica, o que acabou por favorecer a expansão industrial, em mais uma demonstração de que a modernidade havia se instalando definitivamente naquela região.

### **3.2. A Segunda Geração (1914 a 1945): crescimento econômico, industrialização e modernização da região**

O período compreendido entre os anos 1914 e os anos de 1918, foi marcado pela Primeira Guerra Mundial. Apesar da participação do Brasil ter sido tímida, as consequências para a RMSG foram benéficas pois, com as dificuldades decorrentes do conflito para a importação de produtos, as indústrias nacionais foram impulsionadas a produzir em maior quantidade e a diversificar a sua linha produção. A partir da segunda quinzena do século XX até meados do ano de 1925, verificou-se também um grande crescimento vitivinícola nos municípios da RMSG, tendo Caxias do Sul como protagonista. Este processo se estendeu e se dilatou nos anos subsequentes ampliando-se até 1940, sendo um dos responsáveis pela grande expansão econômica da região (RIBEIRO, 2002). Mudanças constantes nos ambientes urbanos e rurais eram verificadas, muito em função do crescimento industrial que ganhava a adesão das áreas rurais, onde uma ativa produção artesanal já preconizava a ocorrência de um diversificado parque industrial que viria a se consolidar na região, principalmente a partir da última década do século XX.

A mão de obra para a indústria passou a ser provida pelas colônias agrícolas, de onde partiam grandes levas de trabalhadores em direção às cidades. Com a chegada cada vez maior de trabalhadores e migrantes de outras regiões, os setores de serviços e comércio também foram sendo ampliados. Desta forma os principais municípios, como Caxias, Bento Gonçalves e Garibaldi passaram a

apresentar um número cada vez maior de residentes na área urbana. No ano de 1919 estes dois últimos seriam finalmente conectados pela viação férrea, a partir do ramal de Carlos Barbosa, concluindo um longo processo que proporcionou uma integração ainda maior entre os municípios da região. Apesar disto, segundo a historiadora e antropóloga Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro<sup>70</sup>, a região no início dos anos de 1930, praticamente meio século após o início da grande imigração,

(...) caracterizava-se, em vários níveis, por traços próprios e ainda vivia relativamente isolada do centro do poder, tanto em âmbito estadual, quanto federal. As significativas conquistas sociais e econômicas de duas gerações (integração ao corpo político brasileiro pela posse da terra, acesso à educação, à saúde, a um relativo bem-estar, criação de associações religiosas como as capelas, associações voluntárias como clubes sociais e recreativos, patronatos e orfanatos, pios sodalícios, desenvolvimento da vitivinicultura e implementação da produção industrial) pareciam não desfrutar do reconhecimento por parte do poder constituído nem da sociedade brasileira como um todo (RIBEIRO, 2002, p. 92).

O verdadeiro “reconhecimento” da importância da região, não somente em termos econômicos, mas também políticos e, principalmente, culturais, só viria a ocorrer muitos anos após, quando efetivamente o Brasil passaria a valorizar as culturas étnicas que contribuíram para transformá-lo em um país multicultural. Por outro lado, o relativo “isolamento” da região proporcionava, entre os seus habitantes, uma difusão cultural própria, a cultura da imigração, muito identificada com práticas, costumes e regras sociais específicas, que praticamente não sofria influência de outras culturas. Fato que ajudou a consolidar e reforçar ainda mais o sentido de identificação para com o território que construíram, para com o “seu lugar”.

De qualquer sorte, Caxias continuava a ampliar o seu poder econômico mantendo-se em destaque entre os principais municípios. No ano de 1930 contabilizava 325 estabelecimentos comerciais, praticamente o dobro do que possuía em 1910, e, em apenas dois anos, em 1932, esse número passou para 450 unidades. Quanto às indústrias, o número de empresas subiria para 280 (HERÉDIA,

---

<sup>70</sup> Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro integrou, juntamente com outros profissionais, o Programa Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul, conhecido como Projeto ECIRS, tendo sido também uma de suas fundadoras. O projeto esteve atuante por muito anos na região colonial italiana promovendo o levantamento, a valorização e a proteção de seus bens culturais. Maiores detalhes e informações a esse respeito, poderão ser encontrados descritos ao longo deste Capítulo.

1997, p. 69-70). É também a partir dessa data que Posenato insere o início do chamado período Tardio da arquitetura da imigração italiana no estado, representado pelas construções edificadas de forma mais sistemática, utilizando-se de elementos em um padrão reproduzível para diferentes obras, com o uso do sótão para dormitório e materiais cada vez mais provenientes do beneficiamento industrial. O autor comenta ainda que “além de sua arquitetura peculiar (...) os imigrantes italianos e seus descendentes construíram também segundo outros padrões da época, especialmente sob a influência da sociedade luso-brasileira, e sobretudo nas áreas urbanas” (POSENATO, 1983, p. 96).

Justamente nessas áreas, as alterações eram mais visíveis e se davam com grande velocidade, condenando ao desaparecimento as antigas construções de madeira em substituição por novas e “modernas” edificações em alvenaria. Os planos urbanos, assim como as cidades do princípio do século XX, de uma maneira geral, refletiam a visão de mundo daquela época e “perseguiam um modelo de visão progressista” (CAON, 2016, p. 263). Este padrão estava baseado nas referências aos “melhoramentos” e ao “embelezamento” que tinham como modelo justamente as capitais europeias, entre as quais se destacava Paris. Mesmo no Brasil a consciência preservacionista não estava totalmente firmada, processo que se deu lentamente a partir da instituição do SPHAN, no ano de 1937, que se vinculava a um projeto de construção nacional onde o ideário do patrimônio edificado não só da etnia portuguesa, dominante no país, fazia parte, conforme já exposto no Capítulo 2. Desta forma, segundo informa o historiador Marcelo Caon:

(...) a memória sobre as edificações não era alvo de política preservacionista, quicá nem o conceito de salvaguarda era ajuizado pois, por um lado, o controle do Estado sobre o patrimônio se dava apenas sobre as cidades que continham reminiscências do passado colonial português ou de outros que, de alguma maneira tinham relação com o projeto de identidade brasileira. O projeto de Caxias era ainda, na segunda metade do século XX, o de embelezamento. Por outro lado, a crescente modificação dos prédios que compunham a região central da cidade passou a ser requerida por seus habitantes que ambicionavam atualizar seu espaço (...) (CAON, 2016, p. 264-265).

De certa forma, as construções, edificadas predominantemente em madeira, ofereciam insegurança, necessidade constante de manutenção e pouca

durabilidade, além disso, em um contexto de modernidade, eram aquelas construídas com materiais mais duradouros e industrializados, que povoavam o desejo e a visão de progresso da maioria da população. Cidades com maior crescimento populacional e econômico, como Caxias do Sul e Bento Gonçalves, por exemplo, experimentavam um processo de reconstrução mais acelerado. Ao passo que em localidades menores, mais vinculadas ao setor rural, este processo era muito mais lento. Com relação especificamente à Caxias, segundo pesquisa de Caon (CAON, 2016, p. 263), a ideia do poder público, expressa nos relatórios onde se encontram descritos os diversos códigos de postura, era a de que “o crescimento econômico deveria se refletir no espaço urbano”, indicando o seu “progresso”. Neste sentido constam as proibições de novas construções em madeira em determinadas áreas da cidade, expressas a partir da promulgação do *Código Administrativo do Município de Caxias*, datado de dezembro de 1920. A partir daquela data somente construções em alvenaria seriam permitidas (CAXIAS DO SUL. CAMC, 1920, p. 51).

Frente às novas tecnologias e modismos, a discussão sobre a questão da preservação patrimonial na RMSG praticamente inexistia, porém se pronunciava de maneira um pouco mais frequente quando da proximidade das principais datas alusivas às comemorações da imigração italiana, que ensejavam e promoviam uma reflexão de forma mais significativa. Nas áreas rurais, limítrofes às cidades, e mesmo em áreas já consideradas urbanas, onde a produção vitivinícola continuava a crescer, também as modificações decorrentes da modernidade promoveram grandes e importantes alterações. As extensas áreas de vinhedos que já eram expressivas economicamente, promoviam o surgimento de muitas vinícolas onde o beneficiamento do vinho ainda se dava de maneira rudimentar junto às dependências de moradia unifamiliares, em cantinas localizadas nos porões de pedra que constituíam o embasamento característico dessas edificações. Este foi o caso dos anos iniciais da Vinícola Armando Peterlongo, localizada no município de Garibaldi, que beneficiava a sua produção de espumantes desta forma já em 1915.

Interessados em organizar e qualificar a produção, surgia em meados de 1920 a ideia de criação do primeiro sindicato dos produtores de vinho, fato concretizado no ano de 1928 com o nome de *Syndicato Viti-Vinícola do Rio Grande do Sul* com a participação de 41 vinícolas. Esta foi a base para a criação, em 1929, da Sociedade Vinícola Rio-Grandense que passou a comercializar e unificar os

estoques dos produtores de maneira a evitar a venda individual direta ao mercado, prevendo também a qualificação e o controle do produto, que passava a ter uma presença de destaque cada vez maior no cenário regional e brasileiro. Preocupado com a qualidade, fiscalização, produção e circulação dos produtos derivados da videira, o governo brasileiro, através de resoluções nacionais, como a Lei nº 549 de 20 de outubro de 1937 (BRASIL, 1937) que dispôs sobre esses e outros assuntos, procurou regulamentar o seu comércio. Essas resoluções promoveram alterações também na forma e no ambiente de produção, regulamentando o atendimento de condições mínimas de higiene, o que incluía a separação da produção do produto com demais atividades, quando estas fossem executadas em concomitância, na mesma propriedade. Desta forma foram rompidas a longa tradição de fabricar o vinho nos porões das residências e novas edificações passaram a surgir com a finalidade de beneficiar o vinho. Estas construções se disseminaram por toda a RMSG, sendo encontradas em vários pontos do território, conformando grandes propriedades com áreas de produção e cultivo de videiras em seu entorno, e algumas ainda localizadas no interior dos limites urbanos. A maioria delas encontra-se desativada, abrigando hoje outras funções.

Voltando ao exemplo da Vinícola Armando Peterlongo, o grandioso complexo onde hoje se estabelece, nasceu da necessidade de expansão de sua produção e também da organização de suas atividades, adequando-se aos novos tempos. Projetado pelo arquiteto Sílvio Toigo<sup>71</sup>, em terreno adquirido pela família nos

---

<sup>71</sup> Italiano naturalizado brasileiro, Sílvio Toigo nasceu em 1889 na cidade de Arten di Fonzaso, província de Beluno, no norte da Itália. Seu pai era agricultor, mas também exercia as atividades de pedreiro. Sílvio serviu ao exército italiano na Líbia e lutou durante a Primeira Guerra Mundial. Em função da situação econômica familiar, decidiu imigrar para o Brasil, onde parte de sua família já se encontrava instalada. No ano de 1922, chega a Caxias e logo inicia sua carreira trabalhando na construção civil e se ocupando de alguns projetos, incluindo encomendas da Intendência Municipal daquela cidade. O conhecimento e o domínio do uso do concreto armado, tecnologia que estava se popularizando àquela época, fizeram com que alcançasse grande projeção, não só na cidade, mas em toda a região. Construiu grandes obras, entre elas a sede do clube Recreio da Juventude (1923), a sede do Clube Juvenil, a reconstrução do Cine Teatro Apolo, que havia sofrido um grande incêndio, o Colégio Nossa Senhora do Carmo (1928), a Vinícola Armando Peterlongo (1932 a 1933), e a sede do Colégio São José, estes dois últimos na cidade de Garibaldi. Toigo foi o responsável também pelos projetos e pela construção do Colégio Ítalo-Brasileiro (1936), em Caxias, o Cinema Guarany (1941), na cidade de Vacaria, a Rádio Sonora (1940), em Guaporé e a Casa Rural (1941) em Flores da Cunha. Ainda em Caxias, construiu e projetou a Casa Magnabosco (1938), a Malharia Salatino (1946), a Malharia Caxiense (1949), o Edifício Sehbe e Cia (1950) e as obras de modernização e construção dos complexos da Metalúrgica Abramo Eberle, entre os anos de 1932 e 1951, quando encerra oficialmente suas atividades. Importantes obras de sua carreira também foram o pedestal do monumento da Estátua da Liberdade (1922), na Praça Dante Alighieri e os elementos em pedra do

arredores do núcleo central de Garibaldi, o prédio principal, em estilo eclético, foi construído entre os anos de 1932 e 1933. Uma peculiaridade desta construção foi a incorporação da moradia familiar ao núcleo da fábrica, porém com acessos independentes, algo incomum para a época. Ainda hoje o complexo se destaca entre os mais belos da região, sendo administrado por empresários não mais pertencentes à família, mas que mantêm toda a tradição e a história desta empresa familiar que desenvolveu um dos primeiros espumantes brasileiros. Por utilizar desde a origem o termo Champagne como denominação de seus produtos feitos pelo método tradicional francês, o *champenoise*, foi-lhe permitido o uso deste mesmo fora do território de demarcação de origem na região de mesmo nome na França.

Cabe ressaltar que a década de 1930, em um contexto mundial, foi marcada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York, no ano de 1929, evento que causou uma grande depressão econômica. Porém, no Brasil, segundo observações de Herédia e Machado, esse fator veio a favorecer o processo de industrialização da chamada Era Vargas, “porque colocou em cheque o modelo econômico tradicional primário exportador e permitiu que a economia brasileira se voltasse para o desenvolvimento de atividades dirigidas para o mercado interno, atendidas, anteriormente, através das importações (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 46). Os investimentos externos cessaram e o mercado interno precisou se reorganizar, o que estimulou os investimentos e a produção local. Este período histórico se caracterizou pelo surgimento de ideologias de cunho radical que também se verificaram no Brasil. Conforme aponta a arquiteta e urbanista Vera Rezende,

(...) o fascismo com suas formulações nacionalistas encontra um campo favorável na classe média brasileira, vinculando-se às forças tradicionais. A luta entre ideologias de direita e de esquerda assume papel importante. Qualquer tentativa das classes populares é entendida como avanço do setor de esquerda e, conseqüentemente, não pode ser permitida (REZENDE, 1982, p. 47).



De fato, o cenário nacional conturbado democraticamente acabou por estimular um golpe de Estado no ano de 1937, o qual possibilitou a continuidade no poder do presidente Getúlio Vargas até o ano de 1945, período que ficou conhecido como Estado Novo. As ações nacionalistas implementadas por Vargas, e, posteriormente o advento da Segunda Guerra Mundial, onde a nação italiana se aliou à alemã em posição contrária à brasileira, atingiram duramente os habitantes da RMSG, em um primeiro momento com a intenção de fortalecer um Estado único, estimulando a criação de símbolos nacionais e de uma língua apenas, o português. Para tanto, as expressões culturais decorrentes de outras etnias, como era o caso dos imigrantes italianos e seus descendentes, foram censuradas. Em um segundo momento, com os desdobramentos da guerra, todas as manifestações culturais italianas, assim como também alemãs, foram terminantemente proibidas. Neste ínterim, Giron observa que

(...) os colonos ficaram proibidos de sair das suas propriedades, visto que a proibição de falar a única língua que conheciam (no caso os dialetos italianos) impedia a participação em festas e, mais do que isso, impedia-os de realizar suas compras e vendas. Os filhos que estudavam nas escolas municipais substituíam os pais nas transações comerciais. Os colonos mais velhos, em sua maioria, preferiram o isolamento do que o aprendizado da língua portuguesa. Alguns aprenderam algumas poucas palavras, o que possibilitava a sua comunicação (GIRON, 1994, p. 137).

É possível inferir que neste momento de transformações político-sociais, ocorre uma certa ruptura com as múltiplas conexões que vinham sendo produzidas nos diferentes campos de interação com os quais a italianidade se vinculava. As estruturas organizacionais, assistenciais, educacionais, comerciais, institucionais e lúdicas, representadas pelas Sociedades de Mutuo Socorro, Sociedades de Capela<sup>72</sup>, Agências Consulares, Escolas, enfim, todo um conjunto de equipamentos públicos de carácter étnico, que despertavam os sentimentos pátrio, solidarístico e valorativo, que entrecruzavam virtualmente o novo território formado ao itálico de

---

<sup>72</sup> As chamadas Sociedades de Capela eram associações religiosas, constituídas em torno daqueles espaços de sociabilidade no interior das colônias que seriam responsáveis também pelos esforços para a construção dos espaços destinados ao cumprimento dos serviços religiosos para aquelas determinadas comunidades. Para maiores informações a respeito dessas sociedades, consultar: SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora UNB, 1990.

origem, que presentificavam passados recentes, fortaleciam laços culturais e de pertencimento, foram momentaneamente desfeitos.

Círculos e associações foram fechados, outras funcionaram clandestinamente, algumas renominadas e reobjetivadas; foram confiscados bens de muitas delas, reprimidas lideranças e seguidores; festas denominadas “italianas” foram extintas; línguas estrangeiras, em particular a italiana, foram proibidas de expressão e de aprendizagem; clubes esportivos sofreram repressão e alteração de denominação (...); um intenso, variado e tumultuado nesse campo da identificação e reconstituição étnica e dos processos associativos que a dimensionaram (TEDESCO, in: RADÜNZ; HERÈDIA, 2015, p. 263).

Segundo Zanini, “a repressão executada pelas autoridades governamentais e civis durante o Estado Novo fez com que muitas famílias destruíssem objetos e documentos que reportavam aos antepassados italianos” (ZANINI, 2006, p. 153), em um processo de destruição de referências ancestrais que promoveu uma espécie de “varredura cultural”, como denominado pela autora. Porém, em sentido contrário, uma “resistência cultural” expressiva, contra essa tentativa de “apagamento”, se deu, conforme indica a autora, no âmbito da produção e manutenção da estrutura familiar, onde era possível expressar todos os sentimentos que publicamente eram reprimidos. Todo este processo, constituiu-se em uma marca que não pode ser desconsiderada quando se faz referência à identificação da segunda geração dos descendentes de italianos na RMSG.

Em função das belas paisagens, da culinária farta e do sucesso na produção de vinhos, a região como um todo passou a receber, durante as décadas de 1940 e 1950, “um número considerável de turistas que se hospedavam em seus hotéis para veranejar. Subiam a Serra Gaúcha no verão para, buscando um clima mais ameno e tido como saudável” (FÁVERO, 2006, p. 74). Cidades como Garibaldi, Bento Gonçalves e Caxias centralizavam as intenções de hospedagem. Entre estes turistas estava o juiz de direito Álvaro Franco<sup>73</sup>, que chegou a Caxias proveniente da Bahia.

---

<sup>73</sup> Álvaro Franco, autor do ensaio biográfico, era juiz de direito radicado na Bahia, mas cearense de nascimento. Já se encontrava aposentado de suas funções quando, em 1943, por orientação médica veio conhecer a cidade de Caxias do Sul para iniciar o que ele denominou de uma “estação de vinhos” com o objetivo de cura para alguns, nada graves, malefícios que o acometiam. A Enoterapia, assim denominada já naquela época, era uma prescrição terapêutica que se baseava no produto mais nobre da videira. Dizia ele que o vinho “era a teriaga milagrosa capaz de curar dês do enjôo de mar até ao hipocondrismo evasionista da gente neurastênica das grandes cidades; dês da hipotensão

Ao se estabelecer por um longo período na cidade, Franco se deparou com uma cultura peculiar e ouviu de seus moradores muitas histórias que lhe tocaram de forma especial. Uma delas foi a de Abramo Eberle<sup>74</sup>, um dos pioneiros comerciais da cidade que havia se tornado, àquela época, o maior expoente do setor industrial que

---

até as ressacas violentas provocadas pela “monjopina”, aquele néctar dos alambiques recifenses” (FRANCO, 1943, p. 264). A região serrana do Rio Grande do Sul, conhecida já por sua excelência na produção da bebida, tinha Caxias como o grande polo aglutinador e principal cidade. A viagem, a partir de Porto Alegre, que em tempos anteriores à inauguração da Rodovia Getúlio Vargas, hoje denominada BR 116, costumava levar até 8 horas, desta vez transcorria rapidamente em confortáveis ônibus ao longo de rios e montanhas que deixaram o autor muito impressionado. Já antes da chegada ouvira a expressão “Abramo já tocou”, pronunciada pelo chofer do ônibus ao se referir que chegariam um pouco atrasados ao destino. A curiosidade sobre ela não mais o abandonou e Franco, ao desembarcar quis imediatamente saber do que se tratava. Júlio Sassi fora contratado para recepcioná-lo durante a longa estada em Caxias e apresentaria a ele a cidade com ares de pequena metrópole, ainda com muitas casas de madeira, mas com grandes avenidas e intenso movimento. Questionado sobre o significado daquela curiosa expressão, o cicerone respondeu-lhe que no outro dia, após o merecido descanso no hotel, “bem cedinho, à hora que Abramo tocar”, mostrar-lhe-ia “o que é o despertar de uma cidade que tem o trabalho como sua principal diversão e onde funciona a mais importante metalúrgica da América do Sul” (FRANCO, 1943, p. 271). E assim Sassi o fez, naquela manhã ensolarada que se anunciara na alvorada do novo dia. Ao cruzarem em meio aos canteiros com rosas coloridas da Praça Dante Alighieri “ouviram-se algumas badaladas! Como por encanto a praça e suas ruas adjacentes começaram a formigar de gente. Que povo tão católico! Apenas toca o sino e todo mundo aflue para a igreja, foi o que lhe ocorreu! Ah! mas não era para a igreja! Tomaram outra direção!” (FRANCO, 1943, p. 272). Sassi então se dirigiu a Franco e falou: “você ouviu? Abramo já tocou. Eu não lhe disse! A cidade despertava. E lá veio a história expressiva da metalúrgica que, ao modernizar-se, instalara uma sirene para marcar os horários. Mas a inovação durou pouco. Os pedidos choveram aos montões e os operários da fábrica começaram a reclamar contra a sirene estridente. Um belo dia, a velha sineta recobrou a voz e voltou a encher os ares da cidade com suas vibrações álcres, que chegavam às quebradas das imediações. Júbilo, pois velha tradição da cidade fora restaurada. Ninguém se conformara com a ausência da sineta. Por seu silêncio era como si uma das vozes tutelares da cidade houvesse calado o seu pregão, seu bom augúrio, seu bom dia, seu bom apetite e o seu boa noite, ao findar as tarefas. E foi aquele alarido e aquele bulfício, quando começou a correr novamente de boca em boca o “Abramo já tocou” (FRANCO, 1943, p. 272-273).

<sup>74</sup> Dentre as inúmeras personalidades, cujos exemplos de vida e trajetórias profissionais se confundem com a história da cidade de Caxias do Sul, e também de toda a região colonial italiana no Rio Grande do Sul, Abramo Eberle é, sem dúvida alguma, uma unanimidade entre os estudiosos sobre o tema. Filho de italianos, Abramo nasceu em Monte Magré, jurisdição do distrito de Schio, província de Vicenza, na região do Vêneto italiano, a 02 de abril de 1880. Emigrou com a família ainda menino para se estabelecer em terras rio-grandenses. Os seus feitos, a partir do momento em que, por iniciativa própria, desbravou os longos caminhos que separavam a colônia do grande centro consumidor do Brasil, São Paulo, apresentando os produtos elaborados nas terras altas do sul do país, acabaram por enaltecer ainda mais o seu senso de empreendedorismo e vocação para os negócios. (FRANCO, 1943). Considerado um dos pioneiros da industrialização no estado do Rio Grande do Sul, consolidou em Caxias uma sólida empresa no setor de metalurgia, a Metalúrgica Abramo Eberle S.A, que veio a se tornar uma das maiores em seu setor. A metalúrgica funcionou até o ano de 1985, quando, em decorrência de fatores externos, foi comprada pela empresa Zivi Hércules, passando a se chamar, no em 2003, em Mundial S.A. A empresa funciona até hoje e ainda mantém, em seu portfólio, várias linhas de produtos com o nome Eberle. O patrimônio edificado por Abramo, que inclui a sede central da empresa, na Rua Sinimbu, desativada em 1990 e o palacete onde residiu com sua família estão hoje tombados pelo Patrimônio Histórico de Caxias do Sul. A segunda sede da empresa, o complexo da MAESA, situada na Rua Plácido de Castro no Bairro Exposição, também já desativada, está atualmente em processo de tombamento. Abramo faleceu em 13 de janeiro de 1945, na cidade que ajudou a construir, Caxias do Sul.

se consolidava como um dos principais atratores econômicos para a região, o que motivou Franco a escrever a sua biografia ainda em vida.

O ensaio biográfico *“Abramo já tocou... ou A epopeia de um emigrante”* (FRANCO, 1943) elabora um retrato pessoal de Abramo a partir de suas memórias, relatadas em depoimentos pessoais. Assim como a obra do imigrante italiano Júlio Lorenzoni, que discorre sobre um período importante da história de Bento Gonçalves e de parte da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, a narrativa de Franco também se constitui em um documento sobre a evolução urbana de Caxias do Sul. Ao lê-la, o leitor encontra em suas linhas, a descrição de um panorama que o auxilia na contextualização dos períodos históricos que se sucederam desde a chegada da família Eberle até os anos de 1943, momentos que antecederam a Segunda Guerra Mundial e a morte de Abramo. Um período de franco crescimento da cidade e de toda a região, alicerçado pelo contínuo processo de industrialização.

No ano de 1943, quando Franco desembarcou naquela que já era considerada a principal cidade da zona colonial, a urbe se apresentava pujante, dinâmica e em constante transformação:

(...) e eis que agora brota o milagre surpreendente da cidade garrida, emersa como um conto de fadas do acampamento rústico do Campo dos Bugres. Nucleou-se em torno da imponente praça Dante Alighieri, que tem como ponto de amarração a catedral *gótica* (sic) trinave. Suas avenidas se rasgam amplas, colonas afóra e, mostram a quem chega, logo no primeiro instante, sua pujança econômica. É nessa praça, habitualmente movimentada a todas as horas, que torvelhinha grande parte da população, ao cair da noite. Os cafés regorgitam e grupos de moças, com passos elásticos circulam por entre rosas do jardim, enchendo os ares com seu gargalhar cristalino (FRANCO, 1945, p. 269).

As mudanças na cidade aconteciam em uma velocidade cada vez maior, tendo em vista que o crescimento econômico, promovido pela crescente diversificação de serviços e ofertas de produtos manufaturados, impulsionava o comércio e os negócios e, conseqüentemente, a expansão de seus limites urbanos. Esta ampliação se dava, não somente em Caxias, mas também nas outras localidades, através da descaracterização do tradicional traçado retilíneo da implantação original dos núcleos, adaptando-se as novas vias, lotes bairros inteiros, em conformidade com as necessidades que as características geográficas mais

irregulares impunham. Desta forma o modelo de ampliação utilizado para as novas áreas tornou-se mais espontâneo e adaptado às condições naturais do território, o que acabou por descaracterizar o ortogonal originalmente imposto pelo Estado. Verificava-se também, como já comentado anteriormente, a substituição das pequenas construções de madeira, tão características dos primeiros anos de ocupação do território, por outras, de maior porte, edificadas em materiais mais duradouros como a alvenaria de tijolos e o concreto (Imagem 22). Processo este que dava novos ares à urbe, renovando-a, como observara Júlio Sassi, cicerone contratado por Franco para recepcioná-lo em sua estada em Caxias, em seu relato ativo, transcrito pelo autor, ao referir-se à sua cidade natal:

(...) felizes as cidades que principiam com cabanas! A todo o instante remoçam. Sobre as casas de madeira pesa, de início, a sentença condenatória de uma derrubada próxima ou remota. Os que levantam paredes de madeira, para substituí-las mais tarde, buscam, depois, edificar com gosto, sem muita preocupação de economizar, visto que o impulso para a substituição decorre, em geral, de alguma abundância (...) (FRANCO, 1945, p. 268).

A força implacável do “progresso”, que impulsiona tudo e todos em direção ao futuro, como sempre vem acompanhada do processo de “destruição criativa” que serve de motor para a transformação das cidades e de seus arredores. Como bem contextualizara Franco (FRANCO, 1945), aquele ambiente transformador no qual estava inserido era impulsionado pelo excedente de capital, pela “abundância” econômica assim por ele denominada, propiciando um cenário de prosperidade que se robustecia mediante o incremento das atividades econômicas. O crescimento econômico também proporcionava, da mesma forma que dele se beneficiava, um incremento populacional, com a migração cada vez mais acentuada das zonas rurais para as urbanas.



**Imagem 22** – Vista da Praça Dante Alighieri feita a partir da esquina das Ruas Sinimbu e Marquês do Herval, a partir do prédio da Fábrica 1 da Metalúrgica Abramo Eberle, por volta do ano de 1945. Neste registro é possível verificar que ao redor da praça encontram-se dispostas edificações, em sua grande maioria, construídas em alvenaria com três a quatro pavimentos, portanto com maior porte, se comparadas às antigas construções de madeira existentes no local que foram sendo paulatinamente substituídas em um processo de adensamento urbano. Foto de autoria não identificada.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. .

Caxias do Sul já era a maior cidade da região colonial e contava nesta época com cerca de 20.000 habitantes em sua área central, somando aproximadamente 40.000 habitantes em todo o município. As ruas, que anteriormente permaneciam em chão batido, encontravam-se naquele momento em boa parte já pavimentadas com paralelepípedos, em um esforço para alavancar cada vez mais a modernização preconizada pelos dirigentes que a administravam. Os estabelecimentos comerciais proliferavam, oferecendo uma cada vez mais diversificada gama de produtos aos seus consumidores, movimentando o comércio local e regional. Restaurantes, cafés e bares também apresentavam grande afluxo, principalmente estes últimos ao final da tarde, na hora do aperitivo, reunindo jovens em seu entono para encontros e conversas descontraídas ou para combinar uma sessão de cinema. Da mesma

forma clubes sociais como o Juvenil e o Juventude promoviam grandes eventos, incluindo entre estes muitos de caráter esportivo (FRANCO, 1943, p. 270-271).

A vida em Caxias do Sul começava cedo. Ao primeiro alvorecer do dia iniciavam as celebrações das missas, continuamente frequentadas, e a cidade “despertava” simbolicamente ao som das badaladas estridentes da sineta da Metalúrgica Eberle, uma das mais importantes, da América Latina e a maior com respeito às demais da região, àquela época, empregando diretamente quase seiscentos operários. Localizada em uma quadra central, na atual avenida Sinimbu, praticamente ao lado da Igreja e da Casa Canônica, a metalúrgica que se expandira a partir da aquisição de terrenos contíguos à primeira propriedade da família Eberle, a pequena funilaria dirigida inicialmente pela mãe de Abramo, e tornava-se um grande complexo fabril. Nele estavam concentrados os primeiros estabelecimentos da fábrica, alguns ainda em madeira, e um novo e grande pavilhão estava sendo construído em alvenaria para abrigar novas dependências e que, posteriormente, também seria ampliado. A casa da família permanecia ainda ao lado desta construção (Imagens 23 e 24).

Este conjunto de edificações, juntamente com o tradicional badalar da sineta que marcava o início, as pausas e o final do expediente, constituíam-se, juntos, em um dos mais conhecidos símbolos da cidade que tinha o trabalho como lema. Por isso, conforme já percebera Franco (FRANCO, 1945), a expressão “Abramo já tocou” valia para a Caxias inteira:

Todo mundo se sujeitava de bom grado àquela amena tirania. Os meninos da escola, as colonas dos burricos, as moçoilas que passeiam no jardim das roseiras e os chofers dos ônibus. Até o diligente e bom padre vigário acertava por ele o seu relógio, afim de não atrasar nem laudes, nem matinas. E aqueles sons se repetiam a intervalos, vibrando agudos na cidade, já em surdina lá nas quebradas, tinham a insistência de um tema na sinfonia que celebrava as glórias da cidade, e anunciava a sua fama. Abramo já tocou. A rapsódia do trabalho, da alegria e da vida de Caxias (FRANCO, 1943, p. 273).



**Imagem 23** – Funcionários e diretores da Metalúrgica Abramo Eberle Ltda. durante o hasteamento da bandeira nacional, nas comemorações cívicas da Semana da Pátria em setembro de 1943. Ao fundo, visualiza-se o prédio da Fábrica 1 que estava em construção e, à esquerda, a antiga residência em madeira da família Eberle. Foto: Studio Geremia.

**Fonte:** LOPES, in: GZH, 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/10/14/das-alturas-da-metalurgica-abramo-eberle-em-1950/?topo=35,1,1,,35>. Acesso em: 20 jan. 2021.



**Imagem 24** – Desfile dos funcionários da Metalúrgica Abramo Eberle Ltda. na Rua Sinimbu, durante as comemorações cívicas da Semana da Pátria em setembro de 1943. Ao fundo, o novo prédio da Fábrica 1 em construção. Em frente à escadaria da Catedral Diocesana, aparecem os pneus arrecadados para a campanha de doação de borracha, realizada durante a Segunda Guerra Mundial. Foto: Studio Geremia.

**Fonte:** LOPES, in: GZH, 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/10/14/das-alturas-da-metalurgica-abramo-eberle-em-1950/?topo=35,1,1,,35>. Acesso em: 20 jan. 2021.

A relação tão intensa da história de vida de Abramo e da cidade de Caxias despertou em Franco o desejo de conhecer melhor a pessoa do empreendedor que, assim como muitos, contribuíram com o seu trabalho e dinamismo para o crescimento da região. Escrito em um período onde a humanidade estava prestes a passar por um sombrio período de sua história, o ensaio bibliográfico de Abramo Eberle ecoa, segundo o autor, como pura afirmação da vontade humana do progresso e do alcance de objetivos claros e determinados, é “um livro de crença” (FRANCO, 1943, p. VIII) na capacidade edificadora do ser humano, em meio às dúvidas sobre o futuro.



### 3.3. A Terceira Geração (1945 a 1975): da Segunda Guerra Mundial ao Centenário da Imigração Italiana

Findada a Segunda Guerra Mundial, a RMSG continuou o seu processo de modernização baseado cada vez mais na força que o trabalho e a consequente geração de excedentes que dele advinham, a qual poderia suscitar possíveis vantagens econômicas e sociais, direcionando um caminho a seguir, com a intenção do benefício da sociedade como um todo. Migrações internas eram verificadas, principalmente do campo para a cidade, e de outras regiões nacionais para a serra gaúcha. Também a causa da “*italianità*” (ROGATTO, in: DE BONI, 1987), reprimida pelos movimentos nacionalistas e repressores da era Vargas, volta a ser colocada novamente em pauta, muito estimulada pela geração antecessora, que sofreu com o “apagamento cultural” ao qual foram submetidos. Representados pela terceira geração de descendentes, que até então havia sido pouco estimulada a expressar publicamente sua identidade étnica, a partir deste momento, passam a retomar os vínculos com o passado. Vivendo em ambientes urbanos, já em sua grande maioria, e tendo perdido o contato com o ambiente rural, essa população procura, através da vinculação com as associações, entidades e institutos, reviver e revalorizar as tradições culturais, representadas pelos costumes e práticas que aprenderam com seus pais e avós, como forma de mantê-las presente em suas relações sociais, econômicas e políticas, para poder transmiti-las, como assim fizeram as anteriores, às novas gerações vindouras em um processo de rememoração e manutenção da memória (COLOGNESE, 2011). Neste sentido, portanto, conforme indica o professor e filósofo João Carlos Tedesco,

(...) as noções de dispersão, diversificação, diferenciação e representação, entre as várias associações étnicas de italianos (em geral, descendentes) vão continuar, porém haverá nesse período a disseminação maior de entidades, a maior afirmação pública e sobreposição étnica de descendentes de italianos, em particular, no campo econômico e político, maior promoção das italianidades em várias regiões do Sul do Brasil (TEDESCO, in: RADÜNZ; HERÉDIA, 2015, p. 264).

Em razão disso, as simbologias e ritualidades próprias desta identidade étnica, desta italianidade, assumem uma forte ligação com as questões relacionadas diretamente ao trabalho e, conseqüentemente, aos investimentos econômicos, sem deixar, é claro, de se desvincularem das questões familiares e religiosas, intrínsecas a ela. É um momento onde ocorre de maneira restauradora, a afirmação do colono imigrante, trabalhador do campo, que venceu as adversidades e que “deu certo”, tendo sido responsável pela expansão econômica através de seus valores culturais e de seu trabalho. Muitas associações e institutos serão criados, monumentos serão erguidos e festejos serão propostos, como forma de dinamizar essa “onda de orgulho” que posteriormente se desdobrará em uma intensa busca pelas “raízes italianas” (TEDESCO, 2015, p. 265).

Dentre estes monumentos que passaram a ser construídos em diversas localidades da RMSG, um deles, pelo simbolismo, se destaca de forma particular: o Monumento Nacional ao Imigrante<sup>75</sup> (Imagens 25 e 26), inaugurado pelo então presidente da República Getúlio Vargas durante a Festa da Uva no ano de 1954. Localizado na confluência da BR 116, antiga Estrada Federal Getúlio Vargas<sup>76</sup>, e de

---

<sup>75</sup> Segundo as informações constantes no site institucional da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, o Monumento Nacional ao Imigrante, obra de grande riqueza histórica e cultural, representa a intensidade do deslocamento humano daqueles que almejam materializar a esperança e o sonho de uma vida melhor. Inaugurado em 28 de fevereiro de 1954, pelo então Presidente da República Getúlio Vargas, a construção, que levou cinco anos para ser finalizada, homenageia os imigrantes das mais diversas etnias que contribuíram, e ainda contribuem, para a construção e desenvolvimento tanto da nossa cidade quanto do próprio Brasil. Escolhido o local de sua edificação, coube a Silvio Toigo e José Zambon executar os trabalhos em alvenaria, pedra e granito. Distante dali, no Rio de Janeiro, Antonio Caringi, vencedor do concurso que escolheria o projeto a ser desenvolvido, dava início ao grande molde que seria forjado em bronze, na Metalúrgica Abramo Eberle S.A., em Caxias do Sul. O artista pelotense, que acumulava a experiência de ter estudado na Academia de Belas Artes de Munich, além de possuir ateliers instalados nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, valeu-se de registros fotográficos dos imigrantes italianos Luigi e Enrica Zanotti para desenvolver sua obra. O Monumento contaria, também, com um grande obelisco onde três relevos destacariam como se deu a chegada, o trabalho e a integração na nova terra. Pouco acima, o ano 1875 destacaria a chegada dos primeiros imigrantes europeus na localidade. Sob o grupo escultórico, a ornada porta de bronze dá acesso à cripta que abriga um espaço museológico destinado à pluralidade étnica e valorização da mulher. Um monumento que homenageia tanto a vida quanto a pluralidade das pessoas que construíram o Brasil, contada de forma fascinante por meio de objetos, painéis e do próprio monumento, que traz gravada em si a frase “A Nação brasileira ao imigrante”. **Fonte:** PMCS, 2022. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/museus/monumento-nacional-ao-imigrante>. Acesso em: 10 out. 2022.

<sup>76</sup> A pavimentação da Estrada Federal Getúlio Vargas foi iniciada no ano de 1938 e parte de seu traçado seguia sobre a antiga estrada de ligação entre Galópolis e Caxias do Sul. A conclusão dos trabalhos se deu três anos após, quando no ano de 1941 ela foi inaugurada, passando a ligar a capital do Estado, Porto Alegre, ao Rio de Janeiro. Com o passar dos anos, porém, a rodovia BR 116, como posteriormente foi denominada, passou a ter uma utilização quase secundária na região, principalmente depois que a Rodovia Sinval Guazzelli, hoje ERS 122, foi inaugurada na década de

uma das principais artérias da cidade, a Avenida Júlio de Castilhos, representava, àquela ocasião, a valorização e o reconhecimento simbólico dos primeiros imigrantes e a sua chegada à região, sinalizando pontualmente a entrada principal da cidade. Além disso, o monumento conferiu status de “importância capital ao ato de reconhecimento do imigrante como parte integrante do corpo político e do tecido social do país” (RIBEIRO, 2002, p.155), cumprindo o seu propósito de estabelecer novos símbolos patrimoniais em um momento de profusão de ações voltadas à consolidação da memória e da identidade dos cidadãos da RMSG.



**Imagem 25** – Monumento Nacional ao Imigrante no dia de sua inauguração em 28 de fevereiro de 1954. O conjunto monumental foi erguido em pedra granítica sob o qual repousam as estátuas que representam uma família de imigrantes, esculpida em bronze. Foto: Studio Geremia.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.



**Imagem 26** – A cerimônia de inauguração do Monumento Nacional ao Imigrante conduzida por diversos segmentos da administração municipal de Caxias do Sul e presidida pelo então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, sob os dizeres “A Nação Brasileira ao Imigrante”. Foto: Studio Geremia.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Cabe destacar que a ideia da construção deste monumento se deu em meio aos preparativos para as comemorações dos 75 anos da imigração italiana na região, celebrado no ano de 1950, uma data simbólica que propiciou, conforme anteriormente comentado, a retomada de inúmeros projetos, feiras agroindustriais e festejos relacionados com a expressão cultural peculiar da região. Neste sentido, conforme observa Ribeiro,

---

1980, iniciando a operar a ligação entre Caxias do Sul e Porto Alegre através do município de Farroupilha, em uma região onde o crescimento econômico se tornaria bastante preponderante.

(...) a década de 50 pode ser considerada como um divisor de águas entre um universo de características predominantemente rurais e o processo de industrialização crescente em Caxias do Sul e, em maior ou menor grau, em toda a área das Antigas Colônias Italianas. O domínio tecnológico nas manufaturas de metal (ouro, cobre, ferro, folha de flandres), da madeira e das fibras vegetais não-industrializadas, dentre outras, havia sido largamente demonstrado ao longo de mais de meio século pelos descendentes de imigrantes italianos. Tal capacidade, associada ao desenvolvimento da indústria (que recruta essa mão de obra especializada) alavancada pelo uso das novas tecnologias introduzidas na região, no final dos anos 30 e na década de 40, são indicativos que autorizam presumir a razão do entusiasmo com que foi apreciada a Exposição Agroindustrial da Festa da Uva de 1950 (RIBEIRO, 2002, p.187).

Novas estradas foram abertas e muitas outras receberam melhorias em sua pavimentação, interligando de maneira mais efetiva os principais municípios da RMSG e fazendo com que a circulação de mercadorias e produtos industrializados se tornasse cada vez mais dinâmica. Desta época destaca-se a construção da Ponte Ernesto Dorneles, inaugurada em 31 de agosto de 1952, uma grande obra de engenharia que proporcionou a ligação dos municípios de Bento Gonçalves e Veranópolis, em direção à região norte do estado (PIANA GIORDANI, 2013, p. 129). Porém algumas localidades acabaram por ficar literalmente à margem desse sistema de rodovias, como foi o caso do município de Antônio Prado, que, desde sua fundação, continuava apresentando acessos reduzidos e precários, pouco eficientes. Por esse motivo, a cidade sofreu um processo de estagnação econômica que acabou por reduzir o seu crescimento. Por outro lado, isso fez com que o processo de “destruição criativa” tenha tido pouco efeito sobre as suas construções históricas, preservando-as como monumentos à cultura da imigração.

A especulação imobiliária começou a fazer com que os terrenos próximos ao núcleo central alcançassem valores muito elevados, o que provocou o início de uma “fragmentação” das áreas industriais para outros pontos da cidade. A necessidade de melhores alternativas e acessos às vias de transporte, aliada às ofertas mais atrativas de valor de solo, propiciaram a saída de muitas empresas das áreas centrais das cidades, onde haviam se estabelecido, em sua grande maioria, desde o início de suas atividades. Desta forma, alguns vazios urbanos com construções abandonadas se formariam, liberando o espaço para novas ocupações. Segundo Juarez Marchioro e Nelson Vasquez Calcagno,

(...) as indústrias e empresas locais saem das amarras da cidade consolidada para áreas maiores desmembradas de lotes colônias, com melhor acessibilidade. Instala-se junto às estradas, primeiramente ao longo da BR-116 e, depois em direção ao Bairro Desvio Rizzo e a cidade Flores da Cunha, processo que resulta em conturbação, que motivará a institucionalização da Aglomeração Urbana Nordeste (MARCHIORO; CALCAGNO, in: GIRON; NASCIMENTO, 2010, p. 112).

Um outro sistema de conexão, muito mais veloz que o proporcionado pelas estradas de rodagem, e de alcance muito mais abrangente, estabeleceu-se na região. O rádio, esse meio de comunicação universal, foi inaugurado primeiramente na cidade de Caxias do Sul em 27 de abril de 1946. A Rádio Caxias foi pioneira na região, estendendo para todos os cidadãos, de forma quase imediata, a difusão de conhecimento, informações e acontecimentos que passaram a ser absorvidos, além de propiciar espaço em sua programação para a divulgação de produtos e empresas, dinamizando o comércio e a indústria local. Desde então transmitindo continuamente, a emissora se transformou em um dos principais veículos formadores de opinião, em um âmbito regional (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 70). Anos mais adiante, essa conexão tornar-se-ia ainda mais veloz e eficiente pois Caxias do Sul receberia a sua primeira emissora televisiva e também a primeira do interior do Estado. A chamada TV Caxias, fundada em 22 de fevereiro de 1969, integra hoje a rede de comunicação pertencente ao Grupo RBS e é responsável pela cobertura de 47 municípios da região. Ambos os meios de comunicação (atualmente de alcance global, através da rede mundial de computadores) seriam também responsáveis pela transmissão da cultura, dos costumes, das crenças, dos festejos populares e da língua *Talian*, patrimônio imaterial e Referência Cultural Brasileira, para todos os moradores da região, reforçando a tradição e os laços de pertencimento ao lugar onde vivem. Programações inteiramente realizadas nesta língua ainda hoje são veiculadas por algumas das muitas rádios da RMSG, além de estar presente em outros meios de comunicação como livros, jornais e periódicos.

A ideia de progresso para grande parte da população era representada pelos modernos meios de comunicação e transporte, dentre eles o automóvel, mas também perpassava pela imagem da cidade, onde a presença de novas edificações,

mais altas<sup>77</sup> e mais tecnológicas, era desejada. Este período, compreendido a partir dos anos de 1950, conforme sinaliza Caon (CAON, 2016), marca a transição para a verticalização dos núcleos urbanos, em uma compreensão de que o desenvolvimento econômico deveria se “transferir” para a malha urbana através de suas edificações. Efetivamente, após muitas discussões e estudos, foi desenvolvido para a cidade o Primeiro Plano Diretor, tendo à frente os urbanistas Francisco Riopardense de Macedo e Edvaldo Pereira Paiva, em conjunto com Demétrio Ribeiro, Roberto Veronese, Nelson Souza e Edgar Graeff (PAIVA; MACEDO; RIBEIRO; GRAEFF; SOUZA, 1953, p.07), vencedores da concorrência lançada pela prefeitura municipal para a sua elaboração e que tinha como objetivo “apresentar uma aplicação prática dos princípios da urbanística”, que passaria a orientar, a partir daquele momento, o seu crescimento e transformação. Este plano foi apenas parcialmente aplicado na cidade devido aos altos custos para a sua implementação (CAVAGNOLLI; REIS; ONZI, 2012 p. 69).

Em um âmbito nacional, no período compreendido entre os anos de 1950 e 1970, o Brasil apresentou altas taxas de crescimento demográfico, em um contínuo processo de densificação das cidades provocado pela migração das áreas rurais em direção as urbanas. O mesmo ocorreu na RMSG (Tabela 08), sendo que algumas cidades como Caxias do Sul (Tabela 09), principalmente, e, posteriormente, Bento Gonçalves, cujo crescimento econômico proporcionado pela ampliação dos setores industrial e de serviços se tornava expressivo, passaram a receber um maior número de emigrados, apresentando um alto índice de crescimento populacional. Em função destes fatores, um Plano Diretor mais atualizado para Caxias do Sul, então a maior cidade da região, voltou a ser debatido a partir do ano de 1968, junto à Câmara de Vereadores, que veio a autorizar o Poder Executivo a firmar acordo com a Secretaria de Obras Públicas do Estado para a elaboração do documento em sessão realizada no dia 10 de maio daquele mesmo ano. Somente através da Lei 2.087, de 27 de

---

<sup>77</sup> Conforme teoriza Marcelo Caon, “ainda na primeira metade do século XX, somando-se na função original de escritório ou habitação, o edifício alto é o elemento dominador na forma urbana contemporânea e torna-se elemento de identificação com o progresso. Em virtude de sua universalidade, o edifício alto é tratado como imposição sobre as edificações vizinhas, já que se trata de uma idealização da sociedade mecanicista. Símbolo de certo progresso era almejado por todas as cidades, desde o século XIX, visto que significava o passaporte para integrar o rol das cidades desenvolvidas. Representando poder, os edifícios altos e os automóveis foram os grandes personagens da configuração urbana da cidade contemporânea” (CAON, 2010, p. 75).

dezembro de 1972 (CAXIAS DO SUL, 1972), é que ele então foi aprovado (CAVAGNOLLI; REIS; ONZI, 2012 p. 69).

	CAXIAS DO SUL	BENTO GONÇALVES	GARIBALDI
ANOS	POPULAÇÃO ESTIMADA	POPULAÇÃO ESTIMADA	POPULAÇÃO ESTIMADA
1940	40.400	18.400	18.200
1950	54.000	23.440	22.870
1960	94.117	33.956	19.328
1970	144.284	41.982	20.813

**Tabela 08** – Distribuição estimada da população, por data de medição, nos domínios dos três principais municípios formados a partir das primeiras Colônias do Estado do Rio Grande do Sul. **Fonte:** DE BONI; COSTA, 1979, p. 79-82.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA E DA INDÚSTRIA DE CAXIAS DO SUL 1870-1970				
ANOS	POPULAÇÃO	%	INDÚSTRIA	%
1890	10.000	-	120	-
1910	18.000	80,00	200	66,66
1930	32.000	77,77	280	40,00
1950	54.000	68,75	413	47,50
1970	144.000	166,66	728	76,27

**Tabela 09** - Tabela indicativa do número total de habitantes da cidade de Caxias do Sul (antiga Colônia Caxias) ao longo dos anos e sua relação com o crescimento industrial, representado pelo número de estabelecimentos.

**Fonte:** Recenseamentos municipais. Arquivo Histórico da Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Anuário Estatístico, Recenseamento Geral de 1950, IBGE. VIII Recenseamento Geral de 1970. Dados gerais das atividades industriais segundo microrregiões, municípios e gêneros de indústria, p. 20. Apud: HERÉDIA, 1997 p. 80).

Com o objetivo de juntar esforços em prol do crescimento conjunto, tanto da cidade como da indústria e do comércio, em 3 de outubro de 1973 foi constituída a Câmara de Indústria e Comércio de Caxias do Sul (CIC). Em termos legais, a Associação dos Comerciantes, fundada em 1901, absorveu o Centro da Indústria Fabril, criado em 1953, unificando em uma entidade somente os interesses dos dois setores, tornando-se um modelo para outras instituições da região e do Estado (HERÉDIA; MACHADO, 2002, p. 105). A década de 1970 ficou conhecida como tendo proporcionado à economia brasileira o chamado “milagre econômico”, um período de expansão econômica que teve, conforme verificado, reflexos também na região, positivos economicamente, mas ao mesmo tempo negativos, se relacionados ao conseqüente desaparecimento, nas cidades mais industrializadas, de grande parte de seu patrimônio edificado, como relata Ribeiro:

(...) a cidade de Caxias do Sul, com uma estrutura industrial diversificada e, relativamente ao restante do Estado e do País, com razoável domínio tecnológico (inclusive por motivos ligados à sua tradição cultural), seria uma das cidades brasileiras mais beneficiadas – como também certamente mais afetada em sua identidade cultural – pelas realizações do milagre (RIBEIRO, 2002, p. 208).

O perfil industrial de Caxias do Sul modificava-se rapidamente, ao mesmo tempo que a cidade crescia em termos populacionais, passando do tradicional para o dinâmico. Ou seja, agregando novos setores de produção, cada vez mais específicos, ao complexo tradicional já existente, como o metal mecânico, o de insumos elétricos, o de material de transporte, etc., o que acabou por dinamizar não apenas a economia local, mas também a do Estado (HERÉDIA; MACHADO, 2001).

Em função do crescimento econômico e, conseqüentemente, populacional as cidades se transformavam rapidamente. As antigas construções davam lugar às novas e modernas, em um processo no qual a consciência da preservação ainda não fazia presente. Conforme teoriza a historiadora Maria Abel Machado, referindo-se especificamente à Caxias do Sul,

(...) não houve tempo para a preservação, porque o progresso tinha pressa. Uma cidade foi sendo construída em cima de outra, destruindo ou modificando a anterior e delineando uma nova paisagem. Assim, o crescimento da cidade se deu com o sacrifício do seu passado, e a leitura de sua história através das edificações se perdeu com sua destruição (MACHADO, 2001, p. 319).

A “leitura da cidade”, a partir de suas construções, é uma das possíveis formas de conhecer o seu passado, e talvez a mais visível e concreta. Em poucos anos, a pequena Caxias das antigas construções de madeira (Imagem 27), cenário dos romances de Pozenato, *“A Cocanha”*, *“O Quatrilho”* e *“A Babilônia”*, foi sendo transformada no decurso de quase um centenário (Imagem 28), prenunciando a grande metrópole regional que viria a se tornar nos dias atuais. É claro que essas grandes transformações não trouxeram apenas problemas à memória da cidade. A infraestrutura não comportava tamanho crescimento, e por isso o município de Caxias do Sul, da mesma forma que outros na região, sofreu vários anos com problemas de abastecimento de água e de energia elétrica. Parte da área limítrofe à



central, onde antes havia uma zona rural importante, acabou por ser descaracterizada, dando espaço à expansão provocada pelo seu crescimento. A esse respeito, Ribeiro relata que

(...) a especulação imobiliária havia transformado as áreas rurais próximas à cidade, cultivadas com videiras e pomares, em bairros residenciais ou em emergentes implantações de distritos industriais. A periferia urbana começava a tornar visível as desigualdades sociais que haviam sido gestadas no interior da sociedade regional. (...) A população urbana de Caxias do Sul triplicaria entre 1950 e 1975, e apenas 7,5% da população do município ainda permanecia na zona rural (RIBEIRO, 2002, p. 194).



**Imagem 27** – Vista aérea da área central da cidade de Caxias do Sul com data aproximada do ano de 1945. Ao centro encontra-se a Praça Dante Alighieri onde, em seu entorno, pode-se visualizar a Catedral de Santa Tereza e a Casa Canônica, à direita, o Clube Juvenil, a antiga sede do Banco do Rio Grande do Sul, o Cine Guarany, o antigo Hotel Menegoto, construções que se encontram com suas fachadas principais voltadas para a Praça. À direita, ao fundo, vê-se o prédio da Fábrica 1 da Metalúrgica Abramo Eberle, destacando-se como a edificação com o maior número de pavimentos. Nota-se que a cidade estava se densificando, em um ritmo ainda lento, contando com a presença ainda de diversas construções em madeira que, paulatinamente, vinham sendo substituídas por novas e maiores em alvenaria. Foto de autoria do Studio Geremia.

**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. .



**Imagem 28** – Vista aérea da área central da cidade de Caxias do Sul com data aproximada do ano de 1970. Ao centro, à direita, encontra-se a Praça Rui Barbosa (antiga Praça Dante Alighieri) que foi assim renomeada no ano de 1948, em função da proibição de se falar o idioma italiano durante o período do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial. Viria a recobrar o seu nome original apenas no ano de 1990. Nota-se neste registro que a cidade estava se densificando em um ritmo muito acentuado, contando com a presença de inúmeros edifícios de grande porte e praticamente com nenhuma das antigas construções em madeira. Foto de autoria não identificada.

**Fonte:** Acervo do Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami. .

Paralelamente ao crescimento das grandes cidades da região, Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha, as áreas rurais e as pequenas cidades também se modernizavam, porém em um ritmo menos acentuado. Independentemente do crescimento, da ampliação de suas áreas urbanas e rurais, e da integração de outros moradores, advindos de diversas regiões do Brasil em busca de trabalho, que passaram a conviver com os descendentes daqueles primeiros italianos que ali se estabeleceram, as tradições, os costumes e os rituais típicos de uma cultura peculiar continuaram sendo mantidos. Práticas sociais e festividades passaram a ganhar força e abrangência nacional, divulgadas agora pelos modernos meios de comunicação, impulsionadas pelo desejo de mostrar a todos “quem eram e o que faziam” os moradores da região nordeste do Rio Grande do Sul. São exemplos disso as festas alusivas à vitivinicultura, uma das principais e mais tradicionais da RMSG,

como a Festa da Uva (Caxias do Sul), a Fenachamp (Garibaldi) e a Fenavinho<sup>78</sup> (Bento Gonçalves), entre outras, que promovem a economia e também o turismo regional.

Desde que começou a despontar na RMSG, em meados do século passado, conforme já informado, o turismo se constituiu em um importante fator de crescimento para toda a região. Não só economicamente, mas também culturalmente, pois através dele, muitas ações relacionadas à divulgação da cultura peculiar da imigração e à preservação do patrimônio histórico por ela construído tiveram maior motivação e um apoio mais efetivo. Esta atividade contribui de maneira substancial para os esforços de reconhecimento, valorização e ressignificação do conjunto de bens materiais e imateriais que existem sobre o território. Atraídos pelas ótimas condições climáticas, pela produção do vinho e da relação destes com a saúde, além da farta culinária, os turistas acabavam se envolvendo em uma cultura muito peculiar, cujos modos de vida, costumes e tradições passaram também a despertar interesse. A estrutura para receber esses viajantes começava a se profissionalizar, com a construção de um maior número de hotéis e pousadas nos principais centros urbanos. A expansão destes equipamentos para o interior da região, nas áreas rurais, só veio a se dar mais tardiamente, próximo ao final do século passado, quando as principais vinícolas da região começaram também a investir em um turismo mais direcionado, focado na experiência da participação e envolvimento dos visitantes em todo o processo de fabricação do vinho.

Não por acaso, e certamente vinculadas à criação do Conselho Estadual do Turismo no Rio Grande do Sul, no ano de 1950, o primeiro do gênero no Brasil, algumas ações legislativas regionalizadas, relacionadas com essa atividade,

---

<sup>78</sup> Segundo o turismólogo Vander Valduga, a Festa Nacional do Vinho e Exposição Agroindustrial (FENAVINHO), cuja primeira edição ocorreu no ano de 1967, nasceu como uma resposta à crise que se manifestava há algum tempo no setor vitivinícola da região, em uma tentativa de promover a divulgação do produto, aumentando desta forma o seu consumo, que havia decrescido em função da qualidade e da concorrência com produtos importados, além de tentar viabilizar um melhor e mais acelerado escoamento deste que era um dos sustentáculos da economia estadual. Além disso, segundo depoimento do primeiro presidente do evento, o sr. Moisés Luiz Michelin, industrial da área alimentícia e vice-presidente do Centro da Indústria Fabril do município, um dos propósitos ao redor do evento era colocar Bento Gonçalves no mapa político brasileiro, gerando maior visibilidade, para proporcionar melhores condições para o seu desenvolvimento. A FENAVINHO também teve a sua organização inspirada no maior evento da região, a Festa da Uva que acontecia desde 1931 na cidade de Caxias do Sul (VALDUGA, 2011a, p. 153-154).

passaram a despontar. Uma delas resultou na implementação do Conselho Municipal de Turismo de Garibaldi<sup>79</sup>, no ano de 1957, o primeiro a ser instalado na RMSG. Em sua administração, constavam membros oriundos dos mais diversos setores da municipalidade, conforme informa Fávero (FÁVERO, 2006, p. 85): “um secretário municipal, um representante da Associação Comercial, um representante da Associação Rural, um representante das entidades sociais da cidade e três pessoas “estudiosas dos problemas atinentes ao turismo”, conforme expresso na Lei Municipal 520 (GARIBALDI, 1957). O que quer dizer que o mesmo espírito associativista e de união de esforços da comunidade, se fazia representar também na formação deste conselho. Bento Gonçalves fundaria o seu Conselho Municipal do Turismo (COMTUR) no ano de 1965 e Caxias do Sul faria o mesmo somente no ano de 1990. Posteriormente alguns destes conselhos seriam transformados em Secretarias Municipais de Turismo, como foi o caso do de Garibaldi, no ano de 1988, ou permaneceriam a elas vinculados.

Não é possível afirmar que o turismo tenha contribuído, naquela época, para que a consciência sobre a preservação do patrimônio cultural material e imaterial da região tenha sido despertada, porém, ele pode ter colaborado de forma indireta, mediante a divulgação da cidade e de seus pontos de interesse, que através dele se faz. Foi com o surgimento do SPHAN, que posteriormente deu lugar ao IPHAN, que foram lançadas as bases para a preservação patrimonial no país. No Estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente, a autarquia passou a tratar diretamente sobre as questões relativas ao patrimônio local quando Porto Alegre recebe, no ano de 1970, uma de suas diretorias regionais.

Importante destacar também que muito contribuiu, no sentido da valorização da memória da imigração, o trabalho pioneiro do historiador João Spadari Adami

---

<sup>79</sup> O Conselho Estadual de Turismo no Rio Grande do Sul foi instituído em 1950, o que assegurou ao Estado a condição de pioneiro com relação à organização do turismo como atividade econômica no Brasil (FLORES, 1993, p. 45). Segundo Fávero, esse pioneirismo refletiu-se também na RMSG, pois com a criação do Conselho Municipal de Turismo do município de Garibaldi, em 28 de dezembro de 1957, o primeiro de toda a região, deu-se início ao movimento que acabou por estimular outras municipalidades também a instituí-los. No caso de Garibaldi, essa iniciativa deveu-se ao então prefeito em exercício na época Heitor Mazzini, engenheiro prático, responsável pela construção de diversas residências, prédios públicos, igrejas e um hotel, tento também participado da construção do ramal ferroviário que cruza pela cidade. Mazzini era descendente de italianos e foi um influente intelectual que deixou um importante legado como político e profissional na cidade (FÁVERO, 2006, p. 45).

(1897-1972) executado entre os anos 40 e 60, principalmente voltado à cidade de Caxias do Sul. Adami é considerado um dos pioneiros da historiografia caxiense, em uma época em que ali nada havia sido estudado com profundidade, destacando-se também pela sua incomum objetividade e fidelidade aos documentos. Em suas pesquisas reuniu-os em grande quantidade, alguns esquecidos em arquivos públicos e em coleções privadas, transcrevendo e publicando muitos deles (LOPES, in: GZH, 2021b). Como forma de homenageá-lo, o Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami (AHMJSA), criado oficialmente no ano de 1976, recebeu o seu nome.

A criação da UCS em 10 de fevereiro de 1967<sup>80</sup>, na qual a CIC teve papel decisivo em sua constituição, demonstrando o interesse do empresariado na resolução dos assuntos comunitários (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 118), veio dinamizar e complementar, de maneira fundamental, o sistema educacional de toda a região e contribuiu, de forma importante, para a valorização e o reconhecimento do patrimônio cultural da RMSG. Concebida como uma instituição comunitária e regional, a UCS tem como foco principal disponibilizar conhecimento de qualidade que venha a beneficiar o crescimento de toda a região. Atualmente possui campos em diversos municípios como Bento Gonçalves, Lageado e Vacaria, ampliando a área de atuação de suas atividades acadêmicas. Durante todos estes anos, ela vem contribuindo para a catalogação, promoção e ampliação dos estudos acerca do tema da imigração italiana na região. Através da promoção de fóruns de discussões pautados sobre o tema, que tiveram início com o Primeiro Fórum de Estudos Ítalo-Brasileiros, no ano de 1975, em comemoração ao Centenário da Imigração Italiana, os eventos sempre trouxeram pesquisas que versavam sobre a produção econômica na região, as práticas culturais, as instituições predominantes, a força religiosa, a política e suas repercussões, os fenômenos linguísticos, a língua e seus desdobramentos, entre outros (RADÜNZ; HERÉDIA, 2021, p. 07). O

---

<sup>80</sup> Segundo informações disponibilizadas no site da instituição, “a união de esforços em torno da criação de uma universidade em Caxias do Sul resultou no Decreto Lei nº 60.200 da Presidência da República, publicado em 10 de fevereiro de 1967, autorizando o projeto de integração das faculdades já existentes sob a denominação de Universidade de Caxias do Sul, tendo como mantenedora a Associação Universidade de Caxias do Sul. O médico Virvi Ramos e o padre Sérgio Félix Leonardelli tomam posse como reitor e vice-reitor, respectivamente, no dia 15 de fevereiro de 1967, em cerimônia realizada na Mitra Diocesana e que marcou a instalação oficial da Universidade de Caxias do Sul. Em março, na primeira reunião do Conselho Universitário, discutiu-se a instalação de uma biblioteca central unindo o acervo das faculdades e foi aprovada a criação das faculdades de Engenharia e de Medicina” (UCS, 2022).

comparecimento de muitos estudiosos ao evento e o sucesso por ele alcançado, contribuiu, juntamente com outros fatores, para que fosse ampliado o processo de resgate e revalorização da memória local, conforme pontua Ribeiro:

(...) como não havia ocorrido em períodos anteriores, a partir de 1975, a Região Colonial Italiana passou a se interessar pelos objetos simbólicos da memória coletiva: a criação de arquivos, museus, comemorações, celebrações festivas, monumentos, a preservação de lugares topográficos, a restauração de edificações tidas como de valor histórico, enfim revelaram um esforço sem precedentes na construção de lugares de memória (RIBEIRO, 2002, p. 203).

Efetivamente, no ano de 1974, mesmo sem uma legislação municipal que determine o tombamento ou a preservação de edificações, o poder público desapropria a residência da família Tomazzoni, restaurando-a, às pressas, para transformá-la em um museu que se propunha demonstrar a todos, como eram as primeiras casas construídas pelos imigrantes na região e como estes as habitavam. O Museu Ambiente Casa de Pedra (Imagem 29), como passou a ser denominado, foi inaugurado no ano de 1975. Da mesma forma, no ano de 1974, foram reformadas as dependências da antiga residência da família Morandi Otolini<sup>81</sup>, construção do final da década de 1880, para abrigar o acervo do Museu Municipal Maria Clary Frigeri Horn (Imagem 30), que já funcionava desde o ano de 1947, tendo ocupado outras edificações.

Em toda a região, mas sobretudo nas principais cidades, como Bento Gonçalves e Garibaldi, foram verificadas e intensificadas as criações de monumentos, museus, memoriais, arquivos e bibliotecas municipais, além de serem iniciadas, em muitas delas, a catalogação dos bens patrimoniais que seriam passíveis de proteção, como resposta aos anseios de preservação da memória e da valorização cultural da imigração. A comunidade destas cidades também foi chamada a participar das discussões em torno das ações de salvaguarda e também

---

<sup>81</sup> Segundo informações disponíveis no site da instituição, a antiga residência da família Morandi Otolini foi arrematada, no ano de 1894, em um leilão pelo poder público. Durante todos estes anos, a edificação passou por reformas e ampliações e foi sede da Guarda Municipal, de uma escola, da Intendência Municipal e, posteriormente, da Prefeitura Municipal. A partir do ano de 1974, quando a Prefeitura passou a ocupar o antigo Pavilhão de Exposições da Festa da Uva, construído em 1954, mudanças foram realizadas para abrigar as exposições, os acervos, as oficinas e as salas técnicas do Museu Municipal, incluindo a construção de um anexo em 1998 (MMMCFH, 2022).

estimulada a contribuir para os acervos memoriais fazendo a doação de objetos pessoais, fotografias, cartas, livros, enfim, tudo aquilo que, de alguma forma, pudesse compor e vir a se somar ao conjunto de itens patrimoniais desses lugares de memória.



**Imagem 29** – Museu Ambiência Casa de Pedra localizado na cidade de Caxias do Sul. Foto: Banco de Dados Prefeitura  
**Fonte:** PMCS, 2022.



**Imagem 30** – Museu Municipal Maria Clary Frigeri Horn localizado na cidade de Caxias do Sul. Foto: Banco de Dados Prefeitura.  
**Fonte:** PMCS, 2022.

Assim como ocorreu em Caxias do Sul, em Garibaldi, no ano de 1972, foi instalada na antiga edificação que abrigava no final do século XIX a Società Italiana de Mutuo Soccorso Conde D’Eu, que posteriormente passou a se chamar Società de Mutuo Soccorso Stella D’Itália, a Biblioteca Pública Municipal Frei Miguel<sup>82</sup>, além de

---

<sup>82</sup> Segundo informações disponíveis no site da instituição, o prédio onde hoje se encontra o Museu e Arquivo Histórico Municipal foi construído no ano de 1878, primeiramente em madeira, e abrigava a Società Italiana di Mutuo Soccorso Conde D’Eu, que posteriormente passou a se chamar Stella D’Itália. No ano de 1884, foi construído o primeiro pavimento em alvenaria, que além de abrigar a Società, era utilizado pelo Consulado Italiano, fornecendo assistência aos imigrantes daquele país que chegavam à região. O piso superior, conforme a configuração que hoje se apresenta, foi construído no ano de 1892, quando a edificação passou por uma grande reforma. Atualmente, é considerado o mais antigo prédio de alvenaria da Serra Gaúcha. O prédio também foi palco de reuniões, assistência social, festas de casamento e aulas de italiano. Durante a I Guerra Mundial (1914/1918) serviu até mesmo como hospital. No momento em que a população de origem italiana teve suas atividades restringidas e as instalações do prédio foram invadidas, todo o seu acervo e patrimônio, incluindo documentos de registros, foi apreendido e queimado. Para salvar o prédio da destruição, a diretoria em exercício entendeu que deveria doá-lo a Itália por meio da sua embaixada no Brasil. Nesse período, a construção serviu de residência para algumas famílias e posteriormente permaneceu em abandono. Em 10 de agosto de 1963, o governo italiano devolveu o prédio à comunidade de Garibaldi, para que ali se instalasse um centro de atividades de cunho cultural. Em 1972, instalou-se no local a Biblioteca Pública Municipal Frei Miguel, o Destacamento Militar e os Bombeiros Voluntários. No dia 31 de outubro de 1985 foi inaugurado o Acervo Histórico Cultural do município de Garibaldi que veio então a ser denominado Museu e Arquivo Histórico Municipal, criado pela Lei nº 1.748 de 28 de dezembro de 1984. O local abriga também a Casa do Artesão de Garibaldi. O tombamento definitivo da construção ocorreu através do Decreto Municipal nº 3.234 de

abrigar também, como sede, o Destacamento Militar e os Bombeiros Voluntários. Posteriormente, no ano de 1985, o local passou a ser sede do Museu Municipal e Arquivo Histórico da cidade (Imagem 31). Já em Bento Gonçalves foi inaugurado, no ano de 1975, o Museu do Imigrante<sup>83</sup> (Imagem 32) em uma construção datada do ano de 1913 que hoje abriga mais de 40 mil objetos doados pela comunidade.



**Imagem 31** – Museu e Arquivo Histórico na cidade de Garibaldi.

**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 32** – Museu do Imigrante localizado na cidade de Bento Gonçalves. Foto: Acervo da instituição.

**Fonte:** MDI, 2022.

Como parte das comemorações do Centenário da Imigração Italiana, também foi edificado, neste mesmo ano, um monumental pórtico de acesso em formato de barril de vinho, com 18 metros de altura, localizado no principal acesso à área urbana da cidade. O Pórtico da Pipa, ou Pipa Pórtico (Imagem 33), como é popularmente conhecido pela população, teve por finalidade remeter simbolicamente, e em grande escala, ao principal equipamento utilizado para a

---

16 de agosto de 2007 (GARIBALDI, 2007). Atualmente, o acervo conta com 2.729 itens, nas categorias de casa; iluminação antiga; comércio; agricultura; indústria; objetos sacros; cédulas e moedas; estampas e reproduções; vestuário, acessórios e calçados; peças de arte; profissões; educação; esportes; e comunicação (MAHM, in: TG, 2022).

<sup>83</sup> Segundo informações disponíveis no site da instituição, o Museu do Imigrante é uma instituição museal pública, municipal, vinculada administrativamente à Fundação Casa das Artes (FCA), que tem como instituição mantenedora a Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, além dos demais proventos oriundos das parcerias estabelecidas pela FCA. Foi fundado para reunir o acervo que conta a história das diferentes imigrações da região, através do decreto de Lei 556 de 18 de dezembro de 1974, e abriu suas portas para a comunidade em 21 de maio de 1975. A edificação que o abriga, construída no ano de 1913, já foi a sede da administração da Estação de Sericicultura, da Escola Agrícola, um Anexo do Hotel Planalto e também uma residência. Encontra-se tombada como patrimônio histórico do município desde o ano de 2005, quando passou a integrar o roteiro cultural de Bento Gonçalves (MDI, 2022).



vinificação: o barril de madeira, onde, em seu interior, após meses de descanso, é extraído o vinho produzido na região. O pórtico, originalmente construído em madeira, como o modelo original no qual foi inspirado, foi refeito em concreto, devido à perenidade do material, no ano de 1985. Nesta ocasião foi inaugurado em seu entorno um centro de atendimento ao turista.

### **3.4. A Quarta Geração e as subsequentes (1975 a 2023): os reflexos da aceleração do tempo na contemporaneidade**

Após as comemorações do Centenário da Imigração Italiana na RMSG foi intensificada a produção de documentos, estudos, dissertações e teses relacionados aos mais diversos assuntos relativos ao tema. Da mesma forma, muitas avaliações e propostas para revisões de planos diretores já existentes e para a implementação de novos em municípios que ainda não haviam sido contemplados com tal documento foram sendo desenvolvidos, tentando organizar o crescimento das cidades. As ações relacionadas à salvaguarda e proteção do patrimônio histórico continuavam a ser discutidas e receberam o reforço necessário a partir da criação de conselhos técnicos vinculados às prefeituras municipais, cujas atribuições eram justamente a orientação e o assessoramento pertinentes. Este foi o caso do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC) do município de Caxias do Sul, criado pela lei nº 2515 de 15 de outubro de 1979.

O COMPAHC teve papel importante na formação e consolidação do núcleo preservacionista na cidade, do qual também fazia parte profissionais e professores da UCS. A preservação do antigo Hospital Carbone para abrigar o AHMJSA, fundado no ano de 1976, constituiu-se em um longo processo que contou com a intervenção destes agentes e perdurou por muitos anos até a sua conclusão. A construção de alvenaria que apresentava elementos de estilo eclético, predominantes na arquitetura verificada na área central da cidade (CAON, 2010, p. 96) a partir do momento que as antigas construções de madeira passaram a ser substituídas, manteve-se por anos abandonada enquanto se buscavam, pelo poder

público e pela sociedade, alternativas para a sua destinação. Do embate participaram, de forma a viabilizar o seu uso e a sua restauração, muitas empresas da cidade que acabaram por adquirir o imóvel e doá-lo à comunidade<sup>84</sup>, com certas condições de benefício de uso do solo no entorno do imóvel, como forma de justificar os seus investimentos. Desta forma, somente em 1996 o AHMJSA passou a ocupar definitivamente suas dependências.

A crise que se intensificou entre as décadas de 1960 e 1980 no setor vitivinícola da RMSG causada, entre outros fatores, pelo baixo consumo de vinho no Brasil, pela qualidade inferior frente ao produto importado, pela falta de investimentos e conseqüente defasagem tecnológica, provocou o fechamento de diversas empresas, o que ocasionou a venda ou o abandono de seu patrimônio em função de dívidas bancárias. Cantinas tradicionais como a Mosele, em Caxias do Sul, foram demolidas para a reutilização do espaço para outros fins, e outras, como a Cantina Antunes, tiveram os seus espaços de produção parcialmente preservados, transformados em espaços culturais, comerciais ou de serviços. No caso do complexo da Cantina Antunes, parte de suas instalações foram demolidas, dando espaço a novos empreendimentos e parte preservada, resultando na instalação no local do Centro de Cultura Municipal Henrique Ordovás Filho, inaugurado no ano de 2001. Muitos destes equipamentos, onde se incluem outros, pertencentes a pequenas e grandes indústrias que entraram em processo de falência ou foram transferidas para outras áreas, marcam presença ainda com suas construções nos centros das cidades, sendo a sua destinação, preservação, reutilização ou mesmo demolição, objeto de intensas discussões hoje em dia, onde a consciência da importância deste patrimônio para a história e memória das cidades se tornou mais presente.

Importante ressaltar aqui a contribuição para a consolidação deste pensamento, inclusive em âmbito regional, do Projeto Elementos Culturais das

---

<sup>84</sup> Conforme informa Caon, em carta aberta à população, o Jornal de Caxias de 07 de setembro de 1979, publica a sua opinião, com relação às empresas que adquiriram o imóvel: “a comunidade quis fazer do velho edifício um monumento que simbolizasse o despertar para a valorização de nosso patrimônio histórico-cultural. A sensibilidade e o espírito comunitário de empresas de Caxias do Sul, permitiram que isso se realizasse: Madezorzi, Eberle, Madezatti; Pratavieira, Agrale, Fras-le, Marchioro, Bertussi, J.J.Eberle, Peteffi, Madereira Pisani, Madal, Basa, Magnabosco, Metalúrgica Sulriograndense, Pastificio Caxiense, Randon, Sulenge, Triches, Gazola” (JC, 1979, s.p., apud: CAON, 2010, p. 101)

Antigas Colônias Italianas do Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS). O projeto, iniciado a partir do ano de 1978, contava com a participação de diversos técnicos e estudiosos<sup>85</sup>, alguns vinculados diretamente à UCS, e desde o momento em que foi criado dedicou-se ao levantamento sistemático dos bens e valores culturais das comunidades rurais da região, constituindo-se em ponto de partida para o resgate, a preservação e a valorização dessa cultura. Segundo informações disponibilizadas pela própria Universidade (UCS, 2022), o projeto nunca se referiu a uma cultura italiana, ou a uma tradição italiana, na região. Sempre a definiu como uma cultura da imigração italiana, ou seja, uma cultura que foi construída em terras brasileiras, associada ao processo de imigração italiana, que resultou de trocas culturais que ocorreram entre a cultura, ou melhor, as culturas - tal a diversidade de língua e de hábitos entre os imigrantes que vieram da Itália - trazida pelo imigrante com a que já vinha sendo construída no Sul do Brasil. O desenvolvimento do projeto baseou-se, entre outros instrumentos de pesquisa antropológica, utilizados para a realização dessa atividade, no registro fotográfico, em entrevistas, levantamento e caracterização de sítios arquitetônicos e registro de imagens em vídeo, constituindo-se em um detalhado levantamento dos elementos formadores da cultura da imigração italiana na região, que ainda se mantém presentes e sendo expressos cotidianamente. Deste conjunto de registros de estudo resultaram quatro importantes acervos, literatura oral, entrevistas gerais e temáticas, vídeo e fotografia, sendo que todos encontram-se hoje custodiados e vinculados ao Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC) da UCS.

A partir da década de 1980, as prefeituras das principais cidades passaram a formular documentos inventariais dos bens a serem preservados em seus respectivos municípios, com intenção de posterior tombamento, nos mesmos moldes de como já havia ocorrido em Caxias do Sul, a partir da criação do COMPAHC, e apoiados pelas análises e estudos das equipes técnicas da Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), hoje extinta, do SPHAN, hoje IPHAN, e de técnicos vinculados às secretarias de cultura dos municípios. Desta forma seria reconhecido, através destes estudos, a potencialidade do local onde estes exemplares estivessem inseridos, bem

---

<sup>85</sup> Entre os participantes deste projeto, que configuram a equipe principal, encontram-se o fotógrafo Aldo Toniazzo, o coordenador de edição de imagens e gravações André Constantin, os pesquisadores Candice Soldatelli, Cleodes Maria Piazza Julio Ribeiro e José Clemente Pozenato e o musicólogo Paulo Luiz Zugno (RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 5).

como para demarcar o ponto de partida de futuras intervenções ou delimitações de áreas de interesse cultural.

Nascia enfim, deste conjunto de acontecimentos e ações, um movimento que procurava reforçar uma consciência preservacionista entre os pensadores locais, onde a figura do imigrante pioneiro e de suas realizações voltaram a ser novamente exaltadas no discurso oficial, justificando a importância da salvaguarda dos bens patrimoniais. Mesmo assim, esta intenção encontrava ainda uma certa resistência da população (FRANTZ, 2014), que se apoiava no fato de que o tombamento incorreria na perda da autonomia e do livre arbítrio em gerenciar ou dispor do seu patrimônio. Parte deste embate pode ser observado, em particular, no processo de tombamento do centro histórico da cidade e Antônio Prado.

Paralelo a isso, o interesse pelas questões simbólicas, relacionadas à cultura da imigração, passou a ganhar reforço e pode ser verificado na produção arquitetônica local. Dentre as novas construções que iam surgindo nos domínios do território, algumas delas passaram a ser elaboradas com base em referências que tentariam vinculá-las, de alguma forma, à história e cultura local. Foi o caso, por exemplo, da Igreja de São Bento<sup>86</sup> (Imagem 34), construída no ano de 1983 na cidade de Bento Gonçalves, um templo cuja construção apresenta uma estrutura porticada, edificada em concreto armado e em forma de barrica de vinho, em uma referência também à arte da tanoaria<sup>87</sup>, responsável pela produção destes contenedores. A forma arquitetônica escolhida para a edificação está em acordo com a mesma intenção com a qual foi pensada a realização do pórtico de acesso principal à cidade, conforme já mencionado.

---

<sup>86</sup> Localizada na Rua Xingu, na Praça Achyles Mincarone, a igreja São Bento faz referência, através da sua forma peculiar, à principal atividade de Bento Gonçalves, a vitivinicultura. Estas referências se encontram também nos coloridos vitrais, onde os temas do catolicismo se vinculam com destaque à uva e ao cálice de vinho, nos entalhes dos bancos em madeira, representando cachos de uvas, na composição do altar mor, confeccionado com pipas originais de madeira, e nas portas de acesso ao templo, representando em sua composição, os elementos de conformação das pipas. O templo possui 13,50 metros de altura e 22,50 metros de diâmetro, podendo abrigar até mil fiéis. Segundo Valduga, o projeto, realizado pela arquiteta bento-gonçalvese Francesca Fenóchio, surgiu dos periódicos encontros das famílias da comunidade e de suas lideranças, com o propósito de homenagear os imigrantes italianos e sua principal atividade econômica (VALDUGA, 2011a, p. 161).

<sup>87</sup> A tanoaria é uma prática muito antiga que consiste na fabricação de vasilhames em madeira para o armazenamento do vinho e demais bebidas que necessitem repousar para concluir o seu processo de elaboração. O profissional que executa esse serviço, ainda feito muitas vezes de forma manual, denomina-se mestre tanoeiro.



**Imagem 33** – Pórtico da Pipa, monumento que foi edificado no principal acesso à cidade de Bento Gonçalves. Foto: Acervo do site Rota Serra Gaúcha.

**Fonte:** RSG – Rota Serra Gaúcha. Site institucional. Gramado: RSG, 2022. Disponível em: <http://www.rotaserragaucha.com.br/>.



**Imagem 34** – Igreja São Bento localizada na cidade de Bento Gonçalves Foto: Acervo do site Bento: capital do vinho pura inspiração.

**Fonte:** BCVPI – Bento: capital do vinho pura inspiração. Site institucional. Bento Gonçalves: BCVPI, 2022. Disponível em: <https://bento.tur.br/fotos-bento-goncalves/igreja-sao-bento-almir-dupont-prefeitura-municipal/>.

Também nas áreas rurais, principalmente àquelas mais próximas aos núcleos urbanos, cujos reflexos da expansão dos assentamentos, alguns deles irregulares, já se tornavam mais evidentes, novas construções passaram a se mesclar com as tradicionais edificações centenárias, promovendo uma significativa alteração na paisagem destas áreas. O crescimento populacional das duas principais cidades da RMSG, Caxias do Sul e Bento Gonçalves, praticamente triplicou entre os anos de 1980 e 2020 (Tabela 10, Imagens 35 e 36), ocasionando diversos problemas estruturais e de infraestrutura. Em muitos casos, houve a supressão do patrimônio cultural edificado, o que gerou discussões intensas entre os órgãos municipais e a comunidade.

Com relação às edificações de interesse cultural, normas mais rígidas, incentivadas por leis e decretos, foram sendo implementadas tentando salvaguardar um número maior de exemplares, como a Lei Orgânica do Município de Caxias, publicada no ano de 1990, que determinou a submissão à análise especializada do COMPAHC de todos os imóveis com mais de 50 anos<sup>88</sup>. Somente anos mais tarde,

<sup>88</sup> A Lei Orgânica do Município de Caxias do Sul foi aprovada no dia 04 de abril de 1990 e apresenta, nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 192 que dispõe sobre os direitos culturais garantidos pelo município, as seguintes observações: § 1º Todos os prédios, públicos e particulares, igrejas, capelas, monumentos, obras, estátuas, praças e cemitérios, com mais de cinquenta anos, não poderão ser demolidos sem parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural - COMPAHC e

através da promulgação da Lei nº 7.495, de 19 de outubro de 2012<sup>89</sup>, ficou proibida a demolição de todas as construções com mais de 50 anos de idade, salvo com a permissão do COMPAHC.

	CAXIAS DO SUL	BENTO GONÇALVES	GARIBALDI
ANOS	POPULAÇÃO ESTIMADA	POPULAÇÃO ESTIMADA	POPULAÇÃO ESTIMADA
1980	224.989	58.936	23.512
1990	288.308	76.706	25.549
2000	360.419	91.486	28.337
2010	435.564	107.278	30.689
2020	517.451	121.803	35.440
2021	523.716	123.090	35.794

**Tabela 10** – Distribuição estimada da população, por data de medição, nos domínios dos três principais municípios formados a partir das primeiras Colônias do Estado do Rio Grande do Sul. **Fontes:** 1980, 1991, 2000 e 2010: IBGE - Censos Demográficos; 1996: IBGE - Contagem Populacional; 1981-1990, 1992-1999, 2001-2006: IBGE - Estimativas preliminares para os anos intercensitários dos totais populacionais, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus; 2007-2009: IBGE - Estimativas elaboradas no âmbito do Projeto UNFPA/IBGE (BRA/4/P31A) - População e Desenvolvimento. Coordenação de População e Indicadores Sociais; 2011-2012: IBGE - Estimativas populacionais enviadas para o TCU, estratificadas por idade e sexo pelo MS/SGEP/Datasus; 2020-2021: NOAL, in: GZH, 2021.

Com o advento da abertura comercial brasileira<sup>90</sup> nos anos finais da década de 1980, novos cenários econômicos viriam a se configurar no Brasil, impactando os negócios vitivinícolas na RMSG. Muitas cooperativas de produtores de vinhos foram obrigadas ser dissolvidas, o que levou muitos cooperativados a estruturar empresas próprias e voltar a se dedicar às pequenas empresas familiares, reiniciando as antigas produções individuais (VALDUGA, 2011a, p. 166). A partir dessa mudança de paradigma, observou-se um paulatino aumento de vinícolas voltadas à

---

outorga legislativa. § 2º As referidas obras, independentemente do ano de construção, inventariadas ou tombadas, só poderão ser demolidas, mediante parecer do COMPAHC e outorga legislativa. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-caxias-do-sul-rs>. Acesso em: 22 nov. 2022.

<sup>89</sup> A Lei nº 7.495, de 19 de outubro de 2012, dispõe sobre esse assunto em seu Art.5º - Todos os prédios, públicos e/ou particulares, monumentos, obras, praças e cemitérios com mais de 50 (cinquenta) anos não poderão ser demolidos sem parecer do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPAHC), sob pena das sanções previstas nesta Lei. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/upload/files/LeiOrdináriaN7495.pdf>. Acesso em: 22. nov. 2022.

<sup>90</sup> Segundo o economista e professor José Ricardo Libardoni dos Santos, “a abertura da economia brasileira ao exterior, implementada no início dos anos 90, foi marcada pela unilateralidade e por reduções drásticas e repentinas nas alíquotas de importação de um grande número de mercadorias. Esse tipo de postura desembocou em um incremento significativo nas importações de produtos vitivinícolas, o que significou a diminuição da produção doméstica de uvas, da área vitícola plantada e do volume comercializado de vinhos e derivados” (DOS SANTOS, 2022, s. p.).

qualificação do produto, com investimentos em novas técnicas de vinificação e no cultivo de novas e variadas cepas, fator que acabou contribuindo nos anos seguintes à consolidação do turismo de experiência, voltado ao vinho.



**Imagem 35** – Panorama aéreo da área central de Caxias do Sul evidenciando a intensa verticalização na cidade nos últimos anos. Muitos exemplares das primeiras construções do final do século XIX e início do século XX foram demolidos, principalmente nos bairros mais centrais. Porém muitos destes mantem-se ainda preservados no tecido urbano, desempenhando as mesmas ou novas funções, em um processo contínuo de renovação urbana.

**Fonte:** FRANTZ, 2014, p. 24.



**Imagem 36** – Panorama da área central da cidade de Bento Gonçalves. Assim como Caxias do Sul, também em Bento Gonçalves tem sido verificada uma intensa verticalização nos últimos anos, devido, em grande parte, ao crescimento populacional.

**Fonte:** GMQN, 2018.

Através da Lei Municipal nº 1.805, promulgada pelo município de Bento Gonçalves em 17 de agosto de 1990, foi criado o seu 8º Distrito em zona rural, assim denominado de Vale dos Vinhedos, uma extensa área de aproximadamente quarenta e oito quilômetros quadrados e que foi ampliada anos mais tarde para oitenta e um quilômetros quadrados, ao incorporar áreas pertencentes aos municípios de Monte Belo do Sul e Garibaldi, quando na região foi instituído a Indicação Geográfica Vale dos Vinhedos (IGVV), a primeira a ser reconhecida no país em se tratando da produção vitivinícola. O Vale dos Vinhedos possui, portanto, duas designações distintas, uma como território político e outra como Indicação Geográfica (IG)<sup>91</sup>, com a utilização da mesma denominação (PIANA GIORDANI,

<sup>91</sup> Segundo informações constantes no site institucional do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação, valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de recursos naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (know-how ou savoir-faire). O marco legal das Indicações Geográficas no Brasil é a Lei da

2013, p. 145). Mais recentemente, no ano de 2012, foi também concedido ao Vale dos Vinhedos, a Denominação de Origem (DO), que trouxe consigo a necessidade de assegurar ainda mais a proteção ao lugar, de forma sustentável, porém controlada.

Com a transferência de muitas empresas vitivinícolas, que se localizavam nas áreas próximas aos núcleos urbanos (e que não foram dissolvidas pela crise verificada no setor) para a área rural, e da criação de muitas novas empresas que, a partir de pequenas propriedades familiares rurais, foram crescendo e se diferenciando em termos de qualidade e produção, o Vale do Vinhedos, um espaço essencialmente rural, passa a crescer e se modificar, incorporando também pequenas indústrias relacionadas ao processo produtivo do vinho e novos serviços associados a esse, como o hoteleiro e o gastronômico, entre outros. Neste sentido, o turismólogo Vander Valduga destaca, como característica merecedora de investigação, o fato de que a maior parte desses investimentos tenham sido feitos, a partir do final dos anos de 1990, por filhos de empresários, da terceira e quarta geração de famílias imigrantes e de outros ramos industriais (VALDUGA, 2011a, p. 166). Talvez algumas respostas possíveis a este questionamento possam advir da percepção e aposta, dessa geração de descendentes, em negócios que pudessem ser alavancados pelas oportunidades que a abertura de mercado, o aumento do consumo no país e a maior facilidade em comercializar produtos em larga escala, através dos novos meios de comunicação e transporte que estavam se estabelecendo, poderiam oferecer aos seus negócios. Mas também do entendimento de quão importante são os esforços pela manutenção de uma cultura e de uma identidade em tempos de globalização, onde as alteridades acabam por

---

Propriedade Industrial nº 9.279 do ano de 1996, que regula os direitos e obrigações sobre propriedade industrial e intelectual no Brasil. Atualmente, sua regulamentação segue a Portaria INPI/PR nº 04/2022, que estabelece as condições para o registro das IGs. O Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) é a instituição que concede o registro legal de IG no país. Conforme essa lei, em especial os artigos 176 a 178, a Indicação Geográfica se constitui sob duas formas: a Indicação de Procedência e a Denominação de Origem. A Indicação de Procedência (IP) é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Já a Denominação de Origem (DO) é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos. **Fonte:** MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?** Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 27 nov. 2022.



ser valorizadas. De qualquer forma, e muito provavelmente, o processo de revalorização das raízes culturais e da história das origens comuns, promoveu um impulso no sentido de reforçar o sentimento de pertencimento àquela comunidade, àquele lugar, àquele território, cuja construção se deu baseada no trabalho, na família e na devoção católica. Elementos que sempre contribuíram para a consolidação de uma identidade. Para àquela geração, que fez parte da quarta coletividade apontada por Colognese (COLOGNESE, 2011), e certamente também para as próximas que vieram e virão, os estímulos de resgate da italianidade, promovidos pela geração anterior, surtiram efeitos positivos.

Nesse interim, no ano de 1995, foi fundada a Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos (APROVALE)<sup>92</sup> para “promover o desenvolvimento sustentável do Vale dos Vinhedos através do enoturismo, da integração entre os associados e a comunidade, e para fomentar a busca contínua pela excelência em produtos e serviços” (APROVALE, 2022). Foram determinantes as ações desta associação em conjunto com técnicos da UCS, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), da Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para que o Vale dos Vinhedos obtivesse a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (IPVV), reconhecida no ano de 2002 e a Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos (DOVV). A implementação do turismo, além de ser impulsionada por esta associação, obteve apoio do poder público que foi responsável por melhorias na infraestrutura do Vale do Vinhedos, como a pavimentação de rodovias, a melhoria nas telecomunicações, a implementação de linhas de saneamento e a conservação de bens considerados patrimônio histórico-cultural. Também as vinícolas, através dessa associação, investiram em mecanismos para melhorar a qualidade de sua produção e ampliar as suas estruturas visando o incremento do enoturismo (PIANA GIORDANI, 2013, p. 147). Desta forma, mediante uma prática bastante observável nas relações políticas praticadas naquela região, as esferas

---

<sup>92</sup> Segundo informações constantes no site institucional, fazem parte da APROVALE atualmente 87 associados, sendo 29 vinícolas, 12 estabelecimentos de hospedagem, 19 restaurantes, 3 estabelecimentos artesanais, 8 agroindústrias, 2 agências de turismo receptivo e 14 outros estabelecimentos entre lojas, museus, etc. e mais 2 parceiros vinculados à associação (APROVALE, 2022).

privada e pública se uniram em prol do crescimento e organização das atividades daquele território.

A grande valorização das terras do Vale dos Vinhedos, a partir da certificação de IPVV, gerou um estímulo à manutenção do patrimônio das famílias que ali tinham suas propriedades e à continuidade de seus negócios (TONIETTO, in: SEBRAE, 2006, p. 166). Por outro lado, a especulação imobiliária tem crescido ao redor da área, pressionando os setores de planejamento para a construção de condomínios fechados e ampliação de fábricas e demais serviços alheios à produção vitivinícola. Conforme a arquiteta e urbanista Marilei Elisabete Piana Giordani (PIANA GIORDANI, 2013), esta é uma preocupação importante a ser enfrentada naquela região, visto que a valorização do território em consequência do grande sucesso da produção e desenvolvimento de uma matriz econômica voltada para a viticultura, fez surgir naquela região uma paisagem singular, cheia de simbolismo e de valores culturais. Este cenário agora encontra-se ameaçado pelo crescente avanço da urbanização, colocando em risco anos de história. Segundo Piana Giordani,

(...) ao mesmo tempo em que o território é certificado, o último reconhecimento sinaliza a necessidade de manutenção de seu Patrimônio Cultural, que é ampliada, devido à aprovação do Projeto de Lei nº 44/2012, pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul em 29 de junho de 2012, no qual o Vale dos Vinhedos é declarado Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul. Sendo assim o território passa a ter maior compromisso em manter e preservar seu legado cultural e histórico (PIANA GIORDANI, 2013, p. 22).

Em seu estudo, a autora sugere algumas medidas para que se torne possível reverter esse processo, como leis que possam incluir mecanismos claros de preservação no Plano Diretor do Município e um sistema de educação patrimonial que demonstre aos cidadãos a importância dessa proteção para reavivar os laços de pertencimento com sua cultura e identidade, um problema que também tem preocupado outras municipalidades da região, como Garibaldi, que possui em sua área rural, uma paisagem cultural que se mantém ainda muito preservada (Fávero, 2006, p. 130). Piana Giordani (PIANA GIORDANI, 2013, p. 206-207) sinaliza ainda com ações a favor do controle e organização do turismo como forma de contribuir

com os produtores locais, proteger e restaurar o patrimônio local e ações governamentais alinhadas com a busca de soluções adequadas para contornar os problemas relacionados com a especulação imobiliária em defesa da preservação da paisagem cultural que ali se apresenta. O Vale do Vinhedos passou a ser o principal destino enoturístico do Brasil, desde o ano de 2007, quando recebeu 140.000 turistas, tendo incrementado este número no ano de 2019, um ano antes da pandemia do Coronavírus, em quase 445.000 visitantes, segundo dados disponibilizados pela APROVALE. Sem dúvida o turismo no Vale dos Vinhedos, assim como em toda a RMSG, também é beneficiado pela proximidade com a capital do Estado, Porto Alegre, grande centro polarizador, e outros municípios limítrofes que possuem um apelo turístico já consolidado, conforme observa Valduga:

(...) pode-se inferir que ocorre uma interação nuclear do Vale dos Vinhedos, como destino turístico, com os demais destinos e atrativos dos entornos: Gramado, Canela, Nova Petrópolis e outros municípios da Serra gaúcha. Ocorre uma troca e uma dinamização dos fluxos turísticos entre o Vale e esses municípios, o que se converte em uma rede de relacionamentos, de comunicação, de trocas econômicas e de impactos ambientais e socioculturais (VALDUGA, 2011b, p. 133).

Desta forma, e mantendo a vocação verificada a partir dos anos de 1940, conforme já exposto, a RMSG vem se consolidando como um importante destino turístico não só em âmbito regional ou estadual, mas também nacional, tendo implementado, ao longo de todos esses anos, muitas outras atrações que vem sendo acrescentadas às já existentes e exploradas como estratégia de crescimento e dinamização da economia local.

Um dos grandes projetos, pioneiros nessa área, focado no crescimento econômico através do incremento do turismo, mas também orientado para a preservação do patrimônio cultural da região, foi o “Projeto Cultural Caminhos de Pedra”<sup>93</sup>. Ambientado no Distrito de São Pedro, interior do município de Bento

---

<sup>93</sup> Conforme Michelin, o Projeto Cultural Caminhos de Pedra foi inicialmente desenvolvido por intenção do empresário do ramo hoteleiro Tarcísio Michelin, que ofereceu o financiamento privado ao projeto, contando com a assessoria técnica do arquiteto Julio Posenato para o desenvolvimento turístico do roteiro. A primeira casa a receber um grupo de visitantes foi a Cantina Strapazzon, de propriedade da família de mesmo nome, através da operadora de turismo CVC, com turistas provenientes de São Paulo. O roteiro passou a ter enorme sucesso e em função disso, em 10 de julho de 1997, com a assessoria do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE),

Gonçalves, passou a funcionar experimentalmente no mês de maio de 1992, com a abertura da Cantina da família Strapazon (Imagem 37), e hoje conta com mais de 29 estabelecimentos conveniados (Imagem 38), recebendo mais de 100.000 visitantes anualmente (CP, 2022). Idealizado por um empresário do ramo hoteleiro da cidade em conjunto com um grupo de técnicos e profissionais, o projeto teve embasamento técnico em um levantamento do acervo patrimonial da área rural do município realizado no final da década de 1980. Nesta ocasião, foi verificada a existência de muitas construções, a maioria delas executadas em pedra, exemplares originais dos primeiros tempos da imigração italiana, dispostos ao longo das Linhas Palmeiro e Pedro Salgado, no referido distrito. A grande maioria das residências continuavam de posse dos familiares dos primeiros moradores que mantinham ainda os costumes, as práticas e as atividades tradicionais da cultura da imigração. Um dos motivos pelos quais essa localidade se manteve preservada, praticamente inalterada com o passar do tempo, deveu-se a fatores locacionais e econômicos. Conforme informa a turismóloga Rita Lourdes Michelin, “com a construção da rodovia RS 453, na década de 1970, ligando os municípios de Bento Gonçalves, Farroupilha e Caxias do Sul, o fluxo que antes passava pela Estrada Júlio de Castilhos foi desviado (MICHELIN, 2008, p.44). Para os moradores este foi um duro golpe nas suas economias, pois o movimento de viajantes, as trocas comerciais e atividades que dependiam deste fluxo, diminuíram drasticamente. Assim, a região manteve-se, à exemplo de outras localidades como Antônio Prado e Santa Tereza, com as suas construções e sua paisagem preservadas.

O projeto procurou estabelecer a preservação das edificações históricas com o objetivo de reconstruir a herança cultural da imigração italiana na região,

---

foi fundada a Associação Caminhos de Pedra (ACP), visando auxiliar na reconstrução do patrimônio cultural da localidade, tanto nas questões relacionadas à materialidade como também à imaterialidade, ou seja, as tradições, a língua *Talian*, as práticas e os costumes, valorizando a identidade e a cultura da imigração. No ano de 1998, o projeto passou a contar com a Lei de Incentivo à Cultura do Estado do Rio Grande do Sul (Lei 10.846 de 19 de agosto de 1996), através de aprovação pelo Conselho de Cultura, passando a captar recursos de empresas locais (MICHELIN, 2008, p. 44-45). Declarado Patrimônio Histórico do Rio Grande do Sul, através da Lei Estadual 13.177/09, considera-se como área de abrangência dos Caminhos de Pedra as Linhas Palmeiro e Pedro Salgado, localizadas nos municípios de Bento Gonçalves e Farroupilha, até o limite do município de Caxias do Sul, passando por Caravaggio. Atualmente a ACP conta com cerca de 70 associados e o projeto, considerado pioneiro no Brasil em termos de turismo rural e cultural, está recebendo uma visitação média anual de 100.000 turistas. O roteiro está em expansão e congrega no momento 29 estabelecimentos com as mais diversas atividades, oferecendo ao visitante desde produtos coloniais, artesanato, comidas típicas, hospedagem e atividades culturais. **Fonte:** CP, 2022. Disponível em: <https://www.caminhosdepetra.org.br/>. Acesso em 20 nov. 2022.

transformando-as em destino turístico para que, desta forma, a atividade contribuísse financeiramente para a conservação do patrimônio material e, conseqüentemente, para a valorização do patrimônio imaterial que, em conjunto, contribuem para o fortalecimento da identidade local.



**Imagem 37** – A Cantina Strapazzon, encontra-se estabelecida em uma edificação que remonta ao ano de 1880. Esta foi a primeira propriedade indicada pelo Projeto Cultural Caminhos de Pedra para receber visitantes.

Foto: Acervo do site Caminhos de Pedra.

**Fonte:** CP – Caminhos de Pedra. **Site institucional.** Bento Gonçalves: CP, 2022. Disponível em: <https://www.caminhosdepedra.org.br/>.



**Imagem 38** – A Trattoria Casa Ângelo, ocupa uma construção do ano de 1889.

Foto: Acervo do site Caminhos de Pedra.

**Fonte:** CP – Caminhos de Pedra. **Site institucional.** Bento Gonçalves: CP, 2022. Disponível em: <https://www.caminhosdepedra.org.br/>.

Uma outra importante atração da região, que também se valeu do patrimônio cultural local é o “Passeio Turístico da Maria Fumaça”<sup>94</sup>, baseado em uma atividade estabelecida na região desde o ano de 1978. A atividade passou a ser administrada pela empresa Giordani Turismo, com sede na cidade de Bento Gonçalves, a partir do ano de 1992, aproveitando a malha ferroviária que fora inaugurada no início do século XX na região, e que se encontrava desativada comercialmente há alguns anos. O passeio percorre 23 quilômetros, passando por cidades como Carlos

<sup>94</sup> A viagem inaugural do Passeio Turístico da Maria Fumaça ocorreu em 05 de junho de 1993. O percurso que se inicia em Bento Gonçalves, passando pelas cidades de Garibaldi e Carlos Barbosa, seu ponto final, dura em média 90 minutos. Ao longo do trajeto os passageiros são recepcionados por grupos culturais típicos italianos com vestimentas e instrumentos característicos da cultura da região e convidados a cantar e participar das apresentações. Além disso, durante o passeio, ocorre a degustação de vinhos, espumantes e sucos de uva produzidos na região. Segundo Fávero, este empreendimento constituiu-se em um importante incentivador do desenvolvimento turístico de toda a região, principalmente da cidade de Garibaldi (FÁVERO, 2006, p. 94).

Barbosa, Garibaldi e Bento Gonçalves, promovendo a tradição cultural e mantendo vivo na memória uma parte importante da história do crescimento econômico da região, representado pela chegada do trem, no início do século XX, que conectou ainda mais às cidades da região, além de manter preservadas as edificações históricas das antigas estações de passageiros (Imagens 39 e 40).



**Imagem 39** – A Maria Fumaça estacionada na Estação da cidade de Garibaldi. Foto: Acervo do site Gramado Sua Viagem.

**Fonte:** GSV – Gramado sua viagem. **Site institucional.** Gramado: GSV, 2022. Disponível em: <https://www.gramadosuaviagem.com.br>



**Imagem 40** – A bela composição de vagões que compõem a Maria Fumaça circulando pela paisagem rural do interior dos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Carlos Barbosa. Foto: Acervo do site Gramado Sua Viagem.

**Fonte:** GSV – Gramado sua viagem. **Site institucional.** Gramado: GSV, 2022. Disponível em: <https://www.gramadosuaviagem.com.br>

Importante salientar aqui que o município de Bento Gonçalves vem se destacando como um dos principais polos turísticos da região e também de todo o Estado do Rio Grande do Sul, tendo movimentado mais de R\$ 1,3 bilhões de reais entre as empresas de turismo vinculadas ao Alvará Turístico e cadastradas no Empreendedor Virtual, segundo dados divulgados em maio de 2022 pela Secretaria de Turismo daquela cidade e compilados pelo Censo Turístico realizado no ano de 2021.

A cidade de Garibaldi, assim como a sua vizinha Bento Gonçalves, também vêm se destacando com relação ao turismo, tendo lançado nos últimos anos diversos programas e roteiros, baseados em suas características culturais e econômicas, e no enaltecimento da paisagem e do patrimônio histórico local. O município recebe um número expressivo de turistas e conta com sete rotas que oferecem atrativos culturais, gastronômicos, rurais, religiosos, de compras e ligados

ao mundo do vinho. Dentre estes roteiros encontram-se a “Rota dos Espumantes”<sup>95</sup>, que buscou vincular a vocação de seu do *terroir*<sup>96</sup> e das suas vinícolas para a produção de espumantes com a visitação das caves e das propriedades espalhadas pela cidade, promovendo a integração entre o visitante, as técnicas de elaboração da bebida e as instalações de produção, a rota “Estrada do Sabor”<sup>97</sup>, ambos lançados no ano de 2001 e a rota “Via Orgânica”<sup>98</sup>, lançada mais recentemente, no

---

<sup>95</sup> Segundo Fávero, a “Rota dos Espumantes” foi lançada oficialmente no mês de abril de 2001 por intermédio de propostas conjuntas entre o SEBRAE e a ATUASERRA. Participaram do grupo de discussões, formatação e implementação as vinícolas Allied Domecq, Chandon do Brasil, Cooperativa Vinícola Garibaldi, Courmayer, Georges Aubert, Peterlongo e Rossoni. O roteiro consiste no recebimento dos visitantes pelas vinícolas para o conhecimento da história da produção do espumante no Brasil, de suas técnicas de elaboração, da visitação dos espaços de produção e, por fim, a degustação dos produtos. Atualmente as empresas participantes formaram uma associação com o intuito de qualificar ainda mais as visitas, definir ações e apoiar novos projetos vinculados (FÁVERO, 2006, p. 101). Atualmente novas empresas passaram a integrar o grupo original, como a Adega Chesini, Casa Cercato, Casa Pedrucci, Cave Darci Locatelli, Domno Importadora, Indústria Vinícola São Luiz, Milantino Vinhos e Espumantes, Tenuta Foppa & Ambrosi, Vaccaro Vinhos e Espumantes, Vinhos Don Laurindo, Vinícola Agostini, Vinícola Battistello, Vinícola Carlesso e Vitivinícola Santa Bárbara. **Fonte:** TG, 2022. Disponível em: <https://turismo.garibaldi.rs.gov.br/rotas-atrativos/rota-dos-espumantes>. Acesso em: 29 nov. 2022.

<sup>96</sup> Segundo a *The International Organisation of Vine and Wine* (OIV), sediada na França, o termo *terroir* remete ao conceito de espaço no qual está se desenvolvendo um conhecimento coletivo das interações entre o ambiente físico e biológico e as práticas enológicas aplicadas, proporcionando características distintas aos produtos originários deste espaço. Com relação à etimologia, a palavra *terroir* originou-se de “*terr*”, radical francês também encontrado em termos como *terre* (terra/solo), *terrain* (terreno) e *terrass* (terraço). Seu conceito, de forma mais ampla, traz uma ligação entre fatores como a terra e o espaço agrônômico que engloba a produção do vinho. Falar de *terroir* é falar de um conjunto de fatores como: topografia; geologia; pedologia; drenagem; clima e microclima; castas; intervenção humana; cultura, história e tradição. Todos esses aspectos juntos, somados e engarrafados, definem o *terroir* no qual a bebida é produzida. Algo como uma espécie de DNA próprio daquele produto que o remete à preservação de uma biodiversidade sociocultural. Sendo assim, compreende-se que cada região, ou porção de terras, possui o seu próprio *terroir* (OIV, 2022).

<sup>97</sup> Conforme Fávero, a “Estrada do Sabor”, foi um projeto desenvolvido em decorrência das articulações que lançaram a Rota dos Espumantes, com a proposta de desenvolver o turismo rural no município de Garibaldi. O roteiro encontra-se baseado na participação espontânea de famílias que continuam a desenvolver em suas propriedades, como atividade principal, a agricultura e a produção agroindustrial, e que apostam no turismo como atividade alternativa para o incremento econômico através da venda de seus produtos aos visitantes. Cada uma das propriedades escolhidas, situam-se em localidades diversas, possuindo características diferenciadas entre si, no que tange à localização, estrutura, usos e costumes familiares. Um dos objetivos do projeto foi o de buscar a valorização das histórias familiares, dos modos de vida, das receitas, das práticas, dos meios e das ferramentas utilizados para compor as atividades cotidianas (FÁVERO, 2006, p. 107). Atualmente as famílias que integram esse projeto são: Família Jorge Mariani, Família Odete Bettú Lazzari, Família Olir Brugalli, Família Vaccaro e Família Vilmar Bettú. **Fonte:** TG, 2022. Disponível em: <https://turismo.garibaldi.rs.gov.br/rotas-atrativos/estrada-do-sabor>. Acesso em: 29 nov. 2022.

<sup>98</sup> Conforme Tonini e Dolci, a rota “Via Orgânica” foi lançada em outubro de 2016, com base em uma iniciativa mais ampla de valorização da gastronomia e dos produtos agroecológicos locais, liderada pela Secretaria Municipal de Turismo do município em parceria com o SEBRAE. A ideia da rota surgiu junto ao estabelecimento do Convívio Primeira Colônia da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, como parte do movimento *Slow Food* na região em 2014, liderado à época pela então Secretária de Turismo de Garibaldi. No *Slow Food*, “convívio” é o termo utilizado para designar os grupos locais

ano de 2016. A rota “Estrada do Sabor” (Imagem 41) oferece ao visitante o contato com a natureza das áreas rurais do município através de um roteiro que contempla a visitação de propriedades familiares onde são praticadas as tarefas diárias da agricultura, vitivinicultura e culinária, tradicionais representantes do patrimônio cultural da imigração italiana na região.

A rota “Via Orgânica” (Imagem 42) se propõe a resgatar a produção agrícola local baseada na cultura de produtos orgânicos, ou seja, sem a adição de agrotóxicos, da mesma forma como era feita à época dos primeiros imigrantes italianos em suas colônias. A intenção da criação desta rota insere-se em um movimento de abrangência global, o *Slow Food*<sup>99</sup>, que surgiu na Itália, no ano de 1986, como decorrência de um manifesto em oposição à produção de alimentos processados. A visitação ocorre em empresas e propriedades familiares que praticam a cultura da produção orgânica e biodinâmica, que vem ganhando destaque na região.

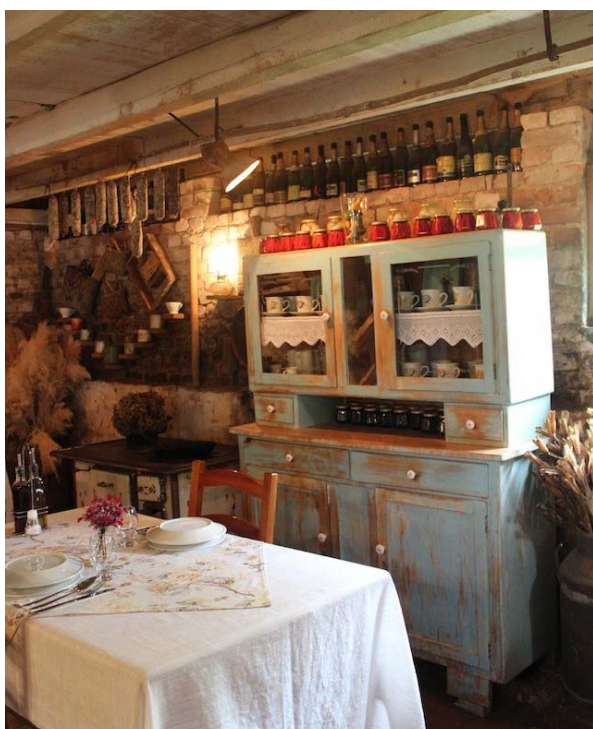
Garibaldi possui um importante patrimônio edificado ao longo dos anos, que se encontra pontuado em diversos setores do núcleo urbano e também, como se pode verificar através dos exemplos das rotas turísticas citados anteriormente, em diferentes locais da área rural do município. No ano de 1987, em conjunto com a equipe técnica da FNPM, órgão extinto e hoje integrado ao IPHAN, a equipe técnica do SPHAN, hoje IPHAN, e de técnicos do Acervo Histórico-Cultural do Município de Garibaldi, foi realizado o Inventário do Acervo Arquitetônico da Cidade de Garibaldi. A intenção era a de preservar as construções inventariadas e balizar, a partir de seus entornos, as intervenções futuras.

---

adeptos ao movimento, que articulam relações com produtores rurais, organizam degustações, palestras e outras ações para incentivar o consumo e proteção dos alimentos tradicionais (TONINI; DOLCI, 2020, p. 544). Atualmente integram essa rota a Cooperativa Vinícola Garibaldi, a Família Boroto, a Orgânicos Mariani, a Organovita, o Sabor Ecológico, o Sítio do Celo e o Valle Rústico  
**Fonte:** TG, 2022. Disponível em: <https://turismo.garibaldi.rs.gov.br/rotas-atrativos/via-organica>. Acesso em: 29 nov. 2022.

<sup>99</sup> Para maiores informações sobre o movimento *Slow Food*, no Brasil e no mundo, acessar a página *Movimento Slow Food* disponível na internet. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org.br/movimento/>. Acesso em: 29 nov. 2022.





**Imagem 41** – O interior do amplo espaço onde são servidas as refeições da Osteria Della Colombina, ambientado no porão da residência da família Bettú Lazzari com móveis, louças e objetos pertencentes às muitas gerações da família. A Osteria faz parte do roteiro “Estrada do Sabor” no interior do município de Garibaldi.  
**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 42** – A residência da família Jorge Mariani é uma edificação típica do período Tardio (POSENATO, 1983). Edificada sobre um porão executado em pedras graníticas de proveniência local, a parte superior da residência com mais dois pavimentos é totalmente construída em madeira. A propriedade dos Mariani integra o roteiro “Via Orgânica” no interior do município de Garibaldi.  
**Fonte:** Acervo do autor.

Esse projeto foi motivador da lei de tombamento de 48 edificações inventariadas, ocorrida no ano de 1987, mas que posteriormente foi revogada por questões políticas e econômicas (FÁVERO, 2006, p. 89). Porém, com o passar dos anos, a preocupação com a valorização e salvaguarda dessas edificações acabou por se fortalecer junto à própria comunidade e empresários, resultando no lançamento do “*Projeto Passadas – A Arquitetura do Olhar*”<sup>100</sup> no mês de novembro

<sup>100</sup> Conforme Fávero, o “Projeto Passadas – A Arquitetura do Olhar”, observa-se a valorização das edificações históricas que conformam o panorama da Rua Buarque de Macedo, em seu trecho central, pelos turistas e conseqüentemente por seus proprietários que passaram a revalorizar o bem patrimonial que tinham como herança, instituindo-o como um local de valor. Como proposta para a conformação e implementação do projeto, foram incentivados na população e nos proprietários o conhecimento de mecanismos que despertassem um estímulo à ressignificação destes prédios, transformando-os em unidades de negócios, visando sua sustentabilidade. A preservação é garantida não por uma lei arbitrária e impositiva, mas pelo entendimento de a preservação dessas construções, além do valor histórico e cultural que representam, podem também contribuir financeiramente para alicerçar os negócios nelas estabelecidos, tendo em vista que o local onde estão inseridas constitui-

do ano de 2003. Este projeto selecionou, entre as edificações inventariadas para tombamento, 35 exemplares históricos (Imagens 43 e 44) que se estendem ao longo da Rua Buarque de Macedo e ruas adjacentes, como marcas do florescimento do comércio realizado à época da colonização, por tropeiros, mascates e artesãos nesta que foi uma das principais estradas do sul do país, em um percurso pelo centro histórico da cidade que pode ser facilmente realizado a pé.



**Imagem 43** – Panorama de parte da rua Buarque de Macedo, onde se observa, em primeiro plano, o sobrado que abriga a Farmácia Providência, datado dos anos de 1900. A edificação foi mandada construir por Arduíno D'Arrigo para abrigar a instalação da farmácia e a residência de sua família. A sacada, com gradil de ferro fundido, serviu de palanque para os discursos de autoridades, destacando-se os de Borges de Medeiros e Getúlio Vargas.  
**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 44** – A Mansão Mazzini, idealizada pelo engenheiro e proprietário Agostinho Mazzini, possui traços dos movimentos barroco e neoclássico italianos. Suas fachadas apresentam profusão de elementos decorativos, incluindo o brasão da família.  
**Fonte:** Acervo do autor.

Este foi um dos motivos pelo qual o projeto recebeu a denominação “passadas”, ou seja, propiciar ao visitante o “deslocamento no tempo” através da observação destas construções, mediante este vai caminhando, seguindo o ritmo de seus passos. O segundo encontra-se relacionado à questão crucial de seu propósito: estar ancorado na história da formação e evolução urbana da cidade, ou

---

se como uma importante artéria comercial da cidade (FÁVERO, 2006, p. 104). Atualmente a rota se mantém com todas as 36 edificações originais preservadas e em ótimo estado de conservação, à exceção da Mansão Mazzini, que por motivos familiares, encontra-se fechada e necessitando de restauração. **Fonte:** TG, 2022. Disponível em: <https://turismo.garibaldi.rs.gov.br/rotas-atrativos/passadas-a-arquitetura-do-olhar>. Acesso em: 30 nov. 2022.

seja, no seu passado. Segundo as palavras de Vicente Silveira, então funcionário da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Garibaldi,

(...) Passadas, mais que uma sonoridade poética repleta de significados, é um projeto turístico que revela todo o encanto arquitetônico de uma importante via histórica do estado: a rua Buarque de Macedo, que partiu das margens do rio Caí, rumo aos últimos contrafortes inexplorados da Serra Gaúcha com levas de imigrantes que estabeleceram, em suas margens, o progresso e a cultura (SILVEIRA, apud: FÁVERO, 2006, p. 103).

A Rua Buarque de Macedo recebeu também, no ano de 2016, um projeto de revitalização urbana, que retirou o cabeamento aéreo existente e o substituiu por um subterrâneo. No lugar das antigas estruturas que sustentavam as fiações, foram instalados postes de iluminação metálicos aos moldes dos que existiam no local, no início do século XX. O trecho revitalizado tornou-se ainda mais convidativo como ponto de encontro da comunidade e de todos aqueles que visitam a cidade. Além disso serve também como “palco urbano” para as edições da festa “*Garibaldi Vintage*”, que reúne, em suas calçadas, na via e no interior de várias das edificações que a conformam, bancas de produtos locais, quiosques de restaurantes com pratos típicos da região, quiosques de vinícolas, representações de entidades, apresentações musicais, para a congregação de toda a comunidade e dos turistas que lotam a cidade para participarem do evento.

A constante modernização do “território da imigração italiana na serra gaúcha”, a qual impulsiona igualmente o crescimento do turismo e de tantas outras atividades culturais, comerciais e industriais, produz transformações, gerando novos usos e formas do espaço, reivindicando a necessidade de edificações maiores e mais tecnológicas, a utilização de novos e modernos materiais de construção, a necessidade de novos locais para a realização de eventos, novos museus, novos lugares de memória, novos hotéis e pousadas, restaurantes, bistrôs, e outros empreendimentos na área da cultura e do entretenimento. Todos estes elementos se mesclam às antigas e tradicionais construções de pedra ou madeira, às capelas, capitéis e igrejas, e à paisagem dos vinhedos, cortadas por estradas pavimentadas com asfalto. Em contrapartida, estas transformações, quando não bem coordenadas e direcionadas, podem contribuir negativamente com o quadro de crescimento

desordenado que vem se agravando nos últimos anos, expondo a todos, em determinados pontos do território, uma paisagem urbana de pobreza que contrasta com a pujança econômica da RMSG. São desafios que o planejamento urbano precisa enfrentar.

Porém é inegável a importância da atividade turística para a região. Ela veio contribuir de maneira significativa para a valorização, preservação e ressignificação do seu patrimônio cultural. Atualmente a RMSG engloba em seu território um importante polo industrial, com destaque para os setores metal mecânico, elétrico e moveleiro, extremamente especializado, mecanizado e atualizado em termos globais, ou seja, a qualidade de seus produtos está em consonância com o que de melhor vem sendo produzido no mundo.

Um exemplo disso é a indústria moveleira da RMSG, uma referência nacional na produção de móveis, objetos e diversos produtos e insumos para a sua confecção. Iniciada com a chegada dos primeiros imigrantes à região, hoje congrega mais de 2.400 empresas que geram aproximadamente 38.000 empregos diretos, representando, em conjunto, 14,3% do faturamento brasileiro do setor. O Estado do Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor, ficando atrás apenas do Estado de São Paulo, e um dos maiores exportadores de móveis brasileiros, enviando seus produtos para mais de 100 países<sup>101</sup>, incluindo a Itália, um dos maiores produtores mundiais. O município de Bento Gonçalves é o maior e mais importante polo regional do setor, promovendo anualmente a *Movelsul*, a maior feira de móveis da América Latina. Em função das “raízes italianas”, considerando-se que a maioria das empresas foi fundada por famílias de imigrantes italianos e de seus descendentes, e tendo presente a importância da Itália como referência de qualidade, design e inovação neste setor, não causa surpresa saber que grande parte do maquinário de ponta utilizado pelas grandes empresas da RMSG para o beneficiamento da matéria prima para a confecção de móveis e derivados tenha como proveniência aquele país. Esta relação de estreita cooperação inclui também trocas de conhecimento, tecnologia e design, o que de certa forma promove a integração e a proximidade nas

---

<sup>101</sup> **Fonte:** JS - Jornal Semanário. Setor moveleiro gaúcho estima faturamento de R\$11 bilhões em 2022. Bento Gonçalves, 14 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://jornalsemanario.com.br/setor-moveleiro-gaucha-estima-faturamento-de-r11-bilhoes-em-2022/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

relações comerciais e sociais entre estas duas culturas similares, pois a Itália é o país considerado referência do setor moveleiro mundial.

Trilhando os mesmos caminhos de sucesso e expansão, situam-se as já tradicionais indústrias do setor metal mecânico, que também nasceram do empreendedorismo dos primeiros imigrantes e de seus descendentes e encontram-se estabelecidas em praticamente toda a RMSG, com destaque ao município de Caxias do Sul, detentor do segundo maior parque fabril deste ramo em todo o país. Dentre um grande número de empresas, destaca-se a Marcopolo S.A., fundada em 1949 por Paulo Bellini e seu irmão Dirceu, descendentes de Giuseppe Maria Bellini, que, em 1895, partindo de *San Benedetto Po*, na Província di Mantova, na região da Lombardia, na Itália, imigrou com sua esposa para se estabelecerem em terras na colônia Caxias<sup>102</sup>. Essa empresa produz veículos de alta qualidade voltados às demandas de diferentes necessidades de transporte. Nos últimos anos, a empresa tornou-se líder global na indústria de fabricação de uma vasta gama de ônibus urbanos e interurbanos de longa distância, posicionando-se entre as maiores fabricantes do mundo<sup>103</sup>. Contando com fábricas próprias nos cinco continentes, seus produtos são exportados para mais de 100 destinos.

Compõem ainda a economia da RMSG, um expressivo polo agrícola, onde continua a se destacar a vitivinicultura e produção de seus derivados, um polo turístico, conforme já citado anteriormente, que atualmente encontra-se voltado com grande ênfase ao enoturismo, um polo comercial bastante diversificado, grandes cidades, pitorescas localidades e belas paisagens rurais. Todos estes elementos, aparentemente desconexos em um primeiro olhar, possuem estreitos elos de ligação, que os unem de forma basal: a identidade alicerçada na cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

---

<sup>102</sup> **Fonte:** PI - Portal Italianismo. *Site Institucional*. Bellini: família italiana desbravou o sul do Brasil e criou a Marcopolo. Caxias do Sul, 3 de outubro de 2021. Disponível em: <https://italianismo.com.br/bellini-familia-italiana-desbravou-o-sul-do-brasil-e-criou-a-marcopolo/>. Acesso em: 16 fev. 2023..

<sup>103</sup> **Fonte:** VM – Viajante Marcopolo. *Site institucional*. Com exportação recorde para Costa do Marfim, Marcopolo consolida presença em mais de 20 países na região africana. Caxias do Sul, 09 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://viajante.marcopolo.com.br/noticias/com-exportacao-recorde-para-costa-do-marfim-marcopolo-consolida-presenca-em-mais-de-20-paises-na-regiao-africana/>. Acesso em: 20 fev. 2023..

#### **CAPÍTULO 4. A LITERATURA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL: O IMAGINÁRIO DA VIDA COTIDIANA NA TRILOGIA DE POZENATO**

Este Capítulo tem como objetivo fazer a associação entre as fontes oficiais, utilizadas para a análise realizada no Capítulo anterior, e a literatura regional, no sentido de promover uma análise mais contextualizada do processo de transformação da sociedade formada pelos primeiros imigrantes italianos e seus descendentes na região objeto de estudo ao longo do tempo, sob a ótica da modernidade. Acredita-se, portanto, que a história da imigração italiana ocorrida na RMSG, bem como a busca pela origem e presença da italianidade nela presente – constantemente modificada pelo processo de crescimento regional decorrente de sua modernização - podem ser analisadas através desta conexão e do processo de interpretação que resultará desse cruzamento, da mesma forma que o fez Berman (1986) na busca por respostas aos seus questionamentos acerca da “aventura da modernidade”, por ele assim denominada, nas sociedades ocidentais.

Mediante a leitura crítica das obras escolhidas, dos ambientes espaciais e sociais - onde cada história se descortina - e da leitura da vida dos personagens, Berman procura desvelar como estes, história, protagonistas e ambientes, partilham e expressam preocupações especificamente modernas (BERMAN, 1986, p.13). Para o autor, pessoas, reais ou fictícias, livros e ambientes que expressem inquietudes relacionadas à modernidade, “são todos movidos, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança — de autotransformação e de transformação do mundo em redor — e pelo terror da desorientação e da desintegração, o terror da vida que se desfaz em pedaços. Todos conhecem a vertigem e o terror de um mundo no qual “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 13).

Procurou-se inspiração no conceito e no método adotados por Berman em sua tese e na leitura crítica das obras que compõem a trilogia de romances históricos de Pozenato para a análise aqui realizada. É muito importante ressaltar aqui que, ao contrário das obras escolhidas por Berman, a trilogia de Pozenato não se constitui em uma fonte primária. Foi escrita posteriormente aos fatos narrados e oferece ao leitor, portanto, uma representação dos acontecimentos da história através da visão literária do autor. Porém, é especialmente focada no propósito de

abordar a história da imigração de italianos na região nordeste do Rio Grande do Sul. Os três romances que a compõem são, em ordem cronológica: “*A Cocanha*”, “*O Quatrilho*” e “*A Babilônia*”.

Escrito no ano de 2000, “*A Cocanha*” conta a história da primeira geração de imigrantes que partiram da pequena localidade de *Roncà*, situada na região italiana do Vêneto, cruzando o oceano a partir do porto de Gênova em direção ao sul do Brasil. O romance “*O Quatrilho*” foi escrito no ano de 1985 e foi o primeiro da trilogia a ser escrito e lançado. Conta a história da segunda geração dos descendentes destes primeiros imigrantes, já nascida em terras brasileiras, e encontra-se ambientado em um período de conflito entre a economia familiar de subsistência e a de acumulação de capital. Por último, “*A Babilônia*”, romance escrito no ano de 2006, cuja ação se desenvolve no período denominado por Pozenato dos “nacionalismos” (POZENATO, apud: SPERB, 2017, p. 07), e conta a história da terceira geração de descendentes desses imigrantes.

Produzida e publicada de forma descontínua, a trilogia foi embasada em extensa pesquisa documental realizada pelo autor ao longo de sua carreira como professor e pesquisador do tema, bem como apoiada em relatos de experiências, que também propiciaram a criação dos personagens e o corpo da construção ficcional. Importante lembrar aqui que Pozenato integrou o grupo de professores, estudiosos e técnicos que idealizou o Projeto ECIRS, responsável pelo resgate e documentação de um grande número de elementos formadores da cultura da imigração italiana na região, conforme já comentado no Capítulo 3, e que lhe serviram de apoio histórico para a construção e elaboração dos personagens e da ambientação dos romances. A história contínua das três gerações de imigrantes e seus descendentes abrange um longo período histórico que se inicia no ano de 1883, na Itália, se estende pelos primeiros anos de ocupação das terras destinadas à colonização e o posterior crescimento desse território, que resultou na formação de grandes cidades, donas de uma economia pujante, até meados de 1942, quando o mundo se preocupava com os acontecimentos que seriam decorrentes da Segunda Guerra Mundial.

A leitura crítica das obras do autor faz supor que a modernidade, desde o início da história, é a força propulsora e o motor de seu desenrolar, que transforma a

vida dos personagens, suas crenças, seus costumes e o ambiente em que viviam, estabelecendo assim importantes mudanças sociais, culturais e econômicas. Cabe complementar aqui que estas obras retratam as histórias de vida de personagens fictícios, cidadãos comuns, trabalhadores camponeses, de hábitos simples e modos de se portar e agir sem o “filtro” do refinamento, algo que irão adquirindo aos poucos, com o passar dos anos, em decorrência das mudanças políticas, econômicas e sociais em curso naquela região, mediante a oportunidade do contato com um nível de educação mais erudito e da inserção em um convívio social mais elevado. Da mesma forma, o cenário onde são descortinadas suas ações é, no início, aquele de caracterização mais interiorana, localizado nas áreas rurais, e representativo dos primeiros núcleos habitados a partir da chegada dos primeiros imigrantes. Realidade que também com o passar dos anos vai sendo modificada, transferindo-se paulatinamente, ao longo das gerações, para ambientações urbanas com a inclusão de novos personagens e ações. Com isso, o conteúdo das narrativas vai adquirindo complexidade, ao mesmo tempo em que, também complexas vão se tornando as relações entre os protagonistas.

Não obstante ao fato do autor ser historiador, pesquisador, professor e erudito no tema da imigração italiana no Rio Grande do Sul, o que confere credibilidade à sua narrativa, seus romances apresentam ao leitor um panorama bastante fiel dos processos de ocupação e transformação daquele território ao longo de três gerações e da contextualização dos mesmos com os fatos que transcorriam paralelamente no Estado e no país, mediante um olhar focado na vida cotidiana das colônias e dos pequenos povoados para, posteriormente, transportá-lo para o contexto urbano da grande cidade, representada por Caxias do Sul, a maior e economicamente mais importante dentre as formadas na região.

Ao longo das narrativas, percebe-se a utilização de uma forma de expressão particular, típica daquele lugar, através do uso de vocábulos populares próprios que compunham a linguagem do cotidiano daqueles personagens. Por este motivo, as obras adquirem um interesse ainda maior. O uso de expressões dialetais, muito comum ainda hoje nas cidades e localidades da região, enriquecem a leitura e conferem aos romances, características peculiares que contribuem para os tornar documentos representativos de um tempo. A análise comparativa dos mesmos auxilia, de forma complementar, no entendimento do contexto histórico onde as



histórias dos protagonistas se inserem, demonstrando através das mesmas, as práticas, os costumes, os modos de agir e pensar, as interações sociais, os preconceitos. Um retrato de época, escrito sim em um outro tempo, não contemporâneo aos fatos, mas baseado em referências reais.

A relação de vinculação do indivíduo com o seu território, como se sabe e se sente, é sempre muito forte e marcante. Com o passar dos anos, em conformidade com as observações de Norberg-Schulz destacadas no Capítulo 2, a associação do lugar para com o seu “espírito” continua se fazendo presente, mantendo-se viva e renovada, mesmo que as designações atuais para exprimir tal fenômeno, ou seja, o “espírito” do lugar, não mais correspondam ao termo originalmente cunhado. O sentimento, a energia, a sensibilidade, ou qualquer outra expressão utilizada para exprimir aquilo que daquele lugar emana, está ali para ser captado. Em consonância a isso, o mesmo autor lembra ainda que, “artistas e escritores buscam inspiração no caráter local e tendem a “explicar” fenômenos da vida cotidiana e da arte por referência a paisagem e ao contexto urbano” (NORBERG-SCHULZ in NESBITT, 2006, p. 455). É possível imaginar que também Pozenato possa ter sido estimulado, com o mesmo impulso, a escrever seus romances históricos e, quiçá, da mesma forma, talvez motivado pela própria italianidade que no autor se manifesta, em decorrência de ser descendente de imigrantes italianos e possuidor de grande envolvimento pessoal e profissional com a cultura da imigração e com as questões a ela relacionadas.

Desta forma, a opção pela escolha de seus romances para esta análise ocorreu de forma bastante clara e objetiva. Como já mencionado, a trilogia que o autor se propôs a escrever é única em seu propósito. Abrange um considerável e importante período histórico onde ambas as nações, Itália e Brasil, estavam se desenvolvendo, em um cenário onde as mudanças provocadas pelo avanço da modernidade se faziam presente. Segundo as palavras do próprio autor:

(...) desde o início tive o projeto de escrever uma trilogia sobre três gerações da imigração italiana no Rio Grande do Sul (...). O principal motivo de encarar esse projeto foi o de perceber, como professor de literatura, que essa experiência humana, com suas peculiaridades, não havia sido ainda levada para a literatura brasileira (POZENATO, in: SPERB, 2017, p. 07).

O ineditismo do tema literário e a maneira quase cinematográfica com que descreve e ambienta as histórias de seus personagens, fez com que “*O Quatrilho*” se transformasse em roteiro para o longa-metragem de mesmo nome, lançado em 1995. Dirigido por Fábio Barreto, o filme obteve um grande sucesso, tendo sido escolhido para concorrer ao Oscar de melhor filme estrangeiro no ano seguinte ao seu lançamento. Sobre esta forma quase visual que caracteriza as suas obras, Pozenato, citando o escritor Machado de Assis como uma de suas importantes referências literárias, contextualiza: “*Se quero ter leitores, preciso dar a eles uma narrativa visual. Como Machado, que fazia cenas que eram um flash fotográfico*” (POZENATO, apud: SPERB, 2017, p. 06).

Para a elaboração dos romances, a pesquisa documental, realizada através da coleta de dados e informações sobre a história da imigração na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul e complementada com os diversos relatos de experiências selecionados, foram fundamentais, segundo o autor, para “lastrear o processo de construção ficcional” (POZENATO, In DAL BÓ, IOTTI, MACHADO, 1999, p. 113). Durante o período de análise da extensa documentação apurada sobre o passado da colonização italiana, Pozenato relata que começou a emergir claramente duas vertentes, tanto de informações quanto de interpretações:

(...) uma era a vertente de alguma forma pública, respaldada pela força das instituições – a família, a igreja, a escola, a imprensa, entre outras – que apontava para uma história exemplar, digna de ser lembrada e cultuada. Outra era a vertente, que me agrada chamar de clandestina – com episódios transgressores da norma aceita. Estava aí uma história não exemplar, contada em pequenos círculos, com uma ponta de constrangimento (POZENATO, in: DAL BÓ, IOTTI, MACHADO, 1999, p. 113).

Esses dois aspectos, conforme afirma o autor, foram expostos nos romances da trilogia contribuindo, ao referir-se mais especificamente ao “*O Quatrilho*”, para transformar o texto de forma que “não seria nem um relato neutro com relação às posições em conflito, nem, menos ainda, uma narrativa ufanista de exaltação de uma saga pretensamente vitoriosa. Seria (...), uma história de transgressão” (POZENATO, In DAL BÓ, IOTTI, MACHADO, 1999, p. 114). Neste sentido, a leitura e a análise dos romances se revestem de um interesse ainda maior, que instiga a

uma visão ainda mais crítica do que está sendo exposto. Apesar de serem ficcionais, muitas das histórias que contam a trajetória dos personagens, foram baseadas em acontecimentos reais, assim como também são reais e existentes as localidades onde estes têm lugar. Através de uma narrativa rica em detalhes, que discorre com uma “discreta ironia”, como o próprio autor faz questão em ressaltar, as diversas relações sociais transcorrem em ambientes onde a preocupação com o resgate histórico é evidenciada. A história dos personagens se desenvolve, ao mesmo tempo em que são observadas mudanças sociais, econômicas e até mesmo culturais, em acordo com a evolução dos seus conflitos pessoais. Por isso mesmo, os romances de Pozenato constituem-se em elementos importantes a serem considerados em uma revisão histórica referente à imigração italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul. Neste sentido, e referindo-se novamente ao “*O Quatrilho*”, como uma fonte de representação de uma sociedade em um determinado período histórico, o autor afirma:

(...) não porque ele seja um documento, mas porque dele saltam perguntas que nem sempre o historiador se propõe. Nem é outro o objetivo do ficcionista ao lidar com a práxis humana: o de questioná-la no que já está estabelecido como verdadeiro (POZENATO, in: DAL BÓ, IOTTI, MACHADO, 1999, p. 115).

Encontra-se aí uma primeira aproximação com a obra de Berman: a busca das sensibilidades ocultas nas relações sociais, os discursos por trás dos argumentos, os por quês na retaguarda das atitudes. Entende-se que o exercício proposto aqui será de fundamental importância para a compreensão de como essa sociedade se imagina e se representa em seu território, como o seu ambiente urbano se altera e como isso reflete no seu modo de ser e estar no mundo moderno. A partir disso, pretendeu-se buscar a conexão entre este imaginário coletivo, suas representações sociais e a sua identidade, no caso aqui entendida nos termos de uma italianidade, conceito que vem sendo construído ao longo de todos esses anos, apoiado na memória, no imaginário, no patrimônio cultural material e imaterial e na assimilação, por essa sociedade, de determinados símbolos e rituais de passagem como sendo seus, aos quais são atribuídos valor e significação. Se intenta que o estudo da trilogia de Pozenato seja, como em “*Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*”, instigante e questionador.

#### 4.1. Imaginário, linguagem e representação: a literatura como documento histórico

*“É na cidade que existe  
que existe a cidade que não existe”<sup>104</sup>*

A visão do literato sobre a história e os acontecimentos que dela fazem parte pode ser considerada, de certa forma, a de um “espectador privilegiado” (PESAVENTO, 1999), no sentido que é a partir dela que elabora e organiza a sua narrativa. Ela decorre não somente de uma imaginação pessoal pura e simples, sem correspondência com a realidade, mas também de uma combinação de possibilidades, que leva em consideração muitos fatores captados e selecionados por essa visão, observáveis ou inferidos nas relações que decorrem do ambiente social, ou resultantes da observação da materialidade que compõe o cenário na qual os seus personagens irão desenvolver suas histórias. Nesta “combinação de possibilidades”, entram em cena o imaginário coletivo, que abarca sentimentos e sensibilidades acerca daquela sociedade que ali vive, os relatos transmitidos oralmente pelos cidadãos que dela fazem parte, as práticas e costumes, enfim, o subjetivo e o imaterial. Também as fontes oficiais que relatam e precisam os acontecimentos históricos de um determinado local, dentro de um recorte de espaço e tempo, são fundamentais para que a narrativa possua a contextualização, necessária para amarrar a história ficcional com a oficial. Neste sentido, a leitura atenta e interpretativa da narrativa de um romance histórico pode oferecer ao pesquisador, indícios, perguntas, provocações, enfim, questionamentos que, a partir da narrativa, podem ser suscitados e que nem sempre estariam por ela propostas. Reside aí parte da riqueza que a literatura, como um todo, pode ofertar aos estudos sociais e à história.

Frederic Jameson (JAMESON, 2007) define o romance histórico como sendo aquele que articula uma contraposição entre um plano público, vinculado por acontecimentos históricos, crises e costumes, e um plano individual, manifestado na

---

<sup>104</sup> Instalação artística de Antônio Jorge Gonçalves e Nuno Artur Silva, escrita em giz sobre a alvenaria da fachada da Capela de São Martinho, localizada no Largo de São Pedro, na cidade de Óbidos, em Portugal (GONÇALVES; SILVA, 2017).

narrativa dos personagens. Essa articulação entre planos é responsável por oferecer riqueza à narrativa. Nele se encontra sempre presente um grande evento histórico que promove a mediação entre o indivíduo e o público. Segundo o autor, o romance não é apenas a representação da transição entre períodos históricos, mas também a encenação de um período revolucionário, ou melhor, “de um daqueles eventos históricos paradigmáticos, como a própria guerra, que sempre devem estar no centro de um romance histórico para que ele se qualifique como tal” (JAMESON, 2007, p.188).

Dentro de uma análise “de que é impossível reconstruir o passado na sua integridade, pois aquilo que já passou teve sua concretude num tempo que não mais se recomporá” (PESAVENTO, 1995b, p.34), muitos historiadores, assim como Pesavento, indicam que a história tem deixado de se opor, ou de não considerar, tudo aquilo que não seja do domínio da razão, como a fantasia, a subjetividade e a ficção, no sentido de também apropriar-se destes para a melhor compreensão do passado. É uma mudança que reflete, segundo a autora, a contemporaneidade dos estudos da história e também os estudos sobre o imaginário, e que remete a uma retomada epistemológica do próprio conceito da história como ciência. Admite-se, desta forma, que as fontes históricas ou registros do passado, como imagens e discursos, já chegam ao encontro do pesquisador como representação. Representação esta que se reflete em uma tradução visual ou mental de uma realidade percebida, ou melhor, como definida nas palavras de Pesavento, “é a re-representação de algo que se encontra ausente no tempo e/ou no espaço” (PESAVENTO, 1995b, p. 34).

Para os “historiadores culturais”, expressão que o historiador inglês Peter Burke (BURKE, 2008) utiliza para nomear os estudiosos que se inserem dentro da perspectiva da História Cultural, o ambiente comum a todos pode ser descrito em termos de uma preocupação com o simbólico e suas representações. A História Cultural e seus pesquisadores, desde muito tempo, conforme indica Burke, citando as palavras do escritor e linguista holandês Joan Huizinga, tem como principal objetivo “retratar padrões de cultura, (...) descrever os pensamentos e sentimentos característicos de uma época e suas expressões ou incorporações nas obras de literatura e arte” (BURKE, 2008, p. 19). O historiador, desta forma, descobriria estes

padrões culturais ao se debruçar sobre o estudo de temas, símbolos, sentimentos, formas ou regras que compõem o cotidiano sensível de uma sociedade.

Entende-se que a história é, portanto, construída através da representação que se faz da análise dos documentos, não só os oficiais, mas também os não oficiais, das memórias orais, das imagens, dos símbolos e das práticas sociais, incorporadas através da visão criteriosa, porém particular do historiador, que reescreve e reapresenta um tempo não vivido. Assim sendo, concorda-se com Pesavento quando afirma que a história e a literatura se aproximam por serem ambas representações de uma realidade recriada:

(...) a história nunca deixou de ser representação de algo que um dia foi, e o historiador contemporâneo, por sua vez, vai construir a sua representação sobre algo já representado. Em outras palavras, vai re-imaginar o imaginado. Nesta medida, tanto a história quanto a literatura se aproximam, por serem ambas modalidades de representação do real e por serem ambas ficção, no sentido da recriação do concreto vivido (PESAVENTO, 1995b, p. 35).

Importante ressaltar que a literatura não necessariamente tem o compromisso com a verdade do fato acontecido. Da mesma forma, nem toda a literatura é passível, de maneira generalizada, de ser utilizada como fonte de pesquisa e análise. Portanto, para que se possa empregá-la para este fim, é preciso, antes, se ter o cuidado de proceder a checagem de seu conteúdo com a utilização de outras fontes, principalmente, aquelas ditas oficiais. A história é também domínio do imaginário, entendido aqui como um sistema de ideias e imagens de representação coletiva que todas as sociedades ou grupos sociais criam para si. Este conjunto de elementos representacionais, criados e elaborados ao longo do tempo por uma comunidade ou grupo social, que coletivamente os identifica e a eles se vincula, é denominado de imaginário social e apresenta-se, conforme as palavras de Pesavento:

(...) não como o contraponto do real (o não-real imaginado), mas como um outro lado do real, que nele se apóia, mas que comporta as dimensões do sonho, da utopia, do inconsciente coletivo e também da ilusão do espírito, das intenções deliberadas, das seduções ideológicas (PESAVENTO, 1995b, p. 36).

Portanto, para se assimilar a história de uma comunidade ou grupo social é preciso, necessariamente, levar em consideração que este entendimento também perpassa por uma análise sob a ótica do imaginário social, de onde decorre o conjunto de representações que a conforma e a identifica. Ele também está estreitamente relacionado com a construção dos espaços urbanos. Desta forma, cada coletividade constrói e molda a sua cidade, em diferentes períodos históricos, com base nos diversos conceitos por ela estabelecidos, nos símbolos criados, nas crenças, enfim, na cultura desenvolvida ao longo do tempo. Ela traduz, de maneira concreta, as imagens e os conceitos que definem a representação da sociedade que nela habita. O imaginário social delinea e projeta a cidade ideal, mas é a concretude física deste imaginário, em tempo e espaço definidos, que transforma a cidade ideal em cidade real.

Ao longo do processo de consolidação das cidades, o imaginário continua a atuar como um referencial que se alimenta da percepção, que organiza e interpreta as impressões sensoriais de seus habitantes para lhes atribuir valor e significado, e também da formulação e produção de imagens e conceitos, em um processo contínuo em que cidade e cidadão interagem e se moldam. A cidade real pode ser considerada, portanto, como a materialização de uma condição imaginária, que se transforma e a transforma continuamente. O reconhecimento deste imaginário contribui para a legibilidade da cidade, dos processos que geraram seus signos e da sua própria alteridade ou distinção. Esta é reforçada pelos referenciais que, materializados em suas edificações, representam a concretude física do imaginário social e, portanto, constituem-se em elementos fundamentais para a compreensão de sua estrutura, ao mesmo tempo que reforçam e remetem, para as gerações futuras, esta representação.

Retomam-se aqui o conceito do código “de bom comportamento”, apresentado por Baczko (BACZKO, 1985) e descrito no Capítulo 2, que é construído através da força do imaginário social que influencia comportamentos, desperta o sentimento de pertencimento comum a um grupo ou sociedade, contribuindo para moldar a sua identidade. Sons, palavras, gestos, expressões, vestuário, enfim, todos os elementos que fazem parte deste sistema de representação social e, de forma

mais ampla, da cultura<sup>105</sup> de um grupo de indivíduos, operam, segundo Hall, como *signos* que são representações de conceitos, ideias e sentimentos que permitem aos outros “ler”, decodificar ou interpretar seus sentidos de maneira próxima ao que determinado indivíduo ou grupo realiza (HALL, 2016). Em outras palavras:

(...) a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar (SILVA, HALL, WOODWARD, 2000 p.17).

A representação social reflete os saberes produzidos socialmente e que são capazes de produzir marcas, positivas ou não, sobre um indivíduo ou grupo, afetando a forma como estes percebem a si próprios. Porém, as representações não constituem em um código escrito, visível aos olhos. Elas simplesmente existem e, mesmo invisíveis, influenciam comportamentos e maneiras de ser e estar, sem que se possa perceber sua ação. Cultura e representação estão intimamente ligadas. Por esse motivo o conceito de representação passou a ocupar um novo e importante lugar no estudo da cultura, pois conecta a ela, o sentido e a linguagem. Representação, segundo Hall, “significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (HALL, 2016, p. 31). Mas ela não é só isso, é também, de acordo com o autor,

---

<sup>105</sup> Segundo Stuart Hall, “*cultura* é um dos conceitos mais complexos das ciências humanas e sociais, e há várias maneiras de precisa-lo. Nas definições tradicionais do termo, *cultura* é vista como algo que engloba o *que de melhor foi pensado e dito* numa sociedade. É o somatório das grandes idéias, como representadas em obras clássicas da literatura, da pintura, da música e da filosofia – é a *alta cultura* de uma época. Pertencente a um mesmo quadro de referência, mas com um sentido mais moderno, é o uso do termo *cultura* para se referir às formas amplamente distribuídas de música popular, publicações, arte, design e literatura, ou atividades de lazer e entretenimento, que compõem o cotidiano da maioria das *peças comuns*. É a chamada *cultura de massa* ou *cultura popular* de uma época. Por muito tempo, o confronto entre a alta cultura e a cultura popular foi a maneira clássica de se enquadrar o debate sobre o tema – em que esses termos se viam inevitavelmente atrelados a uma poderosa carga de valor (grosso modo *alta=bom*; *popular=degradado*). Nos últimos anos, porém, em um contexto mais próximo das ciências sociais, a palavra *cultura* passou a ser utilizada para se referir a tudo o que seja característico sobre o modo de vida de um povo, de uma comunidade, de uma nação ou de um grupo social – o que veio a ser conhecido como a definição *antropológica*. Por outro lado, a palavra também passou a ser utilizada para descrever os *valores compartilhados* de um grupo ou de uma sociedade – o que de certo modo se assemelha à definição antropológica, mas com uma ênfase sociológica maior” (HALL, 2016, p.19).



(...) uma parte essencial do processo pelo qual os significados são produzidos e compartilhados entre os membros de uma cultura. Representar envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31).

A linguagem, portanto, opera como um sistema representacional, fazendo uso de signos e símbolos, sejam eles sonoros, escritos, musicais, visuais, gestuais, para significar e representar aos outros os conceitos, as ideias e os sentimentos (HALL, 2016). Nesse sentido, o estudo da linguagem - não só aquela falada, constituída pela língua comum a um determinado grupo social, mas também aquela escrita, comum ao mesmo grupo, representada pelos documentos, sejam eles oficiais ou não oficiais, e pela literatura, técnica ou ficcional - se torna um caminho pelo qual se pode trilhar na busca pela compreensão dessas representações sociais, invisíveis aos olhos, e que determinam a identidade de um indivíduo ou grupo social.

A literatura sempre foi uma importante fonte de conhecimento. Nas linhas que delineiam uma boa história encontram-se um universo em transformação, onde personagens, reais ou fictícios, nele inseridos, e suas trajetórias de vida, contribuem com suas histórias para a construção de mundos reais ou imaginados, dando forma e contexto ao que o autor desejou expressar. As obras literárias se constituem, como ferramenta de pesquisa, em relevantes fontes documentais que não devem ser desconsideradas na contextualização de um problema, ou mesmo na indicação de um caminho que auxilie na sua resolução.

Em “*O imaginário da cidade: versões literárias do urbano*”, Pesavento (PESAVENTO, 1999, p. 10) procurou, como relata no capítulo introdutório de seu livro, “trabalhar a cidade a partir de suas representações, mais especialmente as representações literárias construídas sobre a cidade” para formar uma visão da urbe e de um tempo, que não mais existe, mas que deixou marcas e rastros que podem ser reconectados, no sentido de dar “a ler” a história da cidade. Fez isso através de uma literatura de época, escrita por literatos contemporâneos ao momento em que os fatos estavam ocorrendo. Desta forma, a literatura seria pensada como forma de uma leitura específica do espaço urbano, conferindo a ele sentido e resgatando as sensibilidades aos seus ambientes, a suas ruas, praças e construções e, principalmente, aos seus personagens e às sociabilidades que nestes espaços têm lugar. Da mesma forma, a literatura extemporânea, aquela produzida em uma época

diversa da qual os fatos ocorreram, mas a ela contextualizada através da reconstrução do seu ambiente sociocultural, político e econômico, elaborada por autores comprometidos em expressar o desenrolar da história, pode proporcionar a mesma análise. A cidade expõe e retém as marcas da ação social do homem sobre o espaço, que cria e recria sua materialidade, transformando sua forma e traçado através do tempo. Sobre ela que é exercitado, segundo Pesavento,

(...) o olhar literário, que sonha e reconstrói a materialidade da pedra sob a forma de um texto. O escritor, como espectador privilegiado do social, exerce a sua sensibilidade para criar uma cidade do pensamento, traduzida em palavras e figurações mentais imagéticas do espaço urbano e de seus atores (PESAVENTO, 1999, p. 10).

E é através do olhar privilegiado do escritor, observador contemporâneo ou extemporâneo do social, que reconstrói em narrativa, complementado com as informações constantes nas fontes da história oficial, o ambiente que não mais existe, que é possível compreender como se deram, ao longo dos anos, as transformações econômicas, sociais e culturais, nos ambientes urbano e rural, de uma sociedade, especificamente neste caso, daquela formada por imigrantes italianos e seus descendentes, promovidas pelo avançar da modernidade. E é também, através da literatura deste desvelar, que se pode apreender como essa premência, que provocou as grandes mudanças da modernização, não apagou as marcas de uma cultura singular. Ao contrário, preservou-as, ao longo do seu processo, como patrimônio cultural de todos os cidadãos a elas vinculados.

#### **4.2. A travessia rumo ao desconhecido em “A Cocanha”**

“A Cocanha”, publicado em 2011, foi o terceiro romance de Pozenato a compor a trilogia que conta a história da imigração italiana na região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul. Em ordem cronológica, no entanto, o romance se insere como o primeiro entre os três. Conta, ao longo de suas 351 páginas, a história

da primeira geração de imigrantes italianos que, partindo daquele país, chegaram ao sul do Brasil para construir uma nova vida. A Itália, à época da partida dos imigrantes, de acordo com o que foi observado ao longo do Capítulo 1, encontrava-se recém unificada e enfrentava muitas dificuldades políticas e econômicas para se consolidar efetivamente como nação. O Brasil, o país da cocanha<sup>106</sup>, ao contrário, poderia representar no imaginário coletivo de alguns italianos que sofriam privações, a esperança e o desejo de se ter uma nova vida, digna e independente em uma terra de oportunidades inimagináveis e de fartura insólita.

A história desenvolvida por Pozenato em “*A Cocanha*” se inicia na distante Comune di Roncà<sup>107</sup> (Imagem 45), um dos muitos *paesi* da região do vêneto italiano, ao final de novembro de 1883, quando o período mais frio do ano se anuncia. Roncà foi a localidade escolhida pelo autor José Clemente Pozenato para ambientar, na Itália, o lugar de partida dos personagens de seu romance rumo ao Brasil. A história deste *paese* remonta ao século XIII, durante o domínio de Alberto della Scala, que pactuou com um grupo de Cimbrós, antigo povo germânico que se estabeleceu no norte da península itálica, pelo uso daquelas terras. Em troca os Cimbrós deveriam pagar, ao final de cada ano, um valor em moeda ao seu senhor e um cordeiro. Durante o período que esteve sob o domínio da República de Veneza, as diversas culturas do solo foram regulamentadas, como a da uva *durella* típica da região, muitas terras foram bonificadas e cursos de água foram canalizados possibilitando a irrigação das uvas típicas, mas também de oliveiras e culturas herbáceas como trigo, centeio, sorgo e milho. Entre os séculos XVI e XVII, as muitas pragas, descritas por Manzoni em seu famoso romance “*I Promessi Sposi*”, e a fome devastaram a população Roncadese, que acabou sendo reduzida a algumas centenas de pessoas (RONCÀ, 2019).

---

<sup>106</sup> A respeito desta expressão, *cocanha*, que se refere a um país imaginário, uma terra onde a liberdade, os prazeres e a harmonia não dão espaço ao sofrimento e ao envelhecimento, cunhada por lendas, elementos da literatura clássica e da cultura folclórica medieval que passaram a circular na França na segunda metade do século XII, ver Hilário Franco Júnior em “*Cocanha: a história de um país imaginário*”.

<sup>107</sup> No dicionário da língua italiana Zanichelli, encontra-se a seguinte definição para *comune*: 1. Divisão administrativa do território italiano que compreende um centro habitado e o território circundante. 2. Sede e escritórios da administração comunal (CATTANA; NESCI, 2010, p. 166). Uma *comune* italiana possui definições de equivalência a um município brasileiro.

Um cortejo de quase duzentos camponeses, compostos por homens, mulheres e crianças, vindos de todas as estradas da redondeza, desfilam ao som de uma banda de música a caminho da praça da igreja. “Atrás da montanha de caixas, malas e sacos, de cestas e embrulhos, estão enfileiradas as carroças que os levarão, com tudo o que têm de seu, à estação de trem de Verona” (POZENATO, 2011, p.09) e de lá ao porto de Nápoles com destino ao sul do Brasil.



**Imagem 45** – Panorama atual de Roncà, comuna italiana da região do Vêneto, localizada na província de Verona, com cerca de 3.803 habitantes. Na imagem é possível identificar, à esquerda, a Igreja de Santa Maria Annunziata e, logo em frente, o espaço irregular da praça central, onde parte da fictícia história de “*A Cocanha*” se desenvolve.

**Fonte:** RONCÀ. Itália, Regione del Veneto, Provincia di Verona, Comune di Roncà. **Site Institucional.** Roncà: MyPortal, 2019. Disponível em: <http://www.comune.ronca.vr.it/web/ronca/area-istituzionale/area-istituzionale-interna>. Acesso em: 19 fev. 2019.

Ecoando pelo pequeno *paese*, os sinos anunciavam a missa de despedida da terra natal enquanto um grande silêncio se fazia no interior do templo para escutar o sermão do sacerdote que o fez em um “tom grave, repleto de últimas recomendações, de alusões a uma despedida sem retorno, como se o padre fosse um capelão de guerra dando a benção antes de uma batalha (POZENATO, 2011, p. 10). A emoção tomava conta de todos quando ao encerrar a cerimônia, o padre benzeu e entregou aos que partiam um quadro com a efigie da Madona, com a intenção de que, simbolicamente, ela os acompanhasse na viagem e os fizesse lembrar para sempre da fé católica e romana na qual haviam sido educados (POZENATO, 2011, p.10). A religiosidade, pilar da cultura italiana é, desde o início, colocada em destaque, sendo mencionada em muitas passagens ao longo da

narrativa. A fé e a devoção católica foram, sem dúvida, fundamentais para a renovação da esperança de dias melhores e da determinação de partida rumo ao desconhecido. A religiosidade foi também um elemento fundamental para a aglutinação e organização social nas colônias italianas no sul do Brasil, como se verá mais adiante.

As últimas despedidas tiveram lugar na praça, o *lócus* privilegiado da memória comunal. Eram nestes importantes espaços, inseridos nos pequenos *paesi*, que as sociabilidades daquelas sociedades tinham lugar: neles se davam os encontros, as reuniões, as conversas, o ir e vir dos rituais religiosos. Era, portanto, nesses espaços tão simbólicos que deveriam ocorrer também as últimas saudações de adeus no momento de partida. Os motivos, para o narrador do romance eram claros: “eles vão para a América e pensam estar agora livre dos senhores e da polícia, dos contratos não cumpridos, da miséria e da fome” (POZENATO, 2011, p.11) Além-mar, um novo mundo os esperava. Um mundo de possibilidades infinitas, um mundo onde poderiam ser, eles mesmos os *signori*, donos de seus negócios e de suas próprias vidas, tornando-se libertos das “tirantias dos proprietários”. Pensamentos como esse, reforçados pela propaganda imigrantista difundida pelos países americanos, muito influenciou no desejo de partir. Conforme resumiu Roberto Nascimento, para esses camponeses, “diante da crise econômica, da pobreza familiar, e do quadro sociocultural que enfrentavam, a emigração soou como *libertação*” (NASCIMENTO, 2009, p.56).

O desejo de se libertar, de se sentir livre, de romper com as amarras que o prendem à um universo do qual não se quer mais fazer parte, faz com que - como assinala Berman ao analisar a obra “*Além do bem e do mal*” de Nietzsche (1882) - o “indivíduo ouse individualizar-se” (BERMAN, 1986, p. 21), atrevendo-se a ser ele mesmo dono de seus desejos e de seu destino, frente às possibilidades que se abrem, em um mundo moderno, cambiante e incerto, mesmo quando elas parecem restritas a poucas alternativas. Por outro lado, conforme este autor,

(...) esse ousado indivíduo precisa desesperadamente “de um conjunto de leis próprias, precisa de habilidades e astúcias, necessárias à autopreservação, à auto-imposição, à auto-afirmação, à autolibertação”. As possibilidades são ao mesmo tempo gloriosas e deploráveis. “Nossos instintos podem agora voltar atrás em todas as direções; nós próprios

somos uma espécie de caos”. O sentido que o homem moderno possui de si mesmo e da história “vem a ser na verdade um instinto apto a tudo, um gosto e uma disposição por tudo”. Muitas estradas se descortinam a partir deste ponto. Como farão homens e mulheres modernos para encontrar os recursos que permitam competir em igualdade de condições diante desse “tudo”? (BERMAN, 1986, p. 22).

A decisão de deixar a pátria mãe, que não mais os acolhia e onde não mais se identificavam, em busca de uma outra que os amparasse, soa não mais como uma mera consequência dos problemas enfrentados, mas sim como uma opção de crescimento pessoal para si próprios e para suas famílias. Nela, apesar das incertezas que pairavam sobre tamanha ousadia, teriam a oportunidade de se estabelecer e crescer. Em tempos de incertezas o “indivíduo ousa individualizar-se” (BERMAN, 1986, p. 21), ou seja, atreve-se a auto afirmar-se e a se impor, através do seu empenho e dedicação, mesmo que isso possa parecer de difícil realização. Seus “pequenos mundos” estavam para ruir, e novos, além-mar, os esperavam para serem construídos, talvez com o enfrentamento de muitas dificuldades, entretanto contando a seu favor, a vontade e a força pessoal de cada um, empenhadas nessa tarefa. Entre tantas interrogações, uma certeza: a de que a posse da terra em seus novos mundos, seria real, feita de “papel passado” e sobre ela suas vidas seriam reconstruídas ao seu modo, à sua maneira.

O pensamento moderno, que permeia o desejo do novo, das mudanças sociais e econômicas, do bem-estar, impulsiona os indivíduos em direção às novas fronteiras. Berman (BERMAN, 1986, p. 40) assim interpreta o final da tragédia de Gretchen, personagem do romance “*Fausto*” de Goethe, obra a qual considera, citando Puchkin, a “Ilíada da vida moderna”: sobre os desígnios de Gretchen, o velho mundo onde vivia, ameaçador e opressor, acaba, por fim, a desabar sobre ela. As conquistas burguesas dessa nova e emergente classe que surgia para alterar definitivamente todas as relações sociais e comerciais existentes, puseram, conforme lembra Berman (BERMAN, 1986, p.59), “um fim a todos os condicionalismos feudais, patriarcais e idílicos”. E continua a sua análise, nesse sentido, informando que

(...) a primeira parte de *Fausto* se dá num momento em que, após séculos, esses condicionalismos feudais, patriarcais e sociais estão vindo abaixo. A

esmagadora maioria das pessoas vive ainda em “pequenos mundos” como o de Gretchen, e esses mundos (...) são extremamente fortes. No entanto essas pequenas cidades celulares começam a ruir: primeiro, através do contato com explosivas figuras marginais de fora – Fausto e Mefisto, acenando com dinheiro, sexo e ideias, são os clássicos “agitadores alienígenas” tão caros à mitologia conservadora – mas, acima disso, através da implosão acionada pelo incipiente desenvolvimento interior que seus próprios filhos, como Gretchen, começam a experimentar. (...) Nos dois séculos entre o tempo de Gretchen e o nosso, centenas de “pequenos mundos” serão esvaziados, transformados em conchas vazias, e seus jovens partirão na direção de grandes cidades, fronteiras mais amplas, novas nações, em busca da liberdade de pensar, amar e crescer (BERMAN, 1986, p. 59).

Os personagens de Pozenato, deixavam a pequena Roncà em busca de liberdade e de novas fronteiras. Partiam com suas parcas economias e muitas lembranças, de Verona para Nápoles embarcados em um trem, um dos símbolos do novo mundo moderno, que cada vez mais se apresentava surpreendente e inovador, sem deixar, porém, de ser desafiador e incerto. O surgimento de novos e eficientes meios de transporte, conquistas tecnológicas de um mundo que se modernizava, possibilitavam uma ainda maior movimentação dos indivíduos sobre o globo terrestre, facilitando o seu deslocamento e também o comércio de mercadorias, em direção aos novos mercados consumidores e receptores de trabalho.

Os personagens Aurélio Gardone e sua mulher Rosa, Cósimo, Marieta e os quatro filhos pequenos do casal acomodavam-se nos bancos de madeira lotados do vagão do trem que deixava Verona para trás. Entre os poucos pertences, Aurélio levava, costurados por Rosa dentro de sua roupa para que fosse impossível perdê-los durante a viagem, os poucos trocados que conquistaram. “Era a única fortuna deles. Para isso tinham vendido a cabra, as galinhas, a corrente do arado, os utensílios de casa que não levariam com eles” (POZENATO, 2011, p. 13). O passaporte, enrolado em papel de embrulho também estava lá, bem guardado em um dos bolsos da jaqueta. Em outro, o contrato de transporte para dois passageiros, pagos com muito sofrimento, lira por lira. No mesmo bolso, a lembrança que seu pai lhe dera na despedida: uma pequena tabaqueira de rapé que “o manteria ligado a essa parte da vida que deixava para trás” (POZENATO, 2011, p. 14). Por Rosa estava tendo a coragem de ir para a América.

Queria fazer dela uma *signora*, se Deus o ajudasse, com anéis nos dedos e camisas de rendas. Todos falavam que a América era o país da cocanha. Ele não era bobo de acreditar em salame pendurado nas árvores, em pedras feitas de queijo, em fontes de vinho moscatel. Mas ao mesmo tempo teria a sua terra e toda a colheita seria dele, sem ter que dividir com o patrão. Quando fosse velho, poderia ter mais do que uma tabaqueira vazia para deixar para os filhos (POZENATO, 2011, p. 14).

Todos partiam com a esperança de dias melhores, de refazer suas vidas em um país onde seriam donos de suas próprias terras, onde não teriam que dividir tudo o que conquistavam com os senhores das terras onde trabalhavam. Se ficassem na Itália, as dificuldades poderiam aumentar. Era tudo incerto, mas o imaginário do Brasil, “país da cocanha”, despertado pelos coloridos folhetos do *La Veloce*<sup>108</sup> e outros que propagandeavam os benefícios de se fazer a vida no Brasil, e que Cósimo mostrara a Aurélio dias antes da decisão de partirem juntos para a América, permeavam o seu pensamento com a certeza de que tudo seria melhor e poderia, lá, enfim, fazer fortuna.

A viagem rumo ao Brasil continuava a partir, principalmente, do porto de Gênova, onde grandes aglomerações de imigrantes e suas famílias esperavam, por vezes, semanas e até meses, para o embarque. O governo imperial não mais arcava com as despesas de viagem, porém, muitas vezes, os contratos feitos com os imigrantes eram mal interpretados ou dúbios, o que gerava muitos equívocos que eram somente esclarecidos com a intervenção dos despachantes do escritório de imigração situado nos portos de partida. Domênico Bompiero, um outro personagem de Pozenato, acompanhava o grupo. Era, diferentemente dos camponeses, alfaiate e mestre de música. Convencido que a vida seria melhor na América, havia agenciado o grupo de imigrantes conterrâneos que agora capitaneava. Ganhara com isso um bom dinheiro, tendo recebido boas comissões, pagas a pessoas que, como

---

<sup>108</sup> O autor faz aqui o uso em seu romance da citação da companhia de transportes náuticos italiana, a *La Veloce Navigazione Italiana a Vapore*, que foi uma das muitas utilizadas para o transporte dos imigrantes entre a Itália e o Brasil no final do século XIX. Os folhetos desta companhia, assim como de muitas outras, eram comumente distribuídos aos italianos que decidissem imigrar para a América e muitos deles propagandeavam informações específicas sobre o Brasil. No romance, o folheto foi levado por Cósimo ao conhecimento de Aurélio: “em cores que pareciam uma pintura de igreja (...). Ali prometiam viagem rápida, em vapor moderno, e tratamento de primeira para os passageiros. Olhando as mulheres de ricos vestidos, os chapéus de feltro dos cavalheiros, o navio vermelho e branco, a viagem ficava parecendo uma festa de senhores. Outro folheto garantia ser o Brasil o verdadeiro país da cocanha, onde quem menos trabalha mais ganha. Terras quase de graça, para quem quisesse ser dono de terras” (POZENATO, 2011, p. 15-16).



ele, eram os responsáveis por reunir trabalhadores e convencê-los a partir com destino ao Brasil. Em função de sua profissão, Domênico possuía certo prestígio perante os senhores de Roncà e usara de sua boa influência para conseguir os documentos que facilitavam a concessão de passaportes para quem quisesse emigrar, como o atestado de miserabilidade. Era tudo um grande negócio, que se baseava na exploração de uma situação emergencial para a qual o governo também fechava os olhos. E isso era ainda mais visível no porto de Gênova:

(...) ali se havia instalado todo um comércio para raspar do bolso dos coitados as últimas moedas. Os atrasos no embarque também eram regra (...). Afinal tudo era negócio. Com a demora do embarque, muita gente se beneficiava: hospedarias, casas de pasto, vendedores, ladrões de bagagem, todos viviam de chupar sangue dos emigrantes (...). Nem o governo, nem os padres faziam nada para pôr fim à exploração, feita de modo escandaloso. Todos sabiam dela e todos calavam (POZENATO, 2011, p. 30).

Encontra-se aí, na atitude de Domênico perante seus conterrâneos, e na exploração à qual estavam sendo submetidos, o que Berman denominou de “a metamorfose dos valores”, baseado ainda na análise do “*Manifesto comunista*” de Marx: “a burguesia transmutou toda a honra e dignidade pessoais em valor de troca; e em lugar de todas as liberdades pelas quais os homens têm lutado colocou uma liberdade sem princípios – a livre troca” (BERMAN, 1986, p. 108). O poder do mercado atua intensamente na vida do homem moderno e desta forma faz com que condutas como a de Domênico - que ao exercer o poder de convencimento sobre um indivíduo passa por cima de seus valores éticos simplesmente em troca de algum dinheiro - sejam admitidas como normais e aceitáveis nesse livre mercado que se formava:

(...) as velhas formas de honra e dignidade não morrem: são, antes, incorporadas ao mercado, ganham etiquetas de preço, ganham nova vida, enfim, como mercadorias. Com isso, qualquer espécie de conduta humana se torna permissível no instante em que se mostre economicamente viável, tornando-se “valiosa”; tudo o que pagar bem terá livre curso (BERMAN, 1986, p. 108).

Domênico estava ciente de seu comportamento. Suas intenções, ao contrário de suas atitudes, eram as mesmas do grupo de imigrantes de Roncà. Partia deixando a mulher e os três filhos sem ideia de voltar. Ambicionava a liberdade, escolher um lugar para ficar sem a interferência da família. “E liberdade também, embora não confessasse, para aproveitar as coisas boas da vida. Uma vez estabelecido, mandaria as passagens para que fossem encontrá-lo” (POZENATO, 2011, p. 34).

Na organização societária daquele período, ao homem eram permitidas, e mesmo estimuladas, atitudes de comando e decisão, as mesmas que eram vetadas às mulheres. O patriarcado predominava como estrutura familiar, cabendo à figura masculina adulta manter o poder e a autoridade sobre as mulheres e crianças. Essas regras de arranjo nuclear, que caracterizavam a sociedade de então, faziam parte das lembranças da personagem Giulietta, que ainda em Gênova, antes de partir para o Brasil, rememorava sua vida pregressa. Por influência dos pais, foi obrigada a ir para o convento da cidade onde morava. Este era o destino de grande parte das mulheres que, por estímulo e influência dos pais, serviriam aos padres e seriam educadas sob o desígnio da igreja. Lembrava de escutar sua mãe dizendo o quanto estava contente por ela e por toda a família: “uma filha ir para o convento é uma sorte grande” (POZENATO, 2011, p.38). Como camponesa, “boa para os serviços mais pesados” suas tarefas eram lavar roupas, cozinhar e cuidar da horta. Às filhas de “boas famílias” era reservado o direito de cuidar das alfaias do altar, cantar o ofício e meditar no jardim (POZENATO, 2011, p. 38).

Algum tempo depois, descontente da vida que estava levando, fugira do convento e casara-se com Antônio, indo morar com a família de seu marido. Lá aprenderia que, antes mesmo de seu marido, devia obediência e favores aos homens mais velhos. Deveria servir primeiro o chefe da família, pai de Antônio, depois o tio solteiro que vivia com a família para depois servir Antônio e, finalmente, o cunhado, que ainda não era casado. Após o serviço, executado em ordem de autoridade, poderia enfim sentar-se com as outras mulheres para almoçar, mas nunca à mesa com os homens. Durante as refeições, deveria permanecer sempre atenta. “Se um deles fizesse um sinal, ou dissesse “tu mulher”, ela devia dizer “senhor” e correr de imediato para atender” (POZENATO, 2011, p. 39). De certa

forma Giulietta, ao fugir de seu destino, confirmava o que Berman assinala como sendo uma das muitas atitudes do homem moderno:

(...) ao contrário da gente comum de todas as épocas, que havia sido interminavelmente traída e explorada por sua devoção aos “superiores naturais”, os homens modernos, lavados na “água gelada do cálculo egoísta”, estão livres da deferência aos senhores que os destroem, mais animados do que entorpecidos pelo frio. Como agora eles sabem pensar por e para si mesmos, exigirão contas do que seus chefes e dirigentes fazem com eles – e fazem a eles – e estarão prontos a resistir e a se rebelar toda a vez que não estiverem recebendo nada valioso em troca (BERMAN, 1986, p. 107).

O convento havia ficado para trás, mas a submissão ao marido e à família, ainda seria uma constante em sua vida, como assim também o era para as demais mulheres italianas integradas a esta organização social. Estes costumes demorariam para se modificar, sendo mencionados constantemente ao longo da narrativa de todos os romances do autor.

O dia da partida de Gênova, enfim, chegara. Rosa e Aurélio, Giulieta e Antônio, Cósimo e Marieta com seus filhos, Bépi e Gema, Roco e Domênico, que seguiam solteiros, todos embarcavam com o pouco que tinham em busca de “fazer a América”. A viagem para o Brasil durava cerca de um mês. Viajavam na terceira classe, como a maioria dos imigrantes, divididos em compartimentos separados para homens e mulheres. Filas de beliches se espalhavam pelos espaços de teto baixo e escuro, iluminados por pequenas janelas. “Rosa lamentou não ter trazido seu colchão de penas. A cama era dura, e só tinha sobre ela um cobertor encardido de lã. Pelo menos tinha o seu travesseiro, ainda com o cheiro de casa (POZENATO, 2011, p.44). Ao longe ficava a imagem das montanhas dos Apeninos emoldurando ao fundo a colorida cidade Gênova e a Itália, que nunca mais haveriam de ver novamente. Já nos primeiros dias, o mal estrar provocado por enjoos e dor de cabeça, deixaram Rosa, assim como a maioria dos passageiros, bastante debilitados. As condições de limpeza e asseio começavam a se depauperar. Muitos autores (FRANZINA, 2006; MANFROI, 2001; VILLA, 2002; ZANINI, 2006) descreveram em suas obras, as péssimas condições em que os imigrantes viajavam: navios abarrotados de gente, acomodados em condições precárias, sujeitos à toda sorte de males e doenças. Conforme Manfroi,

(...) a travessia do oceano, realizada em condições precárias, marcou profundamente os imigrantes italianos. A falta de espaço, higiene, iluminação, a deficiência alimentar, o calor, etc., provocavam numerosas doenças que atingiam, especialmente, as crianças e pessoas de idade. A maioria dos navios não possuíam serviços médicos. Os casos de morte eram frequentes. (...). Em quase todos os navios haviam dependências para o transporte de animais e isso era uma fonte de doenças. Os emigrantes eram refratários a toda a higiene corporal e, após alguns dias de viagem, o navio tornava-se imundo, obrigando a tripulação a lavar as dependências, o que aumentava a umidade (MANFROI, 2001, p. 87).

Devido às adversidades da travessia, as mortes começavam a se suceder; idosos e crianças não resistiam às dificuldades da viagem. Os velórios ocorriam geralmente nos corredores entre os alojamentos somente até o fim da tarde, quando os corpos eram jogados ao mar. No começo da noite todos se reuniam no convés. O capitão batia continência e dois marujos tomavam pelas extremidades o corpo atado em um lençol sobre a maca, levantando-o e, com um movimento de balanço, jogavam-no ao mar por cima da amurada (POZENATO, 2011, p. 61). Não haviam padres para fazer as orações. Nenhuma cruz ou epígrafe marcaria o lugar de sepultamento. Para quem ficava, restava apenas visitar o seu ente querido em pensamento.

A chegada ao Brasil desfez o clima de pesar e a alegria voltou a ficar estampada na face de todos os viajantes: “rostos curiosos e cheios de expectativas começavam a se acumular na amurada” (POZENATO, 2011, p. 67). O personagem Domênico, sentado em um rolo de cordas, não desprendia os olhos da paisagem:

(...) nunca vira nada mais deslumbrante, nem nas altas montanhas da Marmolada. A baía da Guanabara parecia uma enorme bacia de águas calmas, contornada pelo branco do casario espalhado em meio às montanhas muito verdes. Identificou, com alegria de ver uma imagem familiar, o morro do Pão de Açúcar dos postais brasileiros. Sentia repletos de satisfação os olhos e a alma. O navio oscilava levemente, embalado pela brisa marinha, com azul por todos os lados. Se havia felicidade, era isso que estava sentindo, em cada ponto da pele (POZENATO, 2011, p. 67-68).

Ao chegar ao Rio de Janeiro, todos os emigrantes desembarcavam dos navios europeus e seguiam em embarcações de menor porte para a Ilha das Flores, onde cumpririam mais um período de quarentena. Após esse período tornariam a

embarcar em outros navios que os levariam ao sul do Brasil, destino final da viagem. Nos primeiros dias do novo ano de 1884, um navio da marinha de guerra seguiu com os imigrantes para o porto de Rio Grande, na então Província de São Pedro, onde finalmente seriam acolhidos e receberiam as instruções para a escolha de suas terras, dando início a uma nova vida. A alegria que tomava conta de todos, se “arrefeceu assim que a barcaça repleta de imigrantes e bagagens encostou no navio de guerra” (POZENATO, 2011, p. 74). A descrição feita por Pozenato desta nova etapa da viagem, através da visão do personagem Domênico, é de um período de intensa preocupação e sofrimento:

(...) quatro horas ficaram debaixo do sol escaldante, até um funcionário começar a fazer a chamada e conferir os documentos. Pela carranca e má vontade, ele via os imigrantes como estorvo, e como estorvo os tratava. (...). No convés, estavam alinhadas algumas dezenas de catres de lona, iguais aos que conhecera na caserna. Soube então que teriam de viajar ali em cima, debaixo de toldos, porque os compartimentos estavam abarrotados de material bélico. (...). Ficou claro que o navio não tinha condições de oferecer alimentação adequada. A esperança era que ela (a viagem) fosse curta, mas pela lentidão com que o navio avançava, nem isso teriam como consolo. (...). Ao longo da costa, à distância, sempre as mesmas montanhas azuladas e, sobre as cabeças, sempre o mesmo sol abrasador. (...). E então o purgatório se transformou em inferno. O tempo sofreu uma mudança brusca e começou a chover. (...). Debaixo do toldo, não havia mais um lugar seco onde se refugiar. Com as roupas molhadas, seria um milagre se ninguém adoecesse. (...). Ao anoitecer já haviam diversas crianças com tosse e febre. As mães estavam alarmadas, choravam e rezavam. Os pais enraivecidos, blasfemavam e cobravam providências. (...). Teriam ainda quatro dias até chegar ao porto de desembarque. (...). Três dias durou a chuva. Os ânimos melhoraram, mas havia algumas crianças em perigo de vida, talvez com pneumonia. (...). Um menino de sete anos (...) morreu nos braços da mãe. (...). Pedia por todos os santos do céu que o menino não fosse jogado ao mar, pelo menos essa graça ela queria. O Capitão, também comovido, concordou. No fim do dia estariam chegando no porto de Rio Grande, e a criança podia então ser enterrada no cemitério (POZENATO, 2011, p. 75).

Mais dez dias haviam se passado em condições de extrema dificuldade. “Como podiam ter feito aquilo com eles? Sem nenhum recurso a bordo, só restava ter paciência e esperar chegar com vida. Viva o Brasil!, dizia alguém de vez em quando, com raiva, é esse o país da cocanha?” (POZENATO, 2011, p.77).

Ao desembarcarem no porto de Rio Grande, os imigrantes eram levados com suas bagagens para ao edifício da Alfândega, onde, muitas vezes, permaneceriam por muito tempo, aguardando o vapor que os levariam para Porto

Alegre. “Aurélio e Rosa olharam-se desolados. Não tinha terminado ainda a viagem por água” (POZENATO, 2011, p. 77). Cansados da extenuante viagem, desamparados, mal alimentados e sem muitas informações, passariam ali, naquela cidade, sem lugar definido, mais uma noite.

E onde passariam a noite? Na casa da alfândega não cabiam todos. Os outros teriam que ficar ali mesmo no cais, deitados nas pedras do calçamento. Não havia também o que comer, ou alguém se preocupando em saber se estavam com fome. Logo se deram conta de que cada um deveria fazer pela vida, estavam abandonados (POZENATO, 2011, p. 78).

O sentimento de abandono se fez mais intensamente presente para o personagem Aurélio quando, ao amanhecer, percebeu que a caixa de rapé, única lembrança dada por seu pai na partida de Roncà havia desaparecido do bolso de sua jaqueta: “Alguém a tinha roubado? Perdera no navio? Ou caíra no mar quando despencou da escada de corda do barco? Sentiu-se infeliz. Era como se tivesse perdido um pedaço dele mesmo” (POZENATO, 2011, p. 78). A história de uma vida é construída pelos momentos vividos, pelas experiências desfrutadas, pelas lembranças que, guardadas na memória, fazem sentido e remetem à um passado que não se deseja esquecer. Essas lembranças se materializam, mais fortemente, através dos objetos que se preservam e que através de sua materialidade, remetem imediatamente ao passado. Aurélio sentiu-se triste, pois uma parte importante de sua história estava perdida. Ao mesmo tempo, como lembrara a ele sua Rosa:

(...) o importante é que tinham chegado os dois com saúde, graças a Deus. O resto deviam esquecer. O que ele queria mesmo esquecer era a longa viagem pelo mar, varrê-la da cabeça. Nunca falaria dela aos filhos, quando os tivesse. Continuou procurando a caixa de rapé nos bolsos, mas desistiu. A lembrança do pai estava perdida para sempre. (POZENATO, 2011, p. 79).

A viagem ao destino continuava agora através da Lagoa dos Patos, um imenso estuário de águas doces. Pequenos vapores, como o *Itapuan*, conduziam os imigrantes, “em péssimas condições” (MANFROI, 2001, p. 88) de acomodação e assistência, até Porto Alegre. Ao chegar à cidade, capital da província, os imigrantes eram recebidos por apenas um agente oficial de colonização, encarregado de todos

os trâmites legais como visita ao navio, desembarque dos passageiros e de suas bagagens, fiscalização da alimentação, das listas nominais que deviam ser enviadas aos diretores das colônias e ao pagamento das companhias de transporte e de alimentação, dirigir os colonos para as colônias, organizar o seu transporte, etc. (MANFROI, 2001) tarefas humanamente impossíveis de serem realizadas por uma só pessoa. Na cidade permaneciam alguns dias antes de partir, definitivamente para as colônias. Os imigrantes que se destinavam às colônias de Conde D’Eu, Dona Isabel e Alfredo Chaves, embarcavam em pequenos vapores pelo Rio Caí até a vila de São João de Montenegro. Os que teriam como destino Caxias e colônias contíguas, seguiam nas mesmas condições e pelo mesmo rio à vila de São Sebastião do Caí, viagem que durava aproximadamente 10 horas. Em ambas as vilas, as condições de hospedagem e alimentação eram extremamente deficientes (MANFROI, 2001).

A cidade de Porto Alegre, conforme expressa a visão do personagem Domênico, “não era maior que Verona e havia muitos italianos nas ruas. O barracão da Praça da Harmonia, destinado aos imigrantes, tinha uma disciplina que o fez lembrar dos tempos de caserna” (POZENATO, 2011, p. 80). No relatório do Engenheiro Manoel Maria de Carvalho, encontram-se algumas descrições que comprovam a precariedade das condições de hospedagem desses imigrantes na Capital da Província:

(...) serve de hospedaria um antigo proprio provincial, mal construído, de acanhadas proporções, sem as necessarias dependências para cozinha, depósito de bagagens e refeitório, sendo mal arejados e pequenos os dormitórios. Desde que haja mais de 100 imigrantes, faltam-lhes completamente acomodações, ficando nas ruas e praças adjacentes, espetáculo contristador e que muito nos compromete (CARVALHO, 1886, p.12).

A viagem até as colônias, a partir de Porto Alegre, enfim prosseguia, rio acima, até São Sebastião do Caí e a partir de lá, todos deveriam subir a serra por entre a mata cerrada até a localidade de Campo dos Bugres, colônia de Caxias, onde funcionava um entreposto para a distribuição dos imigrantes às suas tão esperadas terras. Era a última etapa e talvez a mais extenuante que deveriam

enfrentar, tendo em vista as precárias condições do caminho, nesta longa jornada iniciada no norte da Itália com destino ao sul do Brasil. Segundo Manfroi:

(...) essa marcha para o desconhecido, para a mata virgem, através de uma estrada que não era mais do que um corte de 5 metros de largura no meio da floresta, marcou profundamente os imigrantes. A floresta virgem, com tudo o que ela inspira de solidão e de medo, o estado impraticável da estrada, faziam desta viagem uma epopeia que os italianos não estavam preparados para enfrentar. Esta marcha de três dias e três noites, sem abrigo, sem alimentação, sob o sol e a chuva, o frio e o calor, era feita por indivíduos extenuados pela longa travessia do mar e de rios, alguns doentes, outros marcados pelos sofrimentos físicos e morais. Era praticada por velhos e crianças, por mulheres grávidas e mães com filhos no colo. Esse trajeto não era um simples caminhar pela mata, mas uma subida da temida Serra Geral, através de vales e precipícios. Em três dias de marcha passavam de 10 metros para 800 metros de altitude (MANFROI, 2001, p. 92).

Pozenato também descreve, no início da parte dois de seu romance, a chegada dos imigrantes de Roncà à encosta superior da serra e o longo trajeto de subida que os aguardava. Extenuados, em sua grande maioria, e carregados de sacos e caixotes, precisavam ainda zelar pelos idosos e crianças. Organizaram-se em grupos e iniciaram o trajeto, primeiro pela planície para, mais adiante, enfrentar a longa trilha pela mata:

(...) na frente segue o menino de pele escura, montado na égua madrinha. Atrás dele, no caminho estreito entre roças e trechos de mato, vai a fila de mulas. Levam a bagagem e, em cestos de taquara, as crianças incapazes de andar ou muito pequenas para suportar a longa caminhada. (...) Homens e mulheres vão a pé no meio dos animais, perto de seus filhos. Vão devagar, para fazer economia das forças e porquê têm os pés já inchados. Fechando o cortejo que avança em silêncio, como se cuidasse para ninguém ficar para trás, cavalga Generoso Sutil, o tropeiro. Ele usa botas até o joelho, facão na cintura e chapéu de abas largas. Está quase deitado sobre o cavalo e sabe italiano. Sabe pelo menos dizer *avànti! Coráio!* Para frente, com coragem.

Ao longo do caminho, os mistérios da nova terra, enfim, iam se revelando para seus novos ocupantes. A descrição desse episódio feita por Pozenato, e relatada ao leitor, procurou detalhar o rico ambiente natural da mata virgem, intercalado por pequenas ocupações que denotavam a fase inicial de urbanização do território:



(...) a cada palmo que sobe no céu de anil, o sol faz aumentar o suor dos corpos e a secura das bocas. Mas não falta, de trecho em trecho, um regato ou fonte de água limpa, onde matar a sede e refrescar o rosto. Há também casas, de vez em quando, com mulheres e crianças de cabelos loiros como palha de trigo olhando do pátio e das janelas. Olham e nada dizem. Talvez sintam pena. Talvez apenas curiosidade.

Na base dos contrafortes da serra, já estavam estabelecidos alguns dos imigrantes alemães que para a Província haviam migrado anos antes. A comitiva era recebida em algumas residências por famílias alemãs que lhes davam água, alguma comida e descanso. Acomodados precariamente em galpões no meio da mata, os imigrantes ficavam muitas vezes à mercê das intempéries, chuvas torrenciais e vendavais. A infraestrutura de apoio, que amenizava por algumas horas a longa caminhada, era muito precária, sendo, muitas vezes, deficitária para a acomodação de tantas pessoas. Pela manhã, os imigrantes iniciavam a subida íngreme, por meio de uma trilha que se inseria no meio de uma densa mata. Os mais fortes seguiam na frente auxiliando os que vinham atrás. Após horas de caminhada, chegavam ao local onde se encontravam os primeiros assentamentos de colonos italianos. “O lugar tem o nome de São Pedro, o que parece um bom augúrio, pois ele é o santo que abre as portas do paraíso” (POZENATO, 2001, p.92).

Mais uma vez aqui a religiosidade se faz presente. Os imigrantes, ao batizarem uma das primeiras localidades de acesso às áreas destinadas à colonização, escolheram o nome de São Pedro, talvez, como indica Pozenato, porque o santo, nas escrituras católicas, é o responsável pelo acesso ao paraíso. O imaginário se faz então presente na toponímia do lugar, no sentido que, mesmo em terra, a partir daquele ponto, se estaria acessando um local de cunho sagrado.

Para o grupo que saíra de Roncà meses atrás, restava ainda meio dia de caminhada até o Campo dos Bugres, atual cidade de Caxias do Sul. Era um trecho muito curto para quem havia enfrentado milhares de quilômetros até seu destino. “Está chegando ao fim a longa viagem ao país da cocanha” (POZENATO, 2011, p. 93) Apesar de extensas, as descrições da longa viagem dos imigrantes italianos com destino ao Brasil são muito pertinentes para o entendimento do por que muitos autores (FRANZINA, 2006; ZANINI, 2006; VILLA, 2002) a consideram uma verdadeira epopeia, um “mito de passagem” (ZANINI, 2006, p.37), que por muitos anos deverá ainda ser lembrada e recontada para as próximas gerações.

A chegada a colônia Caxias encerrava um longo período que muitos iriam querer esquecer, e reacendia a esperança de um futuro melhor. Ficariam novamente instalados em um barracão, que provisoriamente recebia os imigrantes, recuperando-se do longo trajeto, até que todos fossem designados às suas terras. Após escrever para a esposa e filhos, informando que havia, enfim, chegado à América, o personagem Domênico, descreveria a colônia, “quase uma cidade”, da seguinte maneira:

(...) são oito da noite (...) e estou no barracão dos imigrantes da Colônia Caxias. Choveu e parou de chover. Os sapos estão cantando, deve ser a estação das chuvas. Troveja forte e relampeja, como na Itália. Alguns chamam esse lugar de Sede Dante, outros de Campo, ou de Campo dos Bugres. É quase uma cidade. Há barro nas ruas e as casas são todas de madeira, por certo tirada das árvores da floresta, que são enormes. Calculo que haja duzentas casas ou mais (POZENATO, 2011, p. 94).

Nos dias que se seguiram à chegada, Aurélio, Cósimo, Bepi e Antônio realizam as suas matrículas no livro dos imigrantes, o que lhes dava o direito de possuírem um lote de terras. A longa espera fez com que Gardone tivesse a impressão “que se repetia a cena do dia de São Martinho, quando se negociavam na Itália os novos contratos com os proprietários das terras” Porém Cósimo logo o corrigiu: “É o contrário (...). Lá se fazia contrato para ser escravo. Aqui se faz contrato para ser senhor. Olha, até o sol é diferente. Lá se morria de frio, aqui de calor” (POZENATO, 2011, p. 104).

A região, coberta por uma densa mata subtropical era mesmo exuberante e certamente propiciaria condições adequadas à produção quando estivessem definitivamente estabelecidos como patrões de seus quinhões. Juntamente com um guia, foram então conhecer as opções que o governo lhes ofereceria e, embrenhando-se na floresta, após uma longa caminhada, chegaram a um lugar banhado por um pequeno córrego. Segundo a narrativa:

(...) quando chegam na margem, ficam deslumbrados. A água corre limpa sobre as pedras, fazendo curvas em meio às árvores. O guia tira do bolso o mapa feito pelo agrimensor. Lá está desenhado o arroio, ainda sem nome, e os lotes demarcados fazendo o limite com ele aos fundos.

- Eu já escolhi – diz Cósimo. – É aqui que eu vou ficar. Até morrer. (POZÉNATO, 2011, p. 111).

Como a localidade ainda não havia sido nomeada, Cósimo decide que aquele lugar se chamaria Santa Corona. O costume de batizar os locais ainda não conhecidos com nomes santos era uma prática e um costume bastante italiano, devidos à devoção à religião católica praticada por todos aqueles que de lá partiam. Também era uma forma de enaltecer os santos aos quais eram devotos e, através disso, requerer a eles que lhes dessem proteção, estabelecendo assim o “*genius loci*” daquele determinado lugar, que lhe conferiria distinção e identidade. Posteriormente à construção de suas casas, e ao estabelecimento de seus cotidianos, passariam a erguer capelas e capitéis em louvor às mesmas santidades as quais honraram e as demais que veneravam.

Os amigos imigrantes formam em Santa Corona uma espécie de comunidade, construindo suas casas próximas umas das outras, para, apesar da distância que os separavam da sede, de aproximadamente 12 quilômetros, pudessem se sentir mais seguros e também auxiliarem-se mutuamente uns aos outros. A construção de uma nova vida, em terras desconhecidas, fazia com que se sentissem, de certa forma, conforme a interpretação de Berman, como Fausto, personagem de Goethe, e seus subordinados se sentiram, ao implementarem juntamente com “o fomentador”, empreendimentos novos idealizados por Fausto, junto às comunidades de pessoas comuns que passariam, a partir daquele momento, a fazer parte de seu círculo de interesses:

(...) caminhando na terra, ao lado dos pioneiros do seu novo empreendimento, Fausto se sente mais à vontade do que já se sentira junto do povo simpático mas estreito de sua cidade natal. Estes, agora, são homens novos, tão modernos quanto o próprio Fausto. Emigrantes e refugiados de uma centena de vilarejos góticos – egressos da primeira parte do “*Fausto*” - eles aí chegaram à procura de ação, aventura, um ambiente no qual eles podem, como Fausto, sentir-se *tätig-frei*, livres para agir, livremente ativos. Eles chegaram juntos para formar um novo tipo de comunidade: uma comunidade que não se concentra na repressão da livre individualidade para manter um sistema social fechado, mas livre na ação construtiva, comunitária, para proteger as fontes coletivas que permitem a cada indivíduo ser *tätig-frei* (BERMAN, 1986, p.65).

As ações que o livre arbítrio lhes permitia, promovia a vida nova de Aurélio e Rosa, assim como a de seus conterrâneos, que se descortinava através das pequenas janelas que perfuravam as paredes de tábuas ainda verdes da casa que, enfim, era propriedade somente deles. Não importava que o piso ainda era de chão batido, que a horta ainda não estava organizada e que eram poucos seus animais, pois possuíam “um galo para cantar de manhã cedo e uma galinha para o caldo, quando nascesse a criança. (...) Estavam apenas no começo, o resto iam conseguir com o tempo” (POZENATO, 2011, p. 144-145). A convivência com a floresta ainda era um desafio, e seus mistérios se confundiam com as lendas trazidas do lugar de origem. A personagem Gioconda, amiga de Giulietta, relatou a ela uma experiência que a fez desfalecer:

- Eu estava juntando lenha no mato. De repente ouvi, assim, um vento forte. Chegava a dobrar as árvores e girava, girava em roda de mim. Comecei a ficar tonta e só pensei: *Maria Vergine*, é o *sanguanel*. Eu queria correr e as pernas não saíam do lugar. (...). Eu ví tudo rodando, depois não vi mais nada. Acho que desmaiei (POZENATO, 2011, p. 158).

O pensamento de Giulietta com relação ao relato da amiga veio de forma a esclarecer ao leitor a origem da lenda do *sanguanel*, já mencionada no Capítulo 1, ao mesmo tempo que, em sendo a personagem elaborada por Pozenato uma pessoa um pouco mais cética, em relação à maioria dos demais personagens, desacreditava nas tradicionais superstições italianas:

(...) sentiu vontade de rir, mas se conteve. O *sanguanel* não passava de lenda, um homenzinho todo vermelho, autor de muitas artes e invocado para assustar as crianças. Era engraçado pensar que ele tivesse vindo também para a América e se metido no meio da floresta. Gioconda devia estar louca. (...) sacudiu-a com força, para fazê-la cair em si. Mas (...) parecia mesmo ter visto alguma coisa estranha, algum bicho desconhecido, talvez (POZENATO, 2011, p. 157).

A mudança radical imposta aos imigrantes de Roncà por força de suas decisões e, em uma visão mais ampla, como decorrência do processo de modernização no qual estavam inseridos, possivelmente possa ter lhes provocado uma mudança de percepção e de olhar acerca das certezas imutáveis, as quais,

Berman afirma não mais existirem. De qualquer forma, a religião católica permaneceu sempre como uma certeza e também como prática constante na nova comunidade que se formava, promovendo a união entre os imigrantes e a conexão com as mais arraigadas tradições que haviam trazido de seus longínquos *paeses*.

A nova comunidade que se formara em terras brasileiras, a partir do topônimo de Santa Corona, necessitava, como era o costume (SCARPARO, 2011), de uma igreja em louvor à Santa devotada, agora que as necessidades mais básicas de sobrevivência e econômicas haviam sido sanadas. Cósimo propõe para Aurélio que a comunidade se organize para a construção de um templo: “o Miro concorda em dar um terreno, perto da bodega. Depois todos ajudam com a sua parte. Uns com a madeira, outros com o trabalho” (POZENATO, 2011, p. 260), informou. A empreitada seria, como sempre foi praticada durante grande parte da história da ocupação do solo colonial, de forma comunitária, associativa, onde cada um contribuiria com aquilo que poderia oferecer. Desta forma constituiriam juntos, e informalmente, uma Sociedade de Capela para levar adiante as tratativas. Aurélio concordou prontamente: “era sinal de que o pior tinha passado e já poderiam pensar no futuro” (POZENATO, 2011, p. 262).

A presença da Igreja naquela localidade tornar-se-ia importante também para o progresso do lugar e para a presença mais definitiva de um pároco, conforme informa o narrador onisciente do romance: “ninguém está sonhando em conseguir um padre só para eles, como tinham na Itália. Mas o certo é que depois de terem a igreja podem pensar até mesmo numa pequena vila, com escola, ferraria, quem sabe um agente postal” (POZENATO 2011, p. 261). E era desta forma que, pouco a pouco, os núcleos formados iriam sendo urbanizados, transformando-se, alguns, em vilas e, posteriormente, em cidades.

A torre sineira da pequena igreja de Santa Corona abrigava o sino ali localizado que, com o seu badalar, procurava sinalizar, e ao mesmo tempo reunir, todos os indivíduos daquela comunidade nos diversos momentos pelos quais seriam convocados a se fazer presente junto à igreja: momentos de devoção, momentos de lazer, momentos de tristeza e até mesmo momentos de preocupação.

Aurélio estava na roça quando ouviu tocar o sino e saiu na disparada para casa. Encontrou Rosa e as crianças também alarmadas. Algo muito ruim, algum desastre estava acontecendo. Um incêndio, talvez, com aquela seca de verão. O sino pedia socorro. Ele não trocou de roupa nem lavou as mãos. Do jeito que estava pegou a espingarda, podia precisar dela, e saiu na direção da igreja. Conseguiu alcançar Bépi e Antônio na estrada, também armados, e juntos, já sem fôlego, chegaram até a aglomeração (...) (POZENATO, 2011, p. 308).

O sino comandava a vida nas colônias. Era um costume que os imigrantes trouxeram de seus lugares de origem, os pequenos burgos medievais italianos, onde se fazia presente, ao centro de toda a urbe, a torre do campanário que orientava o dia a dia daquelas comunidades, conforme observado no Capítulo 1. Na falta de outros meios de comunicação, ecoar das badaladas contínuas do sino servia como uma poderosa forma de alerta. No caso desta passagem, destacada acima, Pozenato ilustra o chamado feito aos companheiros, através do sino de Santa Corona, para a discussão acerca da construção do cemitério, junto ao templo, que havia sido feita sem a autorização legal das autoridades brasileiras.

Aurélio e Rosa haviam conquistado, após decorridos sete anos da sua chegada ao Brasil, quase tudo o que sempre haviam sonhado, principalmente a posse da terra e a formação de uma família com filhos para darem continuidade a sua linhagem e aos seus ensinamentos, conforme relata o narrador, a partir dos pensamentos de Aurélio:

(...) depois de sete anos de luta, ele era quase um senhor. Tinha seu cavalo, as duas vacas, queijos e salames guardados no porão, uma pipa de vinho, essa ninhada de leitões. E tinha também dois filhos, Ângelo e Dosolina. Teria três, se no meio deles não tivesse perdido o que levava seu nome, Aurélio, o anjo que Deus levava consigo (POZENATO, 2011, p. 259).

O romance de Pozenato introduz mais alguns personagens, entre eles o padre Giobbe que chega à Santa Corona para exercer as atividades religiosas naquela comunidade, porém em caráter ainda não definitivo, pois a localidade ainda não havia se configurado em uma vila e a permanência do serviço religioso não era ainda uma possibilidade concreta. O nascimento de Pierina, filha de Bépi e Gema, e de Tereza, filha de Giulieta, que a teve fora do casamento com Antônio, e cujo segredo nunca foi revelado, completam o conjunto de personagens principais que

terão suas histórias narradas em “*O Quatrilho*” e em “*A Babilônia*”. Representam a nova geração que dará continuidade às sagas familiares dos primeiros imigrantes que chegaram à região colonial italiana no Rio Grande do Sul.

#### **4.3. Cartas na mesa e jogos estratégicos em “*O Quatrilho*”**

O Quatrilho, ou Quatrilha, é um jogo de cartas onde a estratégia, e não somente a sorte, se torna fundamental para a obtenção da vitória. Preferencialmente disputado por quatro participantes divididos em duplas, é uma disputa entre grupos, com jogadas individuais, onde se sobressaem a estratégia e a inteligência do jogador. É também caracterizado pela troca de parceiros durante a partida pois, a cada nova rodada, uma associação é formada entre os participantes que receberem cartas de mesmo naipe.

Dentre as tantas memórias e costumes trazidos na bagagem daqueles italianos que, no fim do século XIX, deixaram a sua Itália em busca de uma nova vida em terras brasileiras, o jogo de cartas, tão estratégico como a própria intenção de partir rumo ao desconhecido, popularizou-se entre os imigrantes e seus descendentes, passando a ser praticado como forma de distração e lazer, quando das reuniões entre amigos e vizinhos. Não por acaso, o jogo empresta seu nome ao romance. Antes mesmo de iniciar a leitura, já nas primeiras páginas, é apresentado ao leitor, através de citação retirada das reflexões do personagem padre Giobbe, os motivos pelos quais tal jogo de cartas é tão instigante:

(...) o Quatrilho é um jogo demoníaco. Ele faz viver a tentação da infidelidade. Em cada mão de cartas é procurado um novo parceiro. Talvez esteja nisso o seu grande fascínio. O desastre acontece quando esse fascínio passa do jogo para a vida real (POZENATO, 1993, p. 07).

“*O Quatrilho*”, o segundo romance da trilogia, é um livro que versa sobre a transgressão amorosa em numa sociedade conservadora, mas, principalmente,

como já mencionado, sobre a acumulação do capital. Ao descrever a trajetória de Ângelo Gardone, filho de Aurélio e Rosa e, portanto, representante da segunda geração, permeada pelo desejo de crescimento a partir de uma realidade que impunha a ele e a seus familiares certas regras morais, econômicas e sociais, Pozenato delinea o caminho de muitos imigrantes que passaram a trocar as atividades na terra pelo comércio. Indivíduos que se tornaram precursores da acumulação de capital nas colônias, fato que acabou por levar muitos deles a se estabelecerem definitivamente nas áreas urbanas das cidades, que começavam a crescer e se expandir.

A narrativa, assim como apresentada em *“A Cocanha”* e em *“A Babilônia”*, é realizada por intermédio de um narrador onisciente e encontra-se dividida em quatro capítulos que seguem um ordenamento cronológico. A história dos personagens vai se desenvolvendo, ao mesmo tempo em que se observam as mudanças sociais, econômicas e até mesmo culturais, em acordo com a evolução dos seus conflitos pessoais. Encontra-se aí uma primeira aproximação com a obra de Berman, também ela dividida em capítulos que abordam o tema da modernidade de maneira cronológica. A análise dos personagens e seus conflitos introduzidos ao longo da narrativa, de forma a demonstrar a evolução do “homem comum”<sup>109</sup>, que primeiramente se esconde da multidão, mas que ao longo da história se lança em direção à conquista de ser um cidadão, reconhecendo-se como tal e lutando pelos seus direitos e lugar no mundo.

Ângelo Gardone é o personagem principal, mas também Tereza, Pierina e Máximo, são igualmente protagonistas do romance. Por isso considera-se, neste estudo, a análise destes quatro personagens e suas trajetórias, na intenção de continuar a estabelecer pontos de encontro com a definição proposta por Berman do que é ser moderno.

---

<sup>109</sup> *“Notas do Subterrâneo”*, pequeno romance de Dostoiévsky lançado em 1864, tem como personagem principal um homem que jamais revela seu nome e é, portanto, denominado ao longo da história de Homem do Subterrâneo. Esse personagem serve de paradigma para a definição do “homem comum” que Berman identifica na literatura do final do século XIX, em São Petersburgo, Rússia. Conforme o autor, o “homem comum” de Petersburgo é sempre uma vítima. No decorrer do século XIX, porém, ele se torna uma vítima cada vez mais audaciosa, ativa e intransigente que quando cai, como é preciso, vai ao chão lutando por seus direitos (BERMAN, 1986, p. 257).



A história de “*O Quatrilho*” se inicia em meados de 1909, na localidade de Santa Corona, com o casamento de Ângelo e Tereza na igreja erguida pela comunidade em devoção à santa padroeira que dava nome ao lugar. A luz das velas da celebração fez com que Ângelo, filho mais velho de Aurélio e Rosa, recordasse daquele momento de dor onde recebeu do pai a incumbência de zelar junto a ele pela família: “já és homem, tens quatorze anos, vais me ajudar a criar os teus irmãos” (POZENATO, 1993, p.12). O romance com Tereza possibilitava a ele cumprir com os costumes que a sociedade a todos impunha: como primogênito deveria ser o primeiro a casar, constituir uma família e buscar novas terras para produzir e retirar delas o seu sustento e de sua família. “A colônia do pai era pequena, não dava para todos. O mais velho teria que ser o primeiro a procurar outro pedaço de terra. Era a lei<sup>110</sup>” (POZENATO, 1993, p. 62). Ângelo é retratado pelo autor como sendo o arquétipo do trabalhador colonial, que faz do seu ofício o sentido principal de sua vida. Seus pensamentos estão sempre voltados à produção da colônia e ao custo econômico de qualquer uma de suas decisões. Nesta fase inicial, o personagem acabrunhado possui, como característica destacada, o suor de suas mãos, que aparece descrita em muitos momentos ao longo da história como consequência de sua insegurança. Percebe-se essa característica quando padre Giobbe, ao proferir o sermão aos noivos, recomenda que ambos tenham sempre presentes as obrigações recíprocas e o dever de aceitar os filhos que lhes forem concedidos: “De súbito veio-lhe a ideia de que nunca tinha estado com uma mulher, e sentiu de novo o suor brotar-lhe nas palmas das mãos” (POZENATO, 1993, p. 13).

Tereza era a filha mais velha de cinco irmãs e a última, entre elas, a se casar. Sempre fora a mais bonita entre elas, vaidosa e alegre, um contraponto com a aridez da vida que Ângelo levava até então e cuja promessa, feita no dia do enterro de sua mãe, a de criar os irmãos para depois se casar, atrasara em cinco anos o

---

<sup>110</sup> A lei mencionada no romance “*O Quatrilho*”, embora não estivesse escrita, regia a conduta das famílias naquela época. As colônias geralmente se constituíam em pequenas propriedades e não eram passíveis de divisão, portanto o sistema de sucessão da terra passava de pai para filho. A lei determinava que o filho mais velho, ao casar, ficava na obrigatoriedade de sair da propriedade e buscar o seu próprio pedaço de chão, onde começaria a gerenciar o seu próprio negócio. Se houvessem irmãos homens, os mais novos assumiam o cuidado com a casa e com a família. O patriarca, dono daquele chão, seria cuidado pela família até o final de sua existência. Esse processo acabou por se tornar um dos fatores preponderantes para a expansão rápida das áreas até então demarcadas e para muito além das mesmas.

casamento com Tereza. Casar, àquela época, também significava cumprir uma obrigação, consolidar uma posição social perante a sociedade.

Os anos iniciais de ocupação das terras da região, são lembrados pelo pai de Ângelo, Aurélio Gardone. Suas lembranças, já destacadas em *“A Cocanha”*, descortinavam uma realidade de muitas dificuldades, as quais muitos dos imigrantes que deixaram a Itália rumo ao Brasil, na esperança de dias melhores, vivenciaram de forma preocupante e, por vezes, desesperadora: o medo do senhorio, o frio e a fome. Aurélio desejava dar à Rosa, sua esposa, uma vida mais digna, jurando “que não a deixaria viver na miséria, que faria dela uma signora” (POZENATO, 1993, p.24).

Imbuir-se do desejo de crescimento, de mudança, do espírito de aventura e de coragem suficiente para deixar para trás sua pátria, sua família, toda uma vida enfim, em busca de um novo e desconhecido mundo, são condições essenciais do ser moderno. Nada mais moderno que isso, diria Berman, para quem a afirmação de que viver em um mundo que desperta angústias e alegrias, que promove desenvolvimento e reduz possibilidades, que destrói e constrói paradigmas, é experimentar a modernidade. Sobre essa experiência, esclarece:

(...) ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar” (BERMAN, 1986, p. 15).

As lembranças de Aurélio também aludem à visão de um mundo capitalista, onde a acumulação do capital pode promover uma vida de muitas possibilidades de consumo, baseada no conforto financeiro. As transformações pelas quais estava passando a Itália em meados do século XIX, e das quais Aurélio e Rosa estavam fugindo, resultavam, de um longo processo de modernização das sociedades ocidentais, do qual a imigração, neste sentido, pode ser considerada uma resposta

ao desejo de “ser moderno”, tal qual Berman faz referência. E deve ser analisada, conforme Emílio Franzina (FRANZINA, 2006, p. 34), “no contexto da transição de um país agrícola e pré-industrial a um estágio de relativa e totalmente específica, maturidade capitalista”. Quando da chegada ao Brasil, o tão almejado “*paesi di cuccagna*”, seus sonhos se desvaneceram, e ambos rapidamente foram compelidos a enfrentar uma realidade repleta de dificuldades e provações:

(...) quando chegou na colônia que lhe foi destinada, deixando Rosa no barracão dos imigrantes, e viu a altura das árvores que teria que derrubar para plantar ao menos umas covas de milho, chorou. Parecia ter ficado sem força. E foi chorando que deu a primeira machadada, e outra, e outra. A primeira árvore caiu, e ele deu um grito de alegria. Alguns dias depois tinha já erguido um rancho e trouxe a sua Rosa. Ela ria, saltava sobre os troncos caídos, achava graça do grito dos macacos, divertia-se em cozinhar a polenta sobre três pedras, debaixo de sol e chuva. (...) E com que alegria comeram o primeiro pão de trigo, duro como uma pedra, por falta de fermento. Ângelo era então recém-nascido. Rosa fez com que ele também provasse o pão como augúrio de que nunca passaria fome (POZENATO, 1993, p.24).

A divisão das terras em linhas e lotes coloniais, geralmente propriedades com cerca de 20 a 30 hectares (MAESTRI, 2000), acontecia em uma região onde a mata nativa era muito densa e os poucos caminhos de acesso muito precários, contribuindo, como já mencionado, para isolamento das famílias, que somente aos poucos foram construindo laços de amizade entre os seus vizinhos. As capelas, construídas em devoção aos santos padroeiros, contribuía, além da prática da religião católica, para a função de agregação social. Era o início de um processo de urbanização que brevemente se tornaria um vetor de progresso na região, transformando-a completamente. No entanto, o ambiente rural ainda era o predominante no território onde as histórias que compõem a totalidade do romance “*A Cocanha*” e a primeira parte de “*O Quatrilho*” se desenvolveram.

Neste cenário também se encontrava Pierina, prima de Tereza, descrita como uma mulher sem muitos atributos físicos, dona de “braços fortes e roliços, a cintura grossa” (POZENATO, 1993, p. 32), porém muito dedicada ao lar e ao marido Máximo, sobrinho de padre Giobbe, com quem casara-se e que era tido como uma figura destoante naquele ambiente. Máximo era instruído, sabia ler, escrever, fazer contas, produzir móveis e desenhar “cada desenho que só vendo, parece de

verdade” (POZENATO, 1993, p.33), dizia Gema, mãe de Pierina. As experiências de vida renderam a Máximo um certo polimento que se manifestava não só pelo conhecimento, mas também pelos modos e pela maneira de se portar e vestir. Era, dentre os quatro personagens principais do romance, aquele que já havia experimentado, em um grau bem mais elevado, o que Berman descreveria como a experiência da modernidade.

O interesse mútuo entre Tereza e Máximo fica muito claro desde o início da história. Um sentimento que não sabiam exatamente como avaliar, mas que tinham a certeza de ser totalmente condenado pelas rígidas normas que regiam aquela sociedade, baseado também nos ensinamentos que Tereza sempre aprendera a seguir na austeridade católica. Ambos experimentam sentimentos paradoxais, aos quais Berman define como integrantes da experiência da modernidade: a ambiguidade e a angústia, e a não compreensão de como lidar com os mesmos.

A família e a igreja eram as instituições mais importantes a comandar a vida social na colônia. Aquele que não fizesse parte de um círculo familiar consolidado, não era socialmente bem visto e sofria as consequências da falta de prestígio e do descrédito perante aquela comunidade. A noção de indivíduo particularmente capacitado e autônomo, ainda não estava enraizada na sociedade colonial, para a qual o respeito social ainda era indissociável do vínculo familiar (DA MATTA, 1987). Ao longo do desenrolar da história, os personagens principais vão sendo estimulados a se posicionarem criticamente perante essas imposições, adquirindo consciência de suas individualidades em favor de seus interesses pessoais.

Essa consciência não tardou a despertar em Ângelo. Após ser comunicado, a contragosto, da decisão de seu irmão Agostinho em se casar, teria ele que partir imediatamente à procura de novas terras para dar conta de sua vida com Tereza. As principais notícias, as propostas de negócios e praticamente todas as ocorrências das colônias eram discutidas entre os homens que frequentavam as bodegas, pequenos comércios onde se negociava um pouco de tudo, principalmente artigos de primeira necessidade. Na falta de outros espaços sociais, estas funcionavam também como ponto de encontro e de lazer. “Na bodega do Miro, outro dia, ficara sabendo de umas colônias novas. Eram longe, muito longe, lá onde Judas perdeu as botas” (POZENATO, 1993, p.62). Ângelo não queria deixar Santa Corona, pois

“estava agora um bonito lugar para se viver. Perto estava a vila de Nova Vicenza, com todos os recursos. E agora ia ter uma estação do trem de Caxias, ele mesmo tinha ido olhar a colocação dos trilhos” (POZENATO, 1996, p. 63). A modernidade, representada pelo progresso através dos novos meios de locomoção, estava chegando rapidamente às localidades que se situavam próximas à Caxias, seu principal núcleo irradiador. Os precários meios de transporte seriam, pouco a pouco, substituídos pela promessa de novas e mais velozes opções, como o trem.

A vida de Ângelo sofreria, a partir desse momento, uma mudança radical, e ele tinha consciência disso. Tudo o que até agora estava consolidado, não mais lhe pertenceria. O seu mundo estava desmoronando e ele precisava agir rápido. Decidido a ir para as colônias novas, buscou no conselho da autoridade que mais respeitava, a confirmação que chancelaria sua decisão. “Era tão difícil decifrar a vontade de Deus”, pensava padre Giobbe, “no entanto, ele era o porta-voz dessa divina vontade. E por isso, Ângelo Gardone (...) ansiosamente esperava uma resposta” (POZENATO, 1993, p. 65). Padre Giobbe, porém, o aconselha a procurar um lugar ali perto, dissuadindo-o de tentar a vida nas colônias novas, decisão que acata sem muito contestar. Percebe-se aí que algumas mudanças se processam internamente em Ângelo, que se torna, pouco a pouco, mais autônomo em suas decisões, apesar de continuar ainda muito dependente dos costumes e crenças nas quais se apoiava. Estava vivendo justamente um período de transição entre a tradição, dos comportamentos fixos e definidos sustentados pelas leis da igreja, e a modernidade, traduzida em novos pensamentos que rapidamente se transformavam em novas leis, mudanças de hábitos e comportamentos. Estes, portanto, componentes de um modernismo que trazia consigo uma clara modernização do ambiente onde estava inserido, transformando o campo em cidades e encurtando distâncias através de novos e velozes meios de transporte. E novamente aqui a ambiguidade se faz presente.

Berman (BERMAN, 1986, p. 41), ao analisar a obra “*Fausto*” de Goethe, destaca o impulso do personagem principal, Fausto, com o seu desejo de desenvolvimento, que incluiria “toda sorte de experiências humanas, alegria e desgraça juntas, assimilando-as todas no seu interminável crescimento interior”.

Uma das idéias mais originais e frutíferas de Fausto de Goethe diz respeito à afinidade entre o ideal cultural do autodesenvolvimento e o efetivo movimento social na direção do desenvolvimento econômico. Goethe acredita que essas duas formas de desenvolvimento devem caminhar juntas, devem fundir-se em uma só, antes que qualquer uma dessas modernas promessas arquetípicas venha a ser cumprida. O único meio de que o homem moderno dispõe para se transformar (...) é a radical transformação de todo o mundo físico, moral e social em que ele vive (BERMAN, 1986, p. 41-42).

E foi assim que Ângelo, imbuído do desejo de conquistar o seu espaço, decidiu largar o cabo da enxada, abandonar o mundo no qual vivia, e rumar para a cidade em busca de trabalho e das condições necessárias para então construir o seu mundo, enquanto “tudo em volta se desfaz” (BERMAN, 1986, p. 14). Caxias ainda era uma pequena cidade, com poucas casas e ruas ainda não pavimentadas. Desde 1884 já havia deixado a sua condição de colônia, para juridicamente ser submetida à estrutura burocrática do Império (NASCIMENTO In; HERÉDIA, 2011). A emancipação se daria a 20 de junho de 1890.

Casas, muitas casas, meio escondidas na neblina, ruas embarradas, homens passando com chapéus de feltro e capas, gritos de carroceiros, mulheres de guarda-chuva” (POZENATO, 1993, p. 77). Esta foi a primeira imagem de Tereza ao chegar em Caxias. Depois de uma longa viagem de carreta, ela e Ângelo se hospedam na pensão de Roco, um pequeno artesão que produzia armas de fogo e tinha idéias bem diferentes a respeito dos padres e da igreja católica: (...) para mim, orações cada um faz por si. Já não vou à igreja para não ver esses catolicões rezando alto, para se mostrar. Deus não precisa disso. Não precisa nem dos padres, se querem saber logo o que eu penso (POZENATO, 1993, p. 79).

O traçado urbano seguia a organização regular que caracterizou toda a instalação das linhas e travessões na área demarcada para a ocupação pela imigração. De acordo com Nascimento,

(...) ao planejar a colonização, os dirigentes imperiais já pensavam na criação do campo e da cidade. Toda a colônia deveria ter uma sede, que teria não apenas a função política de ser moradia do diretor e dos funcionários imperiais, mas também função econômica, recebendo o comércio e, ainda, a função religiosa, recebendo a igreja e os sacerdotes (NASCIMENTO, in: HERÉDIA, 2011, p. 319).

Convivendo nesse ambiente urbano, bem diferente do campesino, onde estavam acostumados a viver, Ângelo e Tereza vivenciarão experiências que irão modificar suas personalidades em direção a um crescimento pessoal e, conseqüentemente, ao caminho para se tornarem mais confiantes e individualmente capacitados de tomar suas próprias decisões. A convivência com pessoas de outras procedências, como os brasileiros, representados pelos fazendeiros que criavam gado nos campos de cima da serra, não italianos como eles (POZENATO, 1993, p. 81), descortinavam para Ângelo um mundo de novas possibilidades. Tereza, da mesma forma, foi estimulada por Roco a interagir com a cidade:

(...) há muitas coisas para olhar. Edifícios, lojas. Mulheres gostam de olhar lojas. E comprar, o que é pior! No Clube passam cinema à noite. Nunca viu cinema? Não adianta explicar, é preciso ver. É como retratos, mas bem grandes, com as pessoas andando, falando. (...). Se eu fosse a senhora, assim que o tempo melhorasse, ia dar uns passeios. Vai gostar muito (POZENATO, 1993, p. 86).

Foi o que Tereza fez, arrumando-se com o melhor que possuía: “vestido escuro de ir à missa, o xale de crochê, os sapatos do casamento” (POZENATO, 1993, p. 88). Ao andar pela cidade, passando pela igreja, encontrou o Clube que Roco havia mencionado. Ao intencionar entrar no local, se deparou com um bando de moças de vestidos coloridos que, ao passarem por ela, a chamaram pejorativamente de colona. “Todas riram, sem olhar para ela, e atravessaram a rua para entrar no Clube” (POZENATO, 1993, p. 90). Tereza olhou para as próprias roupas e sentiu-se humilhada. Novamente aqui se percebe uma aproximação com a obra de Berman, quando este relata os tantos embates travados pelo “homem comum” e os oficiais imperiais na Nevski Prospect em Petersburgo. Os encontros proporcionados pelo ir e vir na grandiosa avenida, eixo pulsante de vida daquela cidade, resultaram em uma gradativa evolução do funcionário pobre da periferia, em busca de respeito e da conquista do seu espaço naquela sociedade:

(...) mesmo quando fere o funcionário pobre, a Nevski serve como meio através do qual essa ferida pode ser curada; mesmo quando o desumaniza – reduzindo-o a uma enguia, a uma mosca, a um espaço vazio -, ela lhe dá os meios para se transformar em homem, um homem moderno com liberdade, dignidade e direitos iguais (BERMAN, 1986, p. 214).

Pode-se também relacionar, de forma muito semelhante, o encontro da “família de olhos”, aqui representado por Tereza, e o casal de amantes na Paris do fim do século XIX. No poema “*Os Olhos dos Pobres*”, Charles Boudelaire conta a história de um casal apaixonado que está sentado em um café em Paris. Em um momento de cumplicidade e felicidade, os dois são surpreendidos pelos olhares, que vêm lá de fora, de uma família de pessoas pobres, vestida com andrajos – um pai de barba grisalha, um filho jovem e um bebê. “Nenhuma palavra é proferida, todavia o narrador tenta ler os olhos deles. (...) A fascinação dos pobres não tem qualquer conotação hostil; sua visão do abismo entre os mundos é sofrida, não militante; não ressentida, mas resignada” (BERMAN, 1986, p. 145). Um abismo os separava, assim como também distanciava, por meio de convenções sociais e preconceito, Tereza das moças de Caxias.

Os primeiros passos em direção à industrialização da região, encontram-se representados na narrativa de Pozenato, a partir de um encontro que mudaria para sempre a vida dos protagonistas. Ao conhecer Batiston, um rico comerciante que possuía uma propriedade à venda na localidade de São Giusepe, Ângelo propõe a Máximo uma sociedade, onde, juntos, poderiam garantir o valor da entrada e o pagamento das demais parcelas, viabilizando o negócio, uma vez que sozinho não teria condições de fazê-lo. Máximo e Pierina também não possuíam ainda terras próprias, e continuavam vivendo na propriedade que pertencia a Beppe, pai de Pierina. A proposta primeiramente assusta Máximo, que não imagina ser possível pagar a dívida somente com os dividendos da lavoura. Por outro lado, viver junto à Tereza, em uma mesma casa, “era mais que teria sonhado (...) Devia acreditar no destino?” (POZENATO, 1983, p. 107). Apesar do alto valor que assumiriam juntos, o desafio lhe parecia instigante, porém para aceitá-lo impôs uma condição: instalariam logo um moinho, aproveitando a presença de um rio na propriedade. Era uma estratégia que garantiria a ambos a possibilidade de aumentar consideravelmente os seus rendimentos. Ângelo e Máximo, então, comemoraram a sociedade.

Deitado, no escuro, Máximo admitiu que, apesar de tudo, a empresa lhe dava medo. O que, por outro lado, tornava o desafio mais fascinante. Não bastasse o outro desafio. O de descobrir por que Tereza o atraía tanto. E, principalmente, de saber até onde essa atração poderia leva-lo. Sentiu um pouco de vertigem. Como lera em algum poeta, estava caminhando à beira do abismo (POZENATO, 1983, p. 110).



“Caminhar à beira do abismo” é uma das características que, segundo Berman, definem o ser moderno. No romance *“Petersburgo”*, de Andrei Bieli, ambientado no clímax da revolução de 1905 na Rússia, o personagem Dudkin, ao se referir aos problemas enfrentados por seu amigo Nikolai, oferece “uma interpretação brilhante e arrebatadora do modernismo” (BERMAN, 1986, p. 251):

(...) em primeiro lugar, o modernismo está preocupado com os impulsos perigosos que são chamados “sensação do abismo”. Segundo, a visão criativa modernista enraíza-se mais em imagens que em abstrações; seus símbolos são diretos, particulares, imediatos e concretos. Enfim, o modernismo está vitalmente comprometido com a investigação dos contextos humanos – psicológico, ético, político – dos quais brota a sensação do abismo (BERMAN, 1986, p. 251).

Da sensação de vertigem à certeza dos negócios e da confirmação de seu amor por Tereza, passam-se poucos meses. A construção do moinho tornou-se uma realidade: “Quase todos os homens de San Giusepe tinham vindo ajudar, como se fosse coisa deles, em troca apenas de moagem grátis, de acordo com o tempo que cada um trabalhava” (POZENATO, 1983, p. 120). O empreendedorismo e o associativismo dos descendentes de imigrantes italianos, práticas que ainda hoje caracterizam aquela sociedade e aquela região, estão aí referendadas por Pozenato, também como sinal dos novos tempos capitalistas que regulariam todos os negócios daquele momento em diante. Ângelo torna-se, enfim, um capitalista, como atesta a proposta que faz a Máximo, como forma de saldarem suas dívidas com Batiston:

(...) a coisa era simples. Não tinha ele emprestado dinheiro ao Abramo, a seis por cento ao ano, achando que era um bom negócio? E não estava o Ambrósio Batiston cobrando doze por cento da dívida da colônia? Se ele, Ângelo, conseguisse, com os colonos de San Giusepe, juntar uns quatro contos a seis por cento, pagava logo a colônia e ganhava dinheiro. E ainda tinha a vantagem de não ficar devendo para um só. Não ia nem precisar mexer no milho. Podia deixar no paiol até o preço subir. E então ganhava de novo (POZENATO, 1983, p. 130-131).

Máximo discordaria das ideias de Ângelo por pensar não ser correto a exploração dos colonos. Para Ângelo, sua proposta era um benefício, pois eles sairiam ganhando também. “E tu saís ganhando tanto quanto eles todos juntos – riu

Mássimo. – Claro que para ti é um bom negócio. Sabes como se chama isso? Isso é capitalismo. Essa tua idéia é capitalista” (POZENATO, 1993, p. 131). Pierina, ao escutar a discussão, é inquirida a dar a sua opinião: “Essas coisas eu não discuto – disse ela. – Se dá para pagar de uma vez a colônia, eu acho que é um bom negócio. Ângelo sorriu. Aí estava uma mulher com a cabeça no lugar. Não sabia por que não tinha reparado antes” (POZENATO, 1993, p. 132).

As diferenças entre os ideais a respeito do trabalho e da condução dos negócios eram elementos adicionais que viriam conflitar a relação dos casais. Mas eram também um indicativo de que Ângelo havia deixado, há muito, de ser aquele indivíduo inseguro para com os negócios. O crescimento pessoal, através das oportunidades vislumbradas pelo trabalho, tornou Ângelo seguro de seus atos, contestador e defensor de seus ideais. E é nesse momento que a história dos personagens de *“O Quatrilho”* sofre uma mudança radical: Tereza e Máximo acabam fugindo juntos para São Paulo, levando consigo Rosa, a filha que Ângelo e Tereza haviam tido, deixando para trás Ângelo, Pierina e os dois filhos que ela havia tido com Máximo: Lourenço e Máximo Segundo.

Ângelo e Pierina encontravam-se a sós em seus pensamentos, tentando absorver as notícias que, para ambos, havia sido uma inesperada surpresa. A sociedade daquela época não aceitava sequer o divórcio, muito menos o abandono. Ambos se considerariam “estúpidos” por não terem capacidade de perceber o envolvimento de seus ex-cônjuges, mas sabiam, em seus pensamentos, que talvez pudessem ter contribuído para tal desfecho em função da dedicação ao trabalho. Em pensamento Ângelo externava: “Fora estúpido. Ficara dias inteiros fora de casa, em viagens, negócios. Tinha deixado a rédea muito solta, essa era a sua culpa” (POZENATO, 1993, p. 162). Mesmo sabendo que iriam enfrentar a reprovação da sociedade e da igreja, resolveram prosseguir com suas vidas e com os negócios, que iam muito bem. A decisão de continuarem morando juntos partiu de Pierina, que não aceitava que Ângelo vendesse a propriedade, abandonando o que fora construído em San Giusepe, por um motivo pelo qual eles tinham sido as maiores vítimas. Pierina também tinha se tornado uma mulher mais independente, de atitudes proeminentes, que se posicionava, de forma decidida, quando era necessário fazê-lo.

A interferência da igreja católica, personificada através de seus representantes, é exposta mais claramente nesta parte do romance. Principalmente nas questões relacionadas à condução moral e religiosa, costumes e tradições daquela sociedade, cujas bases se confundiam com a própria instituição. A dependência da assistência dos párocos e padres era muito perceptível, e influenciava quase que a totalidade das decisões políticas, sociais e econômicas naquele momento. Também se torna muito presente neste capítulo do romance, o desenvolvimento do sistema capitalista que, àquela altura, já influenciava totalmente os negócios de Ângelo na região. Ele havia se transformado em um burguês, detendo em seu poder todos os meios necessários para a sua produção. E além disso, uma considerável parcela dos moradores de San Giusepe trabalhava para ele ou dependia dele nos negócios.

Padre Giobbe, que até o momento tinha sido o principal responsável pelos aconselhamentos às famílias quando estas viviam em Santa Corona, perde o protagonismo com a introdução do personagem de padre Gentile, representante da igreja para os serviços religiosos em San Giusepe. E seus posicionamentos com relação aos dogmas católicos são discordantes. Padre Giobbe, ao receber a notícia ponderou sobre a decisão do sobrinho, procurando não proceder ao julgamento de um só culpado:

(...) talvez fosse a sua velha implicância com os moralistas que o levassem a pensar dessa forma. Mas não era apenas uma birra sem fundamento. Ao contrário deles, ele nunca tinha visto o bem e o mal separados. Andavam sempre misturados, a ponto de muitas vezes não ser possível distinguir um do outro. Como a gota de água no cálice do vinho, na missa. Para ele, e não lhe importava o que dissessem os tratados de teologia, aquela gota de água no vinho que ia ser consagrado simbolizava exatamente isso: que o pecado se fazia presente nas coisas mais puras, mais sagradas (POZENATO, 1993, p. 175).

Possivelmente os laços familiares teriam contribuído, de alguma forma, para o seu posicionamento frente aos fatos, mas o que a narrativa mostra é que a visão de padre Giobbe é um pouco mais contestadora e, por vezes diversa, dos princípios da igreja católica. Tem-se aqui, a partir da análise desta afirmação, mais uma aproximação com a obra de Berman. Referindo-se ao modernismo, no capítulo introdutório de seu livro, o autor afirma que “uma das virtudes específicas do modernismo é que ele deixa as suas interrogações ecoando no ar, muito tempo

depois que os próprios interrogadores, e suas respostas, abandonaram a cena” (BERMAN, 1996, p. 21). As questões que padre Giobbe pondera, são exemplos de sua personalidade ora contestadora, em menor escala, ora conservadora, como se esperaria de um “porta-voz dessa divina vontade” (POZENATO, 1993, p. 65), como ele mesmo se definira, ao tentar decifrar a vontade de Deus.

Ao contrário, o personagem de padre Gentile surge como uma figura dotada de moralidade extremamente conservadora, baseando suas decisões e conselhos nos rígidos dogmas católicos. Ângelo havia sido convidado por padre Gentile, alguns meses antes, para integrar a diretoria da igreja com a intenção de que, sendo ele uma das pessoas mais importantes e respeitadas daquela comunidade, fosse doar uma boa soma para a reforma da igreja: “está na hora de pensar numa igreja nova. De pedra ou tijolo. San Giusepe progrediu muito, graças também ao seu trabalho. A casa de Deus deve também mostrar esse progresso” (POZENATO, 1993, p. 153). Porém, assim que padre Gentile ficou sabendo do que havia ocorrido, retirou o convite feito a Ângelo, justificando que o bispo não mais aceitaria tal indicação e complementou: “É que o senhor é um homem sem família... (...) Deve entender que foi abandonado pela mulher. Queira ou não, não vai ter o mesmo respeito” (POZENATO, 1993, p. 185). Quanto à situação dele com Pierina, padre Gentile é enfático:

(...) não quero que fique preocupado, mas vão vir maiores dificuldades. Grandes tentações. (...). Você não pode mais casar, Gardone. Acho que sabe disso. É a cruz que Deus Nosso Senhor lhe reservou. Deve, portanto, carrega-la com paciência, e muita oração. Não pode casar. Não pode viver com outra mulher. Pior ainda se ela também for casada. Seria horrível, uma coisa abominada por Deus. Quando vier a tentação, procure pensar na morte, no juízo final, no fogo do inferno. Sabe por que eu digo isso? Não vou esconder. Sei, estou bem informado, que você continua morando na mesma casa com aquela mulher. (...). Afaste-se dessa mulher como se ela fosse o demônio. Não levante os olhos para ela. Essa mulher pode ser a perdição de sua alma. Por isso o meu conselho: saia daquela casa (POZENATO, 1993, p. 183-184).

Ângelo ficou confuso com o que acabara de ouvir. Não concordara com nada do que lhe foi dito, afinal, quem havia sido prejudicado pelo abandono da esposa era ele. “Estava aterrorizado. Ao mesmo tempo, não conseguia se convencer de que para salvar a alma, teria que fazer tantos sacrifícios” (POZENATO, 1993, p.

184). Ao voltar para casa, fora de si, blasfemou: “Que vá para o inferno o padre Gentile – gritou, assim que viu Pierina. – Padre do diabo!” (POZENATO, 1993, p. 185). Ângelo e Pierina sofreriam com a indiferença de todos ao seu redor, inclusive na condução dos negócios. Muitos decidiram se afastar do casal e encerrar contratos comerciais. Influenciados pelos sermões de padre Gentile, ficariam com receio da penalização que Deus poderia lhes impor pela convivência com tais pecadores. Com isso se fez necessário buscar novos mercados: “Fica morando aqui e procura negócios fora. Afinal de contas, que tipo de capitalista tu és? Todo o capitalista é imperialista, quer sempre voar mais longe” (POZENATO, 1993, p. 190), aconselhou o personagem Scariot a Ângelo, na condição de novo sócio.

O capitalismo como sistema econômico havia se disseminado pelo mundo ocidental e também ali, na região colonial, ditava cada vez mais as regras econômicas. Ângelo, por sua vez, tornara-se um representante ativo desse sistema, um acumulador de bens e capital, um burguês, tal qual Marx fez referência em “*Manifesto Comunista*”, obra destacada por Berman e da qual retirou a frase que, como já exposto, denominou a sua tese. Berman afirma que “o ponto básico do “Manifesto Comunista” é o desenvolvimento da moderna burguesia e do proletariado e a luta entre ambos” (BERMAN, 1986, p. 89). Marx exalta a burguesia pela sua capacidade de realização. Traçando novamente um paralelo com a obra de Berman, percebe-se quanto o conselho de Scariot vem ao encontro da afirmação de que:

(...) sob pressão, todos os burgueses, do mais humilde ao mais poderoso, são forçados a inovar, simplesmente para manter seu negócio e a si mesmos à tona: quem quer que deixe de mudar, de maneira ativa, tornar-se-á vítima passiva das mudanças draconianamente impostas por aqueles que dominam o mercado. Isso significa que a burguesia, tomada como um todo, “não pode subsistir sem constantemente revolucionar os meios de produção” (BERMAN, 1986, p. 93).

Em busca da conquista de novos mercados, Ângelo parte sem hesitar, como sempre havia feito até então, no desenrolar da história, em busca de seus objetivos. Já Pierina, por sua vez, cansada da discriminação que estavam sofrendo também ela e seus filhos, resolve dar um basta nesta situação: “Meteu os dois maiorzinhos nos cestos, pegou a pequena no colo e tocou para a capela, puxando o cargueiro. Entrou na igreja pouco antes de começar a missa” (POZENATO, 1993, p. 192). Em

frente a todas as pessoas da comunidade que estavam reunidas para assistir a missa, despejou sobre padre Gentile toda a sua indignação pela situação que ele próprio provocara, lembrando-o, ao final que “o inferno existe também para os padres” (POZENATO, 1993, p. 193).

O desgosto e o repúdio frente ao posicionamento de padre Gentile ficam evidenciados através das manifestações de Ângelo e Pierina. Ambos despertam, neste momento onde “tudo que é sólido desmancha no ar”, para o fato de que as autoridades, neste caso religiosas, não estão acima de quaisquer que sejam as pessoas, apenas por ostentar o halo<sup>111</sup> que os tornava, até aquele momento, representantes sagrados, detentores de todas as certezas e verdades do mundo. A igualdade entre os homens, com relação aos seus direitos e deveres, se torna uma condição moderna. Saber reconhecer isso, faz com que o cidadão se perceba como participante do mundo em que vive. E aqui, mais uma vez, a modernidade se apresenta no romance de Pozenato. Berman refere-se a essa questão, citando Marx:

(...) “tudo o que é sagrado é profanado”; ninguém é intocável, a vida se torna inteiramente dessantificada. (...). Marx também divisa as virtudes de uma vida despida de halos: esta desperta a condição de igualdade espiritual (BERMAN, 1986, p. 112).

Ângelo e Pierina decidem morar em Caxias, uma mudança que denota também a vontade de ambos de seguir em frente, como sempre fora característico em suas trajetórias, sempre em direção aos novos desafios. Ao final do capítulo em questão, Pozenato apresenta, através da voz de seu narrador onisciente, o depoimento de Ângelo que resume em poucas frases a transformação pela qual havia passado, desde os tempos em Santa Corona até o momento de sua partida de San Giuseppe:

---

<sup>111</sup> O halo, para Marx, é o símbolo primordial da experiência religiosa, a experiência de algo sagrado. Para Marx (...) a experiência, mais que a crença, o dogma e a teologia, compõe o substrato da vida religiosa. O halo divide a vida em sagrada e profana: cria uma aura de respeito e radiância sagradas em torno da figura que o ostenta; a figura santificada é expelida da condição humana matricial, inexoravelmente afastada das necessidades e pressões que impelem homens e mulheres à sua volta (BERMAN, 1986, p. 111-112).

(...) como tinha sido ignorante! E como aprendera coisas! Não aprendera até a blasfemar? Não era mais o Ângelo que sentia as mãos suadas cada vez que tinha que abrir a boca. E sabia muito bem quando começara a mudança. Não esqueceria pelo resto da vida aquele *orco fiol d'un can* (grifo nosso) que gritara para o velho Rocco. Ali é que tudo tinha começado. Foi ali que descobriu que podia erguer a cabeça, falar alto, bater forte (POZENATO, 1993, p. 199).

No último capítulo do romance, Caxias é apresentada como uma cidade promissora, que em nada lembrava a pequena vila com fileiras de casinhas de madeira, ruas esburacadas e embarradas que acolheu Ângelo e Tereza anos atrás. Ângelo e Pierina haviam construído uma das melhores casas da cidade, “toda de pedra e tijolo, com dois andares, portão de ferro trabalhado, enfeites em cima da porta e das janelas” (POZENATO, 1993, p. 203). A grandiosidade da residência do casal se faz perceber, é devida ao sucesso dos negócios, mas também à numerosa família de nove filhos. Padre Gentile é convidado a fazer uma benção à casa e à família que, anos atrás, julgou ser fruto do pecado. Agora, passados alguns anos dos acontecimentos de San Giusepe, Padre Gentile reconhece que errara ao julgar tais atos do passado, porém não conseguia ainda, e certamente nunca iria conseguir, considerar correto perante à igreja que o casal vivesse em regime matrimonial, como marido e mulher.

A história de Máximo e Tereza acaba sendo desvendada ao final, através de uma carta escrita e endereçada ao padre Giobbe. Ambos os personagens viviam em São Paulo na companhia de três filhos. Pozenato sugere que o casal, ao seu modo, também venceu as dificuldades e inquietações com as quais se deparou, e soube se reinventar e se reconstruir em um espaço urbano que os acolheu e deu vazão aos seus anseios.

#### **4.4. O mundo moderno e os embates ideológicos em “A Babilônia”**

O romance “A Babilônia” encerra a trilogia escrita por Pozenato sobre o tema da imigração italiana na região nordeste do estado do Rio Grande do Sul. A história

retoma a trajetória dos personagens da segunda geração, Ângelo, Pierina, Máximo, Tereza, e os filhos dos casais, representantes da terceira geração, inserindo-os agora em um ambiente estritamente urbano e conflituado pelos acontecimentos políticos e econômicos que assolaram o Brasil e o mundo entre os anos de 1930 a 1942, véspera do grande conflito representado pela Segunda Guerra Mundial. Talvez por esse motivo, o autor tenha escolhido o nome Babilônia<sup>112</sup> para denominá-lo. O termo mundialmente conhecido por designar a histórica capital da Suméria, no antigo reino da Mesopotâmia, onde hoje se estabelece o Iraque, também ficou famoso por estar relacionado à mítica Torre de Babel<sup>113</sup>, que, criada pelos homens, teria como objetivo atingir o céu e proclamar a supremacia humana perante Deus. O mito bíblico narra sua construção, fruto da união dos homens, até o momento que Deus, ao sentir-se desafiado, estabelece entre eles o desentendimento, ao criar os diferentes idiomas que impediram a comunicação e, conseqüentemente, a conclusão da obra. O termo Babel vem então sendo usado também no sentido de designar a confusão gerada por diferentes vozes ou línguas, ou, simplesmente, confusão.

Caxias do Sul era, naquele momento, uma cidade que crescia em um ritmo constante, substituindo suas antigas casas de madeira por novas construções em alvenaria. As indústrias rivalizavam com o comércio e se ampliavam, expandindo-se para além do núcleo urbano. Os novos meios de comunicação, como o rádio e o telefone se faziam cada vez mais presente no dia a dia da comunidade, um sinal que a modernidade estava, pouco a pouco, transformando o seu cotidiano e impondo novo ritmo para a cidade e também para o campo.

A própria Casa Paroquial, conforme relata o narrador onisciente no início do romance “*A Babilônia*”, já possuía esses dois equipamentos, os quais a Padre Giobbe ainda causavam certa estranheza: “detestava o rádio, mas não tinha como fugir da tortura. O silêncio, no qual se acostumara a vida inteira, não existia mais em lugar algum” (POZENATO, 2006, p. 11). Quanto ao telefone, ainda não havia se certificado de sua exigência, mas admitia o quanto ele era representativo dos novos tempos:

---

<sup>112</sup> Segundo Antônio Geraldo da Cunha, a palavra Babilônia deriva do radical de desinência *Babel*, cuja tradução significa “confusão de vozes ou de línguas” e ainda “desordem, tumulto”. Do topônimo bíblico *Babel*, sinônimo de *Babylon-ônus*, talvez diretamente do hebreu *Bábê* (CUNHA, 1997, p. 90).



(...) no justo momento em que entrou na sala de jantar, bateu em seus ouvidos a pergunta dramática do *speaker*: “Sua casa ainda não tem telefone?! Ele é uma exigência da vida moderna”. Na mesma voz empolada, em que pôs um tom sarcástico, padre Giobbe retrucou:

- Nossa casa já tem telefone! Já temos vida moderna!

O cônego Gentile riu, sem graça. A modernidade do telefone na casa paroquial fora decisão dele. Padre Giobbe penitenciou-se intimamente. Não custava nada admitir que o telefone podia ser também um instrumento de Deus para salvar almas em situação de urgência, nesta era da velocidade (POZENATO, 2006, p. 13).

A velocidade com que as informações passaram a circular entre os cidadãos modificava a velha forma de ver o mundo e traziam, em maior volume e de forma mais direta, o conhecimento a todos aqueles que tinham acesso aos novos meios de comunicação. Da Itália chegavam as informações sobre os desígnios de Benito Mussolini, que ascendeu ao poder no ano de 1922, com o discurso de tornar aquele país uma potência mundial. Por outro lado, no Brasil, estava para se iniciar o período conhecido como Estado Novo, que seria implantado por Getúlio Vargas e marcaria a afirmação do nacionalismo brasileiro, e que se valeria da tentativa de eliminação de culturas estrangeiras em detrimento de uma só, brasileira. Também se verificava, em escala mundial, a ascensão do Nazismo e do Comunismo, ideologias que despertavam grande interesse, discussões e apreensão com relação ao futuro.

Neste cenário de incertezas, Pozenato insere os personagens Ângelo, o pequeno camponês que se tornou um grande industrial, e Lourenço, seu enteado, filho de Pierina com Máximo, a quem criou como sendo seu próprio filho depois que este havia partido para São Paulo com Tereza, sua ex-mulher. Ambos personagens com visões de mundo divergentes, o que os coloca em oposição, ao longo da história, travando uma batalha ideológica que se desenvolve como um dos principais temas do romance. Pierina, apesar de ter se indisposto com padre Gentile no passado e de ainda estar sofrendo certa discriminação por parte da igreja, em função da situação de seu relacionamento com Ângelo, nunca perdeu a fé e a devoção na religião católica. Após saber que Lourenço, que cursava faculdade em Porto Alegre, estaria sendo influenciado pelos ideais comunistas, decide procurar padre Giobbe para que este interceda junto ao seu filho no sentido de fazê-lo

---

<sup>113</sup> Esse mito encontra-se descrito na Bíblia Sagrada em Gênesis 11:1-9.

“recobrar a consciência”. Ao comunicar a ele a sua preocupação, padre Giobbe refletiu:

(...) o mundo estava ficando complicado demais para o seu gosto. Como, aqui, a duas quadras da igreja, um menino decidia ser ateu e comunista? Por que tantos partidos, tanta gente se dividindo? Não ia ser nada bom ver a confusão que ia dar disso tudo (POZENATO, 2006, p. 24).

Apesar dos dissabores com a atuação dos padres, em um momento de extrema dificuldade, é à igreja e a seus representantes na comunidade, que Pierina recorre. O mundo estava mudando, mas para algumas pessoas certas instituições, tradições e práticas ainda permaneciam imutáveis. Para o padre, a “velocidade” em que o mundo estava girando trariam consequências desastrosas, e também ele, em sua fé, recorreria à religião, como sempre o fez, para o seu refúgio. Para os mais novos, a juventude, a tal “velocidade” do mundo abriria novas portas e horizontes. A informação circulava com mais rapidez e o contato com novas e diferentes culturas enriqueceria as discussões, principalmente para aqueles que, como Lourenço, tinham a oportunidade de estudar fora de seus domínios, em cidades maiores como Porto Alegre, a capital do Estado. Pierina lembrou ainda que o colega de Lourenço, Carlos Petracci é quem havia contado a ela sobre as orientações do filho. Padre Giobbe então questiona:

- E esse menino Petracci também é comunista?
- Não. Ele é do Mussolini.
- Ah - fez o padre Giobbe, lembrando-se do cônego Gentile. – Do Mussolini.
- Dos camisa-verde, dizem. Não sei se é do Mussolini. ,

Padre Giobbe não entendia de cores de camisa. Não eram camisa preta os do Mussolini? *Camicie nere*, tinha ouvido por aí. Os comunistas, tinha certeza, eram vermelhos, e também ateus, e por isso condenados pela Igreja (POZENATO, 2006, p. 25).

Ao finalizar o atendimento a Pierina, prometendo que iria rezar por Lourenço, padre Giobbe retomou seus pensamentos: “de fato era um mundo estranho, esse que vinha chegando. Com fascistas, comunistas, samba e propaganda. E depois

ainda dizem que experiência é importante (...). Que serventia ia ter agora toda a experiência dele? Teria que aprender tudo de novo” (POZENATO, 2006, p. 26).

Rever posicionamentos, experimentar o novo, observar a mudança, reaprender, certezas que a modernização das sociedades imbuiria em todos aqueles que dela participam. Berman, em seu estudo, cita o revolucionário francês Jean-Jacques Rousseau, a quem atribui o uso primeiro da palavra *moderniste* no sentido em que o termo seria utilizado nos séculos XIX e XX. De acordo com o autor, na novela romântica “*A Nova Heloísa*”, de autoria de Rousseau, o personagem principal Saint-Preux experimenta o movimento de mudança do campo para a cidade. E escreve à sua amada Julie sobre a experiência de viver em um turbilhão social. Conforme analisa Berman:

(...) ele experimenta a vida metropolitana como “uma permanente colisão de grupos e conluios, um contínuo fluxo e refluxo de opiniões conflitivas. (...) Todos se colocam frequentemente em contradição consigo mesmos, e, “tudo é absurdo, mas nada é chocante, porque todos se acostumam a tudo” (BERMAN, 1986, p. 17).

Caxias ainda não era uma metrópole, longe disso, mas crescia em ritmo constante. A proximidade com a capital do Estado fazia com que a circulação de ideias mais proeminente nas grandes cidades também alcançasse seus habitantes, muito em função dos deslocamentos e das trocas comerciais. As “opiniões conflitivas” se tornavam cada vez mais frequentes, pois em Caxias, assim como em toda a região colonial, a identificação dos descendentes de italianos para com a Itália produzia um reconhecimento quase que imediato de parte destes com o regime político que daquele país emanava. Segundo o enredo de Pozenato, pode-se inferir que uma parte dos industriários e grandes comerciantes das cidades, assim como alguns políticos, cultuavam um sentimento de pertencimento às orientações políticas italianas e, portanto, naquele momento, o apoio ao movimento fascista de Mussolini. Porém uma grande parcela do empresariado, da qual Ângelo era representante, seguia as orientações do governo brasileiro e pertenciam ao Partido Republicano Rio-Grandense de Getúlio Vargas. Segundo o pensamento do personagem Ângelo, “quem tem negócios tem que estar sempre ao lado do governo, não importa que governo” (POZENATO, 2006, p. 39).

A personalidade de Ângelo Gardone, que ao longo de sua trajetória, apresentada desde *“O Quatrilho”*, foi sendo construída pela interação com o lugar onde vivia e em função de suas escolhas, transformou-o em um homem competitivo, com o perfil de um clássico empresário capitalista que procura a expansão cada vez maior os seus negócios, em benefício de poder econômico e social. Nesta busca, também objetiva mover-se sempre em frente, em direção ao futuro, sem admitir o retrocesso. E “estar ao lado do governo” é seguir os seus impulsos sintonizando-os com as possibilidades impostas por quem implementa as leis, as regras. O pensamento de Gardone alinha-se, desta forma, ao do personagem principal de *“Fausto”* de Goethe, em cuja análise feita por Berman, faz surgir uma “questão universalmente moderna” exposta através do pensamento de Fausto, qual seja o fato de todos os seres humanos se sentirem impelidos a continuar se movendo em direção ao futuro:

(...) se eu aceito parar (...) serei um escravo: ele sabe que entregará sua alma ao diabo no primeiro minuto de repouso – ainda que de satisfação. Ele (Fausto) se regozija com a possibilidade de “mergulhar no turbilhão do tempo, na enxurrada dos eventos” e diz que o que importa é o processo, não o resultado: um homem se afirma pela atividade infatigável (BERMAN, 1986, p. 51).

O trabalho era umas das atividades diárias mais importantes para Ângelo, se não fosse a mais. Ser reconhecido e admirado era sua recompensa, além, é claro, da possibilidade que os rendimentos lhe davam de zelar pela sua família. Porém Lourenço não admitia a forma com que seu padrasto conduzia os negócios, explorando o trabalho de alguns funcionários, especialmente, das mulheres, que à época não possuíam os mesmos direitos dos homens. Ângelo se identificava com a política oficial do governo, mas nada o impedia de flertar também com o fascio, partido dos defensores de uma “Itália Unida”, enquanto seu filho Lourenço, vinculava-se à revolução. “Era um processo dialético esse em que se via metido: lutar para destruir em nome da revolução sua própria fonte de sustento, para o escoimar da mais valia” (POZENATO, 2006, p.33).

Caxias, à época, estava promovendo a primeira Festa das Uvas<sup>114</sup> que ocorria em um conjunto de bancas de exposição instaladas na Praça Dante Alighieri. Os artigos expostos e o material de divulgação enalteciam a grande e diversificada produção da região colonial, mas ao mesmo tempo, conforme bem interpretou Lourenço, o crescimento do mercado também indicava que mudanças sociais estavam ocorrendo:

(...) os artigos exibidos, dos vinhos à cutelaria, eram mostra da pujança das colônias, do trabalho tenaz do imigrante italiano, alardeava a propaganda da festa. Alienação, tudo alienação. Na realidade eles eram a mostra da exploração do trabalhador, da acumulação capitalista, da luta de classes. Mas a quantidade e a variedade dos produtos industriais apontavam também para um fenômeno positivo da maior monta: estava surgindo em Caxias uma classe operária, que ensaiava seus primeiros passos de luta (POZENATO, 2006, p. 45).

O surgimento, ou consolidação, de novas classes sociais alterariam as leis pelos direitos e deveres dos trabalhadores, dinamizariam as relações sociais e modificariam também as demandas do planejamento urbano e da construção civil. Emergências que atingiriam a modernização das cidades e da região.

O personagem de Lourenço também se colocaria frente a um outro desafio que o deixaria ainda mais envolvido no “turbilhão de desorientação e de possibilidades, de aventura e de transformação” (BERMAN, 1986) que acomete a todos em função das dinâmicas relações impostas pela vida moderna. O despertar para o relacionamento amoroso com aquela que seria a sua companheira ao longo da história, a personagem Sílvia, que acabara de conhecer caminhando por entre as tendas de uvas ao longo da praça central de Caxias. Sílvia era professora. Havia cursado o Ensino Complementar, como era comum às mulheres àquela época. Tinha intenção de fazer faculdade, mas fora impedida pelos pais, que não consideravam o estudo como um benefício para as mulheres. Quando do encontro, Lourenço

---

<sup>114</sup> A respeito deste acontecimento, que acabou por tornar-se um dos maiores eventos da RMSG, podem ser encontrados maiores esclarecimentos nos Capítulos 3 e 5 deste estudo.

(...) respirou fundo. Nunca antes sentira o que estava sentindo. Mas não ia deixar-se envolver numa tola paixão romântica de pequeno-burguês. A moça era vivaz e inteligente, podia ter com ela boa camaradagem. O desejo do corpo era coisa material, podia ser saciado sem comprometer os ideais da revolução. À mente lhe vinham as lições do Materialismo Histórico sobre o assunto, um pouco de mistura, para agravar tudo, com as do catecismo (POZENATO, 2006, p. 44-45).

Os pensamentos de Lourenço denotam o conflito entre a educação recebida, baseada nos preceitos católicos, e a visão de um mundo muito diferente daquele que havia sido condicionado a compreender quando passou a receber outros estímulos despertados pelos ensinamentos que escolheu obter. Justamente neste torvelinho de conceitos, tradições e possibilidades, que descortinam muitas vezes caminhos opostos, residia o seu conflito.

Sílvia, por outro lado, aceitou a determinação de seus pais e assumiu a missão de ensinar os primeiros passos de uma educação básica às crianças. Seu primeiro emprego alcançou em uma escola pública, na área rural do município de Caxias. Neste momento, eram em maior número as escolas que ensinavam o português, em comparação com as que ministravam aulas na língua italiana. As instalações do educandário eram ainda um pouco precárias: “havia na grande sala de tábuas brutas, sem pintura, o cheiro que ela conhecia. Cheiro de roupas sujas e de suor, de mistura com o do salame e do queijo das merendas, guardadas nas classes para a hora do recreio” (POZENATO, 2006, p. 93). Não era uma tarefa fácil aquela que assumira, e de certa forma, pensando nas intenções de Lourenço, não deixava de ser também uma revolução, mas realizada sem armas, de forma mais lenta, e, no entanto, eficaz:

(...) ensinar a ler e escrever, para os meninos e meninas da colônia, exigia aprenderem antes, ou junto com as letras, uma nova língua, a língua portuguesa. Chegavam à escola falando apenas o dialeto italiano de casa. (...). Trabalho lento, pouco valorizado, sem o aparato de uma revolução, mas que realmente ia mudando a sociedade (POZENATO, 2006, p. 94).

Deparou-se com inúmeros preconceitos, por ser ela uma “moça da cidade” em meio à uma sociedade de pessoas rudes e pouco ilustradas, cujos pais preferiam ver seus filhos na lavoura, auxiliando-os nas tarefas relacionadas à terra, em

detrimento do aprendizado escolar. Muitas vezes também, com vergonha, não mandavam os filhos para a escola porque não possuíam condições de os vestir de forma mais adequada. Sílvia entendia agora que “às vezes as coisas surpreendiam por serem tão simples” (POZENATO, 2006, p. 96). De certa maneira, Sílvia sofreria na pele o “abismo entre dois mundos” relatado por Berman no já citado poema de Boudelaire, “*Os Olhos dos Pobres*”, mas em um sentido oposto ao que a personagem Tereza e as “moças de Caxias”, na passagem do romance “*O Quatrilho*”, se deparariam: agora era Sílvia quem se apresentava como a representação das “moças da cidade” perante os olhos dos seus alunos e familiares, tanto no modo de se vestir, no de se portar, como também no de transmitir e acumular conhecimento. As diferenças eram enormes.

De volta a Caxias, conforme relata Pozenato, muitos integrantes do empresariado local, de diversos ramos e alinhados com a pátria de origem, haviam se vinculado ao partido fascista de Mussolini. Entre outros motivos, com vistas aos benefícios que o fortalecimento do poder do Estado Italiano pudesse lhes conceder como troca: o intercâmbio de ideias e conhecimento, e as oportunidades que estavam sendo oferecidos pelo *Duce* para aqueles italianos que estavam fora da península, retornarem ao país em migrações temporárias. Desta forma pensava-se em um fortalecimento das relações internacionais e um possível incremento para os negócios com via a formação de uma “Itália Unida”. O prestígio que adquiriria ao participar de um seletivo grupo, as expectativas de benefícios econômicos e a possibilidade de enviar Lourenço para a Itália para “desentortar a cabeça” (POZENATO, 2006, p. 68), foram determinantes para a decisão de Ângelo de se integrar ao partido. Porém esse passo acaba sendo decisivo para que Lourenço se distancie de maneira definitiva do padrasto e delibere o momento de sua partida de casa para ir em busca de seu verdadeiro pai, Máximo Boschini, em São Paulo.

Apesar do personagem Lourenço se inserir cronologicamente no romance, na segunda geração de descendentes de imigrantes italianos nascida no Brasil, Pozenato o apresenta aqui como um típico representante da terceira fronteira geracional proposta por Colognese, que, apesar de nascida em comunidades rurais, se estabelece e convive entre pares, via de regra, no ambiente urbano, e, portanto, com pouco ou nenhum contato com o meio no qual se originou (COLOGNESE, 2011). Essa relação se estabelece possível talvez porque Lourenço e seus irmãos,

em função da ascensão econômica e social experimentada por seus pais, os tenha transportado, em um curto espaço de tempo, do campo para a cidade.

Uma vez estabelecidos em seus domínios, estes indivíduos ficam propensos aos benefícios e malefícios que a urbe proporciona aos seus habitantes: o confronto com realidades, de certa forma dinâmicas, impulsionadas por uma sociedade cada vez mais heterogênea, na qual são estabelecidos relacionamentos igualmente desiguais. As amizades formadas por Lourenço se constituíram distintas, muitas, inclusive, descontextualizadas do ambiente em que estava acostumado a viver em Caxias do Sul, principalmente quando se transferiu para a capital para continuar seus estudos. A influência recebida através do contato com novas realidades sócio econômicas e culturais o fizeram absorver novas ideias, transformaram o personagem e o imbuíram de um sentimento de revolta contra o posicionamento capitalista de seu padrasto. Mesmo em Caxias, as suas amizades foram sempre construídas com cidadãos cuja visão social e política encontrava-se em sintonia com o seu pensamento. O interesse crescente e incondicionalmente cego pela política de viés esquerdista e por uma forma de se fazer justiça, muitas vezes radical, na visão do autor sobre o personagem, transportou Lourenço para uma fronteira perigosa entre a guerrilha e a paz, entre o certo e o errado, entre o bem e o mal, em um limiar no qual suas ações pretendiam transformar por completo a sociedade em que vivia.

Uma vez mais encontram-se aqui características que aproximam parte da narrativa deste romance com a análise realizada por Berman em *“Petersburgo”* de Bieli. Era Lourenço, agora, quem caminhava à beira do abismo, assim como fizera sentir o seu pai, Máximo, anos atrás. A comparação de Lourenço com o personagem Nikolai, protagonista de *“Petersburgo”*, é manifesta. Filho de Apollon Apollonovich Ableukov, um oficial imperial de alta patente do império russo, Nikolai se alterna entre o mundo em que vive e o desejo de destruição de todos os valores cultivados pelo pai. Influenciado pela amizade com Alexander Dudkin, um membro do subterrâneo revolucionário e participante dos *raznochintsty*<sup>115</sup> e pelo misterioso

---

<sup>115</sup> Berman define os *raznochintsty* como a nova geração de um novo estilo de intelectuais que emergem em cena na década de 1860. Eram “homens de várias origens e classes”, termo administrativo para todos os russos que não pertenciam à alta ou à baixa nobreza. (...). Quando os *raznochintsty* realmente apareceram, filhos de sargentos, alfaiates, padres de vilas e funcionários, irromperam em cena com agressiva estridência. Orgulhavam-se de sua vulgaridade franca, de sua falta de requinte social, de seu desprezo por tudo que fosse elegante (BERMAN, 1986, p. 203-204).



Lippanchenko, um agente duplo que trabalha secretamente para a polícia, Nikolai põe em prática o plano concebido por este último, para matar o seu próprio pai, implantando em sua casa uma bomba relógio.

Passagens da história são exploradas por Berman para relacionar com os movimentos reais que aconteciam pelas ruas de Petersburgo. A Nevski continuava a ser a via mais importante da cidade, por onde a nobreza, em suas carruagens, ainda circulava pensando em estar isolada da “escória das ruas”, protegidos pelas paredes que os acolhiam internamente ao movimento frenético dos que circulavam a pé pela grande avenida. Apollon ao passar pela Nevski, não suportando mais as pessoas reais que por ali circulavam, pensava que as ilhas onde o proletariado se localizava, no cinturão de fábricas que cercavam Petersburgo, deveriam ser esmagadas. Em um cruzamento, cercada por um curso de veículos, a carruagem parou e deu-se então o encontro com um grupo de *raznochinsty*, que, tendo reconhecido o senador, fulminou-o com olhares intimidadores provocando uma atitude altamente defensiva da autoridade. Esta sequência dá a entender o quanto Petersburgo havia mudado ao longo destes últimos anos. Esse encontro arquetípico, que desde o Homem do Subterrâneo (o “homem comum” de “*Notas do Subterrâneo*”) ocorre entre os cidadãos e as autoridades, não é mais favorável às altas patentes, acostumadas a ignorar a presença dos cidadãos. Agora são eles que impõem respeito e, mais do que isso, impõem poder e medo. Em uma outra ótica, mais localizada, também a cidade de Caxias, nos anos de 1930, não era mais a mesma: crescia a olhos vistos, recebia muitos outros imigrantes, desta vez brasileiros, que vinham trabalhar em suas fábricas, e enfrentava as agitações políticas que impunham, a ela e aos seus cidadãos, novas e controversas decisões.

Voltando ao romance de Bieli, Apollon, com temor, reconhece alguns rostos do grupo e relaciona-os com o seu filho, que acabou por firmar amizades com quem ele mais temia, em busca de um “outro mundo”, mais vibrante e autêntico que o seu. (BERMAN, 1986, p. 246). O mesmo temor com que Ângelo interpreta a relação de Lourenço com suas novas amizades. Nos encontros entre Dudkin e Nikolai, na busca por suas experiências revolucionárias, Lippanchenko entrega ao filho de Apollon a bomba que ele mesmo fez para provocar o atentado. A história então se desenvolve em um ritmo ditado pelas vinte e quatro horas que decorrem entre a instalação da bomba que pretende dar fim a Apollon e o desfecho da obra. Dudkin

se horroriza com a atitude de Nikolai e ambos tentam reverter a situação, em meio ao turbilhão surreal desenvolvido por Bieli, onde pessoas passam a se decompor, emocionalmente e fisicamente, pela Nevski, dando a entender que o fim de uma era estava por vir, como prenúncio dos sombrios tempos pelos quais Petersburgo e a Rússia irão passar em 1917. Novamente em uma visão mais localizada, Caxias do Sul, assim como toda a RMSG, também passaria por momentos difíceis com a imposição do nacionalismo pelo Estado Novo, procurando eliminar os traços culturais dos descendentes de italianos, bem como de alemães, situação que se agravou com a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Berman destaca ainda em *Petersburgo* que o encontro entre Dudkin e Nikolai, que começou com mistificação, histeria e terror, evolui dialeticamente em direção a uma real epifania e a um triunfo humano, onde o modernismo aparece como a chave:

(...) o modernismo, como Bieli o retrata, mostra aos homens modernos como eles podem manter-se unidos em meio a um mar de futilidade e absurdo que ameaça engolfar suas cidades e suas mentes. Dessa maneira, o modernismo de Bieli revela-se uma forma de humanismo. Chega a ser uma forma de otimismo: insiste em que, no final, o homem moderno poderá recuperar a si mesmo e a seu mundo caso consiga reunir o autoconhecimento e a coragem para jogar longe sua bomba parricida (BERMAN, 1986, p. 252).

Ou seja, o autor comprova aqui o que já dissera anteriormente em sua definição de ser moderno: a modernidade que anula fronteiras e envolve a todos em um ambiente de constante desintegração e mudança, provocando angustias, lutas e contradições, acaba também unir os homens em prol do desejo de recuperar a si mesmos e a seu mundo, na busca pela crítica e pelo autoconhecimento.

Após viajar para São Paulo em busca do reencontro com seu pai e o encontro com os irmãos gerados pela família criada por Máximo e Tereza, Lourenço realiza um importante desejo, o de conhecimento de sua história. Porém continua a sentir-se solitário, desencaixado também daquela realidade, diversa de sua cidade natal, Caxias, mas que desperta nele o mesmo sentimento de não pertencimento. Os seus ideais são políticos e sua “relação familiar” é para com os pares que compõem o partido que desejava a revolução. Parte em uma longa

viagem para a Europa e, posteriormente, para a América Latina, em uma busca incansável para colocar em prática suas ambições reformadoras, pois o Brasil estava se tornando, àquele momento, um terreno perigoso para ele e para os simpatizantes da esquerda. Anos mais tarde, cansado de aventuras que lhe renderam experiência, mas foram igualmente infrutíferas, retorna à sua Caxias. Durante esse tempo, longe de tudo e de todos, não ficara sabendo da morte de seu padrasto Ângelo Gardone, cujo infortúnio desencadearia entre os seus irmãos, um complicado processo de sucessão do qual ele decidiu não tomar parte. Desiludido com o discurso e as atitudes dos integrantes do partido que estava sendo sufocado após o golpe de Estado de Getúlio Vargas, e com as reviravoltas que o destino lhe imputava constantemente, tenta refazer a sua vida como professor e advogado no lugar onde repousavam suas verdadeiras raízes.

Porém naquela cidade, e em toda a região, àquele momento, se travava uma luta contra o “apagamento cultural” de suas origens coloniais, preconizado pelo desejo de nacionalizar o Estado Brasileiro, enaltecendo e implementando, à duras golpes, a tentativa de se estabelecer no país uma cultura única, criada através de símbolos, marcas e tradições resgatadas, recriadas e idealizadas como representativas do povo brasileiro.

A cidade, nascida de imigrantes há pouco mais de cinquenta anos, tinha muito caminho a andar antes de se tornar “brasileira”. Todos pareciam andar esquecidos de que durante metade desses anos, nem escola em língua nacional existia para os filhos dos imigrantes. Agora havia pressa. Exigia-se o fim dos sermões em língua “estrangeira”. Fazia-se chacota contra a língua “bastarda” que se falava nas ruas da cidade (...). Cobrava-se, com boa dose de fúria, que as professoras pusessem de castigo crianças que falassem seu italiano bastardo no pátio das escolas. Mas onde a verberação chegava ao ponto de fervura era na campanha pelo fim dos nomes estrangeiros em lugares públicos e logradouros. Uma cidade que tinha na praça central o nome de Dante Alighieri, que tinha uma rua Itália, uma rua Mântua, um Hotel Roma “daria ao ilustre visitante ou amável *touriste*, a falsa idéia de estar entrando numa cidade estrangeira” (POZENATO, 2006, p. 242).

O narrador de “*A Babilônia*” expressa nestas linhas uma questão que viria em um crescente, e se pronunciaria mais enfática na região de colonização italiana, da mesma forma que no território ocupado pelos descendentes de imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, a partir do crescimento das tensões desencadeadas

pela deflagração da Segunda Guerra Mundial, principalmente quando a Itália se mostrou favorável à aliança com a Alemanha, em total contradição ao apoio do Brasil aos aliados.

Mesmo antes deste momento bastante perturbador para as relações entre brasileiros, italianos e alemães, o personagem Lourenço, conforme a caracterização do autor e através da voz onisciente do narrador, demonstrava extrema preocupação com a realidade que ameaçava destruir a memória de seus antepassados. Em seus pensamentos, e recordando as experiências vividas,

(...) sentia-se mal com esse ranço xenófobo que virava epidemia na cidade. Na Catalunha, depois da Provença, vira defesas acirradas da língua local, contra a máquina niveladora das línguas nacionais. Ser internacionalista não exigia perder a língua materna, nem o sotaque da cidade. Esse nacionalismo estreito, de eliminação das diferenças, de busca de uniformidade não passava de um modo disfarçado de eliminação da consciência. Era uma estalinização pela direita. Mas, como os extremos se tocam, estavam os estalinistas de braços dados com a avalanche “patriótica” (POZENATO, 2006, p. 242).

O desejo pela “uniformização cultural” de povos com costumes e práticas sociais tão diversas, nem sempre foi alcançado. A riqueza cultural de um país, de um território ou de uma região, se estabelece, justamente, pela convivência harmônica e pacífica entre as alteridades. Como já afirmado anteriormente, na Introdução deste estudo, nem mesmo a Globalização, assim denominada, logrou unificar as diferenças entre os povos e as nações. Ao contrário, este processo, que ainda se desenvolve entre todos os homens, acabou por valorizar ainda mais as especificidades sociais e culturais das diversas etnias que se expressam sobre o planeta.

Lourenço, ciente disso, procurou então defender, com o seu conhecimento, e contra as arbitrariedades do regime autoritário que se estabeleceu naquele momento no país, os menos favorecidos e mais vulneráveis nesse processo. Ao final do romance, sentindo-se agora liberto de suas amarras ideológicas, reata o seu compromisso, há muito desejado, com Sílvia e, juntos, iniciariam uma nova família que seria formada longe de Caxias, muito provavelmente, por indicação do autor, no Rio de Janeiro. A união de Lourenço e Sílvia, representaria, desta forma, o

nascimento de um novo mundo: de paz, união, amor e respeito. Um mundo muito diferente da “Babilônia” em que viviam.

Desta forma Pozenato conclui a trilogia que procurou contar, de forma representativa e contextualizada, as primeiras décadas de uma longa história iniciada pelo movimento de imigração italiana em solo rio-grandense. Uma história que continua a ser contada e que faz parte da cultura, da tradição, dos costumes e da memória de todos os brasileiros.

#### 4.5. Considerações sobre a análise

Ao escrever os romances “*A Cocanha*”, “*O Quatrilho*” e “*A Babilônia*”, Pozenato transporta para a ficção a história de imigrantes italianos que buscaram, com a decisão de partida, libertar-se das amarras que os aprisionavam a uma realidade de dificuldades em direção à reconstrução de suas vidas em um novo mundo, em um país distante, mas que se apresentava repleto de possibilidades. Ambienta suas narrativas com a transcrição de relacionamentos divididos entre a união comandada por convenções sociais, preceitos religiosos e a paixão, que pode, segundo justifica, por vezes ser arrebatadora. Discorre, mediante traça o perfil de seus personagens, sobre as dúvidas e incertezas, sobre as aproximações e vinculações, sobre os afastamentos e distanciamentos, provocados pelos posicionamentos ideológicos e políticos que passam a permear a vida moderna. Utiliza, ao longo do texto que dá vida às histórias dos personagens, a linguagem do cotidiano, com o uso de expressões dialetais, que tanto caracterizaram, e ainda hoje caracterizam, a forma de expressão e o modo de falar de grande parte dos cidadãos que circulam pelas áreas urbanas e rurais que conformam a RMSG. Isso demonstra, de certa forma, o quão marcante é o uso da língua, no caso aqui o *Talian*, mesmo que transformada mediante sua construção ao longo do tempo, em todas as suas formas de expressão, como característica de identidade e diferenciação entre “nós e

os outros”, e que permanece, como uma marca, mantendo-se presente no dia a dia destas comunidades.

Do momento de chegada até os anos que antecederam a Segunda Guerra Mundial, a família de descendentes formada por Aurélio e Rosa Gardone perpassa, geração após geração, por quase 60 anos de história em um importante momento da constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Os integrantes dessa ação estão representados por personagens construídos e imaginados pelo autor, em constante interação com um ambiente análogo ou muito próximo ao real, construído mediante extensa e criteriosa pesquisa histórica.

Em “*A Cocanha*”, tem-se o relato dos primeiros anos que deram início à colonização italiana em terras rio-grandenses, desde o momento de partida de uma Itália recém unificada às dificuldades enfrentadas na chegada e na ambientação junto à floresta virgem, motivado pelo desejo de reconstruir, em um país distante, desconhecido, porém promissor, uma nova vida baseada em promessas e expectativas, mas também em incertezas. O movimento emigratório que ocorreu na Itália, especialmente no final do século XIX, foi motivado pela modernidade, que impulsionava a transformação de um país ainda com características medievais em um estado capitalista. Não fossem as conquistas tecnológicas advindas da Revolução Industrial, seria pouco provável que milhares de italianos, em sua grande maioria camponeses, pudessem atravessar um oceano para se fixarem nas terras do Novo Mundo, no chamado “País da Cocanha”. Esta análise fica implícita na história contada pelo autor, que perpassa também pelo estranhamento provocado pelo contato entre povos e culturas tão distintas, pelo despertar do sonho em meio à dura realidade e pelo encantamento com as possibilidades que se descortinavam mediante o trabalho árduo que, pouco a pouco, transformava o espaço em lugar.

Vencidas as primeiras dificuldades, a região passou a se organizar econômica e socialmente em comunidades, vilas e pequenas cidades. É nesse cenário, ambientado nos anos iniciais do século XX que se inicia a narrativa do segundo romance da trilogia. Em “*O Quatrilho*”, a curiosa e, para os padrões morais daquela época, transgressiva história da troca de casais, é o ponto de partida para a análise das transformações políticas, econômicas e sociais que passaram a ocorrer

a partir da segunda geração de descendentes dos primeiros imigrantes que ali se estabeleceram.

Ao longo do entrelaçar de histórias, como foi demonstrado, os personagens construídos pelo autor apresentaram-se marcados pelo paradoxo e pela contradição. Casamentos foram legitimados e desfeitos, sociedades foram consolidadas e desintegradas, dogmas religiosos foram confirmados e contestados, novos relacionamentos, até então improváveis, foram estabelecidos. Acontecimentos estes provocados pelo turbilhão de mudanças que submetia a todos à desorientação e à incerteza dos novos tempos e, principalmente, ao desejo de lutar em direção à felicidade e à realização pessoal. Para atingi-las, conforme verificado ao longo do romance, foi necessário deixar para trás tudo o que era considerado imutável, abandonar as raízes que fixavam o indivíduo ao seu chão, soltar as amarras que os prendiam à sociedade e apostar no futuro, sem medo do desconhecido. Assim o fizeram Ângelo, Tereza, Máximo e Pierina, figuras centrais do romance. E assim também o fizeram os personagens das histórias, contos e romances analisados por Berman em seu estudo no intuito de anular as fronteiras raciais, geográficas e de classe social, que segmentavam o ser humano. Viver essa experiência, em tempo e espaço definidos, é, segundo Berman, viver a experiência da modernidade.

A leitura crítica de *“O Quatrilho”* revela muitas dessas experiências. Ao longo da história, os protagonistas principais e, em especial, o personagem Ângelo Gardone, passam por uma transformação visivelmente caracterizada pela busca de um sentido maior para as suas vidas e pela conquista de seus lugares no mundo. Ao assumir, desde muito cedo, responsabilidades e obrigações familiares, muitas delas a ele impostas por ser o primogênito, Ângelo busca superar muitos desafios para se estabelecer como indivíduo dentro de uma sociedade onde regras o obrigavam, para obter consideração e respeito, a formar uma família e partir em busca do seu pedaço de chão, no qual produziria o seu sustento e o de seus descendentes. Ao longo da história sua personalidade vai adquirindo características marcantes. Deixa para trás a insegurança que lhe era uma característica e conquista, pouco a pouco, uma posição que lhe rende segurança e autoridade em suas decisões. De formação católica, sempre buscou nos sacramentos o seu alicerce e tinha, na figura do padre Giobbe, a representação da autoridade máxima. Consultava-o para todos os assuntos, inclusive para os não relacionados à religião, e aceitava respeitosamente

os conselhos que lhe eram dados. Mas isso não o impediu de seguir em frente com sua vida, quando a traição de Tereza, sua mulher, se consuma e decide, ao contrário do que preconizavam a Igreja, os fiéis e as regras daquela sociedade, assumir um segundo matrimônio com Pierina.

Da mesma forma, Tereza e Máximo também reivindicam ao longo da história o desejo de serem felizes juntos. Para tanto desfazem relacionamentos, abandonam tudo aquilo que haviam construído, rompendo com os paradigmas até então imutáveis. Os dogmas da igreja católica são colocados em xeque e, muitas vezes, revistos. A autoridade dos padres é questionada.

O impulso ao progresso, representado pelo surgimento dos novos meios de transporte, como o trem e o automóvel, diferenciam drasticamente a área rural da área urbana, marcam os novos tempos, principalmente para os negócios, e denotam o desenvolvimento contundente do capitalismo, que determina e organiza cada vez mais o sistema produtivo. O dinamismo da moderna economia transforma os ambientes e as relações comerciais, desmancha o que antes existia para recriar algo novo para mais adiante novamente desintegrá-lo. As crenças e costumes também são postos em xeque. Os personagens questionam os seus próprios dogmas religiosos, fazendo despir de seus halos, figuras consideradas até então sagradas, para torná-las em condição de igualdade para com todos. O individualismo aflora, e se torna uma característica premente do indivíduo moderno.

A transferência, de uma localidade à outra, sempre em busca de melhores condições econômicas e sociais, coloca-os em contato com novas realidades. A vida na cidade é muito diversa da vida no campo. E essas diferenças são muito bem exploradas pelo autor. A convivência e o diálogo com os cidadãos de Caxias e de outras localidades, nos quais são percebidas ideias e conceitos bastante distintos aos praticados na colônia, acabam por se constituírem em experiências fundamentais para delinear os novos rumos que serão, a partir daquele momento, trilhados pelos protagonistas. Fatos estes também pontuados e explorados de forma contundente em *“A Babilônia”*, romance que completa a trilogia. Nele, a terceira geração da família Gardone, da qual Lourenço, filho de Pierina e Máximo é o principal protagonista, juntamente com os demais personagens criados pelo autor, se confrontam com importantes mudanças sociais e econômicas, principalmente



políticas, que reorganizam todas as relações sociais, aprofundam as diferenças e questionam práticas, costumes e crenças, colocando em risco a expressão cultural tão característica daquela sociedade.

O surgimento dos modernos meios de comunicação, que iniciam um longo processo de integração, cada vez mais efetivo, entre sociedades, realidades e culturas tão diversas, são também os responsáveis pela disseminação, entre todos aqueles que a eles tem acesso, de ideias e ideais dos mais diversos. O crescimento da economia, como decorrência do processo de industrialização, promoveu na RMSG, a expansão das cidades e o aparecimento de novas classes sociais, que passaram a reivindicar seus direitos e não somente os deveres como cidadãos. Na narrativa de Pozenato, Lourenço protagoniza o embate entre as “velhas” ideias representadas pela condução dos negócios de seu padrao Ângelo, e os “novos” ideais revolucionários que circulam em âmbito mundial, que acabam por reverberar com certa influência no país. Esta realidade impôs à sociedade tradicional, formada por imigrantes italianos e seus descendentes, mudanças radicais na condução de suas práticas, influenciando sobremaneira no modo como se percebiam socialmente e etnicamente entre si e os outros.

Mesmo que Pozenato não tenha utilizado a obra de Berman como referência para a produção de seus romances, demonstrou-se aqui serem eles passíveis de análise por meio das considerações do escritor e filósofo americano. Também é possível afirmar que *“A Cocanha”*, *“O Quatrilho”* e *“A Babilônia”*, mesmo não tendo sido escritos com a intenção de demonstrar a modernidade, como agente propulsor das transformações das relações econômicas, sociais e culturais na região de colonização italiana ao longo do tempo, se enquadram no sentido de evidenciá-la. O autor conseguiu, através da representação de uma sequência de períodos históricos protagonizados por personagens que neles vivenciam mudanças importantes em suas vidas, enquadrar as suas obras de forma muito adequada dentro de um quadro de transformações sociais, políticas e econômicas impulsionado pela modernidade. Percebe-se, ao longo da leitura, a passagem do campo para a cidade, representada pela conversão de parte significativa de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, movimento esse desencadeado pelo processo de industrialização daquela região ao longo dos anos, porém sem que costumes, tradições, modos de agir e de se expressar sejam totalmente modificados. Ademais, a essência que caracteriza a

identidade de cada personagem não sofre grandes alterações no decurso de suas existências, o que os faz continuar ligados, mesmo que não só fisicamente, mas também, e principalmente, em pensamento e lembranças, ao lugar de onde orgulham-se e entendem pertencer.

Ao final desta análise, constata-se que a modernidade, com todas as implicações e transformações que a caracterizam, está presente nas histórias criadas para a composição dos romances por Pozenato, apresentando-se da forma como Berman a define: uma experiência vital que coloca a todos em um ambiente que promove aventura, transformação e crescimento, ao mesmo tempo que ameaça destruir tudo o que se tem, o que se sabe e o que se é. Através desta experiência, os personagens vivenciaram os paradoxos e contradições, as ambiguidades e angústias que ora os uniam, ora os colocavam em oposição, mas que ao mesmo tempo os transformavam, os faziam crescer e se reconhecer, enfim, como indivíduos e cidadãos. Um retrato da vida real, onde se percebe que, através da história de vida dos personagens que representam, ficcionalmente, todos aqueles indivíduos integrantes da RMSG, existe uma identificação construída no tempo e espaço, com o lugar que ajudaram a criar e a dar sentido, lugar onde nasceram, cresceram e obtiveram as suas experiências, lugar onde cultivam suas práticas, crenças e sociabilidades, lugar onde desempenham, como portadores da memória de seus antepassados, a salvaguarda de seu patrimônio cultural. Representantes, enfim, dos verdadeiros e reais protagonistas de uma grande e interessante história que jamais se finda, ao contrário, se perpetua indefinidamente, e da qual são os únicos responsáveis pelo seu desenrolar, mediante, é claro, o impacto de suas ações voltadas à criação, recriação e manutenção de sua cultura peculiar, que reforça e reafirma sua identidade e, de forma semelhante, a sua italianidade.

## **CAPÍTULO 5. PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA COLETIVA: MARCAS E SÍMBOLOS DA AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE**

*“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”.*  
*Liev Tolstói (1828-1910)*

Este Capítulo tem por objetivo promover uma reflexão sobre a realização arquitetônica e urbanística presente nos espaços urbanos e rurais da região objeto do estudo, bem como dos costumes, crenças e práticas a eles associados. As transformações do território, do espaço em lugar, passam, necessariamente, pela materialidade da edificação dos lares, dos espaços de devoção, dos locais de trabalho, das vias, ruas, esquinas, praças e parques. Todos estes elementos, que juntos compõem os ambientes rurais e urbanos, são criados através da genialidade e engenhosidade do homem, mediante o seu conhecimento e as condições naturais e geográficas que o espaço lhe impõe.

O homem é essencialmente um ser cultural, característica que o distingue dos demais animais existentes no planeta, tornando-o único. A relação entre ele e a cultura, fruto de sua própria existência, é intrínseca e profunda. Ela molda a forma como o homem e seus pares vivem, pensam, comportam-se e interagem em sociedade, enquanto, ao mesmo tempo, vai sendo delineada e adaptada pelo próprio homem, que é, na verdade, o seu criador, o seu portador e o seu perpetuador para as próximas gerações. A expressão de tudo isso se encontra traduzida na confecção de infinitos objetos que se fazem materializar no *lócus* de sua vivência, em cujas concretudes estão presentes os traços, os rastros e os símbolos culturais inerentes. Da mesma forma, se faz presente na criação das imaterialidades, nos costumes, ensinamentos e práticas aprendidas ao longo dos anos, em determinado tempo e espaço, que conduzem e coordenam suas ações e interações sociais, sua forma de viver, pensar e agir, contribuindo para a formação e consolidação da sua identidade.

Portanto, na integralidade ou mesmo nos fragmentos das materialidades e imaterialidades, é que se encontram as referências de identificação destes indivíduos com o seu lugar. E é na totalidade deste conjunto complexo de

expressões, que compõem o patrimônio cultural de um povo, que se encontra impresso o seu “código genético”: sua origem, sua marca, sua história, sua memória, suas vocações e possibilidades futuras.

A análise do processo histórico que deu origem à RMSG e conseqüentemente das diversas etapas de seu crescimento, onde as gerações de descendentes dos primeiros imigrantes impulsionaram, através da força de seu trabalho e de sua cultura, a transformação do território, fundamenta a compreensão de como as práticas culturais imprimem no espaço e no tempo, as marcas indelévels desta ação sobre ele. A constante mudança na paisagem natural e nos ambientes urbanos e rurais, no contexto da modernidade, altera a materialidade e a imaterialidade nele presentes. No transcurso deste processo, rastros, marcas e símbolos permanecem sobre o território, em um ambiente comum a todos, onde uma ou mais comunidades partilham de um mesmo patrimônio cultural, cuja preservação e manutenção conferem a ele valor e importância, como referência de sua origem, de sua memória e de sua identidade, no caso específico deste estudo, uma italianidade que se fez e se faz presente ao longo destas transformações. Práticas, costumes, hábitos, técnicas, conhecimento e sentimentos são repassados de pai para filho e compartilhados com os povos e etnias que vieram a se somar aos primeiros italianos. É desta forma que a RMSG vem sendo modificada.

Algumas cidades da região, como Antônio Prado, detentora do maior e mais completo conjunto arquitetônico da colonização italiana no Brasil, e, mais recentemente, Santa Tereza, foram tombadas pelo IPHAN como Patrimônio Nacional. Antônio Prado foi o primeiro dos municípios da região colonial a receber esse reconhecimento no ano de 1990, depois de mais de uma década de estudos que procuraram embasar e justificar esse processo. A maior parte dos bens relacionados no tombamento encontram-se no núcleo urbano central, formado por um conjunto de edificações em madeira e alvenaria muito expressivo, o que não significa dizer que somente este espaço seja de interesse cultural. Também em sua área rural são encontrados diversos imóveis que igualmente sobreviveram ao tempo e hoje, reconhecidos, se revestem de grande valor histórico e arquitetônico, como marcos da colonização italiana no sul do Brasil. Santa Tereza obteve o mesmo

reconhecimento em 2012<sup>116</sup> e é considerada pelo IPHAN como sendo, dentre os núcleos urbanos da região nordeste do Rio Grande do Sul, o mais íntegro, mantendo quase intactas as características originais de seu traçado.

Não somente o patrimônio material, aquele edificado, mas também o imaterial, aquele vivido e transmitido, se encontra igualmente preservado pelas muitas instituições locais e pela cultura popular. Esse amplo conjunto de expressões culturais e tradições preservadas e transmitidas de geração para geração, se encontra presente nas numerosas festividades que promovem comemorações, eventos, solenidades, celebrações religiosas e encontros de parentelas, todos muito tradicionais e concorridos na região. Dentre os muitos elementos que compõem o patrimônio imaterial, está a língua. Os diversos dialetos de origem vêneta, falados pelos primeiros imigrantes que aqui se estabeleceram, sofreram, ao longo do tempo, associações que incorporaram também expressões do idioma local. Esta fusão, que deu origem ao *Talian*, um sistema de comunicação que se transformou em um linguajar próprio e único, comum aos imigrantes e seus descendentes e praticado por muitas pessoas, principalmente nas regiões do sul do país, foi reconhecido e certificado pelo IPHAN como Referência Cultural Brasileira em 10 de novembro de 2014<sup>117</sup>. A “língua de uma italianidade”, continua a ser uma das principais características que une, em laços de pertencimento, os habitantes da RMSG, constituindo-se em incontestável referência de sua identidade.

São, portanto, inúmeros os casos e as situações que poderiam ser aqui identificados e elencados, onde se verificam a integração, a interação e as inter-relações entre os cidadãos e sua expressão sobre o território, advindas de uma cultura tão peculiar. Devido a impossibilidade de identificar e relacionar a totalidade destes, serão apresentados neste Capítulo alguns dos muitos exemplos focados na

---

<sup>116</sup> O núcleo urbano de Santa Tereza foi tombado pelo Iphan, em 2012, e é composto por 25 casas de madeira e de alvenaria construídas nos séculos XIX e XX, pelos imigrantes que vieram de diferentes regiões da Itália. **Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Santa Tereza (RS)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/395>. Acesso em: 28 nov. 2020).

<sup>117</sup> Certificação da inclusão da língua *Talian* no Inventário Nacional da Diversidade Linguística, conforme atestado pelo processo de n.º 01450.010077/2014-66 e dossiê correspondente, fazendo jus ao título de Referência Cultural Brasileira, conforme o Decreto 7.387, de 09 de dezembro de 2010. **Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Idioma Talian**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao\\_%20Talian.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_%20Talian.pdf). Acesso em: 19 mai. 2019).

preservação patrimonial, material e imaterial, que vem sendo implementados na região ao longo de todos estes anos, e que foram intensificados a partir das legislações que passaram a considerar e incluir no rol de bens nacionais, a produção artística e cultural de outras etnias que compõem o rico acervo cultural brasileiro. Assim como ações propostas e praticadas também neste sentido, promovidas por diversas entidades atuantes nas comunidades ou vinculadas à iniciativa privada e pública. Foi principalmente a partir dos preparativos para as comemorações do Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul, que a produção literária e técnica, baseada no conhecimento e no resgate da história da colonização, obteve um incremento significativo, justificando ainda mais a valorização e a salvaguarda dos muitos elementos integrantes desta expressão cultural sobre o território.

Preservar e manter o patrimônio histórico e cultural de uma comunidade, significa também conservar e perpetuar a sua memória e sua identidade. Dentre as ferramentas que possibilitam a valorização, o uso racional e a sustentabilidade desse patrimônio, está o turismo. A estreita relação existente entre turismo e patrimônio possibilita que esta atividade, já bastante característica da RMSG, se constitua em uma ferramenta importante para alavancar a economia através da dinamização dos negócios existentes, da atração de novos e da geração de novas fontes de renda, que permitam a sustentação econômica destes bens. Além disso, o interesse pelo conhecimento e pela oportunidade de experimentar novas culturas, faz com que o turismo se torne também um grande aliado no sentido da promoção de novas ações que venham a se refletir na preservação patrimonial, na valorização e conservação da memória e identidade locais. Este turismo cultural<sup>118</sup>, ou turismo de experiência, promove o contato mais direto entre o turista e os habitantes locais, proporcionando ao primeiro uma imersão no cotidiano, nos costumes, nas práticas, enfim, na cultura dos moradores. Neste sentido, como se verá a seguir, diversas são

---

<sup>118</sup> Segundo as informações constantes no caderno "*Turismo Cultural: orientações básicas*", publicado pelo Ministério do Turismo através da Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, o turismo cultural é marcado pela motivação do turista em se deslocar ao destino especialmente com a finalidade de vivenciar os aspectos e situações que são peculiares da nossa cultura. Implica em experiências positivas do visitante com relação a sua interação com o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a favorecer a percepção de seus sentidos e contribuir para sua preservação. Vivenciar significa sentir, captar a essência, e isso se concretiza em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se às formas de interação para conhecer, interpretar, compreender e valorizar aquilo que é o objeto da visita; a segunda corresponde às atividades que propiciam experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do atrativo motivador da visita (BRASIL, 2010).

as ações que vem movimentando toda a região, como forma de valorizar e promover as características peculiares do seu território. Valorizar e promover significa difundir o conhecimento sobre esses bens e facilitar seu acesso e usufruto. Significa também reconhecer a importância da cultura na relação turista e comunidade local, aportando os meios necessários para que essa convivência e vinculação aconteça de forma harmônica (BRASIL, 2010), servindo também como fonte de conhecimento e inspiração para formação e desenvolvimento cultural. Neste contexto as ações em prol da conscientização da importância da preservação patrimonial como forma de manutenção da cultura própria de um determinado lugar, perpassam por instrumentos que promovam a difusão e oportunização à educação patrimonial, a atração e o envolvimento de toda a sociedade através da participação popular, de entidades e associações comunitárias e institucionais, propiciando, desta forma, melhores condições de entendimento nas discussões e proposições. Além disso, estas contribuições se tornam fundamentais para a implementação de mecanismos que permitam uma gestão mais eficiente e comprometida com as especificidades daquela região.

Pintar a sua aldeia, conforme o conselho do escritor russo Liev Tolstói (1828-1910), ou mesmo registrá-la e documentá-la por meio de fotografias, textos e áudio visuais, poder compreendê-la para então divulgá-la para o mundo, é realmente a única forma de torná-la universal, da mesma forma que também universal poderá se converter aquele que a está representando. Embora possa parecer um contrassenso, a compreensão de que as origens culturais, vinculadas às tradições e práticas vivenciadas no lugar de nascimento, não dizem respeito somente a um indivíduo ou conjunto de indivíduos específico, mas sim à toda a experiência de vida da humanidade, é que faz todo o sentido. O resgate das relações únicas entre cultura, valores e identidade, transformam o ser humano em um portador de experiências acumuladas, que, quando divulgadas e compartilhadas, passam a compor um conjunto de conhecimento universal. Conhecer o passado para, no presente, projetar o futuro.

### 5.1. Antônio Prado: de *Paese Nuovo* à Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Às margens direita do Rio das Antas, próximo do antigo *Passo do Simão*, denominação dada em homenagem a um dos primeiros moradores daquela localidade, iniciava-se o caminho que levaria às terras altas da sexta colônia italiana demarcada na região nordeste da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Território montanhoso e coberto por mata nativa, ficou conhecido como *Paese Nuovo*<sup>119</sup> pelos seus primeiros habitantes, imigrantes italianos, em sua grande maioria, muitos provenientes da Colônia Caxias (BARBOSA, 1980, p. 13-14).

Oficialmente, o primeiro documento relacionado à fundação data de 14 de maio de 1886 e foi enviado à Província pelo Bacharel Manuel Barata Góis, engenheiro-chefe da Comissão de Medição de Terras. O ofício informava as prováveis despesas para o assentamento dos imigrantes na nova colônia e sugeria o nome “Colônia Antônio Prado” em homenagem ao Conselheiro Antônio da Silva Prado (1840-1929), então ministro da Agricultura do Império que, devido à sua grande influência no Parlamento à época, foi um dos promotores da vinda dos imigrantes italianos ao Brasil, tendo se envolvido diretamente na criação dos núcleos coloniais na região nordeste da então Província (ROVEDA, 2005, p. 40-41).

A Colônia Antônio Prado ficou vinculada ao município de Vacaria, pertencente aos Campos de Cima da Serra, constituindo-se em seu quinto distrito até receber a sua emancipação em 11 de fevereiro de 1899<sup>120</sup>. Essa relação de

---

<sup>119</sup> Em uma livre tradução da língua italiana, *Paese Nuovo*, poderia ser transcrito para o português como pequeno território ou burgo novo. A denominação, à época da demarcação das terras da futura Colônia Antônio Prado, teve sua origem no costume dos primeiros imigrantes que assim utilizavam a denominação *Paese* em referência ao seu lugar de nascimento e moradia, ao mundo particular que lhes pertencia, quando ainda viviam em terras da península itálica. Muito possivelmente essa designação, assim como muitas outras que também foram (e ainda são) utilizadas para nomear lugares e povoações, principalmente nos primeiros anos de ocupação, possuía uma relação afetiva, linguística e cultural que remetia à terra de partida e proporcionava o desenvolvimento de uma contínua relação de identidade para com o seu lugar de chegada.

<sup>120</sup> Decreto nº 220 de 11 de fevereiro de 1899. Por meio deste decreto, a Colônia Antônio Prado foi elevada à categoria de Vila, tendo, o seu território configurado através de limites geográficos delimitados e passou a pertencer à Comarca de Vacaria. **Fonte:** RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 220, de 11 de fevereiro de 1899.** Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-220-1899->



proximidade, não somente geográfica como administrativa, entre as localidades, permaneceu por muitos anos, influenciando muitas famílias italianas que se estabeleceram na colônia a migrar, posteriormente, para o município de Vacaria, motivo pelo qual também este possui grande influência da cultura da imigração italiana o que pode ser observado em algumas de suas construções, em sua história e em seu crescimento econômico, ao longo de todos esses anos.

A implantação do núcleo urbano de Antônio Prado ocorreu de forma semelhante aos demais núcleos coloniais (POSENATO, 1989, p.13), segundo um traçado retilíneo previamente definido pela demarcação executada pelos engenheiros e agrimensores que utilizaram esse sistema de divisão de lotes em praticamente todas as áreas destinadas à ocupação pelos imigrantes. Uma praça central congrega ao seu redor os principais equipamentos públicos como a Prefeitura Municipal, os bancos, as sedes de associações, a Igreja Matriz e os principais prédios comerciais. A partir dela, uma sucessão de ruas e avenidas que se entrecruzam em ângulos retos, definindo quadras regulares, complementam o traçado independentemente do relevo irregular que define a topografia de todo o território.

A construção das edificações seguiu os mesmos parâmetros e processos pelos quais os demais núcleos urbanos da RMSG foram submetidos: às edificações provisórias, erguidas com a utilização da madeira abundante na região, sucederam as edificações primitivas, também estas construídas em madeira, mas com a utilização de outros materiais como a pedra, que, posteriormente, deram lugar à construções mais elaboradas e de maiores dimensões, que passaram a incorporar à utilização da madeira, diversos outros materiais provenientes do beneficiamento industrial, elementos que caracterizaram os dois últimos períodos classificados por Posenato<sup>121</sup>, o Apogeu e o Tardio.

---

[rio-grande-do-sul-eleva-a-categoria-de-villa-a-colonia-antonio-prado-actual-5o-districto-do-municipio-da-vaccaria](#). Acesso em: 30 mai. 2021.

<sup>121</sup> A respeito dos períodos classificados pelo arquiteto Julio Posenato com relação às características construtivas representativas das primeiras edificações erguidas pelos imigrantes na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, consultar a publicação de sua autoria "*Arquitetura da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul: assim vivem os italianos*", cujas indicações e observações encontram-se descritas ao longo do Capítulo 3 desse estudo.

Já nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Antônio Prado, popularmente conhecida àquela época por seus habitantes e visitantes como *Bel Paese*<sup>122</sup>, apresentava um comércio florescente impulsionado pelas trocas que se davam em meio ao movimento intenso que a estrada Júlio de Castilhos, assim denominada ao tempo de sua inauguração, no ano de 1902, promovia, proporcionando a comunicação entre Nova Vicenza (atual município de Farroupilha) e Vacaria, nos Campos de Cima da Serra (ROVEDA, 2005, p. 44). Aquela rodovia (hoje a atual ERS 437) era estratégica para a cidade, porém, para se tornar efetiva, necessitava como complementação, a construção de uma ponte sobre o Rio das Antas, onde a travessia ainda era feita através de balsas, de maneira muito precária. Por motivos políticos a execução desta ponte foi transferida para outro local, para possibilitar a conexão de outros acessos próximos ao município de Caxias do Sul (POSENATO, 1989). A tão esperada obra somente seria inaugurada no ano de 1968. Segundo autores como Roveda (ROVEDA, 2005) e Posenato (POSENATO, 1989), este fato foi o primeiro grande revés que Antônio Prado sofreu, gerando como consequência o isolamento do município por várias décadas.

A abertura da então BR-02 (hoje a atual BR 116) nos finais dos anos de 1930, passou a se constituir na principal artéria de ligação Sul a Norte entre grande parte do território brasileiro. Uma vez mais o traçado desta rodovia deixou a cidade de Antônio Prado fora de sua abrangência, deslocando o grande fluxo rodoviário para longe de seus limites. Conforme comenta Roveda (ROVEDA, 2005, p. 47), “o desvio da ponte e da estrada culminou num golpe quase fatal para a cidade”, provocando a retração no comércio, o fechamento de estabelecimentos comerciais, de hotéis e induzindo ao êxodo de famílias inteiras que migraram para outras localidades em busca de melhores opções de trabalho e sustento. Muitos fugiram do isolamento que condenou o município à estagnação (Tabela 11). Outro fator considerado determinante para o arrefecimento das atividades comerciais na cidade foi a abertura de filiais de seus grandes estabelecimentos em outros municípios, fazendo com que o movimento e as trocas comerciais, que antes tinham lugar na centralidade de Antônio Prado, ficassem restritas às cidades vizinhas (ROVEDA, 2005, p. 48).

---

<sup>122</sup> Em uma livre tradução da língua italiana, *Bel Paese*, poderia ser transcrito para o português como belo território, belo burgo ou bela cidade.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL DO MUNICÍPIO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1887	1.372	-	-
1896	7.376	-	-
1900	8.331	-	-
1922	8.725	1.372	7.353
1940	11.441	-	-
1950	11.101	2.007	9.094
1960	13.559	2.910	10.649
1970	14.776	3.569	11.207
1980	13.159	4.718	8.441
2010	12.833	9.235	3.598
2021	13.041	-	-

**Tabela 11** – Quadro comparativo da evolução do crescimento populacional do município de Antônio Prado desde os primeiros anos de sua fundação como Colônia Imperial até os dias atuais. Nota-se, pela análise dos dados, que o município apresentou um crescimento populacional bastante pequeno ao longo de todos estes anos, tendo praticamente estagnado entre os dados de 1940 e 2010. O movimento maior de migração da área rural para a área urbana ocorreu a partir da década de 1950, sendo mais expressivo a partir da década de 1980.

**Fontes:** POSENATO, 1989, p.34. Complementado pelas demais fontes listadas abaixo:

BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento 1900**. Rio de Janeiro: Thypographia da Estatística, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 28 set 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão Censitária Nacional. **Sinopse preliminar dos resultados demográficos: segundo as unidades da federação e municípios**. Realizado em 01 de setembro de 1940. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd\\_1940.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940.pdf). Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE. Conselho Nacional de Recenseamento. VI Recenseamento Geral do Brasil. **Censo demográfico**. 01 de julho de 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd\\_1950\\_rs.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_rs.pdf). Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. IX Recenseamento Geral do Brasil. **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13742.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BRASIL. Portal do Governo Brasileiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal do Governo Brasileiro. Rio Grande do Sul. Antônio Prado. Panorama. **População estimada em 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 28 set. 2021.

Somados a estes fatores, Posenato (POSENATO, 1989, p. 35) lembra ainda que a crise econômica de 1913, que abalou o crescimento da economia e teve como consequências o aumento do custo de vida em todo o país, refletiu-se também sobre a região colonial italiana. As cooperativas precisaram suspender suas atividades, desaparecendo quase que por completo entre os anos de 1914 a 1929, momento em que se iniciou a Revolução de 1930, que deu fim à chamada República Velha. Sem os benefícios cooperativistas, o crescimento industrial estagnou e até mesmo regrediu no município.

Por outro lado, a relativa estagnação econômica da cidade fez com que sua rica arquitetura colonial, majoritariamente construída em madeira ficasse preservada, longe da “destruição criativa” (HERVEY, 2015). O centro histórico (Imagens 46 e 47) manteve praticamente intacto o seu conjunto edificado, composto por casas, hotéis, estabelecimentos comerciais, prédios administrativos e religiosos. Fato este que despertou o interesse imediato de pesquisadores, estudiosos e intelectuais pela busca da história destas construções, da história das famílias que as edificaram, além do conhecimento das técnicas construtivas empregadas nas suas execuções, por se tratarem de autênticos exemplares de uma arquitetura popular considerada singular em todo o território nacional (POSENATO, 1983; ROVEDA, 2005).

A edificação da casa e dos demais estabelecimentos privados, completava o ciclo que se iniciara com a conquista da terra e dos primeiros hectares, dando ao imigrante o orgulho de ser definitivamente dono de suas posses. A propriedade sintetizava, conforme explica a arquiteta Terezinha de Oliveira Buchebuan (BUCHEBUAN, 2010, p.16), “a superação de todas as adversidades dos pioneiros: a reativa insularidade, a derrubada da mata, as primeiras lavouras, o habitar em abrigos provisórios de madeira, a vergonha pela língua, pela condição social e econômica”. Nos primeiros anos, o uso da madeira para a construção foi amplamente difundido em toda a região devido, como já informado, à abundância e relativa facilidade de beneficiamento. Com o aparecimento das primeiras indústrias de beneficiamento, outros materiais mais duradouros como tijolos, metais, vidros, foram sendo utilizados para substituir as antigas construções, à medida que os núcleos urbanos iam crescendo. Paulatinamente, a alvenaria passou a conquistar o espaço que antes era dado à madeira. De certa maneira, com o passar dos anos, habitar em casas construídas com esse material, independentemente de suas qualidades e dimensões, denotava perante a comunidade um possível insucesso econômico por parte de seus proprietários, tendo em vista que “o elemento de distinção na sociedade de consumo moderno é a própria modernidade dos objetos, não no sentido da utilidade racional, mas, essencialmente, pelo grau de avanço que envolve” (BUCHEBUAN, 2010, p.17). Consumir bens industrializados passava a ser uma prática percebida como moderna, em oposição às práticas usuais do passado.



**Imagem 46** – A Praça Garibaldi, a Igreja Sagrado Coração de Jesus e o centro de Antônio Prado em registro fotográfico de meados dos anos 1940.

**Fonte:** LOPES, in: GZH, 2018a. Memória Jornal Pioneiro. Prati Fotos Antigas / Reprodução. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2018/11/memoria-antonio-prado-records-a-tragedia-de-1936-10632640.html>. Acesso em: 08 jun. 2021.



**Imagem 47** – A Praça Garibaldi, a Igreja Sagrado Coração de Jesus e o centro de Antônio Prado em registro fotográfico de meados dos anos 2020. Percebe-se no registro que pouquíssimas foram as alterações e os acréscimos feitos no entorno da Praça Garibaldi se comparadas ao registro de meados de 1940.

**Fonte:** MATTOS, in: GZH, 2020. Memória Jornal Pioneiro. Prati Fotos Antigas / Reprodução. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/02/29/tombamento-de-casas-historicas-de-antonio-prado-completa-30-anos-e-prefeitura-estuda-fundo-de-apoio.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2021.

Antônio Prado preserva, não somente na área urbana, mas também na área rural, um grande número de exemplares arquitetônicos com elevada qualidade construtiva, onde se destacam os lambrequins, delicados adornos rendilhados executados em madeira (imagens 48 e 49), conforme Buchebuan:

(...) esta arquitetura é o testemunho particular de um processo de aperfeiçoamento no manejo da madeira que, paralelamente à evolução tecnológica da indústria madeireira, permitiu o aparecimento de um tipo característico de construção. As riquezas de detalhes, a exemplo dos imaginosos desenhos dos lambrequins, demonstram o aprendizado e o domínio de uma técnica nova para o imigrante, que teve sua expressão maior nos aglomerados urbanos, ou seja, nas sedes das colônias (BUCHEBUAN, 2010, p. 22).



**Imagem 48** – Lambrequins em madeira da Casa Razzieri Tergolina.

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.



**Imagem 49** – Lambrequins em madeira da Casa Laurindo Paim Sobrinho.

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.

Devido ao fato de Antônio Prado ainda apresentar o que muitos outros núcleos urbanos da região já haviam perdido, e tendo em vista justamente a eminência de que este grupo de construções também desaparecesse, caso não houvesse mecanismos que o salvaguardassem, é que o conjunto de suas edificações centenárias foi tombado pelo então SPHAN, atual IPHAN, como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (ROVEDA, 2009; BUCHEBUAN, 2010).

Importante ressaltar que o ato de tombamento<sup>123</sup> pode ser executado de três formas distintas: por ofício, quando autoridades reconhecem o valor patrimonial de

<sup>123</sup> Segundo Hely Lopes Meirelles, a expressão *Tombamento* tem origem no Direito português. A palavra *tombar* significa inventariar, arrolar ou inscrever nos arquivos do Reino (Português), mais especificamente no *Livro do Tombo*, (MEIRELLES, apud: FONSECA, 1997, p. 205) as informações referentes aos bens culturais da nação selecionados por sua expressão e representatividade artísticas, para serem preservados, no sentido do cuidado e manutenção, visando o não desaparecimento. Segundo Sônia Rabello, o “tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal – Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos”. Segundo a autora, o conceito de patrimônio cultural se viu significativamente ampliado na Constituição de 1988, a qual recepcionou o tombamento como uma espécie de forma de proteção dentre as várias do gênero preservação. Também foi por força da Constituição de 1988 que o Decreto-lei nº 25 tornou-se norma geral nacional sobre tombamento, a ser aplicada pelos três entes federativos. O principal efeito da imposição do tombamento é conservar os bens materiais, coisas móveis ou imóveis que são reconhecidas como portadoras de valores culturais. Com a imposição do

bens públicos e o propõem ao proprietário; de maneira voluntária, quando incide sobre bens particulares onde o próprio proprietário demonstra iniciativa e anuência; de maneira compulsória, quando a decisão das autoridades incidem sobre bens particulares mas sem o acordo e a anuência do proprietário (PICCINATO JUNIOR; REGINATO; CARDOSO, 2022, p.94). Particularmente em Antônio Prado, o início desse processo de salvaguarda se deu com a intenção voluntária de descendentes da família Bocchese de solicitar junto ao SPHAN, o tombamento da “Casa da Neni” (Imagem 50), também conhecida como “Casa Bocchese”, que havia sido restaurada no ano de 1983. A construção foi inscrita no Livro Tombo das Belas Artes sob o número 572, em 30 de outubro de 1985 (BUCHEBUAN, 2010, p. 35).

Porém os demais passos para a efetivação do processo completo de tombamento das demais edificações não ocorreu de forma voluntária, mas sim compulsória. Os primeiros estudos tiveram início já em 1983, para os quais contribuíram de maneira fundamental as pesquisas e o levantamento sistemático dos bens e valores culturais das comunidades rurais da região de colonização italiana promovidos pelo ECIRS. Em conjunto com a equipe do SPHAN, os técnicos do ECIRS colaboraram com os levantamentos e estudos de caracterização dos chamados Centros de Interesse Cultural da região de colonização italiana no Rio Grande do Sul, dos quais o conjunto urbanístico e arquitetônico de Antônio Prado, por ter sido considerado o maior e o mais bem preservado, passou a ter tratamento prioritário (PICCINATO JUNIOR; REGINATO; CARDOSO, 2022, p.94).

O levantamento inicial foi complexo e demorado. Porém a tarefa era recompensada mediante o envolvimento dos técnicos no cotidiano da cidade pois, à medida que crescia, evidenciava a importância daquele lugar, que, segundo os relatos da arquiteta Ana Lúcia Goelzer Meira (MEIRA, in: RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 33), integrante daquela missão, “não se resumia apenas a um conjunto de casas de madeira, pedra ou tijolo. Era muito mais”. O olhar observador e a percepção de quem experienciava a cidade, conseguia captar também “a sua alma”, muito além de sua materialidade:

---

tombamento, são criadas obrigações para os proprietários de bens tombados, para o poder público, como para a sociedade em geral, de manter e conservar o bem cultural. Embora sejam objetos jurídicos distintos, ocorrem fortes interconexões e relações entre o tombamento e o interesse público urbanístico regulado pelo planejamento urbano, como, por exemplo, no Estatuto da Cidade e na declaração de áreas de interesse cultural (RABELLO, in: REZENDE; GRIECO; THOMPSON, 2015).

(...) aquela arquitetura era acrescida da moldura verde dos morros cuja vegetação secundária testemunhava a sua anterior utilização agrícola (e o posterior abandono que permitiu a recuperação lenta da vegetação – um verde histórico, portanto). Acrescida dos cheiros de pães de forno, de gostoli fritos, de uva madura no verão, de lenha aquecendo no inverno, dos sons de um dialeto falado às vezes involuntariamente, dos sons dos carros e caminhões no calçamento da rua, do som do alto-falante da igreja matriz de onde se podia ouvir desde convites para enterro até os puxões de orelha do padre nas beatas. (...). Era isso. O mais importante de Antônio Prado era a vida vivida em Antônio Prado e só os que a conheciam mais de perto eram capazes de perceber essa sutileza (MEIRA, in: RIBEIRO; POZENATO, 2004, p. 33).

Efetivamente o envolvimento com as questões patrimoniais faz com que o interesse pela cultura e pelos costumes, assim como o entendimento das sociabilidades que ali tem lugar, seja compreendido e valorizado em toda a sua plenitude. Ciente da importância deste processo, também no ano de 1983, a Administração Municipal instituiu a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de Antônio Prado<sup>124</sup>, com a finalidade de promover e incentivar a conservação do patrimônio histórico, o desenvolvimento das ciências, letras, artes e de todas as manifestações de natureza histórica e cultural. O conselho ficou constituído por representantes de diversas entidades culturais, estudantis e personalidades vinculadas à cultura local, com a intenção de democratizar as ações propositivas.

No ano de 1986, por ocasião das comemorações do centenário de fundação da cidade, a Casa da Neni, com seus peculiares elementos decorativos, foi usada como um de seus principais símbolos. A data motivou a criação do Museu Municipal de Antônio Prado, com a denominação de Centro Cultural Padre Schio (CCPS)<sup>125</sup>, instituição que, assim como o Acervo Histórico Municipal, criado um ano antes, em 3

---

<sup>124</sup> ANTONIO PRADO. Câmara Municipal de Antônio Prado. Leis Ordinárias. **Lei Municipal nº 1015, de 29 de junho de 1983**. Disponível em: <https://www.camaraantonioprado.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/1983/1/0/3201>. Acesso em: 06 set. 2021.

<sup>125</sup> O Centro Cultural Padre Schio, Museu Municipal de Antônio Prado, é uma instituição museológica vinculada ao departamento de Cultura da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Possui em seu acervo objetos que remetem ao início da imigração e da instituição do próprio município. Tem como missão preservar e comunicar a memória da imigração em Antônio Prado, focando elementos que remontam a criação da cidade, além de valorizar outros grupos sociais que integram a comunidade Pradense. **Fonte:** CCPS - Centro Cultural Padre Schio. **Sítio Institucional**, 2015. Disponível em: <https://museupadreschio.wixsite.com/antonioprado/sobre>. Acesso em: 06 set. 2021.



de março de 1985, ficou vinculada à Secretaria de Educação, Desporto e Turismo. O Acervo Histórico Municipal, uma antiga reivindicação da comunidade pradense, encontra-se desde a sua fundação estabelecido nas mesmas dependências daquela Secretaria, em edificação localizada ao lado da Prefeitura Municipal, em frente à Praça Garibaldi. Já o Museu Municipal permaneceu desde a sua criação instalado nas dependências da Casa Camilo Marcantonio (Imagem 51), que posteriormente seria incluída no rol das edificações tombadas na cidade, tendo permanecido neste endereço até o ano de 2006. Atualmente a instituição se encontra estabelecida na Casa da Neni.



**Imagem 50** – Casa da Neni

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.



**Imagem 51** – Casa Camilo Marcantonio

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.

As comemorações do centenário também foram importantes para reafirmar a importância de preservação de seu patrimônio. Naquele mesmo ano a cidade de Antônio Prado abrigou o Seminário Nacional de Arquitetura Popular Brasileira, que se dedicou a discutir como tema principal “As produções das correntes imigratórias europeias tardias”. Durante o evento, o valor do seu acervo ficou reconhecido, sendo considerado como patrimônio cultural da coletividade brasileira. Roveda (ROVEDA,

2009) considera tal fato como o primeiro passo efetivo para o decreto de tombamento. De fato, em 1987 ocorre o tombamento provisório de mais 47 edificações em caráter compulsório e em 1988 é decretado o tombamento definitivo do conjunto (Imagens 52-53-54-55) por parte do Conselho Consultivo do IPHAN.

Naquele mesmo ano foi instalado em um dos casarões tombados, o Escritório Técnico da Secretaria com a finalidade de assessoramento aos proprietários (PICCINATO JUNIOR; REGINATO; CARDOSO, 2022, p.94). A inscrição definitiva consolidou uma iniciativa pioneira no Brasil, por parte do poder público federal, em se tratando de preservação de conjuntos urbanos que não vinculados ao acervo cultural luso-brasileiro.



**Imagem 52** – Casa Luciano Zanella

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.



**Imagem 53** – Casa Vicente Palombini

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.



**Imagem 54** – Panorama da Rua Luísa Bochese.  
**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.



**Imagem 55** – Algumas das placas de identificação dos imóveis tombados.  
**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS.** Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.

Apesar de vozes contrárias à decisão terem se manifestado<sup>126</sup>, prevaleceu, para o tombamento do patrimônio construído, a sonoridade dos pronunciamentos de estudiosos, pesquisadores e técnicos que se somaram às manifestações favoráveis advindas de alguns setores da comunidade. O ato propiciou a todos o conhecimento como incentivo da preservação histórica patrimonial, que promove a valorização cultural, alimenta a memória e reafirma a identidade daqueles que o produziram.

Patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial, e identidade trilham caminhos de complementariedade. O parecer técnico de Alcídio Mafra de Souza (SOUZA, apud: BUCHEBUAN, 2010, p. 22), descrito no processo de tombamento da Casa da Neni, contribui para este entendimento ao afirmar que “as construções de madeira existentes em Antônio Prado formam o conjunto mais homogêneo de todo o acervo arquitetônico legado pela imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul e constituem, igualmente, testemunho inequívoco de identidade social e cultural”. A

<sup>126</sup> Com relação a esse assunto, a Dissertação de Mestrado de Terezinha de Oliveira Buchebuan, intitulada “Os velhos casarões de Antônio Prado: processo culturais, patrimônio e conflito”, promove uma discussão em torno do tema da preservação patrimonial deste importante conjunto e do conflito gerado por ele, entre os interesses público e privado.

perpetuação da materialidade, que através da fadiga e da experiencição (TUAN, 1983) dos indivíduos sobre o território transforma o espaço em lugar, contribui para que o contexto cultural ali expresso seja reconhecido e transmitido com maior propriedade para as gerações que se sucedem, umas após as outras, interligadas por laços de identificação e pertencimento.

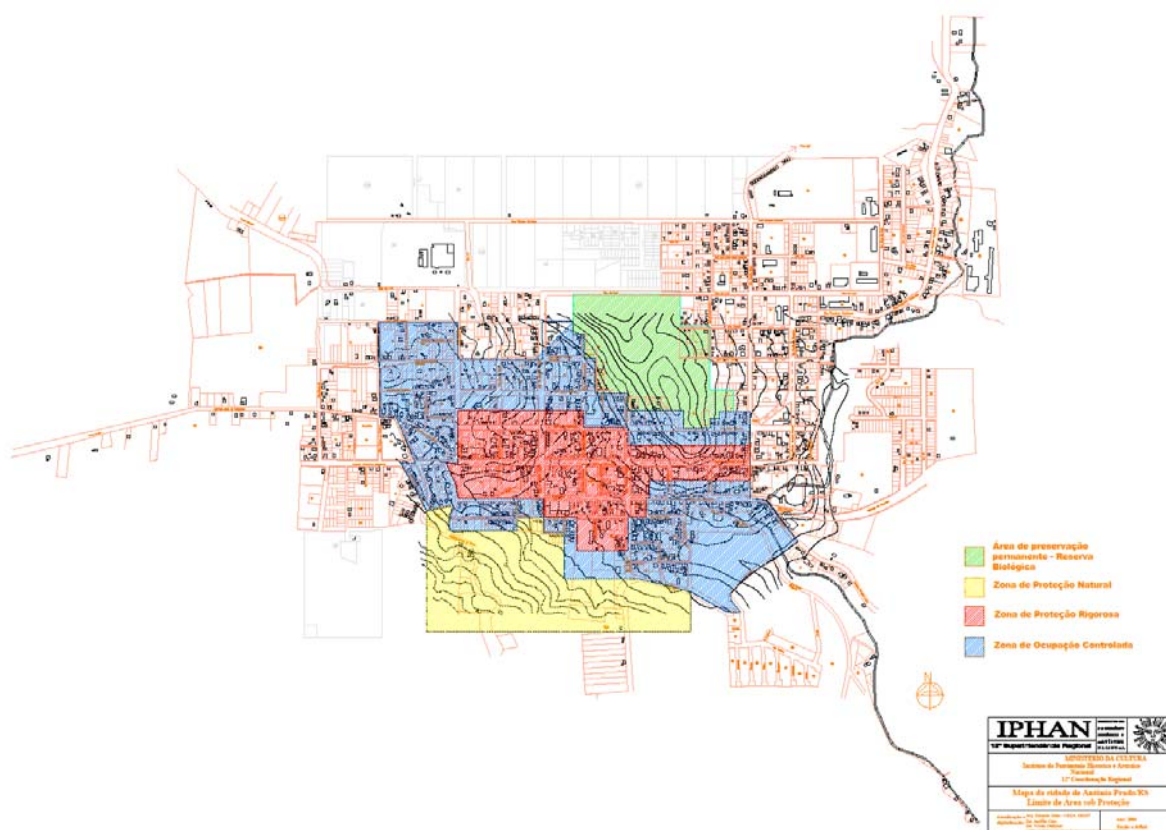
Antônio Prado ganhou notoriedade regional e nacional, logo após a consolidação deste processo, tendo sido procurada como destino turístico desde então. Muito contribuiu também o fato da cidade ter sido escolhida como um dos principais “cenários”<sup>127</sup> para a filmagem do longa-metragem “O Quatrilho”. Dirigido por Fábio Barreto e lançado comercialmente no ano de 1995, a produção cinematográfica foi baseada no livro homônimo, já mencionado, do escritor José Clemente Pozenato. Ações promovidas pela administração municipal e por diversas entidades ligadas à comunidade passaram a ser propostas e implementadas a partir da conclusão do processo de tombamento, visando adequar a cidade às exigências legais advindas do ato e as novas demandas. Tendo em vista que Antônio Prado ainda não possui o instrumento do Plano Diretor para regulamentar as ações de controle e crescimento físico-territoriais, essa atribuição acabou sendo contemplada pelo Código de Obras do município, datado do ano de 2006, que passou a ser mais restritivo no entorno dos bens tombados. O Código incorporou as orientações e normativas preconizadas pelo IPHAN, quando da publicação do documento *Diretrizes para o disciplinamento do entorno dos bens tombados*, em 10 de dezembro de 1996<sup>128</sup> (Imagem 56), visando a não descaracterização do conjunto edificado, o que causou novas discussões sobre a decisão impositiva do Instituto. A área de interesse contendo as normativas das edificações no entorno dos bens tombados ficou dividida em distintas zonas, definidas em função das diferentes necessidades de controle, representadas através de cores, e relacionadas com os níveis de restrições estabelecidos pelo Instituto. O condicionamento proposto

---

<sup>127</sup> A referência aqui à palavra “cenário” escrita entre aspas, justifica-se pelo fato de que, para dar maior veracidade à ambientação do enredo cinematográfico envolvendo os personagens, os técnicos de produção e fotografia da película decidiram pela escolha de locações reais, existentes no território, em detrimento de recriar cenários fictícios. Antônio Prado, com o seu rico patrimônio tombado e recém restaurado, encontrava-se pronto para o desempenho de tal função.

<sup>128</sup> Segundo as informações constantes neste documento, a partir de sua publicação ficaram definidos critérios para o disciplinamento do entorno dos bens tombados no interior do perímetro urbano da cidade de Antônio Prado/RS (BRASIL. IPHAN, 1996).

compreende regras a serem atendidas pelas novas edificações levando em consideração a manutenção da visibilidade e ambiência dos bens tombados, o incentivo à preservação da cobertura vegetal existente e o seu incremento.



**Imagem 56** – Mapa produzido pelo IPHAN no ano de 1996, contendo o levantamento de todo o núcleo urbano da cidade de Antônio Prado, onde se destaca a poligonal que define a área de interesse para o disciplinamento das edificações no entorno dos bens tombados no município.

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Diretrizes para o disciplinamento do entorno dos bens tombados: Antônio Prado/RS*. Brasília, DF: IPHAN, 1996.

Por outra perspectiva, o processo de tombamento fez despertar também o interesse pela produção artesanal, tão característica da cultura dos imigrantes italianos, e que vem se tornando, a cada dia, mais valorizada, como referência de qualidade e tradição. Ferrarias, marcenarias, olarias e pequenos estabelecimentos comandados por artesãos, que ainda mantinham a produção e o beneficiamento de matérias primas de maneira artesanal, foram favorecidos com a possibilidade de manutenção de suas atividades, como forma de dar continuidade ao processo de restauração das construções e, igualmente, preservar e transmitir para as gerações futuras este conhecimento técnico. Outros saberes populares, como se verá mais

adiante, incluídos no rol do patrimônio imaterial, também ficaram evidenciados a partir desta nova realidade, como as artes manuais, a música coral, a culinária e os costumes tipicamente locais.

No ano de 2013, a cidade de Antônio Prado foi uma das escolhidas para receber o projeto *Leoni Nelle Piazze*<sup>129</sup>, que visava agraciar a comunidade com a doação de um monumento com uma estátua do Leão de São Marcos, como reconhecimento da descendência vêneta no Brasil. O local escolhido para a construção deste monumento foi a Praça Garibaldi. Conforme já mencionado, o Leão Alado, símbolo máximo da antiga República de Veneza, está presente em diversos monumentos e em diversos locais do território italiano que anteriormente foram comandados pelos *Dodges*. Se antes suas asas douradas abarcavam somente as províncias vênetas, atualmente também se estendem por cidades cuja origem permanece vinculada à cultura daqueles que de lá partiram, em muitos lugares do mundo, e que deram origem a comunidades formadas por imigrantes italianos e seus descendentes, como as localizadas na RMSG e que foram incluídas no projeto anteriormente citado. Este monumento é mais um elemento que se integra ao conjunto de casarões ao redor da Praça Garibaldi, ao templo que abriga a centenária Igreja Sagrado Coração de Jesus (Imagem 57) e ao seu campanário (Imagem 58), edificado em madeira em 1912, para abrigar os três sinos que cruzaram o oceano vindos da Itália. Através de sua materialidade e simbolismo, vem

---

<sup>129</sup> Segundo as informações constantes na página oficial da Secretaria de Turismo de Antônio Prado na internet, Antônio Prado Turística!, o projeto denominado "*Leoni Nelle Piazze*", cuja tradução para a língua portuguesa é "Leões nas Praças", foi desenvolvido para as cidades históricas do Rio Grande do Sul. Esteve sob a coordenação do consultor Cesar Augusto Prezzi, que foi nomeado pelo governo do Vêneto para estabelecer relações de intercâmbio entre àquela região italiana e o Estado do Rio Grande do Sul, com o objetivo de valorizar e homenagear a presença de descendentes vênets no Estado. As cinco cidades que receberam o projeto até o momento foram Antônio Prado, Flores da Cunha, Ilópolis, Santa Tereza e Sobradinho. Para o desenvolvimento do projeto, foi muito significativa e fundamental a colaboração da Associação Veronesi Nel Mondo, que reconheceu no escultor Enrico Pasquale a disponibilidade e o desejo de perpetuar no Brasil as suas obras de arte, através do símbolo máximo dos vênets no Mundo. Pasquale lembra que os cinco leões esculpidos em pedra proveniente da região de Vicenza reproduzem praticamente as mesmas dimensões do leão alado que se encontra na Praça de São Marcos, em Veneza, segundo a sua interpretação pessoal. O arquiteto Vlademir Roman, que realizou estudos no Vêneto, foi o responsável pelo projeto das colunas nas praças das cinco comunidades que receberam o projeto. A entrega do Leão Alado do *Consiglio Regionale del Vêneto* foi feita pelo consultor do Comvers, Cesar Augusto Prezzi, para o prefeito Nilson Camatti e o embaixador da Itália, Rafaelle Trombetta. **Fonte:** APT - Antônio Prado Turística!. **Site institucional.** Antônio Prado: APT, 2022. Disponível em: <https://www.antonioprado.tur.br/pagina/a-cidade-mais-italiana-do-brasil>. Acesso em: 07 set. 2021.

a reforçar e conectar a história, a memória e o imaginário coletivo daqueles que o experienciam.



**Imagem 57** – Igreja Sagrado Coração de Jesus.

**Fonte:** IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação:** Antônio Prado - RS. Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.



**Imagem 58** – Campanário da Igreja Sagrado Coração de Jesus.

**Fonte:** IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação:** Antônio Prado - RS. Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009.

Desde a criação do Escritório Técnico do IPHAN, a educação patrimonial passou a ser um dos temas recorrentes na agenda dos representantes técnicos do Instituto na cidade. Somente através do conhecimento da importância da preservação patrimonial para as gerações futuras é que se consegue atingir com mais propriedade um nível de conscientização adequado da população. Conforme depoimento de Buchebuan, que chefiou o escritório de Antônio Prado entre os anos de 2006 a 2012, muitas coisas haviam mudado para melhor na cidade naqueles últimos 20 anos de atuação da entidade, considerando que os esforços feitos em prol da educação vinham alcançando bons resultados:

(...) a população começou a valorizar o patrimônio pradense, inclusive o imaterial. Mestres de obras veteranos, por exemplo, continuam a construir casas de madeira segundo os métodos antigos, conversando em *talian*. E estão preocupados com o risco de desaparecimento das técnicas utilizadas que os jovens não se interessam em aprender. Percebemos, de tempos em tempos, professoras trabalhando com alunos pelas ruas da cidade. Fazem percursos, olhando as casas. Quando essas professoras nos procuram, nós as incentivamos a trazer seus alunos ao escritório para darmos explicações sobre o patrimônio, sua conservação e outros temas. Assim nos aproximamos da comunidade (BUCHEBUAN, in: BRASIL, 2009, p. 50-51).

Mais recentemente, no ano de 2017<sup>130</sup>, foi criado em Antônio Prado o COMTUR, com o objetivo de promover e incentivar o turismo no município, integrando em sua constituição representantes de diversas entidades e grupos de interesse, aos moldes do COMPAHC.

Por ocasião das comemorações dos 30 anos do tombamento de seu núcleo central, ocorridas no ano de 2020, a Administração Municipal se posicionou apostando na continuidade do incentivo ao turismo como uma atividade que representaria “uma nova indústria limpa e sustentável” a ser integrada às demais que são desenvolvidas no município. Segundo manifestação de Juarez Santinon, prefeito em exercício:

(...) Antônio Prado não tem apenas o patrimônio material, há também um patrimônio imaterial que dá vida e voz às casas. Nossa gastronomia é farta, o dialeto *talian* que resiste é um orgulho, nossa cultura é rica em músicas, histórias e lendas. Isso tudo deve ser explorado e enaltecido (SATINON, in: MARZZARO, 2020).

Para Santinon, a comunidade precisa continuar a se beneficiar do ato do tombamento, aproveitando para extrair dele o que de mais positivo resultar para o crescimento da cidade. A realidade é que não somente o legado arquitetônico, reconhecido e preservado como patrimônio histórico e artístico nacional, se encontra preservado na cidade. Muitas outras expressões da cultura que o forjou continuam sendo mantidas vivas entre os seus habitantes, como a língua peculiar que os

---

<sup>130</sup> ANTONIO PRADO. Câmara Municipal de Antônio Prado. Leis Ordinárias. **Lei Municipal nº 3058, de 18 de dezembro de 2017.** Disponível em: <https://www.camaraantonioprado.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/2017/1/0/1156>. Acesso em: 06 set. 2021.



identifica, praticada por grande parte dos moradores, os costumes que os representam, expressos através da produção culinária, artística e religiosa, as festas populares que promovem o seu conagraçamento e as muitas histórias que continuam a ser contadas e passadas de geração a geração. Por esses motivos, Antônio Prado é conhecida como “a cidade mais italiana do Brasil”, alcunha que a identifica junto as sucessivas Administrações Municipais desde o ano de 2004 (BUCHEBUAN, 2010 p. 101).

## **5.2. Espaços de devoção: igrejas, capelas, ermidas, capitéis, nichos e crucifixos materializam os “lugares de memória” no território**

Ao longo de toda a extensão territorial da RMSG podem ser encontradas centenas de construções destinadas ao culto, a crença e à devoção à religião católica. Igrejas, capelas<sup>131</sup>, ermidas<sup>132</sup>, capitéis<sup>133</sup>, nichos<sup>134</sup> e crucifixos, edificados

---

<sup>131</sup> Segundo Tonet, “capela é o templo que não é sede de paróquia e apresenta pequenas proporções. Sob o ponto de vista formal, não há diferença entre capela e igreja, a diferença é de caráter administrativo, sendo a primeira desprovida de padre, com assistência permanente e com organização de gestão leiga, ou seja, da própria comunidade (TONET; TONET, 2013, p. 13).

<sup>132</sup> A palavra “ermida” designa as construções para fins religiosos em lugares afastados dos principais centros urbanos, em locais isolados, que promovam exclusivamente as práticas litúrgicas regulares e privadas.

<sup>133</sup> Embora a palavra “capitel” remeta à terminação, geralmente mais larga e trabalhada, de uma coluna que, esteticamente, obedeça à uma das três ordens clássicas da Arquitetura no que diz respeito aos seus elementos decorativos, no sentido religioso esta palavra tem uma outra conotação. Os capitéis são pequenas construções que consistem em oratórios e pequenas capelinhas geralmente construídas na beira de estradas, nos cruzamentos ou entroncamentos de vias, próximos à lugares específicos, como cursos de rios, base de árvores, formações naturais que, por algum motivo particular contém algum simbolismo para quem ali o construiu. Historicamente essas pequenas construções têm relação com o conceito de “*genius loci*” ou “espírito do lugar”, ligado à cultura romana, quando se acreditava que cada lugar possuía um espírito guardião (NORBERG-SCHULZ, in NESBITT, 2006). Com a ascensão da religião católica, esta devoção passou a ser legada aos anjos e santos. Em sinal de devoção, o imigrante italiano construía um capitel para orar e pedir proteção, e também para agradecer por um pedido, uma “graça” alcançada. Nos capitéis encontram-se colocadas imagens de santos, objetos de devoção, particulares da família ou de quem o construiu (GEVEHR; NANDI, 2015).

<sup>134</sup> A palavra “nichos”, em um sentido religioso são pequenas construções para devoção geralmente edificadas em fachadas, muros e formações naturais, possuindo as mesmas funções desempenhadas pelos capitéis.

em variadas formas e dimensões e com a utilização de materiais como madeira, pedra ou alvenaria, representam, fisicamente, a força espiritual da religiosidade que comandou as relações sociais, culturais e até mesmo econômicas, desde os primeiros momentos de ocupação, e que continua, até os dias de hoje, a influenciar, com maior ou menor intensidade, as comunidades italianas como um todo. Estas construções, juntamente com os demais sinais que demarcam os locais considerados sagrados na região, são frutos de expressões coletivas, simbólicas e subjetivas vinculadas à uma comunidade e a uma cultura, estando, portanto, carregadas de sentimentos, crenças, emoções e anseios.

De acordo com as considerações já pontuadas ao longo deste estudo e conforme reforça Manfroi (MANFROI, 1975, p. 125), “a construção de uma capela, dedicada ao santo padroeiro da aldeia natal, foi a primeira preocupação das comunidades espontâneas”, as quais se formaram a partir da necessidade de interação, em meio a um ambiente tão inóspito e isolado, com os demais moradores e ocupantes das terras próximas. A rapidez com que essas edificações se multiplicaram pelo território demonstra “o caráter cultural que representavam para os primeiros imigrantes: uma âncora na floresta virgem, uma referência num mundo perdido, o início da reconstrução cultural” (MANFROI, 1975, p. 125-126). Símbolos de fé e de referência cultural, estas estruturas permitiram aos primeiros imigrantes e seus descendentes, “situarem-se psicológica e culturalmente no novo ambiente, desprovido de toda referência” (MANFROI, 1975, p. 127).

Pontuadas por toda a RMSG, estas permanências constituem-se, ainda hoje, em uma de suas principais características, estando presentes ao longo de todas as linhas, travessões, estradas e encruzilhadas, reforçando a percepção de uma sociedade que procurou, através da memória, recriar em terras brasileiras, um pouco do ambiente com o qual estava acostumada a viver, à imagem de suas aldeias e vilarejos no norte italiano. Na organização semanal das tarefas para as quais concorriam a construção de seu novo mundo, o domingo, geralmente um dia de descanso, era também o dia onde se sentiam mais saudosos de seus vilarejos, onde a nostalgia dos tempos lá vividos ocupava todos os seus pensamentos. Majoritariamente praticantes da religião católica, este era “o dia do Senhor”, dia de reunir a família, vestir suas melhores roupas, encontrar-se com toda a comunidade, para juntos, na Igreja, agradecer pelas conquistas e louvar à Deus. Nestes dias,

(...) desfilavam, como ideia fixa, na recordação, aqueles grupos domingueiros, alegres e bem enfatizados que se dirigiam à paróquia do vilarejo, para as obrigações dominicais. Seus ouvidos pareciam ainda ouvir o bimbalar dos sinos, *il primo e secondo segno* (o primeiro e segundo sinal) convidando para a missa. Seus olhos pareciam ainda ver o *campanile* (campanário), o duomo (catedral) com suas arcadas e vitrais coloridos, a movimentação litúrgica do velho *piovan* (pároco) com os coroinhas vistosos e irreverentes, os altares entalhados, com velas (*ah! le candelle!*), diante das imagens prenhes da história e das lendas, as cabeças descobertas dos homens na nave direita e aquele mar branco semimovente de véus das senhoras da nave esquerda (SPONCHIADO, apud: MANFROI, 1975, p.124).

A devoção à Igreja Católica e a necessidade de continuar a praticar os seus ritos, também como forma de manutenção de suas raízes culturais e de sua identidade, impulsionaram a formação espontânea de grupos sociais entre familiares, vizinhos e conhecidos, nas diversas comunidades onde viviam. A união sempre se dava em torno de imagens e pequenos objetos religiosos trazidos na bagagem. Motivados por estes encontros focados em um objetivo comum, deram então início à construção dos diversos espaços onde aqueles simbólicos pertences religiosos ficariam custodiados, para posteriormente serem consagrados.

O modelo de implantação das colônias e a distribuição dos lotes coloniais, ao longo de linhas e travessões, possibilitou o desenvolvimento desta forma de relacionamento de proximidade entre os imigrantes moradores de mesma linha ou travessão, estimulado também pelos precários sistemas de comunicação entre os demais locais do território colonial. A igreja ou a capela constituíram assim a base dessa “reconstrução cultural” (MANFROI, 1975, p.127). Conforme informam Vendrame e Zanini,

(...) os imigrantes foram se organizando a partir da mobilização em construir capelas, escolher santos padroeiros, garantir a assistência de um sacerdote, fundar associações e reforçar laços, colocando os indivíduos em relações de reciprocidades. Tudo isso foi permitindo a formação da localidade enquanto um espaço de práticas sociais e culturais corporativas e compartilhadas. É também das tensões internas entre os grupos que habitam em determinados núcleos que nasce a necessidade de fundar locais de culto e sociabilidade, legitimando, muitas vezes, através de confrontos com os outros o direito que possuem sobre o território (VENDRAME; ZANINI, 2014, p. 146).

Surgiram assim, como consequência da formação dos primeiros grupos espontâneos empenhados na promoção dos encontros para as práticas religiosas, as Sociedades da Capela, que eram coordenadas, na grande maioria das vezes, pelos chamados “Padres Leigos”<sup>135</sup> e pelos “Fabriqueiros”<sup>136</sup> durante o período necessário para que a localidade adquirisse a condição de receber permanentemente a direção de um pároco. Os Padres Leigos eram pessoas reconhecidas dentre os integrantes da comunidade que possuíam certos valores morais e religiosos associados ao conhecimento da liturgia. Por esse motivo eram por ela designados para o cumprimento de determinadas tarefas essenciais como a direção de culto, os batizados, os casamentos e os funerais, na falta de um sacerdote. Esta ausência ocorria devido à impossibilidade, àquela época, de se estabelecer a presença constante de padres naquelas localidades, em função do diminuto número de eclesiásticos na Província e das grandes dificuldades de locomoção (TONET; TONET, 2013, p. 48).

Com a chegada dos numerosos sacerdotes, missionários e religiosos à região nos anos que se seguiram, esses costumes foram desaparecendo, bem como a influência popular que, particularmente nessas comunidades, existia perante os ritos da Igreja Católica. A figura do Padre Leigo foi sendo reduzida a de um simples sacristão (MANFROI, 1975, p.132). Porém o espírito associativista que formou essas sociedades, não desapareceu, ao contrário, permaneceu fortalecido e ainda hoje presente nas diversas associações vinculadas à Igreja, auxiliando e promovendo festas, quermesses, arrecadando fundos e doações para obras sociais e religiosas

---

<sup>135</sup> Segundo Manfroi, o padre leigo “nada mais era que um substituto do sacerdote e que procurava imitar, segundo a imagem e lembrança que ele e a comunidade haviam conseguido interiorizar, os mesmos gestos e os mesmos ritos (...). As funções religiosas presididas pelo padre leigo eram, sem dúvida, menos solenes e brilhantes que as presididas pelo sacerdote ou missionário. Contudo eles não as consideravam, por isso, menos verdadeiras. No fundo, o que mais importava aos colonos era a presença de uma liturgia, revestida de certo aparato exterior e que proporcionasse a ocasião de se encontrarem num quadro típico, onde pudessem reviver o passado e sentir a vibração da sua alma italiana” (MANFROI, 1975, p. 133).

<sup>136</sup> Segundo o historiador Norberto Dallabrida, os fabriqueiros eram escolhidos entre os demais líderes que alcançavam destaque dentre os membros daquela comunidade. A eles eram designadas tarefas administrativas, sociais e comunitárias, além da organização, promoção e coleta de doações em prol da construção e manutenção das Capelas. Os demais membros que compunham as Sociedades da Capela recebiam a designação de “sócios da Capela”, o que, segundo Dallabrida, proporcionava aos seus participantes, o direito de opinar sobre a organização política daquela comunidade da qual fazia parte, independente da liderança do padre leigo ou do fabriqueiro. Esta sociedade controlava praticamente todas as atividades comunitárias (DALLABRIDA, 1993, p. 18).

junto às comunidades. Conforme já foi ressaltado, a construção da igreja ou capela sempre foi uma tarefa associada ao trabalho comunitário, que envolvia a maior parte de seus integrantes. Cada indivíduo dava a sua contribuição, mediante suas condições econômicas, atribuições ou conhecimento. Muitas vezes com a própria doação do terreno onde seria edificado o templo<sup>137</sup>. Práticas estas que ainda se mantêm constantes em quase todos as localidades da região, sejam para a construção de novas edificações, para a restauração das já existentes, ou mesmo para a manutenção e preservação de seus elementos construtivos. É bastante comum encontrar moradores que vivem nas proximidades destas edificações, tanto em espaços urbanos como em locais mais isolados, que assumiram para si a atribuição dos cuidados com a sua organização e funcionamento, possuindo, para tanto, as chaves de suas portas. São estas pessoas que mantêm vivos os costumes e as práticas que continuam religiosamente a serem exercidos desde a sua fundação.

Cabe aqui ressaltar que além de promover a fé e demonstrar devoção à religião católica, o esforço para edificá-las também tinha objetivos econômicos. Muitas vezes as terras das colônias desprovidas de uma igreja não eram facilmente comercializadas, pois para a grande maioria dos colonos imigrantes, a religião era “fonte de ordem, de moralidade e de sensibilidade” (CARVALHO, 1875, p. 22). Como já mencionado, estas edificações serviam como elementos polarizadores para a atração de outras atividades, mesmo em locais distantes das principais aglomerações urbanas. A capela, segundo o frei Carlos Albino Zagonel, era, por excelência,

(...) lugar de culto e centro social, centro comercial e sinal de progresso e prestígio da região. Ao seu redor a vida se desenvolvia, desde o comércio até a escola. O culto motivava os encontros e os encontros promoviam o grupo social. A vida convergia para o centro religioso, fosse ele um centro de vila ou de cidade, ou fosse um simples centro de linha perdida entre as montanhas (ZAGONEL, 1975, p. 53).

---

<sup>137</sup> A palavra templo provém do latim *templum* e significa lugar sagrado, materializando em uma estrutura arquitetônica dedicada ao serviço religioso. Segundo Tonet, o termo também pode ser empregado de forma figurada, refletindo o mundo divino, a habitação de Deus sobre a terra, apresentando diferentes denominações, de acordo com as tradições religiosas. Este termo não possui largo uso na RMSG, especialmente entre os seguidores da religião católica. Na região, são utilizadas mais comumente as palavras igreja e capela (TONET; TONET, 2013, p. 12).

Foi a partir dos locais onde estas edificações foram construídas que surgiram as primeiras casas de comércio, as primeiras escolas e os primeiros espaços para a promoção de pequenas comemorações e divertimentos, que também proporcionavam os encontros para o cultivo das práticas e tradições. Atividades coletivas que foram estabelecendo novas formas de sociabilidade. Assim como a casa representava para o imigrante uma vitória particular, dele e de sua família, sobre as adversidades enfrentadas na conquista de seu direito à uma nova vida, simbolizando a sua afirmação como proprietário, a construção do local de devoção exprimia sua afirmação coletiva como grupo social (POSENATO, 1989).

Geralmente as primeiras capelas e igrejas seguiram os padrões construtivos e a disposição espacial aprendidos pelos construtores e artesãos na região do norte italiano. Era natural que ao construir um templo em um lugar isolado, sem interferências de outras construções semelhantes que desempenhassem a mesma função, as referências se voltassem à terra de origem, à lembrança e à memória que compunham o imaginário coletivo dos vilarejos e localidades de onde haviam partido. Por esse motivo o corpo principal do templo encontrava-se separado de seu campanário, uma construção normalmente executada com maior esbeltez e altura para que fosse visível à distância e pudesse, desta forma, desempenhar com mais eficiência a sua função: disseminar a grande distância o ecoar dos sinos que comandava boa parte da vida religiosa das comunidades, como era o costume no mundo campestre vêneta do norte da Itália (ROSSARO, apud. SANGA, in: ISNENGI, 2010; BENEDEZZI, 2011). Uma forma compositiva tão peculiar e simbólica que ainda hoje continua a marcar a construção de novos templos, mesmo com o emprego de técnicas construtivas mais atualizadas e com o uso de materiais de diversificados beneficiamentos. É bem verdade também que muitas capelas e igrejas, ao serem restauradas ou reconstruídas, acabaram por incorporar ao corpo principal da construção, a torre sineira, localizada geralmente ao centro ou em uma de suas laterais.

Três recentes publicações em particular registram, através de imagens e pesquisa documental, as principais capelas, igrejas e capitéis localizados nos municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi, Carlos Barbosa, Monte Belo do Sul, Pinto Bandeira e Santa Tereza. A primeira delas chama-se *“Amém Bento Gonçalves: igrejas e capelas desta terra”* (2012) e é de autoria do jornalista e fotógrafo Fabiano

Mazzotti e do padre Izidoro Bigolin. A segunda, denominada “*Perto das estrelas: registro da memória arquitetônico-religiosa na antiga Colônia Conde D’Eu: igrejas, capelas, capitéis e grutas*” (2013) possui autoria do jornalista Charles Tonet e da museóloga Tânia Tonet. A terceira delas se intitula “*O livro do capitel*” (2018) e também é de autoria de Fabiano Mazzotti. Ambas as publicações resgatam parte deste importante patrimônio cultural, um patrimônio de fé e devoção, de grande valor histórico, artístico e cultural.

Em todas elas encontram-se enaltecidas a força do empreendedorismo associativista e do “espírito comunitário” (TONET; TONET, 2013, p. 10), baseados na fé e no trabalho dos imigrantes, como imprescindíveis para a construção, reconstrução e restauração dos espaços de devoção, frutos do envolvimento de toda a comunidade. Estas são características que continuam a marcar as ações em prol do crescimento de toda a região, bem como a prática de doação de terrenos, observada em diversos momentos ao longo da história. Algumas capelas como a de São Silvestre (1898)<sup>138</sup>, de São Francisco de Assis (1908)<sup>139</sup>, de Santo Antônio (1928)<sup>140</sup>, de São Miguel (1930)<sup>141</sup>, de Santa Eulália<sup>142</sup> (1949), de Santa Helena

---

<sup>138</sup> A Capela de São Silvestre encontra-se localizada no município de Garibaldi, na Estrada Buarque de Macedo. Teve sua construção iniciada no ano de 1898 em um terreno doado por Beniamino Riedi e Olara Chiapinotti. A capela foi reconstruída anos depois em data não informada (TONET; TONET, 2013, p. 56).

<sup>139</sup> A Capela de São Francisco de Assis encontra-se localizada no município de Bento Gonçalves, no bairro de mesmo nome. Foi inaugurada no ano de 1908 em terreno doado por Antônio Reali. Antigamente era conhecida pelo nome de “*San Francesco dei lotti*”, ou seja, “São Francisco dos lotes”, em referência à divisão de terras deste local que foi um dos primeiros loteamentos da cidade. Em 1956 a capela foi reinaugurada por iniciativa de Aldo Valenti, líder comunitário daquela época (MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012, p. 15).

<sup>140</sup> A Capela de Santo Antônio encontra-se localizada no município de Bento Gonçalves, no bairro de mesmo nome. Teve sua construção iniciada no ano de 1928, no lugar de uma capela mais antiga, construída em madeira e datada do ano de 1896, em terreno doado por Giacomino Giacomello e Giovanni Pegoraro. Construída através de doações da comum idade, o templo levou quase dez anos para ficar totalmente concluído (MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012, p. 41).

<sup>141</sup> A Capela de São Miguel encontra-se localizada no município de Garibaldi, no bairro de mesmo nome, próxima à divisa com o município de Farroupilha. Foi inaugurada no ano de 1930 em um terreno doado por Jerônimo Mazzarol, onde antigamente existia uma pequena capela executada em madeira. Foi construída através de doações de particulares e pelos moradores da comunidade de Vila Rica (TONET; TONET, 2013, p. 92).

<sup>142</sup> A Capela de Santa Eulália encontra-se localizada no município de Bento Gonçalves, na Linha Eulália Alta. Teve sua primeira construção, em madeira, iniciada em data anterior aos anos de 1929. Posteriormente passou por uma grande reforma, onde foi praticamente reconstruída, desta vez com alvenaria de tijolos, que foi finalizada no ano de 1949, em um terreno doado pela família de Joaquim

(1990)<sup>143</sup>, e de igrejas como a de Nossa Senhora de Monte Bérico<sup>144</sup> (1900), a Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia (1947)<sup>145</sup>, a de Nossa Senhora Aparecida (1980)<sup>146</sup> e a de São Cristóvão (1998)<sup>147</sup>, entre tantas outras, citadas aqui em ordem cronológica de construção, reconstrução ou restauração, comprovam essa prática.

Além das igrejas, capelas e ermidas, a edificação de capitéis e crucifixos em frente às propriedades, no cruzamento de vias de integração, em locais considerados sacros, também constituiu, e ainda constitui, uma prática comum aos imigrantes italianos e seus descendentes (Imagens 59 e 60). Estas edificações particulares, que também representam a fé e a devoção à Igreja Católica, extrapolam o ambiente doméstico para ocupar também o ambiente público, seguindo os mesmos padrões encontrados em muitas regiões italianas, principalmente no Vêneto, fato este que reforça a origem desta tradição e costume, considerando que a grande maioria dos imigrantes italianos que vieram para a RMSG partiram daquela região.

---

Toniolo. O altar foi doado à capela por famílias e comerciantes locais (MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012, p. 56).

<sup>143</sup> A Capela de Santa Helena encontra-se localizada no município de Bento Gonçalves, no bairro de mesmo nome. Teve sua construção iniciada no ano de 1990 em um terreno doado por um doador anônimo. A maior parte do material de construção necessário foi também doado através da contribuição dos moradores daquele bairro (MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012, p. 39).

<sup>144</sup> A Igreja de Nossa Senhora de Monte Bérico encontra-se localizada no município de Bento Gonçalves, na Linha Eulália Baixa. Teve a sua construção iniciada nos anos de 1900, realizada em madeira, e posteriormente, nos anos de 1922, reconstruída em alvenaria de tijolos, no mesmo local da igreja anterior, em terras doadas pela família de Antônio Rossato (MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012, p. 56).

<sup>145</sup> A Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia encontra-se localizada no município de Caxias do Sul, no bairro de Galópolis. Teve sua construção iniciada nos anos de 1939 com a inauguração no ano de 1947 em terreno doado pela família Chaves Barcelos para a comunidade (HERREDIA, 1997).

<sup>146</sup> A Igreja Nossa Senhora Aparecida encontra-se localizada na cidade de Bento Gonçalves, no Bairro Imigrante. Teve sua construção iniciada em 1980 em um terreno doado pelos moradores João Miguel Cusin e Armando Garbin. A construção do templo foi feita pelos moradores daquele bairro com o auxílio da Prefeitura Municipal (MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012, p. 38).

<sup>147</sup> A Igreja de São Cristóvão encontra-se localizada na cidade de Bento Gonçalves, no bairro Vila Nova. Teve sua construção iniciada o ano de 1998 em terreno doado pelos irmãos Renato e João Menegotto, com o objetivo de se ter um local permanente para as celebrações religiosas. São Cristóvão, intercessor dos motoristas, foi escolhido pela comunidade como padroeiro, tendo em vista o grande número de empresas de transporte localizadas naquele bairro. A construção do templo foi feita através de doações de empresas e de moradores e realizada em regime de mutirão MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012, p. 20).





**Imagem 59** – Capitel edificado ao lado de uma típica propriedade colonial na região rural do município de Bento Gonçalves. Foto: Fabiano Mazzotti.

**Fonte:** G30 SERRA GAÚCHA, 2021. Disponível em: <https://www.g30serragaucha.tur.br/post/bento-goncalves-lanca-a-rota-dos-capiteis-caminhos-da-imigracao-e-fe>. Acesso em: 22 jun. 2022.



**Imagem 60** – Capitel edificado em meio às plantações de videiras, em uma área rural no interior do município de Bento Gonçalves. Foto: Fabiano Mazzotti.

**Fonte:** G30 SERRA GAÚCHA, 2021. Disponível em: <https://www.g30serragaucha.tur.br/post/bento-goncalves-lanca-a-rota-dos-capiteis-caminhos-da-imigracao-e-fe>. Acesso em: 22 jun. 2022

Diversos estudos realizados por pesquisadores italianos<sup>148</sup> procuram identificar e classificar estes elementos com a intenção de promover sua valorização e preservação. Muitas vezes considerados como construções religiosas de menor valor, por serem, na maioria das vezes, expressões de uma arquitetura popular, espontânea, não erudita, os capitéis constituem-se em obras de grande valor artístico e cultural e devem, por isso, serem observados com a devida importância. Conforme indica as arquitetas italianas Caterina Dal Mas e Barbara Miot, estes elementos “estão plenamente incluídos entre as obras significativas para o conhecimento da história do passado, pois fazem parte de uma bagagem cultural, de uma consciência coletiva, de uma tradição popular<sup>149</sup>” (MAS; MIOT, 2014-2020, p.128).

O costume de marcar o território com pequenos símbolos de fé e devoção fazia parte do cotidiano das sociedades camponesas do Vêneto italiano, prática esta que foi mantida em solo gaúcho, como motivo de agradecimento pelas intenções alcançadas e pelo desejo de proteção contra os diversos perigos advindos não somente do mundo real, mas também do “sobrenatural” (BENEDUZI, 2011, p. 46-47). A relação entre estes dois mundos, o religioso e o pagão, também se encontra destacada nas observações de Tonet:

---

<sup>148</sup> A esse respeito, podem ser consultados alguns exemplos descritos em páginas ou sites de interesse na Internet com informações sobre pesquisas já realizadas ou que estão em andamento, muitas delas, conforme indicadas abaixo, promovidas pelas administrações públicas de comunidades ou cidades da região norte da Itália:

BELLUNO. Regione del Veneto, Comune della Provincia di Belluno. Gruppo di Azione Locale Alto Bellunese (GAL). **Site Institucional.** Belluno: GAL Alto Bellunese, 2020. Disponível em: <http://www.galaltobellunese.com/studi-e-ricerche-misura-323a-azione-1/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

CAPRINO VERONESE. Regione del Veneto, Provincia di Verona, Comune di Caprino Veronese. **Site Institucional.** Caprino Veronese: MyPortal, 2020. Disponível em: [http://www.comune.caprinoveronese.vr.it/punto\\_elenco.asp?IdPagina=30&IdBlocco=126&IdPunto=89](http://www.comune.caprinoveronese.vr.it/punto_elenco.asp?IdPagina=30&IdBlocco=126&IdPunto=89). Acesso em: 10 jun. 2021.

PONZANO VENETO. Regione del Veneto, Provincia di Treviso, Comune di Ponzano **Site Institucional.** Vancouver: Ponzano Veneto Com, 2018. Disponível em: <https://ponzanoveneto.com/index.php/pon/tracce/category/presentazione>. Acesso em: 10 jun. 2021.

<sup>149</sup> MAS; MIOT, 2014-2020, p.128 – (...) “rientrano a pieno titolo tra le opere significative per la conoscenza della storia del passato, in quanto fanno parte di un bagaglio culturale, di una coscienza collettiva, di una tradizione popolare”.

(...) a profunda religiosidade também conduziu os imigrantes e seus descendentes às manifestações de superstição e à crença em seres lendários e mitológicos. O “Sanguanel”<sup>150</sup> é o mito regional por excelência (...). O “Massarol” é frequentemente confundido com o “Sanguanel”, mas em muitos locais assume as feições de um homem de cor negra (...). *El Diávolo* ou *Lúcifero* – o diabo – é responsável por amedrontadas narrativas de exorcismos e aparições (...). “La Stria” ou “la Strega” – a bruxa – é uma mulher extremamente invejosa, que coloca o “olho gordo” em crianças (...). Ao sermos atingidos por um desses seres, temos que fazer o sinal da cruz com a mão direita, pois se usarmos a esquerda, reforçaremos a aparição (TONET; TONET, 2013, p. 27-28).

A construção destes pequenos oratórios, tanto em terras italianas como em brasileiras, está revestida, sem dúvida, de um universo religioso, que procurava demonstrar gratidão, respeito e testemunho de fé, mas também assinalavam um desejo de expor uma marca da identidade de seus executores e a intenção de demarcação do território por eles ocupado. Segundo Mas e Miot, estes elementos possuem uma estreita ligação com o território pois promovem a relação entre o símbolo sagrado e o caminho, entre a religiosidade privada e a paisagem rural, possuindo uma forte correspondência entre o local de construção, os elementos construtivos e sua tipologia, com o contexto histórico, cultural e econômico onde se manifestam:

(...) os capitéis e crucifixos, dos mais modestos aos mais ricamente decorados, encontram-se não só no interior das aldeias, mas estão frequentemente presentes no cruzamento de estradas ou à beira de uma fronteira e, em geral, em locais ligados à vida rural. Os pilares votivos têm origens muito antigas, tanto que alguns os fazem derivar dos montes de pedras que as populações celtas, e mais tarde as cristãs, construíram nas margens das estradas com funções tanto religiosas como balizadoras, como, por exemplo, aqueles que estavam ao longo das rotas de peregrinação. Os signos do sagrado estão presentes ao longo das estradas e caminhos florestais-pastoris, junto às linhas de fronteira, como pilares do bairro histórico ou do sistema viário de ligação entre as várias aldeias. Eles também podem ser encontrados ao longo dos cursos d'água, nas matas, ou até o topo dos picos, em todas as áreas que já foram locais de trabalho ou culto humanos. Eles foram colocados lá com múltiplas funções, para proteger, para obter ajuda nas dificuldades diárias, em memória de um

---

<sup>150</sup> Segundo as descrições de Tonet, que também coincidem com as de Beneduzzi (2011), o Sanguanel seria “um pequeno homem vermelho, com roupas igualmente vermelhas, que sequestra suas vítimas, deixando-as em lugares de difícil acesso, como peraus e altas copas de pinheiros, alimentando-as com leite, mel e amoras. Suas ações ocorrem mais por traquinice, não representando mal algum. Ainda com esse espírito, trançam as crinas dos equinos e andam a galope até os cansarem. Caso alguém tenha o azar de pisar no rastro do “Sanguanel”, perde a noção do espaço, levando muitas vezes, longas horas para novamente localizar-se no tempo e no espaço (TONET; TONET, 2013, p. 27-28).

drama ou de um evento, para o cumprimento de um voto ou graça recebida. Além disso, esses artefatos constituíam um ponto de referência luminoso nas noites escuras do passado ou um simples motivo de ornamento e decoração<sup>151</sup> (MAS; MIOT, 2014-2020, p.128).

A edificação de capitéis, crucifixos, igrejas, capelas e ermidas, por iniciativa privada ou do poder público, não se limitam apenas aos tempos passados. Continuam a serem erguidas em propriedades públicas e privadas, em espaços e parques naturais, em praças e parques públicos, ao longo de estradas e rodovias e em cruzamentos de vias. São construções que, para além da função que desempenham, de devoção, fé, respeito, proteção e agradecimento, representam materialmente e espiritualmente a expressão de toda uma cultura que possui referenciais muito identificáveis e ainda presentes no cotidiano dos moradores da RMSG e sobre o seu território. São bastante significativos as marcas e os traços identitários presentes nestes espaços de devoção, responsáveis tanto pela rememoração do passado dos ocupantes do “território da imigração italiana na serra gaúcha” e ressignificados pelas novas gerações, como pela reafirmação de uma identidade étnica ligada aos imigrantes italianos e de sua religiosidade, vinculada às tradições da Igreja Católica. Esses dois elementos conjugados, etnia e religião, caracterizam incontestavelmente a identidade dos habitantes das cidades e localidades da RMSG.

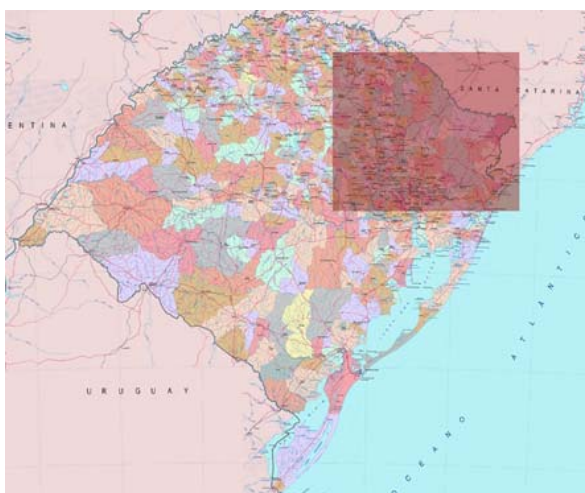
Tendo em vista a importância da manutenção e preservação desses elementos, importantes peças constitutivas e representativas de um extenso patrimônio histórico construído na região, muitas ações e projetos, por intermédio de iniciativas públicas e privadas, estão sendo desenvolvidos no sentido de auxiliar no

---

<sup>151</sup> MAS; MIOT, 2014-2020, p.128 - “(...) i capitelli ed i Crocifissi, dai più modesti a quelli più riccamente decorati, si trovano non solo all’interno dei paesi, ma spesso sono presenti all’incrocio di strade o al limite di un confine, ed in generale nei luoghi legati alla vita rurale d’un tempo. I piloni votivi hanno origini molto antiche, tanto che alcuni li fanno derivare dai cumuli di pietre che le popolazioni celtiche, e successivamente quelle cristiane, costruivano ai bordi delle strade con funzione sia religiosa che di segnava, come ad esempio, quelli che si trovavano lungo i tracciati di pellegrinaggio. I segni del sacro sono presenti lungo le strade e i sentieri silvo-pastorali, presso le linee di confine, come capisaldi della viabilità storica vicinale o di collegamento fra i vari borghi. Si possono trovare, inoltre, lungo i corsi d’acqua o in mezzo al bosco, o fin su in cima alle vette, tutti ambiti che sono stati un tempo luoghi di lavoro e di fatiche umane. Erano lì posti con molteplici funzioni, a protezione, per ottenere un aiuto nelle difficoltà quotidiane, in ricordo di un dramma o di un avvenimento, in memoria di un evento, per adempimento di un voto o grazia ricevuta. Tali manufatti, inoltre, costituivano un punto di riferimento luminoso nelle notti buie del passato o semplice motivo di ornamento e decorazione”.

processo de conscientização e valorização destes e de outros bens patrimoniais. Neste sentido, o projeto "*Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*" idealizado pelo fotógrafo André Antunes e pelo artista gráfico José Marcos Guimarães (ANTUNES; GUIMARÃES, 2023), pretende revelar, através do mapeamento (Imagens 61 e 62) e de registros fotográficos, as capelas e ermidas construídas pela colonização italiana naquela região por considerá-las, também eles, elementos importantes da identidade do Rio Grande do Sul. Sua intenção é, desta forma, poder contribuir com a valorização da arte e a memória regional brasileira.

Cabe mencionar que a primeira motivação para o trabalho, segundo informam os autores, foi totalmente espontânea, no sentido de traduzir a beleza arquitetônica das capelas em belas imagens fotográficas, cuidando para ajustá-las no melhor enquadramento e na inserção da paisagem ao seu entorno (Imagens 63 a 68). Até o momento, mais de quinhentas capelas já foram identificadas na região e estão sendo, aos poucos, catalogadas pelos autores.



**Imagem 61** – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, indicando a região de abrangência do projeto *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*.

**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.



**Imagem 62** – Área ampliada do mapa do Estado do Rio Grande do Sul, indicando a região de abrangência do projeto e a localização das capelas e ermidas já catalogadas na pesquisa.

**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.



**Imagem 63** – Capela São Roque localizada no município de Nova Roma do Sul

**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.



**Imagem 64** – Capela São Vicente localizada no município de Ipê.

**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.



**Imagem 65** – Capela São Virgílio localizada na Seno município de Caxias do Sul

**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.



**Imagem 66** – Capela Nossa Senhora Aparecida localizada no município de Caxias do Sul.

**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.



**Imagem 67** – Capela Santo Antônio Travessão Paredes localizada no município de Nova Pádua.  
**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.



**Imagem 68** – Capela São José localizada no município de Antônio Prado.  
**Fonte:** ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. *Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo*. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.

Mediante o envolvimento com o tema, através da pesquisa e do conhecimento que foram adquirindo, o comprometimento com o projeto tomou uma

dimensão muito maior. O contato com as pessoas que administram e cuidam destes locais, o envolvimento com a cultura dos imigrantes e descendentes, a descoberta do sentido, da importância e do valor destes bens para as comunidades onde estão inseridos, acabou por alterar a proposta inicial do trabalho, convertendo-a em uma abordagem mais documental e muito mais completa. Mesmo não possuindo ascendência italiana, Antunes confessa que acabou se envolvendo, de forma arrebatadora, com a cultura da imigração italiana.

Assim como as igrejas, os capitéis, capelas e ermidas também são monumentos de história, arte e cultura. Sua arquitetura e sistemas construtivos, seus altares e púlpitos, seus retábulos e ornatos, representam e expressam a cultura de quem os produziu, relatam e documentam séculos da singular trajetória dos italianos, imigrantes e descendentes, seus diversos ciclos artísticos e culturais, além de marcar e afirmar a sua presença no território por eles ocupado. Sua manutenção e preservação, para além das questões patrimoniais e identitárias, qualificam o lugar onde se encontram estabelecidos, como um importante destino de peregrinação e turismo. Com concepção ancorada nos três estudos regionais que mapearam grande parte dos capitéis, nichos e crucifixos construídos sobre o “território da imigração italiana na serra gaúcha”, de autoria de Tonet (TONET;TONET, 2013), Mazzotti e Bigolin (MAZZOTTI; BIGOLIN, 2012), Bento Gonçalves lançou em dezembro de 2021, através de sua Secretaria de Turismo, mais um roteiro turístico: “A Rota dos Capitéis”<sup>152</sup>. Este veio a se somar aos seis já existentes: “Caminhos de Pedras”, “Cantinas Históricas”, “Encantos de Eulália”, “Vale do Rio das Antas”, “Vale dos Vinhedos” e “Via Gastrô”, que promovem e exploram os diversos atrativos urbanos e rurais do município. A Rota dos Capitéis tem coordenação geral da prefeitura daquela cidade, mas possui vinculação e compartilhamento da gestão com as administrações dos municípios de Monte Belo do Sul, Pinto Bandeira, Santa Tereza e Garibaldi, uma iniciativa que vem ao encontro dos mais atuais preceitos de um planejamento urbano integrado e sustentável, onde a participação e o

---

<sup>152</sup> Segundo informações disponibilizadas no Blog G30 Serra Gaúcha, a Rota dos Capitéis será composta por um longo trajeto onde estão previstas a inclusão de praticamente todos os capitéis, grutas, capelas e pequenas igrejas mapeadas nos projetos de pesquisa citados, acrescido dos que serão mapeados nos municípios de Coronel Pilar, Imigrante, Boa Vista do Sul e Farroupilha, envolvendo um percurso de mais de 800Km que irá passar por mais de 180 santuários (G30 SERRA GAÚCHA, 2021). Disponível em: <https://www.g30serragaucha.tur.br/post/bento-goncalves-lanca-a-rota-dos-capiteis-caminhos-da-imigracao-e-fe>. Acesso em: 22 jun. 2022.



envolvimento de todos os agentes públicos e também privados nas ações de decisão, implementação e gerenciamento são esperados. O roteiro se propõe a promover, segundo Mazzotti, “a valorização ao patrimônio religioso local, a partir da identificação de que o capitel é um elemento peculiar de nosso território” (G30 SERRA GAÚCHA, 2021). Esta iniciativa prevê a integração com as demais atividades turísticas da região, principalmente àquelas ligadas ao enoturismo, ao agriturismo e ao turismo de aventura.

### **5.3. De *La Val del Profondo* a Museu de Território: Galópolis e a gênese de um patrimônio cultural industrial**

Galópolis nasceu como um pequeno povoado, relativamente próximo à sede da antiga Colônia Caxias, e acabou por apresentar, por motivos peculiares, um crescimento quase que independente da influência daquele verificado no centro administrativo. A localidade, localizada nas na região estabelecidas pelos limites geográficos entre a quarta e quinta léguas. (Imagem 69), é hoje é uma das quatro regiões administrativas da metrópole regional que se tornou Caxias do Sul, mas continua ostentando o porte de uma “pequena cidade industrial”. Os setenta lotes que formariam o povoado que daria origem a Galópolis, distanciavam-se da área central da colônia aproximadamente nove quilômetros. A partir do ano de 1876, passaram a ser paulatinamente ocupados, tendo os primeiros assentamentos ocorridos na região mais elevada do território, onde foi fundada a Capela da Maternidade e, posteriormente, seguidos em direção ao vale formado pelo arroio Pinhal, cujas características geográficas<sup>153</sup> sempre foram marcantes e determinantes

---

<sup>153</sup> De acordo com o mapa de regiões geomorfológicas do estado, a área do atual município de Caxias do Sul situa-se dentro da região denominada Planalto das araucárias, o que confere a ela características bastante heterogêneas. Mais especificamente, está localizada na unidade denominada de Planalto dos campos gerais, com extensas áreas de morfologia planar e outras onde a erosão alargou vales, com rupturas de declive de pequenos e grandes desníveis (BORSATO; DANI; BRESSIANI; LISBOA, 2015). Galópolis encontra-se estabelecida nessa última região, por isso as suas por isso as suas características geográficas sempre foram marcantes e determinantes para o seu futuro crescimento.

para o seu futuro crescimento. Ao longo do arroio se estabelece um vale formado por cadeias de montanhas que se abrem em direções mais ou menos paralelas ao curso d'água para criar uma área plana em suas margens, e que mais adiante se precipita em um cânion onde transforma-se em uma cascata com mais de 100m de altura (Imagem 70). Devido à essa formação, a localidade passou a ser conhecida através de diferentes denominações: primeiramente La Val del Profundo, depois Cascata da Quarta Légua e ainda Desvio do Morro, em função de um antigo caminho de tropeiros.

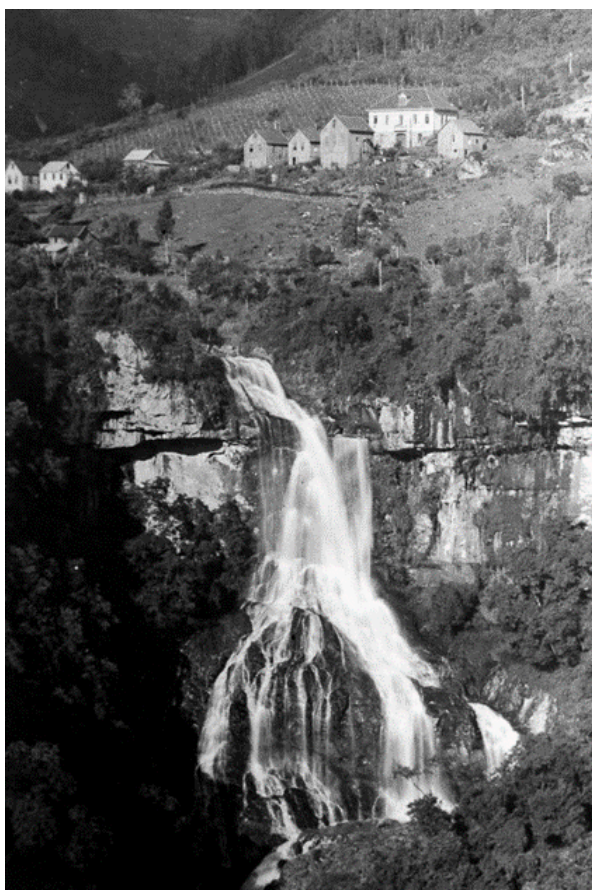


**Imagem 69** – Planta do município e distritos de Caxias 1938-1939 (produção) onde se verificam os limites de sua área territorial, a marcação das linhas e travessões que compunham as léguas e a localização dos principais bairros, com destaque para Ana Rech, Galópolis e São Marcos, que foi emancipado de Caxias do Sul em 1963.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.

Bem antes do estabelecimento da fábrica têxtil, grande responsável pelo crescimento daquela localidade, no mesmo local onde ainda hoje se encontra, a região possuía poucas casas e estabelecimentos comerciais, em sua maioria, propriedades de agricultores ligados ao trabalho rural. Sem ainda se constituir em um aglomerado urbano, localizavam-se dispostas linearmente ao longo da estrada

de chão batido que a ligava à Sede Dante, deixando seus habitantes em uma relação de dependência imediata dessa comunicação (VALVERDE, in: BERTASO, 1950). Orlando Valverde reconhece essa estrutura urbana, denominada de *Strassendorf* ou vila de estrada, como precursora do futuro núcleo urbano de Galópolis, uma conformação também usual em outras localidades da região. Esta típica configuração, muito encontrada no interior rural do centro da Europa, apresenta edificações dispostas, em ambos os lados ao longo de uma estrada intercomunal, eventualmente pontuada por caminhos secundários perpendiculares, que nela se iniciam ou nela terminam, com ausência de centro ou praça.



**Imagem 70** - A cascata véu de noiva, a rua Antonio Chaves (ao fundo) e o antigo casarão da família Dal Prá, no ano de 1948.

**Fonte:** LOPES, in: GZH, 2018d. Memória Jornal Pioneiro, foto Sisto Muner, acervo particular. Disponível em:

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2018/10/memoria-galopolis-e-a-cascata-veu-de-noiva-em-1948-10627702.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.

Em 1891, imigrantes provenientes de *Schio*, província de Vicenza, Itália, chegaram ao local, ocupando lotes que apresentavam grandes irregularidades, portanto menos propícios para a agricultura, pois os mais adaptados já haviam sido ocupados (HERÉDIA, 1997; MILANO, 2010). Um ano após erigiram uma pequena capelinha de madeira na localidade consagrando-a à Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, para reunirem-se em devoção, como era o costume (BUENO, 2012). Possuíam grande conhecimento técnico no fabrico e beneficiamento da lã, pois trabalhavam nesse ofício como empregados do Lanifício Rossi, empresa de grande porte no ramo têxtil do norte italiano. Haviam sido expulsos não só da fábrica, mas também do País, como única opção à prisão decretada pela participação em um movimento grevista que reivindicou melhores salários e condições de trabalho (ADAMI, 1971). As greves àquela época eram constantes e inexistiam leis que garantissem algum direito ao trabalhador.

A maioria destes imigrantes, individualmente, representava uma “figura tipicamente vêneta do operário camponês, empregado na fábrica, mas ideologicamente ligado à terra” (FRANZINA, 2006, p. 364), em um momento em que a Itália, vivia uma crise econômica com graves implicações no setor primário, em função da transição para um modelo desenvolvimentista capitalista que preconizava a industrialização. Por esse motivo, os camponeses, apesar de serem forçados a migrar do campo para a indústria, continuavam vinculados à terra, praticando atividades em ambos os setores. Retrato este que, por consequência, se verificou também aqui no sul do Brasil. Com a chegada desses imigrantes tecelões e o contato com os demais que já se encontravam na região, ocorre a proposta de uma associação com o objetivo de criar um lanifício semelhante àquele deixado além mar. Segundo Herédia,

(...) o sonho de fundar um lanifício se concretizou quando José Berno retornou da antiga pátria com vários teares comprados em uma tecelagem italiana que havia falido. Essa compra, junto com o desejo de construir na nova terra uma atividade econômica independente dos vínculos patronais permitiram a esses imigrantes formar a base para o lanifício (HERÉDIA, 1997, p 112).

A *Società Tevere e Novità* passou a funcionar próximo às margens do arroio Pinhal, utilizando suas águas para disponibilizar a energia necessária à movimentação dos teares. O lanifício começou a operar entre os anos 1894 e 1895 e o trabalho efetivo de tecelagem em 1897, quando possuía então treze máquinas de tear (CAXIAS DO SUL, 1936, p. 01). Foi o início também da Vila Operária, criada com a função de abrigar os trabalhadores que vinham de outras localidades para desempenhar tarefas na cooperativa, fator que efetivamente deu origem ao núcleo urbano. Conforme observa Herédia, “a posse da pequena propriedade, o trabalho na própria fábrica, o emprego aos filhos e o investimento dos seus trabalhos agrícolas foram fatores determinantes na construção de Galópolis” (HERÉDIA, 2015, p 02).

Com a implantação do lanifício, iniciou-se o processo de industrialização, inserindo uma nova função econômica agregada à agrícola, modificando a vocação daquela localidade e sua dependência para com Caxias, que passa a ser então, cada vez mais secundária (VALVERDE, 1950). Um novo traçado urbano começa a ser incorporado ao linear pré-existente, criando novos espaços e novos arruamentos, primeiramente para o acesso à fábrica e, posteriormente, para a implantação de um núcleo centralizado, disposto ao redor de um grande espaço aberto, que mais adiante daria lugar à praça central. A partir dos primeiros anos do século XX, lanifícios maiores vão surgindo na região e no Estado, principalmente nas cidades de Rio Grande, como a *Companhia de Tecelagem Ítalo-brasileira* em 1906, em Pelotas, com a *Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense* em 1908 e na capital, Porto Alegre, onde já existiam grandes empresas no ramo. O crescimento do mercado regional e a conseqüente concorrência fizeram com que lanifícios menores acabassem falindo ou encontrando dificuldades financeiras, como foi o caso da *Società Tevere e Novità*.

Com a chegada ao Brasil de Hercules Galló, imigrante italiano que procurava empreender negócios no país, a história da modesta tecelagem se transforma. Vislumbrando o grande potencial do local, propõe sociedade aos cooperativados, adquirindo, em 1904, parte das ações que lhe possibilitaram o controle administrativo da tecelagem. Sua visão e conhecimento técnico impulsionaram novamente as atividades fazendo com que a tecelagem se expandisse e incorporasse novos lotes. Constrói para ele e sua família uma primeira residência, em terreno de cota mais elevada, de onde podia vislumbrar o panorama da vila e da

fábrica. Em 1906 adquire a totalidade das ações, tornando-se o seu único dono, e a cooperativa passa então a se chamar Companhia de Tecidos de Lã (HERÉDIA, 2003, MILANO, 2010).

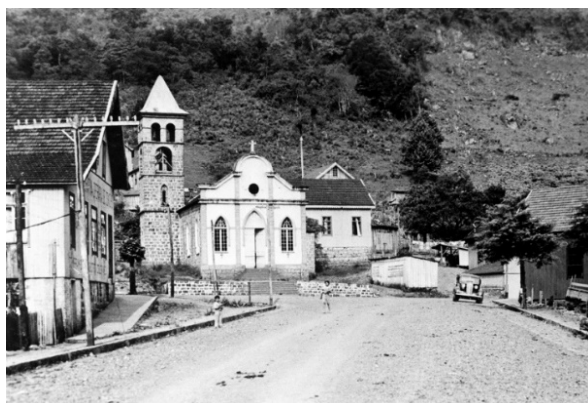
À medida que a fábrica crescia, o núcleo urbano sofria intervenções e se ampliava. A antiga capelinha de madeira já havia cedido lugar, em 1902, a uma nova construção, maior e mais elaborada, executada em alvenaria e pedra (Imagem 71). Diferentemente de outros assentamentos espalhados pela região, que possuíam demarcações através da divisão de um rígido traçado ortogonal mesmo em topografia acidentada (MANFROI, 2001), Galópolis foi crescendo com um formato mais orgânico, que ia se estabelecendo à medida que o núcleo se expandia com a integração de novos lotes ao patrimônio da tecelagem. Em 1908, Galló decide edificar uma nova residência, ao lado da primeira, com dimensões muito maiores, em demonstração de seu poder e prestígio. Segundo Ricardo Bueno,

(...) a posição geográfica do prédio, a exemplo do que já ocorria na primeira moradia, era estratégica: de um de seus balcões externos, voltado para a estrada de chão batido que passava em frente, se vislumbrava quase toda a extensão da pequena vila, ao mesmo tempo em que o “V” formado pelos morros em frente garantia o privilégio de se ver, dali, o primeiro sol da manhã a banhar Galópolis (BUENO, 2012, p. 26).

Em 1912 ocorre a fusão com a firma Chaves & Almeida, de propriedade de comerciantes muito conhecidos regionalmente, com sede em Porto Alegre. Em 1913, ano de sua efetivação, surgia a Chaves Irmãos & Cia e a vila operária começaria efetivamente a ser construída (Imagem 72). De acordo com Herédia,

(...) o modelo de indústria com Vila operária não era um projeto novo em termos de indústria têxtil no Rio Grande do Sul, visto que a Companhia união fabril de Rio Grande, fundada em 1873, sob o nome de Rheingantz e Valter (...) havia desenvolvido uma experiência de Vila operária, com habitações para operários, escola, armazém cooperativa, associação beneficente e mutualidade. Entretanto, para o Terceiro distrito de Caxias era uma proposta inovadora e atingia o objetivo de manutenção de mão-de-obra familiar e, ao mesmo tempo, de reprodução da força de trabalho (HERÉDIA, 1997, p. 205).

As primeiras casas foram edificadas em madeira, material abundante na região, com tipologias diferenciadas, simples para uma unidade familiar ou geminadas para duas, ambas com jardim e horta (HERÉDIA, 1997, MILANO, 2010). Eram de propriedade da empresa, sendo por ela administradas e mantidas, e abrigavam os trabalhadores e familiares que viviam em torno das atividades do lanifício, bem como técnicos e profissionais estrangeiros que prestavam serviço especializado para operar as máquinas trazidas do exterior.



**Imagem 71** - A antiga igrejinha, demolida em meados dos anos 1950.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, foto Sisto Muner, acervo particular.



**Imagem 72** - Conjunto fabril do Lanifício Chaves Irmãos & Cia em 1914/1916. Pode ser avistada à esquerda a primeira casa de madeira erguida por Hércules Galló para abrigar a sua família. À direita, ao fundo, percebe-se o conjunto de telhados alinhados das primeiras casas de madeira construídas na extremidade do antigo campo central.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, fotógrafo Giacomo Geremia, acervo do arquivo.

As dificuldades de locomoção e a falta de transporte coletivo justificavam a manutenção e ampliação da vila operária. Criou-se assim, segundo conclui Bueno, “um ambiente de relacionamento mais estreito da fábrica com seus funcionários, o qual ultrapassava as relações trabalhistas, até porque em geral envolvia vários integrantes de uma mesma família que trabalhavam simultaneamente no lanifício” (BUENO, 2012, p. 32). Em 1914, o “Povoado de Galló”, como era popularmente conhecido, foi instituído oficialmente como o Quinto Distrito do município de Caxias do Sul, passando a receber o nome de Galópolis em homenagem a quem havia se tornado um dos seus principais personagens.

Com a morte de Galló, em 1921, a família Chaves Barcelos assume o controle total da empresa, tornando-se, em 1928, após a compra das ações dos herdeiros, sua única proprietária. A Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro, como foi denominada, cresceu e se diversificou. Muitas benfeitorias foram realizadas em Galópolis e na vila operária, incluindo o estabelecimento definitivo de um sacerdote para oferecer atendimento espiritual aos operários e suas famílias, uma antiga reivindicação, com residência fixa na comunidade e custos bancados pelo lanifício até a criação da paróquia que ocorreria no ano de 1947 (HERÉDIA, 2003). A crescente participação da fábrica na vida e no cotidiano de seus operários acabou por gerar “um espírito de reciprocidade onde a submissão, a obediência, o respeito, eram trocados pela estabilidade no emprego e o lugar fixo na vila” (HERÉDIA, 2003, p. 135).

A construção de aproximadamente cinquenta casas geminadas edificadas em tijolos, conservadas até hoje no local, surgem como complemento e melhoramento da qualidade das habitações vindo a se somar com as antigas existentes em madeira. Estavam dispostas em conjunto em forma de ‘U’ ao redor do campo central (Imagem 73), “elemento centralizador que se formou no núcleo do conjunto das casas operárias (...) estruturador do espaço e polo de eventos e de festividades da comunidade” (MILANO, 2010, p. 114). Como parte importante do conjunto edificado, foi construído em 1929 o Cine Operário, primeiro cinema a ser instalado fora da área central de Caxias e cujo proprietário era funcionário da fábrica. O espaço também cedia as suas instalações para outras duas atividades, como o Círculo de Leitura, fundado no mesmo ano por incentivo de um grupo de funcionários, com o objetivo de fornecer maiores opções de lazer e cultura aos operários, e eventos sociais promovidos pela comunidade (MILANO, 2010). Nessa ocasião, segundo dados do Censo Demográfico Municipal do ano de 1932, a vila contava com uma população de 2.300 habitantes.

Em 1933, assume a gerência da fábrica, João Laner Spinato, cuja administração é definida “por um período de desenvolvimento social, tanto para a fábrica como para a vila” (HERÉDIA, 1997, p 124) (Imagem 74). Os anos de 1930 foram marcados por um período de mudanças na indústria nacional. Medidas de controle das importações para a proteção da produção do café no Sudeste, acabaram por privilegiar a indústria e os produtos manufaturados, principalmente



aquelas que beneficiavam a matéria prima nacional (PESAVENTO, 1983, p. 173), como era o caso do setor têxtil. Isso fez com que a produção industrial, principalmente a do Estado, se voltasse ao mercado interno, favorecendo sua expansão.



**Imagem 73** - A vila de Galópolis vista a partir de um ponto elevado no morro da Cruz. Em primeiro plano se pode avistar o campanário e o corpo da antiga igreja de 1902. À sua frente, à direita, o prédio da cooperativa operária de consumo e a partir dele, em uma linha contínua ao redor do campo central, as casas de madeira e alvenaria que compunham a Vila operária.

**Fonte:** IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Coleção Galópolis, setor de arquivo do IPHAN/RS.



**Imagem 74** - No registro fotográfico encontram-se João Laner Spinato (à direita, com o binóculo) e o genro Eloy Bissaco durante um passeio pelos arredores do Morro da Cruz. Lá embaixo, no centro do vale, Galópolis se evidencia com o parque fabril do lanifício e a sua chaminé, indicando que a produção estava em pleno vapor.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, fotógrafo Ulysses Geremia, acervo do arquivo.

Com o advento da segunda guerra mundial, o Lanifício São Pedro passou a fornecer tecido para as fardas e cobertores do exército brasileiro, impulsionando ainda mais o seu crescimento (MILANO, 2010, p. 94). Em função disso, muitas obras foram realizadas. Cinquenta novas casas em madeira foram edificadas ao longo da estrada que ligava Porto Alegre à Caxias com a função de abrigar mais operários. Foram fundados a Cooperativa de Consumo São Pedro, a nova sede do Círculo Operário Ismael Chaves Barcelos, que substituiu o antigo Círculo de Leitura, a hoje Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, o Colégio Chaves & Irmãos, o ambulatório e a farmácia, a cancha de bochas e a escola particular dona Manuela Chaves (HERÉDIA 1997).

Importante destacar, pelo seu simbolismo, o lugar escolhido para a construção da nova igreja matriz (Imagens 75 e 76). Ela surgiria em grande escala, como uma das maiores construções ainda hoje edificadas em Galópolis, em terreno doado pela família Chaves Barcelos que, apesar de não ter origem italiana nem mesmo ser composta por descendentes de imigrantes italianos, manteve uma tradição local de disponibilizar à comunidade, mediante doação, um espaço para a edificação de templos religiosos. Após tentativas de negociação para a sua construção em outros terrenos, a opção foi edificá-la em parte do antigo Campo Central (CAXIAS DO SUL, 1936, p. 12) que, como mencionado anteriormente, era um local articulador do espaço urbano, de onde também partiam as procissões religiosas. Seu significado e importância como lugar simbólico, a partir da inauguração do templo, tornou-se ainda mais concreto e efetivo.



**Imagem 75** - O início da obra da paróquia, com os seus alicerces sendo construídos ao centro do antigo Campo Central, e, ao fundo, parte do casario da antiga Vila Operária.

**Fonte:** Acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia.



**Imagem 76** - Inauguração da paróquia em 1947 bem ao centro da Vila Operária.

**Fonte:** Acervo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia.

Oficialmente batizado, em meados de 1950, de Praça Duque de Caxias, continua a ser o *locus* das práticas sociais da comunidade e o seu principal espaço patrimonial. De acordo com Milano, três momentos marcaram a execução e formação das edificações ao seu redor: o primeiro, representado pela edificação de habitações operárias em madeira, com características da arquitetura colonial da imigração italiana, posteriormente demolidas; o segundo, caracterizado pela construção das novas casas para os operários com a utilização de alvenaria de tijolos aparentes, reforçando um caráter industrial; e o terceiro, marcado pela

construção dos prédios cívicos e institucionais executados em arquitetura eclética, com vertente no estilo *art déco*, visualizada nos prédios do Círculo Operário (Imagem 77) e do Cinema, e no monumentalismo da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia (MILANO, 2013). Desta forma, foram criados em Galópolis os equipamentos necessários à vida em comunidade, fazendo daquele bairro uma pequena cidade autônoma. Praticamente a totalidade dos moradores possuía alguma relação com o lanifício, e esse vínculo acabou sendo preservando como uma característica cultural e identitária da região.

A conclusão da pavimentação da estrada federal Getúlio Vargas, inaugurada em 1941, ligando Porto Alegre ao Rio de Janeiro e cujo traçado seguia pela antiga estrada de ligação entre Galópolis e Caxias (Imagem 78), foi a grande promessa de um maior crescimento na região, mas que pouco acrescentou na sua rotina (BUENO, 2012). A BR 116, como hoje é conhecida, passou a ter uma utilização quase secundária depois que a rodovia Sinval Guazzelli, ERS 122, foi inaugurada na década de 1980, operando a ligação entre Caxias do Sul e Porto Alegre através de Farroupilha e deslocando o eixo de maior crescimento regional para as suas margens.



**Imagem 77** - A antiga sede do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, localizada na esquina das ruas Pedro Chaves e Ismael Chaves, na década de 1940.

**Fonte:** LOPES, in: GZH, 2022b. Memória Jornal Pioneiro. Sisto Muner / Divulgação. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2022/01/gremio-esportivo-ismael-chaves-barcellos-em-1943-ckyu6tjeq002s01886hzy2ovh.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.



**Imagem 78** - Cenário de Galópolis no início dos anos 1950, com a estrada federal Getúlio Vargas já pavimentada.

**Fonte:** AHMJSA - Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami, fotógrafo Ulysses Geremia, acervo do arquivo.

Mesmo assim, durante a década de 1940, o lanifício continuou a crescer, superando um grande incêndio em 1945. A tradicional ligação comercial com as forças armadas e o benefício da lei de que declarou as atividades têxteis de interesse nacional, com o advento da guerra, proporcionou ao lanifício a licença para importar um novo maquinário, em substituição ao perdido, e modernizar sua produção, “colocando-se entre as dez maiores indústrias têxteis do Rio Grande do Sul” (HERÉDIA, 1997, p. 126).

Apesar do crescimento populacional de Galópolis ter sido praticamente nulo entre os anos de 1932 e 1970, o Lanifício São Pedro continuava a empregar um número considerável desses habitantes. Dados de um levantamento realizado em 1977, informados por Herédia, indicavam que o lanifício “contava com 545 funcionários, tendo como população dependente direta da fábrica 42% da população da vila, o que demonstrava a importância desse estabelecimento industrial para a vila e mesmo para o município de Caxias do Sul” (HERÉDIA, 1997, p. 136). No ano de 1978 a empresa apresenta pela primeira vez prejuízo financeiro, o que leva a sociedade a abrir o seu capital para novos sócios. O Grupo Smiles Participações, administração e comércio Ltda adquire parte das ações, passando a uma nova fase de sua administração. As casas da Vila operária começam a ser vendidas e o poder da empresa sobre os operários diminui. O auxílio para a manutenção dos imóveis é eliminado e muitos precisaram deixar o local de moradia e buscar novas alternativas. Algumas descaracterizações começam a acontecer nas casas, em função de adaptações pessoais dos novos proprietários, mas que, felizmente, pouco modificaram o conjunto original. Em 1979, ano que Galópolis passa a ser elevada à categoria de região administrativa de Caxias do Sul, através da Lei nº 2535, a Sociedade Anônima Companhia Lanifício São Pedro é vendida para o Grupo Sehbe, que a incorpora definitivamente ao Lanifício Sehbe S.A. indústria e exportação no ano de 1983.

O Lanifício Sehbe passou a enfrentar dificuldades financeiras a partir da década de 1990. Para tentar salvar a empresa, um grupo de empregados reuniu-se em meados de 1999 para deliberar sobre a estratégia de transformar a empresa novamente em uma cooperativa, como havia sido no início de sua criação, pelos primeiros imigrantes italianos que ali chegaram provenientes de Schio. Como resultado desse encontro, “foram aprovados (...) os novos estatutos sociais e

escolhidos os membros do conselho administrativo” (MILANO, 2010, p. 97). A Cooperativa Têxtil de Galópolis Ltda (COOTEGAL), como ficou denominada, firmou contrato de arrendamento com os proprietários do Lanifício Sehbe, adquirindo posteriormente, no ano de 2001, a totalidade do parque fabril. Dentre os cooperativados estão muitos descendentes dos primeiros imigrantes que viveram suas vidas vinculadas ao lanifício e souberam transmitir às gerações posteriores suas tradições e costumes. Cento e sete anos após a fundação da *Società Tevere e Novità*, o histórico lanifício de Galópolis passa a pertencer novamente aos seus funcionários, retomando os seus ideais de origem, onde o empregado também era o patrão.

### **5.3.1. Instituto Hercules Galló e o Museu de Território**

O desejo dos herdeiros em preservar os bens remanescentes da família transformando-os e um espaço museológico vinculados a um instituto privado sem fins lucrativos, realizou-se em 4 de setembro de 2010, dois meses após o Patrimônio histórico do município de Caxias ter concedido o decreto de tombamento das duas casas centenárias de madeira construídas por Galló (Imagens 79 e 80). Estas duas construções, edificadas em momentos temporais distintos, podem ser identificadas como exemplares dos períodos arquitetônicos do Apogeu e Tardio, classificados por Posenato (POSENATO, 1983) e mencionados no Capítulo 3. A primeira casa, denominada de Casa 01, cuja construção iniciou-se em meados de 1904, apresenta sua base correspondente a um porão construído em pedras irregulares e sobre ele a estrutura principal com um andar principal em madeira, e um outro pavimento sob o espaço da água-furtada decorrente do telhado com 3 frontões, aproveitado para a instalação do sótão. Apesar de apresentar alguns detalhes mais elaborados, como a presença de lambrequins no frontão principal, pode-se considerar essa edificação como representativa do período do Apogeu, em um momento de transição para o período Tardio, da qual a segunda construção é bastante característica. Construída em meados de 1908, a segunda das casas, denominada de Casa 02, também

apresenta a fundação com pedras irregulares, mas sem a utilização desta estrutura como porão. As dimensões dos dois pavimentos superiores são muito maiores que os da primeira casa e além destes pavimentos, também sob o volume do telhado ocorre a instalação do sótão, com uma amplitude muito maior. Uma das principais características deste período foi a utilização de um maior número de materiais industrializados, incluindo vidros, ferro e tijolos de barro, em alguns setores, que pouco a pouco substituiriam a utilização da madeira nas construções. Ambas as construções são elementos vivos, representantes das permanências que estão preservadas e presentes sobre o “território da imigração italiana na serra gaúcha”.



**Imagem 79** - Casas centenárias da família de Hercules Galló que hoje integram o IHG. A construção mais antiga, em primeiro plano, denominada de Casa 01, é representativa do período do Apogeu, correspondente à classificação da produção arquitetônica dos imigrantes italianos na região nordeste do Rio Grande do Sul, conforme proposto por Posenato. **Fonte:** IHG - Instituto Hércules Galló, divulgação.



**Imagem 80** – Integrante do IHG, a Casa 02, construída posteriormente à Casa 01, é representativa do período Tardio, correspondente à classificação da produção arquitetônica dos imigrantes italianos na região nordeste do Rio Grande do Sul, conforme proposto por Posenato. **Fonte:** IHG - Instituto Hércules Galló, divulgação.

A família almejava manter viva a memória de seus antepassados e contribuir para o futuro de Galópolis, promovendo mostras, palestras e encontros com o intuito de fomentar as artes, a educação e a valorização das culturas tradicionais da região, além de incentivar as ações de preservação patrimonial. O Instituto Hercules Galló (IHG) não se restringiria, desta forma, ao funcionamento burocrático de museu ou memorial buscando “ser reconhecido também como instituição pensante a respeito das questões que envolvam a preservação das demais edificações de caráter

histórico e cultural situadas em Galópolis” (BUENO, 2012, p. 133). Com a sua criação iniciou-se a restauração das casas devolvendo a elas a sua originalidade e as reabilitando para novos usos. Próximo a elas, um espaço multiuso foi construído, ampliando a área para o desempenho das demais atividades propostas.

Paralelamente, por iniciativa do IHG, surgiu a ideia de se criar em Galópolis um Museu de Território. Projeto inovador em âmbito nacional, este conceito, proposto pela museóloga Tânia Tonet, encontra-se inserido no movimento que passou a discutir, a partir da década de 1970, uma mudança na forma de pensar a museologia, ampliando a sua atuação em direção à ênfase no território onde estão inseridos construções, pessoas, paisagem e patrimônio imaterial. Segundo o museólogo Carlos Augusto de Oliveira,

(...) diferente de um museu tradicional, o Museu de território, embora aberto a um público amplo, é voltado prioritariamente para a comunidade na qual ele está instalado, servindo para que ela se reconheça nele, e que através disso ela seja por si mesmo valorizada, contribuindo para a manutenção de sua identidade. Geralmente os objetos em um Museu de território permanecem em seu contexto original, são inventariados, mas não necessariamente recolhidos para dentro de uma instituição, eles continuam fazendo parte da vida das pessoas, servindo a elas (OLIVEIRA, 2015, p. 34).

Desta forma, edifício, coleção e público são ampliados para o domínio do território e da ação que nele se efetua. Ao possibilitar isso, passa a ser compreendido enquanto instituição que incorpora o patrimônio material e imaterial, através de sua coleta ou registro, salvaguarda, pesquisa e difusão, e atua juntamente com a sociedade, visando seu desenvolvimento cultural e socioeconômico, contribuindo, assim, para o fortalecimento dos laços culturais entre as instituições e a população que dela se beneficia. Reforçando, igualmente, os laços de pertencimento e, conseqüentemente, os elos identitários.

Desenvolver um trabalho de pesquisa em torno dos processos culturais e das dinâmicas que envolvem determinada sociedade, é uma das características da museologia social, que tem no Museu de Território um de seus exemplos. Galópolis congrega grande parte de seus moradores vivendo e trabalhando em uma fábrica que se encontra em perfeito funcionamento. A gênese dessa comunidade e de seu

núcleo urbano, bem como o seu crescimento ao longo dos anos, são frutos da dinâmica industrial que ali se instalou. A criação do IHG e do museu vem ao encontro destas características que a tornam um local de qualidades ímpares, como bem afirma Milano:

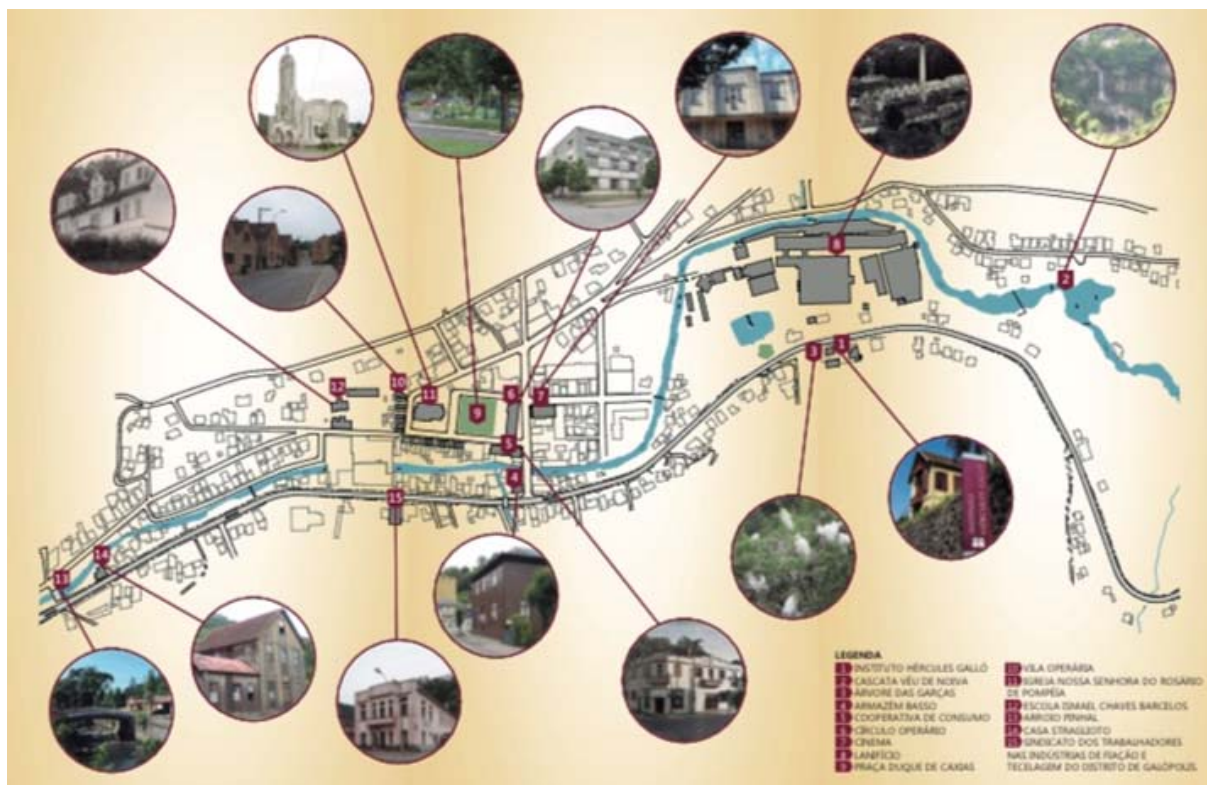
(...) o ineditismo de um núcleo operário em uma localidade semi-rural com forte cultura da imigração italiana, que absorveu inovações da habitação industrial europeia e ainda manteve os costumes e tradições da região em perfeita harmonia, faz de Galópolis um lugar atípico e diferencial, com todos os atributos para se tornar um bem de patrimônio histórico que merece ser preservado (MILANO, 2010, p. 167).

A primeira fase implantação compreendeu a produção e instalação de uma museografia interna na Casa 02, a sede principal, conformando assim o núcleo básico. A segunda fase consistiu na definição e levantamento histórico dos diferentes prédios e espaços indicados para integrar o roteiro de visitação. A comunidade participou ativamente desta etapa, com grande envolvimento, sugerindo, a partir das suas percepções, os locais que fizeram parte de sua história.

Uma das intenções do projeto é também a de que ele possa gerar movimentação econômica em torno do turismo, contribuindo para dinamizar toda a região. A inauguração ocorreu em 2019 com a presença de autoridades e da comunidade. Dos 15 pontos de interesse (Imagem 81), apenas quatro estão inscritos no Livro Tombo da cidade de Caxias do Sul: as duas casas de madeira construídas por Galló, a escola Ismael Chaves e a Matriz, que inclui como área de preservação o seu entorno constituído pela Vila Operária. Está em análise pela administração municipal de Caxias, a solicitação para o tombamento do prédio do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos, a pedido da Associação de Moradores de Galópolis (AMOG), para que venha a abrigar no futuro o Centro Comunitário e Cultural Galópolis (CCCG), que será administrado por uma associação que já se encontra formada, conforme poderá se verificar com maiores detalhes um pouco mais adiante neste mesmo Capítulo. O pedido foi encaminhado em novembro de 2022 (LOPES, in: GZH, 2022a). No infográfico produzido para a divulgação do Museu de Território, consta uma breve declaração assinada por Tânia Tonet, na qual expõe o seu sentimento sobre Galópolis e suas motivações para o desenvolvimento do projeto:



(...) Galópolis não é um cenário construído, daqueles compostos de réplicas, criando memórias, com o único objetivo de atrair turistas, à margem da preservação e da verdade histórica. Esse cenário (...) é de verdade. Ele tem as lembranças impregnadas nas paredes, feito por pessoas de carne e osso, que ali viveram e vivem seus dias, trabalhando, sofrendo, mas sobretudo acreditando que poderiam escrever um futuro melhor. É um passado erguido por gente que não se conformou com o que encontrou, transformando a realidade, nos legando uma herança de valores de fé e de perseverança (TONET, in: INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ, 2019).



**Imagem 81** – Infográfico com a indicação dos 15 espaços históricos que compõem o Museu de Território de Galópolis.

**Fonte:** IHG - Instituto Hercules Galló, divulgação.

A criação do IHG dinamizou ainda mais a relação de reciprocidade entre Galópolis e os seus moradores. Esta tem sido uma consequência natural deste desenrolar pois, na verdade, a comunidade já há muitos anos, vinha se organizando no sentido de dar continuidade ao processo de patrimonialização, ou seja, de implementação de ações que visariam fomentar o desenvolvimento através da valorização, revitalização e preservação de dos bens culturais materiais e imateriais existentes naquele lugar. Através da AMOG, em conjunto com demais entidades igualmente a ela vinculadas, foram colocadas em prática algumas das muitas

demandas latentes da comunidade, no sentido de resgatar a história e a memória da “pequena cidade industrial”, valorizando ainda mais a sua cultura.

Do primeiro empreendimento, o *Società Tevere Novità*, localizado às margens do arroio Pinhal, sucederam-se novas associações, entre elas com Hércules Galló e a Casa comercial Chaves & Almeida, que resultaram na consolidação do Lanifício São Pedro como uma das maiores indústrias têxteis do Estado. A construção de uma Vila operária (Imagem 82), aos moldes das existentes no continente europeu no século XIX, com espaços destinados ao lazer, à cultura e à devoção, conformou um núcleo urbano com características peculiares na região de colonização italiana no Rio Grande do Sul.

O território onde Galópolis se encontra estabelecida ainda conserva as características rurais que, no final do século XIX, foram determinantes para que fosse conhecido como *La Val del Profondo*. As montanhas que cercam o vale, ainda são verdejantes e com abundante vegetação, embora a mata nativa tenha sofrido modificações consideráveis ao longo de todos esses anos (Figura 83). O arroio Pinhal continua correndo por entre suas construções e a cascata ainda serve como referencial para os viajantes que trafegam pela rodovia BR 116 e que a avistam de um belvedere.



**Imagem 82** - As casas de alvenaria de tijolos aparentes construídas para abrigar os operários do lanifício que formavam a antiga Vila operária, vistas da rua Pedro Chaves.

**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 83** - Panorama de Galópolis a partir do Instituto Hércules Galló. Dalí ainda se continua experimentando o privilégio de assistir os primeiros raios do sol da manhã cruzarem por entre o 'V' formado pelos morros e banhar de luz Galópolis e toda a sua comunidade.

**Fonte:** Acervo do autor.

No decorrer desses mais de 130 anos de história, a contar da chegada dos imigrantes italianos provenientes de *Schio*, o acelerar do tempo provocou mudanças. Mesmo com elas, o bairro ainda mantém boa parte do seu núcleo urbano preservado, assim como todo o parque fabril que jamais parou com a sua produção. Talvez isso se deva, dentre tantos outros motivos, como a peculiaridade geográfica e as inalteradas taxas de crescimento populacional, às alterações na malha rodoviária, que deixaram a localidade à margem do principal eixo de deslocamento e escoamento da produção da região. Se por um lado esse fator possa ter provocado um menor crescimento da localidade, por outro, foi um dos responsáveis pela manutenção, quase intacta, de seu patrimônio.

Ao longo de todos esses anos também a comunidade permanece intimamente ligada ao lanifício, elemento aglutinador do núcleo urbano que cresceu a partir de sua fundação. Esteve no comando da vida de seus moradores, coordenando suas atividades econômicas e também promovendo suas atividades sociais. Uma grande parcela dos habitantes de Galópolis ainda hoje se encontra, de alguma forma, vinculada ao trabalho nas dependências da fábrica. Mesmo aqueles que escolheram por outros motivos habitar na localidade, motivados pela tranquilidade e pela proximidade com o centro da cidade de Caxias do Sul, onde geralmente exercem atividades profissionais, passam a se integrar ao grupo mais numeroso. É possível observar ainda que, para além da ligação econômica, os moradores também possuem uma forte ligação sentimental com o espaço urbano, que se traduz em ações coletivas em prol da manutenção do patrimônio cultural, material e imaterial, e de sua memória. Os tombamentos da igreja matriz, por iniciativa da comunidade e das casas construídas por Hércules Galló, por iniciativa de seus herdeiros, comprovam o envolvimento destes em ações integradas, e que se sobrepuseram às do poder público.

Pode-se concluir que a criação do IHG só veio a fortalecer os laços entre a comunidade e seus antigos patrões, desta vez não mais como empregadores, mas sim como parceiros. A decisão de implementar um Museu de Território, experiência pioneira no Estado, com o envolvimento de todos, comprova isso. A iniciativa ratificou a valorização e o reconhecimento do seu patrimônio cultural, fortemente vinculado à imigração italiana e fruto de um processo de industrialização iniciado por imigrantes italianos no final do século XIX. Esse processo também faz parte do

empenho do instituto no fomento ao turismo como atividade econômica de retorno à comunidade. Galópolis segue o seu caminho em direção ao futuro como um dos raros exemplos de paisagem cultural industrial cuja indústria que lhe deu origem ainda se mantém em plena operação e continua integrada ao núcleo urbano por ela criado.

#### **5.4. A “materialização” do Patrimônio Imaterial: Festas Populares, Festas Religiosas, Encontros de Parentelas, Pactos de Amizade e Cooperação, Instituições, Associações, Entidades e Cooperativas, Arte, Artesanato e Culinária**

Todas as ações que dinamizam o cenário cultural da RMSG, encontram-se inseridas em uma realidade que vem sendo constantemente alterada, desde as primeiras intenções e intervenções que preconizaram um maior cuidado e respeito ao conjunto patrimonial que se expressa sobre o “território da imigração italiana na serra gaúcha”. Grande parte delas tiveram origem a partir dos movimentos que antecederam as comemorações do centenário da imigração italiana, ocorrido no ano de 1975, onde foi verificado uma grande preocupação com a sistematização da documentação existente e a produção de novos e complementares estudos, e a demarcação e o levantamento do patrimônio cultural produzido. Movimentos estes que foram promovidos por instituições e associações das mais diversas naturezas, além de entidades, organizadas com propósitos culturais específicos ou mesmo grupos de amigos vocacionados para o apoio e a discussão de questões localizadas.

Quando se faz referência à patrimônio cultural, é preciso sempre lembrar que ele engloba os saberes, os costumes, as práticas e todas aquelas expressões culturais que, mesmo não estando concretamente materializadas no território, fazem parte de um conjunto muito amplo de identificação e representação social. O arquiteto Leonardo Barci Castriota (CASTRIOTA, 2009) argumenta que tais

elementos, que juntos compreendem o patrimônio imaterial de um grupo de indivíduos reunidos em sociedade, atuam como âncoras ao próprio patrimônio material, uma vez que este tende a se tornar vazio e desvinculado socialmente quando separado dos valores culturais imateriais a ele agregados pelas relações de sociabilidade que ali tem lugar. Essa dissociação, quando ocorre, da mesma forma determina como consequência o enfraquecimento da memória, que acaba por ser construída e rememorada de maneira incompleta. A presença do homem, que constrói o lugar e nele promove suas relações de sociabilidade, portanto, é fundamental para que o patrimônio cultural adquira ainda maior valor e sentido. Quando nele se está envolvido e quando dele faz-se parte, o patrimônio torna-se elemento indissociável da vida em coletividade, configurando-se, conforme define o museólogo francês Hugues de Varine, como “o DNA do território e da comunidade” (VARINE, 2012, p.11).

A arte, o artesanato, a música, as danças, a culinária, as práticas e os costumes, as crenças e as tradições, as festas populares e religiosas, as celebrações e comemorações de toda a ordem, enfim, contribuem para compor a complexa tecitura que dá corpo e forma ao legado patrimonial imaterial, “materializando-o” no ambiente social, mediante o exercício dos saberes, dos ofícios e dos modos de fazer coletivos. Por esse motivo, todas estas formas de expressão coletivas, incluindo aí a alimentação, podem, e devem ser analisadas através de uma perspectiva cultural. Elas têm o poder de congregar ao seu redor grupos de indivíduos imbuídos de um espírito de celebração e dispostos a reforçar aquilo que para eles (e para todos) é caro, ou seja, a união em torno daquilo que acreditam serem atos fundamentais à sua existência, e que, da mesma forma, despertam neles sentimentos e emoção. São atos coletivos, portanto, sociais, que pressupõem partilhamento e participação (RIBEIRO, 2002) de um grupo, ou grupos, socialmente identificados. O envolvimento das comunidades em prol da organização de festejos alusivos aos mais diversos temas é uma das características mais marcantes observadas na RMSG. Da mesma forma que promovem a movimentação de inúmeros cidadãos, incluindo aí moradores e turistas, inúmeros também são os eventos dispostos nos calendários oficiais dos municípios, paróquias, associações, agremiações, entidades, instituições. Em paralelo organizam-se muitos outros, organizados em calendários não oficiais, que seguem sendo divulgados

cotidianamente. Reuniões e encontros sempre permeados por muitas orações e muita devoção, mas também por muita música, culinária, trajes típicos, enfim, por uma explosão de manifestações fruto da expressão de uma cultura peculiar que se faz presente em todo o território construído pelos imigrantes italianos e, hoje, por seus descendentes.

#### **5.4.1. A Festa da Uva: símbolo dinâmico da cultura da imigração italiana**

Talvez seja a Festa da Uva, celebração típica do município de Caxias do Sul, a que melhor sintetize este conjunto de comemorações culturais e identitárias. A união de imigrantes italianos em torno das Sociedades de Capela e o costume de comemorar os bons resultados do trabalho na terra e as mudanças sazonais na organização das atividades produtivas, heranças que trouxeram consigo do país de origem, proporcionaram o surgimento de diversos festejos e encontros. Especificamente entre os imigrantes italianos que se dedicam à vitivinicultura no nordeste do Rio Grande do Sul, como informa Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro (RIBEIRO, 2002, p. 47), em seu estudo *“Festa e identidade: como se fez a festa da uva”*, “foram, e ainda o são, os ritmos do cultivo da videira que determinam os períodos de trabalho e o período de descanso e da celebração”. O período imediatamente posterior à chamada época da vindima, onde se procede à colheita da uva, é marcado pela celebração, pois coincide com o momento de maior abundância, justificando a comemoração, inclusive como forma de agradecimento pelos bons resultados obtidos e que foram, em grande maioria das vezes, desejados (e solicitados) mediante as preces e orações pronunciadas constantemente, idiosincrasias características a devoção à religião católica.

As festas urbanas mais importantes que se realizam na região (...) estão impregnadas de símbolos relacionados ao mundo agrário. Essa característica parece expressar não a desorientação ou a resistência da população da região à dinâmica da vida urbana, mas a articulação existente

entre o mundo urbano e o mundo dos camponeses imigrantes que deram origem à cultura regional ou à cultura da imigração italiana. Por se tratar de festas que se vinculam, em sua origem e motivação, ao mundo agrário, é possível reconhecer nelas um nexó simbólico com a terra, cujo significado remete à ideia de fertilidade e abundância (RIBEIRO, 2002, p. 49).

Sem dúvida a ligação entre os mundos urbano e rural ainda é muito presente na RMSG. E isso muito se deve às estreitas relações familiares que promovem, através de constantes encontros, o contato com aqueles que ainda se mantêm no campo, próximo às cidades, nas propriedades de origem do núcleo familiar, geralmente a residência dos “nonos” e “nonas”, bem como o costume de passar os finais de semana ou mesmo um período de férias nas terras que conservam como herança. Ainda assim, muitos proprietários, mesmo residindo em áreas urbanas, continuam a manter suas atividades comerciais vinculadas às pequenas propriedades, garantindo o sustento de suas famílias. Este vínculo, que se mantém característico como indicativo de um costume preservado, também poderia ser entendido como uma busca pelo conforto de se sentir seguro frente as constantes transformações urbanas provocadas pela modernização. Conforme mencionado por Ribeiro (RIBEIRO 2002), a “resistência” às dinâmicas da modernidade e a “desorientação” por elas causadas, não justificariam, por si só, a manutenção dos símbolos relacionados com o mundo agrário, especialmente quando vinculados às celebrações. Eles se constituem em integrantes fundamentais do conjunto de elementos culturais preservados por essa população. Mas a resistência e desorientação podem sugerir que também estas comemorações tornem fortalecidas, como forma de preservação da memória, enaltecimento e reafirmação de uma identidade vinculada à cultura da imigração.

As festas, tanto pagãs como religiosas possuem, para estes imigrantes e seus descendentes, uma correlação de proximidade. Muitas delas mesclam, em um mesmo evento, parte dedicada ao culto religioso e parte festiva, como os eventos que promovem às procissões em devoção à um santo padroeiro que, após o cumprimento dos ritos protocolares, terminam com a reunião em torno de uma boa e farta mesa. Desde o início da colonização se sucederam muitas comemorações neste sentido, incluindo também eventos relacionados às exposições agropecuárias e, posteriormente, agroindustriais. Conforme Santos, a “Primeira Exposição Agroindustrial da Colônia Caxias” ocorreu em 1881 e em 1925, por ocasião das

comemorações do cinquentenário da imigração, a exposição atingiu a sua décima edição (SANTOS, 2004). Estas exposições, assim como outros eventos, incluindo o registro de uma Festa do Vinho ocorrida no ano de 1900, relatados por Adami (ADAMI, 1966) são consideradas precursoras da atual Festa da Uva.

Não existe um consenso, mas se considera como a primeira edição o evento ocorrido na cidade de Caxias do Sul no ano de 1931. A Festa das Uvas, assim denominada e efetivamente organizada com algumas das características que posteriormente iriam assumir as demais celebrações, começou de forma modesta e limitou-se a uma exposição pública de uvas onde 250 castas foram representadas. Foi realizada por ação particular de alguns cidadãos caxienses, entre eles um descendente de portugueses, Joaquim Pedro Lisboa<sup>154</sup>, a quem, muitos consideram como o seu principal idealizador. Segundo Ribeiro,

(...) face ao interesse despertado pelo evento de 1931, de deliberado cunho didático, o que era fruto de uma iniciativa particular converteu-se em estratégia de grupo: os idealizadores do evento associaram-se aos vitivinicultores, aos comerciantes de vinho, ao poder público municipal, à Associação dos Comerciantes de Caxias do Sul e a alguns notáveis da sociedade local (RIBEIRO, 2002, p. 104).

Uma vez mais, pode-se perceber que o envolvimento de toda a comunidade se fez presente, poder público e privado, unidos em prol de objetivos comuns, garantindo a perpetuação do evento que promove, ainda hoje, não só a cultura como também a economia local. Durante esse longo período a Festa da Uva, como seria conhecida a partir da edição de 1932, passou por diversos períodos sociais, políticos e econômicos importantes, ocasionados também pelo crescimento sempre constante de uma pequena Caxias do Sul que viria a se tornar uma metrópole, fatores que determinaram mudanças em sua execução, inclusive com uma pausa prolongada

---

<sup>154</sup> Joaquim Pedro Lisboa (1887-1974) era natural de Rio Pardo e transferiu-se para Caxias do Sul para trabalhar chefe da Coletoria Federal, repartições locais arrecadoras que sucederam às Coletorias de Rendas Gerais do período imperial, também chamadas de Coletorias de Rendas Federais e Coletorias para Arrecadação das Rendas Federais. Anos mais tarde assumiu o cargo de inspetor florestal e inspetor do Instituto do Vinho, quando organizou em 1931 a primeira exposição de uvas na cidade, que ficou denominada como Festa das Uvas (SANTOS, 2004, p.77). A contratação de cidadãos de outras municipalidades para trabalhar nas repartições públicas de Caxias do Sul se devia muito provavelmente ao fato de que “até 1935 (...) havia dificuldade de encontrar alguém que redigisse em português documentos oficiais” (GIRON, 1994, p. 117).



por mais de uma década, entre as edições dos anos de 1938 e 1950 e, mais recentemente, em 2021, em função de emergências sanitárias<sup>155</sup>. Portanto, segundo Ribeiro (RIBEIRO, 2002), podem ser destacados quatro principais momentos em sua trajetória: a década de 1930 quando a festa se consolida com uma formatação já definida; os anos de 1950 (Imagem 84), quando a festa é retomada após um lapso de mais de 10 anos, com o intuito de promover um resgate dos valores e da cultura da imigração italiana; os anos de 1975 (Imagem 85) quando ocorre a comemoração do centenário da imigração italiana, período no qual se verifica o conflito entre o desejo de continuar a ser uma festa comunitária e a proposta de tornar-se um empreendimento centrado nos interesses comerciais; a década de 1990 (Imagem 86), ocasião em que a festa passa a ser novamente retomada pela comunidade, e com isso o seu papel de representação identitária.

Podem ser acrescentados a estes quatro momentos evidenciados pela autora, pelo menos mais dois: os dos eventos dos anos 2000, quando ocorrem mundialmente as comemorações pelo novo milênio da humanidade em um período onde os efeitos da globalização provocariam uma “aproximação” das fronteiras globais, colocando em visibilidade e expondo para todos, culturas das mais diversas procedências. Como resultado, conforme já mencionado na Introdução deste estudo, as manifestações locais, impregnadas de especificidades e identidade, acabaram por se tornar ainda mais valorizadas. E o representado pela última edição da Festa, no ano de 2022 (Imagem 87), uma celebração vívida e integrada, com grande participação popular<sup>156</sup>, que promoveu o reencontro de seus integrantes, promotores e espectadores com a volta das comemorações interrompidas pela emergência da pandemia.

---

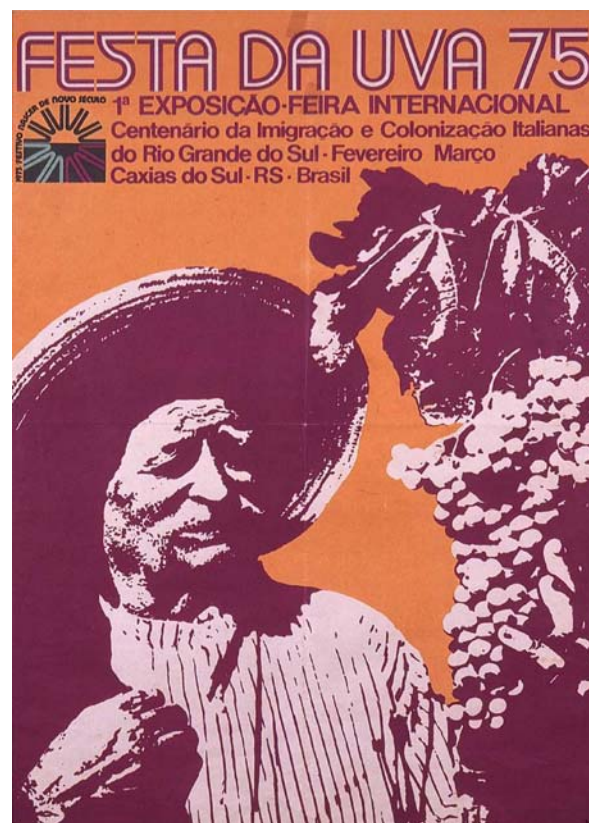
<sup>155</sup> As festividades previstas para a edição que ocorreria no ano de 2021 foram canceladas devido à emergência sanitária global provocada pelo vírus SARS-COV-2.

<sup>156</sup> A Festa Nacional da Uva, em sua edição de 2022, contabilizou um público de mais de 350 mil pessoas que compareceram aos espaços destinados à celebração, como a Vila dos Distritos, a Praça das Cidades, a Exposição de Uvas, o pavilhão da Agroindústria e prestigiaram as apresentações de mais de 150 artistas nacionais e regionais. A Feira Multissetorial contou com a presença de mais de 250 expositores de diversos segmentos, demonstrando ao público a diversificada produção local. O Centro de Eventos, nesta ocasião, recebeu a Praça das Cidades, atração que reuniu vinte municípios vizinhos à Caxias do Sul com o intuito de demonstrar um pouco da sua cultura, arte e história, além de diversos expositores de vinícolas tradicionais da Serra Gaúcha. **Fonte:** FDU – Festa da Uva. **Site institucional.** Caxias do Sul: FDU, 2022. Disponível em: <http://www.festadauva.com.br/festa>. Acesso em: 09 out.2022.



**Imagem 84** – Cartaz da Festa da Uva em sua edição do ano de 1950, comemorativa aos 75 anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

**Fonte:** ZOTTIS, 2009, p. 14.



**Imagem 85** – Cartaz da Festa da Uva em sua edição do ano de 1975, comemorativa ao Centenário da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul.

**Fonte:** ZOTTIS, 2009, p. 24.

As celebrações alusivas à Festa da Uva resgatavam (e continuam a resgatar) valores importantes da sociedade local permitindo que todos os segmentos que a compõe, desde os agricultores, os vitivinicultores, os comerciantes, os intelectuais, os políticos, os operários, enfim, celebrem suas diferenças e semelhanças de forma “a dar a conhecer quem somos e o que fazemos” (RIBEIRO, 2004, p. 53). Desta forma, a ritualidade dos eventos e os elementos que a eles conferem esse caráter, constantemente ampliados nas edições que se sucedem (HERÉDIA; MACHADO, 2001, p. 52) contribuíram para conceitualizar esta comunidade em termos de nós e os outros, baseada no trabalho, no conhecimento, na produção, nos costumes, na tradição, enfim, em um grande conjunto de realizações a ela legado.



**Imagem 86** – Cartaz da Festa da Uva em sua edição do ano de 1991.

**Fonte:** ZOTTIS, 2009, p. 30.



**Imagem 87** – Cartaz da Festa da Uva em sua edição do ano de 2022, primeira comemoração que marcou a retomada dos eventos no período de pós-pandemia, onde o tema foi “Juntos outra vez!”.

**Fonte:** Revista News. Disponível em: <https://revistanews.com.br/2021/09/29/tema-musica-e-cartaz-da-festa-da-uva-2022-sao-apresentados/>. Acesso em: 19 nov. 2022.

Nada mais característico desta reelaboração simbólica que a proposta de expressar todos esses elementos através de um desfile temático, um Corso Alegórico, que passou a ser apresentado ao público, ao longo de uma das principais avenidas centrais de Caxias do Sul, durante praticamente todas as edições da Festa da Uva. O primeiro desfile temático teve lugar já a partir da segunda edição da festa ocorrida no ano de 1932 e, a partir de então, vem promovendo uma “comunhão coletiva” entre tradição e cultura, através da representação alegórica dos saberes e fazeres da “colônia”. Para tanto, conforme assinala Ribeiro,

(...) recuperou de memórias individuais, modelos de trajes típicos usados pelas mulheres das diversas regiões de onde haviam partido os imigrantes; impregnou o cenário da festa com os cantos de um repertório de herança

comum e dividiu a uva entre os que participaram daquelas ações rituais. Enfim, conferiu originalidade ao ritual público como uma forma de conhecer e dar a conhecer a própria identidade (RIBEIRO, 2002, p. 54).

A mesa farta e o ritual festivo são representados pela distribuição, ao longo do trajeto, de cachos de uvas aos espectadores que tomam as ruas da cidade, reiterando o espírito de comunidade que se deseja preservar e enaltecer. Assistido por pouco mais de duas mil pessoas em 1931, na sua edição inaugural, chegou a agregar mais de quinhentas mil no ano de 1996 e vem mantendo uma constante e grandiosa audiência. A partir do ano de 1933, iniciou-se a tradição de se escolher soberanas para representar o evento e assumir, junto com as demais autoridades, funções como a de acolhimento ao público, abertura e encerramento das festividades. A primeira delas, Rainha da Festa da Uva, foi Adélia Eberle, filha de Abramo Eberle, já mencionado anteriormente. O título conferido às jovens caxienses ainda representa um privilégio e uma distinção socialmente almejada.

Como manifestação cultural, a Festa da Uva sempre esteve condicionada, sendo constantemente adaptada, aos diversos cenários sociopolíticos e econômicos que se sucederam e continuam a se suceder na região. As incessantes modificações experimentadas pela cidade, por exemplo, fizeram com o que o local de exposição de uvas, semente das celebrações, que veio a ser denominada de Feira Agroindustrial por englobar, com o passar dos anos, outras demonstrações relacionadas à crescente produção comercial e industrial, também fosse sendo alterado. No início ocupou a Praça Dante Alighieri, no coração da cidade, onde permaneceu por diversos anos, passando a ocupar, a partir do ano de 1954, uma moderna edificação<sup>157</sup> especialmente construída para este fim e enaltecida com a icônica obra do pintor italiano Aldo Locatelli denominada *“Do itálico berço à nova*

---

<sup>157</sup> O Grande Pavilhão da Festa da Uva, inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas em 27 de fevereiro de 1954, foi construído como decorrência da necessidade de se ter maior espaço para as exposições e melhores instalações para a feira agroindustrial que ainda ocorria em praça pública. A proposta para a sua viabilização ganhou força a partir da idealização do Pavilhão Histórico-Cultural montado para a grande edição comemorativa de 1950, que celebrava os 75 anos da imigração italiana na região. O pavilhão abrigou as edições da festa daquele ano até o ano de 1972. Neste período as edições da festa passaram a ocorrer com periodicidade de 4 em 4 anos. Localizado na rua Alfredo Chaves, a construção abriga desde o ano de 1975 a sede da prefeitura municipal de Caxias do Sul, e denomina-se hoje Centro Administrativo Municipal Vinicius Ribeiro Lisboa (LOPES, in: GZH, 2019a).

*pátria brasileira*”, que a acolheu até o ano de 1972 (Imagens 90 e 91). De acordo com Lopes (LOPES, in: GZH, 2019b),

(...) a obra foi uma encomenda da Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito Euclides Triches, e da Comissão da Festa da Uva de 1954, sob a presidência de Júlio Ungaretti. Foi executado provavelmente na segunda metade de 1953, pois deveria estar pronto para a inauguração do novo pavilhão próprio, em 27 de fevereiro de 1954, na abertura da programação. Trata-se de uma homenagem de Locatelli à trajetória dos imigrantes que colonizaram a região. Medindo 30,8m de extensão por 2,75m de altura, o mural é formado por oito sequências, que retratam a chegada dos italianos, o trabalho na vitivinicultura, a vindima, o lavrador semeando a terra e os operários atuando nas primeiras indústrias. O artista também faz menção aos índios que habitavam a região e aos gaúchos (LOPES, 209b).

Locatelli apresentou na composição de sua obra uma síntese dos povos formadores da RMSG, com destaque aos imigrantes italianos, aos seus costumes, suas práticas e à cultura da imigração que se estabelece sobre a região.



**Imagem 90** – Localizado no Centro Administrativo Municipal Vinícius Ribeiro Lisboa, o painel "Do itálico berço à nova pátria brasileira" é um dos muitos, e importantes, legados deixados pelo pintor italiano Aldo Locatelli em Caxias.

**Fonte:** LOPES, in: GZH, 2018d. Memória Jornal Pioneiro, registro de Roni Rigon / Agência RBS. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2019/04/aldo-locatelli-e-a-pintura-do-italico-berco-em-1953-10930341.html>. Acesso em: 09 out. 2022.



**Imagem 91** – Detalhe central do painel "Do itálico berço à nova pátria brasileira" onde aparecem em primeiro plano um grupo de indígenas em posição de perplexidade frente ao grupo de imigrantes italianos que, aos poucos, ocuparam as terras antes a eles pertencentes.

**Fonte:** RAÍZES DA IMIGRAÇÃO. *Do itálico berço à nova pátria brasileira, de Aldo Locatelli (1954). 31 de agosto de 2018.* Facebook: Raízes da Imigração. Página. Site de sociedade e cultura, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/raizesdaimigracao/posts/1664968713632515/>. Acesso em: 09 out. 2022.

Além das mudanças físicas provocadas pela emergência da instalação do evento em condições mais adequadas ao seu propósito e à sua proporção, a Festa da Uva também ajudou a promover mudanças culturais importantes na cidade e na região. As comemorações que voltaram a acontecer a partir do ano de 1950 procuraram reforçar o imaginário coletivo da região que havia sido posto sob ameaça pelos acontecimentos políticos verificados nos anos que as antecederam. Justamente por isso os seus promotores propuseram acrescentar a elas a “comemoração do marco histórico de origem de toda uma região. Com isso poderiam não só vivificar a memória que havia sido silenciada como, também, tornar a reinventar (reconstruir) a própria identidade” (RIBEIRO, 2002, p. 147). Para tanto, dez municípios foram convidados a participar diretamente do evento, enaltecendo a importância da integração cultural verificada em toda a região.

Da mesma forma, a preocupação com a “celebração do passado”, ou seja, promover o enaltecimento dos feitos e conquistas dos habitantes da cidade e da região, ganhou força na pauta da preparação das festividades e oportunizou o desejo pelo resgate da memória desta história e desta cultura singular que foi responsável pelo crescimento da RMSG. A inserção de um espaço dedicado à memória, o Pavilhão Histórico-Cultural, onde os habitantes foram chamados, da mesma forma, a contribuir com a doação de objetos para uma exposição, a se colocarem à disposição para a demonstração de técnicas relacionadas ao cultivo

vitivinícola, ao beneficiamento de produtos artesanais e industriais e à feitura do artesanato local, e participar intensamente da visitação (RIBEIRO, 2002). Atividades que proporcionaram a apreciação e o conhecimento ainda maior da sua cultura, que vieram a contribuir com os demais movimentos sociais que buscavam a criação de lugares de memória para a comunidade. Um destes importantes espaços criados na cidade, foi o Monumento Nacional ao Imigrante, já mencionado, cuja inauguração marcou a edição da Festa da Uva do ano de 1954.

O crescimento da cidade e suas transformações, conforme constata Ribeiro (RIBEIRO, 2002, p. 194), bem como “a significativa urbanização e industrialização de Caxias do Sul acabariam por refletir na organização da própria Festa da Uva”. A proeminência da produção industrial em relação à produção vitivinícola se impunha exigindo novas adaptações no cenário das representações festivas, bem como a ampliação dos espaços destinados à exibição de seus produtos na Feira Agroindustrial. Feita tal constatação, a comissão Organizadora da Festa da Uva de 1972 empenhou-se na definição de uma nova área para abrigar o evento, em um local mais afastado do centro da cidade, o Parque Mário Bernardino Ramos, também conhecido como Parque de Eventos da Festa da Uva. Este grande espaço, inaugurado oficialmente na edição do ano de 1975, com mais de 37 hectares onde estão dispostos quatro pavilhões cobertos com estruturas metálicas com inspiração nos formatos dos cachos de uva, constitui-se em um dos maiores complexos de eventos da serra gaúcha. Além dos pavilhões, abriga também, em meio a um bosque de araucárias que procura contextualizar uma situação geográfica semelhante à encontrada pelos primeiros imigrantes que chegaram ao local, uma réplica da antiga Colônia Caxias, inaugurada no ano de 1978. Nela se encontram representadas as atuais Avenida Júlio de Castilhos e Rua Doutor Montauray, e como estas importantes vias deveriam estar configuradas no ano de 1885. Encontram-se construídas neste espaço, 17 casas em madeira, entre elas a antiga igreja e o coreto existente na Praça Dante Alighieri, que seguiram as mesmas técnicas e detalhes da tradicional arquitetura desenvolvida pela imigração italiana na região nordeste do Rio Grande do Sul, quando do início da colonização. (Imagens 92 e 93).



**Imagem 92** – A réplica da antiga Colônia Caxias reproduz o núcleo urbano central da forma como ele se apresentava no final do século XIX. Atualmente as construções abrigam espaços para empreendimentos e serviços administrativos, inclusive durante as edições da Festa da Uva.

**Fonte:** CCS – Curta Caxias do Sul: a cada partida uma nova descoberta. Réplica de Caxias de 1885.

**Blog informativo.** Caxias do Sul: Tua Web Tecnologia, 2022. Disponível em: <https://curtacaxiasdosul.com.br/atracoes/replica-de-caxias-de-1885/>. Acesso em: 19 out. 2022.



**Imagem 93** – Ao fundo, sobre o ponto mais alto do terreno, encontra-se a reprodução da antiga igreja, ladeada pelo campanário, ambos construídos em madeira, conforme imagens e documentos da época das construções originais, do final do século XIX.

**Fonte:** CCS – Curta Caxias do Sul: a cada partida uma nova descoberta. Réplica de Caxias de 1885.

**Blog informativo.** Caxias do Sul: Tua Web Tecnologia, 2022. Disponível em: <https://curtacaxiasdosul.com.br/atracoes/replica-de-caxias-de-1885/>. Acesso em: 19 out. 2022.



Tais elementos que “recriam” no presente, a atmosfera do passado, são exemplos das muitas tentativas de “dar a conhecer” à população um pouco da sua história. A recriação de lugares pode obedecer a alguns critérios que perpassam pela contextualização e a não-contextualização com o ambiente onde estão inseridos. Conforme Castelo demonstra, a produção do “lugar da clonagem contextualizada”<sup>158</sup>, estabelece uma relação com o contexto onde se insere. E destes, são característicos aqueles intencionalmente produzidos com a proposta de replicar ou recriar elementos arquitetônicos em uma determinada situação urbana, ou mesmo individualizados, com a expectativa de tornar presente aquilo que não mais existe. São soluções amplamente utilizadas em cidades turísticas, que buscam através desta estratégia, criar uma nova demanda, ou mesmo enaltecer a sua cultura através do imaginário que dela se depreende. Muitas destas soluções são criticadas pela obviedade na constatação da impossibilidade de sua originalidade, ou mesmo de sua função, porém, apesar disto, contribuem indubitavelmente para materializar uma situação onde a experimentação física do lugar pode ser experimentada. Inúmeras situações semelhantes são encontradas em praticamente todas as cidades e localidades da RMSG e são o resultado, por vezes “exagerado” e talvez “descabido”, da manifestação desta italianidade que se faz presente no território e do imaginário coletivo que a ela está conectado.

Esta não é uma discussão sob a qual se objetivou tratar aqui neste estudo, apesar de importante, ela não é considerada fundamental, pois a abordagem principal se encontra focada no conjunto patrimonial cultural original encontrado na região. Porém acredita-se ser importante fazer este registro. As construções idealizadas, réplicas de construções reais, muitas delas fora de contexto, como a série de reproduções de monumentos italianos construídos contemporaneamente ao longo da Via Gênova<sup>159</sup>, na cidade de Serafina Corrêa, idealizados em homenagem

---

<sup>158</sup> Entende-se o lugar da clonagem contextualizada como aquele no qual a percepção é estimulada mediante uma clonagem realizada sobre as formas encontradas no próprio ambiente, isto é: as formas empregadas na geração de novas construções utilizam-se da linguagem predominante naquele contexto. Em consequência desse procedimento, pode-se esperar a ocorrência de uma “contextualização” urbana: os projetos, ao serem influenciados pelo emprego de estímulos percebidos no próprio ambiente no qual se dá a projeção, empregarão uma linguagem tradicional, rica em elementos vernaculares (CASTELO, 2005, p. 260)

<sup>159</sup> Maiores informações a respeito da contextualização urbana deste lugar, considerado um dos principais pontos turísticos da cidade de Serafina Corrêa, poderão ser obtidas no site institucional da prefeitura municipal, que se encontra disponível em: <http://www.serafinacorrea.rs.gov.br/via-genova/>.

aos imigrantes que lá chegaram e que do porto de Gênova, na Itália, partiram, estabelecem, de alguma forma, uma conexão com quem as experiencia. Importante mencionar que a referida cidade, não pertence ao conjunto de municípios que integram o objeto de análise deste estudo. Considerada a “Capital do *Talian*” no Brasil, Serafina Corrêa passou a receber, nas margens urbanizadas do Arroio Feijão Cru, uma série de edificações que reproduzem prédios históricos italianos (Imagem 94 e 95), como forma de homenagear o país de origem da grande maioria de seus primeiros habitantes.



**Imagem 94** – Conhecido como *La Rotonda*, o prédio desta fotografia alude à *Villa Capra* também ela conhecida como *La Rotonda*, que originalmente se localiza na cidade italiana de Vicenza. O projeto original é de autoria do arquiteto italiano Andrea Palladio, cuja construção remonta ao século XVI. A *Rotonda* de Serafina Corrêa abriga hoje uma loja comercial.  
**Fonte:** CARVALHO. In: DESTINOS DO SUL: NATUREZA, HISTÓRIA, CULTURA. **Blog informativo.** Serafina Corrêa, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://destinosdosul.com/2022/05/23/via-genova-de-serafina-correa-e-as-suas-replicas-de-predios-italianos/>. Acesso em: 07 out. 2023.



**Imagem 95** – Conhecido como *Castello di Marostica*, a edificação desta fotografia alude à construção de mesmo nome localizada na cidade de Marostica, Província de Vicenza, na Itália. Abriga hoje a prefeitura municipal de Serafina Correa.  
**Fonte:** CARVALHO. In: DESTINOS DO SUL: NATUREZA, HISTÓRIA, CULTURA. **Blog informativo.** Serafina Corrêa, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://destinosdosul.com/2022/05/23/via-genova-de-serafina-correa-e-as-suas-replicas-de-predios-italianos/>. Acesso em: 07 out. 2023..

Além do conjunto de construções, também se encontram alguns monumentos, como o “*La nave degli immigranti*”, ou “O navio dos imigrantes” (Imagem 97), alusivo à “travessia” entre dois mundos, localizado em frente à prefeitura municipal, que reproduz com pelas metálicas uma das muitas embarcações que trouxeram milhares de famílias italianas para aquela região.

Segundo João Antônio Queiroz de Carvalho, idealizador do Blog informativo “Destinos do sul: natureza, história, cultura”,

(...) estão lá uma réplica das Casas de Romeu e de Giulietta próximas uma da outra, e o Castelo de Marostica na esquina seguinte. Passando pela Nave se chega na sequência a Rotonda de Vicenza, prédio ocupado por uma loja, além de um outro inspirado no Coliseu de Roma. Este último é sede de um centro cultural, onde se podia ouvir uma aula de música, em uma ensolarada manhã de outono... Um lugar que é, e temos certeza será ainda mais, valorizado por sua comunidade e pelos visitantes. Até por que um interessante conjunto arquitetônico como este, não é sempre que se encontra...(CARVALHO, in: DESTINOS DO SUL: NATUREZA, HISTÓRIA, CULTURA, 2022).



**Imagem 97** – O Monumento *La Nave Degli Immigranti* representa a vinda histórica dos imigrantes italianos nos navios que os trouxeram da Itália para o Brasil, homenageando e destacando o significado desta imigração para o Rio Grande do Sul. Foi construído em 1986 e possui autoria do artista plástico Paulo Batista de Siqueira, natural do município de Soledade.

**Fonte:** CARVALHO. In: DESTINOS DO SUL: NATUREZA, HISTÓRIA, CULTURA. *Blog informativo*. Serafina Corrêa, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://destinosdosul.com/2022/05/23/via-genova-de-serafina-correa-e-as-suas-replicas-de-predios-italianos/>. Acesso em: 07 out. 2023.

É inegável que tais edificações possam proporcionar ao observador um determinado reconhecimento visual, o qual se remete ao imaginário de algo já conhecido ou familiar, bem como também é possível inferir que se estabeleça entre o observador e as obras “recriadas” uma forma de comunicação com um contexto, no caso dos exemplos mencionados, o da imigração italiana do final do século XIX. Mesmo que estes elementos estejam totalmente descontextualizados de seu *lócus* original, se considerado a partir da materialização de suas construções, eles

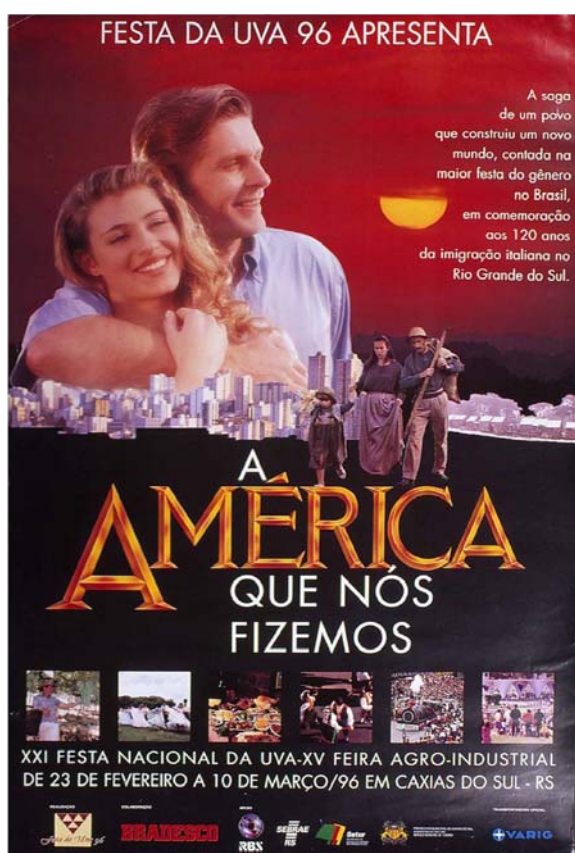
representam uma tentativa de comunicação de uma identidade. E é exatamente isso que a construção da réplica da Caxias do ano de 1885, no Parque de Eventos da Festa da Uva, desejou expressar, uma real aspiração por detrás da sua intencionalidade.

Retornando ao assunto deste subcapítulo, as edições festivas que se desenrolaram a partir da década de 1970 estavam integradas a um cenário de notáveis transformações na realidade socioeconômica da região. Caxias do Sul apresentava índices de crescimento populacional e urbano elevados, e sua população urbana triplicaria entre as décadas de 1950 e 1970, mantendo apenas 7,5% de sua população na zona rural. As celebrações, cada vez mais complexas e maiores, passaram a ser administradas a partir da constituição de uma empresa, a Empresa Festa da Uva Turismo e Empreendimento S.A., com estatuto jurídico de sociedade anônima (RIBEIRO, 2002). A modernização do território se fez mais uma vez presente quando, no ano de 1972, o Corso Alegórico daquela edição foi escolhido como o primeiro evento no país a ser transmitido em sistema a cores para todo o território nacional, eternizando-se na memória dos caxienses (LOPES, in: GZH, 2018c). Fato este que reafirmou, simbolicamente, a importância da Festa da Uva e a relevância da cultura da imigração italiana, por ela representada, em termos nacionais, um reconhecimento que foi amplamente referendado na edição seguinte, a do ano de 1975, que celebrou o seu centenário. A festa havia finalmente se consolidado como uma grande celebração de triunfos coletivos associados à identidade de seus promotores:

(...) rituais como os discursos de abertura da festa, nos quais é evocada a trajetória dos ofertantes e dos que os precederam, as exposições que tornavam públicos os novos produtos e as novas tecnologias a eles incorporadas, o desfile do Corso Alegórico, a um só tempo representação dos valores sociais (ali reafirmados solenemente) e consagrado *lugar de memória*, os cantos, a distribuição da uva, os espetáculos e os festejos populares, enfim, a presença de atores congregados em uma comunidade, (...), tornaram-se uma espécie de *sacramentos* secularizados, atos que criam um verdadeiro sentimento de pertença comum (RIBEIRO, 2002, p. 207).

Ao mesmo tempo em que ocorria a “sacramentalização” dos símbolos relacionados à grande comemoração dos feitos decorrentes de uma sociedade que

conquistou o seu lugar e soube moldá-lo à sua cultura, as reivindicações populares davam conta de um certo descontentamento com a gestão empresarial que passou a administrá-la. Conforme pontua Ribeiro, “talvez possa ser afirmado que a crise da Festa da Uva derivou, de fato, de ela ter deixado de ser dádiva para se transformar em mercadoria. Uma degradação que aos olhos da comunidade lhe tirou o significado” (RIBEIRO, 2002, p. 210). Havia uma necessidade e um desejo popular de que a festa voltasse a se aproximar de sua população, de seus verdadeiros ofertantes.



**Imagem 98** – Cartaz da Festa da Uva em sua edição do ano de 1996.

**Fonte:** ZOTTIS, 2009, p. 31.



**Imagem 99** – Cartaz da Festa da Uva em sua edição do ano de 2014.

**Fonte:** PORTAL EVENTOS. 30ª Festa Nacional da Uva divulga resultados. **Blog informativo**. São Paulo: Camalian, 13 de janeiro de 2024. Disponível em:

<https://www.portaleventos.com.br/news/30a-Festa-Nacional-da-Uva-divulga-resultados>.

Acesso em: 25 out. 2022.

Assim sendo, em abril de 1993, um ano antes da próxima edição, as ações da antiga empresa foram adquiridas pela prefeitura municipal que instituiu, em

seguimento, a Comissão Comunitária da Festa da Uva de 1994, tornando-a, desta forma, mais próxima à comunidade, como havia sido no início. Como resultado, muitas entidades passaram a compor a representação da comissão, como associações de bairros, a Câmara da Indústria, Comércio e Serviços, clubes recreativos e um grande número de voluntários (RIBEIRO, 2002). Desta forma a comunidade passou a ter um maior protagonismo na organização das demais edições que, além das principais atrações, passaram a contar com novas propostas culturais como o “*Projeto Tirando o Pó*”<sup>160</sup>, iniciado no ano de 1994, que convidava a todos a contribuir com o acervo memorial da região, gincanas culturais e olimpíadas coloniais, valorizando a história da imigração, enaltecendo a memoriais e reforçando os laços identitários, as tradições, os costumes e as práticas ainda muito presentes no cotidiano.

As comemorações pelos 120 Anos da Imigração Italiana no Rio Grande do Sul foram incluídas na edição da Festa da Uva do ano de 1996. A partir daquela edição especial, que foi denominada de “*A América que nós fizemos*” (Imagem 98), a festa passou a contar com um tema pré-definido que teve como propósito orientar o programa promocional das celebrações e inspirar a organização e realização do Corso Alegórico (RIBEIRO, 2002). Sem sombra de dúvida, a edição de 1996 foi uma das mais completas e, simbolicamente, se constituiu como uma espécie de autobiografia de um povo, de uma cidade e de toda uma região, celebrada em forma de comemoração. Segundo Ribeiro, as dimensões implicadas na expressão que intitulou as celebrações,

(...) convergem para a noção de construção de um espaço social, político e econômico, na região Nordeste do Rio Grande do Sul. Isto é, o processo desse *fazer* ensejou a elaboração de uma cultura original feita de desafios, doses de grandezas de ânimo, com seus adicionais de fé, teimosia e obstinação. O acento (...) recai no significado culturalmente criativo do Fazer a América que assumiu para os caxienses a dimensão de sua identidade, mais uma vez proclamada durante a festa (RIBEIRO, 2002, p. 232).

---

<sup>160</sup> Segundo Ribeiro, o Projeto “*Tirando o Pó*” foi um convite da comissão organizadora à toda a comunidade que “não deixou dúvidas quanto ao seu propósito: valorização dos vestígios de histórias pessoais, familiares, de grupos, para serem convertidos em signos de uma trajetória coletiva” (RIBEIRO, 2002, p. 220).

Uma identidade que, coincidentemente àquela comemoração, havia sido internacionalmente divulgada através do filme de longa metragem “*O Quatrilho*”, já anteriormente mencionado, que havia sido indicado um ano antes para concorrer ao prêmio Oscar de melhor filme estrangeiro. Um grande feito que promoveu ainda mais o conhecimento e o interesse, tanto nacionalmente como internacionalmente, pela cultura da imigração.

A partir de então, as edições da Festa da Uva têm sido especialmente férteis em contar histórias e produzir grande volume de documentação relacionado aos aspectos mais importantes da trajetória da região, da cultura que a produz e do cotidiano que a envolve. Temas como “*O trabalho e os dias de um povo. Venha ver e festejar!*” escolhido para a comemoração do ano de 2000, “*Mulher imigrante: força, trabalho, inspiração*” selecionado no ano de 2002, “*Terra, pão e vinho*” eleito no ano de 2004, “*Na alegria da diversidade*” (Imagem 99), no ano de 2014, e, mais recentemente “*Juntos outra vez!*”, conforme já mencionado, eleito na última edição do evento no ano de 2022, pontuaram muitos assuntos que vieram a contribuir para tornar o evento uma celebração dinâmica da trajetória e do autoconhecimento de um povo, de uma cidade e de toda uma região.

#### **5.4.2. A Romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio: integração, acolhimento e devoção à religião católica**

Ao longo de toda a história da imigração italiana na RMSG, conforme foi verificado ao longo deste estudo, a Igreja Católica sempre se fez presente, influenciando significativamente a vida dos imigrantes italianos e de seus descendentes, desempenhando um papel importante nas áreas religiosa, social, educacional e cultural. Da mesma forma, sua participação também foi e continua a ser fundamental no sentido de ofertar, além de apoio espiritual, orientação moral e ética aos devotos, ajudando a promover valores e princípios que eram importantes para a vida familiar e comunitária. Inúmeras são as manifestações de fé e devoção a

ela relacionadas que acontecem regularmente na região, sendo que uma se destaca por sua tradição e grandiosidade: a Romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, que tem lugar no município de Farroupilha, e é considerada um dos maiores eventos religiosos do Estado do Rio Grande do Sul e um dos mais importantes e representativos também em todo o Brasil.

Nascido como um dos muitos espaços designados pelos primeiros imigrantes italianos para o exercício de suas práticas religiosas e, posteriormente, alçado como um dos mais importantes lugares de memória (NORA, 1993) da devoção católica na RMSG, Caravaggio, como foi anos mais tarde denominado, constituiu-se em solo sagrado para moradores, visitantes e peregrinos que a ele recorrem diariamente para exercerem seus ofícios de fé. A antiga localidade de Linha Palmeiro, atualmente rebatizada com o nome de Distrito de Caravaggio, em homenagem à santa que se tornou sua padroeira, foi um dos primeiros lugares no Estado a receber imigrantes italianos, a partir do final do séc. XIX, em terras que pertenciam à Colônia Dona Isabel.

Segundo a turismóloga Mônica Schneider (SCHNEIDER, 2013, p.74), desde o ano de 1879 este local já recebia celebrações religiosas ao ar livre promovidas pelas famílias ali estabelecidas que, ao mesmo tempo, ressentiam-se da falta de um espaço coberto e mais adequado. Foi então que as famílias de Antônio Franceschet e de Pasqual Pasa construíram ali um pequeno oratório. Com o passar do tempo demais moradores decidiram contribuir com a oferta de recursos financeiros e mão de obra para a construção de uma capela em madeira que abrigasse pelo menos cem pessoas. Até então não existia um consenso à veneração de quem o templo seria destinado. Um dos moradores, Natal Faoro ofereceu em empréstimo à comunidade um pequeno quadro com a imagem de Nossa Senhora de Caravaggio<sup>161</sup>, trazida diretamente da Itália na bagagem de sua mãe, como herança

---

<sup>161</sup> Dom Benedito Zorzi, em seu livro *“Nossa Senhora de Caravaggio no Brasil”*, relata a história do aparecimento milagroso de Nossa Senhora para uma camponesa de nome Joaneta, que teria ocorrido no dia 26 de maio do ano de 1432 em uma pequena localidade da região da Lombardia, denominada Caravaggio, próximo à província de Bergamo. Joaneta era muito devota à religião católica e enfrentava em seu dia a dia dificuldades no casamento em função dos recorrentes maltratos de seu marido Francesco Varoli. Neste dia, ao retornar de suas tarefas de campo e estando em uma localidade denominada *Mazzolengo*, distante quase dois quilômetros de Caravaggio, se depara com a visão de uma senhora de estatura imponente vestida com roupas rubro-violeta tendo, acima de seu rosto, um grande véu branco. Nossa Senhora se dirige a Joaneta pedindo que não se assuste com a sua presença e solicita a ela que se ajoelhe para receber uma grande mensagem.



de seus antepassados (TONOLLIER, 2002; ZORZI, 1986). A obra, em preto e branco datada do ano de 1724, que ainda se encontra preservada no santuário, retrata o momento exato da aparição de Nossa Senhora à camponesa de nome Joaneta, que se encontra ajoelhada, em posição de adoração, diante de sua presença, nos campos próximos à localidade de Caravaggio, ao norte da península italiana. Mediante as referências culturais, a tradição, os costumes e a memorabilia daqueles primeiros imigrantes italianos que atravessaram o oceano em busca da reconstrução de suas vidas, ficaria instituída naquele lugar, na antiga Linha Palmeiro, a sua padroeira.

Local de culto, mas também de encontro, a pequena capela dedicada à Nossa Senhora de Caravaggio passou a receber a visitação, em número cada vez maior de fiéis de comunidades próximas e também mais distantes, movidos pela fé e devoção à Santa, em reconhecimento, mediante suas crenças, à sua intercessão nas preces e pedidos a ela encaminhados. Em 1885, o escultor Pietro Stangherlin, imigrante italiano que havia se estabelecido em Caxias do Sul, produziu um grupo escultórico em madeira de cedro policromada baseado no pequeno quadro da família Faoro (MUGNOL, in: GZH, 2020), que acabou por se constituir em um novo símbolo de devoção e fé. Anos mais tarde, através da iniciativa de moradores e auxílio de toda a comunidade, um novo templo em alvenaria foi construído em substituição ao antigo, aos moldes da tradição veneta, com sua estrutura principal separada de seu campanário, este edificado inteiramente em alvenaria de pedras<sup>162</sup> (Imagens 100 e 101).

---

Revela a ela o seu nome e lhe diz que vem anunciar a paz, tendo conseguido afastar dos cristãos os castigos da Divina Justiça. Pede ainda que Joaneta transmita à sua comunidade que volte a fazer penitência, jejue nas sextas-feiras e ore na igreja aos sábados à tarde, em agradecimento aos castigos afastados. Solicita a ela ainda que ali, naquele local, fosse erguida, em sua homenagem, uma capela (ZORZI, 1986). Conta-se ainda que no local da aparição, brotou uma fonte de água límpida e abundante que, a partir do seu contato, passou a curar muitas pessoas acometidas das mais diversas doenças. Diz-se também, que um incrédulo, ao jogar um ramo seco nesta fonte, este tornou a ser verde novamente e revestiu-se de flores no mesmo instante. É esse o motivo pelo qual nas representações pictóricas e escultóricas do encontro de Nossa Senhora de Caravaggio e de Joaneta, é sempre colocado um ramo com flores entre a Virgem e a vidente (ZORZI, 1986).

<sup>162</sup> Conforme informações inclusas no site institucional do Santuário Nossa Senhora do Caravaggio, os moradores da localidade improvisaram uma olaria para produzir os tijolos necessários para a construção do novo templo, pois àquela época ainda era usual a construção de casas e edificações em madeira. As pedras foram usadas somente no campanário, que passou a abrigar um relógio fabricado por Augusto Rombaldi no ano de 1900 e seis sinos. O pintor italiano radicado no Rio Grande do Sul Antônio Cremonese (1890-1943) foi o responsável pela decoração interna do Santuário, a qual pode ser apreciada até os dias de hoje. A estrutura edificada ainda conserva a



**Imagem 100** – A antiga igreja datada do final do século XIX, conhecida como Santuário Antigo, encontra-se totalmente preservada no local onde foi erigida.

**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 101** – Interior do Santuário Antigo onde podem-se admirar as muitas pinturas murais, realizadas por Antônio Cremonese, os altares laterais e o central, confeccionados e ricamente entalhados em madeira, além de muitas imagens ainda originais da época de sua construção.

**Fonte:** Acervo do autor.

Sua inauguração ocorreu no ano de 1879, o qual passou a ser considerado como o ano de fundação do atual complexo religioso. Segundo a turismóloga Rosalina Cassol Schvarstzhaupt e Herédia (SCHVARSTZHaupt; HERRÉDIA, 2021), relatos apontam que foi nesta igreja que se manifestaram os primeiros sinais da intercessão da Santa aos pedidos e necessidades dos devotos que ali pregavam. Em 21 de junho de 1900, através de um decreto do então bispo Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão, da Diocese de Porto Alegre, a igreja, à qual naquele momento estava a ela vinculada, foi elevada à categoria de Paróquia (ZORZI, 1986). No ano de 1921, o templo foi novamente elevado, desta vez, à categoria de “Santuário”, sendo hoje conhecido como Santuário Antigo. Anos mais tarde, em 1959, Nossa Senhora do Caravaggio foi declarada pela Santa Sé padroeira da Diocese de Caxias do Sul.

---

originalidade nas portas construídas em madeira com maçanetas originais da época, bem como os bancos, oratórios e principalmente os altares também produzidos em madeira, onde ainda se encontram, sobre eles, algumas imagens que datam do início da construção (SNSC, 2021).

Desde que o primeiro oratório foi construído, as peregrinações de fiéis a este lugar considerado sagrado pela Igreja Católica nunca deixaram de acontecer. Pelo contrário, com o passar dos anos verificou-se que um número cada vez maior de devotos passou a frequentar o santuário, principalmente em datas festivas, como é o caso da tradicional romaria de peregrinos que acontece anualmente no dia 26 de maio, data que rememora a aparição de Nossa Senhora à camponesa Joaneta, e nos dias subsequentes. Em função disso, no ano de 1945, por interseção e liderança do padre Theodoro Portolan, pároco do Santuário entre os anos de 1942 e 1968, foi elaborado o projeto de construção de um novo templo, muito maior que o primeiro, para receber com conforto e segurança todos aqueles que para lá se dirigiam. Segundo as considerações do bispo Dom Benedito Zorzi (1908-1988), o padre Portolan se empenhou particularmente para mobilizar e integrar toda a comunidade na realização desse empreendimento. Com o intuito de proporcionar trabalho aos moradores, de implementar o desenvolvimento do lugar e de trazer melhorias para a Igreja ali estabelecida, empreende uma série de setores conectados, tais como cooperativas, olarias, pedreiras, britadoras, engenho e serraria, entre outros. Ainda segundo Zorzi, relatos de pessoas da comunidade que testemunharam sua atuação descrevem que o religioso não media esforços para ajudar pessoalmente em muitas atividades. Durante sua gestão, foram construídos no local a Casa do Peregrino, a Casa de Retiros, o Carmelo e o novo Santuário (ZORZI, 1986).

Foi assim que, exatamente ao centro do eixo visual proporcionado pelo alinhamento do trecho final da denominada “Rodovia dos Romeiros” que dá acesso ao complexo, faceando à direita o Santuário Antigo, se ergueu a grandiosa edificação inaugurada no dia 3 de fevereiro de 1963, levando, portanto, dezoito anos para ser finalizada. Idealizada para dar acolhimento para mais de duas mil pessoas, hoje revela-se pequena para a quantidade de devotos que a romaria congrega (Imagem 102). Ao longo de todos estes anos, este espaço, considerado sagrado, vem sendo modificado ao surgirem novas e importantes demandas. Mas também vem se transformando uma vez que a ciência e a tecnologia avançam em novas conquistas, possibilitando, cada vez mais, a mudança de escala das construções, permitindo a expansão dos espaços edificadas em todas as suas dimensões, uma das características mais visíveis da modernidade, e apontadas por Harvey e Berman. A escala se amplia, mas a essência se mantém inalterada. O Santuário de

Nossa Senhora de Caravaggio, que nasceu pequenino, transformou-se em lugar de memória e de peregrinação, em lugar de fé, de devoção e acolhimento, constituindo-se em um dos locais religiosos mais importantes do sul do Brasil.



**Imagem 102** – Panorama aéreo de todo o complexo do Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio. Ao centro da imagem, localizado no eixo da Rodovia dos Romeiros, pode-se apreciar o novo templo, inaugurado no ano de 1963, em estilo neoclássico. Ao lado direito encontra-se o Santuário Antigo, composto pela igreja e o campanário, construído em 1879. Uma grande praça se abre em frente aos templos e abriga, nos momentos de celebração, como se percebe na imagem, milhares de peregrinos que ali se encontram para reafirmar a sua fé na Igreja Católica. Demais equipamentos voltados ao acolhimento desses peregrinos como restaurantes, hotel, pousada, salão paroquial e outros, complementam o conjunto edificado neste lugar consagrado.

**Fonte:** PRANDI, in: VIAGENS E CAMINHOS. *Blog informativo*. Farroupilha, 2010. Disponível em: <https://www.viagensecaminhos.com/2011/06/farroupilha-rs.html>. Acesso em: 04 dez. 2021.

A tradição de se trilhar a pé os muitos caminhos traçados entre as cidades e localidades que compõem a RMSG e que conduzem os fiéis ao lugar de destino, consolidou-se como um importante elemento componente da identidade da região. Por se tratar de um evento de grande importância espiritual, mas também cultural, a Romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, um costume que se mantém inalterado há 144 anos<sup>163</sup>, contribui para reforçar os laços de conexão entre

---

<sup>163</sup> Devido à emergência sanitária global desencadeada pelo vírus SARS-COV-2, as edições da Romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio tiveram duas de suas edições canceladas entre os anos de 2020 e 2021.

as comunidades locais e igualmente fortalecer um senso de pertencimento destas para com o lugar de culto, mantendo viva a identidade religiosa e cultural da região.

Milhares de romeiros participam ativamente também das celebrações que antecedem a grande comemoração de 26 de maio, como aquelas representadas pelas pré-romarias que acontecem nos meses anteriores. Muitos também se envolvem diretamente na organização de eventos paralelos e outros tantos, especialmente os moradores locais, nas tarefas de apoio e acolhimento aos romeiros, muitas vezes desempenhadas de forma gratuita. Esta é uma atitude que caracteriza, de certa forma, uma “tradição comunitária” bastante presente na região e que, como bem pontuam Schvarstzhaupt e Herédia (SCHVARSTZHaupt; HERRÉDIA, 2021, p. 343), “percebe-se reproduzir-se historicamente desde os primeiros tempos da imigração. A organização coletiva expressa a solidariedade histórica entre os moradores e com os peregrinos”. Uma solidariedade que resultou da união dos imigrantes italianos em torno da resolução de problemas e do apoio mútuo.

Importante salientar aqui que para além da sua significativa representatividade religiosa, a romaria oportuniza também o incremento do turismo de cunho religioso na região, atraindo visitantes que desejam conhecer a história e a cultura locais, contribuindo, desta forma, para a dinamização da economia, para a divulgação das tradições, dos costumes, das práticas, enfim, da identidade da região. Em sua última edição, ocorrida no ano de 2023, a romaria contou com a presença de cerca de 70 mil fiéis contabilizados somente no dia da principal celebração. Patrimônio de inegável valor simbólico, a Romaria ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio foi lançada no Livro de Registros de Lugares do município de Caxias do Sul em 9 de junho do ano de 2016, como patrimônio imaterial da cidade, mediante as regulamentações e disposições constantes na Lei nº 7495/2012<sup>164</sup>, aprovada no ano de 2012. Apesar do santuário encontrar-se localizado dentro dos limites do município de Farroupilha e de Nossa Senhora do Caravaggio ser também padroeira da Diocese de Caxias do Sul, como já informado

---

<sup>164</sup> A Lei nº 7495/2012, datada de 19 de outubro de 2012, dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Caxias do Sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/2012/749/7495/lei-ordinaria-n-7495-2012-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-caxias-do-sul>. Acesso em: 20 mai. 2023.

anteriormente, a romaria é um patrimônio cultural de toda a RMSG, o que justifica a sua inserção no conjunto de bens intangíveis daquele município.

#### **5.4.3. Encontros de parentelas: a união familiar em torno dos laços de pertencimento**

Dentre as atividades mais emblemáticas inseridas neste extenso conjunto de elementos que compõe o patrimônio imaterial da RMSG, e que tem lugar nas comunidades ao longo de todo o território, estão os encontros de parentelas italianas. Conforme já mencionado, o termo “parentela” compreende o grupo de indivíduos que possuem laços de familiaridade entre si, ou seja, “os parentes considerados em conjunto” (FERREIRA, 2008, p. 371), o que engloba todos aqueles descendentes que se originaram de um mesmo núcleo familiar. A família, para os descendentes de italianos, sempre foi e ainda continua a ser o elo de ligação mais forte que os remete às origens, às tradições, à religião e à história, tendo sempre desempenhado um papel fundamental, se a correlacionarmos às questões migratórias, para a união em torno da superação das adversidades. Ela se estabelece, neste contexto e mesmo nos dias atuais, como um dos três pilares de identificação étnica, juntamente com o trabalho e a religião (BAO, 2015; COLOGNESE, 2004; MANFROI, 1975; TRUZZI, 2016; ZANINI, 2006).

Os autores Colognese e Rossi (COLOGNESE; ROSSI, 2007, p. 11) propõem em sua obra “*Os encontros de parentelas italianas*” que “a ocorrência deste fenômeno é concomitante no tempo ao aprofundamento dos processos de globalização e de urbanização social”. Relacionam esta prática ao fato de que a rápida urbanização, que na RMSG promoveu a mudança do campo para a cidade principalmente a partir da década de 1970, e, posteriormente, o processo de globalização, foram os maiores responsáveis pela dispersão de indivíduos de um mesmo núcleo familiar, motivados pela necessidade de partir em busca de novas oportunidades de vida e trabalho, situando-os em espaços sociais e geográficos

heterogêneos em termos étnicos. Os autores lembram também que a afirmação da identidade étnica das famílias dos primeiros imigrantes italianos perpassava pelas associações comunitárias, reforçada por uma “solidariedade étnica” que, segundo Colognese e Rossi,

(...) se iniciava no núcleo familiar, na colaboração para o trabalho, no preparo da comida, nas refeições em torno da mesa, nas orações na noite, nos encontros e conversas depois do trabalho, na ajuda aos vizinhos doentes, etc. Mas era em torno da “sociedade da capela” que esta solidariedade construída a partir da família assumia dimensões mais amplas enquanto grupo étnico (COLOGNESE; ROSSI, 2007, p. 20).

A modernização dessas relações e a organização formal que se sucederam, proporcionaram aos cidadãos novos meios de agregação social e uma natural fragmentação das vinculações estabelecidas: “os laços religiosos que em determinado momento se identificaram com os laços sociais (embora sem se confundirem), nesta nova realidade se descolaram uns dos outros” (COLOGNESE; ROSSI, 2007, p. 21).

Em meio a esse processo contínuo, a necessidade de reencontrar os familiares, os amigos e conterrâneos, e com isso poder experienciar novamente o lugar de nascimento, de infância ou de momentos especiais vividos, tornou-se um dos motivos principais para a promoção de encontros periódicos, geralmente organizados a cada dois anos, mas que também podem ocorrer com menos frequência, que reforçam os elos de conexão dos descendentes entre si e destes para com o lugar de origem. E com isso, naturalmente, o fortalecimento e a reafirmação enquanto membros pertencentes a um mesmo grupo étnico. Segundo os autores, são estes também alguns dos motivos pelos quais os encontros vêm se tornando mais constantes, pois neles

(...) se procura evidenciar que estes eventos celebram principalmente o fato de, através da parentela, estes descendentes de italianos poderem reconstruir e afirmar publicamente as suas origens comuns, trajetórias de sucesso e características distintivas enquanto grupo étnico. Mesmo porque, a recuperação da importância da questão étnica não é um fenômeno localizado, mas amplamente disseminado na sociedade global. Particularmente no caso em questão, esta recuperação ocorre

simultaneamente aos processos de globalização e de urbanização social em curso neste contexto (COLOGNESE; ROSSI, 2007, p. 11).

Realizados preferencialmente nas cidades ou localidades significativas para a parentela, geralmente onde a família se originou ou onde ainda moram os descendentes mais antigos, os encontros costumam perdurar por dois dias, em finais de semana. Um ou mais núcleos familiares que compõem o grupo se revezam a cada edição para a organização do próximo evento, ficando responsáveis pelo envio de convites, sistematização de hospedagem, local, alimentação e atrações. Os encontros têm lugar, habitualmente, como não poderia deixar de ser, nas dependências sociais das sedes religiosas. O domingo é considerado o dia mais emblemático, resgatando a tradição de se iniciar os festejos a partir da celebração de uma grande e solene missa, que não raras vezes ocorre sob a régia de um sacerdote integrante da parentela. Para os italianos e seus descendentes, possuir membros familiares dedicados à carreira eclesiástica é ainda motivo de muito orgulho e distinção. A ligação entre a família e a igreja continua muito presente na região, principalmente nas pequenas comunidades, onde essa proximidade é ainda maior.

Muitos discursos e o uso da palavra para demonstrações de carinho e apreço precedem um grande almoço com pratos típicos da região e muito vinho. Em seguida apresentações musicais também típicas, com músicas italianas ou em *Talian*, além de outras manifestações artísticas, jogos tradicionais e muita alegria dão continuidade ao conagraçamento que só termina ao final do dia. Estes encontros evidenciam a força e o poder da instituição familiar entre os descendentes de imigrantes italianos, que também tem se acentuado por um outro importante motivo: a busca pelo reconhecimento da cidadania italiana<sup>165</sup>. Segundo Costa e Zanini:

(...) o fenômeno da dupla cidadania tem ganhado força nas últimas décadas devido a sua importância dentro de contextos transnacionais, uma vez que traz muitas vantagens aos que a conquistam. Traz, também, melhor mobilidade entre os países da União Europeia, por meio do Acordo

---

<sup>165</sup> O reconhecimento da cidadania italiana é um direito que advém da ascendência e origem étnica. O princípio do "*jus sanguinis*", expressão latina que significa "direito de sangue" confere ao indivíduo, cuja descendência italiana fique comprovada, a condição de cidadão italiano independentemente do país em que nasceu, como uma corrente, sem limite de gerações.



Schengen de livre circulação aos cidadãos dos países membros, do qual a Itália faz parte. Há, igualmente, uma série de acordos entre Brasil e Itália, que possibilitam a esses descendentes estudar, trabalhar e fazer intercâmbios, sem maiores dificuldades nas fronteiras (COSTA; ZANINI, 2019, p. 169).

As solicitações pelo reconhecimento destes direitos vêm aumentando gradualmente desde o ano de 2018, conforme informa reportagem do jornal Pioneiro (ECKER, in: GZH, 2021), quando o Brasil registrou aproximadamente 265 mil pedidos junto às agências consulares italianas, segundo dados da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Ainda segundo as informações do periódico, uma das empresas especializadas na realização destes processos na cidade de Caxias do Sul, a Nostrali, registrou crescimento de 200% no ano de 2020. Com mais de 600 solicitações aprovadas nos últimos cinco anos.

O direito à dupla cidadania no Brasil, nos termos que o definem as leis nacionais, foi refirmado pela Constituição Federal de 1988. Em termos identitários, a conquista da cidadania italiana proporciona o reconhecimento como cidadão daquele país e, por conseguinte, como membro da União Europeia, outorgando-lhe muitos direitos, mas também se reveste em uma marca de distinção entre seus pares brasileiros (COSTA; ZANINI, 2019). É, ao mesmo tempo, uma conquista, que reafirma uma origem étnica e materializa a história e o percurso migratório de seus antepassados, e que se transforma em marca da sua italianidade. A modernidade, que através da modernização global proporcionou o avanço das comunicações e da tecnologia necessária para “aproximar” países, através do surgimento de velozes meios de transporte, possibilitou também que aumentasse o interesse pelo país de origem e o desejo de percorrer o caminho inverso de seus ascendentes. Os encontros de parentelas possibilitam, desta forma, que a reafirmação da identidade possa vir a ser materializada também mediante o conhecimento da história e da origem da raiz familiar, o que pode proporcionar as condições necessárias para se dar início ao processo de reconhecimento de cidadania italiana e todas as demais possibilidades que dela advém.

#### 5.4.4. Pactos de Amizade e Cooperação: a integração entre comunidades brasileiras e italianas em benefício das relações socioculturais e econômicas

Entre as atividades culturais, sociais e econômicas que se desenvolvem nas diversas cidades e localidades que compõem a RMSG destacam-se os acordos de *Gemellaggio*<sup>166</sup> estabelecidos entre estas (e demais municipalidades de outras regiões brasileiras que tiveram influência da imigração italiana) e cidades italianas, visando reforçar os laços de amizade, as trocas de experiência e a elaboração de projetos comuns de promoção econômica, política e cultural. Prática que já vem sendo consolidada desde muitos anos, estimuladas pelas diversas associações culturais, sociais e políticas que se estabeleceram entre os descendentes dos imigrantes italianos e que perpetuam os fortes laços de amizade, cooperação e intercâmbio cultural e econômico, com muitas outras associações localizadas na Itália. Este costume ou processo, importante destacar, também ocorre entre outras cidades e outras etnias, porém com uma designação diversa, correspondente na língua e nos costumes de cada país que o promove.

O município de Antônio Prado, por exemplo, através das ações promovidas pela Administração Municipal, juntamente com o Círculo Cultural Ítalo-brasileiro de

---

<sup>166</sup> O termo *Gemellaggio* define um acordo estabelecido entre cidades ou países de um mesmo Estado ou de nações diferentes, por vezes, distantes uns dos outros, mas que possuem, em suas histórias ou origens, pontos comuns que se identificam. Esse acordo facilita o acesso a informações, troca de experiências, elaboração de projetos e cooperação política, econômica e cultural. O termo, em tradução para a língua portuguesa, significa “Cidades-Irmãs”. Historicamente o *gemellaggio* entre as cidades nasceu após a segunda guerra mundial, quando os povos do continente Europeu sentiram a necessidade de se aproximar uns dos outros e trabalhar juntos para reconstruir a paz. Naqueles anos os primeiros contatos consistiam essencialmente na troca de experiências no âmbito da vida local. Hoje estes acordos se multiplicaram e assumiram a dimensão de um verdadeiro movimento que liga as cidades de vários países a uma densa rede de cidadãos organizados. As nações mais ativas no campo do *gemellaggio* são a França, Alemanha, Itália, Polônia e Reino Unido. Entre os principais objetivos estão a realização de intercâmbios de informação sobre o estado atual e sobre o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades envolvidas, em particular no âmbito agrícola, ambiental, turístico, sanitário, escolar e administrativo; o estudo das possibilidades de formação de profissionais, trabalhadores, professores e jovens no âmbito lingüístico, histórico e cultural e para a formação de administradores para gestão de território. **Fonte:** VERANÓPOLIS. PMV - Prefeitura Municipal de Veranópolis. **Site institucional.** Veranópolis: PMV. Disponível em: <http://www.veranopolis.rs.gov.br/cidade/17/gemellaggio>. Acesso em: 07 set. 2021.

Antônio Prado (CIBRAP)<sup>167</sup>, assinou em 13 de agosto de 2013 dois tratados de *Gemellaggio* com as cidades italianas de Rotzo<sup>168</sup>, localizada na Província de Vicenza e Cavaion<sup>169</sup> Veronese, localizada na Província de Verona. Recentemente, em 20 de fevereiro de 2020, foi a vez do município de Bento Gonçalves firmar o pacto de irmandade com as cidades italianas de Mori, Isera e Brentonico, em cerimônia presidida pelos então prefeito Guilherme Pasin, vice-prefeito Aido José Bertuol, Cônsul-Geral da Itália em Porto Alegre, Roberto Bortot, presidente da *Comunità dela Vallagarina*, Stefano Bisofi e comitiva italiana (CGIPA, 2020). Segundo as informações constantes no site institucional do *Consolato Generale d'Italia Porto Alegre* (CGIPA),

(...) o acordo tem o objetivo de proporcionar a troca de informações, iniciativas de intercâmbio, ações para o desenvolvimento socioeconômico, na agricultura, turismo, saúde, educação e administração. "A adesão de Isera, Mori e Brentonico no *Gemellaggio* é um momento importante, pois consolida o trabalho de resgate da história iniciado em 1997, no encontro da família Giordani. Buscamos não só a troca de informação, mas que o passado se projete no futuro para ativar a colaboração e sinergia para atuação na cultura, economia, inovação, gastronomia e comércio", afirmou o presidente da Comunità Dalla Vallagarina, Stefano Bisofi. (CGIPA, 2020).

---

<sup>167</sup> O Círculo Cultural Ítalo-brasileiro de Antônio Prado é uma entidade sem fins lucrativos que realiza projetos e atividades culturais, tendo sido fundado idades em 02 de agosto de 1993. **Fonte:** CIBRAP. Círculo Cultural Ítalo-brasileiro de Antônio Prado. **Blog da entidade.** Antônio Prado: CIBRAP, 2009. Disponível em: <http://cibrapantonioprado.blogspot.com/>. Acesso em: 07 set. 2021. No ano de 1999, através da Lei Municipal nº 1909, o CIBRAP foi declarado de Utilidade Pública pela Administração Municipal. **Fonte:** ANTONIO PRADO. Câmara Municipal de Antônio Prado. Leis Ordinárias. **Lei Municipal nº 1909, de 17 de agosto de 1999.** Disponível em: <https://www.camaraantonioprado.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/1999/1/0/2306>. Acesso em: 06 set. 2021.

<sup>168</sup> Segundo as informações constantes na página oficial da Secretaria de Turismo de Antônio Prado na internet, Antônio Prado Turística!, a cidade de Rotzo está ligada diretamente com o processo de imigração italiana que fundou a então Colônia Antônio Prado, pois das dezenas de famílias que partiram daquela cidade rumo ao Brasil, muitas acabaram se estabelecendo na futura cidade. A comunidade de São Roque se destaca por abrigar inúmeros descendentes de famílias oriundas de Rotzo como os Tondello, os Martello, os Slaviero, os Costa, os Dalla Costa, entre outras. **Fonte:** ANTONIO PRADO. APT - Antônio Prado Turística!. **Site institucional.** Antônio Prado: APT, 2022. Disponível em: <https://www.antonioprado.tur.br/>. Acesso em: 07 set. 2021.

<sup>169</sup> Segundo as informações constantes na página oficial da Secretaria de Turismo de Antônio Prado na internet, Antônio Prado Turística!, a cidade de Cavaion Veronese, província de Verona, possui uma história particular com a cidade de Antônio Prado: foi em Cavaion Veronese que em 1829 nasceu Alexandre Pellegrini, e lá foi ordenado padre em 1854. Pellegrini veio para o Brasil em 1883, e em 1888 foi designado para atender a cidade de Antônio Prado, onde rezou a primeira missa no barracão dos imigrantes, ocasião em que proferiu as históricas palavras: homens livres do orbe! Eis aqui a terra de promessa. Só com os braços conquistarão o pão e a liberdade! **Fonte:** ANTONIO PRADO. APT - Antônio Prado Turística!. **Site institucional.** Antônio Prado: APT, 2022. Disponível em: <https://www.antonioprado.tur.br/>. Acesso em: 07 set. 2021.

Interessante destacar nesta declaração de Stefano Bisofi que o início dos trabalhos e negociações, que resultaram nesse importante acordo, foram proporcionados pelas ações iniciadas no ano de 1997 através dos encontros de parentelas italianas, no caso aqui, os da família Giordani. Novamente se percebe a força e a importância destas reuniões familiares, que ocorrem periodicamente em toda a região, para o fortalecimento dos elos de ligação identitários entre os descendentes, entre os moradores locais e entre a sociedade, como um todo. Benefícios estes que atingem também, como neste caso, as próprias relações de amizade e cooperação entre cidades e comunidades italianas. O desejo pelo reconhecimento, a representatividade simbólica daquele ato e o sentimento que une, verdadeiramente, as comunidades de descendentes italianos da RMSG e as comunidades italianas que deram origem ao movimento migratório, podem ser verificados nas palavras do prefeito Pasin, proferidas naquela ocasião solene:

(...) precisamos entender este sentimento que faz com que tanto tempo depois possamos cruzar o oceano atlântico em busca de manter um elo sempre firme. A todo momento entendemos e reconhecemos nossa história e buscamos entender se nossos atos no novo mundo, espelham orgulho aos nossos antepassados. Por tudo que poderíamos fazer nada será mais profundo como reconhecimento de boas-vindas, do que o mais simples e sincero aplauso (CGIPA, 2020).

Este não foi o primeiro evento municipal a confirmar o *Gemellaggio* com cidades italianas. Em 2007 os municípios de Nogaredo, Rovereto, Terragnolo, Trambileno e Villa Lagarina e o município de Bento Gonçalves também deram início ao fortalecimento dos laços de conhecimento e colaboração entre os descendentes daqueles que, no final do século XIX, partiram da região do Trentino Alto Adige, deixando suas antigas vidas para trás para serem acolhidos em terras brasileiras. As cidades de Mori, Isera e Brentonico, vieram então a somar-se com as demais cidades-irmãs de Bento Gonçalves.

Recentemente também Galópolis, através das diversas entidades socioculturais e administrativas que atuam vinculadas àquela comunidade, realizou o desejo de firmar e ampliar relações com cidades italianas. A assinatura de um Pacto

de Amizade<sup>170</sup> entre Galópolis e a Comune di Corbola, pertencente à Província de Rovigo, na Itália, consolidou um acordo bilateral que visa o interesse de ambas as partes em estreitar laços políticos e culturais, oportunizando a viabilização de projetos e iniciativas em parceria. O documento foi assinado em duas ocasiões, sendo a primeira no Brasil, em Galópolis, em agosto do ano de 2018 e posteriormente ratificado na Itália, em Corbola, em março do ano de 2019.

#### **5.4.5. Grupos de amizade, instituições, associações, entidades e cooperativas: o impulso comunitário em prol da preservação e manutenção do patrimônio cultural e a força da união em benefício do crescimento econômico regional**

Característica da organização social estabelecida pelos agrupamentos formados pelos primeiros imigrantes e seus descendentes, no território por eles ocupado, as sociedades, entidades, associações e cooperativas<sup>171</sup> sempre se constituíram em uma estratégia, muito bem sucedida, de apoio, não somente ao

---

<sup>170</sup> O Pacto de Amizade, ou *Patto di Amicizia*, na língua italiana, é um acordo travado entre duas cidades ou localidades, de países distintos, no caso aqui entre Brasil e Itália, que possuem aproximações culturais, sociais e econômicas, com o objetivo de estreitar os laços entre ambas as comunidades, buscando oportunizar uma série de projetos e atividades por meio do intercâmbio cultural e do desenvolvimento intelectual e econômico. É o primeiro passo para que se possa, no futuro, a partir do fortalecimento das relações, almejar travar entre elas acordos de cooperação mais efetivos, através dos chamados *Gemellaggios*. Segundo informações constantes no site institucional da Prefeitura do Município de Caxias do Sul, o estabelecimento do Pacto de Amizade entre Galópolis (Caxias do Sul - Brasil) e Córbole (Itália) busca oportunizar uma série de projetos e atividades por meio do intercâmbio cultural entre as comunidades, como cursos de restauro, a serem realizados na Itália, cursos de língua italiana, cursos de gastronomia baseados nas particularidades de cada local e demais projetos culturais e econômicos, conforme as necessidades de cada comunidade (CAXIAS DO SUL. PMCS, 2019). Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2019/04/prefeitura-firma-pacto-de-amizade-com-cidade-italiana-para-desenvolvimento-do-municipio>. Acesso em: 23 jun. 2022.

<sup>171</sup> Segundo Ferreira, o termo cooperativa significa “empresa organizada e dirigida pelos usuários de seus serviços, visando o benefício destes e não o lucro” (FERREIRA, 2008 p. 164). Apesar de Ferreira não mencionar em sua conceituação de cooperativa o lucro como um possível fim, pode-se inferir que, considerando que as sociedades ocidentais estão estabelecidas em um sistema econômico capitalista, ele acabe ocorrendo como decorrência de uma gestão compromissada em satisfazer as necessidades econômicas, sociais e culturais desta associação autônoma de pessoas unidas em torno de um mesmo objetivo.

crescimento pessoal e coletivo, à organização e gerenciamento das atividades econômicas, como também à educação, à difusão cultural e ao aconselhamento espiritual e emocional, para a superação das muitas dificuldades encontradas na longa trajetória que determinou a construção do “lugar” e o crescimento regional.

A tradição associativa dos italianos demonstrada através da criação das sociedades italianas é inegável e remonta, no Rio Grande do Sul, já aos anos de 1871, antes mesmo do início da grande imigração iniciada em 1875, quando, segundo Colognese (COLOGNESE, 2004, p. 32), se tem notícia da fundação da primeira delas na cidade de Bagé. A “*Società Italiana di Soccorso Mutuo e Beneficenza*”, antecedeu a “*Società Italiana Unione e Filantropia*” na cidade de Pelotas, criada em 1873, e a “*Società Benevolenza*” na cidade de Santa Vitória do Palmar, em 1879. Posteriormente, na Colônia Dona Isabel, atual município de Bento Gonçalves, foi fundada em 1882 a “*Società Italiana di Soccorso Mutuo Regina Margherita*” assim como na Colônia Conde D’Eu, atual município de Garibaldi, inaugurou-se em 1883 a “*Società Italiana Conde D’Eu*” que passou a se chamar “*Stella d’Itália*” em 1884. Da mesma forma na Colônia Caxias, em 1887, foi estabelecida a “*Società de Mutuo Soccorso Principe di Napoli*”. Em todas elas, além dos objetivos assistenciais e culturais, ministrava-se o ensino da língua italiana.

Desde a criação das Sociedades de Mútuo Socorro nos primeiros núcleos urbanos, das Sociedades de Capela, nos antigos agrupamentos verificados nas linhas e travessões coloniais, e das Cooperativas Vitivinícolas e Agrícolas, nos anos posteriores, as sementes que as criaram frutificaram em um sem número de associações que se sucederam e se proliferaram a partir das diversas comunidades formadas, nas diversas localidades criadas e relacionadas às diferentes necessidades para as quais sempre foram alternativas na solução das adversidades. Estas associações sempre atuaram, e continuam a atuar, na promoção de ações em prol das comunidades, salvo quando foram extintas ou tiveram suas atividades paralisadas devido a fatores políticos, sociais e econômicos, durante o período entre as décadas de 1930 a 1950, conforme já comentado, justamente quando suas ações acabam por interferir ou promover novas maneiras e possibilidades de se pensar e organizar, ou reorganizar, as sociedades nas quais se estabelecem. Tais organizações também decorrem das transformações que a modernização imprime

nestas comunidades, sendo constantemente criadas, reformuladas ou extintas em função deste processo. Conforme observa Colognese,

(...) o ressurgimento e a expansão, na atualidade, das associações étnicas de italianos no Brasil estão relacionados a uma série de fatores tanto internos quanto externos ao país, dentre os quais merecem destaque os seguintes: os processos de globalização das sociedades; as ações do Estado e das regiões italianas, dirigidas aos descendentes que emigraram para outros países; a longa tradição associativa e a existência de um sentimento de italianidade entre os descendentes de italianos; os desdobramentos das comemorações do centenário da imigração italiana para o Brasil, em 1970; a divulgação e a valorização positiva da italianidade no Brasil através de meios como publicações, exibição de filmes e novelas típicos, entre outros (COLOGNESE, 2004, p. 49).

Da mesma forma que estas associações promovem a divulgam uma cultura da imigração, reforçando a italianidade, elas também se beneficiam e se fortalecem a partir dos desdobramentos de suas ações. Muitas delas, portanto, estão vinculadas à grupos de indivíduos interessados em promoção de ações comunitárias, culturais e sociais, à grupos de empresários que desejam fomentar seus negócios, ou mesmo às administrações municipais e estaduais, com a intenção de organizar, propor e implementar, através da união de forças, decisões e ações legislativas visando o benefício de toda uma região. Neste último cenário, se destaca a Associação de Turismo da Serra Nordeste (ATUASERRA), que foi fundada em 12 de novembro de 1985, no município de Farroupilha, com o objetivo de fortalecer e resgatar a atividade do turismo, tão característica da região nas décadas de 1940 e 1950, mas que perdera impulso ante as atividades industriais que se notabilizaram a partir da década de 1970. De acordo com o primeiro estatuto, destacavam-se os seguintes objetivos:

(...) união do municípios; discussão sobre estratégias comuns de promoção da região; intercâmbio com outros órgãos de turismo e outras regiões; assessoramento a eventos municipais; elaboração do calendário anual de eventos da região; pleito de melhorias infra-estruturais e materiais, junto aos órgãos competentes e, ainda, a promoção do aperfeiçoamento dos métodos de trabalho e aplicação de uma política de desenvolvimento conjunta, que salvaguardasse os usos, os costumes e as tradições peculiares (FÁVERO, 2006, p. 76).

De maneira integrada, a associação procurou promover uma união de esforços entre municipalidades, trazendo a tradição do cooperativismo para a esfera administrativa, no sentido de unir esforços para tornar mais atrativo, mais dinâmico, mais integrado e mais diversificado o turismo regional. O êxito de sua atuação pode ser comprovado pela adesão de muitos outros municípios e entidades, das mais diversas, que durante os últimos anos vêm sendo incorporados à gestão administrativa. Inicialmente composta pela participação de oito municípios da região, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Farroupilha, Bento Gonçalves, Veranópolis, Serafina Corrêa, Nova Prata e Guaporé, a associação conta hoje com a participação de 32 municípios, dentre eles todos os que correspondem à RMSG, e mais 10 entidades associadas e 10 entidades parceiras. Atualmente o trabalho em conjunto entre todos esses atores garante a promoção de diversas atividades relacionadas não só à promoção do turismo, objetivo inicial, mas também, como decorrência, à valorização da cultura e do patrimônio material e imaterial de toda a região, o que contribui para o resgate e o fortalecimento da identidade destas comunidades. Suas atividades e ações convergem igualmente para o crescimento regional, como um todo, integrando ideias, intenções e soluções às decisões legislativas, e estimulando o diálogo entre todas as municipalidades com o objetivo atual de “promover o desenvolvimento do turismo sustentável na Região Uva e Vinho<sup>172</sup> através da articulação dos municípios, integração dos atores sociais e aporte de conhecimentos, buscando a melhoria da qualidade de vida nas comunidades envolvidas” (ATUASERRA, 2022).

Em Antônio Prado, as ações institucionais, chanceladas pelos anseios das comunidades científicas e de parte da comunidade local, contribuíram para que o projeto de tombamento dos imóveis que compõem a sua área central obtivesse o

---

<sup>172</sup> A assim denominada Região Uva e Vinho, na Serra Gaúcha, está composta por 32 municípios: André da Rocha; Antônio Prado; Bento Gonçalves; Carlos Barbosa; Casca; Coronel Pilar; Cotiporã; Fagundes Varela; Farroupilha; Flores da Cunha; Garibaldi; Guaporé; Marau; Monte Belo do Sul; Nova Araçá; Nova Bassano; Nova Pádua; Nova Prata; Nova Roma do Sul; Pinto Bandeira; Protásio Alves; Santa Tereza; Santo Antônio do Palma; São Marcos; São Valentim do Sul; São Vendelino; Serrafina Correia; União da Serra; Veranópolis; Vila Flores; Vila Maria; Vista Alegre do Prata. Os municípios que a integram possuem ações conjuntas em prol do desenvolvimento do setor turístico da região a partir de algumas afinidades, presentes na cultura local, nos tipos de atrativos turísticos e até mesmo nos roteiros turísticos integrados. Atualmente, a Região Uva e Vinho está dividida em cinco microrregiões, as quais garantem a diversidade da oferta turística por suas peculiaridades. Estas microrregiões são denominadas da seguinte maneira: Rota dos Trigais, Compras e Cultura, Termas e Longevidade, 1ª Colônia da Imigração Italiana e Vales da Serra (ATUASERRA, 2022):



êxito verificado. A restauração dos casarões históricos e a adequação da cidade a uma nova realidade, promoveu um novo estímulo para a cultura local, comum à toda a RMSG, reforçando o sentimento de pertencimento àquele território, um reforço à identidade coletiva e às origens vinculadas ao Vêneto italiano. Com propriedade, Buchebuan (BUCHEBUAN, 2010, p. 91-92), ao se referir aos desdobramentos desse longo e importante processo, considera que a região, como um todo, tem passado por uma “explosão festiva da italianidade” (MANFROI, 1975, p. 14), manifestada sob variadas formas de expressão: programas de rádio em dialeto, formação de grupos de corais, teatro e dança, surgimento de associações formadas por grupos de descendentes de imigrantes, ensino da língua italiana e do *Talian*, além da promoção de vários simpósios, seminários e fóruns de discussão e estudo que passaram a acontecer com maior constância, justamente a partir da fundação da UCS no ano de 1967, que promoveu um novo e importante impulso às questões regionais, também alicerçadas pelas comemorações do centenário da imigração italiana.

Os anos que antecederam às comemorações de 1975 constituíram-se um período de intensa produção intelectual, que ampliaram o conhecimento sobre a imigração italiana na RMSG e despertaram um maior interesse pela cultura e pelo seu conjunto patrimonial. Também nesse período, e nos anos que se sucederam a ele, como chama a atenção Colognesi (COLOGNESI, 2004, p. 64), é verificado um “ressurgimento das associações étnicas de italianos”, principalmente com relação àquelas vinculadas às organizações criadas pelos governos regionais italianos, “com apoio oficial na Itália e com objetivos de identificar, reunir, ilustrar e cultivar o patrimônio histórico e de tradições familiares, na arte, na cultura e nas demais atividades, tanto dos italianos, residentes na Itália quanto no exterior”. São exemplos deste movimento na Itália as associações *Trevisiani nel Mondo*, criada em 1973, *Veneziani nel Mondo*, criada em 1991, *Vicentini nel Mondo*, criada em 1996, e muitas outras como *Trentini nel Mondo*, *Toscani nel Mondo*, *Veronese nel Mondo*, etc. Todas estas associações são de abrangência global e conectam, conforme já informava Bassetti (BASSETTI, apud: BECHELLONI, 2007), os “itálicos” em torno de uma “identidade italiana” compartilhada por esses descendentes espalhados pelo mundo todo.

Buscam promover e apoiar estudos, publicações, discussões, intercâmbio de ideias e possibilidades de relações comerciais entre os participantes. Segundo Colognesi, no Brasil, atualmente, essas “associações étnicas”, como o autor as denomina, são bastante numerosas e diversificadas com relação aos objetivos, abrangência e à forma de organização. No Rio Grande do Sul, um dos exemplos é a Federação das Associações Italianas do Norte do Rio Grande do Sul (FAINORS), criada em setembro de 1994 com objetivo de representar todas as associações vênetas da RMSG, com a intenção de reestabelecer e manter os vínculos com a região italiana da qual partiu a grande maioria dos imigrantes que se estabeleceram no estado. A FANOIRS reúne cerca de 36 associações italianas que, ao todo, contam com cerca de 4.500 associados e assume como meta principal o auxílio para promover, ensinar e divulgar a língua e a cultura italiana, além de auxiliar no processo de solicitação da cidadania italiana. Mais duas entidades no Estado congregam associações italianas: A Federação das Associações Ítalo-Brasileiras do Rio Grande do Sul (FIBRA), criada no ano de 1996, com sede na cidade de Serafina Corrêa e a Associação Cultural Italiana do Rio Grande do Sul (ACIRS), criada no ano de 1991, com sede em Porto Alegre.

Saindo um pouco da esfera das organizações voltadas à identidade étnica, encontra-se estabelecida no município de Caxias do Sul, uma associação de pais e simpatizantes que auxilia a manter como uma alternativa para o ensino dos seus filhos, uma escola agrícola empenhada na formação profissional em prol da valorização da pequena propriedade, que ainda caracteriza a divisão de solo estabelecida nos primeiros tempos da imigração. Localizada na Terceira Léguas, na comunidade de São Pedro, a Escola Familiar Agrícola da Serra Gaúcha (EFASSERRA) possui estreita relação com os moradores de Galópolis, não apenas pela proximidade geográfica como também, e principalmente, pelos laços socioculturais e econômicos que unem as duas comunidades. Em termos urbanos, o núcleo de Galópolis é considerado como uma centralidade entre as pequenas comunidades que orbitam ao seu redor. Pelo fato de ser um dos quatro distritos administrativos do município de Caxias do Sul, possui algumas especificidades de pequeno centro urbano atrator de atividades sociais e culturais, além de econômicas, concentrando atividades administrativas e fabris, já que a COTEGAL e

a Roseflor Alimentos, a segunda maior empresa de Galópolis, empregam muitos funcionários que moram justamente nestas comunidades próximas.

Importante ressaltar aqui que a localidade de São Pedro da Terceira Léguas possui um riquíssimo patrimônio composto por inúmeras casas centenárias, construídas em pedra e em madeira (Imagens 103 e 104), ruínas de antigos prédios fabris, como o de uma das sedes da antiga Sociedade Vinícola Riograndense, capelas, seminários e igrejas (Imagens 105 e 106), compondo um cenário muito representativo dos primeiros anos da imigração italiana na região. A visitação desta área, onde está localizada a escola, pode ser feita percorrendo-se a Estrada do Imigrante, um dos muitos roteiros turísticos existentes na RMSG, e que recebeu essa denominação ao fato de ser este, um dos primeiros caminhos percorridos pelos imigrantes italianos para o acesso à antiga Colônia Caxias.



**Imagem 103** – Primeira residência da Família Bonnet, construída em pedras e datada do ano de 1877. Preservada pelos familiares e atualmente transformada em museu, compõe, juntamente com uma segunda residência familiar construída nos anos iniciais do século XX e que hoje abriga um estabelecimento comercial, o conjunto patrimonial denominado Restaurante e Museu Casas Bonnet.

**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 104** – A antiga residência da Família Zinani é um belo exemplar muito bem preservado e representativo da arquitetura produzida no denominado Período Apogeu (POSENATO, 1983). Construída no ano de 1915, totalmente em madeira, possui três pavimentos e apresenta ainda detalhes de acabamento em lambrequins. Transformada pelos proprietários em um museu, no ano de 2000, preserva o mobiliário original e demais peças utilizadas pelas famílias de imigrantes, bem como seus utensílios e ferramentas, muitas delas trazidas da Itália.

**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 105** – Capela erguida pela comunidade local em homenagem a São Luiz, padroeiro da juventude, como demonstração de fé e agradecimento pela promessa feita ao santo pelo controle de uma epidemia de febre amarela nos anos de 1880. Neste local foi erguido, no ano de 1890, um capitel que posteriormente deu lugar a uma pequena capela em madeira e ao campanário, executado no ano de 1904. A atual capela, que hoje ali se encontra construída em alvenaria, foi concluída em 1964.

**Fonte:** Acervo do autor.



**Imagem 106** – A Paróquia de São Pedro e São Paulo foi construída entre os anos de 1910 e finalizada no ano de 1926, ao lado de uma antiga igreja edificada em madeira e que não mais existe. Uma placa comemorativa no local indica que a municipalidade de Vicenza, na Itália, contribuiu com a sua execução. É considerada o principal templo devocional da região da Terceira Léguas.

**Fonte:** Acervo do autor.

A EFASERRA, integra um movimento mundial de Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAS)<sup>173</sup> que surgiu na França, no ano de 1935, e busca o desenvolvimento das comunidades por meio de uma educação de qualidade, integral, contextualizada e com a participação de todos os envolvidos. Segundo as informações constantes no site institucional da escola na internet, a

---

<sup>173</sup> Segundo João Batista Bergamini, a chamada “pedagogia da alternância” é uma construção social camponesa. Sua história é feita de muitas lutas para existir de maneira diferente como ela se propõe para organizar os tempos e espaços educativos na escola e fora dela, contando com a família, a comunidade e os movimentos sociais do campo como outros territórios formativos e educativos. O fato de revolucionar e colocar de ponta cabeça os tempos e espaços escolares, bem como operar em organizações comunitárias, onde as famílias compartilham do poder educativo, ela demandou e continua a demandar, nos diferentes países por onde foi implantada, a elaboração de marcos legais específicos para o seu funcionamento e reconhecimento perante as autoridades educacionais. Dessa forma, no Brasil, as Escolas Famílias Agrícolas - EFAs, as Casas Familiares Rurais - CFRs e as Escolas Comunitárias Rurais – ECORs, se articularam e formaram um fórum de luta para conquistar políticas públicas de financiamento e reconhecimento pedagógico. A rede Centros Educativos Familiares de Formação por Alternância – CEFFA representa esta articulação perante o Governo Federal. Unida ao movimento nacional da Educação do Campo e os movimentos sociais, somou forças para avançar na conquista de marcos legais específicos. No Brasil, os marcos legais que tratam diretamente da formação por alternância que atende ao funcionamento dos CEFFAs, são: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96, o Parecer da Câmara de Educação Básica – CEB do Conselho Nacional de Educação – CNE do Ministério da Educação – MEC, nº 01/2006 de 01 fevereiro de 2006 e a Lei Federal Complementar nº 12.695 de 25 de julho de 2012. (BEGNAMI, in: AMEFA, 2020).

EFASERRA nasceu como resultado de uma mobilização de agricultores familiares, lideranças, entidades e pessoas da região comprometidas com o desenvolvimento e a criação de oportunidades a jovens do campo, para evitar o êxodo rural e garantir alimentos à mesa da sociedade. Conforme indicado,

(...) a ideia de uma escola voltada à realidade dos jovens do campo surgiu no ano de 2010, quando preocupados com o intenso êxodo rural, especialmente de jovens em busca de melhores condições de estudo e trabalho, algumas lideranças comunitárias conheceram a experiência da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), vinculada à Associação Gaúcha Pró Escolas Famílias Agrícolas (AGEFA). Iniciaram-se, então, algumas articulações em encontros comunitários nos municípios de Garibaldi, Bento Gonçalves, Carlos Barbosa, Boa Vista do Sul, Santa Tereza, Coronel Pilar e Monte Belo do Sul. Estes encontros tinham como objetivo divulgar a proposta, bem como a aplicação de uma pesquisa para identificação do perfil e interesse das famílias e possíveis estudantes (EFASERRA, 2021).

Devido à ótima aceitação e receptividade da ideia perante às comunidades, bem como um amplo apoio de setores públicos e privados, decidiu-se pela criação, em um primeiro momento, da Associação da Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha (AEFASERRA), em 25 de julho de 2012, que viria a ser a sua mantenedora. Após meses de mobilização e organização, formação de monitores, procura de espaço físico, em 27 de maio de 2013 a EFASERRA iniciou suas atividades no município de Garibaldi, contando com 17 alunos (EFASERRA, 2021).

Importante salientar que a ideia de criar uma escola agrícola para oferecer conhecimento e capacitação para estudantes oriundos de famílias de agricultores de pequenas propriedades, com o intuito de preservar, valorizar e aprimorar o sistema de produção destas colônias, nasceu a partir da constatação da existência desta lacuna no setor educacional na RMSG, por intermédio de um pai, que desejava proporcionar ao seu filho uma formação técnica e de qualidade para dar continuidade aos negócios familiares. Jorge Luis Mariani, produtor orgânico de alimentos, então Secretário da Agricultura do município de Garibaldi, foi quem iniciou este movimento após tomar conhecimento das atividades de uma escola agrícola localizada na cidade de Santa Cruz do Sul, onde esteve a convite de dirigentes daquele município para proferir uma palestra sobre a produção de orgânicos através da Cooperativa de Produtores Ecologistas de Garibaldi (COOPEG), da qual era

membro. Lá tomou conhecimento das atividades da Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC), cuja atuação ocorre em todo o Vale do Rio Pardo. Motivado por essa experiência, e em parceria com Gilmar Cantelli, então Secretário de Agricultura do município de Bento Gonçalves, e outros produtores vinculados à COOPEG, decidiram então criar a AEFASSERRA para poder fundar a EFASSERRA.

No ano de 2015, por falta de espaço para aulas práticas e em função de um pedido de requisição do local das aulas, pelos proprietários do imóvel, para a utilização para outros fins, a escola mudou-se para a localidade de São Pedro da Terceira Léguas, no município de Caxias do Sul. Naquela ocasião, contava com 36 estudantes em formação (EFASERRA, 2021). O prédio que hoje encontra-se cedido para a escola é de propriedade de uma sociedade de moradores da região (Imagens 107 e 108). Originalmente abrigou um antigo seminário e posteriormente uma cantina, uma madeireira e uma associação, a Associação Vêneta do Rio Grande do Sul (AVRGS), que hoje ocupa outro endereço. Passou anos desativado e corria o risco de ser demolido, não fosse pela intervenção da comunidade local que vislumbrou no uso para atividades escolares, uma ótima oportunidade também para dinamizar aquela região.



**Imagem 107** – Prédio da Escola Familiar Agrícola da Serra Gaúcha (EFASSERRA), localizada na Terceira Léguas, na comunidade de São Pedro, no município de Caxias do Sul.

**Fonte:** EFASERRA - Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha. **Site institucional.** Caxias do Sul: EFASSERRA, 2021. Disponível em: <https://www.efaserra.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.



**Imagem 108** – Estudantes da EFASSERRA em frente ao prédio da escola em um registro do início do ano letivo.

**Fonte:** EFASERRA - Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha. **Site institucional.** Caxias do Sul: EFASSERRA, 2021. Disponível em: <https://www.efaserra.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

A EFASSERRA funciona em regime de semi-internato, onde os estudantes passam os cinco dias da semana vinculados à escola, onde dormem e convivem em um regime comunitário, fazendo todas as refeições na própria instituição e retornando aos finais de semana para as suas propriedades. Oferece o ensino médio, com duração de três anos, e inclui como especificidade o ensino técnico em agropecuária, validado por um estágio de 400 horas para a comprovação do aprendizado. Portanto são ministradas todas as matérias referentes ao ensino médio concomitantes com as do curso técnico, com carga horária específica.

A missão da escola agrícola é despertar nos alunos o interesse pela agricultura e pecuária familiar, fazendo com que estes redobrem o interesse pelas pequenas propriedades das quais são oriundos, contribuindo, portanto, mesmo que indiretamente, para a valorização patrimonial e cultural do meio onde o estudante está inserido e para o reforço de sua identidade. Como objetivo principal está a capacitação e profissionalização dos jovens filhos de agricultores para estimular a sua permanência com as famílias junto ao campo, oferecendo para isso o ensino de novos procedimentos para dinamizar ou diversificar a produção (Imagem 109). Desta forma, desempenham importantes funções junto à comunidade, como a valorização e resgate da pequena propriedade e o reconhecimento e a importância do trabalho familiar, particularidades que caracterizaram desde sempre a RMSG, além da promoção de atividades junto à comunidade onde atuam, como feiras orgânicas para a exposição e comercialização dos produtos oriundos das lavouras da escola (Imagem 110). Somados a isso, as escolas da rede, através do sistema de ensino e funcionamento, enaltecem o regime de cooperação entre os estudantes, que posteriormente será replicado entre eles e outros produtores, dando continuidade a mais esta particularidade que vem sendo adotada com muito sucesso econômico desde os primeiros anos de formação do território. Neste sentido cabe destacar que a região nordeste do Rio Grande do Sul possuía, em dados de 2018, 29 cooperativas agrícolas, espalhadas em atividades como apicultura, fruticultura, vitivinicultura e produção de laticínios. No estado como um todo, a agropecuária é o ramo que mais reúne cooperados, congregando um número de aproximadamente 133 mil de associados em 128 empresas do setor e que faturaram mais de R\$ 26 bilhões de reais em 2017 (SOARES, in: GZH, 2018).



**Imagem 109** – Hortas onde são cultivados produtos orgânicos estruturadas na área rural da propriedade.

**Fonte:** EFASERRA - Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha. **Site institucional.** Caxias do Sul: EFASERRA, 2021. Disponível em: <https://www.efaserra.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.



**Imagem 110** – As feiras orgânicas acontecem periodicamente nas dependências da escola e são bastante concorridas tendo ampla participação das comunidades que se localizam no entorno da localidade de São Pedro.

**Fonte:** EFASERRA - Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha. **Site institucional.** Caxias do Sul: EFASERRA, 2021. Disponível em: <https://www.efaserra.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

Os trabalhos de conclusão de curso realizados pelos estudantes são o resultado de uma análise criteriosa de suas propriedades e propositivos, no sentido da incorporação de novas técnicas, novas culturas, novos projetos visando o crescimento das mesmas. Por esse motivo, segundo informa a coordenadora pedagógica Letícia Trentin, aproximadamente 90% dos egressos permaneceram vinculados às atividades agropecuárias, a maioria deles retornando para as suas propriedades ou em atividades a ela vinculadas.

A instituição hoje integra uma rede de quatro unidades espalhadas pelo Estado do Rio Grande do Sul, em ordem de fundação: A EFASC (2009), a Escola Família Agrícola do Vale do Sol (EFASOL) (2014), localizada no município de Vale do Sol, e a Escola Família Agrícola da Região Sul (EFASUL) (2016), localizada no município de Canguçu. Cada uma destas escolas possui uma especificidade dentro do ensino da agricultura e da pecuária. Os recursos financeiros para a manutenção e funcionamento das unidades provém, em parte, das associações mantenedoras, do Governo Federal, através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e de doações particulares das famílias e das comunidades. A escola conta hoje com 217



estudantes regularmente inscritos, matriculados e procedentes de várias localidades pertencentes à aproximadamente vinte municípios vizinhos, como São Francisco de Paula, Garibaldi, Bento Gonçalves e Farroupilha, ampliando cada vez mais a sua abrangência e reforçando o sentido comunitário e regional de suas ações.

Um outro exemplo na obtenção de resultados a partir do envolvimento de toda uma comunidade alavancado pela participação, apoio e iniciativas do setor privado, tem lugar em Galópolis, também no município de Caxias do Sul. Neste caso específico, é possível identificar que, a partir da criação do IHG, ocorre um novo período de intensa movimentação em prol da divulgação, reconhecimento e preservação do importante patrimônio histórico material e imaterial existente na localidade.

A AMOG, fundada em 1988, sempre foi uma das entidades mais atuantes no sentido da promoção e auxílio dos anseios da comunidade e que sempre esteve à frente destas atividades, como herdeira de toda a trajetória do histórico Círculo Operário Ismael Chaves Barcelos que, desde a sua criação, em 1929, motivou também o interesse e o envolvimento de todos os funcionários da tecelagem e seus familiares, moradores daquela localidade, pelos assuntos relacionados àquela comunidade. Estimulada pelas ações e demandas promovidas pelo IHG, a AMOG, juntamente com outras tantas associações que a ela estão associadas, no sentido colaborativo, como Clube de Mães La Mamma, o Projeto Arte de Empreender e o Brechó Amigópolis, intercederam junto ao Ministério da Cultura (MinC) solicitando o projeto de qualificação de todas estas atividades como Ponto de Cultura, visando a permanência destas entidades e associações no antigo prédio do Círculo Operário. O Ponto de Cultura Galópolis Fortalecendo Laços, foi criado oficialmente em 25 de setembro de 2018 (PROJETO CCCG, 2021) como parte integrante do programa federal Rede de Cultura<sup>174</sup> do MinC. A partir destes movimentos, todos alicerçados

---

<sup>174</sup> Segundo o Portal Brasileiro de Dados Abertos, o projeto Rede Cultura Viva é resultado de um conjunto de Pontos e Pontões de Cultura que são organizações governamentais e não governamentais, lideranças, gestores, coletivos, grupos, povos e comunidades tradicionais, iniciativas urbanas e rurais, movimentos artísticos, culturais e socioeducativos, coletivos e redes, que atuam pela promoção e fortalecimento da cultura no país. A auto declaração de entidades e coletivos culturais com Pontos ou Pontões de Cultura é de iniciativa da sociedade civil e cabe ao Ministério da Cultura, estados e municípios, oferecerem estímulo, apoio e instrumentos para que, a partir desta iniciativa, as entidades e coletivos possam ser certificados e reconhecidos como tal, conforme previsto na Lei de Cultura Viva e em sua regulamentação. Auxílio. (BRASIL, 2021).

na vontade e no querer das associações comunitárias e de entidades institucionais privadas, como o IHG, uma nova associação, o Projeto CCCG, foi formada, composta por voluntários da comunidade focados na promoção da implantação desta nova instituição, cujos objetivos são:

(...) criar um centro de referência cultural e arquitetônica para a comunidade, município, estado e país. Desenvolvendo atividades de suporte e serviços comunitários de forma sustentável através de parceria público privadas, disseminando a cultura local, promovendo a história, potencializando o turismo e transformando a matriz econômica local (PROJETO CCCG, 2021).

Espera-se que o CCCG seja coordenado por um conselho consultivo multidisciplinar que envolva em sua composição 25 entidades<sup>175</sup> representativas de Galópolis e de localidades a ela vinculadas para que através de mecanismos enquadrados na Lei Complementar nº 639, de 29 de dezembro de 2020, que institui o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PROMP) no Município de Caxias do Sul, seja possível contratar projetos e obras de restauração de edificação histórica e implantação de serviços e atividades que irão beneficiar toda a comunidade. O Projeto também pretende englobar as atividades decorrentes da assinatura do Pacto de Amizade com Corbola.

Como uma de suas primeiras atividades, foi lançado o Inventário Participativo de Galópolis, “uma ferramenta utilizada pela comunidade para valorizar sua história, suas memórias e identidades através da identificação dos seus patrimônios e referências culturais” (PROJETO CCCG, 2021). A intenção deste movimento é integrar todos aqueles interessados em contribuir com a gestão do

---

<sup>175</sup> Para a composição do Conselho Consultivo do CCCG, serão convidados representantes das seguintes entidades e organizações locais: 1. Associação dos Moradores de Galópolis (AMOG); 2. Amigópolis; 3. Associação Recreativa Amigos de Galópolis (ARAG); 4. Associação Piccola Itália (ASPI); 5. Associação dos Moradores dos Altos de Galópolis; 6. Associação dos Moradores da 3º Léguas; 7. Associação dos Moradores da 4º Léguas; 8. Clube de Mães 3º Léguas; 9. Clube de Mães 4º Léguas; 10. Clube de Mães La Mama; 11/12. Representantes do Comércio local/Galópolis e região administrativa; 13. Escola Familiar Agrícola da Serra Gaúcha (EFASERRA); 14. Escola de Ensino Fundamental Ismael Chaves Barcelos; 15. Escola de Ensino Médio Galópolis; 16. Escola Municipal Arlinda Manfro; 17/18. Representantes da Indústria local/Galópolis e região administrativa; 19. Instituto Hércules Galló (IHG); 20. Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Pompéia; 21/22. Representantes dos Serviços locais/Galópolis e região administrativa; 23. Sindicato Têxtil de Galópolis - Sindigal; 24. Subprefeitura de Galópolis; 25. Unidade Básica de Saúde (UBS) Galópolis (PROJETO CCCG, 2021).

patrimônio histórico da localidade para que sejam, assim, protagonistas deste processo que quer despertar também o interesse de todos pelo presente e futuro de Galópolis e de sua importância em termos regionais para a RMSG. A comunidade é convidada a levar fotos, cartas, documentos, livros, e demais elementos portadores de significado para que sejam inventariados e preservados adequadamente, e que venham a compor o acervo do patrimônio material e imaterial da localidade como forma de construir e consolidar o seu senso de pertencimento. O primeiro dos muitos encontros, aconteceu no dia 08 de março de 2022 em frente à Paróquia e junto à Praça Duque de Caxias e contou com grande participação dos moradores (Imagens 111 e 112).



**Imagem 111** – Primeiro encontro do Inventário Participativo de Galópolis, ocorrido em 08 de março de 2022, promovido e organizado pelo Centro Comunitário e Cultural Galópolis, que teve como objetivo criar um espaço para a comunidade falar sobre seus patrimônios culturais e demandas de preservação. A ocasião contou com presença de estudantes das escolas locais, moradores e trabalhadores da localidade convidados a construir, coletivamente, um quadro com as principais manifestações culturais da região consideradas patrimônio cultural.

**Fonte:** IPG – Inventário Participativo de Galópolis.

**Site institucional.** Galópolis: IPG, 2022. Disponível em: <https://www.inventarioparticipativodegalopolis.com/>. Acesso em: 02 mai. 2022.



**Imagem 112** – Segundo encontro do Inventário Participativo de Galópolis, ocorrido em 15 de março de 2022, promovido e organizado pelo Centro Comunitário e Cultural Galópolis, no interior da Igreja Nossa Senhora do Rosário de Pompéia, um local de extremo simbolismo, onde novamente a população local foi convidada a participar identificando o patrimônio cultural de Galópolis e propondo meios para a sua preservação.

**Fonte:** IPG – Inventário Participativo de Galópolis. Disponível em: <https://www.inventarioparticipativodegalopolis.com/>. Acesso em: 02 mai. 2022.

Voltando-se o olhar para o setor empresarial e considerando-se as questões relacionadas com a economia e os negócios praticados na região, pode-se destacar o exemplo que advém da Cooperativa Vinícola Garibaldi, localizada no município de mesmo nome, que homenageia o italiano Giuseppe Garibaldi, o “herói de dois

mundos”. O objetivo da sua criação era o de vencer a crise econômica mundial de 1929, que impactou também os negócios na RMSG, principalmente as famílias produtoras de vinho que tiveram muitas dificuldades em continuar a comercializar o seu produto. Nesta época a maior parte da produção ainda se concentrava nas pequenas propriedades e se encontrava vinculada a um processo manual geralmente desenvolvido nos porões de pedra das centenárias residências familiares. Foi a partir da ideia da união, e preservando o ideal cooperativista dos pioneiros fundadores que sempre permeou o crescimento econômico e social da região, que algumas famílias resolveram se associar. Para tanto escolheram um local mais centralizado, próximo ao núcleo urbano, para instalar os equipamentos e as ferramentas necessárias ao beneficiamento de sua produção, visando melhores condições de acesso e comercialização e propiciando também, pela proximidade aos consumidores, uma melhor geração de demanda. A criação da cooperativa se efetivou em 22 de janeiro de 1931, contando com a participação de setenta e três famílias.

O modelo adotado acabou se mostrando ao longo dos anos bastante efetivo, tanto que vem sendo mantido até os dias atuais momento em que a cooperativa agrega um total de quatrocentas e quarenta e sete famílias associadas. Todas elas são igualmente donas do negócio e dividem, proporcionalmente ao volume particular de produção, os aportes necessários ao crescimento e manutenção das instalações, bem como os lucros e as responsabilidades pela condução do negócio. As decisões ficam a cargo de um presidente democraticamente escolhido em uma assembleia da qual participam todos os cooperados para representá-las.

São essas famílias que, preservando o ideal cooperativista dos pioneiros fundadores, retiram da terra o seu sustento geração após geração, dia após dia. Segundo o site institucional da Cooperativa Vinícola Garibaldi,

(...) são elas que cultivam a história de vida de uma região – personificada em cada um dos mais de mil hectares de vinhedos, espalhados em 15 municípios da Serra gaúcha. São responsáveis por produzir mais de 20 milhões de quilos de uva a cada safra, que são processados em um moderno parque industrial em constante atualização – um reconhecimento ao esforço que vem do campo sob a forma de uvas de excelente qualidade (CVG, .2022)

As uvas, matéria prima principal para a elaboração dos vinhos, espumantes e sucos, são cultivadas nas pequenas propriedades familiares que estão espalhadas por 18 municípios da região da serra gaúcha, para depois serem beneficiadas na cooperativa. A qualidade do produto vem melhorando a cada dia em função do aprimoramento tecnológico que propicia, ano após ano, a produção de melhores safras, sendo que o mesmo processo vem acontecendo com relação ao beneficiamento, que já há muito tempo deixou de ser artesanal e passou a ser configurado com técnicas modernas e mais eficientes. Muito dessa qualidade já se faz presente no momento do cultivo, pois a cooperativa presta serviço de assistência técnica aos seus produtores. Grupos de engenheiros agrários e enólogos atuam diretamente junto às famílias para garantir melhores safras, indicando a eles melhores variedades, melhores insumos, melhores técnicas de produção. É a força do cooperativismo que possibilita que este trabalho seja eficiente e integrado.

No caso da Cooperativa Vinícola Garibaldi, a maior parte de sua produção está voltada para a fabricação de espumantes. Como se sabe, esta é uma das principais características do *terroir* do Vale dos Vinhedos, a principal região de produção de uvas da RMSG, e muitas empresas, principalmente as que se localizam no município de Garibaldi, produzem este tipo de bebida. Por esse motivo, Garibaldi é conhecida em território nacional como a Capital Brasileira do Espumante. A qualidade final do produto depende muito da matéria prima que será entregue para o beneficiamento. Por isso, uma das práticas da cooperativa é beneficiar aquele cooperativado que entregar no período da vindima, os melhores cachos de uva, bonificando-o com um valor maior no momento da aquisição de sua produção.

O sistema de sociedade cooperativa garante uma forma democrática de acesso a uma produção de qualidade e por que não de quantidade, a participação nos lucros desse beneficiamento e, ao mesmo tempo, a possibilidade de qualificar ainda mais a sua produção própria, com acesso às melhores informações e tecnologias. Desta forma os pequenos produtores são estimulados a permanecer em suas pequenas propriedades, mantendo as características históricas da divisão do solo decorrente do processo de colonização, e incentivados a melhorar cada vez mais a qualidade de seu produto, fato que já é percebido como positivo no mercado, conseguindo, desta forma, manter de forma adequada o sustento de sua família. Com a atualização tecnológica, decorrente da modernização das estruturas e dos

sistemas de produção, é possível à produção da pequena propriedade, tornar-se extremamente rentável, bastando para isso o investimento na qualificação do processo produtivo. Diferentemente do sistema de venda direta de produção a uma empresa beneficiadora que apenas compra a matéria prima pagando por ela o preço de mercado, mas não possibilitando que aquele produtor tenha acesso aos lucros advindos da industrialização. Este é o sistema predominante na RMSG no que tange à produção vitivinícola, liderada por grandes empresas que, para conseguir complementar o volume necessário de matéria prima para o beneficiamento, recorrem a compra de uvas de pequenos e médios produtores.

#### **5.4.6. Arte, artesanato e culinária: a expressão dos sentidos, dos saberes e dos sabores de uma cultura peculiar**

Dentre todas as expressões culturais de cunho imaterial, as técnicas artesanais, a música, as danças e a culinária, talvez estejam entre os maiores expoentes de uma cultura, devido ao fato de que, assim como as materialidades, produzem grande impacto visual e sensorial, pois exploram a estética, a experiência, a criatividade, a técnica e os saberes acumulados por gerações, de forma completa. Transcendem a linguagem verbal ou escrita e comunicam-se diretamente com os sentidos, despertando no espectador que delas usufrui, para seu deleite ou prazer, a emoção e a imaginação, em uma experiência única. Traduzem, justamente por fazerem parte de um grande conjunto patrimonial que se estabelece por toda a RMSG, os aspectos culturais específicos de seus habitantes, e que foram sendo consolidados ao longo do tempo através de constantes interações, aprendizados, lembranças e experimentações.

As técnicas artesanais, que remontam a séculos de história e encontram-se traduzidas e materializadas em objetos e produtos confeccionados por meio de habilidades manuais no trato ou beneficiamento da matéria prima disponível, manifestam a cultura de quem os executa, mas também expressam a identidade

cultural e a herança compartilhada por gerações. Inúmeros são os itens que podem ser facilmente encontrados em toda a região, como peças de cerâmica e olaria, materializadas em vasos, pratos, travessas e objetos decorativos, objetos em vidro, confeccionados com as milenares técnicas aprendidas e trazidas do antigo Vêneto, peças de vestuário em tricô ou crochê, como suéteres, cachecóis e luvas, bem como itens decorativos para a casa, como cortinas, colchas e tapetes. Todos eles confeccionados com o uso métodos e procedimentos tradicionais, passados de geração a geração, que relembram, ainda hoje, os anos iniciais da ocupação do território onde praticamente tudo, dos itens mais básicos de alimentação aos utilitários, precisavam ser produzidos e confeccionados à mão, pois poucos, ou nenhum, eram os lugares onde estes poderiam ser adquiridos. Conforme já informado, e como bem lembram Herédia e Giron, apesar da grande maioria dos imigrantes italianos que para cá vieram fosse composta por agricultores, muitos eram artesãos, profissionais e técnicos em outras áreas, e, ao contrário dos primeiros, acabaram por se estabelecer preferencialmente nos núcleos urbanos. Foram eles os “agentes de modernização” da RMSG, que, “com suas profissões e seus ofícios, transferiram para a colônia todos os hábitos e costumes da Itália” (GIRON, 1997, p. 34). A historiadora caxiense Rosana Peccini complementa essas observações informando que

(...) o conhecimento do artesanato permitiu que a cidade (Caxias do Sul) ludibriasse as dificuldades técnicas iniciais e fabricasse suas próprias soluções. Desde o início da colonização, a vocação artesanal do imigrante italiano amenizou os efeitos que o isolamento poderia fazer nos avanços desta cidade (PECCINI, 2011, p. 109).

Mobiliário, esculturas e objetos em madeira esculpidos também à mão, herança do trabalho de excelência no tratamento da farta matéria prima existente, que foi utilizada para a confecção das primeiras casas, das primeiras capelas, das primeiras igrejas e de seus campanários, bem como dos primeiros edifícios públicos. Cestos, bolsas, chapéus e outros objetos trançados à mão, muitas vezes feitos de materiais naturais como a palha de trigo, evidenciam um dos artesanatos mais

típicos da região: a feitura da “*dressa*<sup>176</sup>”, trança feita com palha de trigo, uma técnica manual também secular, bastante evidenciada atualmente por ser muito representativa da cultura da imigração, e que acompanhou a evolução da vida dos imigrantes e seus descendentes, principalmente aqueles que ainda se mantêm ligados às atividades rurais e ao trabalho no campo (Imagens 113 e 114). Complementam ainda esse grande rol de itens artesanais aqueles confeccionados com rendas, bordados e pinturas à mão, como lenços, roupas, toalhas, lençóis e peças utilitárias ou decorativas, além de produtos produzidos em couro, como bolsas, carteiras, cintos e sapatos.

Presentes ainda hoje, em praticamente todas as comunidades da RMSG, diversas manifestações culturais relacionadas às músicas e danças típicas italianas, muitas delas originárias das regiões de proveniência dos primeiros imigrantes, multiplicam-se em eventos, reuniões e encontros dos mais diversos, mantendo vivas a tradição, os costumes e a memória da imigração. Costumes esses que, preservados e retransmitidos ao longo das gerações, continuam a ser promovidos por grupos folclóricos mantidos por associações culturais vinculadas às comunidades locais, bem como por inúmeros agrupamentos de canto coral e música instrumental sacra ligados às muitas instituições religiosas atuantes na região. O Encontro das Tradições Italianas (ENTRAI)<sup>177</sup> (imagens 115 e 116), é um, entre os

---

<sup>176</sup> A *dressa* é uma técnica de artesanato manual que consiste na realização de uma espécie de trança feita com palha de trigo entrelaçada e que posteriormente é utilizada para a confecção de cestas, chapéus, sacolas, cestinhos e diversos outros utensílios do cotidiano dos imigrantes italianos e seus descendentes até os dias atuais. A técnica, tem sua origem na Europa e era muito utilizada na região do norte italiano, razão pela qual passou a ser produzida na região colonial italiana a partir dos finais do século XIX. Originalmente era produzida quase com exclusividade pelas mulheres, porém hoje é possível encontrar artesãos homens também participando desse trabalho. **Fonte:** ROTEIRO TURÍSTICO TERMAS E LONGEVIDADE – REGIÃO UVA E VINHO – SERRA GAÚCHA – BRASIL. Protásio Alves: artesanato em palha de trigo. **Site Institucional.** Veranópolis: Cardume.net, 2017. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/artesanato-em-palha-de-trigo-protasio-alves>. Acesso em: 07 jan 2023.

<sup>177</sup> Em sua vigésima edição, o Encontro das Tradições Italianas, que anualmente ocorre em dois finais de semana do mês de maio em Nova Milano, distrito do município de Farroupilha e um dos berços da imigração italiana no Rio Grande do Sul, promove atividades de forma gratuita que tem lugar na praça central daquela localidade promovendo apresentações teatrais, folclóricas e musicais, com cantores, orquestras e corais, exposições artísticas, gastronomia típica da imigração italiana e uma grande feira, onde são expostos e comercializados produtos coloniais, artesanais e da agroindústria. O ENTRAÍ conta com projeto de Lei Estadual via Secretaria de Estado da Cultura, com a realização da Prefeitura Municipal de Farroupilha, gestão cultural da AM9 Produções e financiamento do Pró Cultura RS. Conta ainda com o apoio de instituições financeiras como o Sicredi, entidades como o Sebrae e patrocínio de diversas empresas locais, como a Vinícola Casa Perini e Jota Pe Vinhos, Biamar, Grupo Sazi, Multinova, Felico Móveis, Bigfer, Tecnova Oderich, Giro Transportes, Fachinni Extintores e Di Capri Hotel. **Fonte:** NOSSO BEM ESTAR. Nova Milano realiza



numerosos projetos culturais promovidos pelas administrações locais, muitas vezes, em conjunto com lideranças regionais, que contam com apoio, adesão e participação comunitária e grande afluxo de turistas durante o período no qual transcorrem.



**Imagem 113** – A tradicional técnica artesanal da *Dressa*.

**Fonte:** ROTEIRO TURÍSTICO TERMAS E LONGEVIDADE – REGIÃO UVA E VINHO – SERRA GAÚCHA – BRASIL. Protásio Alves: artesanato em palha de trigo. **Site Institucional.** Veranópolis: Cardume.net, 2017. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/artesanato-em-palha-de-trigo-protasio-alves>. Acesso em: 07 jan 2023.



**Imagem 114** – Exposição de objetos decorativos, utensílios domésticos, cestas e chapéus confeccionados com a técnica da *Dressa*.

**Fonte:** ROTEIRO TURÍSTICO TERMAS E LONGEVIDADE – REGIÃO UVA E VINHO – SERRA GAÚCHA – BRASIL. Protásio Alves: artesanato em palha de trigo. **Site Institucional.** Veranópolis: Cardume.net, 2017. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/artesanato-em-palha-de-trigo-protasio-alves>. Acesso em: 07 jan 2023.

Em praticamente todos estes encontros, feiras agroindustriais, desfiles temáticos, apresentações, eventos e celebrações, promovidos regularmente pelas comunidades locais com o intuito de enaltecer a cultura da imigração, bem como em muitos estabelecimentos comerciais, bares, restaurantes e pontos turísticos espalhados pelo território, vestimentas típicas que refletem as influências culturais e históricas da época em que os imigrantes italianos chegaram e se estabeleceram na região, complementam, juntamente com a culinária, as músicas e as danças, o

conjunto harmônico de expressões representativas, memoriais e simbólicas decorrentes de uma cultura e de uma identidade peculiares.



**Imagem 115** – Cartaz de divulgação do 20º Encontro das Tradições Italianas (ENTRAI), realizado durante o mês de maio de 2023, no distrito de Nova Milano. Nota-se, em destaque, a bandeira nacional italiana e a presença das soberanas do encontro, escolhidas entre as representantes da comunidade e que possuem a missão de divulgar, cultivar e propagar a cultura da imigração italiana na região. Ao fundo, em um plano em menor destaque aparecem as imagens da Paróquia Santa Cruz e do Monumento Centenário da Imigração Italiana, dois importantes referenciais patrimoniais do município.

**Fonte:** NOSSO BEM ESTAR. Nova Milano realiza 20º Entrai. **Site institucional.** Farroupilha: Punky!, 2023. Disponível em: <https://www.nossobemestar.com/agenda/encontro-celebra-as-tradi%C3%A7%C3%B5es-italianas/>. Acesso em: 10 mai. 2023.



**Imagem 116** – Grupo folclórico do distrito de Nova Milano, composto por acordeonistas e cantores em uma das muitas apresentações musicais provenientes do cancionário popular da cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul promovidas pelo ENTRAI. Vestidos com trajes típicos locais, nota-se, sobre suas cabeças, o tradicional chapéu de palha de trigo tramado, executado com a técnica da *dressa*, e usado, ainda hoje, não somente pelos camponeses no trabalho no campo, mas também por muitos cidadãos nas ruas de algumas cidades e localidades da região.

**Fonte:** NOSSO BEM ESTAR. Nova Milano realiza 20º Entrai. **Site institucional.** Farroupilha: Punky!, 2023. Disponível em: <https://www.nossobemestar.com/agenda/encontro-celebra-as-tradi%C3%A7%C3%B5es-italianas/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

Os trajes típicos, oriundos do Vêneto italiano, sofreram adaptações e reinterpretções ao longo do tempo, podendo variar, em forma e estilo, dependendo da localidade onde são produzidos ou da vinculação com as atividades ou classes sociais com as quais querem estabelecer referência, mas em geral, os trajes femininos incluem saias longas e coloridas, blusas brancas, lenços e chapéus, com aplicações de rendas e bordados de execução manual. Para os homens, geralmente

incluem calças escuras, camisas brancas, coletes e chapéus, principalmente aqueles confeccionados em palha, típicos dos trabalhadores rurais que até hoje continuam a serem utilizados.

Talvez a alimentação, característica marcante de uma comunidade, seja um de seus maiores fatores de distinção e identidade, pois, conforme indica o antropólogo Roberto Augusto DaMatta (DAMATTA, 1987), nem todo o alimento encontrado na natureza ou elaborado pelo homem, considerando dentre aqueles que são capazes de fornecer a ele nutrientes, transforma-se em um hábito alimentar. Converte-se efetivamente em comida somente aquele alimento que passa a ser aceito socialmente e culturalmente entre um específico grupo de indivíduos. Essa observação ressalta a natureza subjetiva e culturalmente relativa do conceito de alimentação e como ela é moldada pelas normas e valores de uma determinada sociedade. O gosto alimentar, neste sentido, é definido, segundo o historiador Carlos Roberto Antunes dos Santos,

(...) não apenas pelas contingências ambientais e econômicas, mas também pelas mentalidades, pelos ritos, pelo valor das mensagens que se trocam quando se consome um alimento em companhia, pelos valores éticos e religiosos, pela transmissão inter-geração (de uma geração à outra) e intra geração (a transmissão vem de fora, passando pela cultura no que diz respeito às tradições e reprodução de condutas) e pela psicologia individual e coletiva que acaba por influir na determinação de todos estes fatores (SANTOS, 1997, p. 162).

Em uma visão mais ampla, o gosto, não somente o relacionado à alimentação, mas também aquele que se estabelece por todas as demais atividades e práticas que cercam a vivência do indivíduo ou grupo social, extrapola, portanto, o domínio sensorial e científico, para se inserir, conforme preconiza o sociólogo francês Pierre Bourdieu (BOURDIEU, in: ORTIZ, 1983, p. 83), dentro de uma perspectiva de entendimento sócio cultural. Segundo ele, “o gosto, propensão e aptidão à apropriação - material e/ou simbólica - de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida<sup>178</sup>”, uma expressão visível do *habitus*<sup>179</sup>, ou seja, das

---

<sup>178</sup> Para o sociólogo francês Pierre Bourdieu, “estilo de vida” é uma expressão visível do *habitus* de um indivíduo ou grupo social. O autor entende esta expressão como um conjunto de escolhas,

ações diárias que são comumente praticadas por indivíduos pertencentes a grupos sociais distintos, as quais são perpetuadas no tempo e no espaço.

E é justamente a partir desta abordagem que se torna possível compreender a gastronomia como um importante elemento identitário (GIMENES, in: POSSAMAI; PECCINI, 2011; SCHLÜTER, 2003). Isso por que, além de se constituir em uma forma de expressão cultural, a culinária, por utilizar ingredientes, métodos de preparo na produção de sabores e pratos específicos, propicia que se estabeleça uma clara forma de distinção entre grupos sociais e étnicos. Muitas receitas e técnicas, transmitidas de geração em geração, preservam a história e as tradições de iguarias, da mesma forma que também são salvaguardadas a história e a memória daqueles que as produziram, muitas vezes, inclusive, com o intuito de rememoração de eventos ou de épocas passadas. Conforme observa a historiadora Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes,

(...) no caso específico da alimentação, a iguaria deixa de ser consumida por suas características físico-químicas e passa a ser degustada pelos valores simbólicos que lhe são atribuídos. Nota-se ainda que, nessa lógica, o preparo e o consumo de um prato podem propiciar, além de um exercício identitário, uma conexão memorial (também relacionada à perspectiva identitária, diz respeito à capacidade de determinadas iguarias projetarem lembranças e reavivarem experiências). Assim, ingredientes, técnicas de preparo e de serviço são orquestrados com o intuito de reproduzir determinadas iguarias e, ainda mais, muitas vezes o contexto em que a iguaria era degustada (GIMENES, in: POSSAMAI; PECCINI, 2011, p. 22).

---

práticas e preferências que refletem as disposições internalizadas do *habitus*, individual e coletivo, que se encontra enraizada nas condições sociais, econômicas e culturais, sendo, portanto, também uma forma de expressar identidade, sentimento de pertencimento a grupos sociais e de distinção em relação a outros. Desta forma, segundo o autor, o estilo de vida está fundado na concepção de classes sociais hierarquizadas dentro de uma sociedade, mas também marcado pela integração em um espaço simbólico, que transcende a posição ocupada pelo indivíduo dentro de um determinado processo de produção, determinando princípios de unidade de estilo em um conjunto de gostos ou preferências específico (BOURDIEU, in: ORTIZ, 1983).

<sup>179</sup> "*Habitus*" é um conceito desenvolvido pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Refere-se a um conjunto de disposições, valores, crenças e práticas que são internalizadas pelos indivíduos como resultado de sua socialização e experiências de vida. O *habitus* influencia a maneira como as pessoas percebem o mundo ao seu redor, como agem e tomam decisões. O autor argumenta que o *habitus* é formado através da interação entre a estrutura social e a agência individual. Ele acredita que as condições sociais, como classes, educação, ocupação e ambiente cultural, moldam as predisposições e preferências dos indivíduos. Essas predisposições, por sua vez, influenciam suas ações, escolhas e comportamentos, desempenhando um fator de seleção diante de estímulos e informações novas, tendendo a excluir ou a reinterpretar as opções conflitantes a partir de valores já absorvidos. Este conceito ajuda a explicar por que certos grupos sociais tendem a ter padrões de comportamento e crenças semelhantes, perpetuando as hierarquias existentes na sociedade (BOURDIEU, in: ORTIZ, 1983).

Lembranças do passado, recordações familiares, emoções e memórias muitas vezes são despertadas pela ingestão de determinados alimentos. Em “*À la recherche du temps perdu*”<sup>180</sup>, obra literária do escritor francês Marcel Proust, as “*madeleines*”<sup>181</sup> acabam por se tornar um elemento icônico na narrativa, um símbolo poderoso de como as memórias podem ser desencadeadas por meio dos sentidos, especificamente o do paladar e o do olfato. Ao ingerir uma dessas iguarias mergulhada em uma xícara de chá, o protagonista experimenta uma intensa onda de reminiscências que evocam uma série de memórias há muito tempo esquecidas, transportando-o de volta à sua infância e desencadeando uma reflexão profunda sobre o tempo, a memória e a natureza efêmera da vida. Uma experiência, que em muitas ocasiões semelhantes, é experimentada por muitos indivíduos saudosos dos sabores de infância e, conseqüentemente, da lembrança dos tempos passados. Portanto, essa relação entre a alimentação e o sistema cultural revela o profundo vínculo emocional e identitário que acompanha os hábitos alimentares.

A culinária também desempenha um papel importante nas interações sociais. Compartilhar refeições é uma forma comum de conexão entre os indivíduos, seja ela em reuniões familiares, festas, celebrações ou encontros informais. Além disso, certas iguarias podem se tornar símbolos de hospitalidade e amizade, contribuindo para a divulgação e conhecimento dos lugares onde são produzidas. Motivo pelo qual a gastronomia desempenha importante papel na atração de visitantes e turistas, contribuindo para o crescimento e dinamização econômica de toda uma região. Pratos icônicos, assim como os monumentos, podem também se tornar atrações turísticas, e ainda, como bem lembrado por Gimenes (GIMENES, in: POSSAMAI; PECCINI, 2011, p. 24), oferecer ao comensal, ao degustá-los, “uma

---

<sup>180</sup> A obra “*À la recherche du temps perdu*” do escritor francês Marcel Proust foi escrita entre os anos de 1906 e 1920 e publicada em sete volumes entre os anos de 1913 a 1927. Considerada uma das maiores realizações da literatura do século XX e um marco na literatura moderna. A obra, que quando traduzida para a língua portuguesa recebeu o título de “*Em busca do tempo perdido*”, é reconhecida pela profundidade com a qual o autor conduz análises psicológicas, explorações da memória, do tempo e das complexas relações humanas.

<sup>181</sup> A “*madeleine*” é um bolinho de origem francesa, produzido através da mistura de ovos, açúcar, farinha, fermento, manteiga derretida e raspa de limão, que depois é assado em formato que lembram o de conchas. Tipicamente francês, a *madeleine* está frequentemente presente nos momentos do café da manhã e dos chás da tarde.

interação com a cultura local, na medida em que terá acesso à sabores, técnicas e rituais próprios da localidade visitada”.

Referenciada e apreciada por todos aqueles que visitam a RMSG, a culinária regional, de origem vêneta, que sofreu ao longo dos anos interações e acréscimos dos saberes, dos modos de fazer e dos ingredientes provenientes de outras culturas como a italiana e a gaúcha, tornou-se, com propriedade, uma importante referência da cultura da imigração e, ao mesmo tempo, da integração regional, caracterizada pelos estreitos laços econômicos, políticos e culturais e que mantém-se ainda mais reforçada mediante o compartilhamento dos mesmos hábitos, costumes e tradições, valores e estilo de vida. Naturalmente ela vem assumido, juntamente com a excelência, cada vez maior, da produção de vinhos e espumantes das inúmeras vinícolas espalhadas pelo território, uma posição de crescente importância dentro da atividade turística, em especial associada ao turismo cultural e de experiência. De acordo com a turismóloga Ana Maria De Paris Possamai, que cita em suas considerações as observações da também turismóloga Regina Shlüter,

(...) a Serra gaúcha tem se destacado no cenário turístico nacional pela formatação de roteiros de cunho cultural, os quais envolvem todo o contexto da imigração italiana, desde o resgate de receitas até a ambientação dos espaços. Nas festas comunitárias (...) ainda é possível encontrar a presença dos elementos que as originaram, representados pelo aspecto religioso, a participação ativa da comunidade – tanto na execução e coordenação dos trabalhos como nas atividades festivas – e a fartura da mesa (POSSAMAI, in: POSSAMAI; PESSINI, 2011, p.37).

Certamente a fartura da mesa é uma das características mais relevantes quando o assunto envolve a gastronomia da RMSG. Responsável por essa alcunha, o “*galeto al primo canto*”<sup>182</sup> (Imagem 117), um sistema de alimentação geralmente

---

<sup>182</sup> O *galeto al primo canto*, expressão da língua *Talian*, que em uma livre tradução para o português significa “frango ao primeiro canto” por ser ele o protagonista da refeição, consiste em um conjunto de pratos tipicamente coloniais, que possui suas origens na alimentação familiar servida nas colônias italianas, a qual estava baseada no beneficiamento dos produtos locais, produzidos inteiramente nas propriedades. Compõem esse sistema alimentar a sopa de capeletti, composta de pequenas massas recheadas cozidas em um brodo, pão, salada verde composta por *radicci* com acréscimo de pedaços de bacon cozidos em vinagre de vinho tinto, polenta frita, feita com farinha de milho, galeto temperado com ervas locais, como a sálvia, assado na brasa em pedaços, massa tipo espaguete com molho vermelho, preparado com tomates e miúdos do frango cozidos, frutas como sobremesa e vinho tinto para acompanhamento. Um pouco mais recentemente, (após os anos de 1950) foi acrescido a esse grupo de alimentos mais alguns tipos de massa, como o *tortei*, pedaços de queijo colonial

composto por diversos pratos típicos locais, servidos, de maneira sequencial e abundante, em restaurantes especializados que, por isso mesmo, receberam o popular nome de “*galeterias*”<sup>183</sup> (Imagem 118), apresenta o que de mais típico e particular a cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul produziu em termos gastronômicos.



**Imagem 117** – Sequência de pratos típicos da cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul, que compõem o chamado “Galeto al primo canto”.

**Fonte:** MENU. Restaurante Galeto Di Paolo amplia operação em São Paulo. *Portal Digital*. São Paulo: IstoÉ Publicações Ltda, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://revistamenu.com.br/restaurante-galeto-di-paolo-amplia-operacao-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 mai. 2023.



**Imagem 118** – Ambiente interno de uma Galeteria. Normalmente os espaços onde são servidas as refeições constituem-se em ambientes aconchegantes, decorados com motivos e referências da cultura italiana e cultura da imigração italiana no Rio Grande do Sul.

**Fonte:** DI PAOLO. Di Paolo Galeto – Cucina della Serra Gaúcha. *Blog informativo*. Disponível em: <https://dipaolo.com.br/restaurantes/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

Segundo Peccini (PECCINI, in: POSSAMAI; PECCINI, 2011), foi nas dependências do Hotel e Restaurante Peccini, localizado na cidade de Caxias do Sul e de propriedade de sua família, que esse sistema alimentar teria surgido comercialmente pela primeira vez na região, vindo a se tornar, em pouco tempo, um hábito alimentar regional, inicialmente dos caxienses e, logo após, de todos aqueles que hoje visitam a RMSG. Inaugurada no ano de 1950, em um momento de plena

---

empanados e fritos e a salada de batatas com maionese caseira, geralmente preparada à mão. Cabe destacar aqui, a partir da descrição de Peccini, que o *galeto*, uma expressão absolutamente regional, nada mais é do que um frango jovem, com aproximadamente 25 a 30 dias de vida, pesando em torno de 1kg ou 600gr quando limpo e pronto para o preparo (PECCINI, 2011, p. 141).

<sup>183</sup> Interessante observar, pelo ineditismo, uma denominação muito regionalista, e até mesmo como curiosidade, que “*galeteria*” é uma palavra que, até pouco tempo atrás, inexistia no léxico nacional.

expansão urbana e crescimento da cidade, a Galeteria Peccini que passou a ocupar o lugar do antigo restaurante do hotel, introduziu o serviço do “*galeto ao primo canto*” transformando-se em ponto de referência na história da cidade e vinculando tal iguaria, como legado, à identidade, ou melhor, à italianidade, dos moradores da região. Conforme analisa Giron (GIRON, in: POSSAMAI; PECCINI, 2011, p. 14), foram os Peccini que transferiram a fartura da mesa colonial, vinculada nos primeiros tempos à caça e que, posteriormente, foi substituída pelo costume de se apreciar o galeto, “reproduzindo na cidade a abundância só existente nas festas da colônia”. Ela complementa sua afirmação, lembrando ainda que a Galeteria Peccini

(...) transpôs para a cidade as festas familiares coloniais. A cidade ganhou, no espaço dos modestos salões do hotel o lugar de uma festa contínua, como aquelas que eram antes feitas apenas na colônia, com fartura de comida, com o tempero característico, com o vinho, e mais do que tudo, com um modo de ser e com um sentimento de pertença (GIRON, in: PECCINI, 2011, p. 14-15).

A invenção do *galeto al primo canto* promoveu ainda, simbolicamente, uma alegoria ao tradicional modo de vida colonial, projetando na cidade os espaços familiares das colônias, uma reafirmação da história e da memória coletiva da imigração, pois, conforme salienta Peccini,

(...) todo o sistema agrícola colonial pode ser percebido na farta mesa do *galeto al primo canto*, ou seja, o trigo (massas e pães), a criação de frango (galeto, brodo), a criação do porco (toucinho), a horta (*radicci*, sálvia alho), o parreiral (vinho, vinagre), o milharal (a polenta) (PECCINI, 2011, p. 21).

Por outro lado, analisando-o dentro de uma perspectiva econômica, como também destaca Peccini (PECCINI, 2011, p. 21), o seu consumo “incentivou segmentos econômicos na cidade, tais como os aviários, que não existiam até então; outras galeterias (...) e a indústria voltada para esse segmento, pois o sucesso criou novas demandas, como fogões, *menarosto*<sup>184</sup>, fritadeiras, etc”. Desta

---

<sup>184</sup> A palavra *menarosto* é um termo de origem regional, provavelmente criado dentro do universo da língua *Talian*. Consiste em um aparelho metálico, circular, de grandes dimensões, que contém um eixo central conectado em um sistema motorizado elétrico que produz o seu movimento. No seu



forma, pode-se inferir que a modernidade, que modificou e acelerou o crescimento da cidade de Caxias do Sul, promoveu também novas e inovadoras alternativas para a alimentação de sua população, devido à necessidade de se manter no ambiente urbano o hábito alimentar tradicionalmente cultivado nas colônias rurais, de onde uma grande parte da população citadina foi proveniente. As galeterias, por sua vez, propiciaram a criação de novos negócios e postos de trabalho. E assim, sucessivamente, a vida vai seguindo por novos rumos, porém os “velhos” hábitos, os costumes e as tradições acabam permanecendo, com alterações, é verdade, mas vinculados à cultura que os originou. Atualmente, devido ao sucesso e reconhecimento dos sabores coloniais vinculados à imigração italiana, as galeterias se expandiram por diversos municípios e localidades, podendo serem encontradas em praticamente todas as regiões do Brasil.

Por todos esses motivos, o *“galeto al primo canto”* foi lançado no Livro de Registros dos Saberes do município de Caxias do Sul em 13 de agosto do ano de 2015, como patrimônio imaterial da cidade, fazendo parte, portanto, também do patrimônio da culinária colonial da região. O processo de número 2013/036834 que determinou essa inserção, teve início em 2013, incentivado pela Lei nº 7495/2012<sup>185</sup>, aprovada um ano antes, que regulamenta e dispõe, em âmbito municipal, sobre esses assuntos. Espera-se que ele possa inserido também, nacionalmente, no Livro de Registro dos Saberes, criado pelo IPHAN para receber os registros dos bens culturais imateriais que reúnem conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades brasileiras.

---

interior são colocados espetos metálicos geralmente em número de oito unidades onde ficavam inseridos os galeto que seriam assados. Este aparelho ficava inserido dentro de uma grande caixa construída em alvenaria de tijolos refratários (churrasqueira) onde acontece a cocção através do calor do carvão em brasas inseridos em seu interior (PECCINI, 2011, p. 138).

<sup>185</sup> A Lei nº 7495/2012, datada de 19 de outubro de 2012, dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Caxias do Sul. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rs/c/caxias-do-sul/lei-ordinaria/2012/749/7495/lei-ordinaria-n-7495-2012-dispoe-sobre-a-protECAo-do-patrimonio-cultural-do-municipio-de-caxias-do-sul>. Acesso em: 20 mai. 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações relacionadas a um indivíduo ou a uma coletividade, que estão associadas ao pensamento simbólico alimentado pela memória e também pelo imaginário, pressupõem a elaboração de uma forma particular de linguagem, a qual se encontra expressa na produção material e imaterial concebidas pelos mesmos sobre um lugar, um território, permitindo a “leitura” e a interpretação de todo um sistema de ideias condicionado, em última análise, pela sua cultura. Dentre todas as possibilidades, a arquitetura e o urbanismo assumem papel fundamental como formas de representação, pois refletem, materialmente em suas dimensões, técnicas, símbolos, detalhes e proporções que exprimem e comunicam a tradição, os costumes, as práticas, as técnicas construtivas, enfim, um conjunto de conhecimentos acumulados ao longo do tempo na tentativa do domínio do homem sobre a natureza. Fortalecer a compreensão de sua importância em um sentido social, como expressão cultural de uma coletividade, e, principalmente, como uma forma de conexão entre os indivíduos e o seu lugar, o que determina um dos elos mais importantes para o sentimento de pertencimento e identificação social, é, portanto, uma tarefa de fundamental importância, na qual todos aqueles que trabalham com atividades relacionadas ao planejamento urbano e à preservação patrimonial, devem estar sempre empenhados. Uma emergência que se torna ainda mais premente nos dias atuais, onde a velocidade das transformações estruturais das cidades, que também se refletem em mudanças sociais e econômicas, ocorre de forma cada vez mais acelerada.

A história analisa, relaciona e demonstra os efeitos que a modernização, este constante e irrefreável movimento que decorre da própria evolução científica e racional do homem, vem promovendo nas sociedades, provocando mudanças e transformações, por vezes radicais, cabendo a todos entendê-las, aprender a conviver com as mesmas adaptando-se às suas decorrências, e, quando possível, tratar de conduzi-las de forma a minimizar os seus impactos. Os núcleos urbanos, assim como os territórios, sobre os quais estes estão localizados, absorvem o “turbilhão de desorientação e de possibilidades” provocado pela modernidade, gestionam seus efeitos e implementam, cada um à sua maneira, ações direcionadas

à organização do espaço urbano e intraurbano e à dinâmica social, com o intuito de proporcionar uma melhor qualidade de vida para todos aqueles que convivem em comunidades a eles vinculadas.

A modernidade é tema recorrente em diversas pesquisas, em muitas áreas do conhecimento. Neste estudo, em particular, buscou-se direcionar o seu foco em concomitância ao interesse fomentado pelas discussões relacionadas às ações do homem sobre o seu território e às relações sociais que nele têm lugar e das quais é protagonista. Muitos autores, como Berman e Harvey, citados ao longo deste estudo, voltaram o seu olhar, e continuam atentos, para as modificações sofridas pelas sociedades ocidentais ao longo dos séculos, as quais permanecem continuamente atuantes nos dias atuais. As ações transformadoras provocadas por esse processo e visíveis cotidianamente em todas as aglomerações urbanas, em maior ou menor grau, permanecem sendo amplamente por eles estudadas.

Dentro deste contexto se inserem os Estados Modernos, que passaram a se configurar a partir do despertar da razão, impulsionada pelos ideais do Iluminismo, que estabeleceu um novo modo de ser, sentir e agir dos seres humanos em sociedade. A luta contra o absolutismo dominante por muitos séculos e o desejo de conquistar, o que se poderia definir como o livre arbítrio que proporcionaria a liberdade de coordenar uma vida sem as amarras feudalistas, impulsionou muitos indivíduos a partir em busca de novos horizontes, deixando para trás, o seu lugar e toda uma vida pregressa. Brasil e Itália, no final do século XIX, viviam realidades políticas, sociais e econômicas completamente diversas, porém, ambos os países, ansiavam a modernização de seus territórios. O Brasil necessitava de mão de obra para o trabalho assalariado, em substituição ao escravo e também desejava povoar seu vasto território, e a Itália, por sua vez, havia passado por uma transformação radical, unificando os seus territórios em uma nascente república, mas enfrentava problemas para manter uma população crescente sem acesso a condições dignas de trabalho.

A imigração de milhares de camponeses italianos partidos da região norte da península itálica em direção ao “País da Cocanha” foi o resultado da conexão estabelecida naquele momento entre as autoridades brasileiras e italianas. A grande maioria destes desembarcou em São Paulo, para trabalhar como assalariados nas

fazendas cafeeiras e comerciantes nas cidades que já estavam formadas, mas uma considerável parte rumou para as terras altas do sul do Brasil, com o objetivo de colonizar aquela região e criar, a partir das matas nativas, novos povoados, novas cidades, enfim, um novo lugar no qual pudessem recomeçar suas vidas, produzir e progredir. E foi exatamente sobre esse território, formado a partir do assentamento de imigrantes italianos, e sobre estes indivíduos e seus descendentes que o construíram e hoje o mantém como representativo da expressão de uma cultura e de uma identidade peculiares, decorrentes deste processo migratório, que este estudo voltou o seu olhar.

Esta identidade étnica, moldada e transmitida pela sucessão de gerações mediante a perpetuação da memória e do imaginário coletivo e, por isso mesmo, também expressa pelo sentimento de pertencimento vinculado a uma cultura baseada em uma origem comum, é a italianidade que aqui neste estudo se conceitua. Uma italianidade, na verdade, não exatamente vinculada aos símbolos nacionais de uma Itália que, à época do movimento de imigração de camponeses para o Brasil, encontrava-se recém unificada, mas baseada sim nos costumes, crenças e tradições vênetas, transportadas na bagagem da memória, recriada e desenvolvida em território brasileiro. De acordo com as observações compreendidas na Introdução e ao longo do Capítulo 1, no momento da partida da maioria dos imigrantes que haviam afirmado o desejo de abandonar a sua pátria e rumar em direção a outras, suas relações de interação com símbolos, imagens, costumes e tradições, estavam fixadas principalmente no cotidiano das sociabilidades dos pequenos burgos onde viviam e, de igual forma, nas relações de trabalho, que se estabeleciam nas grandes áreas rurais limítrofes que os constituíam, nas quais buscavam o sustento, seu e de seus familiares.

A construção de um conjunto de elementos simbólicos representativos de um Estado único, ainda não estava, portanto, concretizada na península itálica àquela época. A Itália era um reino novo, um país jovem, apesar de milenar em sua história, buscando ser consolidado. A língua italiana tal como hoje se apresenta, ainda não havia atingido um nível de abrangência que pudesse abarcar a maioria de sua população, que se encontrava ainda em grande número sem acesso à educação formal. Não somente no Vêneto, região de onde partiu o maior número dos itálicos que vieram tentar nova vida no sul do Brasil, os dialetos vinculados

respectivamente às suas pequenas comunidades se somavam representativos daqueles camponeses, e constituíam, em conjunto aos costumes e tradições locais, a realidade daquele povo, naquele momento, construída ao longo dos muitos anos de história. As referências da terra natal estavam ligadas às ancestralidades de seus ascendentes e a todas as tradições que cultivavam, as quais permeavam as suas existências. Estas continuavam vinculadas ao trabalho junto à terra, à religião católica e à vida em comunidade, concentradas e centralizadas, invariavelmente, no lugar de nascimento. Ao partirem para um novo mundo, este foi o conjunto de experiências que trouxeram na memória: as imagens, os costumes, as práticas, as sensações e as experiências de toda uma vida que agora se concentravam em seus pensamentos. Uma bagagem imaterial que viria acompanhada daquela física, material e palpável, composta pelos limitados pertences, possíveis de serem transportados em baús, e pelos pequenos objetos com cujo contato se tornava possível a conexão com o mundo real que haviam deixado para trás.

Os italianos que para cá vieram, de acordo com o que foi observado no decorrer da Introdução e do Capítulo 2, eram itálicos acima de tudo, descendentes de muitos povos que experimentaram, ao longo do tempo, a interação com diversas e milenares culturas. Aqui chegados, necessitaram reconstruir-se como cidadãos, reafirmar-se como indivíduos possuidores de uma identidade étnica. E para essa missão, muito contribuíram os estímulos despertados pelo novo ambiente natural que os recebia e as relações com ele e com as novas culturas encontradas, elementos fundamentais para a consolidação de uma nova identidade, de novos sentimentos de pertencimento, de novas amálgamas culturais, de novos vínculos, de novas experiências. E é neste contexto que se entende a formação da italianidade no sul do Brasil, diferente daquela expressa em outras partes do país que também receberam imigrantes italianos. Diferente, da mesma forma, daquelas reveladas nas diversas nações onde os italianos, ao longo do tempo, se estabeleceram e que, ao se estudá-las, a partir de experiências particulares junto aos países de destino, apresentavam-se distintas, mas aliadas ao inegável e vigoroso vínculo com a Itália e com a descendência italiana. Como resultado, percebeu-se que apesar dos processos particulares de construção étnica, vinculados aos lugares de destino, estabeleceu-se, a partir do ambiente globalizado no qual todos se encontram inseridos, uma espécie de “rede de itálicos” pelo mundo, resultando em efetivas

interações sociais, econômicas e políticas, além, é claro, do intercâmbio de experiências e tecnologias.

É essa italianidade, muito mais próxima daquela concentrada sob o foco da Quarta Colônia, na região central do Estado do Rio Grande do Sul, criada a partir da expansão do processo de imigração italiana iniciado na região nordeste, cujos pilares família, religião e trabalho, ainda representam a essência dos muitos descendentes daqueles primeiros colonos, que se percebe hoje no chamado “território da imigração italiana na serra gaúcha”. Embora se possa imaginar que ela faça parte de uma relação identitária construída em torno do ambiente formado por imigrantes e descendentes, que lhe confere um sentido de pertencimento, essa não é uma conceituação que deva ser generalizada a todo e qualquer grupo que tenha vivenciado essa experiência. A Italianidade é específica e está vinculada diretamente ao processo de formação destas comunidades, às interações culturais que se processam entre o país de origem e o de destino, ao ambiente paulatinamente transformado em lugar, às atividades por estes indivíduos desempenhadas e às experiências destes no tempo e espaço.

O processo de transposição de toda uma vida que era deixada para trás, protagonizado pela navegação entre dois mundos, foi para a maioria dos imigrantes, senão para a totalidade deles, uma ruptura radical que imprimiu marcas profundas. Porém, ao mesmo tempo, representou um acontecimento imbuído de grande poder simbólico. A “travessia” constituiu-se em um marco fundamental na vida destes imigrantes. Foi também, e não poderia ter sido diferente, um fator preponderante no desenvolvimento de um sentimento de união entre as comunidades e seus descendentes, pelo fato de ter sido partilhada por todos, enquanto grupo social, como uma experiência coletiva a partir de uma mesma origem, o que determinou características identitárias que foram por eles atribuídas, por eles absorvidas, valorizadas e transmitidas aos seus descendentes.

Com o desenvolvimento lento, porém sólido, das comunidades, as relações de interação entre os cidadãos foram crescendo e as novas experiências vividas e compartilhadas nas terras colonizadas foram somando-se àquelas recordadas e guardadas na memória. Estas relações de convívio propiciaram que o sentimento de pertencimento a uma comunidade etnicamente identificada com o lugar de origem

fosse ganhando cada vez mais corpo e tornando-se uma referência de si mesmos. Ao mesmo tempo a memória coletiva construída em torno de todo o processo migratório funcionou como uma espécie de paradigma de unidade entre o passado, o presente e o futuro.

Conforme analisou-se no Capítulo 3, a RMSG nasceu e cresceu baseada na pequena propriedade, na força do trabalho do imigrante e na união em torno da religião católica. A identificação como grupo étnico que, por força de condições adversas para se estabelecer e prosperar, incentivou o desenvolvimento das diversas associações formadas com intenções cooperativas e assistenciais, característica esta que se mantém como referência na história das organizações de trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com uma aproximada ordem cronológica, enumeram-se as Sociedades de Capela, as Sociedades de Mútuo Socorro, as Cooperativas de trabalhadores, as Associações de Indústria e Comércio e, recentemente, as Associações Civas, Institucionais, de Bairro e Comunitárias, comprometidas com o estudo, manutenção e a divulgação da cultura da imigração italiana, bem como com a preservação da memória e do patrimônio cultural que dela foram decorrentes.

As grandes cidades, que se sobrepujaram aos primeiros e pequenos núcleos urbanos, cresceram sobre um território previamente demarcado por um traçado ortogonal, mas não deixaram de apresentar exceções, principalmente em suas áreas de expansão, talvez uma necessidade de melhor adaptação do traçado às condições naturais. Porém, sobre essa regularidade urbana, que desafiava a geografia naturalmente acidentada, foi produzida uma arquitetura original e peculiar, desenvolvida a partir dos saberes trazidos na memória e que representou um marco, principalmente no que se refere àquela elaborada sem a presença da figura do arquiteto ou profissional da área, como ocorreu na maioria dos casos. É representativa de um saber espontâneo, adquirido pela vivência e experiência pregressa, e executada, em seus anos iniciais, por indivíduos que não possuíam formação técnica específica. Por esse motivo ela pode ser considerada como popular, não erudita, nascida da necessidade de sobrevivência, acessível a todos, independentemente da classificação por classes ou extratos sociais, pois naqueles primeiros anos todos os imigrantes experimentavam as mesmas dificuldades e os recursos eram limitados. É uma arquitetura, que na origem, foi fruto de uma

sociedade ainda muito homogênea no que se refere às questões culturais, sociais e econômicas. Brotava de uma relação muito próxima com a natureza, que oferecia os recursos necessários para a sua elaboração, todos estes extraídos do próprio local de execução. Porém, mesmo não sendo erudita, essa arquitetura demonstrou qualidade técnica de execução, expressão plástica, escala considerável e interessantes soluções espaciais, motivos pelos quais é considerada ainda hoje, por estudiosos, como uma das mais destacadas arquiteturas populares já produzidas no país.

Da mesma forma, os costumes, as práticas, as tradições e as relações de sociabilidade eram, de maneira geral, comuns a todas as comunidades, fato que, aliado ao crescimento econômico baseado primeiramente na agricultura e, posteriormente, no comércio e na indústria, dotou a região de uma unidade territorial, identificada, de forma institucionalizada, a partir das características sociais, econômicas e culturais decorrentes de uma visão de mundo partilhada e implementada pelos imigrantes italianos. A RMSG cresceu a partir do dinamismo econômico baseado na agricultura, no comércio e, principalmente, na indústria, segmento que experimentou um boom desenvolvimentista já a partir da primeira década do séc. XX com vocação para os setores metal mecânico, elétrico e moveleiro. As dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de colonização, quando faltavam estradas, escolas, hospitais, enfim, todo um conjunto de estruturas que hoje se encontra implantado na região, foram responsáveis por determinar às comunidades formadas pelos primeiros ocupantes das colônias, uma realidade de pouco contato, de certa segregação, que somente foi resolvida, anos mais tarde, quando o trabalho dos próprios imigrantes contribuiu para a expansão desta infraestrutura. Sob outra ótica, porém, o isolamento acabou por contribuir para o reforço dos laços de união e de integração entre elas. A união promovia o crescimento e fortalecia o sentimento de pertencimento como grupo de cidadãos identificados com uma cultura e com um lugar específico: as “montanhas” que conformavam a encosta superior da serra da região nordeste do Rio Grande do Sul. Os saberes, transportados na bagagem, mas também já de domínio de alguns imigrantes, se tornaram fundamentais para o início das atividades manuais que produziram todo o tipo de ferramenta necessária ao trabalho na terra. Uma realidade que se iniciou como forma de provimento para a subsistência familiar e tornou-se



fonte de economia e renda, cujos excedentes eram investidos na ampliação dos negócios e na expansão das propriedades. Foi a partir das pequenas oficinas familiares que surgiram as pequenas indústrias que viriam a transformar a região em um polo industrial, um dos mais importantes do Estado do Rio Grande do Sul e de todo o Brasil.

A melhoria das estradas e dos acessos, principalmente com a chegada de novos meios de transporte como o ferroviário, um dos grandes marcos da sua modernização, tornaram a região mais acessível e conectada com os demais Estados da União, proporcionando um melhor escoamento da produção local e trocas comerciais mais eficientes e constantes. O cultivo da uva e a fabricação do vinho, características emblemáticas da cultura da imigração, cresceram e transformaram-se em dois dos principais negócios da RMSG, gerando muitos dividendos. A arte da vinificação vem obtendo cada vez mais reconhecimento pela sua qualidade, contribuindo também para o crescimento de uma atividade muito importante: o enoturismo, quem vem se consolidando juntamente com as inúmeras opções de lazer e cultura disponibilizadas na região. O turismo cultural, voltado principalmente à experiência de quem o pratica, além de fomentar muitos negócios a ele vinculados, promove e divulga a cultura da região, contribuindo indiretamente para reforçar a memória coletiva e valorizar ainda mais o patrimônio material e imaterial que se encontra sobre o território e que se mantém como expressão de uma identidade vinculada à cultura da imigração italiana. É inegável que esta característica contribuiu para a formação de uma “matriz turística” conformada por uma série de atividades vinculadas à essa herança comum e apresentadas ao consumo externo em termos de um legado que está amalgamado à vitivinicultura, à gastronomia, ao folclore, à devoção católica e ao patrimônio. “Retratos” de uma região que vem sendo captados a partir da formação da imagem de uma realidade que se tornou indissociável da presença dos imigrantes italianos e de seus descendentes.

Um outro elemento fundamental, que não foi esquecido, e que também se constituiu em um fator determinante para o fortalecimento desse sentimento identitário é a língua característica da região. O *Talian* continua sendo praticado diariamente em quase todas as comunidades, sendo ouvido nas ruas das cidades, em conversas entre os moradores, nas ondas sonoras das transmissões

radiofônicas, que legam a ele programas específicos, e lido nas impressões de jornais e diversas publicações periódicas. O patrimônio imaterial, do qual o idioma é parte integrante fundamental, também se encontra amplamente expresso e muito preservado, representado pelas festas populares, festas religiosas, encontros de parentelas, festivais musicais e de cultura popular, ampla gastronomia, cinema e literatura. É importante reforçar aqui a constatação do poder dessas relações que promovem o “sentimento de pertencimento” e a integração entre os indivíduos que fazem parte dessas sociedades formadas a partir da cultura da imigração italiana. Se essas vinculações não fossem tão sólidas e tão fundamentais, talvez pudessem ter sido extintas quando, a partir dos anos de 1930 com a política de intensificação da cultura nacional e, posteriormente, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, onde a Itália passou a ser vista como inimiga da nação Brasileira, foram proibidas todas e quaisquer manifestações que não fossem “genuinamente” nacionais. Processos que determinaram uma verdadeira ruptura com a cultura até então praticada pelos descendentes dos imigrantes italianos na região. Muitos veículos de comunicação que ainda publicavam periódicos em língua italiana foram fechados, muitos livros e documentos perdidos e muitos descendentes tolhidos ao manifestar a sua cultura publicamente. É importante lembrar que, em paralelo a esse movimento político, também ocorreram, em âmbito social e econômico, mudanças de posicionamento destas comunidades com relação à questão da comunicação, pois a necessidade de integração em ambientes de estudo, junto aos círculos sociais e, principalmente, no trabalho, passou a exigir um domínio correto da língua portuguesa. Para muitos, e talvez para a maioria dos cidadãos estabelecidos nos centros urbanos, falar o dialeto – algo que se manteve constante nos núcleos urbanos menores e nas áreas rurais – significava pouco conhecimento, ignorância, obsolescência. Uma realidade que, aos poucos, durante os anos que se passaram, foi se transformando em motivo de orgulho e distinção.

Por isso, este conjunto de expressões culturais, composta pelos costumes, tradições e práticas, ficaram restritos, durante um longo período, ao seio familiar. O que havia se tornado razão de constrangimento, foi sendo superado – também em decorrência das configurações próprias ao fato de que as coisas mudam ao longo do tempo - pelas gerações que se sucederam imediatamente após estes acontecimentos, que passaram a redescobrir e reconhecer a importância de suas

raízes, de sua história, de sua memória, e a necessidade de reforçá-las e transmiti-las para os seus descendentes, como forma de perpetuá-las como herança comum a todos. Movimento este que foi intensificado durante o período de preparação dos festejos alusivos ao centenário da imigração. Pode-se considerar este, entre outros fatores, como um dos grandes momentos desencadeadores de uma verdadeira “retomada cultural”, que veio a se consolidar a partir de questões que ainda estavam latentes naquela sociedade, e que não haviam sido esquecidas nem obliteradas. Representou um período de ressignificação e valorização cultural, que deu início a uma importante produção intelectual baseada no conhecimento, mapeamento e resgate histórico dos saberes, das práticas, dos hábitos, da produção e do conjunto patrimonial decorrente da expressão de uma cultura peculiar, a cultura da imigração italiana na RMSG.

A fundação da Universidade de Caxias do Sul (UCS), que sempre esteve muito vinculada à comunidade, veio a consolidar e reforçar a necessidade de estudar, compreender e discutir a história e a cultura locais, promovendo para isso uma série de ações neste sentido. Um dos maiores exemplos disto foi a criação do Programa Elementos Culturais das Antigas Colônias Italianas na Região Nordeste do Rio Grande do Sul (ECIRS), que serviu de base teórica e conceitual, conforme observado no Capítulo 3, para o processo de tombamento do núcleo central da cidade de Antônio Prado. Hoje a UCS mantém sob a sua custódia um grande acervo que reúne documentos, publicações e audiovisuais relacionados à imigração, sendo umas das instituições de referência neste assunto.

Fruto também desse projeto, que procurou mapear os traços, as marcas e as expressões desta cultura peculiar na região, a trilogia de romances históricos, “*A Cocanha*”, “*O Quatrilho*” e “*A Babilônia*”, integrantes do acervo da história cultural local, destaca-se como importante peça de análise para o entendimento de agrupamentos sociais locais que foram tendo as suas vidas transformadas, com o passar dos anos, pelo “turbilhão de permanente desintegração e mudança” provocado pela modernidade. Tais obras, baseadas nos extensos estudos e pesquisas realizados pelo autor, expõem, através da recriação ficcional dos ambientes urbanos e rurais entre o final do século XIX e meados do século XX, o cotidiano de três gerações de personagens que, mediante a representação de seus modos de vida, maneiras de expressão, práticas sociais, preocupações,

preconceitos, vinculam-se, de maneira muito próxima, aos tempos periodizados nesse estudo, ilustrando aquela sociedade, naquele tempo e espaço, em importantes momentos do processo de colonização da região de Caxias do Sul e de suas localidades limítrofes.

A partir da proposta de relacionar estas obras literárias e as informações constantes em fontes oficiais, foi possível compreender um pouco melhor os caminhos pelos quais trilharam muitos dos indivíduos reais, à imagem dos personagens fictícios, cujas consequências, a partir de suas escolhas, conduziram sociedades, cidades e um território em direção ao futuro, em uma realidade de contínua transformação que insiste em modificar suas estruturas. Assim como a arquitetura, a literatura ficcional também pode ser entendida, com ressalvas, como uma forma de representação social e histórica, pois da mesma forma que o romance histórico, ela decorre das interações socioculturais, no tempo e no espaço, experimentadas ou estudadas por quem a produz. Desta forma, hábitos, que determinam um estilo de vida, ritos, crenças e sociabilidades, presentes naquelas comunidades formadas por imigrantes e seus descendentes, puderam ser percebidas e detectadas ao longo da análise e identificadas como práticas ainda presentes no cotidiano das comunidades que compõem a RMSG.

Todo este conjunto diversificado e complexo de expressões intrínsecas ao ser humano, como a arte, a arquitetura, a música, a literatura, os costumes, as relações sociais, as crenças, as tradições, conferem a um determinado espaço físico, que encerra sob seus limites a vivência de um grupo de indivíduos, a dimensão de lugar, dotado de um caráter inerente, no sentido de que ele próprio é fruto da criação de quem ali habita, é produto, portanto, de suas representações culturais. Em conformidade com o que foi verificado ao longo do Capítulo 2, a posse da terra, a marcação de sua presença através da construção do lar, o trabalho constante sobre ela, para que dela fosse permitido retirar o seu sustento e o de sua família, já bastariam para conferir ao lugar, valor e reconhecimento. Mas ainda há a dimensão do tempo que define a experiência do indivíduo para com o seu meio, permeada pelos elementos que conferem a materialidade de todas essas expressões concentradas no espaço e resultantes de uma cultura comum a todos.

A relação que se organiza entre os cidadãos, o seu meio e as edificações simbólicas que o representam, produz uma força imagética que evidencia na memória de cada um deles o referencial de origem, o sentimento de pertencimento a um determinado lugar. A construção dos espaços de moradia, de devoção e de sociabilidades, que se organizaram pouco a pouco em torno das colônias, criou o ambiente propício para o desenvolvimento das relações sociais, políticas e comerciais da comunidade que, com a força e organização do seu trabalho, impulsionou o crescimento dos primeiros núcleos urbanos transformando alguns em grandes cidades. A organização destes espaços e as referências simbólicas e culturais que podem ser percebidas em suas construções, demonstram um vínculo identitário, baseado em uma origem comum, o que faz reforçar o imaginário coletivo partilhado por todos aqueles que vivenciam cotidianamente esta cultura, nela estão inseridos e nela se reconhecem.

Observou-se neste estudo que existe, neste sentido, uma convergência de pensamento em relação à questão italiana e na direção de sua representatividade e abrangência cultural. Isso significa dizer que, mesmo alguns cidadãos que não descendem diretamente de famílias italianas, ou “itálicas”, acabam por se identificar com a cultura advinda daquele país e, mais especificamente, com a cultura da imigração, passando a adotá-la, em parte ou em sua totalidade, como sendo a sua própria. Como consequência, buscam integrar-se, de forma mais efetiva, aos grupos que a cultuam e a preservam, contribuindo, desta forma, para reforçar o sentimento comum de pertencimento à comunidade da qual fazem parte, e, assim, passam a compreender aquela italianidade como uma marca identitária, neste caso não exatamente étnica, que também os define e os identifica.

Em tempos globalizados, nos quais a informação se dissemina e atinge de forma imediata, onde a comunicação não reconhece fronteiras e a aceleração do tempo e espaço parece ficar ainda mais veloz, a ideia de uma cultura homogeneizada, em termos globais, se desfez. Em seu lugar, tem-se notado a crescente valorização das alteridades, das etnias e da cultura popular, como forma de reconhecimento e diferenciação entre sociedades, cidades, regiões e países. As distintas manifestações culturais passaram a ser enaltecidas como demonstrações positivas e valorizadas como expressões indicativas de identidades próprias, particulares, a elas vinculadas. O “sentimento de pertencimento” a um lugar

específico formado por elementos culturais intrínsecos, por memórias vinculadas à uma origem comum, que perpassa também por um imaginário coletivo, construído ao longo de toda uma convivência cotidiana em sociedade, torna a ser reverenciado como fator de diferenciação entre um grupo de indivíduos e os outros.

As transformações impetradas pela modernidade têm sido cada vez mais alavancadas pela globalização, que acelera e generaliza o processo de racionalização das organizações e atividades, dissemina a informação e o conhecimento e promove a transformação de ambientes e espaços, muitas vezes descaracterizando-os de sua originalidade e função, quando não, destruindo-os em sua totalidade. Contra essa possibilidade de “apagamento” cultural é que as ações em prol da salvaguarda do patrimônio são acionadas, procurando atestar e ratificar a importância dos elos que, a partir da manutenção e preservação de seus elementos, conectam o passado ao presente, promovendo e fortalecendo a memória e a identidade de indivíduos unidos em comunidades, recursos fundamentais para a perpetuação e transmissão de uma cultura para as próximas gerações. O patrimônio cultural é também uma referência importantíssima de saber técnico, de modo de vida, enfim, de expressão cultural, por isso torna-se peça fundamental para o alimento, alicerce e manutenção da memória coletiva dos cidadãos, sendo elo de ligação com o seu imaginário. Porém, para “existir”, o patrimônio necessita ser imbuído de valor e significação, ou seja, ele precisa, de alguma forma, “tocar”, impactar, essa comunidade, promovendo assim uma conexão sensível, visual, emotiva, sensorial. Por esse motivo é fundamental o conhecimento do passado para a compreensão do presente, possibilitando a “visualização” do futuro.

Reforça-se, portanto, que a noção de identidade está diretamente ligada à manutenção de determinados referenciais dentro de um espaço social, visto que também tem no passado o seu lugar de construção. A preservação da memória da cidade e, por consequência, do território da qual ela igualmente é parte indissociável, impõe-se como uma realidade necessária para a consolidação do sentimento de pertencimento do cidadão para com o seu meio, o seu lugar.

A italianidade conceituada neste estudo sofre, ao longo da sua existência, a influência de diferentes fatores, mas principalmente do tempo, no sentido que ao longo dele se sucedem diferentes gerações, com distintas maneiras de pensar e

agir, que acabam por valorizá-la e revivê-la a partir de suas experiências no lugar onde se estabelecem, ou pelo acúmulo de memória coletiva que, a partir do reconhecimento, manutenção e preservação do patrimônio tangível e intangível, é capaz de proporcionar. Neste sentido ela também está sujeita ao processo de construção e desconstrução, da mesma forma como as mudanças e rupturas que se processam nas sociedades com o avançar do tempo e que são por elas absorvidas e ressignificadas a cada momento. A italianidade é um fato da modernidade, justamente por encontrar-se intimamente ligada às manifestações sociais, constituindo-se, também ela, em uma de suas questões latentes, que, em momentos de mudanças e transformações, demonstra-se presente, retornando à cena com toda a sua força e vitalidade, e adaptando-se aos novos tempos, da mesma forma como, ademais, se ajusta toda a sociedade.

Com a globalização, também a economia se amplia e a produção dos bens de consumo manufaturados, que já eram tradicionalmente elaborados na RMSG, alcança uma nova escala, com mais dinamismo e qualificação, estimulada pelas oportunidades decorrentes da conquista de novos mercados consumidores e de trocas e interações, cada vez mais frequentes, de técnicas de fabrico, de incremento tecnológico, novos materiais, design de produtos, tendências e até mesmo aquisição de maquinário para o beneficiamento de matéria prima, entre parceiros, produtores e distribuidores. Em praticamente todos os setores industriais, em especial o metal mecânico, o moveleiro, o têxtil e o agroindustrial, principalmente aquele focado na produção vitivinícola, observam-se, em consonância com o que já foi informado ao longo do Capítulo 3, as práticas de estabelecimento e manutenção de relações de proximidade com diversos países, dentre os quais a Itália como principal referência, promovendo constantemente o intercâmbio de estudantes, técnicos e empresários, em busca de conhecimento e experiência. E esta não é uma relação de um só caminho, de uma só direção, como se poderia supor, o contrário também vem ocorrendo: de outros países e, principalmente da Itália, em função da reciprocidade em diversas áreas de interesse e conhecimento, partem estudantes, técnicos e empresários dispostos a aprender o que os “italianos do sul do Brasil” tem a oferecer como benefício para o incremento da indústria daquele país. Estes intercâmbios têm se concentrado em diferentes setores, mas especialmente naqueles vinculados com a produção de móveis, utensílios domésticos, vinhos e espumantes. Além disso, o

Brasil, pela sua grandeza, não pode ser desconsiderado, em termos globais, como um importante mercado consumidor.

Neste sentido é que se percebe que a italianidade se relaciona não somente com a ideia de uma Itália da qual partiram os primeiros imigrantes em direção ao sul do Brasil, mas também, e principalmente, com uma Itália “contemporânea” e “atual”, ou seja, dos dias presentes, no que concerne à modernização tanto daquele país, quanto da própria RMSG. No imaginário coletivo nacional, uma série inesgotável de produtos provenientes de seus mais variados setores produtivos - hortaliças, frutas e grãos da agroindústria, produtos beneficiados como o vinho e seus derivados, produtos têxteis, como tecidos e itens de vestuário, produtos coloniais, como queijos, massas, pães e geleias, produtos da indústria metal mecânica, como simples utensílios domésticos ou complexos veículos e maquinários para a indústria e para o campo, produtos da indústria moveleira, como perfis, chapas, acessórios e beneficiados como móveis residenciais ou comerciais - adquirem a preferência do consumidor por serem elaborados em uma região que possui como marca a tradição aliada a qualidade de sua produção. Característica que lhes confere um selo de qualidade de artigos “*made in Serra Gaúcha*”, assim como ocorrem com aqueles identificados com a origem “*made in Italy*” ou “*made in Brazil*”, por exemplo, que demonstra e reforça todo um histórico de requisitos de interesse e importância, como design, expertise e exclusividade a eles inerente. Importante destacar ainda que essa espécie de “denominação de origem” reforça ainda mais o turismo cultural e de experiência que, conforme já mencionado anteriormente, vem adquirindo maior expressão nesse momento, contribuindo para a consolidação das ações que visam e intencionam a preservação de uma cultura singular, a da imigração italiana na região, pois dela e de suas características peculiares é dependente, não somente para se manter vivo e ativo, mas também para conseguir se expandir.

O olhar atento sobre o conjunto de obras que compõem a extensa produção arquitetônica e urbanística presente ao longo da RMSG, bem como focado em suas principais manifestações culturais, objeto de estudo do Capítulo 5, auxiliou na compreensão de como a modernização, através de constantes e ininterruptas alterações decorrentes do crescimento econômico e populacional, transformou os espaços urbanos e rurais ao longo do tempo, da mesma forma que modificou as sociedades formadas pelos imigrantes italianos e seus descendentes ali



estabelecidos. Muitas destas construções, localizadas nas zonas urbanas e rurais, assim como as diversas manifestações de cunho imaterial, continuam ali presentes, tornando-se referenciais de uma expressão cultural peculiar que está evidenciada ao longo de toda a região. Elas marcam, com a sua permanência, como já foi anteriormente dito, o domínio do homem sobre a natureza e testemunham a transformação do espaço em um lugar identificado com as práticas, as crenças, as tradições e os saberes daqueles que o produziu.

Verificou-se, da mesma forma, que o processo de preservação e continuidade de sua história e memória não se deu de forma natural e linear na região, como se poderia supor. Em vários momentos, a destruição de antigas e históricas construções foi uma prática comum, muitas vezes ratificada por leis e normativas administrativas que preconizavam a ideia de que a modernização das cidades passava pela substituição das unidades construídas em madeira, consideradas “não perenes” e inseguras, por novas, edificadas em materiais mais duráveis, como a alvenaria de tijolos, e com o uso de insumos industrializados. Com a emergência provocada pelo êxodo rural, que passou a aumentar vertiginosamente os índices populacionais a partir dos anos de 1950, foi necessária a verticalização e expansão do traçado original. Fábricas e pequenas oficinas que se localizavam em terrenos contíguos às moradias e casas de comércio, foram sendo paulatinamente “expulsas” dos núcleos urbanos mais centrais, principalmente em cidades cujo crescimento urbano gerou a necessidade de ampliação de moradias, provocou mudanças no valor do solo e verticalizou o *skyline* das mesmas. Estas cidades passaram a manter, em suas áreas de maior adensamento, apenas aquelas construções consideradas mais simbólicas, como igrejas, prédios administrativos, clubes sociais, sociedades recreativas, colégios e hospitais, equipamentos geralmente de grande valor patrimonial e que vieram a se tornar “lugares de memória”. O mesmo processo ocorreu, em menor velocidade e abrangência, nas comunidades do interior e nos pequenos núcleos rurais. Nestes locais ainda pode ser verificada a presença de muitos exemplares que mantêm a sua originalidade preservada. São os casos, por exemplo, dos capitéis e capelas, edificadas como forma de agradecimento e devoção à religião católica, mas também com a intenção de demarcar a posse da propriedade.

Municípios como Antônio Prado e Santa Tereza preservam grande parte de suas construções históricas como testemunhos dos saberes e das técnicas construtivas que ali foram utilizados e aprimorados na edificação das primeiras moradias. Como resultado, permitem ao observador experimentar a sensação de “voltar no tempo”, em um momento que não mais existe, mas que se materializa, de certa forma, naquelas permanências. Sensação essa que, principalmente para os habitantes dessas duas cidades que convivem diariamente sob sua influência, promovem o elo necessário entre o passado e o presente, que mantém vivas a história, a memória e a cultura daqueles que as construíram, ou seja, dos seus antepassados. Percursos inteiros, como o Caminhos de Pedra, no município de Bento Gonçalves propõe um passeio pela história da imigração na região e preservam, ao longo de doze quilômetros, residências, moinhos, fábricas e capelas, construídas no final do século XIX, algumas em sua total originalidade. Percorrer esse caminho, também é experimentar a mesma sensação despertada no percurso por entre as ruas centrais das cidades acima citadas.

A construção de novas edificações em meio às antigas e originais do período inicial da imigração, não se configura em uma prática das mais desejadas, pois interfere de forma significativa na originalidade daquele assentamento. Porém não é possível impedir a expansão dos núcleos urbanos, nem mesmo a ampliação dos negócios, tão necessários para o crescimento da economia local e para a atração de novas atividades complementares, como o turismo, por exemplo, que dentre os benefícios já citados, possibilita que esse patrimônio seja conhecido, reconhecido, ressignificado e valorizado, continuando assim presente na memória de um número cada vez maior de pessoas. Por outro lado, havendo a necessidade (e sempre irá haver) de se edificar novas construções, em meio aos exemplares originais, é discutível que sejam utilizadas as mesmas técnicas e materiais empregados pelos antepassados. Por outra ótica, ao utilizá-las na confecção de novas unidades se estará, desta forma, mantendo-se preservadas as tecnologias e as técnicas artesanais, constitutivas do conjunto patrimonial imaterial destes imigrantes e de seus descendentes, estimulando as novas gerações ao aprendizado do ofício criado e desenvolvido ao longo de todos esses anos e que vem, de certa forma, esforçando-se para se manter presente.

Nota-se mais claramente hoje que o conhecimento da história e das características peculiares da RMSG, já se constitui em uma base sólida que apoia o crescimento de diversas atividades vinculadas às características e demandas locais, indicando que a originalidade ainda preservada na região deve e precisa ser mantida. Neste sentido as ações das próprias comunidades que estão sempre muito atentas às transformações, se destacam, já a bastante tempo, no sentido da promoção e implementação de ações em prol da valorização cultural, da preservação patrimonial e do incentivo de atividades que mantenham viva a cultura da imigração, como forma de valorizar e reforçar a sua identidade. A partir da união de esforços colaborativos e cooperativos, uma prática característica e destacada destas sociedades, como já informado, muitas ações que inicialmente se focavam na superação dos problemas econômicos, foram expandidas para outras áreas, como a do planejamento, através da criação de diversas associações que, em conjunto, buscam discutir as demandas e indicar os caminhos em prol do crescimento integrado da região.

Associações estas, como a ATUASERRA, de caráter regional, que tiveram sua origem vinculadas aos anseios e proposições comuns entre as municipalidades e que continuam ainda muito atuantes, sendo mantidas e administradas por elas, de forma coordenada. Bem como as muitas associações civis, que se conectam com as associações de moradores, de bairros, de comunidades e também com as associações estaduais, criando uma rede de comunicação e informação que auxilia na implementação de projetos, ideias e programas em prol dos bem comum a todos. Tais organizações promovem a divulgação cultural entre as diversas comunidades, apoiando as várias atividades fomentadas no sentido de sua valorização, estimulando a produção local e o enaltecimento dos saberes que continuam sendo aplicados na elaboração do artesanato, da arte e da culinária, além da manutenção e ampliação das diferentes formas de expressão. Muitas destas trabalham vinculadas ao poder público e foram as principais responsáveis pelas assinaturas dos pactos de amizade que, posteriormente, vieram a garantir os processos de *Gemellaggio* entre as comunidades locais e as comunidades italianas, em uma relação de auxílio mútuo, reforçando os laços de pertencimento com o país de origem. Muitas delas encontram-se empenhadas especificamente na divulgação da cultura e na valorização dos saberes locais e outras tantas atuam tendo como foco a

administração pública auxiliando na implementação de leis e decretos no sentido de promover a integração dos poderes públicos com o privado e o local, para, conjuntamente, poderem viabilizar e promover a valorização da cultura e do patrimônio cultural da região.

A doação de terrenos para a construção de templos de devoção, o apoio financeiro ou operacional para a restauração dos mesmos, são um exemplo da força dessas associações que recriam, nos tempos atuais, as antigas *Sociedades de Capela* ou as *Comissões dos Fabriqueiros*, que, outrora, eram os responsáveis pela condução, preservação e construção de igrejas, capelas, capitéis e oratórios. São os “modernos fabriqueiros” que revivem hoje uma tradição local de ligação de proximidade entre a família e a igreja. Os encontros de parentelas são também exemplos de outras atividades complementares que mantêm vivas os laços de pertencimentos familiares mesmo quando os parentes moram longe, em outros estados ou países.

Conhecer a história, conhecer o ambiente onde se atua, experimentar a sua cultura, a fluidez de seus espaços e a beleza de suas construções, integrar-se aos costumes, às práticas, às crenças e às sociabilidades que naquele lugar tem o seu local de atuação e produção mediante todas as condições peculiares que conformaram aquela região e a imprimem uma identidade, é fundamental. São questões necessárias para se compreender e entender suas características e captar suas demandas, para que então se possa pensar em alternativas e ideias para se implementar ações que permitam um planejamento integrado, participativo, eficiente e sustentável que consiga propor soluções para a resolução dos problemas, ao mesmo tempo que permita preservar o que de melhor foi produzido sobre o território como expressão daquela cultura. Somente desta forma será possível transformar esses espaços em polos de ancoragem da memória e, conseqüentemente, da história dos antepassados e dessa cultura peculiar de onde partem as raízes da identidade de um povo. Pensar a partir dessas relações de interação é pensar na construção de um futuro baseado em questões latentes de desenvolvimento que essa cultura demanda e que desta relação de proximidade e conhecimento pode requerer.

Fortalecer a compreensão da importância da preservação dos patrimônios culturais em toda e qualquer época, principalmente na emergência dos dias atuais, onde as transformações físicas nas cidades ocorrem com constância e velocidade, não é uma tarefa fácil. Para tanto é necessário que se promova uma educação patrimonial com ampla abrangência mobilizando toda a comunidade. A preservação pode, e deve indicar novos caminhos para o crescimento de núcleos urbanos através da divulgação e das possibilidades advindas do ato que o promove, da atração de novos negócios a ele vinculados, bem como das marcas de produtos ou serviços que podem se beneficiar desta exposição. Atualmente a consciência da necessidade da preservação destes referenciais vem tentando balizar as discussões que envolvem o patrimônio edificado nas cidades, porém, infelizmente muitas vezes, questões econômicas e políticas se sobrepõem a ela. Leis e normas cada vez mais eficientes e abrangentes, têm procurado regulamentar ainda mais as ações de proteção e resguardo, da mesma forma que a participação da sociedade vem sendo cada vez mais constante e ativa, contribuindo para justificar tais ações. Apesar deste posicionamento não ser exatamente uma unanimidade entre os seus integrantes, muitos tem despertado para o fato de que, ao se preservar o seu patrimônio histórico, estar-se-á igualmente resguardando um dos elos fundamentais de ligação entre o indivíduo e sua cultura, protegendo, desta forma, sua história e memória, e, por consequência, sua identidade.

Ao concluir este estudo, pode-se afirmar que sim, foi possível verificar, não somente os traços, as marcas e os símbolos de uma italianidade, própria e específica da região, que reflete, reforça e reafirma, como referência identitária dos imigrantes e de seus descendentes, a cultura decorrente deste processo, expressa indubitavelmente no conjunto de bens materiais e imateriais que constituem o seu rico e extenso patrimônio cultural. Mas também comprovar que esse sentimento de pertencimento, uma identidade que vem sendo construída através da história, que aproxima, une e integra estes cidadãos às suas origens comuns, às tradições, aos costumes e às práticas sociais, está presente nas ações cotidianas que se desencadeiam na RMSG, sejam elas voltadas ao trabalho, ao lazer, à cultura, ao entretenimento, ao conhecimento, ao estudo, de forma constante e recorrente.

A italianidade está presente em toda a região. Sua manifestação é ampla, não segrega ou seleciona cidades em detrimento de maior ou menor

desenvolvimento econômico, mas sim as agrega, sob um mesmo “manto de referências” comum, disseminando-se através da rede urbana que as conecta e, de certa forma, a justifica. As cidades mais industrializadas, portanto, dotadas de uma economia mais pujante se constituem, em função de seu desenvolvimento, em polos convergentes de negócios que, ao mesmo tempo que atraem, irradiam esse interesse para os núcleos urbanos e rurais que compõem o território. Em razão da existência do capital, e de seu excedente, em termos econômicos, decorrem na região, da mesma forma como sucedem-se em tantos outros lugares ao redor do mundo, o resgate e a valorização do patrimônio cultural possibilitando, assim, a atração de novos empreendimentos, que propiciam que muitas atividades, como por exemplo o turismo, sejam favorecidas.

Esta italianidade, que se expressa sobre o “território da imigração italiana na serra gaúcha” está presente nas atividades econômicas, como o turismo cultural e de experiência, que evoca e desperta no visitante as sensações e as emoções de se fazer partícipe em momentos como o da colheita das uvas, das festas da vindima, da degustação de seus produtos derivados e da gastronomia, através da farta e diversificada culinária local, esta última sendo, inclusive, motivo de orgulho e reconhecimento dos cidadãos da RMSG. Baseada originalmente na elaboração de pratos típicos provenientes do vêneto italiano, ela vem se mantendo aqui preservada em sua tradição, mas também experimentando adaptações e transformações ao longo do tempo, assimilando novos modos de fazer e incorporando novos ingredientes. Exemplo disso foi a invenção do *“galeto al primo canto”*, um sistema alimentar que transportou para a cidade os tradicionais sabores da culinária rural, criando novos hábitos, costumes e referências que reforçaram a identidade regional, motivos pelos quais passou a ser reconhecido oficialmente como patrimônio imaterial da cidade de Caxias do Sul.

Ela também está presente na produção do vinho, produto que acompanha os itálicos desde que estes se reconheceram como grupo étnico, mesmo antes da unificação italiana e da criação dos símbolos nacionais. Essa prática, arraigada aos costumes e à cultura deste povo, que fixou residência em terras gaúchas, nunca foi esquecida, passando de produto de subsistência para transformar-se em um grande negócio, que vem se mantendo ativo e a cada dia mais especializado e qualificado, rendendo aos brasileiros destaque no cenário internacional pela excelência de

certas castas produzidas nas sesquicentenárias propriedades da região colonial. Cabe ressaltar aqui que o Estado do Rio Grande do Sul é responsável, atualmente, por 90% da produção brasileira, a qual posiciona o Brasil entre os 20 maiores produtores mundiais da bebida.

Da mesma forma, a italianidade está presente na criação dos “lugares de memória”, representados pelos museus, centros culturais, arquivos históricos, bem como na “produção de lugares”, espaços “não originais”, criados com base nos paradigmas presentes no patrimônio da região ou em referências “importadas” do país de origem de grande parte da população da RMSG, a Itália. Mesmo sendo produzidos, gerando uma espécie de “representação idealizada” como um verdadeiro cenário urbano, estes lugares não deixam de recriar hábitos e costumes regionais, enaltecendo uma realidade ao estabelecer uma atmosfera baseada na cultura, na identidade e nas tradições locais. Neste sentido, observou-se que, por vezes, é verdade, essa italianidade pode expressar-se de forma exagerada ou manifestar-se mediante entendimentos equivocados, promovendo a criação de elementos descontextualizados, como a construção de réplicas de monumentos italianos, conforme já mencionado no Capítulo 5, na cidade de Serafina Corrêa.

Ela está presente nas centenas de festas comunitárias e regionais, sejam elas sociais ou com vínculos econômicos, nas festas religiosas, nas demonstrações de fé e devoção, como a procissão ao Santuário de Nossa Senhora de Caravaggio, que continuam a acontecer regularmente ao longo de todos esses anos e vem aumentando de frequência, com a inserção de novas comemorações nos calendários de eventos. Na manutenção de uma língua própria, característica de uma identidade construída na região, o *Talian*, que ainda continua a ser praticado e que recebeu destaque através das novas tecnologias, como a imprensa, os jornais, o rádio e atualmente a rede mundial de computadores, que o divulga para todos os cantos do mundo.

A italianidade, ademais, está presente nos ideais que permeiam algumas das importantes decisões do poder executivo e legislativo, transformadas em leis, decretos e portarias, que orientam, organizam e regulamentam as relações sócio econômicas e culturais, conduzindo, de certa maneira, o dia a dia dos cidadãos nas diversas comunidades da região. Está presente na preservação e manutenção do

expressivo patrimônio histórico que se espalha por toda a região, no cuidado com as centenárias capelas e capitéis, que enaltecem a religiosidade que ainda é uma das grandes marcas culturais dos descendentes, na conservação das também centenárias casas de madeira e pedra, que testemunham a vida dos imigrantes nos primeiros anos. Está presente no reestabelecimento do transporte ferroviário, atualmente utilizado para fins turísticos e na reestruturação dos espaços públicos, plenos de monumentos que enaltecem personagens locais assim como italianos, proporcionando conhecimento, alimentando a memória e o imaginário, permitindo, assim, que a “ligação entre dois mundos” não seja jamais esquecida.

Até mesmo na filosofia, que marca a gerência dos negócios em algumas empresas da região, como é o caso da Tramontina e da Cootegal, a italianidade está presente, quando percebe-se que o termo “prata da casa” vem sendo utilizado para denominar aqueles funcionários que também são moradores das respectivas cidades onde estas estão localizadas, no caso Carlos Barbosa e Caxias do Sul (Galópolis). Ocorre uma preferência na contratação de pessoas ligadas a essas comunidades, uma espécie de “estratégia”, já bastante antiga, para auxiliar também no crescimento da economia local, e que tem se tornado uma prática comum, quase como um costume, mantido até hoje, mesmo quando o cargo exige o deslocamento do profissional para outras localidades, cidades ou países, para acompanhar a expansão das empresas. Esta italianidade, enfim, está presente nas demonstrações dos sentimentos de amor e de paixão pela terra e pela cultura da imigração italiana que ao longo dos quase 150 anos de história transformou, e continua modificando, a geografia de toda uma região.

Tal constatação se tornou possível devido ao enfoque que, desde o início, foi proposto para a condução da análise do tema deste estudo: um olhar voltado para uma perspectiva de pluralidades, permitindo vislumbrar a região com maior alcance. As cidades, as localidades, os lugares, enfim, os territórios, são elementos plurais, da mesma forma que plurais também são, e devem continuar sendo, os olhares sobre eles. É necessário compreender a importância destas questões, pois, assim como uma cidade não se constitui somente em um conjunto de edificações justapostas, localidades, lugares e territórios também não são grupamentos simplificados. Ambos são organismos complexos, compostos por muitos elementos



que precisam funcionar em conjunto, demandam conexões, interligações, justaposições, e, principalmente, requerem entendimento.

A paisagem, os espaços, os lugares e as construções neles estabelecidas, os símbolos neles contidos, os traços culturais neles expressos, não são um mero agrupamento de elementos desconexos, mas sim um conjunto que exprime, produz e manifesta um sentido. Por isso a compreensão de sua história, no tempo e no espaço, é importante não somente para os planejadores urbanos que se ocupam com esta questão, mas também para todos aqueles profissionais, das mais diversas áreas do conhecimento, como arquitetos, historiadores, cientistas sociais, antropólogos, sociólogos, turismólogos ou meros cidadãos, que, por um motivo ou outro, se encontram vinculados a ela. Mesmo para aqueles que circulam pela região ou nela realizam suas trocas comerciais, o conhecimento do passado, não somente aquele relacionado às questões históricas principais, mas também intrínseco à história das pequenas comunidades, das pessoas que ali vivem, que ali produzem, que ali se expressam, que fazem da RMSG um lugar especial, é fundamental. Pois é a partir dele que se torna possível uma melhor assimilação e compreensão do presente.

Somente o envolvimento, real e verdadeiro, com tudo aquilo que compreende e abrange o convívio diário dos cidadãos é capaz de despertar os nobres sentimentos de amor e respeito, tão fundamentais para o reconhecimento da importância que exerce a sua presença, tanto para o cultivo da memória como para a afirmação da identidade, e, conseqüentemente, a necessidade de sua valorização e preservação. Porém, para que isso aconteça, é preciso primeiro conhecer. Motivo pelo qual julgou-se fundamental a decisão pela abertura, ou ampliação, do campo de análise do objeto de pesquisa deste estudo, optando-se por concentrá-lo não somente nas questões referentes à arquitetura e ao urbanismo, mas incluí-lo dentro de uma perspectiva social, para que o assunto pudesse ser compreendido de maneira mais abrangente. Por isso decidiu-se por abordar a questão identitária vinculada também à história – principalmente a real, mas também a fictícia - dos personagens e dos espaços por eles criados, que conformaram e continuam a conformar, em uma ação de contínua transformação, a região como um todo. As relações entre espaço, lugar e cultura, são intrínsecas e permanentes, da mesma forma que também são fundamentais para a afirmação e o fortalecimento da

identidade daqueles que ali habitam, o que leva a sugerir que este tipo de preocupação e análise nunca se afaste do planejamento urbano e regional.

Desta forma foi possível constatar também, conforme já exposto anteriormente, o interesse de cidadãos de diferentes esferas sociais e econômicas em contribuir com seus esforços em prol da valorização cultural e do bem-estar comum das comunidades onde estão inseridos. E é justamente por essa intenção despertada e pelo desejo de participação nas decisões que impactam diretamente os seus cotidianos, que se faz extremamente importante que para esta parcela da população seja oportunizada a manifestação, a exposição de demandas bem como de ideias para solucioná-las, a conversa franca e aberta, para que estas venham a somar e compor o conjunto de ações propositivas a ser organizado e implementado por aqueles que se detém o poder da execução e se ocupam do cuidado com o urbano. Partindo-se deste entendimento, infere-se que todos os setores da sociedade poderiam ser beneficiados, incluindo as atuais administrações municipais que, abertas a isso, estariam em sintonia com os preceitos preconizados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade que determinam um planejamento urbano e regional integrado e sustentável, com a participação e o envolvimento da totalidade dos cidadãos nas decisões que afetam a todos. No enfrentamento aos constantes desafios, o Planejamento Territorial, que tem como documento para a intervenção no espaço urbano o Plano Diretor, precisa necessariamente atender os anseios de mudança demandado pelas comunidades mediante a implementação de preposições discutidas em todas as esferas, sociais, políticas e econômicas, de forma sistemática e progressiva, nos lugares específicos onde vier a ser estabelecido.

Devido à sua inerente complexidade, as ações propostas, não somente pelos planejadores urbanos e regionais, mas também pelos dirigentes de associações, instituições, entidades e cooperativas, necessitam estar conectadas cada vez mais com as características únicas de cada território, de cada município, cidade ou localidade, para que venham a ser implementadas com a certeza da obtenção dos melhores resultados e do melhor desempenho, na busca por um crescimento sustentável que promova excelentes condições de vida e trabalho para todos. Estabelecer os princípios e fundamentos a serem adotados para o atendimento das demandas, que se modificam no tempo e no espaço ao longo dos

diversos momentos de crescimento da região, é o desafio que se impõe a todos os cidadãos, mas principalmente aos atores do planejamento urbano e regional. Desafio este que, para ser confrontado de forma segura e propositiva, deve munir-se primeiramente do entendimento e conhecimento aprofundado das questões culturais que se entrelaçam, de forma indissociável, com as questões técnicas, econômicas e políticas que determinam a relação entre a população e seu ambiente. Em outras palavras, mapear o território, região ou cidade, procurando identificar, nos pormenores desta análise, as suas principais características estruturais, base sobre as quais serão propostas ações de preservação, modificação ou ampliação, e suas predisposições futuras, que indicariam os caminhos para a obtenção de um crescimento integrado e sustentável, conduzindo ações de intervenção eficientes e comprometidas.

Como ficou demonstrado neste estudo, o “código genético” da RMSG, está intimamente ligado às questões referentes à identidade étnica, formadoras e estruturadoras de toda a sociedade, e que possui na sua italianidade, a base de apoio necessária para que o sentimento de pertencimento, que promove, constrói e reforça os elos de ligação ao seu lugar no mundo, seja estabelecido e perpetuado. Somente após essa compreensão é que se poderão determinar, com maior propriedade, as melhores ferramentas e as mais adequadas estratégias para o enfrentamento dos problemas que se fazem presente no cotidiano dos cidadãos e que encontram no planejamento urbano e regional um caminho indicativo para as suas resoluções. Por ser essencialmente, e cada vez mais, multidisciplinar, esta característica, determinante de sua natureza, se impõe como dificuldade a ser transposta por urbanistas e planejadores urbanos que precisem combater a fragilidade de suas formações nos saberes sociopolíticos, econômicos e demográficos quando se propõem a elaborar planos e projetos urbanísticos em territórios que exijam um saber científico atualizado, muitas vezes fora de seu entendimento, posto que pertence aos campos da geografia, da sociologia, da antropologia, da economia e de tantas outras áreas do conhecimento que, por natureza de sua própria complexidade, incidem sobre a compreensão do objeto de análise.

Toda e qualquer ação, independentemente de sua origem, seja ela do poder público como de entidades privadas, que vise a resolução das muitas e variadas

demandas decorrentes do cotidiano dos cidadãos que habitam em um determinado território, principalmente aquelas implementadas através dos núcleos administrativos do planejamento urbano e regional integrado, como hoje se entende, devem ser pensadas e propostas especificamente para o lugar no qual serão implementadas e para as pessoas que ali vivem. Justamente por serem voltadas às pessoas, das quais serão seus maiores beneficiários, precisam estar apoiadas na cultura que as representa em todas as suas formas de expressão, para, a partir daí, poderem efetivamente projetar soluções que beneficiem não somente áreas específicas, mas sim todo o território para o qual estão destinadas. Desta forma, estas ações estarão em alinhamento com a identidade de cada lugar, e, por isso mesmo, poderão apoiar e respaldar as atividades vocacionais ali reveladas, e também aquelas que ali estão latentes, buscando integrá-las dentro da compreensão de que todas elas se fazem fundamentais no complexo sistema organizacional do território.

Portanto, para o planejamento integrado e para todas as demais áreas do conhecimento, torna-se fundamental a compreensão e o entendimento global do território sobre o qual seus esforços estarão voltados. Além disso, torna-se essencial também que os gestores públicos e privados apoiem e respaldem, dentro de um entendimento, as atividades ali desenvolvidas, organizando-as e direcionando-as da melhor maneira possível. Com relação à RMSG, particularmente, entende-se ser de fundamental importância dar continuidade à implementação de circuitos culturais localizados em setores históricos consagrados e, igualmente, estimular a identificação daqueles que ainda não foram descobertos, reforçando trajetos e caminhos já existentes, divulgando e organizando suas atividades, para que seja promovido, desta forma, um incremento ao turismo cultural e de experiência, que, notadamente, tem experimentado um grande crescimento nos últimos anos. Da mesma forma, acredita-se que é preciso organizar e otimizar a rede de cidades existente através da identificação, mapeamento e ampliação de suas conexões físicas, sócio culturais e econômicas. Tais ações necessitam ser propositivas para aquelas cidades que precisam ser incentivadas ao desenvolvimento, de maneira sustentável, e protecionistas, ao mesmo tempo, para aquelas que orbitam em torno da preservação patrimonial. Ao valorizá-las, organizá-las e preservá-las, estes procedimentos e condutas, que são prerrogativas do planejamento urbano e regional, mas não somente dele, contribuirão para reforçar ainda mais a identidade

local, esta italianidade forte, marcante e presente, e também, como consequência, a cultura peculiar de toda a sua população.

A realização desta Tese, que afirma a presença de uma italianidade através das permanências materiais e imateriais que decorrem da expressão cultural que se manifesta mediante o domínio do homem sobre a natureza, contribuindo para a afirmação da sua marca identitária, exigiu um grande esforço de pesquisa e análise ao longo de um período de quatro anos. Mas ao mesmo tempo, tal dedicação e envolvimento foram retribuídos em forma de conhecimento, aprendizado e muita satisfação, principalmente por reafirmar a importância da análise dos espaços públicos para o estudo do planejamento urbano. As viagens de estudo e reconhecimento deste belíssimo lugar, estabelecido por entre as serras e colinas da região nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, e a circulação por seus espaços, como um verdadeiro *Flaneur* moderno, renderam momentos de agradável deleite com as belas paisagens, com as agradáveis e interessantes conversas com inúmeras pessoas, com as deliciosas comidas e bebidas, com a emoção de admirar a arte, a cultura e a religiosidade destes cidadãos brasileiros que convivem com uma história peculiar, com memórias e lembranças de um passado que ainda se faz presente. Tudo isso proporcionou a “experiência da experiencição” deste lugar único e de sua gente, a qual foi muito importante para promover (compreender e entender) uma percepção de realidade que vai além do mero olhar que se fixa na materialidade do tempo presente, perpassando-o na busca do entendimento do passado, através dos símbolos, marcas e vestígios deixados sobre o território, não somente aqueles físicos, mas também aqueles “etéreos”, que despertam o sentido espiritual do indivíduo. Pois, como bem estava escrito nas paredes da Capela de São Martinho localizada na cidade portuguesa de Óbidos, é na cidade real, na cidade que existe, que existe a cidade que não existe, a qual sempre estará, de alguma forma, fazendo-se presente. Ao envolver-se verdadeiramente com o ambiente, seja ele urbano ou rural, com as suas características próprias, com a sua história e com a história daqueles que o formaram, muitas daquelas questões, que no início de uma análise, apresentavam-se aparentemente desconexas, passam a fazer sentido, dentro de um quadro de conhecimento apreendido.

Desta forma, conforme intenção manifestada na Introdução desta Tese, espera-se que ela venha a contribuir para o acréscimo de conhecimento a todos os

profissionais e estudiosos que buscam um entendimento acerca do tema da imigração italiana no Estado do Rio Grande do Sul. Mas não somente isso, deseja-se também que ela possa servir como um ponto de partida, um instrumento de análise para as ações de planejamento integrado, sejam elas públicas ou privadas, que continuarão a incidir sobre a RMSG, abrindo caminhos para outros estudos que procurem se debruçar sobre este tema tão importante e definitivo para a compreensão da imigração, em termos comportamentais, e a sua contribuição efetiva ao país que a recebe. Ademais, a metodologia que leva a efeito este estudo, focada em seu olhar aos núcleos urbanos e rurais, às fontes oficiais, à literatura, à observação da paisagem, aos encontros e conversas com os habitantes da região, permitiria ser estendida para outras análises em outros lugares onde a italianidade se encontra presente. Bem como para balizar a abordagem em estudos relacionados com outras etnias, que, como a italiana, marcaram e continuam a marcar a paisagem cultural de distintos territórios tanto no Brasil como em outras nações.

Ao finalizar esta Tese, almeja-se, principalmente, que o seu conteúdo desperte o convite à leitura, para todos aqueles que desejem compreender um pouco mais da inspiradora história que teve, e continua a ter lugar, no “território da imigração italiana na serra gaúcha”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. Martins Fontes: São Paulo, 2007.
- ADAMI, João Spadari. **Festas da uva: 1881-1965**. Caxias do Sul: Tipografia São José, 1966.
- ADAMI, João Spadari. **História de Caxias do Sul: 1864-1962**. Caxias do Sul: Paulinas, 1971.
- ALFANI, Francesca Mordacchini. Emigração veneta no Brasil. In: RIGATTI, Décio; TRUZIANI, Elio (Org.). **Arquitetura e paisagem na serra gaúcha: migração italiana e territorialidade**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2017, p.30-45.
- AMSTAD, Theodor (Org.). **Cem anos de germanicidade no Rio Grande do Sul (1824-1924)**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1999.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDREETTA. Ristorane Da Andreetta. **Sito istituzionale**. Rolle di Cison di Valmarino: Anna Maria Andreetta & C Snc, 2022. Disponível em: <https://www.andreetta.it/>. Acesso em: 08 jun. 2022.
- ANTONIO PRADO. Câmara Municipal de Antônio Prado. Leis Ordinárias. **Lei Municipal nº 1015, de 29 de junho de 1983**. Disponível em: <https://www.camaraantonioprado.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/1983/1/0/3201>. Acesso em: 06 set. 2021.
- ANTONIO PRADO. Câmara Municipal de Antônio Prado. Leis Ordinárias. **Lei Municipal nº 3058, de 18 de dezembro de 2017**. Disponível em: <https://www.camaraantonioprado.rs.gov.br/proposicoes/Leis-ordinarias/2017/1/0/1156>. Acesso em: 06 set. 2021.
- ANTUNES, André; GUIMARÃES, José Marcos. **Capelas & Ermidas: arquitetura no espaço, vestígios no tempo**. Porto Alegre, 2023. Em fase de elaboração.
- APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. **Site institucional**. Bento Gonçalves: APROVALE, 2022. Disponível em: <https://www.valedosvinhedos.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2022.
- APT - Antônio Prado Turística!. **Site institucional**. Antônio Prado: Secretaria de Turismo de Antônio Prado, 2022. Disponível em: <https://www.antonioprado.tur.br/>. Acesso em: 07 set. 2021.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

ARL – Academia Rio-Grandense de Letras. **Site institucional**. Porto Alegre: 2000a. Disponível em: <http://www.arl.org.br/sobre/apresentacao>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ARL – Academia Rio-Grandense de Letras. **Site institucional**. Porto Alegre: 2000b. Disponível em: <http://www.arl.org.br/academicos/quadro-de-emeritos/jose-clemente-pozenato>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ARQUÀ PETRARCA. **Sito istituzionale**. Arquà Petrarca: Pro Loco, 2017. Disponível em: <https://www.arquapetrarca.com/en/home-page/>. Acesso em: 08 jun. 2021

ATUASERRA – Associação de Turismo da Serra Nordeste. **Site institucional**. Bento Gonçalves: ATUASERRA, 2022. Disponível em: <https://www.atuaserra.com/atuaserra>. Acesso em: 28 dez. 2021.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**. Campinas: Papirus, 2012.

AYMONIMO, Carlo. **El significado de las ciudades**. Madrid: H. Blume Ediciones, 1981.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**. Porto Alegre: A Nação, 1975.

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Cátedra / Pró-memória / Instituto Nacional do Livro, 1982.

BACCA, Ademir Antonio; ROCHA, Luis H. (Org.). **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: Projecto Cultural Sur, 2019.

BACCA, Ademir Antonio. Introdução. In: BACCA, Ademir Antonio; ROCHA, Luis H. (Org.). **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: Projecto Cultural Sur, 2019.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi – Anthropos-Homem**. V. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, p. 296-332.

BAO, Carlos Eduardo. A invenção da italianidade no Brasil: contribuição para um olhar descontínuo. In: **XXVII Simpósio Nacional de História - Lugares dos historiadores: velhos e novos desafios**. Florianópolis: Anais Eletrônicos, 2015. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28?start=400>. Acesso em: 28 mar.2021.



BAO, Carlos Eduardo. Italianidade como diferença: identidade étnica, colonialidade e imaginário eurocêntrico. In: **Temáticas: ciências sociais e perspectivas não-hegemônicas: colonialidade, decolonialidade e epistemologias do sul**. V. 23, nº 45/46, 2015. Campinas: SP. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11107>.

Acesso em: 28 mar. 2021.

BASSETTI, Piero. Italicity: global and local. In: JANNI, Paulo; McLEAN, George (eds.). **The essence of italian culture and the challenge of a global age**. Washington: Cultural heritage and contemporary change, Series IV, West Europe, Volume 5, 2002.

BASSETTI, Piero. **Svegliamoci italici!: manifesto per um futuro glocal**. Venezia: Marsilio Editori, 2015.

BARBOSA, Fidelis Dalcin. **Antônio Prado e sua história**. Porto Alegre: EST, 1980.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em história: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BATISTA, Jane Beatriz (ed.). **Ciências & Letras, n. 27. Educação e patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: FAPA, 1979.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Colônia Italiana: religião e costumes**. Porto Alegre: EST, 1981.

BCVPI – Bento: capital do vinho pura inspiração. **Site institucional**. Bento Gonçalves: BCVPI, 2022. Disponível em: <https://bento.tur.br/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BECELLONI, Giovanni. A italianidade como recurso cosmopolita. In: **Revista Matrizes, vol. 01, nº 01, out. 2007**. São Paulo: USP, 2007, p. 99-116. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=143017362006>. Acesso em: 12 mar. 2018.

BEGNAMI, João Batista. Marcos legais da pedagogia da alternância. In: **AMEFA – Associação Mineira das Escolas Famílias Agrícolas**. Belo Horizonte: AMEFA, 2020. Disponível em: <https://amefa.wordpress.com/marcos-legais-da-pedagogia-da-alternancia/>. Acesso em: 22 mai. 2022.

BELLUNO. Regione del Veneto, Comune della Provincia di Belluno. Gruppo di Azione Locale Alto Bellunese (GAL). **Site institucional**. Belluno: GAL Alto Bellunese, 2020. Disponível em: <http://www.galaltobellunese.com/studi-e-ricerche-misura-323a-azione-1/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

BENEDUZI, Luis Fernando. **Mal di Paese: As reelaborações de um Vêneto imaginário na ex-colônia de Conde D'Eu (1884-1925)**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Imigração italiana e catolicismo: entrecruzando olhares, discutindo mitos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BENEDUZI, Luís Fernando. Caminhos de memória: uma análise de percursos de italianidade no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero-Americanos**. V. 35, nº. 1, jan/jun, 2009. Porto Alegre: Revistas Eletrônicas PUCRS, 2009.

BENEDUZI, Luís Fernando. **Os fios da nostalgia: perdas e ruínas na construção de um Vêneto imaginário**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

BENEDUZI, Luís Fernando. Redenção e integração: Vittorio Buccelli e a escola na zona colonial italiana. In: **Acta Scientiarum. Education**. V. 37, nº 2, apr-jun., 2015, p. 117-128. Maringá: PR 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/282206398\\_Redencao\\_e\\_integracao\\_Vittorio\\_Buccelli\\_e\\_a\\_escola\\_na\\_zona\\_colonial\\_italiana](https://www.researchgate.net/publication/282206398_Redencao_e_integracao_Vittorio_Buccelli_e_a_escola_na_zona_colonial_italiana). Acesso em: 06 set. 2021.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDI, Aquiles. **Vita e stória de Nanetto Pipetta – nassuo in Itália e vegnuo in Merica par catare la cucagna**. Garibaldi: Tipografia Stafetta Riograndense, 1937.

BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (Org.). **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista O Globo, 1950.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da Metrópole Moderna – Representação da História em Walter Benjamin**. São Paulo: Edusp, FAPESP, 1990.

BORBA, Sheila Villanova. **Indústria e estruturação do espaço regional: Agentes da estruturação espacial na aglomeração urbana do nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

BORSATO, Saulo; DANI, Norberto, BRESSIANI, Luiz; LISBOA Nelson. Mapeamento geológico da área urbana de Caxias do Sul como etapa da cartografia geotécnica. In: **Revista Brasileira de Geologia de Engenharia e Ambiental – RBGEA**. V.5, nº 1, 2015, p. 83-92. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Disponível em: <https://www.abge.org.br/downloads/revistas/mapeamento-geologico.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

BOURDIER, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. **A formação do homem moderno vista através da arquitetura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI, Parte I, p. 307. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy\\_of\\_colecao4.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao4.html). Acesso em 26 jun. 2020.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854 – Regulamento para execução da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Regulamento para as colônias do Estado. Decreto 3.784 de 19 de janeiro de 1867**. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Volume 1, Parte II, p. 31. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3784-19-janeiro-1867-553854-publicacaooriginal-72121-pe.html>. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. **Turismo Cultural: orientações básicas**. 3º ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015**. Estatuto da Metrópole. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm). Acesso em: 20 jun. 2021.

BRASIL. Portal Brasileiro de Dados Abertos. **Pontos de cultura - rede cultura viva**. Secretaria Especial da Cultura, Ministério do Turismo, 2021. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/pontos-de-cultura>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade, 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>. Acesso em 20 jun. 2020.

BRAZIL. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. **Synopse do recenseamento 1900**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1905. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf>. Acesso em: 28 set 2021.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades e projetos**. São Paulo: Editora Alameda, 2018.

BUCCELLI, Vittorio. **Uma viagem ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2016.

BUCHEBUAN, Terezinha de Oliveira. **Os velhos casarões de Antônio Prado: processos culturais, patrimônio e conflito**. Caxias do Sul: UCS, 2010. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade, Universidade de Caxias do Sul, 2010.

BUENO Ricardo. **Galópolis e os italianos: patrimônio histórico preservado a serviço da cultura**. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Néstor García. **Imaginários Urbanos**. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1997.

CAON, Marcelo. **Memória e cidade: o processo de preservação do patrimônio histórico edificado em Caxias do Sul 1974-1994**. Porto Alegre: PUC, 2010. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

CAON, Marcelo. **Cidade e patrimônio: estudo dos inventários de preservação do patrimônio cultural edificado no Brasil e Argentina – cidades de Caxias do Sul e La Plata**. Porto Alegre: PUC, 2016. Tese de Doutorado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela (Org.). **Da colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves 1875 a 1930**. Bento Gonçalves: Visiograf, Porto Alegre: Corag, 2005.

CAPRINO VERONESE. Regione del Veneto, Provincia di Verona, Comune di Caprino Veronese. **Site institucional**. Caprino Veronese: MyPortal, 2020. Disponível em: [http://www.comune.caprinoveronese.vr.it/punto\\_elenco.asp?IdPagina=30&IdBlocco=126&IdPunto=89](http://www.comune.caprinoveronese.vr.it/punto_elenco.asp?IdPagina=30&IdBlocco=126&IdPunto=89). Acesso em: 10 jun. 2021.

CARBONI, Florence; MAESTRI, Mário (Org.). **Raízes italianas do Rio Grande do Sul 1875-1997**. Passo Fundo: Editora UPF, 2000.

CARNEIRO, José Fernando. **Imigração e colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.

CARVALHO, João Antônio Queiroz de. Via Gênova de Serafina Corrêa e as suas réplicas de prédios italianos. In: DESTINOS DO SUL: NATUREZA, HISTÓRIA, CULTURA. **Blog informativo**. Serafina Corrêa, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://destinosdosul.com/2022/05/23/via-genova-de-serafina-correa-e-as-suas-replicas-de-predios-italianos/>. Acesso em: 07 out. 2023.

CARVALHO, Manoel Maria de. **Relatório sobre o serviço de imigração e colonização na Província do Rio Grande do Sul**. Relatório apresentado à Assembleia Geral na primeira sessão da vigésima legislatura pelo Ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, Antonio da Silva Prado. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Disponível em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>. Acesso em: 18 nov. 2019.

CASELLATO, Alessandro. Identità veneta: appunti per una genealogia. In: **Materiali di storia**. Nº 23, nov. 2002, p. 84-108. Padova: Centro Studi Ettore Luccini, 2002. Disponível em: <https://www.centrostudiluccini.it/pubblicazioni/materiali-di-storia-del-movimento-operaio-e-popolare-veneto/materiali-di-storia-23-2002/>. Acesso em: 06 fev. 2021.

CASTELLO, Lineu. **Repensando o lugar no projeto urbano: variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)**. Porto Alegre, 2005. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Lisboa: Editorial Presença, 1979.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

CATTANA, Anna; NESCI, Maria Teresa (a cura di). **Italiano compatto: dizionario della lingua italiana**. 3º ed. Bologna: Zanichelli Editore, 2010.

CAVAGNOLLI, Anelise; REIS, Eduardo Ziegler; ONZI, Geni Salette (Org.). **Palavra e Poder: 120 anos do Poder Legislativo em Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Editora São Miguel, 2012.

CAXIAS DO SUL. Intendência Municipal. **CAMC - Código administrativo do município de Caxias**. Caxias: Typographia Mendes, 1920.

CAXIAS DO SUL. Paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Pompéia. **Livro Tombo, nº.01**. Caxias do Sul, 1936.

CAXIAS DO SUL. PMCS - Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. **Lei ordinária nº 7.495, de 19 de outubro de 2012**. Disponível em: <http://www.camaracaxias.rs.gov.br/upload/files/LeiOrdináriaN7495.pdf>. Acesso em: 22. nov. 2022.

CAXIAS DO SUL. PMCS - Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. **Lei orgânica do município de Caxias do Sul / RS**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-caxias-do-sul-rs>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CAXIAS DO SUL. PMCS – Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Monumento Nacional ao Imigrante. In: **Site institucional**. Caxias do Sul: PMCS, 2022a. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/servicos/cultura/museus/monumento-nacional-ao-imigrante>. Acesso em 10 out. 2022.

CAXIAS DO SUL. PMCS – Prefeitura Municipal de Caxias do Sul. Prefeitura firma pacto de amizade com cidade italiana para desenvolvimento do município. In: **Site institucional**. Caxias do Sul: PMCS, 15 de abril de 2019. Disponível em: <https://caxias.rs.gov.br/noticias/2019/04/prefeitura-firma-pacto-de-amizade-com-cidade-italiana-para-desenvolvimento-do-municipio>. Acesso em: 23 jun. 2022.

CCPS - Centro Cultural Padre Schio. **Site institucional**. Antônio Prado: CCPS, 2015. Disponível em: <https://museupadreschio.wixsite.com/antonioprado/sobre>. Acesso em: 06 set. 2021.

CCS – Curta Caxias do Sul: a cada partida uma nova descoberta. Réplica de Caxias de 1885. **Blog informativo**. Caxias do Sul: Tua Web Tecnologia, 2022. Disponível em: <https://curtacaxiasdosul.com.br/atracoes/replica-de-caxias-de-1885/>. Acesso em: 19 out. 2022.

CENNI, Franco. **Italianos no Brasil: “Andiamo in Merica...”** 2ª. Ed. Fac-simile comemorativo do Cinquentenário da Imigração Italiana no Brasil 1875-1975. São Paulo: EDUSP, 1975.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

CERVO, Amado Luiz. **As relações entre o Brasil e a Itália: formação da italianidade brasileira**. Brasília: Editora da UNB, 2011.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt; VIANNA, Regina Maria Matos; LORENCET, Elisa Helena; NUNES, Maria Fernanda de Oliveira. A formação de roteiro turístico-cultural e a estrutura urbana regional: estudo da serra gaúcha (RS). In: **Anais do VII seminário de pesquisa em turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: UCS, 2012. Disponível em: [https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_7/arquivos/07/04\\_45\\_49\\_Cesar\\_Vianna\\_Lorencet\\_Nunes.pdf](https://www.ucs.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/arquivos/07/04_45_49_Cesar_Vianna_Lorencet_Nunes.pdf). Acesso em: 18 dez. 2020.

CHOATE, Mark Irvan. **Italianos no mundo: uma nação imigrante**. Trad. João Fábio Bertonha. São Paulo: Editora Contexto, 2023.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

CIBRAP - Círculo Cultural Ítalo-brasileiro de Antônio Prado. **Blog da entidade**. Antônio Prado: CIBRAP, 2009. Disponível em: <http://cibrapantonioprado.blogspot.com/>. Acesso em: 07 set. 2021.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD 1875-1925. **La cooperazione degli italiani al progresso civile ed economico del Rio Grande del Sud**. V. I. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD 1875-1925. **I municipi dello stato e le industrie ed commerci degli italiani e loro discendenti**. V. II. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

CLEMENTE, Elvo; UNGARETTI, Maura. **História de Garibaldi**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

CLEMENTE, Pietro. Paesi/paese. In: ISNENGHI, Mario (a cura di). **I luogú della memoria: strutture ed eventi dell'italia unita**. Bari: Editori Laterza, 1997.

COLOGNESE, Sílvio Antônio. **Associações étnicas de italianos: identidade e globalização**. São Paulo: Itália Nova Editora, 2004.

COLOGNESE, Sílvio Antônio. Gerações, fronteiras e italianidade no sul do Brasil. In: **Tempo da Ciência**. V. 18, nº. 36, 2º semestre, 2011. Toledo: Revistas Eletrônicas, UNIOESTE, 2011.

COLOGNESE, Sílvio Antônio; ROSSI, Diego. **Os encontros de parentelas italianas**. Cascavel: Ed. Coluna do Saber, 2007.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **O italiano da esquina: imigrantes na sociedade porto-alegrense**. Porto Alegre: EST, 1991.

CONSTANTINO, Núncia Santoro de; Et. All. **Diversidades étnica e identidade gaúcha**. Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, 1994.

COREDE SERRA. Conselho Regional de Desenvolvimento da Serra. **Site institucional**. Caxias do Sul. Disponível em: <https://coredeserra.org.br/pagina/municipios>. Acesso em: 15 nov. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006.

COSTA, Jamile dos Santos Pereira; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. O reconhecimento da cidadania italiana como fato, valor e processo: o passaporte como símbolo de italianidade. In: **REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. V. 27, nº 55, jan-abr., 2019, p. 165-180. Brasília: Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=407059446011>. Acesso em: 10 jan 2022.

COSTA, Rovílio. **Imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: EDUCS, 1974, 1986a.

COSTA, Rovílio. **Imigração italiana: vida, costumes e tradições**. Porto Alegre: EST, 1974, 1986b.

CP – Caminhos de Pedra. **Site institucional**. Bento Gonçalves: CP, 2022. Disponível em: <https://www.caminhosdepedra.org.br/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

CPM – Caxias por Mancuso. **Blog informativo com acervo fotográfico**. Caxias do Sul: COM, 2019. Disponível em: <https://caxiaspormancuso.blogspot.com/>. Acesso em: 12 ago. 2021.

CRONOLOGIA. Regni d'Italia nel 1843. **Sito informativo**. Italia. Disponível em: <https://www.cronologia.it/storia/regno01.htm>. Acesso em: 05 mai. 2020

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1997.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH / SMC, 1991.

CUPANI, Alberto Oscar. **Filosofia da ciência**. Florianópolis: Filosofia/EAD/UFSC, 2009.

CVG – Cooperativa Vinícola Garibaldi. **Site institucional**. Garibaldi: CVG, 2022. Disponível em: <https://www.vinicolagaribaldi.com.br/inicio>. Acesso em: 13 out. 2022.

DACANAL, José Hildebrando. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

DAL BÓ; Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.). **Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

DALLABRIDA, Norberto. **A sombra do campanário: o catolicismo romanizado na área de colonização italiana do Médio Vale do Itajaí Açu (1892-1918)**. Florianópolis, 1993. Dissertação de Mestrado, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina, 1993.

DAMATTA, Roberto Augusto. A Família como valor: considerações não familiares sobre a família brasileira. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (org.). **Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DAMATTA, Roberto Augusto. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. In: **O Correio da Unesco**. V. 15, nº. 7, p. 22-23, jul. 1987. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1987.

D'APREMONT, Bernardin; GILLONNAY, Bruno de. **Comunidades indígenas, brasileiras e italianas no Rio Grande do Sul (1896-1915)**. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: UCS, 1976.

DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Turin: Fondazione Giovanni Agnelli, Porto Alegre: EST, 1987.

DE BONI, Luís Alberto. 150 anos de imigração no Rio Grande do Sul. In: BACCA, Ademir Antonio; ROCHA, Luis H. (Org.). **150 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Bento Gonçalves: Projecto Cultural Sur, 2019.

DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, Caxias do Sul: UCS, 1979.



DE BONI, Luís Alberto; COSTA, Rovílio. Os italianos no Rio Grande do Sul. In: CINQUANTENARIO DELLA COLONIZZAZIONE ITALIANA NEL RIO GRANDE DEL SUD 1875-1925. **La cooperazione degli italiani al progresso civile ed econômico del Rio Grande del Sud**. V. I. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 2000.

DI PAOLO. Di Paolo Galetto – Cucina della Serra Gaúcha. Blog informativo. Disponível em: <https://dipaolo.com.br/restaurantes/>. Acesso em: 20 mai. 2023

DOS SANTOS, José Ricardo Libardoni. Os impactos da abertura comercial brasileira sobre a vitivinicultura gaúcha – 1980/1997. In: **Economia e Desenvolvimento**. Nº 11, mar. 2000. Santa Maria: UFSM, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3419/1931>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DU GAY, P. (org.) **Production of culture /cultures of production**. Londres: Sage/ The Open University, 1997.

E-BORGHI. Soave. **Sito istituzionale**. Milano: 3S Comunicazione, 2019. Disponível em: <https://www.e-borghi.com/en/village/Verona/566/soave>. Acesso em: 08 jun. 2021

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2000.

ECKER, Aline. Procura por cidadania europeia aumenta na Serra. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul: 08 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2021/02/procura-por-cidadania-europeia-aumenta-na-serra-ckkwmfrbk0013019w564ivpnu.html>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ECKERT, Kleber. Estudos toponímicos na região de colonização italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul. In: **Revista GTLex**. V. 6, nº 1, 2020, p. 20-38. Uberlândia: EDUFU, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/Lex11-v6n1a2020-2>. Acesso em: 05 mar. 2021.

EFASERRA - Escola Família Agrícola da Serra Gaúcha. **Site institucional**. Caxias do Sul: EFASERRA, 2021. Disponível em: <https://www.efaserra.com.br/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

EISENSTADT, Shmuel Noah. **Modernização e mudança social**. Belo Horizonte: Editora do professor, 1968.

FAVERO, Giovanni. La metamorfosi di uno spazio regionale: il caso veneto. In: **TST Revista**. Nº 22, jun. 2012, p.150-172. Venezia: Università Ca' Foscari, 2012,. Disponível em: [https://www.tstrevista.com/tstpdf/tst\\_22/articulo22\\_05.pdf](https://www.tstrevista.com/tstpdf/tst_22/articulo22_05.pdf). Acesso em: 10 fev. 2021.

FÁVERO, Ivane Maria Remus. **Políticas de turismo: planejamento na região uva e vinho**. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

FDU – Festa da Uva. **Site institucional**. Caxias do Sul: FDU, 2022. Disponível em: <https://www.festadauva.com.br>. Acesso em: 09 out. 2022.

FEE. Fundação Economia e Estatística. Unidades geográficas. **Portal DEEDADOS**. Brasília. Disponível em: <http://feedados.fee.tche.br/feedados/#!/home/unidadesgeograficas/microrregioes/12>. Acesso em 15 nov. 2020.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Aurélio: o dicionário da língua portuguesa**. Curitiba: Ed. Positivo, 2008.

FLORES, Hilda Hübner (Org.). **Turismo no Rio Grande do Sul: 50 anos de pioneirismo no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / IPHAN, 1997.

FRANCISCONI, Jorge Guilherme; CORDEIRO, Sônia Helena Taveira de Camargo. **Além de Rio e Sampa: Corumbá, Irerê, Parintins: evolução e desafios do planejamento urbano no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2021.

FRANCO, Álvaro. **Abramo já tocou... ou a epopeia de um imigrante**. São Paulo: Ramos Franco Editores, 1943.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

FRANTZ, Ricardo André Longhi. **O centro histórico de Caxias do Sul: uma síntese na óptica patrimonial**. Academia.edu, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/8000649/O\\_Centro\\_Histórico\\_de\\_Caxias\\_do\\_Sul\\_uma\\_síntese\\_na\\_óptica\\_patrimonial](https://www.academia.edu/8000649/O_Centro_Histórico_de_Caxias_do_Sul_uma_síntese_na_óptica_patrimonial). Acesso em: 21 nov. 2022.

FRANZINA, Emílio. **A grande emigração: o êxodo dos italianos do vêneto para o Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

FRIEDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério. **Escritos sobre espaço e história**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olivia Mantovani. **Estigma: cultura e atitudes linguísticas**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. **Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul: processos de formação e evolução de uma comunidade ítalo-brasileira**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

GASTAL, Susana de Araújo; SALES, Fabiana de Lima. Identidades sob o turismo: a italianidade no sul do Brasil. In: **Revista Iberoamericana de Turismo**. V. 2, nº. 1, 2012, p. 22-35. Penedo: RITUR, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/548>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GEVEHR, Daniel Luciano; NANDI, Aline. Patrimônio cultural da imigração italiana no sul do Brasil: os capitéis como espaço de (re)produção de memória e identidade. In: **VII Seminário Internacional sobre desenvolvimento regional: globalização em tempos de regionalização – repercussões no território**. 9-11 set. 2015. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13380/2545>. Acesso em: 10 jun. 2021.

GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Viagens, sabores e cultura: reflexões sobre pratos típicos no contexto do turismo gastronômico. In: POSSAMAI, Ana Maria De Paris; PECCINI, Rosana (Org.). **Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

GIOVANAZ, Marlize. **Lugares de História: a preservação patrimonial na cidade de Porto Alegre (1960-1979)**. Porto Alegre: UFRGS, 1999. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

GIRON, Loraine Slomp. O imigrante italiano: agente de modernização. In: **Anais do I e do II Forum de Estudos Ítalo-brasileiros**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1979.

GIRON, Loraine Slomp. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. In: LANDO, Aldair Marli (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

GIRON, Loraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli / EST, 1987.

GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do Littorio**. Porto Alegre: Parlenda, 1994.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. **Casas de negócio: 125 anos de imigração italiana e comércio regional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

GIRON, Loraine Slomp; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **História da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST, 2007.

GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. (Org.). **Caxias centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

GIRON, Loraine Slomp; RADÜNZ, Roberto (Org.). **Imigração e cultura**. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **Viaggio in Italia**. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1983.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2007.

GONÇALVES, Antônio Jorge; SILVA, Nuno Artur. **“É na cidade que existe, que existe a cidade que não existe”**. Instalação artística escrita em giz sobre a alvenaria da fachada da Capela de São Martinho, localizada no Largo de São Pedro. Portugal, Óbidos: 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ / IPHAN, 1996.

GMQN - Gazeta mais que notícia. **Site institucional**. Bento Gonçalves: GMQN, 31 ago. 2018. Disponível em: <https://gazeta-rs.com.br/bento-passa-de-115-para-120-mil-habitantes-em-um-ano/cidade-bento-goncalves/>. Acesso em: 25 nov. 2022.

GSV – Gramado sua viagem. **Site institucional**. Gramado: GSV, 2022. Disponível em: <https://www.gramadosuaviagem.com.br>. Acesso em: 29 nov. 2022.

G30 SERRA GAÚCHA. Bento Gonçalves lança a rota dos capitéis – caminhos da imigração e fé. **Blog informativo**. Porto Alegre: Grupo Somos.RS, 02 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.g30serragaucha.tur.br/post/bento-goncalves-lanca-a-rota-dos-capiteis-caminhos-da-imigracao-e-fe>. Acesso em: 22 jun. 2022.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG / Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio: Apicuri, 2016.

HARVEY, David. From space to place and back again. In: HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 291-326, 1996.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Paris capital da modernidade**. São Paulo: Boitempo, 2015.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola Jesuítas, 2017.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. **Processo de industrialização da zona colonial italiana**. Caxias do Sul: EDUCS, 1997.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti. A imigração europeia no século passado: o programa de colonização no Rio Grande do Sul. In: **Scripta nova: revista eletrônica de geografia y ciencias sociales**. Nº 94 (10), 01 ago. 2001. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-94-10.htm>. Acesso em: 21 jun. 2021.

HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti; MACHADO, Maria Abel. **Câmara de indústria, comércio e serviços de Caxias do Sul: cem anos de história**. Caxias do Sul: Maneco, 2001.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; PAVIANI, Neires Maria Soldatelli. **Língua, cultura e valores: um estudo da presença do humanismo latino na produção científica sobre a imigração italiana no Sul do Brasil**. Porto Alegre: EST, 2003.

HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti; RADÜNZ, Roberto. **História e imigração**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Fundamentos da educação patrimonial. In: BATISTA, Jane Beatriz (ed.). **Ciências & Letras, n. 27. Educação e patrimônio histórico-cultural**. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras – FAPA, 1979.

IANNI, Constantino. **Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comissão Censitária Nacional. **Sinopse preliminar dos resultados demográficos: segundo as unidades da federação e municípios**. Realizado em 01 de setembro de 1940. Rio de Janeiro, 1940. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd\\_1940.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940.pdf). Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE. Conselho Nacional de Recenseamento. VI Recenseamento Geral do Brasil. **Censo demográfico**. 01 de julho de 1950. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd\\_1950\\_rs.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/70/cd_1950_rs.pdf). Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. IX Recenseamento Geral do Brasil. **Censo demográfico de 1980**. Rio de Janeiro, 1980. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv13742.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 28 set. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da População**. Brasília, DF: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 15 nov. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Portal do Governo Brasileiro.. Rio Grande do Sul. Antônio Prado. Panorama. **População estimada em 2021**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 28 set. 2021.

IOTTI, Luiza Horn. **O olhar do poder: a imigração italiana no Rio Grande do Sul, de 1875 a 1914, através dos relatórios consulares**. Caxias do Sul: EDUCS, 2001a.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). **Imigração e colonização: legislação de 1747 - 1915**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; Caxias do Sul: EDUCS, 2001b.

IOTTI, Luiza Horn. **Imigração e poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul (1875-1914)**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

IPG – Inventário Participativo de Galópolis. **Site institucional**. Galópolis: IPG, 2022. Disponível em: <https://www.inventarioparticipativodegalopolis.com/>. Acesso em: 02 mai. 2022.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Diretrizes para o disciplinamento do entorno dos bens tombados: Antônio Prado/RS**. Brasília, DF: IPHAN, 1996.

IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Memória e preservação: Antônio Prado - RS**. Série Preservação e Desenvolvimento. Brasília, DF: IPHAN / Programa Monumenta, 2009. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Memoria\\_e\\_Preservacao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Memoria_e_Preservacao.pdf). Acesso em: 28 nov. 2020.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Antônio Prado (RS)**. Brasília, DF: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1638>. Acesso em: 28 nov. 2020.

IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Carta de Veneza**. Brasília, DF: IPHAN. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2021.

IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Idioma Talian**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/183>. Acesso em: 19 mai. 2019.

IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Idioma Talian**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao\\_%20Talian.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Certidao_%20Talian.pdf). Acesso em: 19 mai. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 18 mar. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio Material**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276>. Acesso em: 18 mar. 2019).

IPHAN. Ministério da Cultura. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Santa Tereza (RS)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/395>. Acesso em: 28 nov. 2020.

ISNENGHI, Mario (a cura di). *I luogui dela memoria: strutture ed eventi dell'italia unita*. Bari: Editori Laterza, 1997.

ISNENGHI, Mario (a cura di). *I luogui dela memoria: simboli e miti dell'Italia unita*. Bari: Editori Laterza, 2010.

ITÁLIA. *Ministero degli Affari Esteri e della Cooperazione Internazionale*. CGIPA – Consolato Generale d'Italia Porto Alegre. **Site institucional**. Roma: CGIPA, 2020. Disponível em: [https://consportoalegre.esteri.it/consolato\\_portoalegre/pt/](https://consportoalegre.esteri.it/consolato_portoalegre/pt/). Acesso em: 15 out. 2022.

JAMESON, Frederic. O romance histórico ainda é possível? In: *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, nº. 77, mar. 2007.

JS - *Jornal Semanário*. Setor moveleiro gaúcho estima faturamento de R\$11 bilhões em 2022. Bento Gonçalves, 14 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://jornalsemanario.com.br/setor-moveleiro-gaucha-estima-faturamento-de-r11-bilhoes-em-2022/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

KANAAN, Beatriz Rodrigues. *Imigrações contemporâneas e italianidade: um estudo sobre jogos identitários na região industrializada de Farroupilha / RS*. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

KERN, Arno Alvarez et al. *Rio Grande do Sul: continente múltiplo*. Porto Alegre: Riocell / Mapron, 1993.

KIRST, Marcos Fernando. *Ecoss do passado*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2016.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. *O chamado da cidade: ensaios sobre a urbanidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LANDO, Aldair Marli (Org.). *RS: imigração & colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980

LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração e ideologia: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração (1850-1875)*. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1980.

LEENHARDT, Jacques; PESAVENTO, Sandra Jatáhy (Orgs). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

LEME, Maria Cristina S. (Coord.). *Urbanismo no Brasil – 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, FAU / USP, FUPAM, 1999.

LOPES, Rodrigo. Memória. Das alturas da metalúrgica Abramo Eberle. In: GZH. *Pioneiro*. Caxias do Sul, 14 de outubro de 2014. Disponível em: <http://wp.clicrbs.com.br/memoria/2014/10/14/das-alturas-da-metalurgica-abramo-eberle-em-1950/?topo=35,1,1,,35>. Acesso em: 20 jan. 2021

LOPES, Rodrigo. Memória: Antônio Prado recorda a tragédia de 1936. In: GZH. *Pioneiro*. Caxias do Sul, 01 de janeiro de 2018a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2018/11/memoria-antonio-prado-recorda-a-tragedia-de-1936-10632640.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

LOPES, Rodrigo. Memória: Estátua da Liberdade, um símbolo da Praça Dante desde 1922. In: GZH. *Pioneiro*. Caxias do Sul, 06 de março de 2018b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2018/03/memoria-estatua-da-liberdade-um-simbolo-da-praca-dante-desde-1922-10177372.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LOPES, Rodrigo. Memória. Memória: curso alegórico da Festa da Uva 1972. In: GZH. *Pioneiro*. Caxias do Sul, 29 de junho de 2018c. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2018/06/memoria-curso-alegorico-da-festa-da-uva-1972-10390697.html>. Acesso em: 11 mai. 2022.

LOPES, Rodrigo. Memória: Galópolis e a cascata Véu de Noiva em 1948. In: GZH. *Pioneiro*. Caxias do Sul, 29 de outubro de 2018d. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2018/10/memoria-galopolis-e-a-cascata-veu-de-noiva-em-1948-10627702.html>. Acesso em: 19 abr. 2020.



LOPES, Rodrigo. Memória: Construção do Pavilhão da Festa da Uva em 1953. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 10 de abril de 2019a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2019/04/construcao-do-pavilhao-da-festa-da-uva-em-1953-10930328.html>. Acesso em: 09 out. 2022.

LOPES, Rodrigo. Memória. Aldo Locatelli e a pintura do “Itálico Berço” em 1953. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 11 de abril de 2019b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2019/04/aldo-locatelli-e-a-pintura-do-italico-berco-em-1953-10930341.html>. Acesso em: 09 out. 2022.

LOPES, Rodrigo. Memória: Três fases do coração da Praça Dante Alighieri. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 08 de novembro de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2020/10/tres-fases-do-coracao-da-praca-dante-alighieri-14228936.html>. Acesso em: 10 ago. 2021.

LOPES, Rodrigo, Memória: O Santuário de Caravaggio pelas lentes do Studio Dal Monte. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 18 de março de 2021a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2021/03/o-santuario-de-caravaggio-pelas-lentes-do-studio-dal-monte-ckmez0iel003801988uak9he2.html>. Acesso em: 10 dez. 2021.

LOPES, Rodrigo. Memória. Para recordar do "guardador" da história caxiense. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 10 de novembro de 2021b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2021/11/para-remember-do-guardador-da-historia-caxiense-ckvtsgm10005z017f8o2h0ksv.html>. Acesso em: 23 nov. 2022.

LOPES, Rodrigo. Memória: Galópolis e o futuro do prédio do Círculo Operário Ismael Chaves Barcellos. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 18 de janeiro de 2022a. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2022/01/galopolis-e-o-futuro-do-predio-do-circulo-operario-ismael-chaves-barcellos-ckykewxl005e015pi9if3j2f.html>. Acesso em: 20 mai 2022.

LOPES, Rodrigo. Memória. Grêmio Esportivo Ismael Chaves Barcellos em 1943. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 25 de janeiro de 2022b. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/cultura-e-lazer/memoria/noticia/2022/01/gremio-esportivo-ismael-chaves-barcellos-em-1943-ckyu6tjeq002s01886hzy2ovh.html>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975.

LOYER, François. **Paris nineteenth century, architecture and urbanism**. New York: Abbeville, 1988.

LUCHESE, Tercina Ângela. **Relações de poder: autoridades regionais e imigrantes italianos nas colônias Conde d’Eu, Dona Isabel, Caxias e Alfredo Chaves – 1875 a 1889**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

MACHADO, Heloísa Guaracy. Resenhas. In: **Cadernos de História**. Out. 1997. Belo Horizonte: PUC Minas, 1999.

MACHADO, Maria Abel. **Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Maneco Editora, 2001.

MAESTRI, Mário. **Nós, os ítalo-gaúchos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

MAESTRI, Mário. **Os senhores da serra: a colonização italiana no Rio Grande do Sul 1875-1914**. Passo Fundo: Editora da UPF, 2001.

MAHM – Museu e Arquivo Histórico Municipal In: TG – Turismo Garibaldi. Site institucional. Garibaldi: TG, 2022. Disponível em: <https://turismo.garibaldi.rs.gov.br/museu-e-arquivo-historico-municipal>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MANFROI, Olívio. **A colonização italiana no Rio Grande do Sul; implicações econômicas, políticas e culturais**. 2ª ed. Porto Alegre: EST, 2001.

MANFROI, Olívio. Emigração e identificação cultural: a colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: **Estudos Ibero-Americanos**. V.1, nº.2, p. 227-274. Porto Alegre: PUCRS, 1975. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1975.2.36220>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária. **O que é Indicação Geográfica? Como obter o registro?**. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/o-que-e-indicacao-geografica-ig>. Acesso em: 27 nov. 2022.

MARCHIORO, Juarez; CALCAGNO, Nelson Vasquez. Crescimento da cidade e legislação urbanística. In.: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **Caxias Centenária**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2010.

MARCON, Itálico. À guisa de prefácio. In: LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975, p.9-10.

MARZZARO, Ivanete. A comunidade deve se beneficiar do tombamento, diz prefeito de Antônio Prado. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2020/01/a-comunidade-deve-se-beneficiar-do-tombamento-diz-prefeito-de-antonio-prado-12186317.html>. Acesso em: 06 jun. 2022.

MAS, Caterina Dal; MIOT, Barbara. Miot. Valorizzazione e qualificazione del paesaggio rurale. **Programma di Sviluppo Locale del G.A.L. Alto Bellunese Studio ricerca relativo all’Azione 3**. Lozzo di Cadore: GAL Alto Bellunese, 2014-2020. Disponível em: [http://www.galaltobellunese.com/wp-content/uploads/2013/09/ST\\_A3\\_1.pdf](http://www.galaltobellunese.com/wp-content/uploads/2013/09/ST_A3_1.pdf). Acesso em: 10 jun. 2021.

MASSA, Gaetano (Org.). **Contributto ala storia dela presenza italiana in Brasile**. Roma: Istituto Italo-Latino Americano, 1975.

MATTOS, Greici. Tombamento de casas históricas de Antônio Prado completa 30 anos, e prefeitura estuda fundo de apoio. In: **G1. Portal G1 Globo / RBS TV**. Rio de Janeiro: Globo Comunicação e Participações S.A., 29 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/02/29/tombamento-de-casas-historicas-de-antonio-prado-completa-30-anos-e-prefeitura-estuda-fundo-de-apoio.ghtml>. Acesso em: 08 jun. 2021.

MAZZOTTI, Fabiano; BIGOLIN, Izidoro. **Amém Bento Gonçalves: igrejas e capelas desta terra**. Bento Gonçalves: Fabiano Laércio Mazzotti, 2012.

MAZZOTTI, Fabiano; FERRARI, Calmelina; FERRARI, Leonides; CARRARO, Loiva; BALLISTA, Nelcy. **O livro do capitel**. Bento Gonçalves: Fabiano Laércio Mazzotti, 2018.

MDI – Museu do Imigrante. **Site institucional**. Bento Gonçalves: MDI, 2022. Disponível em: <https://www.museudoimigrante.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O Passado no Futuro da Cidade – Políticas Públicas e Participação dos Cidadãos na Preservação do Patrimônio Cultural de Porto Alegre nas décadas de 70 a 90**. Porto Alegre: UFRGS, 2001. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. Por trás dos lambrequins. In: RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (Org.). **Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

MENU. Restaurante Galeto Di Paolo amplia operação em São Paulo. **Portal Digital**. São Paulo: IstoÉ Publicações Ltda, 20 de agosto de 2019. Disponível em: <https://revistamenu.com.br/restaurante-galeto-di-paolo-amplia-operacao-em-sao-paulo/>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MICHELIN, Rita Lourdes. **A reconstrução da etnicidade na arena turística: o caso do roteiro de turismo rural cultural Caminhos de Pedra - Bento Gonçalves – RS**. Caxias do Sul: UCS, 2008. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, 2006.

MILANO, Daniela Ketzer. **Uma vila operária na colônia italiana: o caso Galópolis (1906-1941)**. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

MMCFH - Museu Municipal Maria Clary Frigeri Horn. **Site institucional**. Caxias do Sul: MMCFH, 2022. Disponível em: <https://sites.google.com/view/museumunicipaldecaxiasdosul/inicio>. Acesso em: 22 nov. 2022.

MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. **Entre o vinho e a política: uma biografia de Celeste Gobbato (1890-1958)**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

MOTIN, Antônio. Apresentação. In: LORENZONI, Júlio. **Memórias de um imigrante italiano**. Porto Alegre: Sulina, 1975, p.7.

MSFB - Movimento Slow Food Brasil. **Site Institucional**. Disponível em: <https://slowfoodbrasil.org.br/movimento/>. Acesso em: 29 nov. 2022.

MU, Flavia. Isabel: a história do vinho gaúcho. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 17 de maio de 2019. Disponível em: [https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/especiais/vinhos\\_e\\_espumantes\\_2019/2019/05/682534-isabel-a-historia-do-vinho-gaucha.html](https://www.jornaldocomercio.com/conteudo/especiais/vinhos_e_espumantes_2019/2019/05/682534-isabel-a-historia-do-vinho-gaucha.html). Acesso em: 26 ago. 2020.

MUGNOL, Marcelo. No dia de Nossa Senhora de Caravaggio entenda como nasceu a devoção dos fiéis. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 26 de maio de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2020/05/no-dia-de-nossa-senhora-de-caravaggio-entenda-como-nasceu-a-devocao-dos-fieis-12523908.html>. Acesso em: 2 dez. 2021.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. V. 1 e 2. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1965.

NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. **A formação urbana de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2009.

NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. Caxias-2010: 132 anos de urbanização. In: HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti; RADÜNZ, Roberto (Org.). **História e imigração**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

NESBITT, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NEVES, Eduardo Rotta. **Porto dos casais: um lugar de memória para Porto Alegre**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

NOAL, Flávia. Caxias do Sul ultrapassa marca de 520 mil habitantes. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 29 de agosto de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/pioneiro/geral/noticia/2021/08/caxias-do-sul-ultrapassa-marca-de-520-mil-habitantes-cksw19ltt002a013bnrfli4mi.html>. Acesso em: 20 nov. 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. In: **Projeto História, n. 10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC / SP**. São Paulo: PUC, 1993.

NOSSO BEM ESTAR. Nova Milano realiza 20º Entrai. **Site institucional**. Farroupilha: Punky!, 2023. Disponível em: <https://www.nossobemestar.com/agenda/encontro-celebra-as-tradi%C3%A7%C3%B5es-italianas/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

OIV - The International Organisation of Vine and Wine. Intergovernmental Organisation. **Site Institucional**. 12 Parvis de l'UNESCO, Dijon 21000, 2022. Disponível em: <https://www.oiv.int/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. In: **Revista Memorare**. V. 2, nº 2, p. 34-51. Tubarão: UNISUL, 2015. Disponível em: [https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare\\_grupep/articloe/view/3029](https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/memorare_grupep/articloe/view/3029). Acesso em: 21 abr. 2020.

ONZI, Geni Salete (Org.). **Palavra e poder: 120 anos do poder legislativo em Caxias do Sul**. Caxias do Sul: Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul; Caxias do Sul: Ed. São Miguel, 2012.

PAIVA, Edvaldo; MACEDO, Francisco; RIBEIRO, Demétrio; GRAEFF, Edgar; SOUZA, Nelson. **Monografia: Plano Diretor de Caxias do Sul**. Porto Alegre, 1953.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. São Paulo: Editorial Gustavo Gili, 2017.

PANIS, Marcelo. **Circuitos turísticos ítalo-descendentes: O uso contemporâneo das heranças culturais no Sul e Sudeste do Brasil**. Campinas: UEC, 2014. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

PECCINI, Rosana. **A invenção da galeteria: o galetto al primo canto e o patrimônio cultural de Caxias do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

PELLANDA, Ernesto. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D'Ávila; LIMA, Mário de Almeida (Org.). **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista O Globo, 1950.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: agropecuária colonial e industrialização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In: **Estudos Históricos, n. 16**. São Paulo: Educ / PUC, 1995a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O desfazer da ordem fetichizada: Walter Benjamin e o imaginário social**. V.89, nº. 5, set/out. 1995. Rio de Janeiro: Cultura Vozes, 1995b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano-Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **Leituras cruzadas: diálogos da história com a literatura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História cultural: experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História cultural: experiências e pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003a.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003b.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto. In: **Esboços história em contextos globais**. V. 11, nº 11, 01 jan. 2004. Florianópolis: UFSC, Programa de Pós-Graduação em História, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/334>. Acesso em: 30 jul. 2021.

PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialistas utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.

PI - Portal Italianismo. **Site Institucional**. Bellini: família italiana desbravou o sul do Brasil e criou a Marcopolo. Caxias do Sul, 3 de outubro de 2021. Disponível em: <https://italianismo.com.br/bellini-familia-italiana-desbravou-o-sul-do-brasil-e-criou-a-marcopolo/>. Acesso em: 16 fev. 2023.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Por trás dos parrerais: Embates da paisagem cultural vinícola e a urbanização – Vale dos Vinhedos – Bento Gonçalves / RS**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

PIANA GIORDANI, Marilei Elisabete. **Paisagem do vinho: o valor cultural como recurso para a preservação no Vale dos Vinhedos – RS – Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2020. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

PICCINATO JUNIOR, Dirceu; REGINATO, Nauana da Costa; CARDOSO, Grace Tibério. O olhar coletivo e o patrimônio urbano de Antônio Prado/RS: a percepção da comunidade como tática de salvaguarda. In: **Revista Projetar: projeto e percepção do ambiente**. V. 7, nº 1, jan. 2022. Natal: UFRN, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revprojetar/issue/view/1184>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PICCININI, Livia Salomão. Imigração Italiana no Rio Grande do Sul. In: RIGATTI, Décio; TRUZIANI, Elio (Org.). **Arquitetura e paisagem na serra gaúcha: migração italiana e territorialidade**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2017, p.45-66.

PINNA, Álvaro. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

PINOTTI, Adhemar Antônio Martins. **Só para lembrar: Vacaria em fotos**. Caxias do Sul: Lorigraf, 2011.

PIOVESAN, Edivane Silva. **Em busca da cocanha: a (re)construção da identidade cultural italiana no Rio Grande do Sul**. Frederico Westphalen: URI, 2008. Dissertação de Mestrado, Departamento de Linguística, Letras e Artes, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2008.

PONZANO VENETO. Regione del Veneto, Provincia di Treviso, Comune di Ponzano Veneto. **Site institucional**. Vancouver: Pozano Veneto Com, 2018. Disponível em: <https://ponzanoveneto.com/index.php/pon/tracce/category/presentazione>. Acesso em: 10 jun. 2021.

PORTAL EVENTOS. 30ª Festa Nacional da Uva divulga resultados. **Blog informativo**. São Paulo: Camalian, 13 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.portaleventos.com.br/news/30a-Festa-Nacional-da-Uva-divulga-resultados>. Acesso em: 25 out. 2022.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul: assim vivem os italianos**. Porto Alegre: Fondazione Giovanni Agnelli / EST / EDUCS, 1983.

POSENATO, Júlio (Org.). **Antônio Prado: cidade histórica**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

POSENATO, Júlio. **Pesquisando arquitetura**. Porto Alegre: Corag / CAU-RS, 2016.

POSSAMAI, Ana Maria De Paris. As festas comunitárias como fator de preservação da cultura local: religião, gastronomia e turismo. In: POSSAMAI, Ana Maria De Paris; PECCINI, Rosana (Org.). **Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

POSSAMAI, Ana Maria De Paris; PECCINI, Rosana (Org.). **Turismo, história e gastronomia: uma viagem pelos sabores**. Caxias do Sul: EDUCS, 2011.

POZENATO, José Clemente. **O Quatrilho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.

POZENATO, José Clemente. Pozenato deixou a Igreja para escrever livremente. In: DA ESCÓSSIA, Fernanda. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 07 de novembro de 1995. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/11/07/ilustrada/26.html>. Acesso em: 23 jul. 2018.

POZENATO, José Clemente. O Quatrilho: a vertente histórica. In: DAL BÓ; Juventino; IOTTI, Luiza Horn; MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro (Org.). **Imigração italiana e estudos ítalo-brasileiros**. Caxias do Sul: EDUCS, 1999.

POZENATO, José Clemente. **A Babilônia**. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2006.

POZENATO, José Clemente. **A Cocanha**. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2011.

POZENATO, José Clemente. Palavras para mudar o mundo. In: SPERB, Paula. **Rascunho: o jornal de literatura do Brasil**. Nº 202, fev. 2017, p. 07. Curitiba: Editora Letras e Livros, 2017. Disponível em: [http://rascunho.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Rascunho\\_202\\_site.pdf](http://rascunho.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Rascunho_202_site.pdf). Acesso em: 23 jul. 2018.

PRANDI, Jair. O que fazer em Farroupilha – RS. In: VIAGENS E CAMINHOS. **Blog informativo**. Farroupilha, 2010. Disponível em: <https://www.viagensecaminhos.com/2011/06/farroupilha-rs.html>. Acesso em: 04 dez. 2021.

PROJETO CCCG - Projeto Centro Comunitário e Cultural Galópolis. **Site institucional**. Caxias do Sul: PROJETO CCCG, 2021. Disponível em: <https://www.projetocccq.com/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (Org.). **Imigração e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vania Beatriz Merlotti (Org.). **145 anos da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Caxias do Sul: EDUCS, 2021. Recurso eletrônico em formato E-book. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/145-anos-da-imigracao-italiana-no-rio-grande-do-sul-v-simposio-internacional-xiii-forum-de-estudos-italo-brasileiro/>. Acesso em: 12 nov. 2022.

RAÍZES DA IMIGRAÇÃO. **Do itálico berço à nova pátria brasileira, de Aldo Locatelli (1954)**. 31 de agosto de 2018. Facebook: Raízes da Imigração. Página. Site de sociedade e cultura, 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/raizesdaimigracao/posts/1664968713632515/>. Acesso em: 09 out. 2022.

RECH, Roberto. **Levantamento do Loteamento da Colônia Caxias – Fase colonial: 1875**. Caxias do Sul: UCS, 1984.

REIS, José Carlos. **História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

REZENDE, Vera. **Planejamento urbano e ideologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

RHODEN, Luiz Fernando. **Urbanismo no Rio Grande do Sul: origens e evolução**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. **Festa & Identidade: como se fez a festa da uva**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio; POZENATO, José Clemente (Org.). **Cultura, imigração e memória: percursos & horizontes**. Caxias do Sul: EDUCS, 2004.

RIGATTI, Décio; TRUZIANI, Elio. A casa como sistema de relações. In: RIGATTI, Décio; TRUZIANI, Elio (Org.). **Arquitetura e paisagem na serra gaúcha: migração italiana e territorialidade**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2017.



RIGATTI, Décio; TRUZIANI, Elio (Org.). **Arquitetura e paisagem na serra gaúcha: migração italiana e territorialidade**. Roma: Edizioni Nuova Cultura, 2017.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa, Comissão de Estudos Municipais. **Evolução municipal: Rio Grande do Sul, 1809-1996**. Porto Alegre: Corag – Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2002.

RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº 220, de 11 de fevereiro de 1899**. Leis Estaduais. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/rs/decreto-n-220-1899-rio-grande-do-sul-eleva-a-categoria-de-villa-a-colonia-antonio-prado-actual-5o-districto-do-municipio-da-vaccaria>. Acesso em: 30 mai. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO (SCP). **Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/regiao-metropolitana-da-serra-gaucha> Acesso em: 15 nov. 2020.

RMDH - Reeding Marx's capital with David Harvey. **Web site**. Fredericksburg: Reclaim Hosting, 2022. Disponível em: <http://davidharvey.org/>. Acesso em: 15 jun. 2022.

RN – Revista News. **Revista eletrônica**. Disponível em: <https://revistanews.com.br>. Acesso em: 19 nov. 2022.

ROBINS, Kevin. Global times: what is the world's going on? In: DU GAY, Paul. (org.) **Production of culture /cultures of production**. Londres: Sage/ The Open University, 1997.

ROGATTO, Geraldo. Achiopita, fettucine e vinho: sobre a italianidade e a colônia italiana em São Paulo. In: DE BONI, Luís Alberto (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Turin: Fondazione Giovanni Agnelli, Porto Alegre: EST, 1987.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

RONCÀ. Itália, Regione del Veneto, Provincia di Verona, Comune di Roncà. **Site institucional**. Roncà: MyPortal, 2019. Disponível em: <http://www.comune.ronca.vr.it/web/ronca/area-istituzionale/area-istituzionale-interna>. Acesso em: 19 fev. 2019.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ROTEIRO TURÍSTICO TERMAS E LONGEVIDADE – REGIÃO UVA E VINHO – SERRA GAÚCHA – BRASIL. Protásio Alves: artesanato em palha de trigo. **Site institucional**. Veranópolis: Cardume.net, 2017. Disponível em: <https://www.termaselongevidade.com.br/experiencias/experiencia/artesanato-em-palha-de-trigo-protasio-alves>. Acesso em: 07 jan 2023.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Mal-estar na modernidade: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ROVEDA, Fernando. **Memória & Identidade: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional**. Caxias do Sul: Lorigraf Gráfica e Editora, 2005.

RSG – Rota Serra Gaúcha. **Site institucional**. Gramado: RSG, 2022. Disponível em: <http://www.rotaserragaucha.com.br/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SÁ, Mem de. Aspectos econômicos da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D'Avila; LIMA, Mário de Almeida (Org.). **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista O Globo, 1950.

SANGA, Glauco. Campane e campanili. In: ISNENGHI, Mario (a cura di). **I luogui dela memoria: simboli e miti dell'Italia unita**. Bari: Editori Laterza, 2010.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. Por uma história da alimentação. In: **História: questões & debates**. V. 14, nº. 26-27, jan-dez. 1997, p. 154-171. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 1997. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/issue/view/issue/2037/254>. Acesso em: 10 set. 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4º ed., 8º reimpr. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1º ed., 3º reimpr. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul – RS**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Tese de Doutorado, Museu Nacional, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

SCALABRINI, João Batista. **A emigração italiana na América**. Porto Alegre: EST; CEPAN; Caxias do Sul: UCS, 1979.

SCARPARO, Paulo Sérgio. **Imigrantes italianos na serra do nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EST Edições, 2011.

SCHLÜTER, Regina. **Gastronomia e Turismo**. Trad. Roberto Sperling. São Paulo: Aleph, 2003.

SCHMIDT, Diogo Serafim. **Valores étnicos e empreendedorismo: estudo sobre a mentalidade empreendedora de descendentes de Alemães e Italianos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Dissertação de Mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

SCHNEIDER, Mônica. **A hospitalidade sob a ótica do romeiro, na romaria ao santuário de Nossa Senhora de Caravaggio – Farroupilha/RS e seu corolário no universo conceitual de turismo religioso**. Caxias do Sul, 2013. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Universidade de Caxias do Sul, 2013.

SCHVARSTZHAUPT, Rosalina Cassol; HERÉDIA, Vânia Merlotti. Santuário Nossa Senhora de Caravaggio [Brasil]: história e devoção. In: Rosa dos Ventos, vol. 13, nº. 02, p. 325-347. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4735/473569969021/html/>. Acesso em: 04 dez. 2021.

SEGRE, Roberto. Havana: O Resgate Social da Memória. In: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania**. São Paulo: DPH / SMC, 1991.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. São Paulo: Editora Record, 2006.

SERAFINA CORRÊA. PMSC – Prefeitura Municipal de Serafina Corrêa. **Site institucional**. Serafina Corrêa: PMSC. Disponível em em: <http://www.serafinacorrea.rs.gov.br>. Acesso em: 09 out. 2022.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora UNB, 1990.

SEYFERTH, Giralda Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1998, p. 41-58.

SILVA, Tulio dos Reis da. **A história do crescimento urbano de Caxias do Sul: do milagre econômico à redemocratização**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

SILVA, Tomas Tadeu. (org.), HALL, Stuart. WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença; a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SINGER, Paul. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

SNSC – Santuário Nossa Senhora do Caravaggio. **Site institucional**. Farroupilha: Webde, 2021. Disponível em: <https://caravaggio.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SOARES, Fernando. Cooperativismo na sala de aula. In: GZH. **Pioneiro**. Caxias do Sul, 19 de outubro de 2018. Disponível em: <http://especiais-pio.clicrbs.com.br/maisserra/64/central.html#:~:text=Alunos%20da%20Escola%20Agr%C3%ADcola%20da,relacionados%20ao%20universo%20das%20cooperativas&text=A%20professora%20lvone%20Manica%20entra,conte%C3%BAdos%20vistos%20na%20semana%20anterior>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Análise das estruturas urbanas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1977. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1977.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Contrastes regionais e formações urbanas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.

SOUZA, Célia Ferraz de; MÜLLER, Dóris Maria. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jathay (Org). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

STORMOWSKI, Márcia Sanocki. **Crescimento econômico e desigualdade social: o caso da ex-colônia Caxias – 1875-1910**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

TEDESCO, João Carlos. Associacionismo, familismo e imigração: dinâmicas de reconstrução de italianidades no sul do Brasil. In: RADÜNZ, Roberto; HERÉDIA, Vânia Beatriz Merlotti (Org.). **História e sociedade: fontes e acervos da imigração italiana no Brasil**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015.

TEDESCO, João Carlos; BALBINOT, Giovani. **Exposição Mundial de 1906 em Milão como espaço de promoção da imigração italiana para o Rio Grande do Sul**. Rio Grande: FURG, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10675/8226>. Acesso em: 06 set. 2021.

TG – Turismo Garibaldi. **Site institucional**. Garibaldi: TG, 2022. Disponível em: <https://turismo.garibaldi.rs.gov.br>. Acesso em: 22 nov. 2022.

TONET, Charles; TONET, Tânia. **Perto das estrelas: registro da memória arquitetônico-religiosa na antiga Colônia Conde D'Eu: igrejas, capelas, capitéis e grutas**. Caxias do Sul: Belas-Letras Projetos Especiais, 2013.

TONOLLIER, Vitor. **Por uma graça alcançada: a história de Nossa Senhora de Caravaggio**. Farroupilha: Editora Farroupilha, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

TRUSIANI, Elio; RIGATTI, Décio; PICCININI, Lívia Terezinha Salomão. **Colonização Italiana no Rio Grande do Sul: memória e estruturação do espaço. Estudo crítico-comparativo entre Bento Gonçalves/RS e as terras de origem – Relatório final de pesquisa**. Porto Alegre, 2015.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. **Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)**. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

TUAN, Yi Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

TONINI, Hernanda; DOLCI, Tissiane Schmidt. Turismo rural e novos mercados para produtos alimentares agroecológicos: estudo de caso da rota Via Orgânica. In: **Rosa dos ventos turismo e hospitalidade**. V. 12, nº. 3, p. 537-554. Caxias do Sul: UCS, 2020. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/7574/pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

TONET, Tânia. Maria Zardo. In: INSTITUTO HÉRCULES GALLÓ. **Infográfico do Museu de Território de Galópolis**. Galópolis: IHG, 2019.

TONIETTO, Jorge. Experiência de desenvolvimento de certificação: vinhos da identificação de procedência Vale dos Vinhedos. In: Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas – SEBRAE. **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios**. 2º ed. Brasília: SEBRAE, 2006.

UCS – Universidade de Caxias do Sul. **Site institucional**. Caxias do Sul: UCS, 2022. Disponível em: <https://www.ucs.br/site>. Acesso em: 12 nov. 2022.

VALDUGA, Gustavo. **“Paz, Itália, Jesus”: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal Correio Riograndense (1930–1945)**. Porto Alegre: PUCRS, 2007. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

VALDUGA, Vander. **Raízes do turismo no território do vinho: Bento Gonçalves e Garibaldi – 1870 a 1960 (RS/Brasil)**. Porto Alegre, 2011. Tese de Doutorado, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011a.

VALDUGA, Vander. **Enoturismo no Vale dos Vinhedos**. Jaguarão: UNIPAMPA, 2011b.

VALVERDE, Orlando. Excursão à região colonial antiga do Rio Grande do Sul. In: BERTASO, Henrique D’Avila; LIMA, Mário de Almeida (Org.). **Álbum comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Revista O Globo, 1950, p. 265-291.

VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VENDRAME, Maíra Inês; ZANINI, Maria Catarina Chitolina. Imigrantes italianos no Brasil meridional: práticas sociais e culturais na conformação das comunidades coloniais. In: **Estudos Ibero-Americanos**. V. 40, nº. 2, p. 128-149. Porto Alegre: PUC, 2014. Disponível em: [https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/17268/pdf\\_81/](https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/17268/pdf_81/). Acesso em: 10 jun. 2021.

VENZO, Michele Maria. A produção do arquiteto construtor Silvio Toigo. Influências do projeto à execução. Ideias viajantes: arquitetura e urbanismo no interior do país. In: **IV Enanparq – Encontro da associação nacional de pesquisa e pós-graduação em arquitetura e urbanismo**. Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-4/SESSAO%2017/S17-06-VENZO,%20M.pdf>. Acesso em: 25 out. 2022.

VERANÓPOLIS. PMV - Prefeitura Municipal de Veranópolis. **Site institucional**. Veranópolis: PMV. Disponível em: <http://www.veranopolis.rs.gov.br/cidade/17/gemellaggio>. Acesso em: 07 set. 2021.

VILLA, Deliso. **História esquecida: a emigração italiana - o maior êxodo de um povo na história moderna**. Porto Alegre: EST Edições, 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.

VM – Viajante Marcopolo. **Site institucional**. Com exportação recorde para Costa do Marfim, Marcopolo consolida presença em mais de 20 países na região africana. Caxias do Sul, 09 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://viajante.marcopolo.com.br/noticias/com-exportacao-recorde-para-costa-do-marfim-marcopolo-consolida-presenca-em-mais-de-20-paises-na-regiao-africana/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitário: história, identidade e turismo nos municípios da Rota Romântica - RS**. Porto Alegre, 2006. Tese de Doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

WEIMER, Günter. As cidades da colonização italiana no contexto da urbanização do Rio Grande do Sul. In: GIRON, Loraine Slomp; NASCIMENTO, Roberto Revelino Fogaça do. (Org.). **Caxias centenária**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010, p. 21-47.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; DA CRUZ, Rita de Cássia Ariza (org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

ZAGONEL, Carlos Albino. **Igreja e imigração italiana: capuchinhos de Sabóia, um contributo para a igreja no Rio Grande do Sul (1895 –1915)**. Porto Alegre: PUCRS, 1975.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina. **Italianidade no Brasil meridional: a construção da identidade étnica na região de Santa Maria - RS**. Santa Maria: Editora UFSM, 2006.

ZEVI, Bruno. **Saber ver a arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ZORZI, Dom Benedito. **Nossa Senhora de Caravaggio no Brasil**. Caxias do Sul: Editora Paulinas, 1986.

ZOTTIS, Alessandra. Festa da Uva de Caxias do Sul: a memória de uma festa através dos cartazes. In: Rosa dos Ventos, vol. 1, nº. 0, p. 01-34. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4735/473547084008.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2022.